

Volume 1

LÍNGUA

em movimento

História e
Funcionamento
das Línguas
Naturais

Cristina Figueiredo
Juliana Ludwig Gayer
Lílian Teixeira de Sousa
Carlos Felipe Pinto
(org.)



Volume 1

LÍNGUA

em movimento

História e
Funcionamento
das Línguas
Naturais

Cristina Figueiredo
Juliana Ludwig Gayer
Lílian Teixeira de Sousa
Carlos Felipe Pinto
(org.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima

Diretora do ILUFBA

Fernanda Almeida Vita

Coordenadora do PPGLiNC

Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Cristina Figueiredo
Juliana Ludwig Gayer
Lílian Teixeira de Sousa
Carlos Felipe Pinto
(org.)

LÍNGUA EM MOVIMENTO:
História e Funcionamento
das Línguas Naturais

Salvador
EDUFBA
2020

Autores, 2020.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e projeto gráfico
Fábio Ramon Régio da Silva

Revisão
Cristovão Mascarenhas

Normalização
Marcely Moreira

Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFBA

Língua em movimento / organizadores, Cristina Figueiredo... [et. al.]. – Salvador :
EDUFBA, 2020.
2 v.

Conteúdo: v. 1. Língua em movimento : História e funcionamento das línguas
naturais / Cristina Figueiredo... [et. al.] – v. 2. Língua em movimento : Estudos em
linguagem e interação / A. Ariadne Domingues Almeida... [et. al.].

ISBN: 978-65-5630-059-7 (obra completa)

ISBN: 978-65-5630-062-7 (v. 1)

ISBN: 978-65-5630-063-4 (v. 2)

1. Linguística - Brasil. 2. Sociolinguística. 3. Bilinguismo. 4. Língua portuguesa.
5. Análise linguística. I. Figueiredo, Cristina. II. Almeida, A. Ariadne Domingues. III.
História e funcionamento das línguas naturais. IV. Estudos em linguagem e interação.

CDD – 410

Elaborada por Jamilli Quaresma
CRB-5: BA-001608/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164

Dedicamos este volume às precursoras das linhas que hoje constituem o Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA): à Profa. Rosa Virgínia Mattos e Silva, in memoriam, pela introdução da Linguística Histórica (LH) não só no Programa, mas sua retomada no cenário nacional, à Profa. Célia Telles, pela dedicação à Filologia, à Profa. Suzana Cardoso, in memoriam, e à Profa. Jacyra Mota, pelos estudos dialetológicos, à Profa. Ilza Ribeiro, in memoriam, pela emancipação da Teoria da Gramática (TG) no PPGLinC, à Profa. Tânia Lobo, pela importância dada à História da Cultura Escrita (HSCE) e, por fim, aos precursores da introdução no PPGLinC das pesquisas sociolinguísticas e dos estudos de contato linguístico, o Prof. Dante Lucchesi, e, dos estudos filológicos, o Prof. Nilton Vasco da Gama, in memoriam, que no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL-UFBA) formou muitos dos pesquisadores que atuam no PPGLinC.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Sonia M. L. Cyrino..... 11

LINGUÍSTICA EM MOVIMENTO: UM PACTO PELA VIDA, PELA CIÊNCIA E ALGUMAS NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DE UMA COLETÂNEA CRIADA EM UMA PANDEMIA | Apresentação - Volume I

*Cristina Figueiredo | Ariadne Domingues Almeida | Juliana Ludwig Gayer
Lilian Teixeira de Sousa | Eliana Correia Brandão Gonçalves*..... 15

Parte I TEORIA DA GRAMÁTICA

BILINGUISMO: UM FENÔMENO MULTIDISCIPLINAR E MULTIFACETADO

Larissa Nascimento Sousa | Lilian Teixeira de Sousa..... 39

AS FORMAS DUPLAS EM -ÇÃO E -MENTO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Raísa Reis dos Santos | Cristina Figueiredo..... 59

O PAPEL DOS DETERMINANTES NAS CONSTRUÇÕES DE VERBOS LEVES

Daniela Almeida Alves | Ana Paula Scher..... 81

OS DEMONSTRATIVOS E OS SISTEMAS DE SITUACIONALIDADE NA COMUNIDADE RURAL AFRO-BRASILEIRA DE HELVÉCIA

Ramon Arend Paranhos | Cristina Figueiredo 103

SINTAGMAS PREPOSICIONADOS E SINTAGMAS ADVERBIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ADJUNTO, TÓPICO OU SUJEITO?

Maiane Soares Leite Santos | Edivalda Alves Araújo..... 127

ANIMACIDADE, DEFINITUDE E ESPECIFICIDADE: DETERMINANDO SUA SIGNIFICÂNCIA PARA A DISTRIBUIÇÃO DE PRONOMES POSSESSIVOS E CLÍTICOS ANAFÓRICOS

Renato Medeiros da Fonseca Júnior | Larissa Santos | João Paulo Lazzarini Cyrino..... 145

Parte II

DIALETOLOGIA E SOCIOLINGUÍSTICA

- AS DENOMINAÇÕES PARA A BEBIDA ALCOÓLICA
FEITA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SERGIPE
Sandra Cerqueira Pereira Prudencio | Jacyra Andrade Mota..... **169**
- A IDENTIDADE SOCIAL DE FAIXA ETÁRIA EM DADOS LEXICAIS
DE ASTROS E TEMPO DO PROJETO ALIB
Ana Rita Carvalho de Souza | Marcela Moura Torres Paim..... **189**
- A VIDA E OS COSTUMES DO CAMPO: O QUE O LÉXICO REVELA
SOBRE A MIGRAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DOS CIGANOS
Geysa Andrade da Silva | Silvana Soares Costa Ribeiro..... **207**
- A EXPRESSÃO DO DATIVO NO PORTUGUÊS RURAL
DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTEVIDINHA,
OESTE DA BAHIA
Marcelo da Silva Souza | Isis Juliana Figueiredo de Barros | Josane Moreira de Oliveira..... **227**
- OS PROCESSOS DE SÍNCOPE E DE ROTACISMO EM HELVÉCIA/BA:
REFLEXÕES INICIAIS SOBRE TRANSMISSÃO
LINGUÍSTICA IRREGULAR
Eleneide Oliveira Silva | Ludquellen Braga dias | Juliana Ludwig Gayer..... **251**
- SOBRE VARIAÇÃO E MUDANÇA NA CONCORDÂNCIA DE P4
NO PORTUGUÊS DE ALMOXARIFE (SÃO TOMÉ):
UMA COMPARAÇÃO COM O PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO
Thamiris Santana Coelho Assis | Alan Norman Baxter..... **273**
- A LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU:
POLÍTICA LINGUÍSTICA NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA
Alfa dos Santos Silom | Gredson dos Santos..... **293**

Parte III

LINGUÍSTICA HISTÓRICA, FILOLOGIA E HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA

- A CATEGORIA SEMÂNTICA DE AGENTE HUMANO
EM COMPOSTOS [VN]_N DO PORTUGUÊS:
UMA LEITURA ORIENTADA PELA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL
Natival Almeida Simões Neto | Antonia Vieira dos Santos..... **313**

| | |
|---|------------|
| A TERMINOLOGIA DAS ROUPAS ÍNTIMAS FEMININAS NA FRANÇA ENTRE A BELLE ÉPOQUE E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918) <i>Ingrid Oliveira Santos Silva Célia Marques Telles</i> | 333 |
| LA DIVERSIDAD DEL ESPAÑOL Y LA ENSEÑANZA DE E/LE EN BRASIL <i>Sebastian Stanley Carlos Felipe Pinto</i> <i>Alexandra Gomes dos Santos Alíne dos Santos de Andrade</i> | 353 |
| BREVE ESTUDO SOBRE AS PALAVRAS COMPOSTAS DE CONFIGURAÇÃO NOME-NOME NA CRÓNICA DE D. JOÃO I (SÉC. XV) <i>Yasmim Conceição Borges Antonia Vieira dos Santos</i> | 373 |
| O 13 DE MAIO EM CAROLINA MARIA DE JESUS: LEITURA CRÍTICA E FILOLÓGICA <i>Verônica de Souza Santos Arivaldo Sacramento de Souza</i> | 389 |
| RECOLHIMENTOS FEMININOS E ADULTÉRIO: CARACTERÍSTICAS CULTURAIS E ASPECTOS FILOLÓGICOS NA EDIÇÃO DE UMA CARTA DE JOSÉ FERNANDEZ DE PORTUGAL <i>Luane Ribeiro da Conceição Rose Mary Souza de Souza Norma Suely da Silva Pereira</i> | 405 |
| NÃO ME CHAME PELA COR: ESCOLARIZAÇÃO ELEMENTAR E DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA NAS PROVÍNCIAS DE SERGIPE DEL REY E DA BAHIA NO SÉCULO XIX <i>Patrícia Vilela da Silva Álvaro César Pereira de Souza</i> <i>Emília Helena Portella Monteiro de Souza</i> | 425 |
| O FATOR ESCOLARIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E OS AGENTES ESCOLARIZADORES NA BAHIA NO SÉCULO XIX <i>Adilson Silva de Jesus Carolina Antonia Silva Trindade</i> <i>Erick Nunes Santos Emília Helena Portella Monteiro de Souza</i> | 443 |
| OS ORGANIZADORES..... | 461 |
| SOBRE OS AUTORES..... | 462 |
| COMISSÃO CIENTÍFICA – VOLUME I | 473 |

PREFÁCIO

É com muita satisfação que escrevo o prefácio deste volume dedicado a estudos sobre a história e funcionamento das línguas naturais, resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (*PPGLinC-UFBA*). Essa satisfação deve-se a dois motivos, especialmente relacionados ao momento que vivemos neste ano de 2020.

O primeiro desses motivos deve-se ao fato de que, por meio da leitura desta obra, pude vislumbrar a motivação e o entusiasmo exibido pelos pesquisadores do Programa, que prontamente se dedicaram à tarefa de elaborar esta publicação, exatamente neste momento difícil de pandemia da COVID-19, pelo qual todos estamos passando. Essa atitude demonstra a mobilização da academia em torno do fazer científico, mobilização essa que não deve e não pode parar em uma instituição pública engajada no desenvolvimento da pesquisa, docência e extensão.

O segundo motivo é a constatação da excelência dos trabalhos produzidos e aqui reunidos, estudos que apontam para a riqueza científica dos temas abordados e a competência patente de seus autores. Destaca-se a qualidade e a legibilidade dos textos, além da abrangência das diversas áreas contempladas: Dialetoлогия, Geolinguística, Terminologia, Filologia, Paleografia, Sociolinguística, Sintaxe, Morfologia, Fonologia, Lexicologia, Ciganologia, História social da língua, Contato linguístico, História da cultura escrita e da escolarização, Ensino de línguas estrangeiras, Bilinguismo, Etnolinguística, Política linguística, entre outras.

Destaca-se, além disso, a estimulante diversidade em termos de pressupostos teóricos e metodológicos, tendo em vista que os trabalhos contemplam vários enfoques da pesquisa em linguística, como, por exemplo, a Sociolinguística Variacionista, a Morfologia Construcional, a Morfologia Distribuída (MD), a Sintaxe Gerativa, entre outras. A apresentação das pesquisas é um outro ponto a se mencionar: o leitor entra em contato com dados sincrônicos

e diacrônicos que abrangem a diversidade do Português Brasileiro (PB) de várias épocas e de várias regiões, as particularidades do espanhol do México e do Paraguai, e as questões linguísticas trazidas pela situação de comunidades como os nômades (ciganos), a Guiné Bissau e São Tomé. A apresentação detalhada desses tópicos leva o leitor a obter um panorama interessantíssimo sobre variadas realidades linguísticas. Além disso, observam-se estudos em que transparece a competência e a preocupação com o rigor metodológico por parte dos autores que se utilizam de ferramentas computacionais para a análise e/ou submetem os dados a um tratamento estatístico.

A qualidade acadêmica desta obra está, da mesma forma, expressa na atualidade das pesquisas e das referências citadas, no fato de contemplar não só as questões gramaticais, mas também a expressão da língua na vida e costumes, bem como a relevância social da linguagem observada em certos documentos atuais e pretéritos. Atualíssimas são também as considerações levantadas em vários capítulos, quanto às implicações culturais e sociais extraídas das entrelinhas de documentos antigos ou não, que revelam, por exemplo, o papel e a posição da mulher na sociedade, as realidades advindas das diferenças sociais e a percepção dos autores desses textos sobre os acontecimentos e a vida da comunidade.

O volume se destina, portanto, como era de se esperar, aos estudantes e pesquisadores da área de letras e linguística. Porém, um público mais amplo, interessado na história e funcionamento das línguas, poderá se beneficiar das considerações, resultados, questões e problematizações levantadas ao longo de seus capítulos. Além disso, a leitura desses trabalhos proporcionará um enriquecimento cultural e científico de todos aqueles interessados nas questões tão candentes abordadas no volume. A repercussão da obra tende a ser um incentivo à formação de redes de conhecimentos, integrando pesquisadores, alunos e docentes, e outros estudiosos interessados na discussão dos problemas e ideias aqui levantados.

Convido, portanto, os leitores a ingressar na leitura dessa interessante obra, que reúne vários trabalhos sobre uma diversidade de temas relacionados à linguagem e à cultura, que nos leva a um fascinante retrato não só da pesquisa desenvolvida pelo Programa, como também das possibilidades que a ciência da linguística traz em diferentes áreas. Uma das consequências da leitura destes capítulos será, com certeza, o prazer em tomar conhecimento de tantos fatos, descrições, análises e conclusões que evidenciam a dinâmica da pesquisa científica incentivada pelo Programa e a inegável qualidade acadêmica do trabalho de seus integrantes.

Setembro de 2020.

Sonia M. L. Cyrino

LINGUÍSTICA EM MOVIMENTO: UM PACTO PELA VIDA, PELA CIÊNCIA E ALGUMAS NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DE UMA COLETÂNEA CRIADA EM UMA PANDEMIA

Apresentação Volume I

A *Corona Virus Disease* (COVID) – Doença do coronavírus somada a 19 indicativo do ano de 2019, quando a China divulgou os primeiros casos em Wuhan¹ – é uma doença infecciosa causada pela contaminação humana pelo Sars-CoV-2 que chegou ao Brasil em janeiro de 2020.² A partir de então, espalhou-se, rapidamente, pelo país, atingindo, inicialmente, as capitais. Em curto lapso de tempo, ocorreu a ampliação do contágio em áreas urbanas mais carentes, e, também, a sua interiorização, com a penetração do vírus em outras cidades do vasto território brasileiro, desde aquelas que se acham mais próximas dos grandes centros citadinos até os rincões do país.

No Brasil, embora a doença tenha chegado aos seus diferentes grupos geo-sócio-políticos, houve um negacionismo desse grave problema de saúde por parte do governo central e, em sua consequência, aconteceu um forte embate entre as diferentes esferas do poder executivo, relativamente, ao modo de tratar a pandemia. Esse embate deu margem ao surgimento de variadas formas para cuidá-la, no âmbito das orientações e decisões tomadas pelos governantes, havendo, inclusive, divergências explícitas e importantes entre posicionamentos do governo federal e de governos estaduais e, até mesmo, municipais.

Por um lado, houve a ausência de um posicionamento diretivo e assertivo da administração central do país e, também, de alguns governos estaduais e municipais para tratar da população brasileira, assim como a

1 Ver: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>.

2 Ver: <https://exame.com/brasil/ministerio-da-saude-descobre-que-coronavirus-chegou-ao-brasil-em-janeiro/>.

falta de incentivo acerca do distanciamento físico e a ausência de campanhas nacionais para orientar a população sobre os cuidados de higiene e proteção. Em sentido oposto, ocorreu o trabalho de alguns governadores e prefeitos, que promoveram campanhas e ações que asseguraram o distanciamento físico das pessoas, bem como o fechamento temporário de estabelecimentos comerciais, que não fossem essenciais à manutenção da vida, e dos espaços públicos, como praias e parques. Escolas, igrejas e espaços de arte e cultura (museus, teatros e cinemas) também foram temporariamente fechados. Esses comportamentos antagônicos possibilitaram o surgimento de cenários diversos com políticas de saúde públicas distintas que tiveram resultados díspares.

As diferentes posturas adotadas pelas instâncias do executivo, aliadas a uma sociedade desorientada e dividida politicamente, potencializaram, em algumas cidades do país, o discurso contra o distanciamento físico, entre sua população, que, sem os devidos cuidados sanitários, foi, assustadoramente, assolada pela COVID-19. Nessas cidades, houve uma perda brutal de vidas, havendo, inclusive, no país, saturação do sistema funerário. Em outras cidades, porém, seguindo instruções da Organização Mundial de Saúde (OMS), conseguiu-se represar o avanço dessa doença, barrando o crescimento da mortandade. Esse quadro variável no seu enfrentamento não é exclusivo do Brasil.³

Em termos estatísticos, no mundo, até 20 de outubro deste ano, foram identificados 40.425.663 casos de COVID-19 e 1.118.635 mortes dela decorrentes. Nas Américas, em particular, até 19 do mesmo mês e ano, somaram 18.709.984 infectados e 607.396 mortes, conforme dados fornecidos pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).⁴ No Brasil, também no dia 19, no *site* no Ministério da Saúde, indicavam-se 5.250.727 casos confirmados, 4.681.659 recuperados e 154.176 óbitos.⁵ Esses números são, apenas, um pouco divergentes daqueles apresentados pelo Consórcio de Veículos de Imprensa⁶ que informou a existência de 154.226 mortes e de

3 Ver: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ccid=BR%3Apt-419>.

4 Ver: <https://www.paho.org/pt/covid19>.

5 Ver: <https://covid.saude.gov.br/>.

6 Trata-se de uma parceria estabelecida entre Folha de S. Paulo, UOL, O Estado de S. Paulo,

5.251.127 casos registrados até 20h desse mesmo dia.⁷ Destacamos, contudo, que essa pequena variação numérica representa histórias de vidas ceifadas, prematuramente, fazendo filhos órfãos, mulheres e homens viúvos, famílias destroçadas pela dor da perda dos seus entes queridos. Já na Bahia, um dia antes, em 18 de outubro, foi informado, no Boletim da Secretaria da Saúde do Estado, que, do início da pandemia até a referida data, foram confirmados 335.351 casos, com 321.266 pessoas curadas e com 7.316 falecimentos.⁸

Embora toda a humanidade esteja diante da mesma ameaça contra a vida, como demonstram, rapidamente, os números antes expressos, os riscos de contaminação e de morte variam, de acordo os diferentes grupos populacionais, de modo que são atingidos com mais violência pela doença e com maior mortalidade os grupos geo-sócio-histórico-político-ideologicamente em situação de vulnerabilidade.

Então, em face desse vírus altamente contagioso, enquanto não forem encontrados pela ciência tratamentos, medicamentos e vacinas eficientes e seguros, o distanciamento físico, o uso de máscara, a higiene das mãos foram, são e serão prementes e as únicas opções eficientes, até agora, para conter a propagação do vírus e a contaminação das pessoas e as suas consequências.

Diante dessa gravíssima situação sanitária, apenas a ciência, com sua intensa força de trabalho e responsabilidade, amparada pela sociedade, com a solidariedade e a resiliência humanas, pode apontar soluções, ainda que essas não sejam tangíveis, tão rapidamente, já que a natureza do labor científico requer tempo para que os resultados de pesquisa sejam alcançados, publicizados, discutidos, validados pela comunidade acadêmica e para que sejam aprimorados, quando apontadas falhas.

Extra, O Globo e G1, com o objetivo de reunir e divulgar os números relativos à pandemia do novo coronavírus, alcançados através de informações fornecidas diretamente pelas secretarias de saúde estaduais. O balanço feito pelo Consórcio é fechado todos os dias às 20h. Ver em: <https://tribunaonline.com.br/brasil-chega-a-127-mil-mortes-pela-covid-19-mostra-consorcio-de-imprensa>.

7 Ver: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/19/casos-e-mortes-por-coronavirus-em-19-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>.

8 Ver: <http://www.saude.ba.gov.br/2020/10/18/bahia-registra-654-novos-casos-de-covid-19-nas-ultimas-24-horas/>.

Sobre o vírus, cabe aqui fazer um adendo, com a finalidade de observar que o planeta não está em guerra contra um inimigo invisível, enviado por um opositor político; o que acontece, hoje, com a saúde no mundo, diz respeito a mazelas dos nossos modos de vida, neste tempo histórico; atrela-se à maneira de concebermos os nossos sistemas sociais, como o político e o econômico, pensados, não poucas vezes, sem levar em consideração as possíveis reações da natureza, diante dos nossos comportamentos, também não poucas vezes, predatórios, em face do mundo natural. Assim, a ciência deve encontrar soluções para além de acabar com essa pandemia, porque outras doenças pandêmicas e outros sérios problemas poderão nos afligir, se não refletirmos sobre nossa forma de viver em Gaia.

Então, tendo em vista esse preocupante quadro de saúde e das consequências que a pandemia nos trouxe, nos traz e nos trará, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) suspendeu suas atividades acadêmicas e administrativas presenciais, no dia 18 de março, mantendo, exclusivamente, aquelas essenciais à sua proteção e à sua manutenção, além daquelas destinadas ao enfrentamento do novo coronavírus. Essa suspensão se deu pela necessidade de proteger a sua comunidade e de contribuir com as urgentes medidas de distanciamento físico, isso porque a Universidade estava ciente da gravidade do novo vírus, da sua capacidade de propagação rápida e das consequências disso para a sociedade. Assim sendo, a UFBA agiu com a responsabilidade cabível a um espaço de reflexão sobre a vida humana, de geração de ciência de qualidade e, também, de inclusão daqueles que são geo-sócio-histórico-político-ideologicamente excluídos.

Ao tomar essa importante decisão, a UFBA colaborou para evitar o colapso do sistema de saúde do Estado, evitando uma ampla circulação de pessoas e, em consequência disso, impedindo o aumento substancial do número de contaminados e conseqüentemente de mortes. Com esse cenário pandêmico, a instituição não poderia tomar outra decisão que não fosse essa suspensão, pois, tendo compromisso com a ciência, não poderia deixar de buscar preservar, indistintamente, vidas humanas, inclusive, protegendo aqueles que se acham

para além dos seus muros, isso porque sua comunidade, com seus professores, técnicos, terceirizados e estudantes, ao sair dos seus espaços de aprendizagem-convivência, vai ao encontro de suas respectivas famílias, dos seus amigos, vizinhos, dentre tantos outros grupos sociais do seu convívio.

A partir de então, em distanciamento físico, mas não social, a UFBA colocou-se em movimento. E assim, passados apenas dois meses da suspensão da maior parte de suas atividades presenciais, foi realizado o I Congresso Virtual da UFBA, que recebeu convidados de diferentes campos do saber, que aceitaram o chamado para participar desse evento que, sem dúvida, já entrou para a história de resistência da universidade pública do país. Foram dez dias de congresso, com nove salas virtuais abertas ao público, com mais de 25 mil inscritos, com mais de 700 atividades, distribuídas em mesas-redondas, palestras, intervenções artísticas e com centenas de vídeo-pôsteres.⁹

Ademais, indo além das pesquisas clássicas da área de saúde, para o tratamento da doença, outros projetos e atividades merecem destaque, como o Tele Coronavírus,¹⁰ serviço gratuito de orientações sobre o novo vírus, pensado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) da Bahia e pela UFBA, em funcionamento, desde 24 de março, através do número 155; o Drive Thru Sapeca,¹¹ que, em maio, arrecadou alimentos e produtos de limpeza para instituições credenciadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); o Crianças na UFBA na sua casa,¹² ação do Projeto de Extensão Permanente Crianças na UFBA, com o objetivo de oferecer às crianças e às suas famílias um espaço de expressão e compartilhamento de informações, nesse momento de pandemia; a Série Dizeres populares da FAMEB-UFBA,¹³ campanha educativa contra a propagação do novo coronavírus realizada pela Faculdade de Medicina (Fameb) da UFBA,

9 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=L7p2Zt5LNtM>.

10 Ver: <https://portal.fiocruz.br/noticia/servico-gratuito-de-orientacoes-sobre-coronavirus-ja-esta-em-funcionamento-na-bahia>.

11 Ver: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=17040#:~:text=Com%20o%20objetivo%20de%20arrecadar,de%20Ondina%2C%20na%20Avenida%20Adhemar>.

12 Ver: <https://ips.ufba.br/criancas-na-ufba-em-sua-casa>.

13 Ver: <http://www.fameb.ufba.br/content/encerramento-da-s-%C3%A9rie-dizeres-populares>.

que divulgou semanalmente *cards* de sensibilização da população para a implementação dos cuidados necessários para evitar a propagação do vírus, valendo-se a desfixação lexical de ditos populares brasileiros; a Rede CoVida¹⁴ (ciência, informação e solidariedade), um projeto de colaboração científica e multidisciplinar focado na pandemia, iniciado em março de 2020 como uma parceria da UFBA e do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia), objetivando monitorar a evolução da epidemia, construir modelos matemáticos, sintetizar e divulgar evidências científicas, tudo em tempo real; o Geo combate,¹⁵ grupo de pesquisa interdisciplinar que atua desde março de 2020 no monitoramento da epidemia, produzindo notas técnicas e objetivando “fornecer ou gerar dados, elaborar mapas e realizar análises espaciais relacionadas ao Covid-19, tendo como diferencial o enfoque nas questões relacionadas a análises geoespaciais de fluxos e mobilidade da população e de vulnerabilidades urbanas e socioeconômicas”. Ainda, se destacam projetos de apoio à saúde mental, além da pesquisa que identifica redes de desinformação no YouTube sobre o coronavírus, respectivamente, da área de psicologia¹⁶ e de comunicação.¹⁷

No Instituto de Letras, em particular, desenvolve-se um projeto de tradução voluntária de artigos científicos sobre a COVID-19,¹⁸ do português para o inglês e do inglês para o português, tornando, assim, mais democrático o acesso a informações sobre a pandemia. Além disso, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC), diferentes projetos foram criados, como “Educação linguística em contexto de pandemia: práticas docentes e experiências de professores de línguas”, coordenado pela Professora Lívia Márcia Tiba Radis Baptista; “Acústica da pandemia: efeitos da cobertura de rosto na produção e percepção da fala”, coordenado pelo Professor Felipe

14 Ver: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/plataforma/rede-covida>.

15 Ver: <https://sites.google.com/view/geocombatecovid19ba>.

16 Ver: <https://coronavirus.ufba.br/iniciativas-da-ufba-cuidam-da-saude-mental-de-criancas-adultos-e-profissionais-de-saude>.

17 Ver: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=17339>.

18 Ver: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/como-projetos-de-letras-artes-e-humanidades-se-engajam-contr-o-coronavirus/>.

Flores Kupske; “A terminologia relacionada às profissões da área de saúde e das doenças, no contexto da saúde pública e das pandemias entre os séculos XVIII e XXI”, coordenado pela Professora Norma Suely da Silva Pereira; e “Conceptualização metafórica em discursos sobre o novo coronavírus”, coordenado pela Professora A. Ariadne Domingues Almeida que, também, está organizando, com o Professor Augusto Soares da Silva da Universidade Católica Portuguesa, um volume especial da revista *Estudos Linguísticos e Literários* com enfoque na linguagem da pandemia sob a ótica da Linguística Cognitiva.

Neste cenário de pandemia, o corpo discente do programa foi convocado pelo edital nº 02/2020-PPGLinC para apresentar resultados de suas pesquisas, bem como para expor reflexões sobre suas respectivas áreas de conhecimento, visando à publicação de dois livros. O chamado feito no referido edital foi amplamente atendido, de modo que a comissão organizadora recebeu 66 capítulos, envolvendo 87 discentes, 37 professores do programa e 5 externos à UFBA. Os textos foram encaminhados para uma comissão científica qualificada, constituída por professores-pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior de todas as regiões do Brasil, que, aceitando, também, o nosso convite, uniram-se ao nosso movimento, para avaliar os capítulos submetidos, emitindo pareceres. Dessa forma, conforme critérios estabelecidos no citado edital, foram selecionados 42 textos, distribuídos igualmente em dois volumes, considerando-se as áreas do PPGLinC: Volume I, *Língua em movimento: história e funcionamento das línguas naturais*, abordando temas da Área I; e Volume II: *Língua em movimento: estudos em linguagem e interação*, abordando temas da Área II.

Não estivemos por um só momento parados, inertes diante da crise sanitária mundial que assolou a nossa vida, a nossa comunidade. Nesse tempo, propusemos questões de pesquisa, levantamos hipóteses, coletamos dados, fizemos palestras, participamos de mesas-redondas *on-line*, assim como frequentamos reuniões, fizemos orientações remotas via Skype, WhatsApp, Google Meet entre outras possibilidades de encontros virtuais. Além disso, escrevemos, lemos, emitimos pareceres, organizamos livros, submetemos

artigos para periódicos, dentre outras ações. E mesmo nesse tempo de reflexão, de atividades científicas de profunda relevância para nossas vidas, as universidades públicas do país sofreram fortes ataques, a exemplo dos profundos cortes orçamentários para 2021, entre outras ofensivas advindas de agentes sociais que, construindo um discurso de ódio contra instituições de conhecimento, buscam aplicar no país fundamentos da necropolítica.

É preciso repetir, quantas vezes forem necessárias: a universidade não parou um minuto sequer e isso precisa ser (re)dito e (re)escrito, para que seja registrado para a posteridade o nosso compromisso com a sociedade brasileira; é preciso informar que a nossa atuação não se limita ao importante trabalho que acontece no espaço da sala de aula, uma vez que nossas atividades ultrapassam o ato de ensinar-aprender-ensinar, porque somos agentes produtores do conhecimento e não repetidores de saberes já alcançados.

Neste tempo, pensamos, ainda, em como retomar as atividades de ensino, com o menor prejuízo possível para a nossa comunidade, porque, além da necessidade de contemplar a formação continuada para a oferta de aulas através de tecnologias digitais, precisávamos considerar a inclusão daqueles que não têm acesso aos bens de consumo essenciais para o ensino emergencial remoto, bem como necessitávamos acolher as pessoas que sofrem dores físicas e psíquicas, resultantes dessa pandemia.

Depois de ter ponderado sobre a melhor forma de retomar as atividades de ensino, levando em consideração, para isso, todas as variáveis necessárias, a fim de obter o resultado mais eficaz para nova proposta, em setembro do corrente ano, a UFBA inicia o Semestre Letivo Suplementar (SLS), por meio do ensino remoto emergencial. Para a efetivação desse semestre, foram disponibilizadas, na sua graduação, 1.825 disciplinas, 4.998 turmas, com o oferecimento de 87.442 vagas, tendo sido preenchidas 68.728. Na pós-graduação, foram ofertados 968 cursos, com 659 turmas, 14.628 vagas oferecidas e 10.499 ocupadas. Ademais, foram criadas 306 novas disciplinas, na graduação, 65, na pós-graduação, e uma na especialização, além dos cursos de extensão propostos.¹⁹

19 Ver: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=18431>.

A pandemia não foi empecilho para que o PPGLinC continuasse trabalhando, e, como resultado, oferecemos ao leitor estes livros que são uma pequena, mas importante amostra das pesquisas desenvolvidas no Programa, que completa, em plena pandemia de COVID-19, uma década de existência e que, nesta trágica situação, não deixaria de espelhar a força da resistência nordestina, diante de esquecimentos e de negligências com que tantas vezes foi o povo do Nordeste tratado no devir da história do Brasil. Acha-se, aqui, a nossa contribuição no fazer da história científica deste país, nesses tempos de pandemia.

A UFBA não pretende voltar suas atividades presenciais antes de termos as devidas orientações sanitárias e soluções científicas que nos permitam preservar vidas, evitar mortes prematuras que fragilizem famílias, independentemente, da cor da sua pele, do seu gênero, da sua orientação sexual, da sua classe social. Somos uma universidade inclusiva e queremos permanecer assim, cientes de estarmos agindo em conformidade com a ética necessária do fazer científico, não cederemos a ameaças, nem cairemos diante de compensações, como nos disse o nosso Reitor, Professor João Carlos Salles, na abertura do I Congresso Virtual da UFBA.

Feita a apresentação da gênese da obra, passamos a descrever especificamente o Volume I, *Língua em Movimento: história e funcionamento das línguas naturais*. Neste volume, concentram-se 21 textos selecionados, referentes à Área I, história e funcionamento das línguas naturais, constituída por três linhas: Teoria da Gramática (TG), com seis capítulos, Dialetologia e Sociolinguística (DS), com sete capítulos, e Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE), com oito capítulos. Nas próximas linhas, seguindo a ordem antes exposta, tecem-se alguns comentários sobre cada uma dessas linhas, bem como dos capítulos.

A linha de TG é uma das mais novas no PPGLinC-UFBA. Inicialmente vinculada à linha de variação da língua portuguesa, a TG passou a constituir uma linha independente com a reestruturação do programa proposta em 2017 e implementada em 2019, a partir da ampliação do quadro de docentes da linha e da inclusão de estudos comparativos e tipológicos que envolvem uma grande

variedade de línguas. Esta linha integral, como os capítulos que compõem este volume bem ilustram, estudos nas áreas de sintaxe, morfologia, semântica, fonologia ou interfaces, em perspectiva inter ou intralinguística. Também os trabalhos desenvolvidos no âmbito da linha envolvem tanto pesquisas descritivas quanto teóricas sobre fenômenos relacionados à arquitetura da gramática, à aquisição da linguagem, à variação e mudança linguísticas.

O primeiro capítulo do livro, *Bilinguismo: um fenômeno multidisciplinar e multifacetado*, de Larissa Nascimento Sousa e Lílian Teixeira de Sousa, coloca em pauta o conceito de bilinguismo, apresenta as particularidades dos diferentes tipos de bilinguismo – simultâneo, consecutivo, em contexto de imigração e de países multilíngues – e as dificuldades acarretadas pelas diferentes variedades desse fenômeno para a pesquisa linguística. Nesse trabalho, as autoras mostram que as pesquisas sobre aquisição bilíngue evidenciam um fenômeno bem mais complexo do que o senso comum faz supor e que seus achados são de grande importância tanto para a compreensão dos processos de aquisição da linguagem em contextos multilíngues quanto para os estudos da mudança linguística.

O capítulo seguinte, intitulado *As formas duplas em -ção e -mento no português brasileiro*, de Raisia Reis dos Santos e Cristina Figueiredo, descreve e analisa as formas duplas em *-ção* e *-mento*, no Português Brasileiro (PB). Para isso, leva em consideração a capacidade desses elementos de coocorrerem nos mesmos contextos e serem capazes de produzir nominalizações com leituras idênticas ou interpretações diferentes, fenômeno conhecido na literatura como concorrência/rivalidade de sufixo. As autoras observam que, no PB, as nominalizações a partir da adjunção dos sufixos *-ção* e *-mento* a bases verbais permitem leituras de: i) evento simples e pluralizacional, ii) resultado e iii) entidade. De acordo com a investigação realizada, as autoras demonstram que as leituras expressas pelas formas duplas em *-ção* e *-mento* estão relacionadas: i) à presença, em sua estrutura, de traços funcionais de aspecto lexical, dinamicidade, duração, telicidade; e de aspecto gramatical, perfectividade e imperfectividade: contínuo progressivo, habitual, contínuo não progressivo; ii) às fases por que passam durante a sua derivação, conforme o modelo da Morfologia Distribuída (MD).

Sob o tema *O papel dos determinantes nas construções de verbos leves*, Daniela Almeida Alves e Ana Paula Scher apresentam, no terceiro capítulo, uma proposta de classificação de construções com verbos leves no PB, considerando as propriedades do nome e o estatuto do determinante que compõem, juntamente com o nome, a parte nominal do predicado complexo que constitui essas sentenças. As autoras argumentam que, se esse elemento for um determinante propriamente dito, o nome portará traços de referencialidade e definitude e a sentença será o que denominam de construção com verbo de ação vaga (CVAV); por outro lado, se esse elemento for um operador enfático, ele não desencadeará leituras referenciais ou definidas para o sintagma nominal, que terá uma leitura especial, de evento intensificado; nesse caso, a sentença foi nomeada de construção com verbo leve verdadeiro (CVLV).

O quarto capítulo, *Os demonstrativos e os sistemas de situacionalidade na comunidade rural afro-brasileira de Helvécia*, de Ramon Arend Paranhos e Cristina Figueiredo, descreve as estratégias de deiticidade situacional no domínio nominal, com uso de demonstrativos e de reforçadores, em amostras de fala de Helvécia. Os autores analisam como são marcados os traços [\pm proximidade] do falante e/ou do ouvinte e indica uma hipótese para a emergência desses traços tendo em vista o contexto de multilinguístico em que a comunidade se formou. Entre os resultados, os autores chegam à conclusão de que: há dois demonstrativos no dialeto de Helvécia, *esse* e *aquele*, que necessitam de contexto discursivo para marcar situacionalidade; a existência de dois sistemas distintos de deiticidade em distribuição por faixa etária, podendo indicar mudança paramétrica; e foi constituído um quadro da relação de traços e suas correspondências lexicais das principais línguas doadoras.

Já o quinto capítulo, *Sintagmas preposicionados e sintagmas adverbiais no português brasileiro: adjunto, tópico ou sujeito?*, de Maiane Soares Leite Santos e Edivalda Alves Araújo, teve como objetivo analisar o comportamento sintático dos sintagmas preposicionados e dos sintagmas adverbiais em peças de teatro dos séculos XIX e XX para identificar que posição estariam ocupando à esquerda na oração: se adjunto adverbial, tópico ou sujeito. Os dados encontrados nos textos analisados

revelam que esses sintagmas podem ocorrer na posição de adjunto – a mais comum – e na de tópico – em baixa quantidade –, com raríssima ocorrência – quase inexistente – na função de sujeito – inversão locativa. As autoras ressaltam, no entanto, que os dados não foram robustos o suficiente para se conseguir inferir sobre o comportamento dos sintagmas preposicionados e dos adverbiais na posição de tópico ou de sujeito. A frequência mais encontrada foi a de função de adjunto adverbial.

Por fim, segundo Renato Medeiros da Fonseca Júnior, Larissa Santos e João Paulo Lazzarini Cyrino, autores do capítulo *Animacidade, definitude e especificidade: determinando sua significância para a distribuição de pronomes possessivos e clíticos anafóricos*, é comum atribuir aos traços de animacidade, especificidade e definitude a explicação da distribuição de diferentes formas pronominais/anafóricas do PB e, muitas vezes, a associação desses traços à distribuição das formas é dada teoricamente. Nesse trabalho, os autores mostram como alguns testes estatísticos – simulação da estatística qui-quadrado, regressão logística com conjunto de treino e teste – podem ser úteis para estabelecer a significância da associação entre os traços e os fenômenos. Os autores ilustram esses testes em dois estudos, um sobre pronomes possessivos (não) preposicionados e outro sobre clíticos anafóricos em PB e, mesmo com amostras pequenas, mostram que já é possível perceber que o traço de animacidade parece ter significativa relação com a distribuição dos pronomes possessivos e nenhum dos traços parece estar relacionado com a distribuição dos clíticos anafóricos.

A Linha de DS envolve pesquisas relacionadas à variação e à mudança linguísticas, considerando diferentes perspectivas e diversos níveis de análise. As áreas contempladas na linha propõem o estudo da língua falada e reconhecem a heterogeneidade linguística. Nesse sentido, a área da Dialetoлогия busca descrever os dialetos de forma sistemática e interpretativa e, em algumas abordagens, toma por base os princípios da Geolinguística pluridimensional contemporânea e privilegia a perspectiva espacial (diatópica) da descrição linguística, sem deixar de considerar também outros aspectos sociais relevantes, como diastrático, diageracional, diafásico e diassexual.

Os trabalhos do PPGLinC dessa vertente se concentram nos níveis fônico, morfossintático e léxico-semântico, e seus resultados visam à elaboração de estudos monográficos ou atlas linguísticos brasileiros. A área reúne principalmente pesquisadores do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), coordenado pela Professora Jacyra Andrade Mota.

Neste livro, os trabalhos da área apresentados versam sobre análises de cunho lexical. Em *As denominações para a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar no estado de Sergipe*, por exemplo, as autoras Sandra Cerqueira Pereira Prudencio e Jacyra Andrade Mota apresentam uma reflexão acerca das respostas dadas pelos informantes do estado de Sergipe do Projeto ALiB ao responderem a questão “Como se chama a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar?” – questão 182 do Questionário Semântico Lexical (QSL). A pesquisa se concentra em 16 inquéritos de três localidades, oito da capital e quatro de cada cidade do interior: Estância e Propriá. Com base nos princípios da Dialetologia Pluridimensional, da Etnolinguística e da Linguística Cognitiva, as autoras encontram 12 itens léxicos variantes da aguardente, dentre os quais se destacam os de maior produtividade, representatividade e saliência, permitindo considerar como os mais prototípicos *Cachaça*, *Pinga* e *51*.

Considerando também dados do ALiB, Ana Rita Carvalho de Souza e Marcela Moura Torres Paim observam, no texto *A identidade social de faixa etária em dados lexicais de Astros e Tempo do Projeto ALiB*, os marcadores discursivos que identificam os sujeitos como membros de um grupo social. As autoras utilizam dados referentes a 30 cidades de nove estados brasileiros, contando com a contribuição de 144 informantes, estratificados em sexo, duas faixas etárias e dois níveis de escolaridade. Considerando as perspectivas diatópica e diageracional, elas verificam se as escolhas lexicais feitas são influenciadas pela idade desses falantes, dando enfoque a três perguntas do QSL, referentes à área semântica de *Astros* e *Tempo*. Os resultados indicam marcas como “os antigos”, “quando eu era pequeno”, “minha avó falava assim”, entre outras, que caracterizam a identidade social de faixa etária dos entrevistados.

No capítulo *A vida e os costumes do campo: o que o léxico revela sobre a migração histórica e cultural dos ciganos*, Geysa Andrade da Silva e Silvana Soares Costa Ribeiro buscam a compreensão de marcas de práticas culturais próprias do grupo étnico, debruçando-se sobre o que revelam os informantes ciganos sobre o nomadismo do grupo *Calon*. Nesse sentido, as autoras analisam aspectos da descrição lexical observada no inquérito aplicado em grupos ciganos da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia, bem como a identidade evidenciada na área semântico-lexical pesquisada. Com base nos princípios da Lexicologia, da Ciganologia e da Dialetologia Pluridimensional, as análises apontam para uma tentativa de ler uma determinada instalação sociocultural do grupo étnico, através dos campos semânticos de atividades pastoris, abrangendo seus princípios de organização, rotina e hábitos e até questões de cunho mais subjetivo.

Partindo para o campo da Sociolinguística, a área tem foco na descrição das relações que acontecem entre fatores linguísticos e sociais referentes a fenômenos linguísticos. As diversas tendências da sociolinguística moderna são abordadas a exemplo dos estudos em perspectiva comparativa, ou relacionadas às atitudes linguísticas ou aos estudos sobre gênero. No PPGLinC, as pesquisas estão voltadas à relação língua e sociedade e buscam ampliar o conhecimento da realidade sociolinguística do país e do contato entre línguas ocorrido na formação do PB. A descrição e a análise dos fatos linguísticos levam em conta aspectos históricos, espaciais, sociais, culturais, étnicos e identitários, abarcando todos os níveis da língua e/ou suas interfaces: fonético, fonológico, morfológico, sintático, lexical e semântico.

Neste volume, os trabalhos se voltam principalmente para as questões de contato entre línguas, especificamente entre o português e as línguas africanas, e para os níveis fonológico, morfológico e sintático. No texto *A expressão do dativo no português rural da comunidade quilombola de Montevidinha, oeste da Bahia*, por exemplo, Marcelo da Silva Souza, Isis Juliana Figueiredo de Barros e Josane Moreira de Oliveira descrevem a variação na expressão do dativo na variedade falada de Montevidinha, comunidade quilombola do

município de Santa Maria da Vitória (BA). Os autores analisam 439 dados no programa GoldVarb X e encontram as seguintes taxas: dativo nulo (71%), dativo preposicionado (16%), dativo sem preposição (6%), clítico dativo (7%). Considerando duas rodadas binárias – dativo nulo *versus* dativo realizado, e dativo não-preposicionado *versus* dativo preposicionado –, os resultados indicam que: (1) os verbos de transferência verbal favorecem o dativo nulo; (2) os verbos de transferência material e movimento favorecem o dativo realizado; (3) os verbos de transferência material e de transferência verbal e a estrutura sintática V DAT (OD) favorecem o dativo sem preposição; e (4) os verbos de movimento e a estrutura V OD DAT favorecem o dativo preposicionado. Em relação aos condicionamentos sociais, os falantes mais jovens e os que estiveram mais tempo fora da comunidade favorecem o dativo preposicionado, enquanto os falantes mais velhos e os que se mantêm mais isolados preferem o dativo sem preposição.

No capítulo *Os processos de síncope e de rotacismo em Helvécia/BA: reflexões iniciais sobre transmissão linguística irregular*, Eleneide Oliveira Silva, Ludquellen Braga Dias e Juliana Ludwig Gayer retomam os resultados de trabalhos realizados sobre dois fenômenos fonológicos variáveis, a síncope nas proparoxítonas e o rotacismo que ocorre no ataque complexo, no português afro-brasileiro da comunidade de Helvécia (BA). Com base também em outras análises na comunidade, as autoras refletem sobre a relação entre os processos fonológicos considerados e a hipótese da transmissão linguística irregular. Nesse sentido, são levantadas algumas considerações a fim de propor reflexões iniciais sobre a relação entre os processos linguísticos, as características sociais dos informantes, principalmente as relacionadas à faixa etária e à estada fora da comunidade, e a formação sócio-histórica da comunidade com a proposta defendida.

Considerando ainda a questão do contato entre línguas na formação do português brasileiro, Thamis Santana Coelho Assis e Alan Norman Baxter apresentam o texto *Sobre variação e mudança na concordância de P4 no português de Almoarifé (São Tomé): uma comparação com o português afro-brasileiro*. Nesse trabalho, os autores estudam a variação na concordância verbal na primeira pessoa do plural

(P4) do português falado na comunidade Almojarife, localizada em São Tomé, na África, com o objetivo de discutir o *status* sociolinguístico desse fenômeno na variedade africana do português. Os autores sinalizam que a aquisição do português falado na comunidade de Almojarife também ocorreu numa situação de contato entre línguas de tipologias diferentes, com uma aquisição do português que resultou numa variedade de língua que se distancia bastante do português do colonizador. São analisados, então, os fatores sociais faixa etária e escolarização para verificar se, em Almojarife, a concordância de P4 se encontra em variação estável ou mudança em curso, opondo-se ou não ao comportamento do mesmo fenômeno no português afro-brasileiro.

Os autores Alfa dos Santos Silom e Gredson dos Santos propõem, no capítulo *A língua portuguesa na Guiné-Bissau: política linguística no período pós-independência*, uma reflexão sobre a política linguística adotada na Guiné-Bissau depois da independência para escolher a língua oficial. Os autores apresentam o cenário linguístico guineense antes e depois da independência, com vistas à compreensão da conjuntura linguística do país, e observam que o principal protagonista da luta para a independência foi o maior influenciador para a escolha do português como língua oficial. Considerando o fato de que diversos problemas educacionais e sociais atingem uma grande parte da população, que fala o guineense como língua materna e não o português, os autores concluem que a política linguística que coloca o português como única língua oficial até hoje no país reforça os altos índices de exclusão social e de fracasso escolar que marcam a Guiné-Bissau.

A linha LHFHCE apresenta resultados de pesquisas vinculadas ao estudo da constituição histórica e da mudança das línguas naturais, com aparato teórico e metodológico fundamentado na teoria da variação e da mudança, nos estudos filológicos, na crítica textual, nas teorias sobre a distribuição espacial da língua e do contato linguístico-cultural e na constituição de amostras linguísticas e análises quali-quantitativas de dados. Esta linha abrange pesquisas de três áreas que têm em comum os estudos sincrônicos e/ou diacrônicos e se concentram na descrição e na análise dos processos de

variação e mudança que afetam as línguas naturais, no estudo dos modos de produção, transmissão, circulação, recepção e preservação dos textos, sobretudo verbais, mas também não verbais, na construção de diferentes tipos de edições especializadas, na análise, em perspectiva teórico-metodológica interdisciplinar, do desenvolvimento histórico das práticas sociais de ler e de escrever e na diversidade de funções e de distribuição da leitura e da escrita nas sociedades.

Em termos da tradição, a área de Linguística Histórica (LH), ou linguística diacrônica, é entendida como a disciplina que trata das mudanças que uma dada língua sofreu ao longo do tempo. Porém, a pesquisa em LH tem se instaurado, enquanto práxis, em termos mais dinâmicos e complexos, compreendendo não só os estudos da mudança linguística – LH *stricto sensu* –, mas também os estudos que partem de dados datados e localizados – quer coevos, quer pretéritos –, considerando tanto fatores intralinguísticos, quanto sócio-históricos. Fazendo um paralelo acerca da visão ampliada da disciplina história por Le Goff (1990), que a entende como a ciência que estuda o homem nos tempos, podemos dizer que a LH é a ciência que estuda as línguas nos tempos. No PPGLinC, a LH tem se destacado por oferecer estudos relevantes acerca da descrição e análise de processos de mudança que afetam as línguas românicas, entre as quais o francês e o espanhol, e, em especial, a língua portuguesa; descrevendo e analisando sincronias passadas, com destaque para o português arcaico e para o PB de séculos pretéritos.

Os trabalhos relativos à LH são iniciados por Nival Almeida Santos Neto e Antonia Vieira dos Santos, no texto *A categoria semântica de agente humano em compostos [VN]_N do português: uma leitura orientada pela Morfologia Construcional*, que analisa a produtividade e a polissemia do padrão de composição [VN]_N no português, em uma perspectiva construcional, tal como aplicada por Booij (2010), Gonçalves (2016), Simões Neto (2017), Soledade (2018), Tavares da Silva (2019) e Santos e Simões Neto (2020), com base em 165 formações, extraídas do *Dicionário Houaiss Eletrônico de Língua Portuguesa*, de Houaiss e Villar (2009), como *limpa-vidros, bate-papo, arranca-rabo, puxa-saco, salva-vidas, porta-joias*,

guarda-roupa, caga-regras, porta-voz, lambe-botas, lava-cu, quebra-molas, quebra-mar, fura-bolo e mata-piolho.

Em seguida, no texto *A terminologia das roupas íntimas femininas na França entre a Belle Époque e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Ingrid Oliveira Santos Silva e Célia Marques Telles analisam 13 termos ligados às roupas íntimas utilizadas na França no início do século XX (1903-1917), a partir de revistas especializadas em moda da época, como a *Le Figaro-Modes*, a *Les Modes*, a *Femina* e a *Les modes de la femme de France* e com base nos estudos terminológicos propostos por Finatto (2001), Finatto e Krieger (2004), Cabré (2005) e Almeida (2011), mostrando o quanto o conhecimento da Terminologia pode acrescentar na formação histórica de uma língua e em uma maior compreensão da sociedade que a emprega.

Em *La diversidad del español y la enseñanza de e/le en Brasil*, Sebastian Stanley, Alexandra Gomes dos Santos, Aline dos Santos de Andrade e Carlos Felipe Pinto propõem reflexões acerca do imaginário criado pelo senso comum, sendo nutridos pelo poder unificador e homogeneizante da gramática normativa, que propaga a ideia de que deve ser desconsiderado aquilo que estiver fora da norma institucionalizada, alimentando preconceitos sobre as variedades que estão ausentes ou pouco representadas nos meios reguladores. Nesse contexto, o trabalho tece uma breve discussão sobre aspectos concretos da diversidade do espanhol americano, com dados das variedades paraguaia e mexicana, assim como dialoga sobre como a variedade do espanhol é encarada no ensino da língua no Brasil.

Sob o tema *Breve estudo sobre as palavras compostas de configuração Nome-Nome na Crónica de D. João I (séc. XV)*, Yasmim Conceição Borges e Antonia Vieira dos Santos analisam o padrão compositivo Nome-Nome (NN) no português arcaico, a partir da identificação, registro e descrição dos compostos NN na *Crónica de D. João I (séc. XV)*. Pesquisas realizadas sobre a composição de palavras no português arcaico têm demonstrado que o padrão NN não é produtivo nessa fase. Com o intuito de contribuir com essas pesquisas, e para um maior conhecimento da frequência desse

padrão compositivo no português arcaico, na análise linguística, os compostos NN serão examinados pelas autoras relativamente a aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, com base na proposta de Ribeiro e Rio-Torto (2016).

A área de Filologia é compreendida como um campo de investigação que se ocupa da edição e do estudo de textos produzidos, em diversas épocas, e dos fatos linguísticos, discursivos, históricos e culturais documentados nesses textos – literários ou não literários. As pesquisas filológicas apresentam diferentes configurações teóricas, metodológicas e epistemológicas, visto que os textos editados registram variabilidade sócio-histórica e cultural. Nessa perspectiva, no contexto do PPGLinC, a Filologia tem se destacado no desenvolvimento de estudos relacionados à Crítica Textual e à constituição de *corpora* linguísticos, considerando as materialidades e as historicidades textuais e, por consequência, os modos de produção, circulação, recepção e preservação dos textos. Dessa forma, a Filologia tem contribuído no desenvolvimento de diferentes propostas de edições, no âmbito da Crítica Textual, no estudo da constituição histórica das variações e mudanças das línguas românicas – nos diversos níveis de análise – documentadas em textos, no estudo crítico paleográfico, diplomático e codicológico, nas trilhas da filologia e das humanidades digitais, e na preservação, conservação, restauro e estudo de documentos de acervos.

As reflexões acerca da Filologia são iniciadas por Verônica de Souza Santos e Arivaldo Sacramento de Souza, no trabalho *O 13 de maio em Carolina Maria de Jesus: leitura crítica e filológica*, que apresenta reflexões sobre o estudo dos acervos de Carolina Maria de Jesus, partindo do recorte da data de 13 de maio de 1958, que integra a primeira obra publicada da escritora *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada, lançada em 1960. Com base nos manuscritos e no texto impresso, são observados os elementos que são demarcados no processo de edição, mostrando fatos que vão marcar diretamente estereotípias em torno do texto da autora mineira, ocultando atributos que relevam seu letramento e propriedade intelectual.

No texto *Recolhimentos femininos e adultério: características culturais e aspectos filológicos na edição de uma carta de José Fernandez de Portugal*, Luane Ribeiro da Conceição, Rose Mary Souza de Souza e Norma Suely da Silva Pereira desenvolvem um estudo acerca da imagem da mulher na sociedade colonial, a partir de aspectos observados na edição semidiplomática (SPINA, 1977) de dois fólios de uma carta manuscrita, assinada, datada, provavelmente, do início do século XIX, analisando aspectos das práticas culturais (CHARTIER, 2002; ALGRANTI 1993) que foram preponderantes para o enclausuramento feminino no contexto do sistema patriarcal, na América portuguesa.

No que diz respeito à História Social da Cultura Escrita (HSCE), é um campo investigação que se volta para a análise das práticas de escrita e materialidades do escrito em sociedades históricas, fundamentalmente indagando as razões por que cada sociedade faz uso da escrita e como a escrita se distribui em cada sociedade, tendo em conta o fato de que a sua distribuição foi e é sempre desigual. Interessa-se ainda esse campo pelos discursos e representações sobre a escrita, bem como por entender as distintas formas de sua recepção e apropriação. Ao associar-se, no âmbito do PPGLinC, à Filologia e à LH em uma mesma linha de pesquisa, a HSCE, embora se constitua como campo autônomo, contribui tanto para uma melhor compreensão dos processos de mudança linguística analisados a partir de textos escritos, como também para a construção de diferentes tipos de edições especializadas.

Os trabalhos relativos à área de HSCE são iniciados por Patrícia Vilela da Silva, Álvaro César Pereira de Souza e Emília Helena Portela Monteiro de Souza, no texto *Não me chame pela cor: escolarização elementar e distribuição étnica nas províncias de Sergipe del Rey e da Bahia no Século XIX*, que apresenta os resultados de duas pesquisas sobre o processo de escolarização no século XIX: a primeira pesquisa, na província de Sergipe del Rey; e a segunda, na província da Bahia – na Freguesia da Vila de Jacobina. Nessas pesquisas, se evidencia o papel da escolarização relacionada às questões demográfico-étnicas, tendo como diretrizes teóricas os estudos sobre a constituição da história social linguística do Português Brasileiro (PB) e da HSCE.

Por fim, no texto *O fator escolarização da língua portuguesa e os agentes escolarizadores na Bahia do século XIX*, Adilson Silva de Jesus, Carolina Antonia Silva Trindade, Erick Nunes Santos e Emília Helena Portela Monteiro de Souza propõem a reconstrução da história da escolarização da língua portuguesa, na Bahia, no século XIX, em diferentes contextos: aula domiciliar na fazenda do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras; ensino no colégio associado ao Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, em Santo Amaro da Purificação; e as aulas pelo método de Ensino Mútuo do Padre Manoel Joaquim de Azevedo em Cachoeira. As três pesquisas apresentadas baseiam-se nos pressupostos teóricos da História Social Linguística e da História da Cultura Escrita.

Esta apresentação teve como objetivo apresentar a gênese dos dois volumes intitulados *Língua em Movimento*, situando-a geo-sócio-histórico e politicamente, partindo de um contexto mais amplo da COVID-19 no mundo, passando pelo contexto nacional até chegar ao contexto institucional da UFBA. Além disso, objetivou apresentar os 21 capítulos fruto do trabalho conjunto entre discentes e docentes em uma demonstração de movimento contínuo em favor do fazer científico.

Antes de concluí-la, é preciso também registrar, além dos autores listados nesta apresentação, a importância dos orientadores que não participaram como coautores, mas que, mesmo não tendo participado diretamente das produções publicadas nesses volumes, tiveram um papel fundamental, motivando seus alunos, orientando-os sobre os temas a serem publicados, escolhendo a melhor abordagem, realizando a revisão da(s) versão(ões) dos trabalhos etc. Gostaríamos de agradecer à comissão científica que dispensou parte de seu tempo à leitura dos trabalhos, contribuindo para a seleção dos artigos em um curto período de tempo, garantindo a execução do projeto no tempo previsto, bem como a qualidade desse trabalho. Agradecemos também a Flávia Goulart M. G. Rosa, diretora da EDUFBA, cujo empenho para a publicação desses volumes no prazo idealizado não pode ser esquecido. Ainda precisamos render os nossos agradecimentos às professoras Sonia Maria Lazzarini Cyrino e Célia

Marques Telles e ao Reitor da UFBA, João Carlos Salles Pires da Silva, pela importante contribuição ao escreverem, respectivamente, o prefácio, a orelha e a quarta-capa deste volume. Agradecemos também às professoras Tânia Conceição Freire Lobo e Juliana Soledade Barbosa Coelho pela contribuição no processo de redação desta apresentação; ao professor José Amarante Santos Sobrinho pela paciência e gentileza no processo de editoração dos livros; e, por fim, nem por isso menos importante, cabe o agradecimento à professora Silvana Soares Costa Ribeiro, que participou como idealizadora de todas as etapas desse projeto.

Tendo tudo isso posto, convidamos aqueles que se interessam pelos estudos da linguagem a lerem os livros do PPGLinC e fazemos esse chamado convictos que, das leituras realizadas, problematizações e questões de pesquisas serão feitas e possibilitarão que novos estudos sejam tecidos, fazendo emergir redes de conhecimentos que fortaleçam a ciência no Brasil, mantendo viva e vibrante a rede solidária do labor científico.

Boa leitura! Resistamos seguindo na construção de conhecimentos!

Salvador, Bahia, outubro de 2020

Cristina Figueiredo

Ariadne Domingues Almeida

Juliana Ludwig Gayer

Lilian Teixeira de Sousa

Eliana Correia Brandão Gonçalves

Parte I
TEORIA DA GRAMÁTICA

BILINGUISMO: UM FENÔMENO MULTIDISCIPLINAR E MULTIFACETADO

Larissa Nascimento Sousa

Lílian Teixeira de Sousa

1 INTRODUÇÃO

Uma das grandes contribuições da gramática gerativa para a teoria linguística diz respeito à aquisição da linguagem, uma vez que a linguagem é vista como uma capacidade inata e própria da espécie humana. De acordo com Lightfoot (2006), em seus primeiros anos de vida, as crianças desenvolvem sistemas que se caracterizam por seu alcance linguístico individual e aos quais chamamos de gramáticas. Esses sistemas, que podemos chamar ainda de língua-I, emergem nas crianças de acordo com o que dita a capacidade da linguagem e as demandas da língua-E¹ a qual são expostas. Assim, nessa perspectiva, crianças são vistas como internamente dotadas de certas informações, que os linguistas denominam Gramática Universal (GU), mas precisam ser expostas a dados linguísticos primários (línguas-E) para desenvolverem uma gramática, uma capacidade linguística madura, ou seja, uma língua-I. De tempos em tempos, no entanto, nós observamos que as crianças adquirem sistemas que são significativamente diferentes dos sistemas pré-existentes, ou seja, elas desenvolvem uma gramática diferente da de seus pais. A mudança linguística se dá, assim, a partir de diferenças entre gerações, e são explicadas como resultado de mudanças nos dados linguísticos primários.

Nos últimos 30 anos, muito tem se discutido sobre o que causa a mudança linguística. Segundo Kroch (1989; 2001), a mudança linguística se dá

¹ Línguas-I(nternas) ou gramáticas são propriedades de cérebros individuais, enquanto língua-E(xterna) é um fenômeno em grupo, o efeito cumulativo de uma gama de línguas internas e seu uso. Para mais informações, ver Chomsky (1981; 1986).

a partir de uma falha na transmissão de traços linguísticos através do tempo, ou seja, por desvio de aprendizagem. Ainda segundo o autor há dois tipos de desvio que levam ao aprendizado incorreto: 1) formas incorretas usadas por adultos aprendizes de segunda língua em certos tipos de contato linguístico, e 2) desvios cometidos pelas crianças que sobrevivem à correção subjacente ao período de aquisição. No entanto, muitos estudos diacrônicos, apesar de apontarem a aquisição da linguagem como lócus da mudança linguística, trazem poucas referências ao processo de aquisição em si. Para Meisel (2011), o trabalho investigativo sobre a aquisição bilíngue pode instigar novas explicações para a mudança diacrônica, rejeitando ou colaborando as abordagens vigentes. Para esse autor, investigar processos de desenvolvimento da linguagem no presente pode ajudar a entender os processos no passado, incluindo os fatores externos que servem de gatilho para os processos de mudança.

Um ponto importante ao se analisar os processos que levam à reanálise em casos de mudança linguística é que eles envolvem, na maioria das vezes, a aquisição bilíngue ou multilíngue. Se, por um lado, há situações em que falantes não nativos de uma língua constituem o grupo predominante no ambiente linguístico a que as crianças estão expostas, por outro lado, há também contextos em que os falantes adquirem uma língua de seu ambiente como segunda língua, ou seja, aquisição sucessiva de bilíngue tanto por crianças quanto por adultos. Com isso, vemos que os contextos de aquisição bilíngue são tão importantes quanto complexos. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é problematizar o conceito de bilinguismo, tentar entender as particularidades dos diferentes tipos de bilinguismo – simultâneo, consecutivo, em contexto de língua de herança, em contextos multilíngues – e as dificuldades acarretadas pelas diferentes variedades desse fenômeno para a pesquisa linguística. Nesse trabalho tentamos compreender como a conceituação do termo bilíngue envolve uma série de questões teóricas e metodológicas que podem afetar profundamente o olhar com qual o pesquisador enxerga o seu objeto de pesquisa dentro da área de Second Language Acquisition² (SLA) e afins.

2 Aquisição de Segunda Língua.

2 QUE É BILINGUISMO AFINAL?

Os conceitos de bilinguismo e de indivíduo bilíngue são fundamentais para qualquer pesquisador da área e nunca é demais enfatizar qual tipo e as definições de quais autores se está utilizando para guiar a pesquisa. Esse campo de estudos está recheado com as mais variadas definições que levam em conta os mais variados aspectos; algumas definem o fenômeno considerando apenas os aspectos linguísticos envolvidos – como a sintaxe e a fonética utilizada pelo falante – ; outras levam em consideração dimensões mais complexas como, por exemplo, características psicológicas e cognitivas – como a afinidade ou aversão às línguas sendo adquiridas, por exemplo – próprias aos indivíduos bilíngues.

Esse trabalho versa, basicamente, a respeito do conceito de bilinguismo bem como a respeito de algumas das suas dimensões. Falaremos brevemente acerca das línguas de herança e a razão pela qual os indivíduos que as têm são também, em nosso ponto de vista, bilíngues. Como será explicado no decorrer do texto, ser bilíngue é, na perspectiva de alguns autores e também da nossa, a realidade mundial e não a exceção. Isso se e somente se passarmos a analisar o bilinguismo como o fenômeno complexo que ele é e não considerarmos apenas questões de proficiência, fluência e a quase natividade dos indivíduos bilíngues. Esperamos que fique claro, no decorrer do capítulo, que existem os mais diversos tipos de indivíduos bilíngues, tanto quanto diferentes definições de bilinguismo.

Bilinguismo, no senso comum, se refere ao domínio de duas línguas, utilizar duas línguas com frequência; coexistência de duas línguas em um país, em que sejam usadas de maneira regular pela sociedade; é a condição de um país que possui duas línguas oficiais, etc. Se sairmos, contudo, da seara do senso comum, é possível notar que o bilinguismo é um fenômeno complexo e multidimensional, e para melhor entender o seu funcionamento é necessário compreender, pelo menos, algumas de suas dimensões.

De acordo com alguns autores (HAMERS; BLANC, 2000; SOUSA, 2018), os conceitos de bilinguismo e indivíduo bilíngue podem parecer

não problemáticos à primeira vista. Hamers e Blanc (2000, p. 6, tradução nossa)³ apresentam uma definição retirada de um dicionário que apresenta dois conceitos importantes e que são vistos de maneira equivocada por parte considerável da população:

De acordo com o Webster's dictionary (1961) um indivíduo bilíngue é definido como 'tendo ou sendo capaz de utilizar duas línguas com a fluência característica de um falante nativo; uma pessoa utilizando duas línguas, especialmente, habitualmente e com o controle de um falante nativo' e bilinguismo como 'o constante uso oral de duas línguas'.

A utilização desses termos dessa maneira faz com que se acredite que o bilinguismo é um fenômeno muito mais raro do que ele de fato é; ser bilíngue, nesse ponto de vista, é dominar e utilizar duas línguas de forma nativa, com proficiência alta e de maneira acurada. Contudo, se considerarmos as dimensões do bilinguismo, veremos que, ao contrário do que muitos pensam, ser bilíngue – ou multilíngue – é a regra e não a exceção; se considerarmos, pelo menos algumas das dimensões que serão apresentadas no decorrer do capítulo, mais da metade da população mundial poderá ser considerada bilíngue.

Assim como outros autores (GROSJEAN, 1989; HAMERS; BLANC, 2000; SOUSA, 2018; SALGADO; DIAS, 2010), consideramos bilíngue todo e qualquer indivíduo que faz uso de dois códigos linguísticos distintos, em qualquer nível de proficiência, e que não necessita ser fluente em todas as particularidades das línguas – sintaxe, fonologia, morfologia, etc. Além disso, para ser bilíngue, não é necessário possuir uma competência balanceada nas línguas. No senso aqui apresentado, ser bilíngue é fazer uso de dois ou mais códigos linguísticos e independe da idade e contexto de aquisição.

3 Texto original: "According to Webster's dictionary (1961) bilingual is defined as 'having or using two languages especially as spoken with the fluency characteristic of a native speaker; a person using two languages especially habitually and with control like that of a native speaker' and bilingualism as 'the constant oral use of two languages'".

[...] o bilinguismo é um fenômeno presente em quase todo o mundo e não há distinção de classe social e faixa etária, além disso, pesquisas estimam que metade do mundo é composta por indivíduos bilíngues. A maioria desses indivíduos adquiriram suas línguas durante fases diversas de suas vidas e, raramente, possuem fluência equivalente nelas e poucos são os bilíngues capazes de interpretar e traduzir com maestria.⁴ (GROSJEAN, 1996, p. 2, tradução nossa)

Dessa forma, para diversos autores, e também para nós, um indivíduo bilíngue é aquele capaz de utilizar pelo menos duas línguas em seu dia a dia. Essa definição abarcaria, então, desde aquele indivíduo que possui alto nível de proficiência em todas as línguas que utiliza e em todas as suas dimensões, até aqueles indivíduos que dominam apenas algumas habilidades nas línguas.

3 ALGUMAS DIMENSÕES DO BILINGUISMO

Aqui utilizaremos as dimensões de bilinguismo apresentadas em Hamers e Blanc (2000), mas devido a questões de espaço, não nos deteremos a cada uma delas da forma como gostaríamos. Os referidos autores apontam a necessidade de estudar o bilinguismo como o fenômeno multidimensional que ele é e, por isso, apresentam seis dimensões que são de extrema importância para a compreensão do fenômeno. O bilinguismo pode ser estudado de acordo com: (1) competência nas duas línguas; (2) organização cognitiva; (3) idade de aquisição; (4) presença da comunidade da segunda língua (L2) no ambiente; (5) *status* relativo das línguas; e (6) conjunto de membros e identidade cultural. Como é possível ver no Quadro 1 abaixo, adaptada de Hamers e Blanc (2000), cada uma dessas dimensões é subdividida em algumas outras:

4 Texto original: “In fact, bilinguals acquire and use their languages for different purposes, in different domains of life, with different people. It is precisely because the needs and uses of the languages are usually quite different that bilinguals rarely develop equal fluency in their languages. The level of fluency attained in a language (more precisely, in a language skill) will depend on the need for that language and will be domain specific. It is thus perfectly normal to find bilinguals who can only read and write one of their languages, who have reduced speaking fluency in a language they only use with a limited number of people, or who can only speak about a particular subject in one of their languages”.

Quadro 1 - As dimensões do bilinguismo

| DIMENSÕES | TIPO DE BILINGUISMO |
|---|--|
| 1. Competência em ambas as línguas | a) Bilinguismo balanceado b) Bilinguismo dominante |
| 2. Idade de aquisição | a) Bilinguismo infantil (i) simultâneo (ii) consecutivo b) Bilinguismo adolescente c) Bilinguismo adulto |
| 3. Presença da L2 na comunidade | a) Bilinguismo endógeno b) Bilinguismo exógeno |
| 4. <i>Status</i> da língua na sociedade | a) Bilinguismo aditivo b) Bilinguismo subtrativo |

Fonte: adaptado de Hamers e Blanc (2000).

Se levarmos em consideração a competência, os indivíduos bilíngues podem ser classificados basicamente em duas categorias: (1) balanceado ou (2) dominante. No primeiro caso, nos referimos aos indivíduos que possuem uma competência equivalente nas duas ou mais línguas que possuem; essa dimensão não diz respeito ao nível de proficiência, um indivíduo bilíngue será considerado um indivíduo bilíngue balanceado mesmo que a sua proficiência nas duas línguas seja pequena, o que importa aqui é que sejam equivalentes. No segundo caso, ele possui uma competência dominante em uma das línguas e essa língua é, geralmente, a sua primeira língua (L1).

Hamers e Blanc (2000) apontam que um indivíduo que adquire em casa dois idiomas, ainda durante a infância, foi educado nos dois idiomas e usa ambos de maneira regular tanto em casa quanto no trabalho é, muito provavelmente, um bilíngue balanceado. Já o indivíduo que cresceu em um país no qual sua L1 é considerada uma L2 pela maioria de seus habitantes, pode ser considerado como fazendo parte do grupo de bilíngues dominantes, podendo, nesse caso, ser dominante na L2 quando adquirida na infância ou na L1.

Outro fator interessante quando se trata de bilinguismo é a presença da L2 na comunidade em que o indivíduo se encontra. A depender desse fator, o tipo de bilinguismo pode ser classificado em (1) endógeno ou (2) exógeno. O primeiro tipo se refere a quando há a presença de duas ou mais línguas na comunidade em que o indivíduo vive; tome como exemplo o indivíduo que adquire inglês e francês no Canadá e mantém contato frequente com as duas línguas. Já o segundo se refere à aquisição de duas ou mais línguas em um contexto no qual o indivíduo não mantenha contato frequente com todas as línguas; tome como exemplo o inglês sendo adquirido no Brasil, em que o indivíduo adquirente tem contato com a língua apenas na escola ou cursos de idioma, ou o espanhol como língua de herança⁵, no qual o indivíduo mantém contato com a língua apenas em seio familiar.

Além de todas essas dimensões que devem ser consideradas ao se falar de bilinguismo, assim como apresentado no quadro acima, Hamers e Blanc (2000) apontam que ser bilíngue está também intimamente relacionado com a cultura do indivíduo. Os indivíduos bilíngues podem ser, então, (1) biculturais, pertencem a dois grupos e possuem duas identidades culturais; (2) monocultural, se identificando apenas com a cultura da L1; (3) acultural, se identifica apenas com a cultura da L2; e (4) descultural, seu pertencimento a um grupo linguístico e a uma cultura é considerado ambíguo.

Os indivíduos bilíngues podem ser classificados também de acordo com o *status* das línguas que possuem. Podemos observar que de acordo com essa dimensão os indivíduos são classificados em (1) bilíngues aditivos e (2) bilíngues subtrativos. Os bilíngues aditivos são aqueles que utilizam duas línguas socialmente valorizadas e de prestígio; por falarem línguas de alto valor na sociedade, não possuem desvantagens do ponto cognitivo. Os bilíngues subtrativos, por sua vez, enfrentam alguns desafios e desvantagens cognitivas, pois a sua L2 é socialmente mais valorizada do que a sua L1.

5 Como veremos no decorrer do texto, língua de herança pode ser um termo de difícil definição. O termo é, geralmente, utilizado para designar uma língua não oficial e é uma língua relacionada com a etnicidade e com a família dos indivíduos que a utiliza.

Alguns dos ditos prejuízos cognitivos e a supervalorização da L2 em relação à L1 do falante podem ser claramente observadas no contexto das línguas de herança. As línguas de herança, por serem, muitas vezes, restritas ao contexto familiar e com grande fator étnico envolvido, são consideradas línguas minoritárias e pouco utilizadas na sociedade, fora do contexto familiar do indivíduo. Pode ser bastante comum encontrar falantes de língua de herança que se recusam a utilizar a sua L1 e querem a todo custo eliminar as características culturais da sua L1 a fim de não sofrer preconceito na comunidade de falantes de L2. Muitas línguas de herança são perdidas, porque as gerações mais novas se recusam a aprender, por motivos muito individuais.

Levando em consideração o contexto de aquisição, é bem provável que os falantes de língua de herança se encaixem no segundo grupo de indivíduos bilíngues e, além disso, é pouco provável que a língua adquirida em casa – a língua de herança – seja aquela em que possuem nível mais alto de proficiência, especialmente se essa língua for considerada uma língua minoritária e de pouco prestígio na sociedade em que vivem.

Além disso, podemos mencionar os casos em que as famílias são constituídas por indivíduos de diferentes nacionalidades. Em casos em que um casal que vive nos Estados Unidos e tem um filho ou filha, sendo o pai norte americano, por exemplo, e a mãe brasileira; não raras vezes, a criança opta, de maneira inconsciente, por falar a língua utilizada no ambiente linguístico em que se encontra, nesse caso, a língua inglesa. Em situações assim muitas vezes não importa se a mãe brasileira tenta falar em português com a criança – como forma de incentivar a utilização da língua –, o bloqueio da criança pode ser tão forte que ela não conseguirá adquirir o português ou terá um nível de proficiência e habilidades linguísticas muito baixas na língua em questão.

3.1 BILINGUISTO SIMULTÂNEO

O bilinguismo simultâneo acontece durante a infância, antes dos 10 anos⁶ e a criança desenvolve duas línguas L (2L1), respectivamente L_A e L_B, levando em consideração a ordem em que são adquiridas. Esse tipo de bilinguismo costuma ser bastante comum em famílias que possuem e utilizam duas línguas no seio familiar. O que pode ser observado acerca desse tipo de bilinguismo é que a aquisição se dá de maneira unilateral e informal, o que quer dizer que, geralmente, a criança é exposta a duas ou mais línguas em contexto familiar, o que vai acarretar em uma criança com competência equivalente nas duas línguas, de acordo com o que é proposto em Hamers e Blanc (2000).

Segundo Almeida e Flores (2017), a aquisição bilíngue em contexto simultâneo ocorre mais comumente em três formas diferentes: (1) quando há duas línguas, geralmente maioritárias e com alto nível de prestígio, partilhadas pela comunidade – Quebec, por exemplo, faz o uso do inglês e do francês – ; (2) em contexto de língua de imigração, nesse caso estamos lidando com um tipo de língua de herança no qual a língua não é considerada oficial, mas possui uma comunidade representativa de falantes que dá suporte para a sua utilização dentro da comunidade, as autoras citam como exemplo o uso do castelhano nos Estados Unidos; e (3) quando as línguas de imigração ou de herança são consideradas de pouco prestígio e, segundo as autoras, sua utilização é restrita, muitas vezes, ao seio familiar, não havendo interação com comunidade externa à família por não haver tantos indivíduos falantes dessa língua na comunidade ou pelo suporte à utilização dessa língua ser exclusivo à família: como exemplo temos o inglês em Portugal. Para melhor sistematizar esses três contextos, observe o quadro abaixo retirado de Almeida e Flores (2017):

6 Há divergências quanto a essa idade na literatura. Para Meisel (2001), a aquisição simultânea é a que ocorre até os cinco anos.

Quadro 2 - Tipos e exemplos de bilinguismo

| | Língua maioritária | País |
|----------------------------------|-----------------------------|----------|
| Língua maioritária (comunidade) | francês – inglês | Canadá |
| Língua minoritária Comunidade | português europeu - francês | França |
| Familiar | inglês-português europeu | Portugal |

Fonte: adaptado de Almeida e Flores (2017).

Vale salientar que há também no Brasil contextos de aquisição bilíngue simultânea, especialmente entre as comunidades indígenas. De acordo com Melatti (2014), na comunidade de falantes no alto do rio Negro⁷ é possível encontrar falantes simultâneos de línguas pertencentes às famílias Aruaque, Tucano e Macu. Podemos citar essa comunidade – bem como comunidades indígenas de outras regiões do país – como exemplo do bilinguismo descrito acima. No Rio Negro é muito comum encontrar indivíduos vivendo em situações de multilinguismo. As crianças indígenas do povo tucano, por exemplo, crescem falando pelo menos duas línguas, a L1 do seu pai e a L1 da sua mãe. Isso acontece porque, nessa região, os casamentos são realizados entre indivíduos falantes de línguas diferentes.

Nessas comunidades, os casamentos geralmente acontecem entre pessoas que falam diferentes línguas e, por isso, ao longo da vida as crianças acabam aprendendo pelo menos duas línguas: uma com a mãe e outra com o pai! Na região também são faladas línguas francas e línguas gerais, como o português, o espanhol e o nheengatu. Pela importância que as línguas possuem na transmissão de conhecimentos entre gerações, o multilinguismo é fundamental para a história dos povos de língua tukano. Falar mais de uma língua, no caso dos povos indígenas, é aprender novos conhecimentos associados a cada uma delas! (MULTILINGUISTICO, 2020)

7 A região do Noroeste Amazônico, que abrange a bacia do Alto Rio Negro, onde a linha fronteira entre o Brasil e a Colômbia faz um desenho que lembra uma cabeça de cachorro, é habitada tradicionalmente há pelo menos dois mil anos por etnias que falam idiomas pertencentes a três famílias linguísticas: Aruaque, Maku e Tukano. (ETINIAS..., 2020)

Nessa comunidade, “os povos indígenas da região estão organizados num sistema hierárquico de unidades preliminares e exogâmicas, de tal modo que cada um tem uma língua”. (MELATTI, 2014, p. 83) Como o casamento entre falantes da mesma língua é estritamente proibido nessas comunidades, o bilinguismo e multilinguismo são frequente e a diversidade linguística é a regra e não a exceção.

A aquisição simultânea de mais de uma língua por um único indivíduo tem atraído o interesse de muitos pesquisadores e resultado em um grande número de pesquisas nos últimos 30 anos. Há, por exemplo, um grande número de evidências que indicam que esse tipo de aquisição se qualifica como uma instância de aquisição de primeira língua.

A referência a estas situações diversas, quer a nível de dinâmica linguística familiar, quer a nível do suporte social para a utilização das línguas fora de casa, pretende salientar o facto de existir uma grande variedade de situações de bilinguismo, o que poderá levar a uma grande variação entre as crianças bilingues simultâneas, quer na utilização das línguas, quer a nível de velocidade de aquisição ou ainda de padrões de desenvolvimento. Para além das propriedades gramaticais de cada língua, que poderão influenciar a aquisição bilingue, é certo que outros fatores também influenciam o bilinguismo, tais como a quantidade de exposição que a criança recebe em cada uma das línguas, o prestígio das duas línguas, o incentivo e o suporte social para cada língua, entre muitos outros. (ALMEIDA; FLORES, 2017, p. 279)

Meisel (2001) afirma que, apesar dos diversos conhecimentos desenvolvidos a esse respeito, resultados baseados em dados de crianças bilíngues são, muitas vezes, excluídos das discussões sobre a natureza dos mecanismos de desenvolvimento. Para esse autor, no entanto, a faculdade humana da linguagem predispõe o indivíduo a se tornar bilíngue e precisamos adequar as teorias de língua e de gramática de forma a refletir esse fato. E reforça ainda que o que causa diferenças entre o desenvolvimento de uma L1 monolíngue e bilíngue não é a presença de uma outra língua, mas diferentes

mecanismos de aquisição. Assim, a diferenciação gramatical resultado da aquisição bilíngue simultânea é de interesse prioritariamente teórico, já que está diretamente relacionada à nossa compreensão da faculdade da linguagem humana e coloca a seguinte questão: são os seres humanos cognitivamente equipados para se tornar multilíngues?

Para Meisel (2001), a resposta a essa questão tem relevância prática imediata para indivíduos bilíngues ou multilíngues, suas famílias e comunidades, seja indígena ou imigrante, e dependendo da resposta, pode gerar diferentes atitudes a respeito de como o bilinguismo se desenvolve e diferentes tipos de suporte podem se tornar disponíveis tanto para indivíduos quanto comunidades bilíngues.

É fato, no entanto, que a comunicação bilíngue envolve muita mistura linguística, não só no nível lexical, mas também de partes da gramática. Esse tipo de mistura levantou questões sobre se crianças bilíngues seriam capazes de diferenciar representações mentais de suas línguas, o que foi motivado por certo desconhecimento sobre como escolhas linguísticas de trocas de código operam em interações multilíngues. Longe de ser uma deficiência, o que estudos empíricos mostram é que este tipo de uso linguístico é governado por regras e provém meios comunicativos adicionais quando comparado às interações monolíngues. Milroy e Muysken (1995), por exemplo, mostram que o *code switching*⁸ em interações multilíngues é guiado por fatores sociolinguísticos e pragmáticos.

Uma das hipóteses sobre o desenvolvimento bilíngue atualmente é a de que as crianças diferenciam os dois sistemas assim que têm acesso ao conhecimento gramatical. (DE HOUWER 1990; MEISEL 1989) Há, no entanto, duas sub-hipóteses relacionadas a essa, a Hipótese do Desenvolvimento Interdependente, que propõe que uma das línguas serve como guia para o desenvolvimento da outra; e a Hipótese de Desenvolvimento Autônomo, segundo a qual a aquisição de cada uma das duas línguas faladas pelos indivíduos bilíngues segue o mesmo desenvolvimento lógico que guia a aquisição de suas respectivas línguas por crianças monolíngues.

8 Alternância de código linguístico.

3.2 BILINGUISMO CONSECUTIVO

O bilinguismo consecutivo pode acontecer em diversas fases da vida e de maneiras distintas. Crianças adquirindo uma língua após os dez anos de idade se encontram nesse tipo de aquisição, bem como os adolescente e os adultos. Assim como o bilinguismo simultâneo, esse também pode se desenvolver em contexto informal, mas ao contrário do primeiro, pode também ser desenvolvido em ambientes formais de ensino, como escolas bilíngues. (HAMERS; BLANC, 2000, p. 29)

Ainda de acordo com Hamers e Blanc (2000), quando falamos nesse tipo de bilinguismo, é raro se falar em competência equivalente nas línguas, embora não seja impossível. O mais comum quando se fala de bilinguismo consecutivo é que o indivíduo possua uma proficiência maior naquela língua que é a sua L1 e isso fica cada vez mais característico quanto mais tardio for o processo de aquisição da L2.

É importante salientar que, como aponta Meisel (2011), o bilinguismo é uma condição fundamental para o processo de mudança linguística, especialmente o bilinguismo consecutivo. Além disso, Meisel (2001) aponta que as crianças monolíngues e também as bilíngues encontram informações estruturais cruciais da língua alvo presente nas variedades da L2 disponíveis em seu ambiente linguístico. O autor ainda aponta a complexidade de se estudar casos de aquisição bilíngue e multilíngue; é possível encontrar casos de línguas sendo utilizadas com menor nível de proficiência do que as outras e, por isso, o autor salienta a importância de se investigar se o processo de aquisição dessa língua não se deu com menor nível de sucesso do que a aquisição das outras línguas utilizadas com alto nível de proficiência.

Um ponto importante de se distinguir, segundo Meisel (2001), a aquisição bilíngue simultânea da consecutiva tem a ver com a marcação paramétrica. Se uma criança marca um parâmetro em uma língua antes de marcar o parâmetro correspondente na outra língua, isso não é visto como um tipo de remarcação. Isso tem a ver com o chamado período crítico de

aquisição. Em outras palavras, alguns autores assumem que a remarcação não é possível para aprendizes de segunda língua em aquisições sucessivas de uma ou mais línguas.

Segundo Meisel (2001), na aquisição simultânea de uma língua, no entanto, um parâmetro específico pode ser marcado com diferentes valores em gramáticas diferentes, independentemente se isso acontece de forma sincronizada ou atrasada em uma delas, isso significa que esse valor se mantém acessível. Com isso, o autor argumenta que a GU não deve ser vista como um sistema que se transforma na gramática específica de uma língua no curso da aquisição. O fato de no desenvolvimento bilíngue cada gramática se desenvolver essencialmente da mesma forma que em aprendizes monolíngues explica como crianças bilíngues descobrem facilmente as propriedades estruturalmente dependentes de cada língua quando comparadas a aprendizes de segunda língua consecutivos.

3.3 BILINGUISMO, LÍNGUAS DE HERANÇA E MULTIDIALETALISMO

Como vimos, a aquisição simultânea de línguas é apenas uma instância de desenvolvimento de L1, enquanto a aquisição consecutiva segue um processo diferente de aquisição e tem um papel relevante nos processos de mudança linguística. Há, no entanto, alguns contextos não discutidos e que são relevantes para se compreender os fenômenos tanto linguísticos quanto cognitivos de aquisição bilíngue, referimo-nos a língua de herança e multidialetalismo.

O termo falante de língua de herança é, geralmente, utilizado para designar falantes e/ou aprendizes de uma língua considerada não oficial no contexto social em que vivem e a aprendizagem e utilização dessa língua está intimamente relacionada com questões familiares e/ou de razões étnicas.

[...] definir uma língua de herança é uma tarefa problemática. Além disso, as percepções dos educadores da área de língua e dos linguistas nem sempre coincidem com

a percepção das várias comunidades linguísticas que devem ser abarcadas por essa definição ou com a percepção do público em geral.⁹ (WILEY, 2001, p.28, tradução nossa)

De acordo com Wiley (2001), nos Estados Unidos uma língua de herança é aquela usada para se referir à língua dos imigrantes, às línguas faladas pelos povos indígenas, e também às línguas coloniais. Outro aspecto que deve ser considerado, para além da definição do termo língua de herança, como aponta o autor, é quais indivíduos devem ser considerados aprendizes de uma língua de herança, quais indivíduos devem ter a oportunidade de adquirir essas línguas? Outro ponto crucial é, qual o nível de proficiência que um indivíduo deve possuir para ser considerado falante de uma língua de herança? E, afinal, qual a característica que deve ser mais fortemente considerada: proficiência ou etnicidade?

Definindo de forma ampla, falante de língua de herança é a criança ou adulto membro de uma comunidade linguística minoritária que cresceu exposto à língua do seu ambiente familiar e à língua maioritária. Para alguns pesquisadores, essa definição também inclui línguas indígenas, não apenas as línguas dos imigrantes (FISHMAN, 2006). Representações de falantes dessas línguas são os espanhóis, leste asiáticos, russos e árabes.¹⁰ (MONTRUL, 2010, p.4, tradução nossa)

Como apontado por Montrul (2010), os falantes de língua de herança, apesar das diversas disparidades apresentam algumas características em comum. Talvez uma das características mais marcantes é que apesar do contexto de aquisição, apesar dos diferentes *backgrounds* linguísticos, das diferentes culturas em que estão inseridos, das classes sociais, contexto educacional e as diferentes variedades da língua a que são expostos, todos

9 Texto original: “[...] defining heritage language is problematic. Moreover, perceptions of language educators and linguists do not always coincide with those of various language communities to be served or with those with those of the public at large”.

10 Texto original: “Broadly defined, heritage speakers are child and adult members of a linguistic minority who grew up exposed to their home language and the majority language. For some researchers, this definition also includes indigenous languages, not just immigrant languages (FISHMAN, 2006). Representative minorities are Spanish, East Asian, Russian, and Arabic heritage speakers”.

os falantes de língua de herança compartilham o comando parcial da língua utilizada por sua família.

Falantes de língua de herança fazem parte de um tipo especial de bilinguismo infantil. Devido ao fato de a língua de sua família ser uma língua minoritária, nem todas as crianças falantes de língua de herança têm acesso à educação na língua de herança. Conseqüentemente, a grande maioria dos adultos falantes de língua de herança, geralmente, possuem proficiência e comandos linguísticos muito altos na língua maioritária, enquanto proficiência e alfabetização a língua de suas famílias (a língua de herança) variam consideravelmente. ¹¹ (MONTRUL, 2010, p.4-5, tradução nossa)

Vale salientar que é possível encontrar falantes de língua de herança com alta proficiência nas duas ou mais línguas que utiliza, mas geralmente, a língua de herança é aquela que possui menor proficiência e é considerada a sua língua fraca. Montrul (2010) aponta ainda que a proficiência nas línguas de herança possui muita variabilidade, podendo ir desde capacidade meramente receptiva – majoritariamente, compreensão – até a níveis intermediários ou avançados na produção oral e também escrita.

Já em relação ao multidualtalismo, é importante dizer que falantes de L1 são multidialetais, uma vez que se movem dentro do espaço de variação linguística, determinado pela situação, região ou variáveis sociolinguísticas. A variação de registro, em especial, é tida por alguns autores como um tipo de diglossia, especialmente nos estudos sobre mudança linguística. Tracy (1998), por exemplo, afirma que a variação de registro implica diglossia sintática em indivíduos, em outras palavras um multilinguismo dialetal, já que nesses casos há a presença de evidência conflitante no ambiente linguístico da criança. (KROCH, 2001)

11 Texto original: “Heritage speakers are a special case of child bilingualism. Because the home or family language is a minority language, not all heritage language children have access to education in their heritage language. Consequently, the vast majority of adult heritage speakers typically have very strong command of the majority language, while proficiency and literacy in the family language varies considerably”.

Essa variabilidade levou Roeper (1999) a postular a noção de “bilinguismo universal”. Para esse autor, todos podemos ter duas gramáticas: uma com os parâmetros selecionados no valor positivo (G1) e outra no valor negativo (G2). Assim, se o falante usa a G1 e a G2 como gramáticas nucleares distintas, deve ser considerado um bilíngue *stricto sensu*. A gramática universal, nessa proposta, define um conjunto de representações *default* comum a todos os falantes denominada Minimal Default Grammar (MDG). As estruturas da MDG projetariam menos do que gramáticas particulares, algo que poderíamos definir como minigramáticas. A ideia de representações *default* não é nova, mas a inovação da proposta de Roeper está em propor que a MDG continua latente mesmo tendo sido descartada, o que leva a hipótese de acesso indireto à GU.

Argumentamos que um tipo estreito de bilinguismo existe em todas as línguas. É possível encontrar esse tipo de bilinguismo sempre que: duas propriedades existem em uma língua, mas não podem ser estabelecidas em uma única gramática. Nós rotulamos essa afirmação de Bilinguismo Teórico (TB). Esta visão é ortogonal às dimensões sociais óbvias do bilinguismo, que compreensivelmente deram uma estatura predominante à perspectiva sociolinguística do bilinguismo.¹² (ROEPER, 1999, p. 3, tradução nossa)

Por fim, vimos que são muitos os fatores que interferem e delimitam os processos de aquisição bilíngue: (1) a exposição aos dados linguísticos que servirão de *input*; (2) se a aquisição é simultânea ou sucessiva; (3) o conhecimento prévio; e (4) a instrução formal. Veja no quadro abaixo o resumo de como esses fatores podem interferir em cada contexto de aquisição bilíngue.

12 Texto original: “We argue that a narrow kind of bilingualism exists within every language.² It is present whenever: Two properties exist in a language that are not stateable within a single grammar. We label this claim Theoretical Bilingualism (TB). This view is orthogonal to the obvious social dimensions of bilingualism which understandably have given predominant stature to the sociolinguistic perspective on bilingualism”.

Quadro 3 - Alguns tipos de aquisição e possíveis fatores de interferência

| | L1 | 2L1 | LH | L2c | L2 | L3 |
|---------------------------|----|-----|-----|-----|----|-----|
| >1 língua | - | + | + | + | + | + |
| Input, exposição reduzida | - | ? | + | + | + | + |
| Aquisição sucessiva | - | - | -/+ | + | + | + |
| Conhecimento prévio | - | - | -/+ | + | + | + |
| Instrução | - | - | - | - | - | +/- |

Fonte: elaborado pelas autoras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definir o que é bilinguismo, como vimos no decorrer do texto, é de suma importância para a pesquisa científica da área de SLA, mas não é uma tarefa fácil e é considerada, por muitos, problemática.

De acordo com a definição adotada nesse trabalho, podemos considerar que mais da metade da população mundial é constituída por indivíduos bilíngues. Dentre esses indivíduos bilíngues se enquadram aqueles que adquiriram duas línguas simultaneamente e, quase que conseqüentemente, apresentam uma competência equivalente nas duas línguas que utilizam; consideramos bilíngues também aqueles indivíduos que adquirem duas línguas de maneira consecutiva, em contexto formal ou informal, durante a infância ou não e que podem ou não possuir proficiência equivalente nas duas ou mais línguas que utilizam; nessa perspectiva, consideramos bilíngues também aqueles indivíduos que são falantes ou aprendizes de línguas de herança, independente do seu nível de proficiência e idade de aquisição.

Como foi possível observar, na perspectiva que adotamos nesse trabalho (HAMERS; BLANC, 2000; SOUSA, 2018), ser bilíngue pode ter a ver com o nível de proficiência do falante, a idade e o contexto de aquisição,

mas por o bilinguismo ser considerado um fenômeno complexo, várias outras dimensões devem ser consideradas se o pesquisador desejar descrever e/ou compreender o fenômeno em sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.; FLORES, C. Bilinguismo. In: FREITAS, M. J. F.; SANTOS, A. L. (ed.). *Aquisição de língua materna e não materna: questões gerais e dados do português*. Berlin: Language Science Press, 2017. p. 275–304.

CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: its origin, nature and use*. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

DE HOWER, A. *The Acquisition of Two Languages from Birth: a Case Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ETINIAS do Rio Negro. *Povos Indígenas no Brasil*, [s. l.], 2020. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Etnias_do_Rio_Negro. Acesso em: 11 ago. 2020.

GROSJEAN, F. Living with two languages and two cultures. In: PARASNIS, I. (ed.). *Cultural and Language Diversity and the Deaf Experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HAMERS, J. F.; BLANC, M. H. A. *Bilinguality and Bilingualism*. 2. ed. Reino Unido: Cambridge University Press, 2000.

KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language variation and change*, New York, v.1, p. 199-244, 1989.

KROCH, A. Syntactic Change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (ed.). *Handbook of Syntax*. Blackwell, 2001. p.1-41.

LIGHTFOOT, D. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MEISEL, J. Bilingual language acquisition and theories of diachronic change: Bilingualism as cause and effect of grammatical change. *Bilingualism: language and cognition*, v. 14, n. 2, 2011. p. 121-145.

MEISEL, J. Early differentiation of languages in bilingual children. *In: HYLSTENSTAM, K.; OBLER, L. (ed.). Bilingualism Across the Lifespan: aspects of Acquisition, Maturity, and Loss.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 13-40.

MEISEL, J. The simultaneous acquisition of two first languages: Early differentiation and subsequent development of grammars. *In: CENOZ, J.; GENESEE, F. (ed.). Trends in Bilingual Acquisition.* Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2001. p. 11-42.

MELATTI, J. C. *Índios no Brasil.* 9. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

MILROY, L.; MUYSKEN, P. (ed.). *One Speaker, two Languages: cross-disciplinary perspectives on code-switching.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MONTRUL, S. Current Issues in Heritage Language Acquisition. *Annual Review of Applied Linguistics*, Cambridge, v. 30, p. 3-23, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/231964691>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MULTILINGUISMO. *Mirim Indianere Brasil*, [Brasil], 2020. Disponível em: <https://mirim.org/nb/node/16660>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ROEPER, T. Universal Bilingualism. *Bilingualism: language and cognition*, Cambridge, v. 2 n. 3 p. 169-86, 1999.

SALGADO, A. C. P.; DIAS, F. H. Desenvolver a bilinguagem: foco da educação bilíngue e do ensino de línguas. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 35, p. 145-153, 2010. Número especial.

SOUSA, L. N. *A interferência das diferenças paramétricas no processo de aquisição de língua inglesa por crianças bilíngues falantes de português brasileiro: um estudo de caso.* 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras: Língua Inglesa) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TRACY, R. Transfer versus coexistent systems. *Bilingualism: language and cognition*, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 185-186, 1998.

WILEY, T. G. On defining heritage language and their speakers, 2001. *In: PEYTON, J. K.; RANARD, D. A.; MCGINNIS, S. (ed.) Heritage languages in America: preserving a national resource.* McHenry: Center for Applied Linguistics, 2001. p. 29-37.

AS FORMAS DUPLAS EM **-ÇÃO** E **-MENTO** NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Raisa Reis dos Santos

Cristina Figueiredo

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo descreve e analisa as formas duplas em *-ção* e *-mento* (e.g. *assanhação/assanhamento*), num *corpus* do português brasileiro (PB), buscando explicar a motivação da escolha de *-ção* ou de *-mento* a partir da mesma base verbal. Em oposição a Santos (2006), que afirma que a variação entre esses sufixos acontece de forma excepcional na língua portuguesa, Reis (2016) demonstrou que esse fenômeno é frequente e ocorre de forma produtiva no Português Brasileiro (PB).

Na literatura, diversos trabalhos têm registrado o uso de sufixos diferentes a partir das mesmas bases nas línguas, seja com significados idênticos, seja com significados distintos. (FÁBREGAS, 2010; MELLONI, 2010; RODRIGUES, 2013) As explicações para esse comportamento são diversas. Sob o enfoque semântico, Melloni (2010), no italiano, concentra sua análise no significado lexical expresso pelo verbo que serve de base às nominalizações de ação que aceitam sufixos diferentes. Por outro lado, numa abordagem sintática, em especial, Fábregas (2010) demonstra que, no espanhol, a escolha dos afixos nominalizadores é determinada por propriedades semânticas, sintáticas e (estruturais) da base. Os autores têm em comum o fato de constatarem que, nessas línguas, a escolha de sufixos diferentes que formam nominalizações com interpretação idêntica não é idiossincrática, mas motivada por fatores linguísticos diversos, conforme se discute na segunda seção.

Tendo em vista que, nesses trabalhos, os autores buscaram explicações sobre a motivação para a escolha de um sufixo em detrimento do outro nas nominalizações, no presente estudo, busca-se verificar se no PB: i) há uma (não) rivalidade entre os sufixos *-ção* e *-mento*, derivando formas duplas com leituras distintas, mas também com interpretações idênticas; ii) com base na análise dos dados coletados, numa perspectiva morfossintática e semântica (formal), os traços morfológicos de aspecto – lexical e gramatical – determinam a estrutura sintática envolvida na construção dessas formações. Neste trabalho, com base no modelo teórico da Morfologia Distribuída (MD) (HALLE; MARANTZ, 1993; 1994; MARANTZ, 1997 e posteriores), pretende-se analisar as formas duplas em *-ção* e *-mento* considerando a capacidade de expressarem leitura idêntica e leitura distinta, a fim de verificar os aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos que permitem essas duas possibilidades. Para tanto, busca-se responder as seguintes questões: i) como os itens de vocabulário funcionais *-ção* e *-mento* são inseridos na derivação das formas duplas no PB com esses sufixos? ii) Nessas formações, quais traços gramaticais são retirados da numeração e, posteriormente, utilizados na derivação? e iii) que contexto de inserção determina a escolha de *-ção* ou de *-mento* pelo falante?

Na literatura linguística, os sufixos *-ção* e *-mento* são concebidos como formas concorrentes/rivais (SANDMANN, 1986; ROCHA, 1999), visto que competem pela adjunção às mesmas bases verbais, ocasionando a existência de formas duplas no PB. Desse modo, neste trabalho, a partir da análise dos dados empíricos, apresentam-se três tipos de leitura para essas formações: i) com interpretação eventiva, podendo ser evento pluralizacional¹ e evento simples, como em (1) e (2), respectivamente; ii) resultado, como em (3); e iii) entidade, como em (4).²

1 Nesse tipo de leitura, apenas o sufixo *-ção* é requerido pelo falante.

2 Os exemplos utilizados neste trabalho fazem parte do *corpus* constituído por Reis (2016) durante sua pesquisa de mestrado e doutorado, coletados em sítios eletrônicos – sites e blogs – da língua portuguesa do Brasil. Os sites e blogs foram selecionados, com vistas a diversificar os temas. Fez-se a busca a partir dos sufixos *-ção* e *-mento*, sem o auxílio de dicionários, a fim de construir um *corpus* de formações em uso pelos falantes da língua. Foram encontrados 91 pares de formas duplas

(1) **Evento pluralizacional**

- a. Sabia que de vez em quando a *acabação* era forte, mas nunca imaginei que ele pudesse ser envolvido por algo tão barra pesada.
- b. vixeeeeee foi uma *juntação* de tijolo pra levantar cama e guardar roupa da turma que Deus me defenda (sic).

(2) **Evento simples**

- a. Bom eu tenho um cão da raça dogue canario ou presa canario e queria saber o preço da *adestração* dele (sic).
- b. O *adestramento* vem sendo muito utilizado para facilitar a convivência e comunicação entre cães e donos.

Conforme Reis (2016), (1) expressa múltiplos eventos denotados em um único evento. Em (1a), a iteratividade denotada pela nominalização com a adjunção do sufixo *-ção* à base verbal expressa a atividade de “divertir-se a exaustão” e, em (1b), a “de juntar tijolos”, de forma iterativa. De acordo com Oliveira (2014, p. 18-19), “a formação com esse sufixo parece descrever a repetição/iteração ou um prolongamento no desenvolvimento do evento, em formas como: beijação, pegação, falação, compração e limpezação (Joana passou o dia nessa limpezação de casa, roupas, sapatos, joias, bolsas, é uma compração sem fim!)”.

Em (2), por outro lado, o evento expresso indica o evento/processo de adestrar cães. Em (2a), a interpretação de evento simples é atestada pela inserção de um verbo de implementação, selecionando a nominalização, “realizar a adestração dele” (REIS, 2016). Em (2b), a leitura é confirmada pela presença da locução verbal “vem sendo”³ que evidencia desenvolvimento, característica de nominalizações com leitura de evento simples, como apontado por Reis (2016).

em *-ção* e *-mento*, totalizando 182 ocorrências, distribuídas entre as leituras de evento simples (82); resultado (67); evento pluralizacional (19) e entidade (14).

3 Sabe-se que, em nominalizações com interpretação de leitura de evento pluralizacional, a inserção dessa locução também é possível – A *azaração* vem sendo forte/frequente entre os adolescentes.

(3) **Resultado**

- a. [...] fico contente por ele ter os sonhos dele, porém a minha *contentação* (durante muito tempo) era aquela sofrida[...].
- b. Nem tudo pode ser mudado em nossas vidas, mas (ter) o *contentamento* faz com que o ser aceite o imutável e fornece poder para enfrentar as adversidades [...].

Em (3a) a leitura de resultado da nominalização é confirmada por meio da inserção da expressão temporal – durante x tempo⁴ –, denotando duração de um estado no tempo. Já em (3b), a inserção do verbo “ter” antes da nominalização evidencia também essa leitura. O verbo *ter*, por sua natureza estativa, seleciona nominalizações que denotam resultado. (REIS, 2016)

(4) **Entidade**

- a. Uma paciente me procurou para denunciar que deveria estar tomando essa *medicação* desde o dia 1º de setembro.
- b. Quando Harry Poole experimenta um novo *medicamento* para a doença bipolar.

As nominalizações em (4) denotam produtos ou coisas, isto é, representam entidades no mundo real e não podem ser interpretadas como construções eventivas ou de resultado, visto que não denotam desenvolvimento de um processo, ação ou seu resultado. Além disso, não permitem serem modificadas por expressões temporais. Segundo Reis (2016), nomes de entidade podem apresentar marcas morfológicas evidentes que passaram por uma camada verbal, como a presença de vogal temática, porém não apresentam propriedades verbais, como a presença de traços aspectuais.⁵

4 As nominalizações eventivas – evento simples e pluralizacional – também permitem a expressão, durante x tempo, porém, nestas, a interpretação é a de duração de um desenvolvimento de um processo/evento no tempo (estágios), enquanto que nas de resultado, denota a duração de um estado no tempo. (REIS, 2016)

5 Embora haja formas duplas com leitura de entidade, essas formações não serão discutidas, considerando o fato dessas formações não apresentarem traços aspectuais. Neste trabalho, investiga-se a hipótese de que as leituras observadas nas formas duplas são explicadas por diferenças aspectuais.

Como visto, diferentemente dos nomes com interpretação de entidade, as nominalizações com leitura eventiva – evento simples e pluralizacional – e de resultado, além de apresentarem marcas explícitas de morfologia verbal, podem ser modificadas por expressões temporais (REIS, 2016), evidenciando os traços de aspecto que determinam o tipo de leitura expresso – exemplos 1, 2 e 3.

Para a investigação da hipótese defendida, neste trabalho, lançou-se mão das noções de aspecto, lexical e gramatical (CROFT, 2012; SMITH, 1997; VENDLER 1967), conforme segunda seção. Na próxima seção, são descritos os procedimentos da análise na identificação do tipo de leitura expressa pelas formas duplas em *-ção* e *-mento* no PB.

2 IDENTIFICANDO O TIPO DE LEITURAS DAS FORMAS DUPLAS EM *-ÇÃO* E *-MENTO*

Para a análise das formas duplas em *-ção* e *-mento*, no PB, foram coletadas formações consideradas consagradas e não consagradas. Desse modo, buscou-se no *corpus* de 91 pares de formas duplas – 182 construções – com os sufixos *-ção* e *-mento* a partir da mesma base, observando suas diferentes interpretações, descritas na introdução deste capítulo. As ocorrências foram separadas em dois conjuntos: 57 pares de formas duplas com o mesmo significado e 34 pares expressando leituras diferentes. A fim de garantir a transparência da leitura proposta, evento simples, pluralizacional e resultado, às nominalizações investigadas, foram aplicados os critérios/testes linguísticos considerados na análise, conforme o Quadro 1.⁶

6 Para aprofundamento de cada teste/critério estabelecido na análise, consultar Reis (2016). Os quadros e representações são renumerados a cada seção.

Quadro 1 - Critérios/testes utilizados
na identificação do tipo de leitura

| | Critérios/Testes | Evento simples | Evento pluralizacional | Resultado |
|-----|--|-----------------------|-------------------------------|------------------|
| I | Natureza semântica do verbo | | | |
| | <i>Verbos de percepção</i> | + | - | - |
| | <i>Verbos de cessação</i> | + | - | - |
| | <i>Verbos de implementação</i> | + | - | - |
| | <i>Verbos terminativos</i> | + | - | - |
| | <i>Verbos de execução</i> | + | - | - |
| | <i>Verbos que denotam estado</i> | - | - | + |
| II | Possibilidade de Presença de expressão temporal | | | |
| | <i>Durante x tempo</i> | - | + | + |
| | <i>Em X tempo</i> | + | - | - |
| | <i>Por x tempo</i> | + | - | - |
| | <i>Às x tempo</i> | + | - | - |
| III | elementos que indiquem iteratividade (somente com o sufixo <i>-ção</i>) | - | + | - |

Fonte: adaptado de Grimshaw (1990), Brito e Oliveira (1997), Reis (2016), Reis e Figueiredo (2018).

Considerou-se como “critérios de identificação” (sublinhados) a presença de expressões que evidenciam/reforçam leitura expressa pela nominalização – exemplos 5a, 6a e 7. Por outro lado, quando na sentença em que ocorre a formação não há marcas linguísticas que possam reforçar a leitura expressa pelas nominalizações, foram introduzidas nas sentenças expressões que, sem alterar seu sentido, tornassem mais evidente a leitura da construção. A esse procedimento chamamos de “testes de identificação”, entre parênteses, como nos exemplos (6b) e (7b).

- (5) a. O presente artigo trata sobre qual é o melhor momento para se aplicar ou recomendar a *clareação* dentária aos pacientes ortodônticos. (evento simples)
b. Após 10 anos de pesquisa, (aplicar) o *clareamento* dentário pode ser considerado seguro para a maioria das pessoas. (evento simples)

Em (5a), a presença do verbo de implementação (aplicar), que seleciona a nominalização, confirma sua leitura de evento simples. A formação denota o evento/processo de “clarear os dentes”. Do mesmo modo, em (5b), ao se inserir o mesmo verbo, têm-se também essa interpretação.

- (6) a. Eu fiz um amigo a pouco tempo e eu não acho que seja saudável eu ter um preocupamento repentino por ele. (Resultado)
b. Para pais de filho único, a preocupação (durante anos) pode ser um estado de tempo integral. (Resultado)

Em (6), as nominalizações com leitura de resultado também podem ser atestadas utilizando-se os critérios e testes propostos. Em (6a), a leitura é confirmada pela presença do verbo ter, como critério de identificação, que seleciona nominalizações estativas com interpretação de resultado. Em (6b), o teste de inserção da expressão temporal – durante x tempo –, confirma a leitura de resultado, pois denota a duração de um estado no tempo. Como apontado por Reis (2016), nomes com essa leitura se comportam como situações estativas. De acordo com Smith (1997, p. 32, tradução nossa), “estados são situações estáveis que se mantêm por um momento ou um intervalo. Eles têm seus traços temporais [Estático], [Durativo]”.⁷

- (7) a. Então ele fica naquela agoniação, ele come rápido, ele come bem rápido pra querer voltar pra a TV, terminar as coisas dele pra assistir TV (sic). (evento pluralizacional)
b. passando o maior perrengue la em casa com a caixa dagua que ta com problema menino mas eh uma roubação de paz sem fim mas ta certo vida que segue (sic). (evento pluralizacional)

7 Texto original: “States are stable situations which hold for a moment or an interval. They have yhe temporal features [statics], [Durative]”.

Em (7), a leitura das nominalizações de evento pluralizacional pode ser atestada pela presença dos elementos (sublinhados) no contexto da formação, que carregam a ideia de iteratividade, como critério de identificação. Em (7a), a *agoniação* ocorre de forma repetida, pelas múltiplas atividades de comer. Em (7b), “a paz é roubada” repetidas vezes, sinalizando a iteratividade denotada pela nominalização. Tendo clara a distinção entre os tipos de leitura expressos pelas nominalizações, foram examinadas as propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas responsáveis pela distinção entre as formas duplas.

3 DESVENDANDO A (NÃO) RIVALIDADE ENTRE -ÇÃO E -MENTO NO PB: A ANÁLISE

A investigação sobre a rivalidade entre os sufixos busca desvendar se a escolha dos sufixos *-ção* e *-mento* na derivação das formas duplas é idiossincrática ou o resultado de uma concorrência que mobiliza desde os traços semânticos inerentes à base ou ao próprio afixo até, em modelos construcionistas, como o da MD (MARANTZ, 1997), a traços que entram na derivação, formando uma camada e levando à escolha de um ou de outro sufixo, o que poderia interferir na leitura das formações resultantes.

A rivalidade entre sufixos, de modo geral, tem sido definida como a capacidade de esses elementos cobrirem o mesmo espaço semântico e terem o mesmo efeito em suas bases, conforme aponta Melloni (2010), isto é, possibilitam a mesma interpretação, quando são adjungidos às bases. Em seu estudo sobre a rivalidade dos nominais de ação, no italiano, a autora concentra-se em padrões regulares, em especial, a semântica verbal dessas formações, em vez de examinar seu comportamento no contexto sintático. Segundo a autora, a combinação base-sufixo não é completamente idiossincrática, mas o sufixo parece selecionar o verbo com base em propriedades aspectuais, por exemplo:

[...] *-aggio* e *-ata* exibem uma forte tendência para bases atéticas (atividades ou processos); o sufixo *(an)/ (en) -za* combina de forma produtiva apenas com

verbos estativos; -io tende a selecionar verbos base semelfativos. -zione, -mento e -tura preferem *accomplishments*, mas também podem ter estados, atividades e *achievements* como verbos base.⁸ (MELLONI, 2010, p. 144, grifos do autor, tradução nossa)

Numa definição semelhante, Fábregas (2010, p. 67) caracteriza o fenômeno da rivalidade/concorrência de afixos, no espanhol, como o fato de nominalizações de evento construídas com diferentes afixos produzirem resultados idênticos. Por exemplo, de acordo com o autor, nessa língua, há três afixos produtivos com essa possibilidade: -ción: *construc-ción* (-ção: construção); -miento: *sanea-miento*, (-mento: saneamento); -do/-da: *sella-do* (-do/-da: selado). Porém, diferentemente de Melloni (2010), que examina o fenômeno sob o enfoque semântico, Fábregas (2010) demonstra, numa abordagem sintática, que a escolha dos afixos nominalizadores não é idiossincrática, mas determinada por propriedades semânticas, sintáticas e (estruturais) da base.

a. As propriedades estruturais do verbo, e seus reflexos semânticos, determinam a distribuição de um afixo. b. Assim, se um verbo permitir mais de uma construção, esperamos que este verbo tenha mais de uma nominalização de evento com propriedades sintático-semânticas específicas. c. As nominalizações de evento terão diferentes propriedades sintáticas e semânticas, dependendo do afixo usado.⁹ (FÁBREGAS, 2010, p. 68, tradução nossa)

Diferentemente do que assume Fábregas (2010), neste trabalho, a partir da observação empírica dos dados, postula-se que as formas verbais se combinam com projeções funcionais, tais como aspecto, que podem

8 Texto original: “-aggio and -ata exhibit a strong tendency towards atelic bases (activities or process); -(an)/(en)-za suffix productively merges with state verbs only; -io tends to select semelfactive base verbs. -Zione, -mento and -tura prefer accomplishments, but can also take states, activities and achievements as base verbs”.

9 Texto original: “a. Structural properties of the verb, and their semantic reflects, determine the distribution of an affix. b. Thus, if a verb allows more than one construction, we expect this verb to have more than one event nominalization with specific syntactic-semantic properties. c. The event nominalizations will have different syntactic and semantic properties depending on the affix used”.

permanecer na derivação das formas duplas em *-ção* e *-mento*. Assume-se que os traços de aspecto – lexical e gramatical – entram na derivação dessas nominalizações deverbais e a combinação deles interfere na leitura final dessas formações. Propõe-se que os traços de aspecto lexical, assim como os de aspecto gramatical, fazem parte da Gramática Universal (GU) como traços independentes, conforme terceira seção.

No que concerne às interpretações das formas duplas em *-ção* e *mento*, em PB, elas podem expressar não apenas leituras idênticas, como em (8), (9) e (10), mas também leituras diferentes, como em (11) e (12).

- (8) a. A *esfoliação* garante a remoção das células mortas e devolve à pele uma aparência mais lisa e mais saudável: (evento simples)
b. Aprenda com esse metrosexual a como fazer um *esfoliamento* rápido, prático e bem funcional (sic). (evento simples)

Em (8a), a leitura de evento simples é atestada por meio da inserção do verbo de implementação antes da nominalização sem comprometimento do significado – realizar a *esfoliação* garante a remoção das células mortas e devolve à pele uma aparência mais lisa e mais saudável –, que indica ato/desenvolvimento de processo. Em (8b), a presença do verbo de implementação (*fazer*) torna evidente a mesma leitura, evento simples. Nesses exemplos, por expressarem essa leitura, sua base verbal é combinada com traços inerentes a sua categoria, por exemplo, aspecto, seja lexical, mais baixo na estrutura, seja gramatical, mais alto. As formações em (8) expressam eventos com fases em seu desenvolvimento – remoção de camadas da pele a partir da aplicação/massageamento da pele – e exigem um agente, revelando a presença dos traços de dinamicidade e de duração, que dizem respeito ao aspecto lexical. Além disso, verifica-se, nessas nominalizações, eventos contínuos e progressivos, evidenciando a presença de uma camada de aspecto gramatical.

- (9) a. Aqui poderá consultar e fazer o download das suas faturas com o detalhe das suas comunicações correspondentes aos últimos 6 meses de faturação. (evento simples)

b. A FM Logistic acredita que o Brasil é mercado-chave para os negócios e pretendemos dobrar o faturamento regional até 2022, comenta. (evento simples)

Em (9), as nominalizações também expressam a mesma leitura – evento simples –, porém são diferentes no que concerne ao conjunto de traços aspectuais, expresso em (8). As formações em (9) denotam “o ato/processo de faturar” e apresentam fases, evidenciando também os traços lexicais de dinamicidade e de duração. Mas, ao contrário das nominalizações em (8), expressam eventos perfectivos, evidenciado na presença de expressões que indicam o cessar do evento, “aos últimos 6 meses” e “até 2022”, em (9a) e (9b), respectivamente.

Por outro lado, formações duplas envolvendo os mesmos sufixos, podem expressar leituras diferentes daquela observada em (8) e (9), como se verifica em (10), (11) e (12), o que parece apontar para o fato de que esses traços não parecem ser inerentes a esses sufixos.

- (10) a. Livro revela inquietação de Elizabeth II (durante anos) com futuro reinado de Charles. (resultado)
b. Colabora para o inquietamento (durante anos) em relação à segurança da região o fato de que há extensões de fronteira, ao longo das Guianas. (resultado)

Em (10), as nominalizações apresentam a mesma interpretação, resultado, evidenciada pela inserção da expressão – durante x tempo. É comum a esse tipo de leitura, considerando sua interpretação não eventiva, o caráter de duração, visto que revela o estado de um experienciador em (10), o estado de inquietude de Elizabeth II, em (10a), e da população de uma região, em (10b). Além desse traço de duração e da propriedade estativa que caracterizam o aspecto lexical, verifica-se um evento contínuo não progressivo (imperfectivo), visto que há continuidade de um estado no tempo. Conforme apontam Comrie (1976) e Castro e Hermont (2017, p. 418) “a categoria

aspectual dos estados apresentam os traços [+estativo],¹⁰ [+durativo] e [-télico], todos compatíveis com o aspecto gramatical imperfectivo”.

- (11) a. Nussssss quanta engorduração Pow na UFRRJ não é assim não liguei pro gestor e ele falou: manda pra k q eu assino (sic). (evento pluralizacional)
b. O ideal depois de limpá-lo, é cobrir com um filme de pvc para evitar contato direto, e com isso, o engorduramento e sujeira. (resultado)

Em (11a), a nominalização com leitura de evento pluralizacional denota a burocracia na instituição em questão, marcada de forma iterativa, isto é, há uma série de ações que dificultam a resolução de problemas, evidenciando duração na realização do evento. O evento expresso por *engorduração*, constitui-se de uma série de eventos não homogêneos, revelando fases em seu desenvolvimento, bem como dinamicidade. Por fim, o evento expresso pela nominalização é contínuo e progressivo.

Em (11b), tem-se a leitura de resultado, o estado de *engorduramento* de algo, caso não receba a limpeza adequada. Não se verificam fases de desenvolvimento de um processo, mas sim o seu efeito, não pressupondo um agente. Por essa razão, inclui o traço lexical de duração, permitindo a interpretação da existência de um estado contínuo no tempo e o traço gramatical imperfectivo contínuo não progressivo.

- (12) a. ‘encheção de linguixa’, diz Anitta, sobre 4ª temporada de ‘La Casa de Papel’. (evento pluralizacional)
b. A canoada organizada pelo Instituto Socioambiental foi uma oportunidade para ver o Xingu de perto antes do enchimento do lago da usina hidrelétrica de Belo Monte. (evento simples).

10 Neste trabalho, diferentemente destes autores, não se assume a estatividade como um traço, mas sim como uma propriedade das nominalizações com leitura de resultado.

Em (12a), a formação expressa de forma iterativa o ato de enrolar (etapas) o telespectador nas cenas da série mencionada, evidenciando os traços lexicais de dinamicidade e de duração. O evento é imperfectivo, denota continuidade e progressão. Em (12b), a nominalização expressa também o desenvolvimento do processo de encher o lago (fases), demonstrando a presença dos traços de dinamicidade e de duração. Porém, diferentemente do que ocorre em (12a), pode-se observar o evento como um todo único – o enchimento total do lago –, mostrando a presença do traço de aspecto gramatical perfectivo na nominalização final.

Como visto até o momento, os dados evidenciam que as diferentes leituras são resultantes da combinação de traços de aspecto lexical e dos traços de aspecto gramatical, presentes em projeções funcionais distintas na derivação dessas formações. Dessa forma, para cada tipo de leitura, há um conjunto de traços distintivo, conforme apresentado de (i) a (iii), a seguir. Estão representados no primeiro conjunto de traços, os de aspecto lexical e, no segundo, os de aspecto gramatical.

- (i) Leitura eventiva (evento simples): -ção ou -mento
 [+DIN, +DUR, +TEL]; [PERF];
 [+ DIN, +DUR, +TEL]; [CONTÍNUO PROGRESSIVO];
 [HABITUAL]
 [+ DIN, +DUR, +TEL]; [CONTÍNUO PROGRESSIVO]
- (ii) Leitura eventiva (evento pluralizacional): -ção
 [+DIN, + DUR]; [CONTÍNUO PROGRESSIVO]; [HABITUAL],
 [ITERATIVO]
- (iii) Resultado: -ção ou -mento
 [+DUR]; [CONTÍNUO NÃO PROGRESSIVO]

Com base nos traços apresentados, nesta seção, considerou-se a noção de aspecto:

- i) lexical, também chamado de “aspecto de situação”, que diz respeito, de forma geral, às propriedades semânticas inerentes às raízes verbais, portanto, à base verbal (ALEXIADOU, 2009; MELLONI, 2010), mas também pode ser lido por meio da constelação verbal, verbo e seus complementos, adjuntos adverbiais etc. (SMITH, 1997) Sua manifestação é variável, sendo mais comum em línguas com morfologia rica, como o russo, uma evidência em favor da hipótese defendida neste trabalho.
- ii) gramatical, também chamado de aspecto de “ponto de vista”, diz respeito às propriedades temporais internas ao evento (COMRIE, 1967). É marcado por uma morfologia flexional mais aparente nas línguas, conforme Vendler (1997); Smith (1997) e Comrie (1967). De acordo com Wachowicz e Foltran (2006), eles estão em domínios diferentes: o aspecto lexical é atribuído em VP – verbal phrase [sintagma verbal] – e o gramatical em IP – inflectional frase [sintagma flexional].

A observação de que combinações distintas de traços de aspecto lexical, relacionados a uma mesma base verbal e a consequente alteração no tipo de leitura, é uma evidência que permite assumir que traços de aspecto lexical não são inerentes às raízes como propõem alguns autores (ALEXIADOU, 2009; MELLONI, 2010), mas traços autônomos, armazenados na Lista 1, conforme apresentado na seção seguinte, que entram na derivação das palavras, assim como os traços de aspecto gramatical.

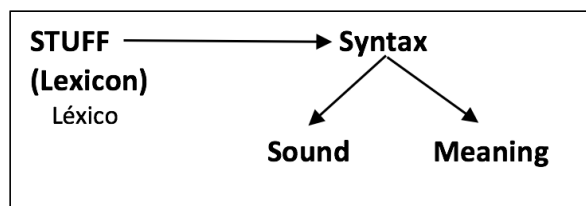
O comportamento descrito das formas duplas, nesta seção, permite assumir que os sufixos *-ção* e *-mento* são apenas categorizadores e não possuem quaisquer traços. Dessa forma, não há rivalidade entre eles, podendo tanto formar pares com leitura idênticas, quanto diferentes. Um comportamento

que chama atenção são as formações em que o sufixo *-ção* possui leitura de evento pluralizacional, pois observa-se a exigência do traço de iteratividade, o que impede/bloqueia a entrada do sufixo *-mento*.

4 AS FORMAS DUPLAS EM *-ÇÃO* E *-MENTO* E A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

A MD é uma vertente teórica correspondente a um dos desenvolvimentos recentes da Gramática Gerativa, em especial, dentro do modelo de Princípios e Parâmetros. (CHOMSKY, 1981) Surgiu como uma proposta que, no que diz respeito ao *locus* de formação das palavras, se opõe aos modelos lexicalistas após a publicação de *Remarks on Nominalization* (1970) de Chomsky. Neste capítulo, Chomsky diz que: i) formas presas e palavras – formas livres – são armazenadas no léxico; ii) os itens lexicais são categorizados e possuem informações semântica, fonológica e pragmática; e iii) o processo de formação de palavras se dá no léxico e a sintaxe é “cega” para a estrutura interna das palavras, conforme Figura 1.

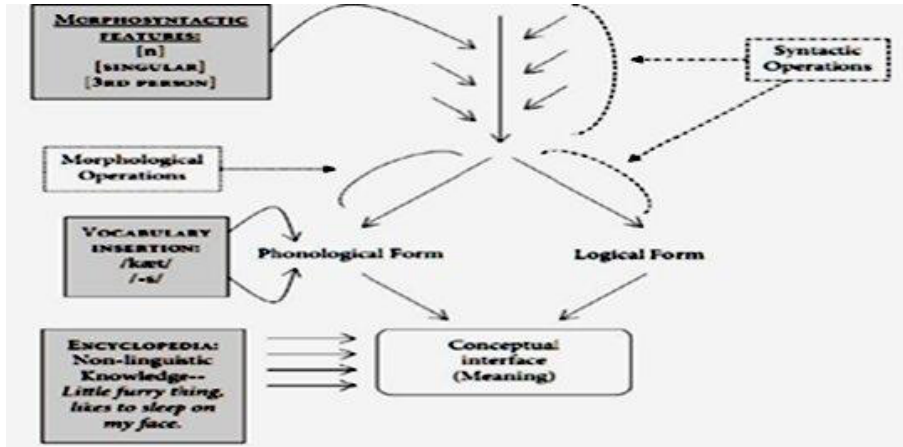
Figura 1 - Representação do modelo da arquitetura da gramática em modelos lexicalistas



Fonte: adaptado de Marantz (1997, p. 201).

Na MD, as informações, antes contidas no léxico, estão distribuídas em listas (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994; MARANTZ, 1997, SIDDIQI, 2009), como se vê na Figura 2.

Figura 2 - Representação da arquitetura da gramática no modelo da MD



Fonte: adaptado de Siddiqi (2009, p. 14).

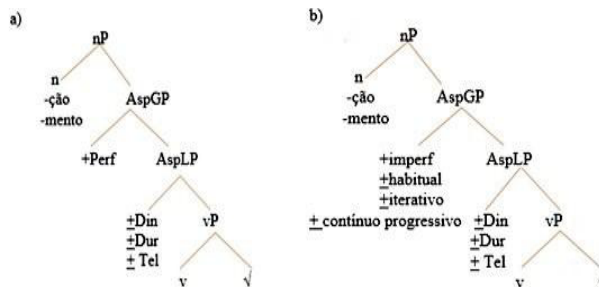
Conforme se verifica na Figura 2, a Lista 1 – traços morfossintáticos – contém as raízes atômicas das línguas e os feixes atômicos de traços gramaticais – $\sqrt{\text{ }}$, nominalizador, verbalizador, adjetivador, [+pl], causa, [+din], [+tél], [+din], [perf], [imperf] etc. São esses os traços enviados para que a sintaxe realize as operações de *Merge* (juntar) e *Move* (mover) e forme palavras e sentenças. A Lista 2 (vocabulário) contém as sequências fonéticas, também chamadas de itens de vocabulário (IV), que são correspondências entre som/significado básicos de uma língua, além de conter o contexto de inserção desses itens.

A Lista 3 – enciclopédia: conhecimento não linguístico – lista significados especiais para as raízes em certos contextos de realização. Corresponde ao conhecimento idiossincrático das raízes de uma língua. Por exemplo, a raiz $\sqrt{\text{gat}}$ pode se referir, na língua portuguesa, ao animal quadrúpede, mamífero etc ou designa um homem bonito. Neste modelo, o processo de formação de palavras se dá através do mesmo mecanismo que produz sentenças, a sintaxe. Na derivação sintática, traços abstratos são concatenados formando palavras, cuja interpretação semântica poderá ser o resultado de estruturas diferentes, na formação da palavra.

Com base nas características apresentadas sobre a MD, retoma-se as questões levantadas na introdução deste artigo: i) como os IV funcionais –ção e –mento são inseridos na derivação das formas duplas no PB, com esses sufixos? ii) Nessas formações, quais os traços seriam retirados da numeração na derivação? iii) Além disso, qual contexto de inserção determinaria a escolha de –ção ou –mento pelo falante?

No que concerne a essas questões, assume-se, neste trabalho, que os sufixos –ção e –mento são realizações de morfemas abstratos (traços funcionais) da Lista 1, concatenados durante a derivação sintática. Além disso, os traços de aspecto lexical [+DIN; ±TEL; ±DUR] e gramatical [+PERF; ±IMPERF HABITUAL; ±ITERATIVO; ±CONTÍNUO PROGRESSIVO] são traços armazenados na Lista 1, selecionados para compor a numeração, na derivação das nominalizações, a depender da leitura expressa pela formação – evento simples, pluralizacional e resultado –, conforme exemplos 13-15. Como já mencionado, Wachowicz e Foltran (2006) propõem que o aspecto lexical seja atribuído em VP e o gramatical em IP. Neste trabalho, assume-se que os traços de aspecto lexical são armazenados na projeção *Lexical Aspect Phrase* (AspLP) e os de aspecto gramatical em *Gramatical Aspect Phrase* (AspGP), como se vê nas representações, a seguir.

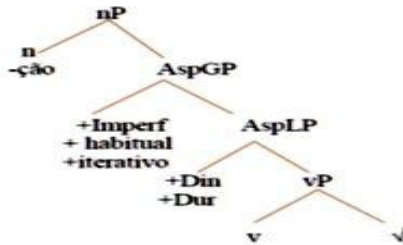
(13)



Como se vê em (13), dois conjuntos de traços são possíveis para formas duplas em –ção e –mento com leitura de evento simples: em (a), verifica-se o traço de [+perfectivo] no núcleo de AspGP, e os traços de [±dinâmico,

\pm durativo e \pm télico¹¹] nucleando a posição de AspLP; em (b), por lado, o evento expresso na nominalização é [+imperfectivo] e, por isso, tem os traços gramaticais [\pm habitual, \pm iterativo, \pm contínuo progressivo] no núcleo de AspGP e os traços lexicais de [+dinâmico, +durativo, +télico] em AspLP.

(14)



A estrutura em (14), com interpretação de evento pluralizacional, contém em AspGP⁰ os traços de aspecto gramatical [+imperfectivo habitual; +iterativo] e, em AspLP, o de [+duração].

(15)



Em (15), a nominalização em -ção ou -mento com interpretação de resultado tem o traço de aspecto lexical [+duração], no núcleo de aspecto lexical AspLP e o de [+imperfectivo; +contínuo não progressivo], no núcleo de aspecto gramatical, AspGP.

11 É importante salientar que embora alguns autores defendam haver uma relação entre o traço de perfectivo e o télico (HERMONT; MORATO, 2014), Comrie (1976) demonstra que há eventos perfectivos que não apresentam telicidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a partir da análise da verificação da ocorrência da (não) rivalidade entre as formas *-ção* e *-mento* na derivação das formas duplas no PB, assume-se que os traços que evidenciam o aspecto lexical, dinamicidade, duração e telicidade; e os que expressam aspecto gramatical, perfectivo e imperfectivo – habitual, iterativo, contínuo progressivo, contínuo não progressivo – *são responsáveis pelas diferentes leituras* nessas formações. Com base na constatação de que é recorrente, no PB, o número de formas duplas com o mesmo significado – 57 pares –, assume-se que os sufixos analisados não competem para sua inserção nas formações e que é a estrutura das nominalizações, principalmente no que diz respeito à presença de projeções funcionais de aspecto, a responsável pelas diferentes leituras observadas.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, A. On the role of syntactic locality in morphological processes: the case of (Greek) derived nominal. *In: GIANNAKIDOU, A.; RATHERT, M. (org.). Quantification, Definiteness, and Nominalization*. Oxford: Studies in Theoretical Linguistics, 2009. p. 253-281.
- CASTRO, G. G.; HERMONT, A. B. A relação entre o aspecto lexical e o aspecto gramatical em contexto de aquisição da linguagem. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 7, p. 405-420, 2017.
- BRITO, A. M.; OLIVEIRA, F. Nominalization, aspect and argument structure. *In: MATOS, G.; MATILDE, M.; INÊS, D. et al. (org.). Interfaces in linguistic theory*. Lisboa: Colibri, 1997.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris. 1981.
- CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. *In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. S. (ed.). Readings in English Transformational Grammar*. Waltham: Ginn, 1970. p. 184-221.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- COMRIE, B. The syntax of action nominals: a cross-language study. *Lingua*, Amsterdam, v. 40, p. 171-202, 1976.

CROFT, W. *Verbs: aspect and causal structure*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FÁBREGAS, A. A syntactic account of suffix rivalry in Spanish. In: ALEXIADOU, A.; RATHERT, M. *The syntax of nominalizations across languages and frameworks*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010. p. 67-91.

GRIMSHAW, J. *Argument Structure*. Cambridge: MIT Press, 1990.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (org.). *The view from the Building 20: essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993. p. 111-176.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Some key features of distributed morphology. *MITWPL – Papers on Phonology and Morphology*, [s. l.], v. 21, p. 275-288, 1994.

HERMONT, A. B.; MORATO, R. A. Aquisição de tempo e aspecto em condições normais e no déficit específico de linguagem. *Revista Linguística*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 213-233, 2014.

MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, Philadelphia, PA, v. 4, n. 2, p. 201-225, 1997.

MELLONI, C. Action nominals inside. Lexical-semantic issues. In: ALEXIADOU, A.; RATHERT, M. (ed.). *The semantics of nominalizations across languages and frameworks*. New York: De Gruyter, 2010. p. 141-168.

OLIVEIRA, D. C. M. *Nominalizações no português brasileiro: estrutura argumental, formação e morfossintaxe*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

ROCHA, L. C. A. A nominalização no português do Brasil. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 5-51, 1999.

REIS, R.; FIGUEIREDO, C. Os traços de aspecto lexical e as nominalizações em -ção no português brasileiro. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, n. 45, p. 13-23, 2018.

REIS, R. *Os traços de aspecto lexical e as nominalizações em -ção e -mento*. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RODRIGUES, A. S. Semantic affix rivalry: the case of Portuguese nominalisers. *Biblioteca Digital do Instituto Politécnico de Bragança*, Bragança, 2013.

SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Bonn: Romanistischer Verlag, 1986.

SANTOS, C. M. B. *Os sufixos -ção e -mento na construção de nomes de ação e de processo: contribuições à prática lexicográfica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SIDDIQI, D. *Syntax within the Word: economy, allomorphy, and the argument selection in Distributed Morphology*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009.

SMITH, C. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

VENDLER, Z. *Linguistics and Philosophy*. New York: Cornell University Press, 1967.

WACHOWICZ, T. C.; FOLTRAN, M. J. Sobre a noção de aspecto. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 48, n. 2, p. 211-232, 2006.

O PAPEL DOS DETERMINANTES NAS CONSTRUÇÕES DE VERBOS LEVES¹

Daniela Almeida Alves

Ana Paula Scher

1 INTRODUÇÃO

Uma construção com verbo leve (doravante, CVL) costuma ser definida pela combinação de um verbo semanticamente vazio, portador de marcas de tempo e pessoa, a um elemento nominal, considerado atribuidor do principal conteúdo semântico da construção. (DUARTE et al., 2010; MOURA NEVES, 1996 etc.) Diferentemente, as construções com verbo pleno têm o verbo como o núcleo responsável pela seleção semântica – número de argumentos e papéis temáticos correspondentes – e pela seleção sintática – categoria de cada argumento e a relação gramatical que cada um deles assume dentro da sentença. (DUARTE, 2003)

A definição de verbo leve na literatura relevante, no entanto, não representa um consenso entre os pesquisadores. Duarte e demais autores (2010) assumem que o verbo leve é semanticamente incompleto, e não vazio, uma vez que contribui com informação de aspecto lexical para a predicação complexa. Por sua vez, Campbell (1989) defende que verbos leves podem impor restrições de combinação a seus complementos, mas não lhes atribuem propriedades temáticas: o complemento de um verbo leve deve ser um

¹ Nossos agradecimentos às agências de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, através da concessão de bolsas de Doutorado (Daniela Almeida Alves – processo nº 88882.453762/2019-01) e de Produtividade em Pesquisa (Ana Paula Scher – processo nº 303461/2017-9), contribuíram de forma essencial para a realização deste trabalho. Agradecemos, ainda, aos pesquisadores responsáveis pelos dois pareceres técnico-científicos elaborados sobre este trabalho. Suas contribuições e comentários valiosos nos permitiram corrigir falhas e refinar a versão original deste texto. Os equívocos que permanecem são de nossa responsabilidade.

predicador. Verbos leves e nominalizações também podem ser interpretados em termos de traços semânticos.

De acordo com Rodrigues (2013), o sufixo *-ada* é marcado com o valor [+] para o traço [repentino] e o sufixo *-mento*, com o valor [+] para os traços [processo] e [durativo]. Assim, uma palavra como *beliscada* significa um evento rápido, mas uma palavra como *beliscamento*, por exemplo, expressa o curso do processo em si. Com relação aos verbos, Duarte e demais autores (2010) afirmam que o verbo leve *dar* se define por sua subespecificação para os traços [durativo] e [instantâneo]; já o verbo leve *fazer* é definido por meio de sua subespecificação para o traço [durativo], mas por sua especificação com o valor [-] para o traço [instantâneo], característica que ele compartilha com a forma plena do mesmo verbo.

Neste trabalho, descrevemos o comportamento das CVL que compõem um *corpus* do Português Brasileiro (PB) construído a partir de dados coletados em variados sítios digitais. Nosso objetivo é identificar os fatores que contribuem para afirmar que as construções incluídas nessa classe constituem tipologias diferentes. O foco dessa descrição serão as sentenças formadas pelo verbo leve *dar* combinado às nominalizações em *-ada*, e pelo verbo leve *fazer* combinado às nominalizações em *-ada*, *-ção* e *-mento*. Quanto às CVL com *dar* mais nominalizações em *-ada*, Scher (2004) propõe que elas são interpretadas como diminutivizadas, um efeito que se deve ao verbo *dar* ou, pelo menos, à sua relação com a nominalização em *-ada*, uma vez que, para a autora, construções com verbos plenos correspondentes a essas CVL e que, portanto, não contam com esse verbo, não admitem essa leitura. Já sobre as CVL com *fazer* mais nominalizações em *-ção* e *-mento*, Alves e Figueiredo (2018) assumem que elas expressam uma leitura aumentativizada, em razão dos traços que caracterizam os elementos que compõem as sentenças.

Como principal hipótese de trabalho, assumimos que há duas classes principais de CVL que podem ser diferenciadas pelo estatuto do determinante²

2 Pela clareza do texto, todos os elementos que compõem com o nome o sintagma em posição de complemento do verbo leve serão chamados de determinantes. Todavia, não estamos ignorando que esses elementos têm naturezas distintas, a depender do tipo de

que compõe, juntamente com o nome, a parte nominal do predicado complexo que é a CVL. A rigor, se esse elemento for um determinante propriamente dito, a construção será o que Kearns (2002) denomina construção com verbo de ação vaga (CVAV).³ Por outro lado, se esse elemento for um operador enfático, nos termos de Leonetti (1999), a construção será o que essa autora denomina construção com verbo leve verdadeiro (CVLV).

Caso essa hipótese se confirme, confirma-se, também, a definição que assumimos para verbo leve, bem como o estatuto que atribuímos ao elemento nominal com o qual o verbo leve se combina. Ou seja, em uma CVLV, o verbo é semanticamente vazio e o nome tem o estatuto de predicador; por sua vez, em uma CVAV, o verbo é semanticamente incompleto, no sentido em que contribui com informação aspectual para a interpretação da construção, e o nome tem o estatuto de argumento.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, apresentamos algumas das propriedades de CVL do PB e continuamos, na segunda seção, com a retomada de algumas ideias da literatura sobre as noções de referencialidade e definitude de expressões nominais. A parte central do trabalho vem na terceira seção, em que descrevemos os dados do *corpus* construído, tendo como foco o papel do determinante para a diferenciação entre as CVL do PB. Por fim, na quarta seção, tecemos algumas considerações finais.

2 CONSTRUÇÕES COM VERBOS LEVES: PROPRIEDADES

Scher (2004) afirma que uma das propriedades características das CVL é a obediência à restrição de definitude, o que limita a ocorrência de expressões definidas em CVL a determinados ambientes linguísticos tais como o da relativização – *A atualizada que o técnico deu no sistema fez ele funcionar*

CVL em que se encontram: a determinação dessas diferenças é, exatamente o alvo das questões desta pesquisa.

3 Kearns (2002) realizou um estudo das CVL do inglês. A autora aplicou uma série de testes sintáticos e semânticos, tais como pronominalização, passivização, definitude etc., para chegar à conclusão de que o inglês dispõe de CVLV e de CVAV. Por questões de espaço, esses testes não serão reproduzidos aqui, mas podem ser consultados no original da autora ou, em comparação com os dados do PB, em Alves – em preparação.

normalmente – que oblitera o efeito de definitude. Segundo a autora, no caso mais geral das CVL, a nominalização associada ao verbo leve deverá ser indefinida – *O técnico deu uma atualizada no sistema*. Assim, para Scher,⁴ a tentativa de formação de CVL mais nominalização definida, fora do contexto das orações relativas, falha no PB – **A Maria deu a varrida na sala, *A secretária deu cada conferida nos livros*. Contudo, em nota, a própria autora pontua que CVL com o quantificador *cada* serão possíveis se houver uma entonação apropriada – entonação silabada, por exemplo – para a interpretação relevante.⁵

Outra propriedade que caracteriza as CVL é a impossibilidade de combinação do verbo leve com um nome referencial. Castilho (2010) argumenta que o verbo leve apresenta uma forte solidariedade com o nome que o segue, ao qual não atribui caso, e aponta que esse nome deve dispor de baixa referencialidade. Sobre essa questão, Moura Neves (1996) também já dizia que quanto mais referencial for o nome, menor será a sua contribuição para a composição do esquema predicativo e mais ele se afastará da função que caracteriza os nomes que, geralmente, entram nas construções prototípicas de verbos leves. A autora ressalta que a posição do objeto direto é extremamente relevante para a configuração do significado da CVL, isto é, para o estabelecimento da natureza do esquema predicativo, e que essa posição é tanto mais importante para essa função, quanto menos referencial for o nome objeto.

No PB, em que o fenômeno de formação de CVL é bastante produtivo, um variado número de sentenças, como aquelas em (1),⁶ tem recebido essa denominação.

- (1) a. Minha irmã sai pra *fazer serenata* com a turma dela.
b. O João *deu uma empurrada* no carrinho.
c. João *deu aquela resposta* que todos esperavam.

4 E também para Medeiros (2010).

5 Scher não explora essa questão em sua tese de 2004; contudo apresenta um insight para a análise que desenvolveremos aqui.

6 Os exemplos são, respectivamente, de Moura Neves (1996, p. 202), Scher (2004, p. 30), Davel (2009, p. 39), Resende (2016, p. 75) e Alves (2016, p. 216).

d. A menina *fez a denúncia* do roubo.

e. Michael Jackson *fez uma revolução* na história da música pop mundial.

De acordo com a definição geral de CVL apresentada na introdução, que toma o elemento nominal da CVL como seu principal atribuidor de conteúdo semântico, inicialmente, tem-se a tentação de tratá-las todas como tal: afinal, fala-se de uma serenata em (1a), de um carrinho que foi empurrado em (1b), de uma resposta em (1c), de uma denúncia em (1d) e de uma revolução em (1e). No entanto, caso as afirmações de Scher (2004) e Medeiros (2010), apresentadas acima, estejam corretas, nem todas as sentenças podem ser consideradas como CVL, visto que há construções com nominais não precedidos por determinantes, como em (1a), ou precedidos por determinantes definidos, tais como (1d). Finalmente, em (1a), (1c), (1d) e (1e), têm-se nomes que podem ser bastante referenciais e, de acordo com Castilho (2010) e Moura Neves (1996), quanto mais referencial for um nome, menor será a possibilidade de ele compor uma CVL com um verbo leve.

Some-se a isso o fato de que a existência de um verbo pleno na língua que corresponda semanticamente ao predicado formado pelo verbo leve e pelo elemento nominal – esquema predicativo para Moura Neves (1996) – também tem sido apontada como característica de uma CVL. (ALBA-SALAS, 2002) Assim, entre as sentenças em (1), a língua dispõe de um verbo pleno correspondente aos esquemas predicativos de (1b), (1c), (1d) e (1e) (e. g., *deu uma empurrada* = empurrou; *deu aquela resposta* = respondeu; *fez a denúncia* = denunciou; *fez uma revolução* = revolucionou). O mesmo não se pode dizer de (1a) que, a rigor, não corresponde a *sai para *serenatar*. Sobre essa correspondência, Moura Neves afirma que ela não deve ser assumida como propriedade definidora das CVL, visto que ela não se aplicaria a todos os casos que são assumidos como tal. No entanto, Alba-Salas enfatiza que o teste da paráfrase se aplica à maioria das CVL do inglês e das línguas românicas.

No PB, a paráfrase parece ter papel relevante quando estamos frente a casos como em (2) e (3).

- (2) a. *Maria deu uma realçada* na maquiagem. (sem ênfase no determinante)
(= realçou a maquiagem levemente, rapidamente)
- b. *Maria deu **UMA** realçada* na maquiagem. (com ênfase no determinante)
(= realçou a maquiagem de uma forma especial)
- c. **Maria deu a realçada* na maquiagem. (sem ênfase no determinante)
- d. *Maria deu **A** realçada* na maquiagem. (com ênfase no determinante)
(= realçou a maquiagem fortemente ou como de costume)
- e. *Maria deu essa realçada* na maquiagem.
(= realçou a maquiagem dessa forma)
- (3) a. *Maria fez uma inspeção* nos documentos. (sem ênfase no determinante)
(= inspecionou os documentos)
- b. *Maria fez **UMA** inspeção* nos documentos. (com ênfase no determinante)
(= inspecionou os documentos cuidadosamente)
- c. *Maria fez a inspeção* nos documentos. (sem ênfase no determinante)
(= inspecionou os documentos)
- d. *Maria fez **A** inspeção* nos documentos. (com ênfase no determinante)
(= inspecionou os documentos cuidadosamente)
- e. *Maria fez essa inspeção* nos documentos.
(= inspecionou os documentos dessa forma)

Com exceção de (2c), que é agramatical, sem ênfase no determinante, todas as construções em (2) podem ser parafraseadas por uma sentença com verbo pleno; porém é possível extrair informações adicionais diferentes em cada caso. Em (2a), (2b), (2d) e (2e), por exemplo, as paráfrases se constroem com o verbo pleno *realçar*; contudo, enquanto a primeira denota a leitura de um evento diminutivizado de *realçar*, (2b) e (2d), além dessa diminutivização do evento, carregam, ainda, a expressão de um evento intensificado, no sentido de Leonetti (1999), que explicitaremos adiante. Por sua vez, a paráfrase da sentença em (2e) – com o dêitico *dessa forma* – sugere que ela só é produzida quando falante e ouvinte

estão em contato visual com o referente em questão – por exemplo, uma foto ou algo que mostre como a maquiagem foi realçada – para que esse referente possa ser apontado.⁷ Neste tipo de construção, a presença do pronome demonstrativo *essa* já funciona como uma espécie de apontamento para algo, permitindo a identificação do referente que se encontra fora do escopo da sentença, dado o seu comportamento dêitico, que instrui o ouvinte a corresponder o nominal a alguma entidade que está sendo mencionada.

No caso das sentenças de (3a) a (3e), as paráfrases se constroem por meio de sentenças com o verbo pleno *inspeccionar*. Aqui, apesar de essas paráfrases serem possíveis, não há leitura de diminutivização para o evento, mas a leitura de intensificação está disponível em (3b) e (3d). Destaca-se o fato de que, entre as sentenças em (3), nenhuma é agramatical, ou seja, nenhuma delas depende crucialmente da ênfase no determinante para se realizar, como acontece com (2d). De modo paralelo a (2e), a produção de uma sentença como (3e) depende, por um lado, da possibilidade de contato visual entre falante e ouvinte, e, por outro, de um elemento dêitico, como o item *essa*, que permite ao ouvinte corresponder o referente do nominal com algum objeto que seja identificável no contexto ou que seja conhecido com base em discursos anteriores.

As observações feitas para os dados em (2) e (3), em particular no que concerne à possibilidade de leitura intensificada ou não para o evento, se pautam no que aponta Leonetti (1999) sobre o caráter de operador enfático que o determinante pode assumir em certos contextos. Ele sugere que o operador enfático pode denotar intensificação ou quantificação. Assim, a sentença *Es increíble las deudas que tiene* [É incrível as dívidas que tens] pode ter uma paráfrase como *Es increíble cuantas deudas tiene* [É incrível quantas dívidas tens], em que o operador enfático é responsável pela leitura de quantificação. O autor ressalta que a presença do artigo *las* no primeiro exemplo resulta em uma leitura enfática que não se verifica se, em lugar dele, ocorre outro determinante

7 Essa questão é tratada na literatura relevante como ostensão (ALEXIADOU; HAEGEMAN; STAVROU, 2007; CERQUEIRA, 2019 etc.), uma leitura própria de elementos dêiticos, cuja referência é externa ao escopo sentencial.

definido ou indefinido: **Es increíble estas deudas que tiene*. Além disso, ele observa que os sintagmas com esses operadores enfáticos não têm propriedades referenciais ou anafóricas, típicas de expressões definidas. É importante ressaltar, no entanto, que Leonetti (1999, p. 831) afirma que “Efectivamente, el artículo no es el único factor responsable de la interpretación enfática, ya que es preciso tener en cuenta también la anteposición del constituyente, el papel desempeñado por preposiciones como de y por, y la curva melódica”.

Dessa forma, para dar conta dos fatos apresentados em (2) e (3), investigaremos a natureza do elemento nominal em posição de complemento do verbo leve em termos de seus traços. Vamos atentar, principalmente, para os papéis que a definitude dos determinantes e a referencialidade dos nomes que integram esse sintagma podem ter na definição do tipo de CVL que constituem. Nossa intenção é determinar as implicações que isso pode ter para a definição do que, de fato, é CVL no PB.

Considerando-se as observações acima, a hipótese que procuraremos investigar é a de que, no PB, as CVL são divididas em, pelo menos, dois grupos, a depender das propriedades do sintagma determinante (DP)⁸ em posição de complemento do verbo leve.⁹ No primeiro grupo, estariam construções como aquelas em (2a), (2b), (2d), (3b) e (3d), em que não há propriamente um determinante nessa posição, mas um operador enfático (LEONETTI, 1999), um elemento com o traço [intensificador] marcado para [-] em (2a) e para [+] em (2b), (2d), (3b) e (3d). No segundo grupo, estariam construções como em (2e), (3a), (3c) e (3e), em que há um determinante propriamente dito nucleando o complemento do verbo leve, uma vez que a leitura enfática, intensificada não está disponível nesses casos.

8 Mais uma vez, chamamos a atenção do leitor para o uso mais livre que estamos fazendo, ainda neste ponto do texto, do termo determinante (Ver nota 2).

9 Em um de seus comentários, um dos pareceristas do texto deste capítulo sugere que as diferenças entre os verbos dar e fazer parecem estar sendo ignoradas na discussão. Em nossa defesa, apontamos que, certamente, o tipo de verbo está diretamente relacionado ao tipo de CVL. No entanto, CVL com o mesmo verbo podem apresentar comportamentos distintos em relação ao traço [intensificado], ora marcado para [+], ora para [-], conforme os dados em (2). Dessa forma, optamos por avaliar a hipótese de que há mais que diferenças entre os verbos na definição de uma tipologia para as CVL.

A descrição do comportamento dos dados em (2) e (3) revelou, portanto, um conjunto de fatos bem interessantes. Revelou, ainda, a fragilidade do critério de existência de uma forma plena correspondente ao esquema predicativo de uma sentença, para que ela seja tomada como uma CVL, como se verifica em (2e) e (3e), o que vai ao encontro da afirmação de Moura Neves (1996) de que essa propriedade não define, de fato, as CVL. Nos dois casos, a forma plena do verbo correspondente ao nome em posição de complemento do suposto verbo leve existe na língua, mas o caráter referencial do DP em que ocorre esse nome afasta essas formas do que se define como CVL.

3 SOBRE A DEFINITUDE DOS DETERMINANTES E A REFERENCIALIDADE DOS NOMES

A noção de referencialidade é costumeiramente relacionada à presença de determinantes. Esses elementos são expressões que “qualificam e, mais precisamente, determinam ‘o nome’ (ou o grupo nominal)”. (CHIERCHIA, 2003, p. 76) Isso significa dizer que um nome comum precisa estar especificado por um determinante para poder fazer referência a um objeto, pois isso constrói sua referencialidade.

De acordo com Chierchia (2003, p. 76), determinantes são palavras como artigo definido – o, a, os, as –, artigo indefinido – um, uma, uns, umas –, pronomes – aquele, esse, nenhum, etc. – entre outros elementos. No PB, os determinantes precedem imediatamente um nome. Alguns desses itens, como o artigo definido e os pronomes demonstrativos, são, geralmente, apontados como portadores naturais de referencialidade e definitude (ALEXIADOU; HAEGEMAN; STAVROU, 2007; LONGOBARDI, 1994), embora, segundo Giusti (2002), nem sempre o artigo definido e a referencialidade sejam isomórficos.

Sobre o artigo definido e os pronomes demonstrativos, Giusti (2002) diz que, enquanto o primeiro não implica necessariamente referencialidade, pois pode coocorrer com nomes próprios que são inerentemente referenciais;

o segundo implica referencialidade, uma vez que eles são responsáveis pela interpretação dêitica e, portanto, indiretamente pela referencialidade do sintagma nominal. Para Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007), esses elementos têm em comum a capacidade de conferir referencialidade, mas se diferenciam quanto à deiticidade. A referencialidade está relacionada a entidades definidas e particulares, como **O homem** que esteve aqui ontem e **O gato** não esteve em casa todo o dia. (LYONS, 1977, p. 150, grifos nosso) Porém, Lyons (1977, p. 155, grifos nosso) argumenta que há expressões nominais indefinidas, mas específicas, como *Todas as noites às seis horas uma cegonha sobrevoa a nossa casa*, em que o sintagma nominal *uma cegonha* é referencial, visto que pode ser identificável pelo falante.

Comparando o exposto acima com as construções, geralmente, denominadas de CVL no PB, nota-se que elas podem apresentar um comportamento semelhante, ou seja, uma entidade particular, como *a encarada dele*, em (4a), e uma entidade específica, que pode ser identificada pelo locutor, como *um esclarecimento*, em (4b). Por conta disso, nos dois exemplos, há uma expressão nominal que carrega traços de referencialidade.

- (4) a. E quando Jimin *deu a encarada* dele que deixou a câmara nervosa ...
poxa Jimin, colabora!¹⁰
b. Prefeito Gervásio Uhlman *fez um esclarecimento* ao povo de Itaiópolis.¹¹

Assim, para efeitos deste trabalho, estamos entendendo referencialidade como a capacidade de os nominais fazerem referência a algo definido e particular do mundo, mas também a algo indefinido e específico, visto que o referente pode ser identificável pelo falante. (MARIANO, 2018; LYONS, 1977)

Com relação à definitude, segundo Heim (1982), trata-se de uma propriedade semântica que se aplica não somente aos sintagmas construídos com artigos definidos, mas também a outros determinantes. Conforme a

10 Ver: <https://www.facebook.com/AscensaoBTS/videos/2673677565984421/>.

11 Ver: <http://www.cidade1380.am.br/author/ranieri/page/210/>.

autora, a definitude é responsável por distinguir sintagmas nominais como *the cat* [o gato] de *a cat* [um gato]. Em outras palavras, a definitude coloca sintagmas nominais indefinidos de um lado, uma vez que o uso do artigo indefinido não reclama condições de familiaridade, e descrições definidas de outro, pois *the* indica que se fala de um gato familiar e particular e não de qualquer gato. No entanto, para Lyons (1999), essa noção é vaga e imprecisa, pois, quando alguém diz *I bought a car this morning* [Eu comprei um carro esta manhã], não está se referindo a qualquer carro, mas a um carro específico que, na mente de quem disse, é distinto de todos os outros carros. Mas, se o falante disser *I bought the car this morning* [Eu comprei o carro esta manhã], o sintagma nominal *o carro* é mais definido, específico, particular e individualizado. A diferença, para o autor, entre *the car* [o carro] e *a car* [um carro] é que, no primeiro caso, a referência é clara tanto para o falante quanto para o ouvinte, isto é, ambos compartilham da consciência sobre o que é referido; já no segundo caso, o falante deve ter consciência do que é referido, mas o ouvinte, talvez, não.

Tomando essa ideia de consciência, Lyons (1999) explica algumas noções, consideradas básicas, para entender a definitude. A familiaridade, por exemplo, indica que tanto o falante, quanto o ouvinte têm consciência do que se fala, sugerindo o uso do artigo definido. Porém, Lyons afirma que parece problemático assumir apenas a noção de familiaridade para explicar a distinção entre sintagmas nominais definidos e indefinidos. Desse modo, defende que a definitude também esteja ligada à noção de identificabilidade, pois o uso dos artigos definidos direciona o ouvinte ao referente do sintagma nominal, sinalizando que ele está em condições de identificá-lo.

Lyons (1999) afirma ainda que, devido ao fato de o conceito de identificabilidade não ajudar em alguns casos, muitos autores preferem relacionar a definitude à noção de unicidade, de acordo com a qual o artigo definido indica que apenas uma entidade satisfaz a descrição usada. Para o autor, a unicidade não é absoluta, porém deve ser compreendida a partir de um contexto particular. Ademais, a unicidade se encaixa em ocorrências de definidos que envolvem nomes singulares contáveis. No entanto, o fato

de o artigo ocorrer também com nomes plurais contáveis e massivos torna impossível a unicidade de seu referente. Dessa forma, para esses casos, Lyons (1999) assume que a definitude envolve a noção de inclusividade, visto que a referência é em relação à totalidade dos objetos ou massas no contexto que satisfaz a descrição.

Para ilustrar as ideias de familiaridade e identificabilidade, observemos os exemplos em (5), em que os interlocutores têm consciência do que se fala (ver (5a)), ou em que o ouvinte pode não saber qual é o referente, mas está em condições de identificá-lo (ver (5b)).

- (5) a. O bebê estava dormindo na hora em que o colega *deu as mordidas*.¹²
b. Ainda não *fez a declaração*?¹³

Não foi encontrado no *corpus* nenhum fato que ilustre a noção de unicidade apontada por Lyons (1999), o que pode sinalizar o problema relatado por ele; contudo a ideia de inclusividade pode ser verificada, também, em (5a), em que a referência é sobre à totalidade das entidades.

Em suma, para Lyons (1999), familiaridade é subjacente à identificabilidade, visto que a identificação de um referente implica que ele seja familiar; e a unicidade é um caso especial da inclusividade, resultante da particularidade do sintagma nominal. No entanto, segundo o autor, é preciso entender que essas propriedades são independentes. Assim, estamos compreendendo definitude como a propriedade que os determinantes definidos têm de indicar que o referente de uma expressão nominal é familiar e/ou identificável não só para o falante, mas também para o ouvinte; ou de indicar que uma expressão nominal corresponde à totalidade dos possíveis referentes, ou ainda de um nominal indicar familiaridade, identificabilidade e inclusividade. (CERQUEIRA, 2019; MARIANO, 2018; LYONS, 1999 etc.) A seguir,

12 Ver: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/03/21/bebe-e-mordido-cerca-de-dez-vezes-por-colega-de-creche-em-piracanjuba.ghtml>.

13 Ver: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/imposto-de-renda-2020-aposentados-tem-direito-a-quais-isencoes/>.

descrevemos sentenças que são, geralmente, nomeadas de CVL, buscando verificar se os sintagmas nominais são, de fato, descrições referenciais e definidas e a implicação que isso tem sobre a determinação do que é CVL no PB.

4 A DIVISÃO DE CVL NO PB: O PAPEL DOS DETERMINANTES

Nesta seção buscamos mostrar que, no PB, as construções denominadas de CVL se subdividem em subtipos distintos. Para tanto, na investigação, consideramos, a princípio, dois aspectos, a saber:

- i) as propriedades de referencialidade e definitude do elemento nominal;
- ii) o traço [intensificador] do determinante marcado.

A rigor, os valores não referencial e indefinido observados no elemento nominal de uma CVL podem ser tomados como uma propriedade que, de modo geral, caracteriza esse tipo de construções. Seguindo o proposto por Scher (2004), Medeiros (2010), Castilho (2010) e Moura Neves (1996), não há CVL formada a partir da combinação entre um verbo leve e uma nominalização referencial e definida no PB: ou seja, o esperado é que essas construções não se formem a partir de nomes que expressem definitude e/ou referencialidade. Vejamos, portanto, em primeiro lugar, as construções com o verbo *dar* mais nominalizações em *-ada*.

- (6) a. *Dei uma mordida* em uma barra de cereal [...].¹⁴
- b. Participante deixa cicatriz de mordida em marido e Christina não se aguenta: “tatuagem”? Tatiane afirma que *deu a mordida* para se defender do marido.¹⁵

14 Ver: https://twitter.com/isaa__01/status/600138152733454336.

15 Ver: <https://www.sbt.com.br/auditorio/casos-de-familia/fiquepordentro/135612-participante-deixa-cicatriz-de-mordida-em-marido-e-christina-nao-se-aguenta-tatuagem>.

c. Sim, a pessoa que me *deu essa mordida*. Diz o destruidor mostrando a mordida, abaixando a gola alta da blusa.¹⁶

Em (6a), ao elemento nominal com o determinante *uma* não pode ser atribuído o valor [+referencial] e [+definido], visto que *mordida*¹⁷ não se trata de uma entidade referencial, definida e particular, bem como não indica algo familiar e/ou identificável pelo ouvinte; antes, expressa uma leitura especial, como discutiremos mais à frente. Em (6b), a expressão nominal acompanhada pelo artigo definido *a* relaciona-se anaforicamente à expressão *mordida* da primeira parte do exemplo, por isso são correferenciais. Em (6c), o nominal com o determinante *essa* permite que o ouvinte identifique ou recupere o referente em questão, dado o comportamento dêitico desse item. Em (6b) e (6c), portanto, já se nota referencialidade e definitude, uma vez que a expressão nominal tanto é definida e particular, quanto é familiar e identificável por ambos os participantes do discurso: falante e ouvinte. Isso parece estar ligado à presença do artigo definido e do pronome demonstrativo, em (6b) e (6c), respectivamente, pois esses elementos são, geralmente, apontados como portadores de definitude e referencialidade. (ALEXIADOU; HAEGEMAN; STAVROU, 2007; LONGOBARDI, 1994)¹⁸ Nossa sugestão, nesses casos, é que as sentenças com esse tipo de expressão nominal, em (6b) e (6c), sejam tratadas como construções com verbo de ação vaga (ver nota 3), um dos grupos que compõem as CVL.

Construções com o verbo *fazer* também expressam comportamento semelhante ao das sentenças em (6), como se vê em (7), abaixo.

16 Ver: <https://fanfics.com.br/capitulo-fanfic/15579/6/night-loved-onde-tudo-realmente-comeca>.

17 Conforme Basílio (1999), Scher (2004) entre outros, ainda que a expressão nominalizações em -ada esteja registrada na literatura sobre este tipo de nominalizações, é possível que uma melhor caracterização desse sufixo seja -da, uma vez que sua realização pode ser -ada ou -ida a depender da vogal temática que se aplica à raiz que deriva a nominalização.

18 Giusti (2002) aponta, no entanto, que nem sempre a relação entre artigo definido e referencialidade se confirma. Mostraremos o mesmo adiante.

- (7) a. O filme *fez uma inovação* dos contos de fadas tradicionais.¹⁹
 b. O Inmeq/MA *fez a verificação* dos equipamentos utilizados nos táxis de São Luís.²⁰

No exemplo com o artigo indefinido *uma*, em (7a), a expressão nominal pode ser tomada como referencial, mas não como definida, haja vista que o falante deve ter consciência do que é referido, mas o ouvinte, provavelmente, não. Diferentemente, em (7b), o artigo definido *a* indica que uma verificação foi realizada e o ouvinte pode identificar qual foi. Assim, devido ao fato de falante e ouvinte compartilharem da consciência sobre o que é referido, uma vez que há algo particular, familiar ou identificável por ambos os participantes do discurso, diz-se que se trata de expressão nominal referencial e definida. Para as sentenças em (7), portanto, sugerimos o mesmo tratamento apontado para (6b) e (6c).

Isso nos leva de volta ao dado em (6a) e ao valor [-] para o traço [intensificador] do determinante da expressão nominal dessa sentença. O traço [intensificador] é que parece diferenciar as construções que compõem o grupo das CVL, haja vista que, enquanto, em algumas delas, o determinante parece contribuir para uma leitura de eventos intensificados ou não, em outras, o determinante não parece contribuir para tais leituras, como se vê em (8) e (9).

Nas construções com *dar* mais nominalizações em *-ada*, em (8), não ocorrem expressões nominais referenciais ou definidas, já que não é possível perceber presença ou ausência de familiaridade, identificabilidade, particularização ou especificidade de um referente, por exemplo.

- (8) a. *Dei uma ajustada* na minha moto essa semana seguindo essa dica.²¹
 b. O colete de franjas *dá AQUELA complementada* no look e fica lindo para curtir as noites de inverno!.²²

19 Ver: <http://www.fals.com.br/revela18/>.

20 Ver: <http://www.ma.gov.br/>.

21 Ver: <https://www.facebook.com/AliceSalazarOficial/posts/460394494023985>.

22 Ver: <https://www.facebook.com/shoppingvautier/photos/a.228893523867288/1276129952476>

- c. Eu não quis beijar ninguém, ele deu uma encarada, eu *dei* **A** *encarada*, e aí encostou. Acabou rolando.²³
- d. Gizelly *deu* **CADA** *olhada*, mas ela sabe “disfarçar” melhor que a Rafa.²⁴

Em (8a), em que a nominalização ocorre com o determinante *uma*, a leitura que se tem é de um evento que foi realizado de forma não intensificada. Diferentemente, em (8b), (8c) e (8d), em que a nominalização ocorre com os determinantes *aquela*, *a* e *cada*, já se nota uma leitura de evento mais intensificado. As sentenças em (8b) e (8c), por sua vez, apresentam um comportamento diferente de (8d), por exemplo, que parece ser agramatical sem uma leitura de evento intensificado: em nossos termos, sem que o determinante seja marcado com o valor [+] para o traço [intensificador].

(8c), que tem como contexto uma luta de UFC, em primeiro momento, pode ser confundida com um caso de retomada anafórica, em que a descrição definida retoma a expressão indefinida já introduzida no discurso, contudo é possível verificar que se trata de eventos diferentes e não do mesmo evento: primeiro, uma pessoa encara, e, depois, outra pessoa encara também. Portanto, não se pode falar em correferência nesse caso.

Além disso, esse segundo evento de encarar, representado pela expressão *a encarada*, pode ser interpretado de duas formas: a) como uma encarada particular, se não houver ênfase no determinante, e, nesse caso, o elemento nominal é mais referencial e definido; ou b) como um evento que foi realizado de forma mais intensa por um lutador, numa tentativa de mostrar ao seu adversário, a pessoa que encarou primeiro, que ele não se intimidou com a sua atitude. Nesse caso, a expressão nominal não é referencial e nem definida, visto que denota um evento com leitura especial.

Desse modo, nossa proposta é que, nas construções em (8), os determinantes têm o traço [intensificado] marcado com o valor [-], para

968/?type=3&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22O%22%7D.

23 Ver: <https://www.uol.com.br/esporte/mma/ultimas-noticias/2013/07/05/anderson-silva-beija-chris-weidman-em-encarada-tensa-do-ufc-162.htm>.

24 Ver: <https://twitter.com/louisemoon97/status/1263211865649360903>.

uma, em (8a), e com o valor [+], para *aquela*, *a* e *cada*, em (8b), (8c), e (8d), respectivamente. São sentenças que exibem a combinação *dar* + *N-ada* e, por expressarem uma leitura de evento diminutivizado, que pode ou não ser intensificado, sugerimos o seu tratamento como construções com verbo leve verdadeiro, o outro tipo de sentenças que compõem as CVL do PB (ver nota 3).

Por seu turno, as construções com o verbo *fazer* combinado às nominalizações com os sufixos *-mento* ou *-ção*, como em (9), não contam com uma interpretação de evento intensificado.²⁵

- (9) a. Para compor a personagem Alicia, Araújo *fez um entrelaçamento* em seus cabelos.²⁶
 b. O engenheiro técnico sabe que só pode fazer a obra com os tapumes colocados. Havia pessoas lá. A responsabilidade legal é da empresa. Quer *fazer a demolição*? Então tire as pessoas antes.²⁷
 c. Um sorriso muda tudo! Você já *fez aquela avaliação* semestral? A saúde começa pela boca!²⁸

O que se observa é a ocorrência de nomes referenciais em (9a) e (9b)²⁹ e de um nome referencial e definido em (9c), já que, neste caso, o pronome demonstrativo *aquela*, dado o seu comportamento dêitico, está funcionando como uma espécie de apontamento para algo mencionado ou que ocorreu anteriormente, permitindo que o referente do nominal seja conhecido, portanto, identificável pelos interlocutores.

Em função dos comportamentos observados, propomos que sempre que o sintagma nominal não desencadear leituras referenciais ou definidas e o evento puder ser interpretado como intensificado, seja o determinante

25 Durante as buscas pelos dados, não foram encontradas construções com *fazer* mais nominalizações encabeçadas pelo item *cada*.

26 Ver: <https://www.fashionbubbles.com/beleza/cabelo-liso-tais-araujo-favorita/>.

27 Ver: <https://jornalistaslivres.org/sexta-feira-29-o-muro-tremeu>.

28 Ver: <https://m.facebook.com/TSOdonto/posts/2461178560837886>.

29 Embora (9b) ocorra com um artigo definido, de acordo com Duarte e Oliveira (2003) e Mariano (2018), a expressão nominal não denota definitude, pois há uma interpretação inespecífica ou uma leitura intencional, decorrente da presença do verbo *querer*.

marcado para esse traço com o valor [-] (ver (8a)) ou com o valor [+] (ver (8b), (8c) e (8d)), não haverá na parte nominal da sentença um determinante propriamente dito: antes, essa sentença conterà um operador enfático (LEONETTI, 1999) introduzindo o nome na posição de complemento. Conseqüentemente, teremos uma sentença que estamos denominando de construção com verbo leve verdadeiro (CVLV). Por sua vez, sempre que o sintagma nominal for referencial e/ou definido, e não couber para o evento uma leitura mais ou menos intensificada, (ver (9)), haverá um determinante propriamente dito introduzindo o nome em posição de complemento. Por essa razão, teremos uma sentença que estamos nomeando de construção com verbo de ação vaga (CVAV).

Cumprе salientar que essas observações parecem refletir o estatuto sintático do nome complemento do verbo. Assim, um nome determinado, isto é, acompanhado por um determinante, como nas sentenças em (9), tem o estatuto de argumento, mas, na ausência desse elemento determinante, o mesmo comportamento não parece se confirmar. (CHIERCHIA, 1998) Dessa forma, assumindo Chierchia (1998), estamos sugerindo preliminarmente³⁰ que, na CVLV, a categoria D não está projetada, o que implica que o elemento que encabeça o nome não ocupa a posição de determinante; por esse motivo, o sintagma nominal é um NP, um predicador, responsável por selecionar os argumentos da construção. Já, na CVAV, o elemento que encabeça o nome em posição de complemento ocupa a posição de determinante e, por conta disso, teremos um DP, um argumento, nessa posição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou que os determinantes que compõem, juntamente com o nome, o sintagma nominal de uma CVL nem sempre lhes conferem referencialidade e/ou definitude, o que levou à constatação de que,

30 Estamos em fase de ampliação da pesquisa e, portanto, buscando mais evidências em favor desta proposta.

em algumas construções, esses elementos correspondem a um determinante propriamente dito e, em outras, a um operador enfático, portador do traço [intensificador], marcados com os valores [+] ou [-].

Além disso, a determinação da natureza dos determinantes envolvidos na produção de CVL resultou na divisão dessas construções em dois grupos distintos: CVLV, compostas pelo verbo *dar* mais nominalizações em *-ada* com leitura não referencial e não definida; e CVAV, constituídas pelos verbos *dar* mais nominalizações em *-ada* referencial e definida e *fazer* mais nominalizações em *-ção*, *-mento* e *-ada* referencial e/ou definida.

Cumpre destacar, porém, duas questões residuais que, certamente, serão objeto de pesquisa futura:

- a) sendo um operador enfático, que posição deverá ser ocupada pelo elemento que introduz o sintagma nominal predicativo nas CVLV?
- b) como tratar outras construções, tais como *dar um beijo*, *dar medo*, *dar uma arrumação*, *dar um polimento*, *dar uma paulada*³¹ etc., também tratadas como CVL na literatura (ALVES; FIGUEIREDO, 2018; RESENDE, 2016; SCHER, 2006 etc.) Trata-se de casos que também se incluem nesses grupos ou caracterizam outra(s) classe(s) na tipologia da CVL do PB?

REFERÊNCIAS

ALBA-SALAS, J. *Light verb constructions in romance: a syntactic analysis*. 2002. Dissertation (Ph.D. in Philosophy) - Cornell University, New York, 2002.

ALEXIADOU, A.; HAEGEMAN, L.; STAVROU, M. *Noun phrase in the generative perspective*. Berlin: [s. n.], 2007.

ALVES, D. A. *A (in)definitude no sintagma nominal: um estudo sobre as construções com verbo leve do português brasileiro*. 2020. Tese (Doutorado em Língua

31 Essa construção se difere das outras com *dar* mais nominalização em *-ada*, pois, primeiro, o nome tem uma base nominal, e segundo, expressa a leitura de *atingir com*. (SCHER, 2006)

e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. No prelo.

ALVES, D. A. *Construções de verbo leve: o elemento nominal e a leitura final*. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ALVES, D.; FIGUEIREDO, C. A formação do nominal nas construções com o verbo leve “fazer”, à luz da Morfologia Distribuída. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, v.12, n. 1, p. 8-27, 2018.

BASÍLIO, M. Padrões de configuração estrutural de unidades lexicais. *In: DUARTE, L. P. (org). Para sempre em mim: homenagem à Professora Angela Vaz Leão*. Belo Horizonte: Ed.PUC-MINAS, 1999. p. 205-212.

CAMPBELL, R. *The Grammatical Structure of Verbal Predicates*. 1989. Dissertation (Ph.D. in Linguistics) - University of California, Los Angeles, 1989.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CERQUEIRA, F. O. *O pronome pleno de terceira pessoa: estrutura interna e relações referenciais*. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics*, Dordrecht, v.6, n.4, p. 339-405, 1998.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

DAVEL, A. P. C. *Um estudo sobre o verbo-suporte na construção dar + SN*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

DUARTE, I.; GONÇALVES, A.; MIGUEL M. *et al*. Light verbs features in European Portuguese. *Proceedings of the 2nd Interdisciplinary Workshop on the Identification and representation of Verb Features and Verb Classes*, Pisa, 2010.

DUARTE, I.; OLIVEIRA, F. Referência nominal. *In: MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I. et al. Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 211-243.

DUARTE, I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 2003. p. 275-321.

GIUSTI, G. The functional structure of noun phrases: A bare phrase structure approach. In: CINQUE, G. (ed.). *Functional structure in DP and IP: the cartography of syntactic structures*. Oxford: Oxford University Press, 2002. v. 1, p. 54-90.

HEIM, I. *The Semantics of Definit and Indefinit Noun Phrases*. 1982. Dissertation (Ph. D. in Linguistics) - University of Massachusetts, Massachusetts, 1982.

KEARNS, K. *Light verbs in English*. Manuscrito, Cambridge, MA: MIT, 2002.

LEONETTI, M. El artículo. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española: sintaxis básica de las clases de palabras*. v. 1, p. 787-890, 1999.

LONGOBARDI, G. Reference and Proper Names: a theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 25, p. 609-665, 1994.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: University Press, 1999.

LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Martins Fontes, 1977.

MARIANO, V. C. *Nomes nus na posição de sujeito no português afro-brasileiro*. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2018.

MEDEIROS, A. B. Aspecto e estrutura de evento nas nominalizações do Português do Brasil: revendo o caso das nominalizações em -ada. *Revista Letras*, Curitiba, n. 81, p. 99-122, 2010.

MOURA NEVES, M. H.. Estudo das construções com verbo-suporte em português. In: KOCH, I. V. (org.). *Gramática do português falado*. Vol VI: desenvolvimentos. Campinas: Unicamp, 1996. p. 201-229.

RESENDE, M. *Derivação regressiva e construções com verbos leves: um estudo sobre aspecto lexical*. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

RODRIGUES, A. S. Semantic affix rivalry: the case of Portuguese nominalisers. *Biblioteca Digital do Instituto Politécnico de Bragança*, Bragança, 2013.

SCHER, A. P. *As construções com o verbo leve “dar” e as nominalizações em -ada no português do Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SCHER, A. Pa. Nominalizações em -ada em construções com o verbo leve dar em português brasileiro. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 29-48, 2006.

OS DEMONSTRATIVOS E OS SISTEMAS DE SITUACIONALIDADE NA COMUNIDADE RURAL AFRO-BRASILEIRA DE HELVÉCIA

Ramon Arend Paranhos

Cristina Figueiredo

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo descrevemos as estratégias de deiticidade situacional¹ no domínio nominal, com uso de demonstrativos e de reforçadores, em amostras de fala de Helvécia, comunidade rural afro-brasileira.² Este trabalho se insere no âmbito daqueles que consideram que as diferenças entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE) são decorrentes do contato multilinguístico (MATOS E SILVA, 2001) ocorrido no período de colonização do Brasil, em que se registra presença de portugueses, populações indígenas e populações sequestradas do continente africano, principalmente, do Congo, de Angola e da Costa da Mina. Dessa forma, a análise do português afro-brasileiro pode contribuir sobremaneira para a compreensão do PB.

A partir dos estudos de Câmara Júnior (2004), Castilho (1993), Roncarati (2003) e Pereira (2005), há evidências de que o PB, em geral, tem um sistema binário de demonstrativos, situando a oposição [\pm proximidade]

1 Há possibilidade de demonstrativos expressarem relações dêiticas não somente situacionais, mas também correspondentes a uma referência no universo do discurso. Analisamos apenas as relações situacionais, em relações distintas de contraste – relações contrastivas –, tomando como base a distância – proximal, medial ou distal – e/ou a pessoa do discurso – o falante, o ouvinte e, entre outros, o falante e o ouvinte. (HIMMELMANN, 1996; DIESEL, 1999)

2 Os elementos sócio-históricos e linguísticos da comunidade de Helvécia, discutidos por Lucchesi, Baxter, Silva e Figueiredo (2009) e apresentados na seção 2, ajudam a termos acesso a resquícios da situação de contato ocorrida na comunidade. Os dados de informantes idosos, de até 119 anos, nascidos no final do século XIX, representam fontes de gramáticas formadas do início do século XX e constituem uma fonte importante para isso. (NARO, 2003)

do falante e do ouvinte com os demonstrativos *esse*³ e *aquele*, e o uso do *este* é residual, sendo encontrado apenas na escrita culta e em normas faladas mais monitoradas. Já no PE o sistema ternário – *este x esse x aquele* – parece estar mais consolidado, sem grandes diferenças entre as variadas normas linguísticas. (PEREIRA, 2005)

O objetivo principal deste estudo é descrever dados de uso de demonstrativos e de reforçadores em amostras de fala de Helvécia, comunidade rural afro-brasileira do estado da Bahia. Entre os objetivos secundários, estão: i) compreender se as noções situacionais de [\pm proximidade] do falante e do ouvinte são marcadas com a coocorrência de reforçadores,⁴ como nos exemplos em (1), retirados de Cançado (2010, p. 15⁵):

- (1) a. Pega esse livro/isso aqui (próximo do falante);
- b. Pega esse livro/isso ali (distante do falante e do destinatário);
- c. Pega esse livro aí (próximo do ouvinte e distante do falante);

e ii) indicar uma hipótese para a formação do quadro de demonstrativos de Helvécia e a coocorrência com reforçadores, tendo em vista o contexto multilinguístico em que se formou.

Ribeiro (2010), ao analisar os dados de uma informante da comunidade de Helvécia, HV-19, de 107 anos, observou o uso de apenas um demonstrativo, *esse*, sem conteúdo dêitico de pessoa ou distância, estabelecendo relações situacionais com uso de reforçadores – *aqui, aí e lá* –, como ela exemplifica a seguir:

3 Utilizamos *esse, aquele e este* para representar os demonstrativos em suas diversas formas, como *essa e isso, aquela, aquilo e esta e isto*.

4 Assumimos essa denominação por já ser usada na literatura, tanto nos manuais gramaticais (BECHARA, 2009; CEGALLA, 2010; e ROCHA LIMA, 2011) como em estudos linguísticos. (BERNSTEIN, 1997; DIESSEL, 1999; ILARI, 2007; GUARDIANO, 2011 e outros) Geralmente, o caráter de reforço desses itens é atribuído à correspondência semântica das pessoas do discurso do demonstrativo, no entanto, entendemos que a relação que esses itens estabelecem no PB não caracteriza um reforço semântico, mas um acréscimo de traços contrastivos.

5 Nos exemplos de (1) a (18), de informantes (ou de citações), possuem grifos nossos. Mantendo os sintagmas nominais em itálico e os reforçadores em itálico e sublinhado

- (2)
- a. *esse aí* tomô tudo
 - b. *esse aqui* tamém é meu
 - c. *esse lá* é meu ne... é sobrim neta
 - d. *Dessa* muié que *t'aí*, eu pegô quatro. *Desse* muié *lá*... eu pegô três.

Tendo o trabalho de Ribeiro (2010) como piloto, analisamos amostras de fala de informantes da Comunidade de Helvécia, considerando amostras das três faixas etárias de ambos os sexos, acervo do Projeto Vertentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenado pelos professores Dante Lucchesi e Gredson dos Santos, tendo em vista as seguintes hipóteses: a) o dialeto de Helvécia teria apenas um único demonstrativo, *esse*, sem conteúdo dêitico de pessoa ou distância, e as relações situacionais seriam marcadas necessariamente em coocorrência com o reforçador – *aqui, aí, ali e lá* –; b) os reforçadores realizariam as oposições contrastivas marcando proximidade em relação ao falante, *aqui*, proximidade em relação ao ouvinte, *aí*, afastamento do falante e do ouvinte, *ali*, e afastamento remoto do falante e do ouvinte, *lá*; a emergência do quadro situacional é resultado da competição e seleção de traços de gramáticas em contato (MUFWENE, 2001; ABOH, 2015), em contexto de multilinguismo generalizado. (MATTOS E SILVA, 2001)

No *corpus* estudado, dentre os resultados alcançados, verificamos a existência de dois sistemas de deiticidade: Sistema de Deiticidade 1, característico de informantes da faixa etária 3, com apenas um demonstrativo, *esse*; e o Sistema de Deiticidade 2, em que falantes da faixa etária 1 e 2 fazem uso de dois demonstrativos, *esse* e *aquele*. (PARANHOS, 2010 e 2019)

Este estudo é dividido em três seções. Na primeira, descrevemos a comunidade de Helvécia, os informantes e a organização dos dados e do método. Na segunda, analisamos os dados, descrevendo o uso dêitico situacional dos demonstrativos e dos reforçadores. Na última, apresentamos a noção de situacionalidade em línguas naturais, principalmente nas línguas doadoras oriundas da África, para entender a emergência de um novo sistema de deiticidade.

2 A COMUNIDADE, OS INFORMANTES E A ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Um dos primeiros processos de ocupação territorial da região de Helvécia aconteceu com a fundação da Colônia Leopoldina, caracterizada como a primeira colônia alemã no Brasil.⁶ Carmo (2010) afirma que foi a partir da implantação da força de trabalho escravizada que a produção da cultura de café da Colônia Leopoldina prosperou, representando grande parte, cerca de 50%, da produção da província da Bahia. Com o aumento da produção de café, aumentava-se, em proporção menor, o contingente populacional de trabalhadores livres e, em larga escala, o número de trabalhadores escravizados. Lucchesi e Baxter (2011) demonstram que, entre 1840 e 1860, a população de escravizados saltava de 1036 para até 2000, tendo, em média, dez escravizados para cada trabalhador livre.

Após abolição, os ex-cativos permaneceram nas terras vizinhas às plantações, sobrevivendo por meio das produções de subsistência. Foi constituída uma comunidade rural, oriunda de um processo de ocupação de terras que foram abandonadas pelos antigos proprietários ou que estavam em desuso para atividades de campo.⁷

Lucchesi e demais autores (2009) afirmam que, tendo em vista a sua formação recente (Século XIX), a importância do dialeto de Helvécia está no fato de a aquisição do português pela comunidade ter se dado em contexto de contato multilinguístico entre a língua do europeu e as línguas faladas por escravizados,⁸ o que poderia ter acarretado o surgimento de uma

6 Os colonos eram alemães, suíços e, principalmente, franceses. (CARMO, 2010) Possivelmente, tinham o português como segunda língua.

7 Atualmente, Helvécia é distrito de Nova Viçosa, com propriedades quase exclusivamente rurais, detendo grandes taxas de analfabetismo. A economia é baseada na agricultura familiar; na pecuária e na indústria de celulose. A população adulta jovem normalmente vende sua força de trabalho para as indústrias de eucalipto da região e tem acesso a rádio e TV. (LUCCHESI et al., 2009)

8 Baxter e Lucchesi (1999) assinalam que, em algumas fazendas da Colônia Leopoldina, os escravizados africanos eram preponderantemente oriundos de regiões em que as línguas do ramo *kwa* eram mais faladas, e, ao analisar os registros de escravizados da Fazenda Reis, por exemplo, os autores observam que há grupos linguísticos de origem do grupo *bantu*. Lucchesi e Baxter (2018) apresentam que, na Fazenda Pombal 2ª, entre etnias descritas estão: nagô; gêge; monjolo; benguela; moçambique; e cabinda. Isso possivelmente representa que se tratam de falantes das

língua crioula de base portuguesa, tendo como fatores desencadeadores: i. a relação histórico-demográfica da Colônia Leopoldina; ii. a utilização de mão de obra escrava em larga escala; iii. a permanência dos ex-cativos nas terras; iv. o isolamento das comunidades que permaneceram. Segundo Lucchesi e demais autores (2009, p. 94), ao mesmo tempo em que os dados históricos e linguísticos apontam para a possibilidade de existência de criouliização, há uma rápida descrioulização do dialeto de Helvécia para uma forma mais próxima do Português Brasileiro Popular (PBP).

Analisamos amostras de fala de 18 informantes da comunidade rural de Helvécia, sendo nove mulheres e nove homens, acervo do projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia, distribuídos em três faixas etárias: Faixa 1 de 20 a 40 anos, Faixa 2 de 41 a 60 anos e Faixa 3, acima de 60 anos.⁹ Além disso, foi constituído um *corpus* de controle¹⁰ com amostras de fala de quatro informantes com mais de 80 anos, resultante de uma coleta preliminar em 1994. A análise da faixa etária, de acordo com a metodologia da Sociolinguística Laboviana, permite verificar se um fenômeno encontra-se em processo de mudança em curso, sendo importante para este estudo que busca investigar vestígios linguísticos decorrentes do contato.

Tendo em vista as primeiras duas hipóteses propostas na introdução, constituímos um banco de dados para investigação, com os seguintes fatores de análise: 1) tipo de demonstrativo; 2) posição do demonstrativo; 3) ocorrência com reforçador; 4) tipo de reforçador, caso ocorra; 5) conteúdo semântico; 6) faixa etária.

Quanto ao conteúdo semântico, além do uso situacional, foram coletados dados de demonstrativos que registram uso: discursivo, que faz referência a uma proposição ou um evento, como em (3a); anafórico, que define uma entidade

línguas: yorubá – nagô –; línguas do subgrupo *kwa* – gêge –, possivelmente fon, gun ou ewe; e línguas do grupo *bantu* que provavelmente seriam kimbundu – benguela –, kicongo – cabinda e monjolo – e macua ou changana – moçambique – entre outras.

9 Conferir a relação de informantes em Lucchesi (2009).

10 Agradecimentos ao Prof. Dr. Alan Baxter por disponibilizar os inquéritos. São quatro informantes: HV-InqA, sexo feminino, analfabeta; HV-InqB, sexo masculino, analfabeta; HV-InqC, sexo feminino, analfabeta; HV-InqD, sexo feminino, analfabeta.

específica e identificável introduzida no universo do discurso, como em (3b);
recognitivo, que introduz uma referência de conhecimento culturalmente
compartilhado entre os interlocutores, como em (3c); e outros usos.¹¹

- (3) a. Ontem, em quatro jogos, os quatro times ganharam o jogo com o mesmo
placar. Isso já aconteceu na terceira rodada do campeonato de 2010.
b. Peguei três balões e duas canecas. *Essas* estavam sujas.
c. Minha namorada é *desse tipo de mulher para casar*.

3 SITUACIONALIDADE DOS DEMONSTRATIVOS E DOS REFORÇADORES EM HELVÉCIA

Foram encontrados no *corpus* 1506 dados de demonstrativos nas amostras de fala dos 22 informantes analisados. Não se verificaram ocorrências de *este – esta/isto –*, enquanto *esse – essa/isso –*, com 82% das ocorrências, é mais recorrente que *aquele – aquela/aquilo –*, com 18% do total de dados. Desse total, considerando os limites deste estudo, só analisaremos os dados dos demonstrativos situacionais, 687 ocorrências, correspondente a 45,6% dos dados, constituindo o uso mais frequente de demonstrativos, conforme sintetizado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Distribuição semântica dos usos de demonstrativos

| | Este | Esse | Aquele | Total | (%) |
|-------------|------|------|--------|-------|------|
| Situacional | 0 | 594 | 93 | 687 | 45,6 |
| Anafórico | 0 | 255 | 48 | 303 | 20,1 |
| Recognitivo | 0 | 136 | 126 | 262 | 17,4 |

11 Aqui se incluem usos afetivos, genéricos ou como artigos definidos. Cegalla (2010, p. 493, grifo nosso), por exemplo, mostra que é possível encontrar usos irônicos de demonstrativos. Nos dados, verificamos ocorrências desse tipo como no exemplo em “Lá é porque é nem morrê? É duro assim... Meu pé-de-coco tá *nesse mundolão*, ó! O coco tá morreno”. (HV-19), de uso enfático do demonstrativo *esse*.

| | | | | | |
|-------------|---|------|-----|------|------|
| Discursivo | 0 | 197 | 4 | 201 | 13,3 |
| Outros usos | 0 | 52 | 1 | 53 | 3,6 |
| Total | 0 | 1234 | 272 | 1506 | 100 |

Fonte: elaborado pelos autores.

No conjunto de dados observados do uso de demonstrativos, os resultados apontam para uma linha distinta da hipótese inicialmente proposta neste estudo, pois constatamos a existência de dois demonstrativos e tanto *esse* como *aquele* podem, sozinhos, ter conteúdo semântico sem que haja necessariamente um reforçador no mesmo sintagma nominal que atribua o traço de situacionalidade. No entanto, a marcação dêitica desses demonstrativos parece ser evidenciada na situação discursiva e não exatamente no demonstrativo. Alguns exemplos desse uso, de informantes de diferentes faixas etárias, podem ser observados em (4a), de tempo presente, (4b), de tempo remoto, (4c), [+ proximidade], e, (4d), [- proximidade].

- (4)
- a. Não. Eu fui comprá adubo *essa semana* pra adubá, que eu mexo com pimenta daquela raivosa... (HV-06)
 - b. Aliás, a gente já tava de ININT dava de tê idade que dava pa trabalhá, mas pelo que nós produzia na roça... *aquele tempo* é assim mesmo, né? (HV-24)
 - c. Quando eu cheguê aí ININT era matagal, *isso* tudo era capuêrão brabo aí, tudo feito eu. (HV-24)
 - d. *Aquele* tudo que era toco, era mato, de antigo. Aí vinte ano atrás era mata. chega pra cá... (HV-06)

O uso de *esse* e *aquele* para atribuir sentido dêitico possibilita caracterizar dois sistemas de deiticidade, duas gramáticas em competição. Isso pode ser observado em termos quantitativos, conforme Tabela 2, a seguir, em que os dados da coocorrência de demonstrativos com reforçadores ajudam

a compreender o quadro dêitico dessa comunidade, principalmente quando comparamos suas ocorrências por faixa etária:

Tabela 2 – Distribuição dos demonstrativos *esse* e *aquele* por tipo de reforço – caso ocorra – entre as faixas etárias

| FAIXA 1 | | | | |
|----------------|-----------|----------|-------|------|
| | Esse | Aquele | Total | (%) |
| Sem reforçador | 111 | 34 | 145 | 66,5 |
| Aqui | 47 | 1 | 48 | 22,1 |
| Ali | 2 | 2 | 4 | 1,8 |
| Aí | 17 | 0 | 17 | 7,8 |
| Lá | 4 | 0 | 4 | 1,8 |
| Total | 181 (83%) | 37(17%) | 218 | 100 |
| FAIXA 2 | | | | |
| | Esse | Aquele | Total | (%) |
| Sem reforçador | 95 | 18 | 113 | 60,7 |
| Aqui | 20 | 0 | 20 | 10,8 |
| Ali | 5 | 4 | 9 | 4,8 |
| Aí | 24 | 0 | 24 | 12,9 |
| Lá | 15 | 5 | 20 | 10,8 |
| Total | 159 (85%) | 27 (15%) | 186 | 100 |
| FAIXA 3 | | | | |
| | Esse | Aquele | Total | (%) |
| Sem reforçador | 116 | 15 | 131 | 46,3 |
| Aqui | 14 | 0 | 14 | 5 |
| Ali | 3 | 2 | 5 | 1,7 |
| Aí | 95 | 1 | 96 | 34 |
| Lá | 35 | 2 | 37 | 13 |
| Total | 263 (93%) | 20 (7%) | 283 | 100 |

Fonte: elaborado pelos autores.

Em termos quantitativos, há modificações na frequência de *esse* e de *aquele* quando se comparam as três faixas etárias: i) *esse*, passando de 93% na faixa 3 para 83% das ocorrências na faixa 1, um padrão que pode demonstrar

suas diminuições nas faixas mais jovens, relacionada a ampliação da frequência do *aquele*; e *aquele*, passando de 7% a 17%, um padrão ascendente da faixa 3 em direção à faixa 1, podendo indicar uma ampliação dos usos pelas faixas 1 e 2. Essas mudanças talvez possam ser explicadas pela especialização do uso de *esse* para marcar [+ proximidade], reduzindo os seus usos para marcar [- proximidade], enquanto *aquele* parece ocupar com mais frequência propriedades definidas para o traço [- proximidade].

No que tange especificamente aos reforçadores, a coocorrência com *esse* é mais frequente do que com *aquele*, principalmente, entre informantes da faixa etária 3. Os informantes dessa faixa realizam a coocorrência com reforçadores em 53,7% dos dados enquanto essas porcentagens são reduzidas para 39,3% e 33,5% entre informantes da faixa etária 2 e 1, respectivamente. É possível que exista um reordenamento no sistema de traços de situacionalidade dos reforçadores, com ampliação do uso de *aqui*, 5% na faixa 3, 10,8% na faixa 2 e 22,1% na faixa 1, além da redução dos usos de *aí* e de *lá*, respectivamente 34% e 13% na faixa 3, 12,9% e 10,8% na faixa 2, e 7,8% e 1,8% na faixa 1. Verificaram-se poucos dados de *ali* – 18 ocorrências –, o que dificulta analisar as funções desse reforçador.

A análise qualitativa dos dados situacionais de demonstrativos em coocorrência com reforçadores possibilita a verificação de dois sistemas distintos de oposições contrastivas de situacionalidade, podendo indicar uma mudança paramétrica na comunidade de Helvécia (PARANHOS, 2011):

(5) Sistema de Deiticidade 1

[+ proximidade]: Esse aí ~ Esse aqui ~ Esse

[- proximidade]: Esse lá

[- proximidade] temporal¹²: Esse lá ~ Aquele

12 Os temas discutidos nos inquéritos são voltados para questões da história da comunidade ou das relações pessoais, sendo difícil observar dados de [+ proximidade] temporal. Entre os dados recolhidos e analisados, parece que, tanto no Sistema de Deiticidade 1 como no Sistema de Deiticidade 2, a marcação temporal precisa ser resgatada com elementos discursivos, como nos exemplos a seguir

- (6) Sistema de Deiticidade 2
[+ proximidade] do falante: Esse aqui ~ Esse
[+ proximidade] do ouvinte: Esse aí ~ Esse
[- proximidade] do falante e do ouvinte: Esse lá / ali ~ Aquele lá / ali
[- proximidade] temporal: Esse lá ~ Aquele lá ~ Aquele

No Sistema de Deiticidade 1, observado nos informantes da faixa 3, há quase exclusivamente um único demonstrativo, *esse*, e o estabelecimento de duas principais oposições contrastivas em que *esse lá* e *esse ali* marcam [- proximidade] e *esse aí*, *esse* e *esse aqui* marcam [+ proximidade].¹³ O uso de *aquele* é específico para marcação temporal.

A. Sistema de Deiticidade 1, [+ proximidade]:

Nos exemplos em (7), observamos os usos de *esse* em coocorrência com *aí*, em (7a), (7b) e (7c), situando entidades concretas específicas, próximas ou pertencentes ao falante, com *aqui*, em (7d), indicando uma região, e sem reforçador, em (7e), referenciando uma região e a situacionalidade parece ser resgatada discursivamente pelo *aqui*.

- (7) a. Aí io ficô lá, depô cond'io saiu eu veo sai(r) aí ó! Eu chego aí nessa casa aí, ó! *Essa casa aí* eu que capinava, *redó de casa aqui*. (HV-B)

a. [DOC: Fuçá é uma armadilha, né?] INF: É sim, senhô. Pessoa aí... pessoa aí tudo faz rede... faz fuçá. *Esse ano aí*, pessoa tudo aí num pegô pêxe de rede... tudo ... Desses gente tudo aí, eles tudo tem as labuta no brejo... no rio. HV-13;

b. INF: - Amanhã ô depois, tem razão tomém que... *Esse ano* que nós já temo num... num ININT. HV-20;

c. INF(1): Rapaz, num tá muito bom *esse ano* não. A agricultura, *esse ano*, não acho que a agricultura num tá bom *esse ano* não... HV-06;

d. Não, é de quinzena. *Essa sexta* mesmo que vem agora, vai tê. *Essa sexta aí dessa semana*. HV-07.

13 Há poucos dados que ajudam a identificar a possibilidade de oposição entre *aqui* e *aí* no Sistema de Deiticidade 1. O primeiro parece indicar uma área ou região próxima, como nos exemplos em (7a), (7d) e (7e), enquanto que o segundo parece ter um uso mais relacionado a entidades concretas próximas, como nos exemplos em (7a), (7b) e (7c). Para essa análise, é necessário observar dados de outras estruturas nominais (Nome nu + REF, DET+REF, PRON+REF).

b. eu já escapô de morrê, ma num foi porque Deu viu que ainda num era a minha hora, porque *esse casa aí* já é nova, a casa que eu morava é lá, já tá, já tá véia, se acabô, ma um dia eu caiu uma febre doente. (HV-A)

c. Ah, vai! Ieu num to dizemô? *Esse pé aí* é que machuco, aí é que ficô cambrado tirô lasca de pau, como eu tava conversano, aí ó..(HV-C)

d. DOC: - É!? O senhô que começô abri aqui as coisa...

INF: - Tudo, *esse área aqui* é. Tá veno aí, desceu ali, mudô ali, tudo coquêro por todo esse mundo veio... (HV-24)

e. Mas dá... mas aqui eu já conheceu, desde qu'eu me casei lá tamém já conhecia aqui, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, *esse* era lugá de casa de Maciano Serafim... (HV-22)

B. Sistema de Deiticidade 1, [- proximidade]:

A definição de entidades concretas distantes do falante é marcada pelo uso de *esse* em coocorrência com *lá*, como nos exemplos em (8a) e (8b) em que é feita a oposição a outras entidades concretas que estão próximas do falante, *esse*, e *esse casa aí*.

(8) a. Tá bom! *Esse* é minha neta, *esse lá* é meu é sobrim neta; casado com o povo de meu fio... (HV-19)

b. Ah, é! A casa de Compania, assim como tá *essa casa aí*. Cumprido e já foi embora! *Esse* é du um moradô... de ûa moradô, *esse* é de oto, *esse lá* de oto, *esse lá* de oto... E pegá a istrada aí. (HV-C)

C. Sistema de Deiticidade 1, [- proximidade] temporal:

Geralmente, a marcação de tempo remoto é feita com o uso de *esse* em coocorrência com *lá*, como nos exemplos em (9a) e (9b). É possível realizar marcação de tempo remoto com o uso de *aquela*, sem reforçador, como no exemplo em (9c).

- (9) a. Minha mãe morrê já veinha, coitadinha! ma assim memo, embora tá com o cacetinho dela, porque *esse tempo lá* num usava negócio de posentado, pa ganhá, né, ela coitadinha, inda memo com o cacetinho dela. (HV-D)
- b. Graças a Deus... e depôs *desse tempo lá*, o pai criava, ele sabia do jeito que criava. (HV-24)
- c. Quando vinha de lá, aí tinha que sê mesmo. *Aqueles tempo* era um bocado de coisa que fazia, era café, ININT de mandioca, era de milho, tudo que tinha, cada um tinha que cuidá. (HV-24)

Quanto ao Sistema de Deiticidade 2, há dois demonstrativos, *esse* e *aquela*, e ao menos três formas estabelecidas de oposição contrastiva. Com o aumento do uso de *aqui*, entre os informantes da faixa 1 e da faixa 2, passa-se a observar a capacidade de situar entidades como próximos do falante ou que pertence ao falante, diferenciando do uso de *aí*, voltado para entidades que estão próximas do ouvinte e distante do falante.

A. Sistema de Deiticidade 2, [+ proximidade]:

Podemos inferir que, no Sistema de Deiticidade 2, há especialização dos usos de demonstrativos com os reforçadores, indicando oposições contrastivas. Nos falantes de faixa etária 1 e 2, a coocorrência com *aqui* é usada para situar uma entidade em relação de [+ proximidade] ao falante, opondo-se ao *aí* que situa entidades próximas ao ouvinte, como nos exemplos em (10).

- (10) a. É...*esse aqui* é... é uma... é uma semente que ele dá assim... na fôia.
(HV-08)
- b. *Esse aqui* sô eu, *esse aqui* eu tirei aqui, ó! Bem *nessa porta aí*, na janela.
(HV-03)
- c. Tinha muita mata. Hoje, ‘inda num existe mata aqui, por causa *dessa floresta aí*. (HV-04)

B. Sistema de Deiticidade 2, [- proximidade]:

Outro fator que pode corroborar para aquisição do *aquele*, principalmente entre os informantes das faixas 1 e 2, é a observação de sentenças como em (11), em que o demonstrativo passa a situar [- proximidade] situacional quando é acompanhado pelos reforçadores *ali* ou *lá*.

- (11) a. Nasceu, criô, tô aqui. *Aquele lá* é meu filho. (HV-11)
- b. *aquela* ôta *terra ali* é nosso mesmo alí, ó... (HV-06)

Enquanto isso, nos exemplos em (12), apresentamos o uso de *esse* em coocorrência com *lá*, demonstrando que tanto *esse* como *aquele* são licenciados para marcar de [- proximidade] desde que sejam acompanhados por *ali* ou *lá*.

- (12) a. O pai *dessa lá* ante meste obra, lá no Rio, ele mexe assim com obra.
(HV-03)
- b. É, a firma tá errado... a fi... a firma fala de que num é pa caçá, mas tem muito caça direto, vem caçá aí na ára da firma... que ‘cê num tá veno essa... *essa lá* é da firma... é... é da firma... é da Aracruz e da ININT. (HV-08)

C. Sistema de Deiticidade 2, [- proximidade] temporal:

Nos informantes da faixa 1 e 2, o uso de *aquele* pode ser usado para marcar tempo remoto, sem reforço, como em (13a), (13b), ou com o uso de *lá*, como em (13c).

- (13) a. *naquele* dia, eu tinha acordado, mas ‘cordei com pressentimento ruim!. (HV-03)
b. Antes da gente nascê, né... *aqueles tempo* assim, ele já curô muita gente. (HV-01)
c. Andava chei que, teve vez, pedimo, num teve nem passage pá carregá. Ah, *aquele tempo lá*, meu irmão era muito melhó de que agora. Agora pra aqui modificô muito. (HV-11)

A marcação de tempo remoto também pode ser feita com o demonstrativo esse em coocorrência com *lá*, como em (14a) e (14b).

- (14) a. Eles dêxa essas coisa já tudo envenenado, tudo complicado, né? ...E aí tá apareceno muita doença pra gente agora. Mas, *esse tempo lá*, não senhô. (HV-11)
b. Hoje em dia... hoje em dia... hoje em dia, eu tem visto as criança aqui... quande mãe e pai tá conversano... Ah, mamãe, né assim não, é assim, assim... aí nós... nós... *esses tempo lá*, tomava um socão logo na cara que o pai da gente dava, viu?... (HV-10)

Nesta seção, vimos que há dois demonstrativos no dialeto de Helvécia, *esse* e *aquele*, em que o primeiro é mais usado com mais frequência do que o segundo e ambos podem ter relações semânticas de deiticidade, mas não conseguem estabelecer relações de situacionalidade sem que haja um contexto discursivo. Descrevemos dois sistemas distintos de deiticidade em distribuição por faixa etária. O Sistema de Deiticidade 1, observado em informantes da faixa 3, apresenta majoritariamente o demonstrativo, *esse*, e as relações de oposições de [\pm proximidade] só podem ser estabelecidas com o uso de

marcadores, seja com estruturas discursivas ou com reforçadores. Na fala dos informantes da faixa 1 e 2, observamos o Sistema de Deiticidade 2, um sistema binário de dois demonstrativos, *esse* e *aquela*, com marcação de oposições contrastivas estabelecidas na coocorrência com reforçadores.

4 O CONTATO E A EMERGÊNCIA DOS SISTEMAS DE DEITICIDADE DE HELVÉCIA

Nesta subseção, fazemos uma breve apresentação dos sistemas dêiticos de línguas naturais, dando destaque às línguas que participaram do processo de multilinguismo generalizado ocorrido em Helvécia, que são a língua do colonizador, o PE e, por ser uma colônia de estrangeiros europeus no Brasil, o francês e o alemão, e as línguas das populações escravizadas, que são principalmente o kimbundu e línguas *kwa*, como o gungbe e o fongbe.

Tomando como pressuposto o argumento de Guardiano (2010), entendemos que todas as línguas humanas têm ao menos um demonstrativo. Lyons (1999) evidencia que o número de demonstrativos e as oposições que estabelecem entre si configuram sistemas distintos de deiticidade. Assim, as línguas podem ter sistemas unários, binários, ternários entre outros. Um sistema unário é caracterizado por ter apenas um demonstrativo sem traços dêiticos, fazendo com que a marcação de [\pm proximidade] seja, muitas vezes, realizada por reforçadores ou partículas, como o caso do francês (*ce... ci/là*), em (15), do checo (*ten*) e do árabe egípcio (*da*):

- (15) a. *Ce bateau-ci* (LYONS, 1999, p. 20)
Dem barco-part [+ prox]
Esse barco
- b. *Ce bateau-là* (LYONS, 1999, p. 20)
Dem barco-part [- prox]
Aquele barco

Lyons (1999) argumenta que há línguas que têm dois demonstrativos em oposição dêitica, como o inglês (*this* x *that*), mandarim (*zhèi* x *nèi*), o PB (*esse* x *aquêle*), tomando como pressuposto os estudos de Câmara Júnior (2004), Castilho (1993), Roncarati (2003) e Pereira (2005), e, entre outras, as línguas *kwa*, como o gungbe, em (16), e o fongbe, em (17).

- (16) a. mótò vé éhé ló' lé (ABOH, 2004, p.21)
carro vermelho Dem Det Num
esses carros vermelhos
b. kòkló àxó áwè éné ló' lé (ABOH, 2015, p.43)
galinha grande duas Dem Det Pl
aquelas duas galinhas grandes
- (17) a. súnú él ó' (LEFEBVRE, 1998, p. 97)
homem Dem [+ prox]
esse homem
b. súnú éné (LEFEBVRE, 1998, p. 97)
homem Dem [- prox]
aquele homem

Lyons (1999) diferencia as línguas com sistema ternário de duas formas distintas: (i) [\pm proximidade] ligada às pessoas do discurso – 1ª pessoa (falante) / 2ª pessoa (ouvinte) / 3ª pessoa (falante e ouvinte) –, como acontece no PE (PEREIRA, 2005); (ii) [\pm proximidade] observada a partir do falante, em que os demonstrativos são usados para marcar proximidade do falante; proximidade média – ou distância média – do falante e distância – ou [-proximidade] – do falante, como no alemão – *dieser* x *der* x *jener* –¹⁴ ou no kimbundu (CHATELAIN, 1989, p. 27), nos exemplos em (18).

14 Lyons (1999, p. 111) apresenta a mudança do sistema ternário do alemão para um sistema binário.

- (18) a. muthu-*iú*/*-iú* (CHATELAIN, 1989, p. 27)
 pessoa-Dem [próxima do falante]
 esta pessoa (aqui)
- b. muthu-*ó* (CHATELAIN, 1989, p. 27)
 pessoa-Dem [não tão distante]
 essa pessoa (ali) / Aquela pessoa (ali)
- c. muthu-*unú*/*-uná* (CHATELAIN, 1989, p. 27)
 pessoa-Dem [distante]
 aquela pessoa

Para entender a emergência dos sistemas de deiticidade de Helvécia, fazemos uso da hipótese da Competição e Seleção de traços, proposta por Aboh (2015) a partir do estudo de Mufwene (2001), que compreende a existência de uma ecologia linguística em que há contato de diferentes gramáticas que fornecem um banco de dados – *feature pool* – para a emergência de um sistema híbrido. Por exemplo, em Helvécia, o multilinguismo generalizado caracterizou a formação de uma ecologia em que diversos sistemas linguísticos doaram traços que estiveram em competição até que os mais proeminentes foram selecionados na emergência de uma gramática estável nova, uma Língua-I. Dessa forma, cabe compreender como o banco de traços de diferentes línguas em situação de contato podem se combinar para formação de uma nova língua.

Para Aboh (2015), fatores ecológicos podem influenciar de diversas maneiras para constituição de um banco de dados de possíveis traços em competição, mas isso não ajuda a entender como propriedades gramaticais em variação são recombinadas, pois a recombinação de características morfossintáticas ocorre de forma livre.

- (19) “A recombinação de traços (morfo)sintáticos é livre (isto é, não sujeita a fatores ecológicos externos)”¹⁵ (ABOH, 2015, p. 136, tradução nossa)

15 Texto original: “The recombination of (morpho)-syntactic features is free (i.e. not subject to external ecological factors)”.

Embora todas as propriedades de todas as línguas envolvidas na situação de contato sejam potencialmente passíveis de serem selecionadas, segundo o Aboh (2015, p. 154), a recombinação não acontece de maneira aleatória: os recursos relacionados às interfaces – por exemplo, sintaxe-morfologia, sintaxe-semântica/discurso, morfologia-fonologia – parecem ser mais competitivos do que outras propriedades formais.

Diante da análise dos dados das línguas doadoras, uma análise prévia que busca construir possíveis respostas para a última hipótese deste estudo está sintetizada no Quadro 1¹⁶ em que apresentamos a relação de traços e suas correspondências lexicais das línguas doadoras – kimbundu, fongbe, gungbe, PE, francês e alemão – que possivelmente estiveram em competição para emergência dos sistemas dêiticos de Helvécia, principalmente o Sistema de Deiticidade 1:

Quadro 1 – Distribuição dos traços dêiticos no dialeto de Helvécia e suas línguas doadoras

| Traço | Helvécia | | Línguas doadoras africanas | | | Línguas doadoras europeias | | |
|--------------------|------------------|-------------|----------------------------|-------|-----|----------------------------|---------|--------|
| | 1 | 2 | kim | fon | gun | PE | fra | ale |
| [+ prox] | esse (ái/ aqui) | - | - | él ó' | éhé | - | ce-x-ci | - |
| [+ prox (falante)] | esse aí | esse (aqui) | -íú/- íó | - | - | este | - | dieser |
| [+ prox (ouvinte)] | - | esse (ái) | - | - | - | esse | - | - |
| [- prox] | esse ali(?) / lá | - | - | éné | éné | aquele | ce-x-lá | - |

16 Quando se constitui um quadro de traços das línguas doadoras, é necessário levar em conta a existência de um amplo conjunto de gramáticas individuais, Língua-I, que podem ter sido parte do processo de competição e de seleção. Fizemos a apresentação dos traços das formas standard dessas línguas e, em uma agenda futura de estudo, buscaremos ampliar esse quadro abarcando formas não-standard.

| | | | | | | | | |
|-------------------|---------------------|-------------------------------------|----------|-----|-----|--------|-----|-------|
| [- prox (medial)] | - | esse ali(?) ~ aquele (ali(?)) | -ó | - | - | - | - | der |
| [- prox (distal)] | esse lá | aquele (lá) ~ esse lá | -unú | - | - | aquele | - | jener |
| [tempo presente] | esse (aqui) | esse (aqui) | — (?) | (?) | (?) | este | (?) | (?) |
| [tempo remoto] | aquele ~ esse lá | aquele (lá) ~ esse lá | (?) | (?) | (?) | aquele | (?) | (?) |

Legenda: (?) – dúvida ou ausência de informações.

Fonte: elaborado pelos autores.

No Quadro 1, observamos as correspondências lexicais dos traços demonstrativos nos sistemas emergentes de deiticidade 1 e 2, e das línguas doadoras. Há, nas línguas de doadoras da África, a saber, no kimbundu, três demonstrativos em oposição, como nos exemplos em (18), e, no gungbe e no fongbe, dois demonstrativos em oposição, conforme exemplos (16) e (17). Entre as línguas doadoras da Europa, o PE faz oposição ternária com relação às pessoas do discurso, o francês faz oposições binárias, como em (15), e o alemão realiza oposições ternárias em relação ao tipo de distanciamento. Nessa prévia análise, a comparação entre os sistemas de deiticidade dessas línguas permite-nos verificar que os sistemas de deiticidade que emergiram em Helvécia são diferentes das línguas doadoras.

Como explicar a formação de sistemas situacionais em Helvécia que são diferentes das línguas doadoras?

A partir da competição e seleção de traços de distintas gramáticas, podemos formular hipóteses de como esses traços são recombinados na emergência de uma nova Língua-I.¹⁷ O fato de que são diferentes das línguas doadoras pode ser importante para compreender a noção de que houve competição e seleção de traços mais proeminentes. Caberia uma análise mais

17 Cabe lembrar que os sistemas de deiticidade de Helvécia constituem resquícios do processo de

complexa, buscando entender quais traços se tornaram mais proeminentes para serem selecionados. Ou seja, torna-se necessário um quadro mais amplo de análise em que esses fatores sejam descritos, tendo como base as línguas doadoras indígenas e os modelos não standard das línguas doadoras europeias e africanas, principalmente em escala diacrônica. Para entender as recomposições que deram origem especificamente ao Sistema de Deiticidade 2, seria necessário também acrescentar as variantes do PB ao quadro, pois esse atua como língua doadora, fornecendo dados para o entendimento da mudança paramétrica.

Soma-se o fato de que, partindo de pressuposto de que os traços relacionados às interfaces – por exemplo, sintaxe-morfologia, sintaxe-semântica/discurso, morfologia-fonologia – seriam mais competitivos em detrimento de outros no processo seleção e de recombinação, torna-se necessária a discussão de estudos sobre esse fenômeno em outras variedades do PB ou de línguas que também foram formadas em situação de contato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, observamos dados de uso de demonstrativos e de reforçadores no dialeto de Helvécia. Diferente da hipótese inicial, observamos que há mais de um demonstrativo – *esse* e *aquele* – e não há necessidade exclusiva de uso de reforçadores para o estabelecimento de relações de situacionalidade. No entanto, essas relações parecem ser feitas a partir de marcadores discursivos. Ao observar os dados em termos quantitativos e qualitativos, verificamos a existência de dois sistemas de deiticidade, o primeiro é característico de informantes da faixa etária 3, e o segundo é característico de informantes das faixas etárias 1 e 2. A existência de dois sistemas distintos pode apontar uma mudança paramétrica.

Os dados aqui analisados podem ajudar a entender como o contato linguístico possibilitou a emergência de sistemas de deiticidade em Helvécia

contato que ocorreu de forma mais intensificada em gerações anteriores.

que são diferentes das línguas doadoras europeias e africanas. Além disso, os resultados deste estudo podem ser importantes para comparar com resultados de outros estudos que buscam entender a emergência do sistema de deiticidade do PB, já que esse também foi formado em contexto de multilinguismo generalizado, como resultado da situação de contato linguístico.

Por fim, é necessário um quadro mais amplo de traços das línguas para tentar entender como aspectos relacionados às interfaces – sintaxe-morfologia, sintaxe-semântica/discurso, morfologia-fonologia – puderam ser mais competitivos em detrimento de outros. A comparação de dados e de traços de línguas crioulas e de línguas doadoras ajudam a entender como o contato se manifestou na emergência de sistemas de deiticidade assim como ocorreu no PB, formando uma gramática híbrida. Essa é uma agenda interessante para próximos estudos.

REFERÊNCIAS

- ABOH, E. O. *The emergence of hybrid grammars: language contact and change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- ABOH, E. O. *The morphosyntax of complement-head sequences: clause structure and word order patterns in Kwa*. New York: Oxford University Press, 2004.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de helvécia (Bahia). In: ZIMMERMANN, K. (ed.). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Madrid: iberoamericana, 1999. p. 119-141.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.
- BERNSTEIN, J. B. Demonstratives and reinforcers in Romance and Germanic languages. *Lingua*, Amsterdam, v. 102, p. 87-113. 1997.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CANÇADO, M. *Roteiro de Estudos: introdução à Pragmática*. 2010.
- CARMO, A. F. *Colonização e escravidão na Bahia: a colônia Leopoldina (1850-1888)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CASTILHO, A. T. Os mostrativos no português falado. *In*: CASTILHO, A. T. (org.). *Gramática do Português Falado: as abordagens*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1993. v. 3, p.119-147.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2010.

CHATELAIN, H. *Grammatica elementar do kimbundu ou língua de Angola*. Genebra: Charles Schuchardt, 1989.

DIESSEL, H. *Demonstratives: form, function, and grammaticalization*. Philadelphia: Amsterdam, 1999.

GUARDIANO, C. Demonstratives and the structure of the DP: crosslinguistic remarks. *Yump*, Cambridge, 2010. Comunicação apresentada no SyntaxLab da University of Cambridge. Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/view/19075890/demonstratives-and-the-structure-of-the-dp-cdmunimoit>. Acesso em: 8 nov. 2020.

HIMMELMANN, N. P. Demonstratives in narrative discourse: a taxonomy of universal uses. *In*: FOX, B. (org.). *Studies in anaphora*. Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 205-254.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ILARI, R. A categoria advérbio na gramática do português falado. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 51, 2007, p. 151-174.

LEFEBVRE, C. *Creole genesis and the acquisition of grammar: the case of Haitian creole*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LUCCHESI, D. A metodologia. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 155-164.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A comunidade de fala de Helvécia-BA. *Vertentes UFBA*, Salvador, 21 nov. 2011. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/a-comunidade-de-fala-de-helvecia-ba>. Acesso em: 2 out. 2018.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. *et al.* O português afro-brasileiro: as comunidades de fala analisadas. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 75-100.

MATTOS E SILVA, R. V. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros Estudos*. São Paulo: Humanitas, 2001. v. 2, p. 275-302.

MUFWENE, S. S. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 43-50.

PARANHOS, R. *Aqui, ali, aí e lá no DP no português rural afro-brasileiro de Helvécia-BA*. 2019. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PARANHOS, R. *Demonstrativos em Helvécia e em Cinzento: sistema binário em discussão*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PEREIRA, H. B. *“Esse” versus “este” no Português Brasileiro e no Europeu*. 2005. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RIBEIRO, I. O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afro-brasileira idosa. In: CONGRESSO DA ABECS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CRIoulos E SIMILARES, 2010, Salvador. *Anais [...]*. Salvador [s. n.], 2010.

ROCHA LIMA. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RONCARATI, C. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: FAPERJ, 2003. p. 139-157.

SINTAGMAS PREPOSICIONADOS E SINTAGMAS ADVERBIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ADJUNTO, TÓPICO OU SUJEITO?

Maiane Soares Leite Santos

Edivalda Alves Araújo

1 INTRODUÇÃO

Os sintagmas preposicionados – quando não são argumentos selecionados por um predicador – e os sintagmas adverbiais podem apresentar diferentes comportamentos sintáticos ao se relacionarem com outros constituintes na oração e podem ativar diferentes posições. De modo geral, sob a perspectiva da gramática tradicional, a função de adjunto é a única que está disponível para esses sintagmas. Seguindo a abordagem de Rizzi (2002), esses sintagmas podem ativar áreas na camada do complementizador (CP), sendo uma delas a área de tópico (TopP), como por exemplo: *Na casa da ilha_{TOP} a gente vai em época de carnaval*, em que o sintagma preposicionado deslocado ocupa a posição de tópico. Além de poderem ativar essa área, os sintagmas preposicionados ou os adverbiais, segundo Avelar e Cyrino (2009), podem ativar a área do especificador no domínio flexional do verbo (Spec-TP),¹ como, por exemplo: *no quarto faz calor a noite*. De acordo com esses autores, o sintagma preposicional destacado estaria ativando a área Spec-TP, exercendo, nesse contexto, a função sintática de sujeito, desencadeando o fenômeno por eles denominado de inversão locativa.

Sob essa perspectiva, este trabalho tem por objetivo analisar o comportamento sintático apresentado pelos sintagmas preposicionados ou pelos adverbiais deslocados à esquerda na oração, observando que área estão

1 Spec-TP = *Specifier-Tense Phrase*. Especificador do Sintagma de Tempo.

ativando quando deslocados – se a de adjunto, a de tópico ou a de sujeito – em peças de teatro dos séculos XIX e XX. Para tal intento, serão utilizadas as seguintes bases teóricas: Pontes (1987), Rizzi (1997; 2002) e Araújo (2006) para a discussão referente ao tópico; Rocha e Lopes (2009) e Castilho (2012) para as argumentações destinadas aos sintagmas preposicionados ou aos adverbiais em adjunção; e Avelar e Cyrino (2009) e Avelar e Galves (2011) para a discussão desses sintagmas na posição de sujeito, ou inversão locativa.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Os constituintes que compõem uma frase apresentam diferentes comportamentos sintáticos a partir da posição que ocupam e da relação com os outros elementos determinada pelo sistema linguístico em que se encontram. Dos elementos que constituem a frase, a pesquisa teve como interesse os sintagmas preposicionados e os sintagmas adverbiais, tendo como objetivo observar o comportamento sintático desses sintagmas quando estão à esquerda da oração – se adjuntos, tópicos ou sujeitos.

2.1 OS SINTAGMAS ADVERBIAIS OU PREPOSicionados E A FUNÇÃO DE ADJUNTO ADVERBIAL

Em um adjunto adverbial, pode-se ter como núcleo um advérbio (*sempre*) ou uma preposição – *embaixo* ou *de*, como de pedra, por exemplo. De acordo com Rocha e Lopes (2009), é necessário verificar a formação dos adjuntos adverbiais, visto que, por poderem ser compostos por diferentes elementos, podem apresentar comportamentos diversificados: alguns podem ocupar as margens das sentenças e alguns poderão se adjungir a elementos mais específicos da frase, a depender da necessidade do falante. Sendo assim, são elementos que, na superfície, apresentam mobilidade sintática² se comparados

2 Uma aparente mobilidade superficial. Há teóricos que chamam a atenção para o fato de os advérbios não sofrerem movimento na estrutura. (CINQUE, 1999; RIZZI, 2004)

aos outros constituintes da frase. (ROCHA; LOPES, 2009) É o que se pode observar em (1) e (2):

- (1)
- a. Os jovens geralmente são mais rápidos.
 - b. Geralmente, os jovens são mais rápidos.
 - c. Os jovens são, geralmente, mais rápidos.
 - d. Os jovens são mais rápidos geralmente.
- (2)
- a. As crianças brincam em qualquer lugar.
 - b. Em qualquer lugar, as crianças brincam.
 - c. As crianças, em qualquer lugar, brincam.

Nesses exemplos, o sintagma adverbial – *geralmente* – e o sintagma preposicionado – *em qualquer lugar* – estão na função de adjunto adverbial e apresentam mobilidade nas frases. Nem sempre é assim. A depender do tipo de adjunto adverbial ou do tipo de construção, não será possível a mobilidade, como os intensificadores, por exemplo:

- (3)
- a. Você deve comer muito.
 - b. *Muito você deve comer.
 - c. Você *muito deve comer.

Segundo Rocha e Lopes (2009), os adjuntos são elementos necessários para delimitar, por exemplo, tempo, local em que acontecem os fatos expressos em uma sentença. Ou seja: i) são responsáveis por expandir as sentenças a que se adjungem; ii) não são capazes de modificar a natureza categorial dos núcleos aos quais se adjungem; iii) acrescentam a esses núcleos uma nova camada hierárquica; iv) apresentam liberdade de ocorrência; e v) não têm limitação de quantidade; portanto, são elementos recursivos.

Os adjuntos adverbiais, por não fazerem parte da grade argumental de um predicador, são livres e podem se adjungir a qualquer projeção na

oração, conforme Rocha e Lopes (2009) e Castilho (2012), inclusive dentro do sistema C, a depender dos requerimentos de ordem semântica ou discursiva (RIZZI, 2002). Em suma, os sintagmas preposicionados ou os adverbiais, quando estão na função de adjunto adverbial, podem ser deslocados para a periferia esquerda da oração e ocupar a área TopP do sistema C, a depender do contexto linguístico e se portarem as características pertinentes ao tópico. (ARAÚJO, 2006)

2.2 SINTAGMAS PREPOSICIONADOS OU PREPOSICIONADOS E O SISTEMA C

O sistema do C, ou periferia à esquerda da oração, é a área que faz a interface sintaxe-discurso e, portanto, hospeda os elementos que portam traços que precisam ser verificados nessa interface, como os elementos interrogativos, o tópico e o foco, por exemplo. A descrição da estrutura do sistema C, ou cartografia dessa área, foi proposta inicialmente por Rizzi (1997) e reformulada em 2002, passando a conter as seguintes posições para abrigar os sintagmas que portavam traços criteriais e precisavam ser verificados na interface sintaxe-discurso:

(4) Force Top*³ Int Top* Focus Mod* Top* Fin IP⁴

Diferenciando-se da terminologia de Chomsky (2001), que apresenta o *merge* externo para a satisfação temática e o *merge* interno para as propriedades discursivas, Rizzi (2004) prefere denominar os dois tipos de propriedades interpretativas de “s-seleccional” – para os argumentos – e “criterial” – para as discursivas. Um elemento é primeiramente conectado em uma posição em que ele é sintaticamente/semanticamente selecionado, e depois pode

3 O asterisco indica recursividade da projeção

4 Para esclarecimento: Top = Tópico; Int = Interrogativo; Mod = Modificador; Fin = Finitude; IP = *Inflexional Phrase*. Na teoria gerativa, IP implica o sintagma em que se situam as flexões relacionadas ao verbo.

ser conectado novamente em uma posição destinada ao escopo discursivo semântico. As duas posições formam uma “cadeia”, como se observa em (5),

(5) O livro_{i/D/Acc/Top} eu ainda não comprei —_{i/D/Acc/Top}

em que o sintagma [o livro] recebe, na computação sintática, três traços a serem verificados: dois seletivos – o traço D⁵ – do determinante, selecionado pelo núcleo V *comprar* – e o traço sintático – Acusativo atribuído pelo núcleo *v* – e um criterial – o traço de Tópico (Top). Os dois primeiros precisam ser verificados no primeiro *merge*, ou quando é inserido na computação sintática, mas o terceiro, o de Tópico, só pode ser lido no sistema C, na periferia esquerda da oração, porque está relacionado ao discurso. Desse modo, o sintagma [o livro] precisa ser deslocado para a periferia esquerda para que o traço de Top possa ser verificado. Estabelece-se aí uma cadeia entre a lacuna depois do verbo *comprar* e a posição de Tópico, ocupada pelo sintagma [o livro].

A proposta da cartografia traz importantes contribuições para a análise da oração porque consegue abranger tanto as funções sintáticas quanto as discursivas, ou da estrutura da informação. (ARAÚJO, 2006) Dessas áreas do sistema C, a de TopP é a de interesse neste trabalho, principalmente no que se refere à sua ocupação por sintagmas preposicionados ou adverbiais.

Como foi observado em Pontes (1987), Rizzi (2002) e Araújo (2006), qualquer elemento poderá exercer a função de tópico desde que seja uma informação pressuposta entre o falante e o ouvinte. O elemento deslocado à esquerda, sendo Tópico, precisa manter a relação com o discurso, ser referencial, identificável e definido,⁶ para que o ouvinte saiba a que o falante está se referindo. É o que pode ser observado em (6):

5 É necessário esclarecer que existem diferenças entre os traços D do verbo e do DP (*Determiner Phrase*). O traço seletivo D é do núcleo V, portanto, não-interpretable. O traço D do núcleo do DP é interpretable. No entanto, a discussão que está sendo seguida no texto é a proposta por Rizzi (2004), que não se centra especificamente na diferença entre traços interpretable e não interpretable.

6 Os DPs indefinidos também podem entrar na posição de tópico, mas se estiverem ancorados. Ver Araújo (2006) para discussão a esse respeito.

- (6) A: O que você comprou naquele sábado?
B: Naquele sábado, eu comprei um navio.

O sintagma preposicionado [naquele sábado] é um adjunto em (6A), mas, em (6B), está deslocado, exercendo também a função de tópico, porque preenche os requisitos para tal: é um conhecimento pressuposto entre falante e ouvinte e apresenta as características semânticas: definido e referencial.

Como se pode observar, os sintagmas preposicionados ou os adverbiais deslocados à esquerda podem, a depender das características semânticas e discursivas, ocupar a posição de adjunto ou a de tópico. Além dessas funções, esses sintagmas também podem ativar a área do Spec-TP, assumindo a função de sujeito. Essa abordagem será apresentada a seguir.

2.3 OS SINTAGMAS PREPOSICIONADOS OU ADVERBIAIS E A POSIÇÃO SPEC-TP

Avelar e Cyrino (2009) abordam as construções que são formadas tipicamente com verbos transitivos e sintagmas preposicionados com traço locativo (PP_{LOC}) em posição pré-verbal no Português Brasileiro (PB). Tais construções são consideradas, de modo geral, como impessoais ou com sujeito indeterminado, mas esses autores a denominam uma *Inversão Locativa*, como se verifica em (7):

- (7) Naquela loja vende livros velhos

Avelar e Cyrino (2009), baseados em dados de suas pesquisas, levantam os prováveis contextos de ocorrência desse tipo de construção – os exemplos são dos autores:

- a) verbos inacusativos: Na loja de João chegou algumas mesas.
- b) verbos inergativos: No sofá dormiu várias pessoas.
- c) verbos transitivos ergativizados: Nessa rua aluga casa bem barata.

d) verbos transitivos e inergativos sem tema e/ou agente:
Nesse bairro sequestra tanto como nas grandes capitais.

Segundo Avelar e Cyrino (2009), os sintagmas preposicionados fronteados apresentam características semelhantes ao sujeito, mesmo que em casos específicos, como: i) podem ocupar a posição pré-verbal, destinada ao sujeito, a depender do tipo do verbo; ii) podem ocorrer na posição pós-verbal; iii) podem ser retomados por um pronome adverbial quando na posição pós-verbal.

Esses autores defendem que essa inovação do PB pode ter originado do contato com as línguas *bantu*, faladas pela maioria dos africanos que chegaram ao Brasil entre os séculos XVI e XIX. Tal hipótese ganha força ao se encontrar inversão locativa nas línguas *bantu*, o que corrobora a ideia de que as ocorrências de inversão locativa dessa variedade do português podem ser resultantes da interferência das línguas africanas.

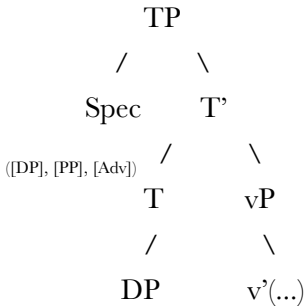
Avelar e Galves (2011), reforçando a existência da inversão locativa no PB, defendem que as línguas se diferenciam no que diz respeito ao estatuto de EPP⁷ de T, o qual poderá apresentar traços- Φ ⁸ dependentes ou traços- Φ independentes. Há línguas, como o inglês e o Português Europeu (PE) em que a exigência de EPP só será satisfeita com categorias que apresentem traços de concordância. Em contraparte, existem línguas em que as exigências de EPP serão satisfeitas por elementos que apresentam ou não traços argumentais e ainda assim ambos irão ocupar a área Spec-TP.

O contraste entre as línguas pode ser explicado a partir do parâmetro que permite ou não a ativação de Spec-TP, dependendo do tipo de traço aí contido. Desse modo, no PB, diferente do PE, T contém traços- Φ independentes, o que permite que a posição de Spec-T possa ser ocupada tanto por elementos argumentais quanto por elementos não argumentais, conforme representação em (8):

7 EPP significa *Extended Projection Principle*, ou traço EPP.

8 Traços-*phi* ou traços com informações interpretáveis, como gênero e número, por exemplo.

(8)



Como se vê na representação arbórea, o Spec-TP pode ser ocupado por diferentes elementos no PB. Isso se deve, segundo Avelar e Galves (2011), ao fato de que a criação de Spec-TP não é realizada para atender os requerimentos dos traços- Φ .

A discussão apresentada nessas três subseções evidencia que realmente existe a possibilidade de um sintagma preposicionado ou um adverbial ativar três posições distintas no PB: a de adjunto, a de tópico e a de sujeito – no caso de inversão locativa. Mas os estudos aqui citados, com exceção de Araújo (2006), tomam como ponto de partida a descrição sincrônica da língua, fatos atuais. Nesta pesquisa, pretende-se verificar se existe a possibilidade de os sintagmas preposicionados ou os adverbiais exercerem duas dessas funções – a de tópico e a de sujeito – em períodos pretéritos do PB, especificamente em peças de teatro dos séculos XIX e XX. A função de adjunto, por ser universal e recorrente nas línguas, vai ser analisada apenas como elemento de controle comparativo entre as possibilidades de ocorrência.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram selecionadas peças de teatro dos séculos XIX e XX no intuito de procurar evidências de marcas da oralidade da língua portuguesa do Brasil falada nesse período. Esse gênero textual foi utilizado por se acreditar que são contextos

favoráveis para se encontrar fatos mais naturais da língua, possivelmente apresentando construções mais próximas da oralidade, como na caracterização de algum personagem.

A análise foi dividida em duas etapas: na primeira, investigou-se o comportamento dos sintagmas preposicionados ou adverbiais fronteados para identificar se estavam na posição de tópico ou de adjunto. Para essa etapa, foram selecionadas oito peças do século XIX e nove peças do século XX, especificadas nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Relação das peças analisadas no século XIX e respectivas notações

| Peça | Ano | Autor | Notação |
|--------------------------------------|------|---------------|-------------|
| <i>O Judas em Sábado de Aleluia</i> | 1844 | Martins Pena | JSA-MP.1844 |
| <i>As desgraças de uma criança</i> | 1846 | Martins Pena | ADC-MP.1846 |
| <i>Os ciúmes de um pedestre...</i> | 1846 | Martins Pena | OCP-MP.1846 |
| <i>Mateus e Mateusa</i> | 1866 | Qorpo Santo | MM-QS.1866 |
| <i>Hoje sou um, amanhã sou outro</i> | 1866 | Qorpo Santo | HSU-QS.1866 |
| <i>Como se fazia um deputado</i> | 1882 | França Júnior | CFD-FJ.1882 |
| <i>Caiu o ministério</i> | 1883 | França Júnior | CM-FJ.1883 |
| <i>Às Doutoradas</i> | 1887 | França Júnior | AD-FJ.1887 |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 2 - Relação das peças analisadas no século XX e respectivas notações

| Peça | Autor | Ano | Notação |
|-------------------------------|-------------------|------|--------------|
| <i>A Mulher Sem Pecado</i> | Nelson Rodrigues | 1941 | MSP-NR.1941 |
| <i>A Centelha</i> | Abdon Milanez | 1949 | AC-AM.1949 |
| <i>Veredas da Salvação</i> | Jorge Andrade | 1964 | VS-JA.1964 |
| <i>A Grande Máquina</i> | Roberto Martins | 1973 | AGM-RM.1973 |
| <i>O Santo Milagroso</i> | Lauro Cesar Muniz | 1981 | OSM-LCM.1981 |
| <i>Crocodilo Também Chora</i> | Aziz Bajur | 1987 | CTC-AB.1987 |
| <i>Essa é a nossa praia</i> | Márcio Meirelles | 1990 | ENP-MM.1990 |
| <i>Ó Pai, Ó!</i> | Márcio Meirelles | 1992 | OPO-MM.1992 |
| <i>Bai Bai Pelô</i> | Márcio Meirelles | 1994 | BBP-MM.1994 |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na segunda etapa, buscou-se identificar se havia ocorrências de construções de inversão locativa, com base nos estudos de Avelar e Cyrino (2009). Dada a sutileza da análise e a suposição das pesquisadoras de que talvez não houvesse ocorrência dessas construções em todas as peças, separou-se um conjunto de quatro peças: duas do século XIX e duas do século XX – neste último, peças com diferença temporal e com marcas de interferência da oralidade –, apresentadas no Quadro 3, para se proceder à busca de tais construções.

Quadro 3 - Relação das peças analisadas
para a inversão locativa e respectivas notações

| Século XIX | | | |
|------------------------------------|------------|----------------------------|----------------|
| Peça | Ano | Autor | Notação |
| <i>Os três médicos</i> | 1845 | Martins Pena | OTM-MP.1845 |
| <i>As desgraças de uma criança</i> | 1846 | Martins Pena | ADC-MP.1846 |
| Século XX | | | |
| <i>Chapéu de Sebo</i> | 1961 | Francisco Pereira da Silva | CS-FPS.1961 |
| <i>Bai Bai Pelô</i> | 1994 | Márcio Meirelles | BBP-MM.1994 |

Fonte: elaborado pelas autoras.

4 RESULTADOS

Conforme explicado na Metodologia, a análise foi dividida em duas etapas: a primeira referente à identificação da função de tópico em comparação com a de adjunto; e a segunda relacionada aos casos de inversão locativa. Os resultados e a discussão de cada etapa serão apresentados nos itens a seguir.

4.1 PRIMEIRA ETAPA DA ANÁLISE: TÓPICOS E ADJUNTOS

A partir dos dados encontrados nas peças de teatro em análise, tanto no século XIX quanto no século XX, os sintagmas preposicionados ou os adverbiais apareceram deslocados à esquerda e apresentaram diferentes comportamentos sintáticos, como o tópico ou o adjunto. Ressalta-se que foram analisados apenas os sintagmas – preposicionados ou adverbiais – que poderiam suscitar ambiguidade de função – tópico ou adjunto. Outros sintagmas desse tipo que apareceram deslocados à esquerda não foram quantificados ou considerados na análise, como, por exemplo: *sempre*, às vezes, *geralmente*, *felizmente*, *de repente*, *por volta do meio-dia*, etc., porque não suscitam dúvida do seu comportamento sintático. De acordo Rizzi (2002), sintagmas desse tipo, que não podem ser submetidos ao teste de “ser sobre”, ou *em relação a...*, não podem ocupar a posição de tópico e, portanto, vão ser sempre adjuntos adverbiais, em qualquer posição que ocorram na oração. Vejamos a seguir os resultados detectados, no que se refere à função dos sintagmas – preposicionados ou adverbiais – na periferia esquerda da oração:

Tabela 1 - Resultado de análise
das peças de teatro dos séculos XIX e XX

| Função | Século | |
|------------------------|--------|-----|
| | XIX | XX |
| Adjunto | 53 | 75 |
| Tópico | 25 | 38 |
| Total de deslocamentos | 78 | 113 |

Fonte: elaborada pelas autoras.

Embora tenham sido encontrados dados de sintagmas preposicionados ou adverbiais que ocorrem na posição TopP em ambos os séculos, exercendo assim a função de tópico, a coleta e a contagem de dados demonstram que essa

ocorrência não é tão frequente quanto a função de adjunto. É digno de nota, entretanto, o aumento da quantidade de construções de um século para outro.

A partir disso, serão apresentados a seguir os exemplos coletados das peças dos séculos XIX e XX:

a) Sintagmas preposicionados ou adverbiais deslocados à esquerda com função de adjunto adverbial:

Séc. XIX:

- (9) No outro dia implicou com o meu vestido (CFD-FJ.1882)
- (10) Na rua, na cama, na repartição, nos bailes e mesmo no teatro não me deixa um só instante! (JSA-MP.1844)

Séc. XX

- (11) ontem estive aqui em missão particular. (CTC-AB.1987)
- (12) No outro dia eu tava ali na frente da loja... (BBP-MM.1994)

b) Sintagmas preposicionais deslocados à esquerda com função de tópico:

Séc. XIX

- (13) na minha fazenda encontrarás o pão e o trabalho que nobilita. (CFD-FJ.1882)
- (14) no seu coração existe certa força ou quantidade de amor consagrado ao papaizinho... (MM-QS.1866)

Séc. XX

- (15) na última carta de Suzana, ela mostra ter ainda a memória muito fresca. (AC-AM.1949)
- (16) Com o casarão nós realizaremos a maior obra da cidade! (OSM-LCM.1981)

c) Sintagmas adverbiais deslocados à esquerda com função de tópico:

Séc. XIX:

Não foram encontrados exemplos nesse período em que adjuntos adverbiais estivessem ocupando a posição de tópico.

Séc. XX

(17) ontem, quando ele chegou, eu já estava dormindo (CTC-AB.1987)

(18) Hoje, Quinta-feira Santa, os fiéis passarão a noite velando o “Senhor Morto” (OSM-LCM.1981)

Salienta-se que os sintagmas adverbiais que ocorreram à esquerda, na posição de tópico, precisaram de outros elementos linguísticos para se tornarem mais específicos, podendo assim ser identificáveis para os interlocutores da conversa. Os exemplos apresentados em (9)-(12) não podem ser considerados como tópico por não apresentarem, dentro do contexto, as características necessárias, como, por exemplo: identificabilidade, definitude, referencialidade.⁹ No entanto, os sintagmas destacados nas sentenças em (17) e (18) apresentaram tais características, podendo, então, ocupar a posição de tópico, conforme discutido por Araújo (2006).

Aparentemente, existem dados que podem ser considerados com o mesmo comportamento sintático, como o caso dos exemplos em (11) e (17). Para diferenciá-los, recorreremos às características semânticas que o tópico deve apresentar, principalmente a de pressuposição. Ou seja, se o sintagma tiver sido mencionado em alguma parte anterior no texto e for usado à esquerda na próxima oração, será considerado um tópico porque faz parte do conhecimento partilhado. É o que acontece em (17), mas não em (11). É preciso estabelecer um parâmetro de diferenciação da função dos elementos, principalmente envolvendo tópico, conforme defendem Lambrecht (1996), Rizzi (2002) e Araújo (2006). Levando em conta o comportamento desses sintagmas, os dados referentes ao tópico não são suficientes para afirmar que há interferência na área de Spec-TP da língua portuguesa.

⁹ Para uma discussão mais detalhada, consultar Araújo (2006).

4.2 SEGUNDA ETAPA DA ANÁLISE: INVERSÃO LOCATIVA

Quanto à inversão locativa, das peças já citadas na Metodologia, Quadro 3, os dados encontrados foram analisados considerando-se dois prováveis contextos que poderiam propiciar a inversão locativa, conforme Avelar e Cyrino (2009): *i*) sujeito nulo expletivo com material à esquerda; e *ii*) inversão verbo sujeito com material à esquerda. Esses contextos foram detectados em ambos os séculos; no entanto, no final do século XX, foram encontrados um pouco mais de dados. Os exemplos de ocorrência nos contextos são apresentados a seguir:

a) No século XIX, foi detectado **um** dado em que ocorreu a inversão locativa, no contexto de sujeito nulo expletivo:

(19) Em nossa mesa haverá sempre um talher posto para ele.
(OTM-MP.1845)

b) No século XX, apenas no final do segundo período do século, apareceram exemplos que contemplassem as características de inversão locativa, nos dois contextos:

- Sujeito nulo expletivo, com material à esquerda, verbos existenciais:
(20) Essa semana teve até um negócio de galinha com macarrão (BBP-MM.1994)
(21) hoje de noite é a inauguração do meu estabelecimento (BBP-MM.1994)
(22) aqui tá parecendo festa de quinze anos (BBP-MM.1994)
- inversão verbo-sujeito com material à esquerda:
(23) Todo dia aparece um morto aqui no Pelourinho (BBP-MM.1994)
(24) E, perto da Catedral mesmo, fica um bocado... (BBP-MM.1994)

Os dados encontrados não são muito confiáveis, como em (23) e (24), visto que apresentam sujeito. De fato, a análise mostra que a inversão locativa não é um fenômeno frequente em peças de teatro do PB, mesmo naquelas com tendência ao registro da oralidade. Esses dados contrariam a frequência encontrada por Avelar e Cyrino (2009) em dados da oralidade, o que se confirma nos dados das Tabelas 2 e 3:

Tabela 2 - Ocorrência da inversão locativa detectada no século XIX

| Contextos | Ocorrências | Inversão Locativa |
|------------------------|--------------------|--------------------------|
| Sujeito Nulo Expletivo | 6 | 1 |
| Inversão verbo-sujeito | 30 | 0 |
| Total | 36 | 1 |

Fonte: elaborada pelas autoras.

Tabela 3 - Ocorrência da inversão locativa detectada no século XX

| Contextos | Ocorrências | Inversão Locativa |
|------------------------|--------------------|--------------------------|
| Sujeito Nulo Expletivo | 72 | 5 |
| Inversão verbo-sujeito | 12 | 2 |
| Total | 84 | 7 |

Fonte: elaborada pelas autoras.

Tomando como base as discussões, percebe-se que o fenômeno inversão locativa tem acontecimento quase inexistente nas peças analisadas do século XIX e baixíssima frequência no século XX. Além disso, os dados das Tabelas 2 e 3 sugerem que, embora rara, o contexto que parecer ser mais propício para inversão locativa é com o sujeito nulo expletivo em orações principais nos dois séculos – XIX e XX. Na verdade, os dados não são robustos e não oferecem evidências concretas em relação à inversão locativa.

Acreditando que poderia haver inversão locativa também nas construções com sujeitos nulos referenciais, foi feito o controle das ocorrências em ambos os séculos. Em nenhum deles (XIX ou XX), houve inversão locativa nesse contexto, como se pode verificar na Tabela 4:

Tabela 4 - Construções com sujeito nulo referencial

| Séculos | Ocorrências | Inversão Locativa |
|---------|-------------|-------------------|
| XIX | 1.115 | 0 |
| XX | 1.898 | 0 |
| Total | 3.013 | 0 |

Fonte: elaborada pelas autoras.

Em relação à inversão locativa, os dados encontrados não foram suficientes para defender a sua ocorrência no material analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discussão apresentada, tanto os sintagmas preposicionados – quando não são argumentos selecionados por predicadores – quanto os adverbiais podem ocupar lugares distintos numa sentença, como: adjunto, tópico e sujeito. Levando em conta os dados encontrados nas peças de teatro do século XIX e XX, percebeu-se que, em ambos os séculos, esses sintagmas podem ativar a posição de adjunto – a mais comum – e a de tópico – em baixa quantidade –, com raríssima ocorrência – quase inexistente – a de sujeito – inversão locativa.

Talvez os dados dos séculos XIX e XX não estejam de acordo com as pesquisas realizadas com dados sincrônicos em função dos *corpora* trabalhados. Apesar de haver certa tendência de se representarem falas populares nas peças de teatro, tais peças não deixam de ser textos escritos direcionados para um determinado público, de modo geral não popular. Em função disso, os dados

podem não estar fiéis à realidade da língua falada nesses séculos. Mais pesquisas na área são necessárias para continuar a busca das origens das construções presentes no PB contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. A. *As Construções de Tópico do Português nos Séculos XVIII e XIX: uma abordagem sintático-discursiva*. 2006. Tese. (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- AVELAR, J.; CYRINO, S. Sobre Constituintes Locativos Pré-verbais: Paralelismos entre o Português brasileiro e as Línguas Bantu. *Iel*, Campinas, p. 1-14, 2009. Disponível em: <https://www4.iel.unicamp.br/projetos/afrolatinos/avelar/artigos%20e%20capitulos/Avelar%20e%20Cyrino%202009%20PHPP.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- AVELAR, J.; GALVES, C. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. *Textos selecionados APL*, Lisboa, p. 69-45, 2011. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/projetos/afrolatinos/avelar/artigos%20e%20capitulos/Avela%20Galves%202011.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHOMSKY, N. A. Beyond Explanatory Adequacy. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, Cambridge, n. 20, p. 104-131, 2001.
- CINQUE, G. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999
- LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: topic, focus and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PONTES, E. S. L. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- RIZZI, L. *Locality and Left Periphery*. [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ynpGWprOROCJ:https://home.uni-leipzig.de/muellerg/rizzi.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 4 mar. 2004.

RIZZI, L. *On the Form of Chains*: criterial positions and ECP effects. Cambridge: [s. n.], 2004. Disponível em: <https://direct.mit.edu/books/book/2444/chapter-abstract/64950/On-the-Form-of-Chains-Criterial-Positions-and-ECP?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 10 dez. 2005.

RIZZI, L. The Fine Structure of the Left Periphery. *In*: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of grammar*: handbook in generative Syntax. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 281-337.

ROCHA, M. A. F.; LOPES, R. E. Vasconcellos. Adjunção. *In*: KATO, M.A; NASCIMENTO, M. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009. p. 193-244.

ANIMACIDADE, DEFINITUDE E ESPECIFICIDADE: DETERMINANDO SUA SIGNIFICÂNCIA PARA A DISTRIBUIÇÃO DE PRONOMES POSSESSIVOS E CLÍTICOS ANAFÓRICOS

Renato Medeiros da Fonseca Junior

Larissa Santos

João Paulo Lazzarini Cyrino

1 INTRODUÇÃO

Animacidade, definitude e especificidade são traços semânticos comumente associados a diversos fenômenos nas línguas. No caso específico do Português Brasileiro (PB), muitos estudos têm associado esses traços a fenômenos de distribuição dos diferentes pronomes da língua. Aqui introduzimos estudos estatísticos para testar a significância desses traços em dois fenômenos bastante emblemáticos do PB. O primeiro estudo é relacionado à distribuição dos pronomes possessivos sua(s)/seu(s) *versus* dela(s)/dele(s). O segundo, à distribuição dos clíticos dentre as estratégias de retomada anafórica. Os dados são da modalidade escrita do PB, coletados aleatoriamente em portais de notícia e redes sociais. Testamos a significância dos traços com testes qui-quadrado com simulações e modelo de regressão logística, com divisão da amostra em série de treino e de teste e subsequente avaliação do desempenho.

Por ser um trabalho introdutório, utilizamos amostras relativamente pequenas –100 dados –, mas que demonstram algumas tendências importantes a respeito da interação dos traços com os fenômenos. Em síntese, o traço de animacidade parece ter significativa relação com a distribuição dos pronomes possessivos e nenhum dos traços parece estar relacionado com a distribuição dos clíticos enquanto estratégia de retomada anafórica.

Primeiramente apresentamos os aspectos teóricos, introduzindo os conceitos de animacidade, especificidade e definitude e como a literatura tem apontado a relação desses traços com os fenômenos estudados aqui. Em seguida explicamos a metodologia utilizada, já mostrando alguns dos resultados. Finalmente, apresentamos com mais detalhes os resultados e discussão.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

Conforme se discute em Cerqueira (2019), o comportamento semântico dos pronomes e sua realização na sentença parece estar ligado a traços semânticos como animacidade, especificidade e definitude. Aqui detalhamos alguns aspectos a respeito desses traços e apresentamos que eles poderiam influenciar, em tese, nos fenômenos investigados neste artigo.

2.1 ANIMACIDADE, ESPECIFICIDADE E DEFINITUDE

Por definitude podemos entender “a leitura de identificabilidade, ou seja, o referente é familiar/identificado pelo ouvinte”. (CERQUEIRA, 2019, p. 100) Observemos o exemplo a seguir:

- (1) *João* chegou cedo.
- (2) *O pessoal* adora uma fofoca.

Em (1) e (2), os sintagmas nominais apresentam o traço definido e podem ser identificados pelo ouvinte. Mesmo que não seja possível uma leitura particularizada no exemplo (2), o sintagma *O pessoal* representa um conjunto de pessoas conhecidas pelo ouvinte e conseqüentemente identificáveis. Já por especificidade, assumimos “a particularidade do indivíduo/objeto expresso por DP, ou seja, é um ser que se distingue dos demais através da relação de unicidade/particularidade”. (CERQUEIRA, 2019, p. 100) Voltando ao exemplo (2), podemos observar que embora possamos identificar, não podemos particularizar o sintagma. Temos então em (1) a leitura do sintagma *João* como

[+definida] e [+específica] e em (2) o sintagma *O pessoal* como [+definida], pois é familiar ao ouvinte, e [-específica].

- (3) *Um aluno da sexta série* ganhou o prêmio do concurso.
 (4) *Os leões do zoológico de Ondina* comem muita carne.

Ao observarmos o exemplo (3), percebemos que o sintagma *um aluno da sexta série*, embora seja um indivíduo particular – não é qualquer aluno da escola nem pertencente a uma turma aleatória – sabemos que é um aluno da sexta série –, não é um indivíduo definido – não é identificado ou familiar –, apresentando leitura [-definida] e [+ específica]. Já em (4), o sintagma *os leões do zoológico de Ondina* não só possui leitura de identificabilidade [+definido], mas também de particularidade [+específico]. Podemos verificar também a ausência de ambos os traços, como em (5):

- (5) *Casa* é necessidade básica.

Em (5), o sintagma *casa* apresenta leitura genérica. Não podemos traçar nenhum tipo de familiaridade ou particularidade, ou seja, não sabemos que casa é, nem temos nenhuma outra informação que particularize esse elemento. Temos então uma leitura [-definida] e [-específica].

Por animacidade, entendemos como sendo característica de seres vivos, não só restritos a humanos, como nos exemplos (6) e (7) em contraste com (8):

- (6) *Paulo* trabalha todos os dias. [+animado]
 (7) *Os cavalos* estão no estábulo. [+animado]
 (8) *O carro* não está na rua. [-animado]

Tendo estabelecido esses conceitos iniciais, nas próximas duas subseções, discutiremos brevemente o estudo de possessivos de terceira pessoa e a retomada anafórica no PB relacionando os traços discutidos acima, apenas um breve resumo para os propósitos deste trabalho.

2.2 PRONOMES POSSESSIVOS

Em *Gramática de Usos do Português* (2000), Neves descreve as construções possessivas como uma relação sempre de duas entidades: o possuidor – 1^a, 2^a ou 3^a pessoas – e o possuído – 3^a pessoa –; ou seja, como sendo uma relação bipessoal. Ainda segundo a autora, outras construções podem expressar posse como: “de + substantivo”, “de + pronome pessoal” – só de 3^a pessoa – ou “de + pronome de tratamento” – incluindo a forma você.

Os possessivos de terceira podem ser realizados de duas formas no PB: (i) pronome com marca de caso genitivo (seu/sua) – não preposicionado, ou, (ii) preposicionado “de + pronome pleno de 3^a pessoa” (dele/dela). A ocorrência e distribuição desses pronomes possessivos não é arbitrária. Segundo Cerqueira (1996) essa distribuição não se dá simplesmente por uma questão estilística, mas por motivação semântica. Podemos observar esse reflexo nos exemplos abaixo:

- (9) *Seus* pacientes não virão hoje.
- (10) Pacientes *seus* não virão hoje.
- (11) Uns pacientes *seus* não virão hoje.

Em (9) temos o possessivo em posição pré-nominal permitindo uma leitura que engloba todo o conjunto expresso pelo sintagma paciente; já em (10), em posição pós-nominal, temos uma possível leitura partitiva onde os elementos selecionados não, necessariamente, englobam todo o conjunto de “pacientes”. Quando adicionamos “uns” ao sintagma, como em (11), a leitura partitiva se torna mais clara.

Em contrapartida, os possessivos preposicionados não ocupam a mesma posição que os não-preposicionados nem oferecem a mesma leitura em todos os casos:

- (12) Cadeiras *dele* quebraram.
- (13) **Dele* cadeiras quebraram.

(14) Um_is cadeiras *dele* quebraram.

Em (12) o possessivo preposicionado ocorre em posição pós-nominal; em (13) verificamos que na posição pré-nominal, a sentença se torna agramatical; já no exemplo (14) temos o possessivo na posição pós-nominal com determinante indefinido, estabelecendo leitura partitiva.

O tipo semântico do sintagma antecedente também parece estar relacionado à distribuição desses possessivos. Müller (1997, p. 57) aponta três tipos semânticos para os sintagmas nominais antecedentes:

- a) Sintagmas nominais específicos: nomes próprios e sintagmas nominais com referência específica;
- b) Sintagmas nominais não-específicos: sintagmas nominais definidos e indefinidos que não possuem uma referência específica, mas sim hipotética;
- c) Sintagmas nominais genéricos: sintagmas nominais que têm por referência uma classe e não um ou mais indivíduos ou entidades específicas.

Os exemplos abaixo ilustram, respectivamente os tipos de antecedentes descritos por Müller (1997):

(16) *João* quer resolver os problemas *dele*.

(17) *Um aluno* que tira *suas* dúvidas, vai bem na prova.

(18) *Felinos* demarcam *seus* territórios com urina.

Tomando sintagmas genéricos, [-definido] e [-específico], com quantificadores, vemos que a retomada do antecedente pelo possessivo pode ser feita apenas pelos pronomes não-preposicionados, como nos exemplos abaixo:

(19) [Todos]_i querem fazer [sua]_i contribuição.

(20) *[Todos]_i querem fazer a contribuição [dele]_i.

Em (19), o pronome *sua* tem como antecedente *todos*; já em (20), *todos* não pode ser ligado ao possessivo, tornando a leitura agramatical.

A animacidade também parece ter um papel importante na distribuição dos possessivos. Vejamos os exemplos abaixo:

(21) [O técnico]_i opera [seus]_{i/j} equipamentos.

(22) [O técnico]_i opera os equipamentos [dele]_{i/k}.

Em (21), *seu* pode apontar tanto para quem se fala (segunda pessoa – índice *j*), quanto para o próprio técnico (terceira pessoa – índice *i*). Em (22), *dele* aponta para técnico ou para uma pessoa fora do discurso (índice *k*), nesse caso o antecedente possui o traço [+animado].

Essas observações encontram convergência com a hipótese de Carvalho e Cerqueira (2017), que sugerem que traços como animacidade, definitude e especificidade estão relacionados à realização de pronomes de terceira pessoa, o que gera certas restrições a respeito da ocorrência de cada uma das formas possessivas. A seguir apresentamos outro fenômeno que é descrito como tendo associação com esses traços, a retomada anafórica.

2.3 RETOMADA ANAFÓRICA

A retomada anafórica pode ser entendida como a realização de um elemento pronominal – realizado ou não – que faz referência a um termo antecedente na sentença. A literatura descreve que o PB possui três estratégias de retomada anafórica do objeto direto pronominal. Observe nos exemplos abaixo:

(23) Clebinho fala de gerallllllll, peguei ele no pulo do gato, ele está puto kkkkkkkkk

(24) Então meu amor chegou o seu dia e eu agradeço ah DEUS tds os dias por tê-*lo* ao meu lado.

(25) O brinquedo que eu mais amava quando era criança... Guardei **Ø** por mais de 20 anos falando que seria da minha filha.

No exemplo (23) está ilustrada a retomada anafórica pelo pronome pleno, no (26) com o pronome clítico e no (25) com a categoria vazia. A gramática tradicional relaciona retomada anafórica ao uso prescritivo de pronomes átonos, como visto em (24), desconsidera o uso em (25) e em (23); ela explicitamente desprestigia, porém a preferência pelas estratégias em (23) e (25) em PB, em detrimento ao uso dos pronomes clíticos acusativos de terceira pessoa, tem sido discutida em diversas pesquisas linguísticas. (AYRES, 2016; CYRINO, 1993; 1997; DUARTE, 1989; dentre outros)

Muitos estudos sugerem que a realização do objeto direto anafórico de terceira pessoa no PB – clítico acusativo, pronome pleno ou categoria vazia – seja condicionada por alguns traços semânticos do seu antecedente. (CYRINO, 1993; 1997; CARVALHO, 2008; CERQUEIRA, 2015; 2018a; 2018b; DUARTE, 1989; SPINELLI, 2016) Dentre esses traços, consideramos como relevante para a discussão feita no presente trabalho os traços de animacidade, especificidade e definitude, já analisados em estudos anteriores, como os de Cyrino (1997), Carvalho (2008), Cerqueira (2015), e Santos, Lazzarini-Cyrino e Carvalho, (2020).

Nos trabalhos sobre a retomada anafórica de terceira pessoa no PB, Duarte (1989) e Cyrino (1997) afirmam que, para a realização de retomada anafórica com pronome um referente animado é exigido, enquanto a retomada por um objeto nulo exige um referente inanimado. Por exemplo:

- (26) Porém no começo desse ano eu fiquei noiva, o noivado foi surpresa pra mim, só que essa prima ficou revoltada pq eu não chamei *ela*, mesmo eu deixando claro que eu não sabia que ia ficar noiva naquele dia
- (27) Meu namorado: vc já pegou esse cara. Eu digo, que nunca *o* peguei .
- (28) Ele viu a mulher e disse, eu peguei \emptyset bicha.

Os dados (26) e (27) mostram que os referentes/antecedentes são animados e retomados por pronomes, enquanto (28) é retomado por um

objeto nulo e seu referente/antecedente é inanimado. Nesse exemplo a palavra “bicha” está exercendo a função de vocativo.

Neiva (2007, p.80) afirma que, quando os traços são [-animados] favorecem o uso da categoria vazia e o traço [+animado] favorece a ocorrência do pronome clítico. Cerqueira (2015) diz que a animacidade não é relevante para o condicionamento do pronome pleno de terceira pessoa em posição acusativa. Da mesma forma, o trabalho de Santos, Lazzarini-Cyrino e Carvalho (2020) aponta que o traço de animacidade não é relevante para retomada do clítico acusativo de terceira pessoa:

- (29) Olha q lindo q ta o meu Logan, o meu cachorrinho, perto da irmanzinha.
Ansiosa para pega *lo*.
- (30) Emprestei o livro a minha amiga, ela não quis me devolver, fui lá e peguei-**o**.

Em (29) o referente/antecedente, *Logan*, possui o traço animado, enquanto em (30) nota-se que o referente/antecedente, *livro*, é inanimado.

A respeito do traço definitude, pode-se dizer que é considerado relevante para a retomada anafórica de terceira pessoa em diversas discussões sobre o tema. (CARVALHO 2008; CERQUEIRA 2015; SPINELLI, 2016) De acordo com o que Spinelli (2016) afirma a respeito dos traços de animacidade e especificidade, tratando-se especialmente do século XX, pode-se perceber que, quando ambos são negativos, indicam a preferência pelo uso de objeto nulo como forma de retomada anafórica. O traço [+específico] é indispensável para a retomada anafórica dos pronomes plenos acusativos de terceira pessoa. (CARVALHO; CERQUEIRA, 2018a, 2018b; CERQUEIRA, 2019)

Embora estudos apontem para a relevância desses traços para o estudo de retomada anafórica de terceira pessoa no PB, o estudo anterior de Santos, Lazzarini-Cyrino e Carvalho (2020), sobre a retomada anafórica do clítico acusativo de terceira pessoa no PB, levanta a suspeita de que esses

traços podem não ser fundamentais para a retomada dos pronomes clíticos de terceira pessoa, apesar de constatar que é mais comum que o referente/antecedente do pronome clítico acusativo de terceira pessoa apresente os traços [+definido] e [+específico]. Esse estudo, porém, apenas abarcou dados de retomada anafórica com clíticos.

Aqui, portanto, trazemos dados das três estratégias – clítico, pleno e categoria vazia – para testar se os traços animacidade, especificidade e definitude do referente/antecedente são condicionantes para a retomada anafórica do clítico acusativo de terceira pessoa no PB.

3 METODOLOGIA

Este trabalho discute os resultados de dois estudos sobre a interação de dois fenômenos com os traços de animacidade, especificidade e definitude. Cada um dos estudos seguiu metodologia semelhante, no entanto, com as especificidades apontadas em sua respectiva seção.

A metodologia geral consiste em (i) coleta de amostra, (ii) análise exploratória dos dados, (iii) teste estatístico (qui-quadrado) e (iv) regressão logística. As amostras são formadas por dados contendo uma das possíveis realizações da variável dependente do estudo, coletados aleatoriamente a partir de uma ou mais fontes. A análise exploratória dos dados (doravante AED) se realiza para verificar se alguns dos dados da amostra são realmente relevantes para o estudo do fenômeno e se as variáveis independentes – no caso, animacidade, especificidade e definitude – apresentam alguma associação suspeita com a variável dependente. Caso alguma dessas condições não se verifique, o dado ou a variável independente irrelevante são descartados do estudo.

Feita a AED, testamos estatisticamente a significância das variáveis independentes que parecem estar associadas à dependente. Partindo da hipótese nula de que não há associação entre elas, executamos o teste qui-quadrado para verificar a significância estatística da associação entre as variáveis. As variáveis independentes que obtiverem resultados promissores

no teste são, então, colocadas como variáveis explicativas em um modelo de regressão logística. Se mais de uma variável for encaminhada a essa fase, a regressão logística é feita seguindo um algoritmo *stepwise*, que ordena as variáveis no modelo e, eventualmente, descarta as menos relevantes. O modelo de regressão logística é, então, treinado com 70% dos dados da amostra, selecionados aleatoriamente, e avaliado com os restantes 30%. Isso é feito 2000 vezes, de forma que se obtenha uma média e um intervalo de confiança da precisão do modelo. Nas próximas subseções destacamos alguns aspectos específicos de cada etapa.

3.1 AMOSTRAS E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

As amostras foram constituídas a partir de dados de registro escrito do PB disponíveis em *sites* da internet. As fontes desses dados são diferentes para cada estudo. O estudo sobre as estratégias de retomada anafórica valeu-se de dados das plataformas Facebook e Twitter, coletados manualmente, mas de forma aleatória. Para o estudo sobre os pronomes possessivos os dados foram coletados de diferentes portais de notícia, incluindo conteúdos de *blogs* e entrevistas nesses portais. Devemos ressaltar que o objetivo deste trabalho não é o de observar variáveis sociolinguísticas e nem, especificamente, diferenças entre registros formais e informais, mas sim a de detectar se há, ao menos em um subconjunto dos dados do português, relação entre um traço sintático-semântico e a realização de uma forma ou outra. Sempre podemos aprimorar a amostragem para obter mais segurança quanto às conclusões do estudo, mas, para estabelecer uma metodologia de testes e para um conhecimento inicial do comportamento dos dados, julgamos suficientes as amostras utilizadas.

Foram coletados 100 dados para cada estudo. No caso específico do estudo sobre pronomes possessivos, havia 28 dados em que os pronomes *seu* e *sua* eram de segunda pessoa, não estando, efetivamente, relacionados com a distribuição *seu/sua* vs. *dele/dela*. Esses dados foram os únicos descartados na AED.

Na AED foram construídos gráficos de mosaico para visualização da relação entre as variáveis estudadas. As variáveis para cada estudo encontram-se relacionadas na Tabela 1.

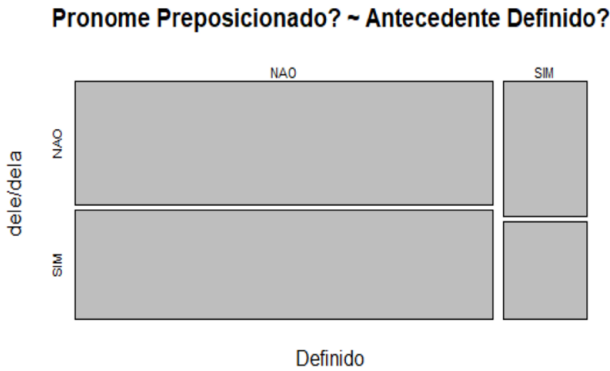
Tabela 1 - Variáveis para cada estudo

| Estudo A: Pronomes Possessivos | Estudo B: Retomada Anafórica por Clíticos | | |
|---|--|---------------------------------|--|
| Variável | Fatores | Variável | Fatores |
| Dependente: pronome preposicionado (dele/dela)? | SIM/NÃO | Dependente: clítico? | 1 (sim) /0 (não) |
| Antecedente animado? | SIM/NÃO | Antecedente animado? | 1 (sim) /0 (não) |
| Antecedente específico? | SIM/NÃO | Antecedente específico? | 1 (sim) /0 (não) |
| Antecedente definido? | SIM/NÃO | Antecedente definido? | 1 (sim) /0 (não) |
| Possuído animado? | SIM/NÃO | Função Sintática do Antecedente | Sujeito, Objeto Direto, Objeto Indireto, Aposto, Vocativo. |
| Possuído específico? | SIM/NÃO | | |
| Possuído definido? | SIM/NÃO | | |

Fonte: elaborado pelos autores.

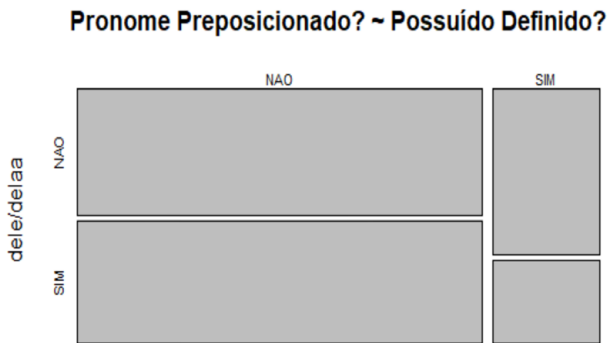
Algumas variáveis independentes já se mostraram irrelevantes na fase da AED e foram descartadas. O gráfico de mosaico permite visualizar se é possível suspeitar que uma relação entre variáveis é significativa (Figura 1) ou não (Figura 2).

Figura 1 - Associação não-significativa entre variáveis



Fonte: elaborados pelos autores.

Figura 2 - Associação provavelmente significativa entre variáveis



Fonte: elaborado pelos autores.

Nos casos em que foi permitido visualizar ausência de significância na associação entre uma variável independente e a dependente, descartamos a variável independente do estudo. Especificamente no caso do estudo sobre retomada anafórica, a AED já demonstrou pouca associação entre as variáveis relacionadas a definitude, especificidade e animacidade, conforme será apresentado na seção respectiva. Nesse caso foi necessário observar também a interferência da variável relacionada à função sintática do antecedente, que parecia interferir na distribuição.

3.2 TESTE QUI-QUADRADO E REGRESSÃO LOGÍSTICA

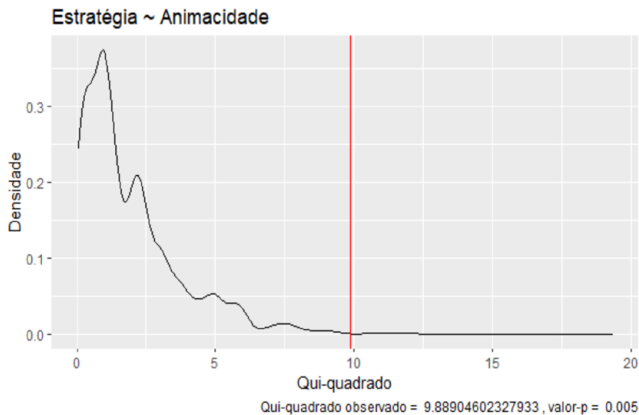
A AED permite descartar casos em que não se observa praticamente nenhuma correlação entre duas variáveis. No entanto, em casos em que se vê correlação ainda assim essa correlação pode ser fraca o suficiente para ter se dado pelo acaso, pela variância natural das duas variáveis. À hipótese de que essa correlação se dê pelo acaso chamamos de hipótese nula (H_0) e, precisamos de um teste que verifique se essa hipótese nula se confirma. Em estatística há diversos testes que podem ser utilizados para verificar a probabilidade de a hipótese nula ser verdadeira. Para avaliar a independência entre duas variáveis categóricas é comum utilizar o teste qui-quadrado (χ^2).

Estes testes fornecem um valor entre zero e um a que chamamos de valor-p, e este significa a probabilidade de a hipótese nula, a de que as duas variáveis não estão relacionadas, ser verdadeira. Como queremos saber se existe relação entre duas variáveis, queremos saber justamente se a hipótese nula pode ser descartada. Nesse caso, o objetivo é obter um valor-p bastante baixo, abaixo de 0.05 sendo o mais desejável.

O valor-p do teste qui-quadrado pode ser calculado de duas formas: através de fórmulas matemáticas que estimam o cenário de independência entre duas variáveis ou através de simulação. Para este trabalho fizemos o cálculo baseado em simulação. Utilizando o pacote *infer* para a linguagem R, pudemos simular 2000 cenários com permutação de variáveis, o que implica na independência entre elas. Em cada um desses cenários calculamos o valor qui-quadrado, um indicador da relação entre as variáveis. Plotamos esses valores em um gráfico de densidade, onde conseguimos identificar quais são os valores qui-quadrado mais frequentes nos casos de independência. Também plotamos o valor qui-quadrado referente às observações de nossa amostra – linha vermelha. Quanto mais distante este valor está da maior concentração de valores referentes à independência entre as variáveis, menor o valor-p (desejável).

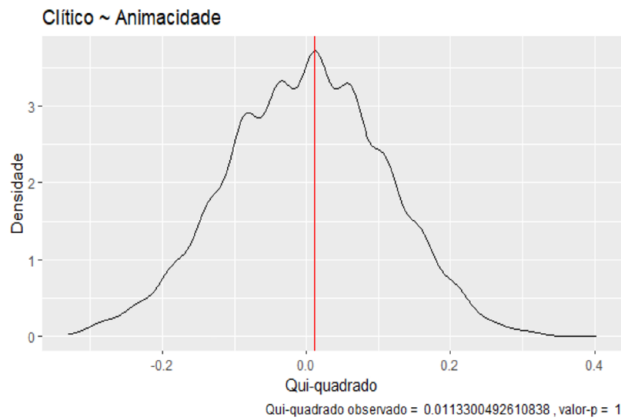
Relativa ao Estudo B, a Figura 3 mostra um caso em que o valor-p (0.005) é suficiente para assumir que a hipótese nula seja falsa e possamos inferir que haja relação entre a estratégia de retomada anafórica – clítico, pronome pleno ou categoria vazia – e a animacidade do antecedente. Curiosamente, na Figura 4, simulamos somente a ocorrência do clítico como estratégia anafórica contra as demais estratégias e sua relação com a animacidade do antecedente. Nesse caso, vemos que a hipótese nula se confirma: o valor-p é um. Isso significa que, dentre as estratégias de retomada anafórica, os clíticos não possuem relação com a animacidade do antecedente. A relação observada na Figura 3 é, provavelmente, resultado da distribuição entre as outras estratégias, pronomes plenos e nulos, algo já observado na literatura.

Figura 3 - Simulação de dependência entre estratégia de retomada anafórica e a animacidade do antecedente



Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 4 – Simulação da dependência entre a estratégia de retomada anafórica clítico e a animacidade do antecedente



Fonte: elaborado pelos autores.

Em áreas da linguística como sociolinguística e linguística histórica é mais comum que se identifiquem as variáveis independentes mais relacionadas à dependente utilizando outra técnica, a da regressão logística (*VariableRules*). (SANKOFF; CEDERGREN, 1976) Certamente trata-se de uma técnica mais conveniente quando o número de variáveis independentes é muito grande e diverso. (JOHNSON, 2011) Algoritmos de regressão logística permitem utilizar a técnica *stepwise* para verificar quais são as variáveis que mais interferem no modelo além de permitem que diferentes tipos de variáveis – quantitativas e categóricas – possam ser avaliados. No entanto, aqui consideramos que o tratamento individual de cada variável independente por meio do teste qui-quadrado nos fornece (i) maior entendimento da interação entre ela e a variável dependente, com a possibilidade de realizar simulações e (ii) a possibilidade de entregarmos ao modelo de regressão logística somente as variáveis com maior potencial de relação com o fenômeno.

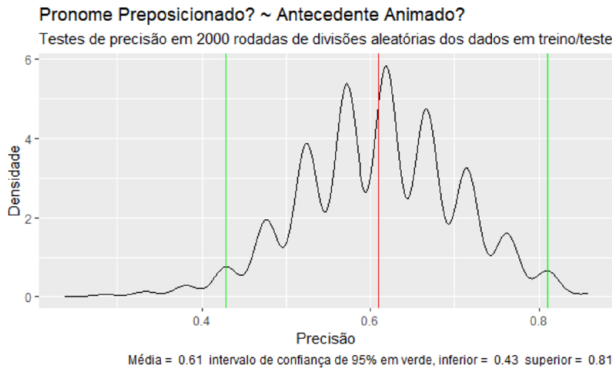
Neste trabalho utilizamos o modelo de regressão logística da linguagem R^1 para avaliar o desempenho da(s) variável(s) independente(s) na previsão

1 Diferenças entre o modelo de regressão logística de ferramentas como R e SPSS e os pacotes Varbrul/Goldvarb/RBrul são bem ilustradas em Johnson (2011) e Oliveira(2009). Concretamente o cálculo dos pesos relativos se dá segundo metodologia diferente. Neste trabalho o peso relativo

da realização da variável dependente. Fizemos isso dividindo a amostra aleatoriamente entre um conjunto para treino do modelo e um conjunto para teste, em uma proporção, respectivamente, de 0,7 e 0,3. Uma vez treinado, o modelo de regressão logística pode prever o valor da variável dependente a partir das independentes. Verificamos a precisão do modelo aplicando-o às variáveis independentes do conjunto teste e comparamos suas previsões com as variáveis dependentes do conjunto.

Fizemos 2000 rodadas de avaliação, conseqüentemente, com diferentes combinações de dados no conjunto de treino e de teste. Isso nos permitiu levantar um intervalo de confiança para o desempenho do modelo. Por exemplo, no Estudo A observamos que um modelo de regressão logística treinado apenas para a animacidade do antecedente resulta em uma média de 0.61 de precisão na previsão do pronome possessivo a ser utilizado – preposicionado ou não. É possível visualizar os resultados desse teste na Figura 5.

Figura 5 - Precisão do modelo de regressão logística treinado apenas com animacidade do antecedente para o Estudo B



Fonte: elaborado pelos autores.

não é levado em conta, de forma que o uso da regressão logística disponível na linguagem R se faz mais conveniente.

4 RESULTADOS

Muito dos resultados já foi apresentado nas tabelas e gráficos da seção anterior. Aqui tentamos detalhar um pouco mais sobre o que obtivemos. Concretamente, a animacidade do antecedente parece ter uma importante relação com o tipo de pronome possessivo que ocorre nas observações. Por outro lado, nenhuma das variáveis apresentou relação significativa com a ocorrência de clíticos como estratégia de retomada anafórica.

4.1 ESTUDO A: PRONOMES POSSESSIVOS PREPOSICIONADOS VS NÃO-PREPOSICIONADOS

Conforme explicitado na seção anterior, para o Estudo A foram consideradas 72 das 100 observações, já que apenas estas se referem a pronomes de terceira pessoa, que possuem a alternância estudada. Na AED, relacionamos, em gráficos de mosaico, as variáveis relacionadas a animacidade, especificidade e definitude tanto do antecedente como do possuído à variável dependente. As únicas variáveis independentes que se mostraram com algum possível grau de associação à dependente foram as relativas à animacidade e especificidade do antecedente e as relativas à animacidade e definitude do possuído.

Realizando a simulação de hipótese nula com os dados e o teste qui-quadrado para essas quatro variáveis obtivemos os valores-p relacionados na Tabela 2.

Tabela 2 - Valores-p para as variáveis do estudo A

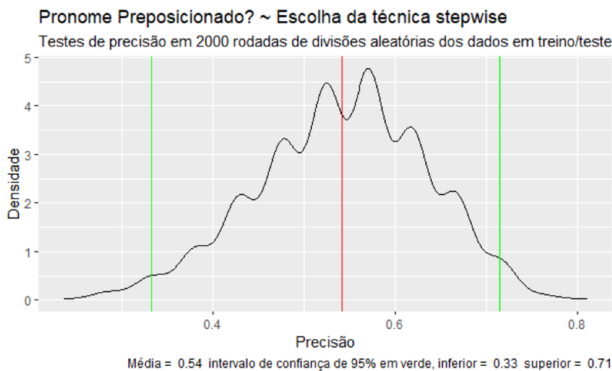
| Variável Independente | Valor-p |
|-------------------------|---------|
| Antecedente Animado? | 0,030 |
| Antecedente Específico? | 0,325 |
| Possuído Animado? | 0,335 |
| Possuído Definido? | 0,411 |

Fonte: elaborado pelos autores.

É possível observar que, com o valor-p de 0,030, apenas a variável antecedente animado,² possui uma associação realmente significativa com o tipo de pronome possessivo que ocorre nos dados. Construindo um modelo de regressão logística que relacione essa variável com a dependente, obtivemos, conforme apresentado na seção 3.2, uma precisão média de 0.61 – podendo variar entre 0.43 e 0.81 –, indicando que a variável é promissora como um determinante do tipo de pronome possessivo que ocorre. Nota-se que outros fatores para além de animacidade podem estar associados à distribuição dos diferentes tipos de pronomes possessivos e isso deve ser objeto de estudos futuros.

Cabe mencionar aqui que foi tentado alimentar o modelo de regressão logística com as quatro variáveis relacionadas na Tabela 2. Com a técnica *stepwise* foram criados diferentes modelos para cada uma das 2000 rodadas de treino/teste. A precisão média nesse caso foi de 0.54, conforme ilustra a Figura 6. Isso significa que a técnica *stepwise* favorece sobreajuste do modelo, o que faz com que a precisão caia com dados novos. Isso é um importante ponto de reflexão, que deve ser considerado em estudos quantitativos ao se escolher as variáveis somente pela técnica *stepwise*.

Figura 6 - Precisão da regressão logística com as variáveis selecionadas por técnica *stepwise*

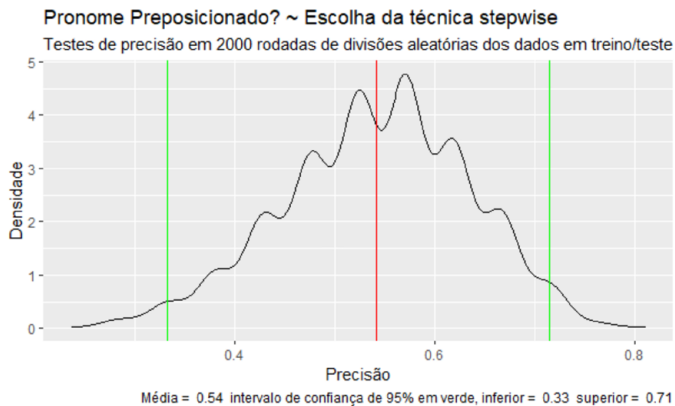


Fonte: elaborado pelos autores.

4.2 ESTUDO B: RETOMADA ANAFÓRICA POR CLÍTICOS

Conforme apresenta a seção 2.2, muitos estudos relacionam a distribuição das estratégias de retomada anafórica aos traços de animacidade do antecedente – e alguns também aos de especificidade e definitude. Na seção 3.2 mostramos que essa relação se verifica nos dados de nosso estudo B quando levamos em conta as três estratégias: clíticos, pronomes nulos e categorias vazias – objeto nulo. No entanto, ao considerarmos apenas a estratégia de clíticos em oposição às demais vemos que não há diferença entre clíticos retomando antecedente animados e não animados, o que faz com que a animacidade do antecedente não tenha uma associação estatisticamente significativa com a ocorrência de retomada anafórica por clíticos. Isso pode ser observado também na Figura 7, que mostra que entre plenos e nulos há grande interferência da variável animacidade, mas entre clíticos não há diferenças significativas.

Figura 7- Estratégia de retomada anafórica em relação à animacidade do antecedente



Fonte: elaborado pelos autores.

As demais variáveis também não apresentam relação significativa com a distribuição dos clíticos, conforme observado na AED. Portanto, ao contrário do que se observou com a distribuição dos pronomes possessivos, em que a variável relativa à animacidade do antecedente se mostra promissora como uma das determinantes, nem animacidade, nem definitude nem especificidade do antecedente parece determinar a ocorrência de um clítico como estratégia de retomada anafórica.

É importante mencionar que, ao menos no registro escrito empregado em plataformas como Facebook e Twitter, os clíticos parecem ser uma estratégia bastante usual, correspondendo a 47% dos casos – com margem de erro de 10% calculada a partir das observações deste estudo.²

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou, do lado metodológico, a relevância do teste estatístico tradicional qui-quadrado como uma forma de estabelecer a significância de uma variável independente previamente à submissão ao modelo de regressão logística. Também apresentamos a possibilidade de avaliar a regressão logística utilizando a divisão dos dados no conjunto de treino e teste.

Em relação aos fenômenos investigados, apesar da quantidade reduzida de dados, os estudos sugerem que a animacidade do antecedente é o fator mais promissor, dentre os traços estudados, para determinar o tipo de pronome possessivo na frase. Animacidade tem um desempenho médio de 0.6 para determinar o pronome e uma considerável significância refletida pelo valor-p de 0,03. Já em relação às estratégias de retomada anafórica, animacidade parece determinante considerando as três: clíticos, pronomes plenos e categorias vazias. Entretanto, quando comparamos clíticos com as outras duas, a animacidade perde sua significância, ficando difícil determinar, baseando-nos nesses traços, o que motiva a ocorrência dos clíticos contra as

2 Nível de confiança de 95%.

demais estratégias. Amostras maiores precisam ser coletadas e outras hipóteses precisam ser investigadas para entender melhor a situação dos clíticos que, apesar de estarem pouco presentes em registros orais, na escrita espontânea são bastante frequentes, o que sugere haver alguma intuição dos falantes a respeito de sua distribuição.

REFERÊNCIAS

AYRES, R. M. *Aspectos condicionadores do objeto nulo e do pronome pleno em português brasileiro: uma análise da fala infantil*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARVALHO, D. S. *A Estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2008.

CARVALHO, D.; CERQUEIRA, F. O comportamento sintático-semântico do pronome pleno de terceira pessoa no português brasileiro. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v.1, n. 46, p. 83-111, 2017.

CARVALHO, D. S.; CERQUEIRA, F. O. A natureza do pronome pleno de terceira pessoa. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. (ed.). *Língua, texto e ensino: descrições e aplicações*. Vitória da Conquista: Pipa Comunicação, 2018a. v.1, p. 1051-1062.

CARVALHO, D. S.; CERQUEIRA, F. O. *O comportamento sintático semântico do pronome pleno de terceira pessoa no português brasileiro*. Salvador: GTTG: ANPOLL, 2018b.

CERQUEIRA, V. C. *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

CERQUEIRA, F. O. *O pronome pleno de terceira pessoa: estrutura interna e relações referenciais*. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CERQUEIRA, F. O. *Sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Programa de Pós- Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CINTRA, L.; CUNHA, C. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p. 163-184

CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudosintático-diacrônico*. Londrina: UEL, 1997.

DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1989. p. 19-34.

JOHNSON, K. *Quantitative methods in linguistics*. [Nova Jersey]: John Wiley & Sons, 2011.

MÜLLER, A. L. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

NEIVA, N. C. *Objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala culta de Salvador: o clítico em desuso*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

NEVES, M. H. M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

OLIVEIRA, A. J. Análise quantitativa no estudo da variação linguística: noções de estatística e análise comparativa entre Varbrul e SPSS. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 93-119, 2009.

SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. J. The dimensionality of grammatical variation. *Language*, New York, p. 163-178, 1976.

SANTOS, L.; CYRINO, J. P. L.; CARVALHO, D. S. A retomada anafórica dos pronomes clíticos acusativos de terceira pessoa no português brasileiro. In: CONGRESSO NACIONAL EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA LINGUAGEM, 1., 2020, [Recife]. *Anais [...]*. [Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2020. No prelo.

SPINELLI, A. C. *Analisando a retomada anafórica do objeto direto em português falado*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Parte II
DIALETOLOGIA E SOCIOLINGUÍSTICA

AS DENOMINAÇÕES PARA A BEBIDA ALCOÓLICA FEITA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SERGIPE

Sandra Cerqueira Pereira Prudencio

Jacyra Andrade Mota

1 SOBRE O LÍQUIDO QUE PASSARINHO NÃO BEBE

A cachaça alegra os tristes

Melhora quem está doente

Faz aleijado corrê

E cego vê de repente

(CALASANS, 2014, p. 31)

Pensar em Brasil e em suas representatividades culturais inclui a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar, conhecida como *Cachaça*,¹ *Aguardente*, *Limpa*, *Branquinha*, *Pinga*, *Caninha*, *Pitú*, *51* e por tantas outras denominações para se referir ao poderoso líquido que se apresenta branco, como na *Branquinha*, ou em tons amarelados, como nas cachaças envelhecidas em barris de madeira. As denominações para a *Aguardente* no estado de Sergipe compõem o acervo de uma pesquisa mais ampla, em que, em tese de doutorado, cuja elaboração está em andamento, se buscaram, nos dados coletados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB),² os itens utilizados como seus sinônimos, pelos informantes entrevistados, nos nove estados da região Nordeste brasileira.

Como objeto de estudo, essa *Aguardente* é conceptualizada como uma bebida genuinamente brasileira, que faz parte da vida dos habitantes

1 Optou-se por escrever todas as ocorrências em letra maiúscula inicial e grifá-las em itálico.

2 Mais informações sobre o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), ver: <https://alib.ufba.br/>.

desse país, desde o período do Brasil colônia, como uma consequência de os portugueses terem introduzido a plantação de sua matéria-prima: a cana-de-açúcar. Inicialmente considerada como uma bebida chula, carregou consigo o mesmo preconceito que sofriam as pessoas que “legitimamente” a consumiam e isso fez com que, ao ser apreciada por pessoas da classe social considerada alta, a ingestão ocorresse às escondidas; e, para disfarçar a preferência, eram colocadas embaixo das mesas ou consumidas em xícaras.

Hoje é uma bebida exposta sobre as mesas e prateleiras das mais requintadas lojas de artigos nacionais; é utilizada em eventos, cerimônias e nas mais diversas comemorações e convenções. Essa mudança de *status* da *Cachaça* reflete uma alteração no comportamento da sociedade, que começa a vê-la de forma positiva, conceptualizando-a como uma bebida cujos padrões de produção garantem a boa qualidade. Trata-se de uma grande evolução para o olhar sobre a *Aguardente* e, até, uma revolução, constituindo-se uma conquista que beneficia populações e a vida econômica e cultural de muitas cidades do Brasil.

Em todo o país se bebe *Cachaça*, e esse é o nome oficial da bebida, previsto no Decreto nº 4.062, de 21 de dezembro de 2001, que “Define as expressões ‘*cacheça*’,³ ‘Brasil’ e ‘*cacheça do Brasil*’ como indicações geográficas e dá outras providências”. (BRASIL, 2001, p. 1) A sua popularidade permite que esteja presente nos diversos segmentos socioculturais e neles se revela com uma grande rede de denominações, com as mais diversas motivações, distribuídas em nomes comuns, nomes-marca e itens fraseológicos. Muitos dos nomes comuns são registrados em dicionários, como se pode verificar, no *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (2015), em que, dos oito nomes comuns citados pelos informantes sergipanos, apenas o item *Fubúia* não se encontra dicionarizado. Salienta-se que, assim como acontece com denominações de outros domínios da experiência, há muitos nomes ou eufemismos, como Souto Maior (2013)

3 “Art.1ª O nome ‘*cacheça*’, vocábulo de origem e uso exclusivamente brasileiros, constitui indicação geográfica para os efeitos, no comércio internacional, [...]”. (BRASIL, 2001, p. 1)

os categoriza, que circulam nos ambientes de uso da *Pinga* e que ainda não constam dicionarizados. Integram-se a esses nomes não dicionarizados a maioria dos nomes-marca e dos itens fraseológicos.

As variantes da denominação idiomática *Cachaça* estão na casa dos quatro dígitos, como trazem Seabra (2015), que apresenta 1.070 variações sinonímicas para essa bebida, e Cavalcante (2011, p. 8), que apresenta 2.116 sinônimos. Cavalcante ainda demonstra, em sua obra, “[...] 8.000 marcas de cachaça com respectivos produtores e suas cidades e estados”. Das 11 variantes de *Cachaça* apresentadas pelos informantes de Sergipe, Seabra (2015) registra seis e Cavalcante (2011), oito, destacando que esse autor considerou *Pitú* e *51* como sinônimos de *Cachaça*.

Para estudar as denominações para *Cachaça*, deve-se considerar que se está lidando com um importante elemento da cultura brasileira, que é objeto de pesquisa em vários segmentos do saber, como na culinária, história, geografia, biotecnologia, linguística, nos estudos culturais e em entre tantos outros. A sua relevância à cultura brasileira permitiu que, em cada área, os estudos se aprofundassem, abrindo possibilidades para o conhecimento mais amplo a respeito desse objeto. Portanto, fazer parte do Projeto ALiB, que tem como um dos seus objetivos: “Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas [...] consideradas na perspectiva da Geolingüística”. (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 7), é uma das contribuições dos estudos dialetológicos para o conhecimento aprofundado da *Cachaça*.

Aliam-se a esse estudo os princípios da etnolingüística, que afina o diálogo com os fundamentos da dialetologia, pois, como apresenta Coseriu (1990, p. 45-46), é o estudo da língua, em que se relacionam aos fatos os saberes que o sujeito tem das coisas, “[...] portanto, também acerca da estratificação social das comunidades e acerca da linguagem mesma enquanto fato ‘real’”. Gomes-Dias (2019, p. 328) amplia a reflexão acerca da etnolingüística, ao afirmar que “[...] as comunidades idiomáticas devem ser consideradas também comunidades culturais, uma vez que cada uma

delas corresponde a um determinado patrimônio cultural que, de diversas maneiras, reflete a língua”.

Para conhecer esse universo das denominações para essa *Aguardente*, segue este convite para tomar um gole e degustar o estudo das formas apresentadas pelos informantes do estado de Sergipe, no decorrer de entrevistas linguísticas realizadas pelos inquiridores do Projeto ALiB, sustentado pela perspectiva interdisciplinar entre três vertentes da linguística: a dialetologia pluridimensional, a etnolinguística e a semântica cognitiva.

2 COLOCANDO A MÃO NOS DADOS: O SUOR NA PESQUISA

O Projeto ALiB realizou suas pesquisas em 250 localidades, totalizando entrevistas a 1.100 informantes. Dentre essas localidades, estão as do estado de Sergipe,⁴ que é o menor estado da Federação brasileira, constituído de 21.925,424 km² e população estimada, em 2019, em 2.298.696 pessoas.

Conforme metodologia adotada pelo Projeto ALiB, foram realizadas entrevistas linguísticas em três cidades desse estado, a saber: a capital, Aracaju, e duas cidades do interior: Estância e Propriá. Nessas localidades, foram realizados 16 inquéritos: oito informantes na capital e quatro em cada cidade do interior, assim distribuídos: quatro homens e quatro mulheres nas capitais; dois homens e duas mulheres no interior; duas faixas etárias: 18 a 30 anos e 50 a 65 anos; duas escolaridades: ensino fundamental I e universitário nas capitais e, apenas, fundamental I nas cidades do interior.

A distribuição dos informantes do Projeto ALiB pode ser visualizada na Quadro 1.

4 Ver: IBGE (2020).

Quadro 1 – Distribuição dos informantes do Projeto ALiB

| INFORMANTES | | |
|-----------------------------------|----------------|-----------------|
| PERFIL | CAPITAL | INTERIOR |
| | | 8 |
| Homens | 4 | 2 |
| Mulheres | 4 | 2 |
| Faixa etária 18 a 30 anos | 4 | 2 |
| Faixa etária 50 a 64 anos | 4 | 2 |
| Escolaridade Fundamental | 4 | 4 |
| Escolaridade Universitária | 4 | 0 |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Essa composição de informantes permite que seja feito o controle de variantes, a partir de suas respostas, conforme as variáveis sociais: sexo, faixa etária e escolaridade, possibilitando, assim, o cruzamento dos dados, em que se contempla o eixo diatópico, aliado ao sociolinguístico da língua.

Este estudo se concentrará no controle das variáveis sociais sexo e escolaridade, visto que a variável faixa etária não apresentou relevância na distribuição das variantes no estado de Sergipe. Nessa perspectiva, com base nos princípios da dialetologia, o estudo busca apresentar, além da variável diatópica, o controle das informações diastrática e diassexual, conforme princípios da metodologia pluridimensional da geolinguística

Para obtenção das respostas, foi aplicado um Questionário Semântico Lexical (QSL), em que, na área da Alimentação e Cozinha, há a questão 182: AGUARDENTE, cuja pergunta é: “Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar?”. (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001. p. 36) A formulação da pergunta é feita com a metodologia da onomasiologia, que, conforme Baldinger (1966), é o campo das designações, ou seja, das palavras. Afirma o autor que “A estrutura onomasiológica é baseada na sinonímica [...]”. (BALDINGER, 1966, p. 30) Na aplicação das perguntas do QSL, o entrevistador apresenta a questão ao entrevistado, que, a partir de suas

experienciações com o referente, por meio de suas categorizações, apresenta a sua conceptualização, que se revela na forma ou nas formas que sabe/lembra a respeito do que lhe fora perguntado.

Nas manifestações linguísticas individuais, se revela o saber cultural de uma coletividade, que representa as variantes da *Cachaça*, ou melhor, as diversas denominações da bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar. Conforme Silva (2010, p. 48), “A melhor manifestação da dinâmica social do significado é a variação linguística” e a onomasiologia permite realizar a descrição de variantes apresentadas para determinado conceito.

Diante das respostas dos informantes, foi realizado um estudo interdisciplinar entre a dialetologia pluridimensional, a linguística cognitiva e a etnolinguística, em que se pode verificar, dentre as variantes diatópicas e diassociais, aquelas que são mais prototípicas e as mais periféricas; as formadas a partir de Modelos Cognitivos Idealizados que se utilizam de metonímias. Dessa maneira, obtiveram-se, por meio das entrevistas linguísticas, as formas que fazem parte da cultura da localidade, como elementos vivos em memórias coletivas e individuais, que se revelam na interação comunicativa dos falantes.

3 OS FUNDAMENTOS PARA O ESTUDO DA LIMPA

Ao fazer parte da área semântica “Alimentação e Cozinha”, o presente estudo possibilita refletir a respeito do papel e da importância da *Cachaça* para a sociedade brasileira. Desde o início da colonização portuguesa, a população conviveu com a cana-de-açúcar e com todo o domínio cultural que essa matéria-prima possibilitou à sociedade brasileira experimentar. A cultura da cana envolveu situações e elementos diversos que vão, desde a lida no eito, com o plantio da cana, até a sua produção principal, o açúcar, e, como consequência, dos seus subprodutos: o melado, a aguardente, a rapadura.

A *Aguardente* escreve sua história com base em seu contínuo aprimoramento de fabricação, pois passou de um produto primitivo, quando era apenas fermentado, para ser um destilado em alambiques ou em colunas

de inox. No século XVII, a *Cachaça* foi legalmente proibida, “[...] através da carta Real de 13 de setembro de 1649 [...]” (SILVA, 2008, p. 30), pois a preferência pela *Caninha* atrapalhava os negócios lusitanos, ameaçando o consumo do vinho e da bagaceira portugueses. Trata-se de uma bebida que tem participação efetiva na expansão e no desenvolvimento do país, tanto na companhia dos bandeirantes como dos mineradores, tropeiros e demais personagens que avançaram terras, abriram estradas e construíram o Brasil. Em 1922, a *Caninha* foi símbolo de brasilidade, utilizada como afirmação da identidade brasileira, o que já vinha ocorrendo desde os movimentos de pré-independência, “[...] quando era sinal de patriotismo não beber produtos vindos de Portugal”. (SILVA, 2008, p. 30) Em 2001, ocorreu a sua legalização e formalização como bebida brasileira, que segue com outras legislações que garantem padronizações necessárias para firmar o controle e a excelência na qualidade de fabricação, armazenamento, rotulação do produto.

As denominações variantes de *Cachaça* são apresentadas pelos informantes de Sergipe, conforme seus saberes, suas vivências, interações e compreensões do mundo em que vivem. A relevância de se captarem essas informações está na representatividade sociocultural que têm esses dados ao permitirem se perceber o reflexo da sociedade na língua, bem como o reflexo da língua na sociedade, possibilitando-se conhecer a natureza complexa e heterogênea do sistema linguístico, especificamente, da língua portuguesa falada no Brasil.

Com o desenvolvimento do estudo interdisciplinar das denominações para a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar no estado de Sergipe, é possível verificar, a partir das respostas dos informantes, a distribuição diatópica e social dos itens léxicos, considerando que essas denominações fazem parte de uma cultura a que pertence o sujeito, por isso é apresentada por ele como resposta, ao ser categorizada e conceitualizada como a bebida alcoólica em questão.

Para Lakoff (1987), a categorização é uma ação básica do ser humano, pois tudo que é visto pode ser categorizado, como ações, objetos, emoções. Almeida (2018, p. 270) afirma que “A categorização é um processo

mental realizado, quase sempre de forma automática e consciente, pela espécie humana, em suas diferentes interações cotidianas, para organizar, em classes, tudo aquilo que experiencia [...]”. E é nesse sentido que o pensamento interdisciplinar se consagra neste estudo, visto que é por meio da categorização que o falante, conforme suas experiências, conceptualiza o que lhe fora perguntado e assim responde ao inquiridor formas variantes, como: *Cachaça*, *Caninha*, *Limpa*, *Fubuia*, as quais refletem a sua experiência, de qualquer natureza, com a bebida, bem como a sua interação sociocultural, em sua localidade, ou com o que lhe fora oportunizado conhecer pela TV, pela internet etc.

4 VAMOS AOS FATOS, AOS DADOS E AO QUE NOS REVELAM

O estudo dos itens lexicais constantes das respostas dos informantes do Projeto ALiB no estado de Sergipe levou em consideração, sobre os aspectos linguísticos, as experiências corpóreas de seus conceptualizadores, aspectos do mundo e da cultura onde vivem, as variáveis diatópicas e as variáveis sociais já citadas: escolaridade e sexo.

Diante de um universo de denominações para a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar, quais itens lexicais são apresentados pelos informantes do estado de Sergipe? Desses itens, os informantes indicam mais como respostas os nomes comuns ou nomes-marca? E os nomes-marca se comportam como sinônimos de Cachaça? Há formas específicas apresentadas pelos informantes do interior ou da capital? Pelos homens ou pelas mulheres? Pelos informantes de nível de escolaridade universitário ou fundamental? Essas e outras respostas serão respondidas no decorrer dessa seção.

As variantes lexicais apresentadas como resposta à pergunta 182 do QSL pelos 16 informantes, distribuídos nas cidades Aracaju, Estância e Propriá, seguem na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultado Geral Sergipe

| | Cachaça | Pinga | Aguardente | Pitú | 51 | Limpa | 21 | Pura | Cana | 71 | Fubuia | Caninha |
|-----------------|----------------|--------------|-------------------|-------------|-----------|--------------|-----------|-------------|-------------|-----------|---------------|----------------|
| Aracaju | 7 | 3 | 2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Estância | 4 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Propriá | 4 | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Total | 15 | 5 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 |

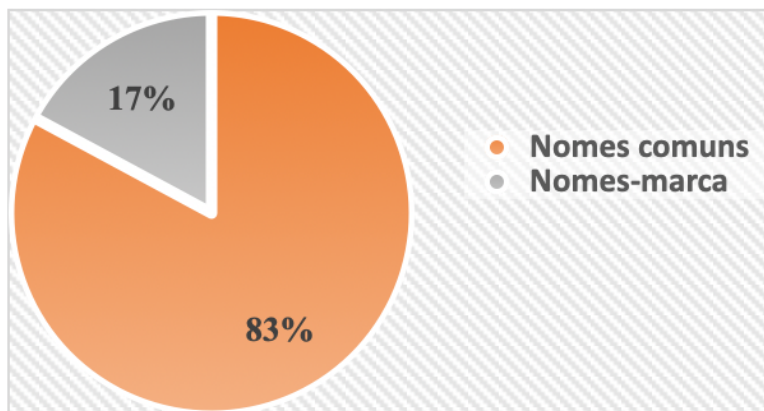
Fonte: elaborado pelas autoras.

Como se pode ver na Tabela 1, houve o uso de 12 itens léxicos apresentados nas respostas dos informantes de Sergipe para denominar a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar, a saber: *Cachaça*, *Pinga*, *Aguardente*, *Pitú*, *51*, *Limpa*, *21*, *Pura*, *Cana*, *71*, *Fubuia*, *Caninha*.

A realização desses itens nas entrevistas linguísticas totaliza 35 ocorrências, das quais, em 29 houve a utilização de nomes comuns: *Cachaça*, *Pinga*, *Aguardente*, *Limpa*, *Pura*, *Cana*, *Fubuia* e *Caninha* e, em seis, ocorrências com nomes-marca da bebida: *Pitú*, *51*, *21*, *71*.

Como se vê, são oito nomes comuns para as 29 ocorrências e quatro nomes-marca, distribuídas entre as seis ocorrências dessa categoria. A representação desse quantitativo, pode ser visualizada na Figura 1

Figura 1 – Tipos de itens lexicais Sergipe



Fonte: elaborado pelas autoras.

Conforme a Figura 1, a quantidade de ocorrências de nomes comuns nos inquéritos de Sergipe é superior à de nomes-marca, visto que aqueles apresentam 83% do total de ocorrências e estes 17%, o que revela maior uma representatividade para a denominação da bebida alcoólica, utilizando os nomes comuns.

Como se pode verificar na Tabela 2, nas devidas proporções, *Cachaça* e *Pinga*, juntas, contemplam 69% do total das ocorrências dos nomes comuns e 51 e 21 correspondem a 67% das ocorrências totais que se referem aos nomes-marca. Dos nomes-marca citados em Sergipe, três ocorreram em Propriá, dois em Estância e um em Aracaju, cidade em que houve, no total, 16 ocorrências, distribuídas entre seis lexias, sendo que 51, com uma ocorrência, foi a única marca citada. Considerando as formas apresentadas apenas nas duas cidades do interior sergipano, na Tabela 2 constam os itens lexicais utilizados como resposta pelos informantes nas cidades de Estância e Propriá.

Tabela 2 – Cidades do interior de Sergipe

| | Cachaça | Pinga | Pitú | 51 | Limpa | 21 | Cana | 71 | Fubuia | Caninha |
|-----------------|----------------|--------------|-------------|-----------|--------------|-----------|-------------|-----------|---------------|----------------|
| Estância | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Propriá | 4 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Total | 8 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Verifica-se que cai para dez a quantidade de lexias apresentadas pelos informantes das cidades do interior de Sergipe, pois *Aguardente* e *Pura* foram utilizadas apenas pelos informantes de Aracaju. Nessas duas cidades, *Cachaça* e *Pinga* continuam como as denominações que mais vezes foram mencionadas pelos entrevistados.

No Quadro 2, encontram-se organizados os 12 itens léxicos ocorridos em Sergipe, conforme o tipo de localidade, sendo indicados os itens lexicais ocorridos na capital e nas cidades do interior.

Quadro 2 – Capital X Cidades do interior de Sergipe

| | Cachaça | Limpa | Pinga | Aguardente | 51 | Caninha | Cana | Pitú | Pura | 71 | 21 | Fubuia |
|-----------------|----------------|--------------|--------------|-------------------|-----------|----------------|-------------|-------------|-------------|-----------|-----------|---------------|
| CAPITAL | x | x | x | x | x | | | | x | | | |
| INTERIOR | x | x | x | | x | x | x | x | | x | x | x |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Diante da exposição dos dados no Quadro 1, vê-se que há formas apresentadas com a seguinte distribuição diatópica:

- (i) ditas apenas pelos informantes da capital: *Aguardente*, *Pura*;
- (ii) ditas somente pelos informantes do interior: *Pitú*, *21*, *Cana*, *71*, *Fubuia*, *Caninha*;

(iii) ditas tanto pelos informantes da capital quanto do interior:
Cachaça, Pinga, 51, Limpa.

Importa salientar que três dos quatro nomes-marca foram mencionados pelos informantes das cidades do interior, sendo *51* citada na capital, que é a cachaça que, em comparação às outras, tem mais publicidade. Se considerarmos as respostas dos informantes universitários e as respostas dadas pelos de nível de escolaridade fundamental, os primeiros utilizaram: *Aguardente, Cachaça, Limpa, Pura* e os segundos *Cachaça, Limpa, Pinga, 51, Caninha, Cana, Pitú, Pura, 71, 21, Fubuia*. Segue a distribuição das lexias no Quadro 3.

Quadro 3 – Variável Escolaridade: Universitário X Fundamental

| | Cachaça | Limpa | Pinga | Aguardente | 51 | Caninha | Cana | Pitú | Pura | 71 | 21 | Fubuia |
|---------------|---------|-------|-------|------------|----|---------|------|------|------|----|----|--------|
| UNIVERSITÁRIO | x | x | x | x | | | | | x | | | |
| FUNDAMENTAL | x | x | x | | x | x | x | x | x | x | x | x |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Dos 12 itens lexicais ocorridos em Sergipe, os universitários apresentaram cinco lexias em suas respostas, o equivalente a 41,66 % do total e os informantes do fundamental apresentaram 11 lexias, que perfaz o percentual de 83,33 % do total de 12 ocorrências. Se calcularmos os usos exclusivos dos universitários, vê-se que *Aguardente* foi utilizada apenas pelos universitários e que sete lexias foram utilizadas exclusivamente pelos informantes de nível fundamental: *51, Caninha, Cana, Pitú, 71, 21, Fubuia*, isto é, todos os nomes-marca citados nesse estado foram apresentados pelos informantes de nível fundamental de escolaridade.

Analisando os Quadros 2 e 3, verifica-se que *Aguardente* ocorreu apenas na capital e, nessa localidade, foi dita apenas pelos informantes universitários. *Cachaça, Limpa* e *Pinga* ocorreram na capital e nas cidades do interior, e

foram apresentadas nas respostas dos falantes de ambas as escolaridades. *51* apresenta-se na capital na fala do informante de nível de escolaridade fundamental e *Pura* consta, na capital, na resposta dos informantes dos dois níveis de escolaridade.

A comparação das ocorrências, a partir do nível de escolaridade, reúne unidades quantitativas diferentes, visto que são quatro informantes de nível universitário, residentes na capital, e 12 de nível de escolaridade fundamental, moradores da capital e do interior. Mas, se realizarmos a comparação das formas apresentadas somente pelos falantes da capital, temos como resultado os usos de *Cachaça*, *Pinga*, *Aguardente*, *Limpa* e *Pura* para os universitários e *Cachaça*, *Pinga*, *51* e *Pura* para os de nível de escolaridade fundamental, como se pode verificar no Quadro 4:

Quadro 4 – Variável Escolaridade em Aracaju

| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | Cachaça | Pinga | Aguardente | 51 | Limpa | Pura |
|------------------------------|----------------|--------------|-------------------|-----------|--------------|-------------|
| UNIVERSITÁRIO | X | X | X | | X | X |
| FUNDAMENTAL | X | X | | X | | X |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em Aracaju, os informantes apresentaram seis lexias em suas respostas, o que equivale a 50% das que ocorreram no estado.

Pensando no estudo direcionado ao sexo dos informantes, vê-se o seguinte sobre as do sexo feminino em Sergipe: foram 16 ocorrências, distribuídas em sete lexias: *Cachaça*, *Pinga*, *Pura*, *Limpa*, *Pitú*, *21*, *71*. Essas informações apresentam-se reunidas no Quadro 5.

Quadro 5 – Variável Sexo

| | Cachaça | Limpa | Pinga | Aguardente | 51 | Caninha | Cana | Pitú | Pura | 71 | 21 | Fubuia |
|--------|---------|-------|-------|------------|----|---------|------|------|------|----|----|--------|
| HOMEM | x | x | x | x | x | x | x | | x | | | x |
| MULHER | x | x | x | | | | | x | x | x | x | |

Fonte: elaborado pelas autoras.

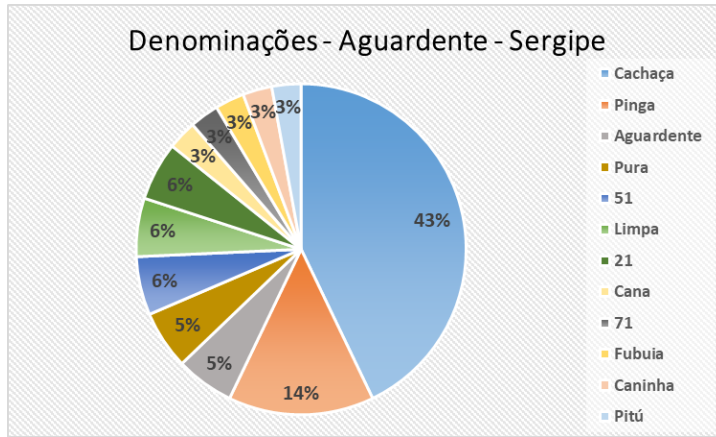
Das lexias apresentadas pelas mulheres, quatro são nomes comuns em que *Cachaça* tem oito ocorrências, sendo citada por todas as informantes. *Pinga* foi citada na resposta das duas informantes de ensino fundamental, as quais mencionaram também *Cachaça* em sua resposta. Importa salientar que *21*, *71* e *Pitú* ocorreram em Sergipe, apenas na fala de mulheres de ensino fundamental.

Os homens utilizaram nove lexias em suas respostas: *Pura*, *Limpa*, *Cachaça*, *Cana*, *Fubuia*, *Pinga*, *Caninha*, *Aguardente*, *51*. Dessas lexias, apenas uma é nome-marca. *Cachaça* não ocorreu na resposta de um dos informantes, especificamente o que respondeu à pergunta com *51* e *Pura*. *Aguardente*, que tem duas ocorrências no estado, foi apresentada como resposta de dois informantes de Aracaju, ambos homens e de escolaridade universitária.

Fazendo uma comparação entre os usos conforme o sexo dos informantes, verificou-se que as mulheres citaram maior quantidade de marcas que os homens, que, por sua vez, citaram, no total, oito nomes comuns em suas respostas enquanto as mulheres citaram quatro.

No estado de Sergipe, *Cachaça* ocorreu em 15 das 16 localidades pesquisadas; todas as mulheres utilizaram *Cachaça* em suas respostas; *Aguardente* só foi utilizada por homens universitários e só ocorreu na capital; das quatro marcas citadas nas respostas dos informantes, três foram ditas apenas por mulheres. A representação do quantitativo geral dessa classificação pode ser visualizada no Figura 2.

Figura 2 – Distribuição quantitativa geral das lexias de Sergipe



Fonte: elaborado pelas autoras.

Conforme o Figura 2, pode-se visualizar a maior representatividade das ocorrências de *Cachaça*, que é de 43%, diante das outras 11 lexias. As ocorrências de *Pinga*, como a segunda de maior quantidade, 14% se distanciam tanto de *Cachaça* quanto das outras formas que tiveram menor ocorrência.

Cachaça não apenas se estabelece como o elemento de maior ocorrência, como está presente em todos os tipos de variáveis controlados: capital e interior, para variação diatópica; na fala de homens e mulheres, na variação diassexual; na resposta das pessoas de ambas escolaridades, variação diastrática. Logo, comporta-se como um elemento prototípico em Sergipe, conforme resultado quantitativo e qualitativo apresentado pelos informantes. O estudo do protótipo foi realizado inicialmente por Eleanor Rosch, na década de 1970, ao trabalhar com a categorização das cores, das aves e de outras classes. Para o estudo das denominações para Aguardente em Sergipe, traz-se a abordagem de Teixeira (2005, p. 3), que percebe o protótipo como “[...] um ‘modelo mental de base’, através do qual configuramos determinada parte da realidade que sistematizamos num particular item lexical”.

Pinga apresenta o mesmo comportamento de representatividade que *Cachaça*, embora o quantitativo seja menor em 29 pontos percentuais, o

que não impede que, juntamente com *Cachaça*, componha o centro da rede de prototipicidade para a denominação da bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar. O mesmo não poderá ser concluído a respeito de *Aguardente*, que ocorreu apenas para falantes homens, moradores da capital e com escolaridade universitária. Dessa forma, os outros itens léxicos que fazem parte dessa rede onomasiológica das respostas dos informantes de Sergipe, ocupam um lugar periférico na categoria.

Reforçando a interpretação que considera a rede de prototipicidade de *Cachaça*, destaca-se o fato de esse item lexical ter ocorrido como a resposta única de três informantes sergipanos. Os outros treze informantes apresentaram mais de um item em suas respostas, dos quais, sete disseram *Cachaça* como o primeiro item, o que equivale a 54% da lexias apresentadas como respostas. As que correspondem aos 46% foram *51*, *Pinga*, *Limpa* e *Aguardente*.

Além disso, *Cachaça* pode se configurar como um modelo mental prototípico levando-se em consideração o contexto de realização da pergunta e da obtenção da resposta, o que revela a presença constante desse item léxico nas práticas discursivas entre os informantes e os inquiridores.

A sinonímia⁵ se fez explicitada na resposta do informante homem, faixa etária 1, ensino fundamental de Propriá, como se pode verificar no exemplo abaixo.

INF. Limpa.

INQ. *Hum...*

INF. É limpa, *o pessoal chama aqui de limpa.*

INQ. *Que outro nome pode chamar?*

INF. *Não, é isso mermo, é limpa.*

INQ. *A pessoa vai assim tomar uma bebida e diz vou tomar um gole de quê?*

INF. *Cachaça*

INQ. *É?*

5 No decorrer da entrevista linguística, o informante homem, faixa etária 1, ensino fundamental de Propriá respondeu à pergunta 182 do QLS, “Como se chama a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar”, apresentando as informações que seguem no diálogo.

INF. É. É, de limpa

INQ. *Cachaça e limpa é igual, igual?*

INF. É.

(Homem, faixa etária 1, ensino fundamental, Propriá, grifos nosso)

O informante ratifica a afirmação do inquiridor dizendo que *Limpa* e *Cachaça* são iguais. Na interação, vê-se inquiridor (INQ) e informante (INF) conceptualizarem *Limpa* como sinônimo de *Cachaça*, ou seja, é possível usar um pelo outro, no contexto em questão, com equivalência de sentidos. *Limpa* se constitui sinônimo denotacional de *Cachaça*, levando em consideração o contexto em que a forma ocorre, que, no caso em questão, refere-se à bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar.

Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 91-92), a metonímia ocorre quando “estamos usando uma entidade para nos referirmos a outra que é relacionada a ela”. Nesse sentido, os nomes-marca *51*, *71*, *21*, *Pitú* ocorrem como metonímias do tipo marca pelo produto, já que são marcas de bebidas alcoólicas feitas da cana-de-açúcar e foram utilizadas para se referirem à *Cachaça*, como se pode ver na fala da mulher, faixa etária 2, ensino fundamental, de Propriá.

INF. É... *Eu chamo Cachaça.*

INQ. *Hum... E chama de outro jeito? Tem outro jeito de chamar?*

INF. *Tem muitos. Aqui chamam Pitú, né? É... 21, 71, mas a verdadeira mesmo, que é feita na roça como diz o povo é... é a cachaça.*

(Mulher, faixa etária 2, ensino fundamental, Propriá, grifos nosso)

Pura e *Limpa*, além de serem indicadas como sinônimos denotacionais, são também usos de natureza metonímica, do tipo parte pelo todo, pois foram utilizadas para se referirem à *Cachaça*, destacando-se o aspecto da limpeza e da pureza, como se pode ver na fala da mulher de Aracaju, faixa etária 2, de nível de escolaridade universitária.

INF. Cachaça? Cachaça?

INQ. *Sim, tem outro nome por aqui?*

INF. *Não, acho que não. Tem assim, o nome acho que o povo que gosta de tomar diz: 'me dê aí uma pura'. 'Ô me dê uma limpa'*

INQ. *É?*

INF. *É, porque é a cachaça limpa, né? Sem nenhuma...*

INQ. *– Nenhum outro produto.*

INF. *Isso, é.*

(Mulher, faixa etária 2, universitária, Aracaju, grifos nosso)

5 E PARA FECHAR A CONTA...

Neste estudo, verificaram-se as respostas para a pergunta 182 do QSL do Projeto ALiB por parte dos informantes do estado de Sergipe que foram: *Cachaça, Aguardente, Pinga, Pitú, 51, Limpa, Pura, 21, 71, Cana, Caninha, Fubua*. Verificou-se que *Cachaça* é a forma de maior produtividade no uso dos informantes de Sergipe, podendo ser considerada como protótipo da categoria de itens léxicos que compõem o conceito da bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar e segue acompanhada de *Pinga e 51* no eixo central da prototipicidade.

O fato de não ocorrer inquérito sem resposta revela que a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar é de conhecimento de todos os informantes, apresentando-se variação nos usos, mas não desconhecimento da bebida, o que pode indicar que a produtividade da variação poderá ser alta no estudo que envolve os nove estados do Nordeste, pois se trata de uma bebida genuinamente brasileira; portanto verificar a intensidade da relação entre a identidade do brasileiro e essa bebida é um grande desafio que pode contar com a contribuição dos estudos vinculados ao dados do Projeto ALiB .

As análises dos dados direcionados à sinonímia e à metonímia revelaram que uma análise semântica dos dados com base na linguística cognitiva gera resultados muito interessantes à pesquisa, configurando importante e necessária a interdisciplinaridade entre a dialetologia e a linguística cognitiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. A. D. A categorização à luz da sociolinguística cognitiva: diferentes organizações de mundos possíveis. In: ATAIDE, C. A.; SOUSA, V. V. (org.) *Língua, texto e ensino: descrições e aplicações*. Recife: Pipa Comunicação, 2018. p. 269-284.
- BALDINGER, K. Semasiologia e onomasiologia. *Alfa*, São Paulo, v. 9, p. 7-36, 1966.
- BRASIL. Decreto nº 4.062, de 21 de dezembro de 2001. Define as expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil” como indicações geográficas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 244, p. 1-4, 26 dez. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D4062.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.
- CALASANS, J. *Cachaça, Moça branca: um estudo do folclore*. Salvador: Edufba, 2014.
- CAVALCANTE, M. S. *Todos os nomes da cachaça*. São Paulo: Sá, 2011.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil. Questionários*. Londrina: EdUEL, 2001.
- COSERIU, E. Fundamentos e tarefas da sócio- e da etnolinguística. In: MELLO, L. A. (org.). *Sociedade, Cultura & Língua: ensaios de sócio e etnolinguística*. João Pessoa: Shorin, 1990. p. 28-49. Disponível em: <http://www.romling.uni-tuebingen.de/coseriu/publi/coseriu247.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- GOMES-DIAS, D. Humboldt é nosso pai: ensaio sobre a cultura, a linguagem e a etnolinguística. *Macabéa – revista eletrônica do Netlli, Crato*, v. 8, n. 2, p. 323-337, 2019. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1934>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- IBGE. *Sergipe: cidades e estados*. Brasília, DF: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se.html>. Acesso em: 6 ago. 2020.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ., 2002. (Coleção As faces da linguística aplicada)
- LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. *Uol*, São Paulo, 2015 online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 18 set. 2020.

SEABRA, M. C.T. C. Cachaça: cultura, origem, variações. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador: n. 52, p. 6-23, 2015. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/article/view/15461>. Acesso em: 5 ago. 2020.

SILVA, A. S. Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Cognição*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 27-53, 2010.

SILVA, J. M. *Cachaça: o mais brasileiro dos prazeres*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Anhembi Morumbi, 2008.

SOUTO MAIOR, M. *Dicionário Folclórico da Cachaça*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

TEIXEIRA, J. Organização conceptual das categorias e a lexicalização de um protótipo (fruta). *Diacrítica – Série Ciências da Linguagem*, Braga, n. 19, p. 239-280, 2005.

A IDENTIDADE SOCIAL DE FAIXA ETÁRIA EM DADOS LEXICAIS DE ASTROS E TEMPO DO PROJETO ALiB

Ana Rita Carvalho de Souza

Marcela Moura Torres Paim

1 PRIMEIROS PASSOS

Os estudos lexicais, no Brasil, têm ganhado notoriedade à medida que expandem o diálogo com outras ciências. Esse diálogo se faz necessário, pois explicar determinados usos linguísticos exige um detalhamento que, às vezes, somente dentro da própria ciência linguística não é suficiente. Essa mobilidade, observada do diálogo com outras ciências, atribuída ao léxico das línguas é reflexo da capacidade que o ser humano tem de se adaptar aos inúmeros cenários em que atua. Os diversos papéis assumidos pelos indivíduos, em seu cotidiano, determinam quais aspectos da língua serão utilizados e, por isso, considera-se que o contexto em que cada situação ocorre precisa ser avaliado.

Nesse sentido, toma-se como base o conceito de identidade social, apresentado pelos psicólogos sociais Henri Tajfel e John Turner (1986), que é tratado como o sentimento de pertencimento do indivíduo a um determinado grupo. Sabe-se que, esse mesmo sujeito, por sua existência, assume diversos personagens que lhe solicitam um conjunto de caracteres diferentes, entre eles a língua, para completar o processo de atuação em cada espaço. Esse personagem pode ser: homem/mulher, pai/mãe, filho/filha, esposo/esposa, trabalhador/trabalhadora – autônomo ou não –, entre tantos outros papéis que são assumidos constantemente pelas pessoas. E é desse modo que o léxico das línguas demonstra toda a sua capacidade de adaptação, como meio de encaixar os indivíduos nesses *frames*¹ sociais.

1 A expressão *frames* é utilizada com sentido de padrão, de enquadre, de formato predefinido.

No Brasil, existe uma variedade de grupos de trabalho que se debruçam a estudar as escolhas lexicais dos falantes de Português Brasileiro (PB), a partir de diálogos com outras ciências como a dialetologia, a história, a filosofia, a etnografia etc. Entre muitos grupos, pode-se citar:² o Grupo Nêmesis (UFBA), o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL/UFBA), o Núcleo de Estudos Lexicais (NEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB / UFBA), que têm trazido notáveis considerações sobre o léxico do PB em diálogo com outras ciências do conhecimento que complementam os estudos lexicais.

Com relação ao Projeto ALiB, destaca-se que por ser um projeto de amplitude nacional, ele é concebido com a premissa básica de descrever a realidade linguística brasileira, no tocante à língua portuguesa, além de oferecer aos interessados, um volume de dados que permita análises em todos os níveis linguísticos e em diferentes perspectivas. Segundo Cardoso (2010, p. 169), o Projeto ALiB “está fundamentado nos princípios gerais da geolinguística pluridimensional, que se atenta, também, às implicações de natureza social as quais não se pode, no estudo da língua, deixar de considerar”.

A autora ainda destaca que, com esse método “dialetologia e sociolinguística se encontram e juntas caminham”. (CARDOSO, 2016, p. 28)

Por exemplo, o volume 2 do ALiB (CARDOSO et al., 2014b) comprova essa assertiva, pois nele se esboça, com evidência, a vantagem da união de dados diatópicos com diastráticos, diageracionais e diassexuais, entre muitos, o que torna a geolinguística uma metodologia atual, com uma visão prospectiva. Dessa forma, tem-se, no referido projeto, a possibilidade de avaliar dados linguísticos orais em diálogo com inúmeras ciências que, juntas à dialetologia, podem auxiliar na descrição do PB.

Partindo do olhar espacial e social, configurado ao Projeto ALiB, selecionou-se um conjunto de dados orais inéditos para descrever, no nível

2 Para mais informações sobre os grupos de pesquisa mencionados. Grupo Nêmesis ver: <https://gruponemesis.ufba.br>, Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL) ver: <https://gefill.ufba.br>, Núcleo de Estudos Lexicais (NEL) ver: <https://www.facebook.com/NELPPGELBA> e Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) ver: <https://alib.ufba.br>.

lexical, a variedade de uso encontrada no espaço geográfico. Não obstante, como preconiza a geolinguística pluridimensional, considerou-se nessa análise o cruzamento dos dados lexicais descritos com o aspecto diageracional controlado pelo projeto. Os resultados parciais apresentados nesse estudo destacam que através do uso de marcadores discursivos, como: “os antigos”, “quando eu era pequeno”, “minha avó falava assim” e outros, é possível identificar elementos determinantes da identidade social de faixa etária, observados no discurso e que estão intimamente ligados ao léxico utilizado por estes informantes.

2 REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE SOCIAL DE FAIXA ETÁRIA

Pesquisar a linguagem dos idosos não é trabalho específico da linguística. Existe um grande interesse nessa área por várias razões, entre elas “identificar transformações e detectar as causas de possíveis mudanças que ocorrem no processo de envelhecimento”. (BRANDÃO; PARENTE, 2001, p. 37) Com essa afirmação, percebe-se que através do estudo da linguagem, é possível observar características específicas de uma geração e, ainda, de vários grupos de pessoas inseridos nessa geração, delimitando, mais claramente, a identidade social de faixa etária.

Segundo Perissé e Marli (2019, p. 22), com base nos dados da Projeção da População, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualizados em 2018, a população idosa do Brasil deve crescer nas próximas décadas, ou seja, daqui a 20 anos um quarto da população terá mais de 60 anos, enquanto que o índice de crescimento da população de até 14 anos, não passará dos 16,3% no mesmo período. O índice de envelhecimento, como é chamada a relação entre os percentuais de jovens e idosos, segue uma tendência mundial que é de ter menos jovens e mais idosos até 2060. Isso se explica pela queda na taxa de fecundidade em relação ao aumento da expectativa de vida do brasileiro, que pode chegar até aos 81 anos para os nascidos até 2060.

Seguindo estas projeções e pensando na melhoria da qualidade de vida destes indivíduos é que foi promulgada a Lei nº 10.741 de outubro de 2003, popularmente conhecida como “Estatuto do Idoso” com vistas a garantir os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O avanço em elaborar legislação específica para essa realidade, que se projeta, condiz com o crescente aumento no número de estudos sobre a “melhor idade” e todas as relações que ela projeta na sociedade como um todo. Entre os principais temas referenciados nesse documento, pode-se mencionar a abordagem de questões familiares, de saúde, discriminação e violência contra o idoso. Bastos (2019) afirma que “o estatuto busca, assim, a persecução de princípios e direitos fundamentais à vida humana. Entre eles, visa, principalmente, garantia da dignidade humana, princípio consubstanciado na Constituição Federal”.

Com efeito, todos esses avanços demonstram que o olhar direcionado a estes indivíduos tem resultado em inúmeras considerações, não somente sobre língua, mas também sobre cultura, sociedade, saúde, tecnologias e várias outras temáticas. Por isso, as relações estabelecidas ao longo dos anos pela população idosa brasileira são refletidas em atitudes e comportamentos que podem ser observados com o intuito de verificar mudanças e fazer projeções futuras em muitos aspectos, entre eles a língua.

Desse modo, quando se elege estudar um nível linguístico, como o léxico, de um grupo social específico, como os idosos, precisa-se considerar o caráter cultural, o caráter social e o caráter psicológico individual, como afirma Preti (1991). Nesse sentido, é possível afirmar que,

Na perspectiva de caráter cultural, existe a concepção de que os idosos devem ter um papel específico na sociedade em que vivem, de acordo com a tradição cultural a que pertencem; na segunda perspectiva, a de caráter social, há a visão de que a sociedade possui uma postura em relação aos idosos e, de acordo com ela, processam-se as relações sociais entre os idosos e os demais grupos etários; e por último, na perspectiva de caráter psicológico individual, encontramos a ideia de que uma pessoa é tão velha quanto imagina ser. (PAIM, 2012, p. 283)

Por isso, no conjunto de dados que foram selecionados para esta análise, propõe-se que eles sejam avaliados a fim de verificar marcas linguísticas transmissoras da construção, projeção e manutenção da identidade social de faixa etária, orientando-se pelos critérios destacados pela autora.

3 O PROJETO ALiB

Para este estudo, foi feita a seleção de 30 localidades, que estão sendo investigadas em pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora, no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA, com enfoque em áreas dialetais a partir do léxico observado e com defesa prevista para o primeiro semestre de 2021. Estas cidades fazem parte da rede de pontos do Projeto ALiB, localizadas na área que compreende o Falar Amazônico (NASCENTES, 1953) e adjacências. Nascentes (1953) dividiu os falares brasileiros, a partir de dados fonético-fonológicos, em dois grupos: os Falares do Norte, composto pelos subfalares Amazônico e Nordeste e os Falares do Sul composto pelos subfalares Baiano, Mineiro, Fluminense e o Sulista. A região central do Brasil, por possuir pouca informação naquele momento, foi assinalada como Território Incaracterístico.

As localidades que são investigadas, nesse caso, pertencem ao subfalar Amazônico e compreendem as seguintes cidades: Oiapoque, Macapá, Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Manaus, Benjamin Constant, Humaitá, Soure, Óbidos, Almeirim, Belém, Bragança, Altamira, Marabá, Jacareacanga, Conceição do Araguaia, Itaituba, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Porto Velho, Guajará-Mirim, Pedro Afonso, Natividade, Turiaçu, Imperatriz, Balsas, Alto Parnaíba, Aripuanã e São Félix do Araguaia, que pertencem a nove estados, distribuídos por três regiões brasileiras e que podem ser observadas na Figura 1:

Figura 1 - Rede de pontos do Projeto ALiB
pertencentes ao Falar Amazônico e adjacências



Fonte: adaptado de Teles (2018, p. 432).

O recorte analisado conta com a contribuição de 144 informantes estratificados em sexo; duas faixas etárias, faixa I – 18 a 30 anos e faixa II – 50 a 65 anos; e dois níveis de escolaridade, fundamental incompleto e universitário. Nas cidades do interior, foram entrevistados quatro informantes com pouca escolaridade, enquanto nas capitais foram inquiridos oito informantes com os dois níveis de escolaridade descritos. Neste trabalho, optou-se por dar enfoque à descrição lexical e ao aspecto diageracional, desconsiderando os outros aspectos sociais controlados pelo projeto.

Os dados, que foram coletados *in loco* pelas equipes de dialetólogos, foram catalogados através de audição sistemática dos inquiridos, transcritos e tabulados em planilha do *Microsoft Excel* para que fosse possível observá-los e fazer as devidas considerações. As questões selecionadas para o estudo fazem parte do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), que é composto por 202 perguntas distribuídas por 14 áreas semânticas. Nesse caso, a área semântica em questão é a dos Astros e Tempo, que contém 17 perguntas (questões de 22 a 38) e destas serão analisadas três, a saber:

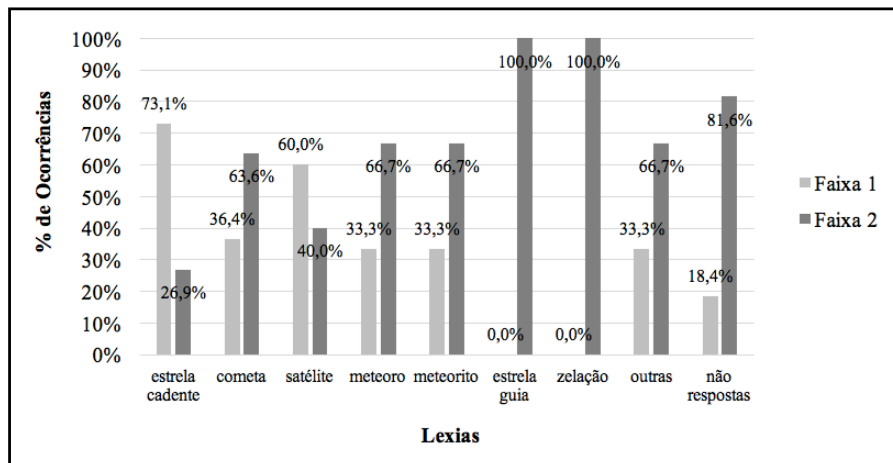
- a) QSL31 – De noite, muitas vezes, pode-se observar uma estrela que se desloca no céu, assim, (mímica) e faz um risco de luz. Como chamam isso?
- b) QSL32 – E quando se vê uma ____ (ver item 31), como é que se diz?
IDENTIFICAR OS VERBOS USADOS PARA EXPRESSAR O MOVIMENTO DA ESTRELA CADENTE.
- c) QSL33 – Numa noite bem estrelada, aparece uma banda ou faixa que fica no céu de fora a fora, onde tem muitas estrelas muito perto umas das outras. Como chamam esta banda ou faixa?

A partir das respostas dadas para estas perguntas, foi aplicado o filtro de faixa etária e coletados os exemplos em que, em seu conteúdo semântico, observaram-se traços de identidade social de faixa etária.

4 O QUE OS DADOS LEXICAIS DO PROJETO ALIB TÊM A DIZER SOBRE A IDENTIDADE SOCIAL DE FAIXA ETÁRIA?

Para a primeira questão estudada, que investiga os nomes para a “Estrela Cadente”, foram catalogadas sete diferentes lexias, que foram validadas, primeiramente, pela frequência de uso e em seguida pelo conteúdo semântico de cada uma. Conforme o gráfico 1, pode-se perceber que a barra chamada “outras denominações” indica que houve variedade de usos que não se enquadram em nenhum dos dois critérios utilizados. Estas outras denominações são: *Estrela d’Alva* com duas ocorrências, *Estrela de Cauda*, *Raio de Luz*, *Planeta* e *Estrelinha da Sorte* com uma ocorrência cada uma. As respostas validadas estão destacadas no gráfico 1, que também traz a estratificação diageracional, ou seja, o percentual dos nomes atribuídos ao referente, conforme a faixa etária dos informantes:

Gráfico 1 - Variação Diageracional para *Estrela Cadente*
na área do Falar Amazônico



Fonte: elaborado pelas autoras, com informações do Banco de dados do Projeto ALiB.

Pela leitura do Gráfico 1, observa-se que os informantes com mais idade apresentaram um repertório linguístico mais amplo, com maiores índices em cinco das sete lexias validadas, inclusive duas delas foram categóricas na fala dos idosos, *Estrela Guia* e *Zelação*. *Estrela Cadente* e *Satélite* apresentam índices maiores para os mais jovens, enquanto que as *não respostas* foram contabilizadas em maioria, na fala dos idosos. Esse alto índice de não respostas pode ser explicado pela “diminuição na velocidade de processamento cognitivo do idoso, promovendo um desempenho menos eficiente devido ao reduzido tempo de manutenção de informações necessárias para a resolução de problemas”. (BRANDÃO; PARENTE, 2001, p. 44)

O maior índice, para os idosos, de *outras denominações* também demonstra que as habilidades cognitivas, deste perfil de indivíduos, são modeladas pelo contexto histórico e cultural em que cada um está inserido. De acordo com as autoras, pela maior experiência de vida experimentada

pelos idosos, eles acabam por construir, projetar e manter determinados usos, sejam eles linguísticos ou não. Para complementar a análise, apresenta-se um exemplo de inquérito, em que o marcador discursivo faz alusão à identidade social de faixa etária:

Exemplo 1:

INQ.- *E a noite, muitas vezes, a gente percebe uma estrela que se desloca no céu assim. Como que chama?*

INF.- *A gente diz que é estrela que corre, né? [...], a gente faz um pedido que é um... um... uma boa sorte pra gente conseguir, tá entendendo? Alcançar uma graça, a gente faz um pedido, a estrela, a estrela que corre aí diz assim, **quando a minha mãe, a minha avó dizia assim** quando a pessoa, fulano tava (inint.), aquele linguarudo, a gente linguarudo que corre, ‘menina, tu viste a estrela correr’, porque fica falando demais contando as coisas né, aí diz assim: ‘tu vistas a estrela correr?’ **Assim que a minha avó dizia cum a minha mãe**, tava cum isso, tu viste a estrela correr? (risos)*

(Dados orais - Macapá, mulher, faixa 2, fundamental)³

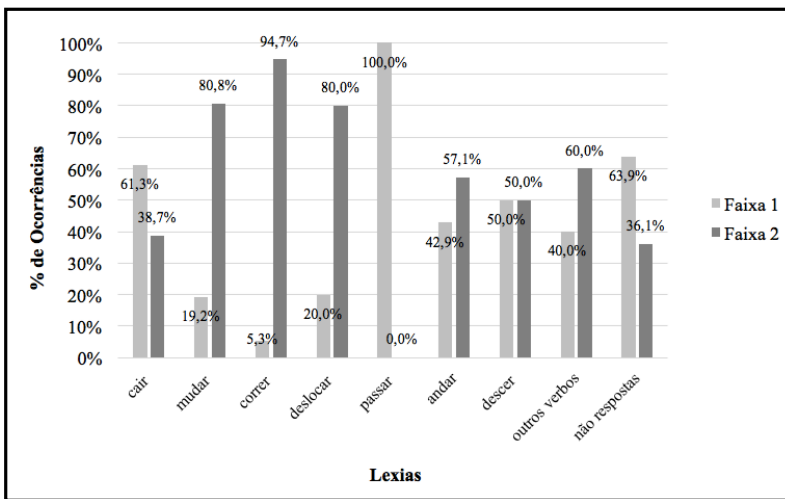
O destaque dado na fala dessa informante demonstra que a resposta dada por ela é parte de um conhecimento adquirido no grupo social da família. Pelo exemplo 1, se evidencia a importância de se considerar as respostas dadas para as perguntas feitas levando em consideração os grupos sociais que cada pessoa faz parte, pois eles são definidores de qual papel o indivíduo assumirá e, conseqüentemente, quais aspectos da língua serão cotejados para complementar este personagem. Nesse caso, quando ela afirma que “a minha mãe e a minha avó falavam assim” percebe-se que o fator diageracional está imbricado no enredo e que por ser uma expressão mais antiga, talvez não esteja na fala de outros informantes, ou por estar em desuso ou por ser específica deste grupo social.

Na segunda questão, que investiga os “Verbos de Movimento da Estrela”, também foram aplicados os mesmos critérios de validação de

3 Fonte: Banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

respostas utilizados na questão anterior. Constatou-se imensa variedade de verbos e de perífrases verbais, que, no contexto de cada entrevistado, referenciam o movimento feito pelo astro estudado na questão 031. No Gráfico 2, observa-se quais são esses verbos e a distribuição deles na fala de informantes jovens e idosos:

Gráfico 2 - Variação Diageracional para o *Movimento da Estrela Cadente* na área do Falar Amazônico



Fonte: elaborado pelas autoras, com informações do Banco de dados do Projeto ALiB.

Conforme destacado no Gráfico 2, os verbos *Cair*, *Mudar*, *Correr* e *Deslocar*, isolados ou em perífrases verbais, foram os mais utilizados e nestes dois últimos, observamos que os maiores percentuais são dos idosos. Os designados como *outros*, que também foram utilizados em sua maioria por idosos, são: *Movimentar*, *Trocar*, *Riscar*, *Despençar*, *Sair* e *Aparecer*. Como explicitado, essa amplitude vocabular observada nos idosos é parte do cerne cultural que eles carregam, conotam a riqueza das experiências vividas e do conhecimento acumulado ao longo dos anos. O verbo *Cair* + *Perífrases*, ao contrário das outras respostas, é a norma que predomina na fala dos jovens, contudo é neste

perfil que também se averiguou o maior número de *não respostas*. A partir dos exemplos seguintes, podem-se contextualizar as marcas de identidade social de faixa etária nas escolhas linguísticas destes informantes:

Exemplo 2:

INF.- É, isso mesmo. A **mamãe dizia** *que se a gente fala, que só de vê uma estrela... é... ela dizia assim: vê uma estrela correr, aí ela dizia: não fala, por que se contar pra outra pessoa vai ficar fuxiqueiro, (inint.) contando tudo que via, né? Não pode falar.* (Oiapoque, mulher, faixa 2, fundamental).

Exemplo 3:

INF.- É. O pessoal diz: ‘*Olha, correu a estrela! Ah isso é estrela-d’alva*’, *fala assim, né?*

INQ.- É. Não tem outro nome?

INF.- Desde criança *que eu vejo falar, né?* (Manaus, mulher, faixa 2, fundamental).

Exemplo 4:

INQ.- *Isso, tem um outro nome? Nome mais popular que a gente fala, fala: - Olha, aquela lá é uma estrela...*

INF.- Olha, os antigo sempre chama, *a estrela tá caindo.* (Benjamin Constant, homem, faixa 2, fundamental).

Exemplo 5:

INF.- Diz que a gente faz um pedido né, isso **minha vô falava faz um pedido pra estrela que parece que ela corre assim, né?** (Benjamin Constant, mulher, faixa 2, fundamental).

Exemplo 6:

INF.- Primeiro quando eu era pequeno, *no interior, a gente se assustava com aquilo parece que tá mudando de lugar né, parece um cometa... A gente chamava de cometa.* (Humaitá, homem, faixa 2, fundamental).

Exemplo 7:

INF.- *Eu aprendi da minha mãe que quando a gente vê uma estrela se deslocar, a gente até fazia tipo assim uma oração.* (Natividade, homem, faixa 2, fundamental).

Exemplo 8:

INF.- *Ah, é... A estrela caiu. Minha mãe falava muito, que a gente fazia um pedido, aquela coisa toda.*

INQ.- *E a senhora sabe como chama, o nome dessa estrela que dão?*

INF.- *Não, eu só sei que quando ela ia caindo **mamãe mandava a gente falar umas palavras.***

INQ.- *E dizia que a estrela caiu.*

INF.- *Caiu.* (Imperatriz, mulher, faixa 2, fundamental).

Exemplo 9:

INF.- *Aquelas estrelas, elas realmente eu não tenho o nome assim, porque aquelas estrelas sempre é... volta e meia você vê uma pra cá, tem outra pra lá, sempre tem uma deslocando.*

Os antigo dizia assim: *‘aquela estrela, ela tá saindo do lugar dela, se mudando, ela tá saindo de um lugar para o outro, ela tá fazendo a mudança’, agora é ou não é eu num sei, sempre a gente via: ‘você viu como é que aquela estrela tá se mudando de um lugar pro outro?’*

(Dados orais - Aripuanã, homem, faixa 2, fundamental)⁴

Com a questão 032, que envolve uma contextualização para a resposta dada, foi possível perceber mais marcadores que indicam o fator tempo agindo nas escolhas linguísticas dos entrevistados. Como no exemplo 1, temos aqui outros exemplos que trazem o grupo social familiar como importante espaço de aprendizados que se fixam na memória de longo prazo e que ao longo da vida serão cotejados pelos enredos em que estivermos atuantes. As expressões como “desde criança”, “os antigos” e “quando eu era pequeno”, evidenciam o aspecto temporal no discurso e, por isso, é válido destacar que “o papel da memória é tradicionalmente valorizado entre os mais velhos, assim como suas lembranças constituem patrimônio coletivo, expresso e revivido

4

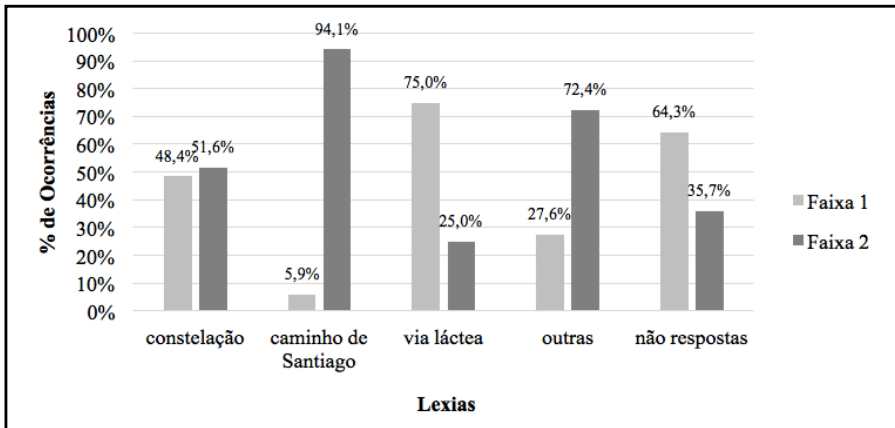
Fonte: Banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

permanentemente no contato com novas gerações, sejam crianças ou adultos”. (PAIM, 2012, p. 290)

De acordo com Brandão e Parente (2001), estudos de ordem psicossocial se interessam no entendimento do processamento das informações por parte dos idosos, o que contribui com a ênfase na diversidade individual, mas também, no contexto para explicar o modo como as habilidades manifestam-se ao longo da vida. Desse modo, enfocam na descrição do ambiente social no qual o desempenho cognitivo do sujeito está inserido. Essa afirmativa pode ser percebida quando analisamos as respostas do QSL033. As histórias individuais de cada entrevistado, mesmo que não descritas nos inquéritos, podem ser inferidas através das respostas e dos comentários feitos por cada um no momento das entrevistas.

A partir da análise do Gráfico 3, é possível se fazer algumas considerações acerca das possibilidades da realidade projetada interligada ao processo cognitivo dos indivíduos:

Gráfico 3 - Variação Diageracional para *Via-Láctea* na área do Falar Amazônico



Fonte: elaborado pelas autoras, com informações do Banco de dados do Projeto ALiB.

Conforme se observa, as duas lexias mais produtivas, do ponto de vista da frequência de uso, foram utilizadas em sua maioria pelos informantes com mais idade. No entanto, a variedade considerada de prestígio, *Via-Láctea*, está mais presente na fala dos jovens. As denominações caracterizadas como *outras* demonstram mais uma vez que o amplo repertório linguístico dos idosos é reflexo do olhar múltiplo dado para as situações em seu cotidiano. São elas: *Caminho de São Jorge*, *Caminho de São Pedro*, *Caminho de Ave Maria*, *Caminho de Nossa Senhora*, *Caminho de Jesus*, *Estrelação*, *Silsi*, *Satélite de Estrelas*, *Estrada de São Jorge*, *Penhasco de Estrela*, *Sete Estrelas* e *Três Marias*. Pelas nomenclaturas se depreende que a motivação de ordem religiosa permeia o imaginário deste perfil de informantes e que esse processo de nomear esse universo desconhecido, porém fantástico, pode estar associado à ideia de que, o que é belo e grande origina-se na figura do divino que faz parte do universo dos indivíduos.

Os exemplos 10 e 11, além de atestarem que a religiosidade é um fator que está mais presente da fala dos idosos, do que dos jovens, também apresenta as marcas de identidade social de faixa etária que constroem, projetam e mantêm aspectos sociais e culturais acessíveis na mente destes falantes.

Exemplo 10:

INF.- Era caminho de São Jorge, *que era aquelas estrelinhas, aquela faixa com aquele caminho todinho assim né*, caminho de São Jorge.

INQ.- Tá ótimo. (Macapá, mulher, faixa 2, fundamental).

Exemplo 11:

INF.- Já ouvi, **hoje em dia**, *a gente já não fala mais com os filhos, né? Ainda mais porque eles não têm esse interesse, né? O interesse deles é computador (risos). Quando via, tem uns que falava assim: os três reis magos, três marias, o pessoal dava muitos nomes pras estrelas antigamente, foi do tempo de não sei... né... antes de Cristo... cada um inventa uma história diferente, mas o mais comum mesmo é os três reis*

magos ou o pessoal católico usa um nome pra essas estrelas, que elas são a mãis mesmo, mas eu não me lembro bem.

(Dados orais - São Félix do Araguaia, mulher, faixa 1, fundamental).⁵

No exemplo 10, a utilização do verbo no passado nos dá o indicativo de que, para essa informante, hoje não é mais assim, mas um dia já foi. Já, no exemplo 11, a expressão “hoje em dia” seguida do complemento “a gente já não fala mais com os filhos” é um indicativo de que a informação que ela dá foi adquirida no grupo social familiar, mas que essa tradição não se perpetua na nova geração. O aspecto temporal aqui é evidente. Outro detalhe está na expressão “o pessoal dava muitos nomes pras estrelas antigamente”. O termo “antigamente”, claramente, marca o tempo no discurso da informante. A informação que ela está transmitindo naquele momento não é dessa geração, mas de outra que já passou. Nesta fala, ainda percebe-se a construção, a projeção e a manutenção da identidade social religiosa como provedora de conhecimentos e mantenedora de costumes e memórias e que, associadas ao fator diageracional pode indicar uma mudança de hábitos e de tradições nas gerações mais novas.

5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este estudo buscou averiguar, em dados orais de natureza geolinguística, marcadores discursivos que fossem capazes de identificar a identidade social de faixa etária, bem como demonstrar que a população idosa brasileira carrega consigo traços sociais e culturais que podem facilmente ser observados através das escolhas lexicais feitas por eles. Buscou-se, também, destacar a necessidade de estudar esse perfil de informantes em pesquisas de diversas áreas, visto que a vida muda e, com ela, a língua se molda. Monitorar essas mudanças torna-se mais simples quando se observa a população idosa, pois eles constroem, projetam e mantêm ao longo dos anos a bagagem que determina toda a

⁵ Fonte: Banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

história de uma geração e de grupos dentro dessa geração. Desse modo, pôde-se considerar, com esta análise, que as práticas de significação de mundo estão refletidas nas falas das pessoas e, em especial, dos idosos entrevistados e que o Projeto ALiB tem cumprido seu papel de descrever, dentro do que lhe é possível, o português falado no Brasil.

As questões eleitas para o estudo demonstraram que as pessoas apresentam uma capacidade cognitiva de manter informações armazenadas em sua mente e acessá-las sempre que os enredos sociais lhe são cogitados. A diferença de acesso a estas informações, observada entre jovens e idosos, pode estar na redução do tempo de percepção da informação, ou seja, os idosos podem demorar mais para acessar determinadas informações na memória. Contudo, as experiências vividas por estes indivíduos de mais idade lhes garantem maior maleabilidade no momento da interação. Sendo assim, avaliar as respostas dadas pelos informantes, em qualquer contexto, devem sempre levar em consideração o cenário em que ocorrem e os atores que ali atuam.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. Estatuto do idoso: conheça os principais artigos e direitos envolvidos. *Blog Sajadv*, [s. l.], 19 mar. 2019. Disponível em: [https://blog.sajadv.com.br/estatuto-do-idoso/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20Estatuto,superior%20a%2060%20anos%20\(art.&text=Para%20tanto%2C%20aborda%20quest%C3%B5es%20familiares,e%20viol%C3%A4ncia%20contra%20o%20idoso](https://blog.sajadv.com.br/estatuto-do-idoso/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20Estatuto,superior%20a%2060%20anos%20(art.&text=Para%20tanto%2C%20aborda%20quest%C3%B5es%20familiares,e%20viol%C3%A4ncia%20contra%20o%20idoso). Acesso em: 29 jul. 2020.

BRANDÃO, L.; PARENTE, M. A. M. P. Os estudos de linguagem do idoso neste último século. *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*, Porto Alegre, v. 3, p. 37-53, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências sobre a pessoa idosa. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 14o, n. 191, p. 1-6, 3 out. 2003.

CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; AGUILERA, V. A. et al. *Atlas Linguístico do Brasil*: introdução. Londrina: EdUEL, 2014a. v.1.

CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; AGUILERA, V. A. *et al. Atlas Linguístico do Brasil: cartas linguísticas*. Londrina: EdUEL, 2014b. v.2.

CARDOSO, S. A. M. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, S. A. M. Um pouco da história do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB). *In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; RIBEIRO, S. S. C. Documentos 6: projeto Atlas Linguístico do Brasil, histórias e memórias*. Salvador: Quarteto, 2016. p. 23-29.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Questionários 2001*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

PAIM, M. M. T. A variação diageracional nos dados do Projeto ALiB. *In: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M.; PAIM, M. M. T. (org.). Documentos 3: projeto atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Vento Leste, 2012. p. 281 – 301.

PERISSÉ, C.; MARLI, M. Caminhos para uma melhor idade. *Retratos: a revista do IBGE*, Rio de Janeiro, n.16, p. 18-24, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

PRETTI, D. *A Linguagem dos Idosos: um estudo da análise da conversação*. São Paulo: Contexto, 1991.

TAJFEL, H.; TURNER J. The social identity theory of intergroup behaviour. *In: WORCHEL S.; AUSTIN W. G. (ed.). Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson-Hall, 1986. p. 7–24.

TELES, A. R. T. F. *Cartografia e georreferenciamento na geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formulados por Antenor Nascentes*. 2018. Tese. (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

A VIDA E OS COSTUMES DO CAMPO: O QUE O LÉXICO REVELA SOBRE A MIGRAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DOS CIGANOS

*Geysa Andrade da Silva
Silvana Soares Costa Ribeiro*

1 INTRODUÇÃO

A língua humana vai além dos seus componentes biológicos individuais, ela é eminentemente social e cultural, e, por isso mesmo, resultado das experiências vividas individualmente – conhecimentos, habilidades, crenças, valores, ideias, preconceitos, superstições etc. – e na coletividade. Ao mesmo tempo que a língua é psíquica, está dentro do ser humano, no espaço cerebral, ela sofre influência da sociedade, pois é de natureza social e só faz sentido mergulhada nela; portanto, língua e sociedade são indissociáveis: não se separa quem fala de onde se fala, o uso engloba aqueles componentes individuais e sociais – históricos, políticos, econômicos, culturais, étnicos, religiosos, etc. É exatamente por sujeitar-se a essa interferência social da comunidade que a língua é viva; se assim não fosse, ela se petrificaria.

O aspecto sociocultural da língua é flexível, permitindo fluxo e refluxo das intervenções de outras comunidades; os indivíduos tanto recebem influência cultural de membros de outras comunidades, como exercem influência sobre eles. Língua faz-se de relações e interações. A herança cultural do indivíduo é ativada cognitivamente pela língua, paralelo ao fato de coevoluir com os avanços culturais da sociedade, torna-se continuamente um processo nunca acabado, sempre variável e mutante, pois a língua não é um produto pronto, ela vive transformando-se ao sabor da cultura e do cognitivo dos falantes.

Este estudo busca alcançar aspectos da língua que levem à compreensão de marcas de práticas culturais próprias de comunidade tradicional, debruçando-se sobre o que revelam os informantes ciganos sobre o nomadismo do grupo *Calon*. A pesquisa é parte da tese de doutorado em elaboração, sob a orientação da coautora deste capítulo. Metodologicamente para este estudo, constituiu-se um questionário adaptado para a realidade da etnia; tal instrumento foi aplicado em comunidades ciganas e, posteriormente, transcrito visando à análise dos dados.

Para escolha de uma rede de pontos que fosse adequada ao fenômeno a ser estudado, localizaram-se cidades que tivessem em seus territórios assentamentos de comunidades ciganas há, no mínimo, 20 anos, para observar se haveria interferências culturais nos grupos tradicionais. Deste ponto de vista, foram selecionadas: (i) na Mesorregião do Centro-Norte Baiano, a cidade de Jacobina, (ii) na Mesorregião do Sertão do Pajeú Pernambucano, a cidade de Tabira e (iii) na Região Metropolitana de Patos, a cidade de Condado.

A população investigada é de 18 informantes – seis por cidade –, são do sexo masculino e feminino distribuídos com equidade; quanto ao fator faixa etária, pertencem à faixa I – 18 a 28 anos –, faixa II – 33 a 52 anos – e faixa III – de 58 a 72 anos – distribuídos com regularidade. Dado ao nomadismo dos grupos, não são necessariamente naturais da localidade perscrutada. Ainda considerando as características próprias da etnia nômade, a frequência à escola é sempre irregular ou muitas vezes nula. Dessa forma, a variável escolaridade é controlada, mas não é fator de abordagem comparativa.

O estudo, que vem abordado neste capítulo, toma por base a coleta de dados obtida por meio de um questionário, elaborado especificamente para aplicação em comunidades ciganas. O instrumento de coleta de dados conta com 130 questões, organizadas em nove módulos – atividades pastoris, corpo humano, ciclo da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios e atitudes linguísticas. Para o recorte aqui apresentado, parte-se do módulo *Atividades Pastoris*, que contém 11 questões, das quais foram selecionadas três

para compor o *corpus* que vem descrito no capítulo. (Quadro 1 – Questionário das Atividades Pastoris – parcial)

Quadro 1 - Questionário Atividades Pastoris - parcial

| QUESTÃO | PERGUNTA |
|---------|---|
| 01 | Você chegou a ser nômade (itinerante, viveu mudando de cidades)? |
| 02 | Se a resposta for sim. a. Você gostava mais daquela época ou de hoje? b. O que era bom naquela época? c. Quais as grandes dificuldades? |
| 03 | Se a resposta for não. a. Você imagina quais as dificuldades que eles passavam? b. Ouviu falar de algumas? c. Quem lhe contou essas histórias? |

Fonte: elaborado pelas autoras.

A principal abordagem que apoia a análise que segue é qualitativa, não haverá detenção a um conteúdo quantitativo; para tanto as discussões estão embasadas na ciganologia – preocupada com a origem, tradições e costumes do povo cigano, sendo campo de etnologia interdisciplinar emergente –, na lexicologia – ocupada com o estudo do léxico nas suas diferentes estruturas e, aqui, especificamente, na natureza das lexias em relação a outros vocábulos da mesma língua – e na dialetologia – interessada no estudo da variação diatópica e utilizando o método da geografia linguística, abarcado nesta pesquisa, e na observação da diferença dialetal feita a partir do levantamento de traços regionais da língua utilizada pelos *Calon* e de sua interpretação.

O estudo do léxico vem permitindo diversas pesquisas factíveis e, como consequência positiva disso, observa-se que os pontos de análise a serem considerados nos estudos são bastante diversificados. O recorte da pesquisa de doutoramento aqui trazida é mais um desses possíveis resultados promissores

e tem um aporte significativo, porque trata de um campo de investigação com potencial considerável, além de ser realizada dentro de uma comunidade tradicional com pouquíssimos registros, no geral, de natureza antropológica.

2 HOUE UMA OPÇÃO PELO CAMINHAR?

Lendas, mitos e poesias registram a origem dos ciganos; como povo ágrafo, a história vem das interpretações feitas por eles. Segundo Pereira (2016, p. 35) em 1600 d.C. o mundo passou a ter o povo cigano como parte da sua história, as primeiras anotações datam dos anos 1000, “o problema da origem dos ciganos é, para os ciganólogos, o mesmo que a origem dos homens para os antropólogos”. Não só a origem, mas também a dispersão pelo mundo é um tema amplamente discutido. No que se refere ao exposto, não há consenso entre os pesquisadores e a temática origem e dispersão continua promovendo debates entre os estudiosos da ciganologia, da antropologia, da sociologia, dentre outros campos/áreas das ciências humanas.

Daquela época, ainda próxima ao que se sabe aos anos 1000 e seguintes, pouco se sabe sobre o grupo, mas acredita-se que ali iniciaram a vida nômade por não se adaptarem ao regime de castas que impõe uma ordem social. Por serem declarados *párias/dalit*, teriam, portanto, que exercer trabalhos desprezíveis, envolvendo lixo, esgoto e tratamento de corpos de mortos. Aos seus descendentes restava ainda o destino de continuar sendo considerados excluídos. Os ciganos arrastavam consigo todos os demais componentes das famílias.

O choque de cultura – advindo, no geral, do conhecimento da cartomancia e quiromancia ou do trabalho com ferro e fogo – foi se revelando nos territórios que cruzavam. Os ciganos recebiam atitudes severas por parte das autoridades, uma legislação anticigana, que durou aproximadamente quatro séculos e que deixou vestígios marcantes na relação desses com os não ciganos. A opção pelo caminhar, o nomadismo, dá-se diante da humilhação e na busca por preservar as tradições.

O grupo *Calon*, alvo da pesquisa, é composto por ciganos que chegaram ao Brasil a partir de Portugal e Espanha, diferente dos demais grupos que procederam de outros países, dentre eles também os *Rom* e os *Sinti*. Seu nomadismo tem fundamento nos negócios, embora, hoje, no Brasil, apenas 1/3 caminha o tempo todo e vive em barracas. No geral, são comerciantes de automóveis e similares, de peças de tecido como colchas e tapetes, de acessórios como joias ou semijoias – artefatos ou objetos confeccionados em ouro ou prata – e são praticantes de agiotagem.

O nomadismo trouxe para esse povo tradicional, por parte dos não ciganos, uma imagem associada à infração, ou, pelo menos, a uma suspeita; todavia, a prática do caminhar e do pouco vínculo com o sedentarismo, sempre lhes deu a liberdade, desvinculou-os do relógio e dos trabalhos formais, itens mensuráveis no padrão capitalista, que impulsionam a construção econômica de uma cidade. Não realizam – pelo menos de forma generalizada – tarefas rotineiras, no teor laborativo, vivem de contatos informais para os negócios.

É importante ressaltar, que nos tempos de hoje, o estilo de vida nômade não é determinante para definição de cigano, embora possa constituir identificação, mas não alcança resposta plena. É necessário analisar estilo de vida, práticas culturais, razões étnicas e hereditariedade. Atualmente, verifica-se uma tendência à fixação dos ciganos nas cidades e à constituição de um endereço. Os motivos para a fixação *versus* não fixação são diversos e não aplicáveis sistemática entre os diversos grupos.

3 DO ESTEREÓTIPO AO MOSAICO MULTICULTURAL DA ETNICIDADE

O que é ser cigano? Para além do entendimento superficial do imaginário dos não ciganos, da exotização de um povo culturalmente diferente do conjunto de tradições, crenças e costumes do grupo nacional e do reducionismo do *status* construído por uma série de dúvidas e pré-julgamentos, um estereótipo, em suma, negativo, pensar em “ser cigano” é deparar-se com

um mosaico de práticas culturais desse povo – seu nomadismo e sedentarismo, seus objetos, suas vestimentas e acessórios, suas práticas comerciais e religiosas, sua organização interna, seus costumes e ritos, sua oralidade como defesa dos seus valores culturais e de sua língua.¹

A denominação genérica de que o povo cigano tem uma unidade na tradição, não é comprovada *in loco*, há diferenças incontestáveis entre grupos e subgrupos desse povo, sejam os mais conhecidos – *Calon, Rom, Sinti* – ou não; e até mesmo entre os *Calon* em si – base deste estudo. Em pesquisa de campo na Bahia, Pernambuco e Paraíba, detectaram-se diferenças nos seus ofícios, nos seus trajes, no rito do casamento, na prática da endogamia e muitas outras, provavelmente como reflexo do processo de assimilação cultural das regiões por onde andaram e foram se sedentarizando, resquícios daqui e dali do convívio com outros povos e culturas; caracterizado, portanto, pela diversidade.

Busca-se, então, engrossar o grupo acadêmico que olha os ciganos por meio de sua própria cultura e analisa os elementos que são constituintes da sua identidade na sua própria descrição e léxico. O desvendar começa pelo etnônimo que recebem:

A palavra cigano vem de ATKINGANO, vocábulo de origem grega que o povo desse país usava para nomear uma seita de músicos e adivinhos que era conhecida no Império Bizantino desde o século VIII. Já no século XIV, os gregos passaram a confundir as pessoas da seita com aquele povo que por ali chegava e passaram a designá-los por *atkinganos*. (PEREIRA, 2016, p. 36, grifo do autor)

Os ciganos não possuem um território geográfico próprio ao qual se vinculem traços históricos, afetivos, culturais e valores do povo; no entanto, há uma ideologia, uma identificação com uma especificidade sociocultural e uma fidelidade aos iguais. O fato de muitos terem baixa ou nenhuma escolaridade,

1 Na pesquisa em andamento, registram-se vários depoimentos sobre o uso da língua *Chibi* no contexto familiar e quando os ciganos estão entre não ciganos e desejam falar algo particular. O tema é alvo de coleta no questionário aplicado, na seção Atitudes Linguísticas, questões de 121 a 130.

raro acesso à era digital e distanciamento do restante da comunidade nacional, pela tendência à degeneração da autenticidade da etnia, faz com que se mantenha um alheamento em relação aos brasileiros² e edifique-se uma cultura tipicamente cigana, retardando a identidade transitória da pós-modernidade – ainda que, lentamente, afetada pela evolução do relacionamento com os *gadje*³ dada à sedentarização. Tal identidade transitória, por sua vez, ainda é capaz de fornecer elementos típicos de descrição dos costumes da etnia.

Não há uma sentença que possa definir o que é ser cigano: viver numa barraca? E quem vive em casa? Usar dente de ouro? E quem não tem este poder aquisitivo? Ser itinerante? E quem se sedentarizou? Falar a língua da etnia? E aqueles que não a adquiriram? Usar os vestidos tradicionais, longos e de cores vibrantes? E quem se adaptou ao modo de vestir dos brasileiros não ciganos? Qualquer dessas definições cria um conflito de ideais com um par, imediatamente, opositivo. E na verdade, existe para essa definição um complexo heterogêneo de respostas.

Segundo o Estatuto Cigano⁴ que ainda tramita nas esferas públicas federais, entende-se por população cigana “um conjunto de indivíduos de origem e ascendência cigana que se identifiquem como pertencentes a um grupo étnico, cujas características culturais os diferenciem da sociedade nacional”, ou seja, aquele que se autodeclara cigano e é reconhecido pela sua comunidade como tal. Há um hibridismo na constituição da identidade do ser cigano.

Ser cigano não é só pertencer a uma raça, essa é uma abordagem equivocada muito comumente adotada na literatura utilizando laços consanguíneos, sugerindo uma ciganidade biologizada; mas, essa categoria nativa não é a única marca diferencial entre ciganos e não ciganos. No entanto, são indivíduos que valorizam muito o parentesco consanguíneo, tendo-o como indissociável da ciganidade.

2 Os ciganos não se consideram portugueses, italianos ou brasileiros. Eles são de nacionalidade cigana.

3 Masculino plural de *gadjo*. E em *romani*: aquele que não é cigano. A forma feminina é *gadji*.

4 A criação do Estatuto Cigano, PSL n.º 248/2015, é de grande valia, coadunando com os esforços empenhados na tentativa de proteção dos direitos da etnia. Dentre eles, observam-se ranchos e acampamentos como parte da cultura e tradição cigana, definidos como asilos invioláveis, como qualquer lar.

A ciganidade resulta, à vista disso, de uma construção sociocultural que perpassa por uma atitude de autoidentificação e de identificação pelos pares. Não sendo uma raça, a possibilidade de defini-los será atravessada por três perspectivas, trazidas por Shimura (2017) e aqui sintetizadas:

- (i) a perspectiva do senso comum – o que dizem os não ciganos e que pelos ciganos é incorporado. O que se tem, neste ponto de vista, é o estigma negativo, a desqualificação dos indivíduos;
- (ii) a identidade cigana global – elementos comuns a todos os ciganos. Uma busca por uma unidade na diversidade: atribui-se a eles a oralidade, o nomadismo, o patriarcalismo, a discriminação sofrida, a indumentária tradicional;
- (iii) a perspectiva local – particularidades de cada grupo – pequeno ou grande – em contextos específicos – regionalismo, dialetos, moradia, dinâmica de sobrevivência.

Ainda de acordo com Shimura (2014, p. 15), o contato dos ciganos com as diferentes culturas forma o mosaico linguístico, social e religioso, assim “podem ser comparados a uma ‘colcha de retalhos’ no que diz respeito à cultura, pois cada grupo, influenciado pelo contexto local em que vive altera seu modo de vida de acordo com os costumes, crenças e expressões culturais locais”.

Assim sendo, da mesma forma que se opõe cigano a não cigano, existe uma fronteira interna entre ciganos e outro cigano, já que não há uma cultura cigana única e sim diversas culturas distintas entre si e muitas vezes conflitantes. Há uma diferenciação dentro da calonidade – ideia defendida por Ferrari (2010) – nas suas diversas versões, não há uma generalidade, pois são inúmeras as perspectivas. O que é ser cigano para um indivíduo – ou até mesmo grupo – pode não ser para outro na perspectiva de pertencimento.

Existem expressões, muitas vezes vistas em conjunto, já respaldadas na literatura etnográfica, que demarcam o pertencimento étnico e acabam por manifestar os valores e cultura do povo. Os depoimentos seguintes corroboram para observação:

Agradeço todos os dias à Deus (sic) por em minhas veias correr sangue cigano, por me deixar voar com minhas saias através da dança, por ter respeito e amor pelos meus familiares (traço marcante de nossa cultura), [...] Por ter dado ao meu povo uma língua própria que aprendemos com tanta naturalidade, agradeço a Deus por ter me feito cigana e se 10 vidas eu ainda tivesse em todas não negaria meu sangue. Portanto, não existe um só aspecto que considere mais importante, mais sim tudo na cultura me encanta e é de extremo valor (Cigana Marcilânia, janeiro de 2015). (CUNHA, 2015, p. 48)

Somos ciganos porque já nascemos assim. Tenho sangue, não adianta, porque sou cigano de mãe e pai. Nossa origem, nosso sangue, nosso avô, nós nunca vai perder isso. A gente não perde, nós somos sempre ciganos, isso não tem como perder, os filhos que nem nasceram já são, porque eu sou, entendeu? (Cigano Joaquim, agosto de 2015). (CUNHA, 2015, p.91)

Adota-se o termo *Calon* do Nordeste para os informantes desta pesquisa, porque o etnônimo cigano parece sugerir um segmento monocultural, estático singular e rígido, o que representa um equívoco dadas as diversas categorias identitárias.

4 O NOMADISMO E AS ATIVIDADES PASTORIS

O dicionário Houaiss (2009, p. 1444) descreve “pastoril” em uma das suas acepções, no sentido figurado, como algo “relativo à vida e aos costumes do campo”. É exatamente, nesse sentido, que aqui se tratam as atividades, aquelas que ligam os ciganos à vida simples, rústica e bucólica. Conhecida a história de nomadismo do grupo étnico é natural a associação dos ciganos às atividades pastoris. O inquérito, nesse campo temático, permite o alcance da memória e, conseqüentemente, de relatos da vida de nômade, suas dificuldades e seus encantos, a definição do papel masculino e feminino nas viagens.

Acredita-se que para consolidar esse estudo de caráter descritivo interpretativo se faz, portanto, relevante a exposição de particularidades da vida nômade – desses grupos ciganos *Calon* pesquisados – e seus significados, conforme se pode absorver em detalhes no decorrer das descrições e análise.

A migração dos *Calon* pode ser considerada histórica e cultural, mas não é ditada por interferência externa, como aqueles que dependem da colheita ou trabalhos temporários urbanos. O *Calon* tem livre arbítrio para definir para onde vai; embora não advenha da livre vontade o ir e vir, pois esse nomadismo é fruto de uma forma de sobrevivência e de resistência daqueles que sócio-historicamente são excluídos.

Se a itinerância trazia a liberdade, causava também a invisibilidade do grupo. O nomadismo sempre foi um comportamento suspeito e associado à criminalidade, mas essa era apenas uma das dificuldades encaradas pelos *Calon*. A jovem informante de Pernambuco (Tabira) aponta um desses contratempos mais acentuados no passado “[...] a questão do preconceito também, que já era bastante mais forte. Hoje, eu acredito que existe mais um camuflado, as pessoas podem até ter, mas às vezes não demonstram tanto porque hoje é mais diferente, né?” (Informação verbal - Inquérito 07PEMFI).⁵ Todavia, no geral, a fala dos informantes é de saudade dessa época, sentiam-se livres, não presos por uma única moradia; e a liberdade é algo que eles prezam muito. O informante do inquérito 06 é taxativo em afirmar que esse tempo nômade era melhor:

5 07PEMFI – O código dos informantes é assim estruturado: dois números indicando o informante – de 01 a 18 –; seguido da sigla referente ao seu estado de sedentarização – Pernambuco (PE), Bahia (BA) ou Paraíba (PB) –; continuidade em M para mulher ou H para homem; e por fim, FI indicando a faixa etária I – podendo ser FII ou FIII).

Exemplo 1 - Inquérito 06PBHFIII

INF. – *Era muito mais melhor a nossa vida pelo mundo, não existia perseguição. É ... nós se arranchava... às vezes, quando o rancho era... você ia de viagem e não achava uma colocação boa, dormia na beira da estrada [...] Ai eu acho que aquele tempo era... que era o bom. [...] Hoje tem televisão, tem geladeira...e cigano sabia o que diabo era geladeira? Nem nada disso. Água boa era aquela no pote...fazia assim ó [gesto de mexer a água] numa vasilha para esfriar e bebia.*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 06PBHFIII – Informante: Paraíba, homem, Faixa Etária 3, Alfabetizado)

Uma vez tendo experimentado a vida de nômade, buscou-se saber entre os que gostavam mais daquela época, o que era bom e deixou saudades da vida itinerante. As respostas seguiram essa mesma linha de satisfação e felicidade pela vida no campo, do prazer de se ter paz e de ser simples, de se ter o respeito aos pais, de ser mais saudável – no sentido restrito mesmo –, do viver em coletivo, o que se pode comprovar a partir das seguintes colocações dos informantes, nas abonações 02 e 03.

Exemplo 2 - Inquérito 03PBMFII

INF. – *“A paz. [...] A união, a simplicidade de você viver com pouco mais viver feliz. [...] A gente não tinha o interesse, num era invejoso, num era maldoso, né? Então existia uma união porque o que você queria era simples, tá entendo? E a simplicidade... ela traz a felicidade, né?”*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 03PBMFII – Informante: Paraíba, mulher, Faixa Etária 2, Graduanda)

Exemplo 3 - Inquérito 06PBHFIII

INF. – *Vou lhe responder agora...a paz... Olha, menina... não resta dúvida que... que... nos anos passados, nas antigas, tinha algumas intriga, mas se existia um respeito... um filho de um cidadão, por ele mesmo não ia fazer... não ia comprar droga, porque ele achava que tava acabando com o pai dele, com a mãe dele. [...] Aquela ali é que era época boa!*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 06PBHFIII – Informante: Paraíba, homem, Faixa Etária 3, Alfabetizado)

No exemplo 4, tem-se a marca da coletividade tão apreciada pela cultura cigana e tão constante no período do nomadismo. Hoje, apesar dos *Calon* estarem dispersos pelo país e serem bem numerosos, ainda exibem uma enorme diversidade interna.

Exemplo 4 - Inquérito 12PEHFIII

INF. – “*É, que nós tinha muita saúde, era uma vida divertida, era muito cigano junto com a gente, era... os amigo, muito cigano, era... uma turma de quatucentas, quinhentas pessoa. Hoje é tudo ispaicado, um mora num canto, ôtus mora nôtu. É difícil até a gente se vê, se comunicar*”.

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 12PEHFIII – Informante: Pernambuco, homem, Faixa Etária 3, não alfabetizado)

Na história dos ciganos e sua cultura fica, essencialmente, explícito o estranhamento com que eram/são vistos, a constante imigração e a experiência do desterro. Talvez, também por isso, o gosto pela simplicidade dos ranchos e a labuta diária como desenvolvido pelo exemplo 5.

Exemplo 5 - Inquérito 17BAMFIII

INF. – “*O que é era bom? É porque no tempo de primeira a gente não imaginava nada, irmã. A gente achava bonito viajar com os ôtrus, assim de animá, quando chegava assim nos mato, nois arranchava no corredor, botava os trens no chão, batia as barraquinhas, fazia de comer pras criança*”.

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 17BAMFIII – Informante: Bahia, mulher, Faixa Etária 3, não alfabetizada)

Na memória, na identidade e na cultura dos grupos *Calon* das três regiões pesquisadas há a presença do “cantinho” – afetuosamente descrito – onde se “batia a barraca, a torda”. Esse lugar procurado, muitas vezes já predefinido por outras estadias ali, era o resguardo. “Aí então, professora, nois chegava numa propriedade da senhora... era conhecida... Aí meu pai pedi rancho... rancho, rancho é o apoio” (Informação verbal - Inquérito 18BAHFIII). Ia-se construindo uma

relação com os não ciganos que permitiam o rancho e de quem eles, aos poucos, tornavam-se amigos.

Expressões fortes relacionadas à cultura como “bater a torda” – fincar a sustentação da barraca com paus de sisal –, “arranchar” – parar em algum ponto da estrada e realizar a construção do abrigo provisório –, “correr a vida” – andar, mas não sem destino, na procura por conseguir o básico para a sobrevivência – vão surgindo na fala dos informantes. O exemplo 6 também deixa um pouco dessas marcas.

Exemplo 6 - Inquérito 09PEMFII

INF. – *Quando eu andava, era bom... eu andava nos nossos burro... se arranchava debaixo dos pé de pau verde... fazia nosso fogo de lenha, butava nosso cumê naquelas panela de pressão... ia vê... água na cabeça, lenha... era muito bom, a vida melhor que Deus deu a nós. Agora pronto, tamo tudo doente, parece que dexemo de correr a vida e fiquemu tudo doente (risos).*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 09PEMFII – Informante: Pernambuco, mulher, Faixa Etária 2, não alfabetizada)

Se há um certo romantismo pincelando a vida pastoril, há também uma imagem opaca dessa, encoberta pelas dificuldades. Não há uma correlação entre os direitos e deveres sociais dos povos ciganos nômades. Se por um lado eles não cumprem algumas leis, por outro não são reconhecidos como indivíduos, pasmem: muitos não possuem certidão de nascimento pela ausência de residência fixa, o que é uma exigência legal (Lei nº 6.015/73) para a retirada do documento.

São excluídos, diante desse surpreendente fato, dos acessos aos benefícios dos programas federais de assistência social, tais como os serviços de saúde – exceto emergências – e aqueles que ampliam a renda familiar. Aqui, comprova-se a discriminação étnica e não restam dúvidas que os ciganos nômades são socialmente invisíveis. Há uma forte insensibilidade diante das demandas desses pelas políticas do Estado.

Durante a pesquisa de campo, pergunta-se aos informantes sobre as dificuldades da manutenção da vida nômade e muitos desses problemas estavam ligados ao olhar desconfiado para com os ciganos, a encontrar o lugar para arranchar – chegavam a ser enxotados pelos trabalhadores vinculados às fazendas ou até mesmo pela polícia – era a expulsão pelos *jurons* – referente a não cigano. A sequência de exemplos, comprova isso.

Exemplo 7 - Inquérito 03PBMFII

INF. – *O povo aceitar a gente? Nos aceitar como seres humanos? Ainda hoje, a gente sofre o que eles diziam: “são uns selvagens, são uns animais”, né? A gente é... sofreu... hoje a gente tá morano na cidade por causa desses ataque que a gente éramos muito e, ainda hoje, samo... somos tratados como... como selvagens, como animais, por viver dento do mato, né? [...] A gente sempre andava com muito medo, sempre andávamos muito assustado, ainda hoje, de no cometermos alguma coisa, que fosse dizer que a gente era ladrão ou que tava invadino alguma coisa. Sempre a gente buscava, de tardezinha [...] casa de sítio ou fazenda. E pedia ao dono, procurava o dono pra a gente se arranchar, pra passar a noite, né? pra alimentar as criança e pra, no outro dia, a gente seguir. Por que estávamos cansado e com fome, mais a maioria nos negava [...] muitas vezes, andava a noite, né? muito perigoso, dento dos mato.*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 03PBMFII – Informante: Paraíba, mulher, Faixa Etária 2, Graduanda)

Exemplo 8 - Inquérito 11PEMFIII

INF. – *Assim, porque a gente chegava para ficar debaixo dos paus, tinha que pedi aos proprietário pra se arranchar. Depois... eles dava permissão e a gente pegava os balde água nas porta, pra fazer comida... depois a gente ia ler mão, nas porta. Ai ar mulher ajudava a gente: um quilo de arroz, um quilo feijão, às vez dava uma galinha, a gente matava prus menino de comer... os homi fazia uma troca assim tirava um dinheiro de [incompreensível], a gente ia fazeno uma feirinha.*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 11PEMFIII – Informante: Pernambuco, mulher, Faixa Etária 3, não alfabetizada)

Outra dificuldade bem marcada está nos afazeres domésticos, atribuídos às mulheres, devido à falta de estrutura do espaço, o que incluía a água potável. Com isso, acentuava-se a fome que já era uma realidade. A clareza dessa situação está assinalada nos exemplos a seguir.

Exemplo 9 - Inquérito 08PEHFI

INF. – *“Passava uma fome danada mermo, era aperto... a mãe da gente saía no meio do mundo aí, pra arrumar alguma coisa pra trazer pra comer... pra gente... era...era rimueta, viu? Era sofrido...”*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 08PEHFI – Informante: Pernambuco, homem, Faixa Etária 1, Ensino Fundamental I incompleto)

Exemplo 10 - Inquérito 16BAHFII

INF. – *Assim... o sol que era muito quente, a gente viajava no sol. E também, de acampar, não tinha o lugar certo de... de acampar e também de arrancar, né? no caso. Também assim, fome também, que a gente passava fome danada no caminho, pedia nas casas, sabe?... às vez parava... já levava as coisas, algumas comidas tipo farofa. As mães parava numa sombra e alimentava a gente, né? Num tinha horário de se alimentar, também não.*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 16BAHFII – Informante: Bahia, homem, Faixa Etária 2, graduado)

Exemplo 11 - Inquérito 18BAHFIII

INF. – *Ai antão na hora da chegada, professora, uma coisa de sacrificio: a muié mais veia ia panhar água longe, com pote na cabeça, entendeu? [...] Chegava lá pegava água de tange e vinha. Não se conhecia de onde era, desculpe eu falar a senhora, era... gado urinava... é não quera nem saber. Não tinha água encanada na época e tal. Ai pegava a águazinha, trazia. Ai a mulher ia pegar lenha onde for. Pegava, cendia... cendia o fogo e ali fazia aquele de cumerzinho, fazia o café e ali assim se controlava...*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 18BAHFIII – Informante: Bahia, homem, Faixa Etária 3, não alfabetizado)

O informante 18BAHFIII, no seu discurso, apresenta as dificuldades do “correr a vida” em tempos de chuva. O senhor confirma que o grupo não usava carroças, ficando à mercê do tempo – sol e chuva – e que essas mudanças climáticas não paravam a viagem, o deslocamento continuava: “tempo de chuva e tinha uns...usava guarda-chuva... que ôtru não tinha, pegava um gaio de mato” (Inquérito 18BAHFIII). Relata ainda que a barraca levantada era um abrigo para a chuva, mas que para a água não invadir esse espaço, escavava-se uma vala para o escoamento dessa em torno da tolda erguida.

Exemplo 12 - Inquérito 18BAHFIII

INF. – [...] *Nois dormia de barraca, naquela chuva...*

INQ. – *Sim.*

INF. – ... *batia a chuva, aqui ó, na barraca e fazia rego. A senhora sabe o que é rego?*

INQ. – *O que é o rego?*

INF. – *Com a enxada, ali nas... nas pontas da barraca, fazia [gesto de escavar com a enxada] velado... velado... tipo um velado.*⁶

INQ. – *Fazia um velado... abria pra água escorrer.*

INF. – *Isso, aqui batia na torda... a torda. Fazia a torda... é torda.*

INQ. – *Torda?*

INF. – *Aí minha mulher fazia aqui o velado...*

INQ. – *Então chamava a barraca também de torda?*

INF. – *Barraca... é tudo, é isso... Fazia aqui... Aí quando chovia, aquela água batia, entrava no velado e ia embora.*

INQ. – ... *e descia.*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 18BAHFIII – Informante: Bahia, homem, Faixa Etária 3, não alfabetizado)

No entanto, há aqueles que mesmo vivendo sedentarizados em locais com mais estrutura que as barracas, não conseguem encontrar na nova moradia a felicidade plena; e, exatamente, por isso, não veem qualquer dificuldade em relação às caminhadas no lombo dos animais. O inquérito 04 corrobora para tal afirmação:

Exemplo 13 - Inquérito 04PBHFII

INQ. – *O que você acha que era uma grande dificuldade naquela época?*

INF. – *Não, não tinha muita dificuldade naquela época, não.*

(Fonte: Informação verbal – Inquérito linguístico 04PBHFII – Informante: Paraíba, homem, Faixa Etária 2, Fundamental II completo)

Essa comunhão com a natureza, vida de liberdade e gozo pela boa saúde é retratado em discursos de diversas pesquisas com o grupo *Calon*. A contraposição do que era bom e das dificuldades é expressa na obra de Goldfarb (2013, p. 145-146).

6 A partir do exposto pelo informante, depreende-se que “rego” é uma espécie de vala, natural ou artificial, usada para o escoamento de água que corre ao lado das barracas; e “velado” é sinônimo de “rego”.

Olha, essa estadia, morando, modificou a minha vida. Por um lado melhorou bastante, e por outro piorou. Eu mesmo me sentia melhor quando a gente andava, mas só por um lado entende? Olhe, Patrícia a gente levava chuva, sol, terra, quente, sereno. Sofria, passava fome, isso era ruim, mas a saúde era outra, tinha mais saúde, era uma saúde fresca, uma saúde certa. Hoje em dia tem vários ciganos operados de apendicite e antigamente não tinha isso. Cigana nunca tinha filha em hospital, do meu conhecimento nunca eram operadas de cesárea, nunca morreu de doença leprosa. Hoje em dia o lado bom que eu vejo é que o cigano não sofre mais com esse negócio de sol, nem de chuva, nem de passar fome, entendeu? Por isso aí eu defino o lado bom e o lado ruim. (Agnaldo, 29 anos, grupo B)

Nômade significa, por extensão, acampamento, viver de fixação periódica. Entre os motivos que levavam os *Calon* a itinerância estão a falta de água nos ranchos e a luta pela sobrevivência. É óbvio que, ao começarem a se sedentarizar, principiou-se o cruzamento de referências culturais. Prezam pela liberdade e ainda que não exerçam o nomadismo, procuram estar juntos, morar numa mesma rua ou até em acampamentos, pois assim podem manter sua autonomia e preservar algo primordial entre a etnia: a unidade da família.

Senna (2005) discute alguns fatores que levam à sedentarização. Dentre eles, o autor aponta como marcantes aqueles que levam ao progresso e ao conforto, como por exemplo: (i) ter água encanada, o que facilita a limpeza da casa e dos banhos diários; (ii) ter fogão a gás, pois acaba com a dificuldade de conseguir lenha e carvão; (iii) ter acesso ao planejamento familiar, que trouxe a possibilidade de tratamentos para engravidar e também acesso aos métodos anticoncepcionais, antes a seleção da prole era natural e embora tenham famílias grandes, hoje têm preferência por quatro filhos; (iv) ter possibilidade de adquirir um veículo automotivo, que substitui cavalos e carroças; (v) poder comprar uma casa, fato que favorece a modernização as antigas barracas, pois aquelas podem ser ampliadas e/ou reformadas; (vi) poder realizar partos nos hospitais, um benefício que diminui os riscos às mães e aos bebês em comparação aos partos que são ajudados pelas parteiras – uma das conquistas das sociedades circundantes após fixar residências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ARRUMANDO OS APRETRECHOS PARA SEGUIR A VIAGEM E LEVANTANDO O ACAMPAMENTO

Esse estudo é uma tentativa de decifrar códigos, ou seja, de esforçar-se para ler uma determinada instalação sociocultural do grupo étnico, através dos campos temáticos de atividades pastoris, abrangendo seus princípios de organização, rotina e hábitos e até questões abstratas. É lançar o olhar sobre o perfil dos ciganos localizados nesta pesquisa, ao mesmo tempo em que se faz um recorte do que se tornou objeto de análise.

Adota-se, imprescindivelmente, ao inclinar-se sobre as falas dos informantes uma postura de respeito a tudo que livremente foi discutido e aos espaços reservados à comunidade de ciganos, não lhes fazendo qualquer exposição; ainda que, aqui, esteja posto o compreendido pelas pesquisadoras, com suas desfigurações e apropriações inerentes do olhar do outro.

O léxico é o nível da língua que contempla a vida cotidiana, seja ela nômade ou sedentária. Estudar o léxico de uma comunidade, portanto, implica em identificar e compreender as diversas relações que se estabelecem entre os indivíduos e esses e o meio em que vivem, imprimindo através das formas linguísticas as marcas da cultura.

As marcas imprimidas no léxico, muitas vezes, precisam ser garimpadas ou pescadas a partir das falas e das memórias trazidas a luz pelos entrevistados. Sem buscar a exaustão, elencam-se aqui alguns achados, já explicitados em outros pontos do capítulo: “bater a torda” – fincar a sustentação da barraca com paus de sisal –, “arranchar” – parar em algum ponto da estrada e realizar a construção do abrigo –, “correr a vida” – andar, mas não sem destino, na procura por conseguir o básico para a sobrevivência –, “regio” – espécie de vala, natural ou artificial, usada para o escoamento de água que corre ao lado das barracas – e “velado” – sinônimo de regio. Tais achados podem ser futuramente explorados, visto que alguns não são aparentemente de uso exclusivo da comunidade cigana.

O dado recolhido que se buscava era o semântico-lexical. Com base numa pergunta previamente formulada, procurou-se uma maior

homogeneização na coleta das respostas ao passar as informações para o informante. A pesquisa debruçou-se ainda sobre elementos culturais do povo étnico cigano; registrar falas e dados tão próprios do período nômade, dada a atual sedentarização e semisedentarização, é preencher um pouco da memória histórica de um povo ágrafo e cujo patrimônio real é o conhecimento, pois se assim não o for feito, quando morre um cigano, morre uma série de conhecimentos com ele. Para além do regime de moradia e de hábito do caminhar e viver a liberdade, tudo mais serviu como registro cultural dos grupos *Calon* pesquisados.

Exploradas, aqui nesse texto, as atividades pastoris e o nomadismo destacados para análise têm uma boa penetração nos grupos inqueridos, e por extensão, na área geográfica estudada. O léxico regional é um repositório sociocultural que se revela nas respostas dadas e torna-se um representante dessas comunidades de fala.

As respostas dadas ao questionário oferecem um juízo de valor que reflete não apenas o fato linguístico, como também a identidade cultural do falante. A pesquisa procura valer-se dessa abrangência para alcançar aspectos das atitudes linguísticas e culturais da etnia cigana.

Com esta pesquisa, espera-se contribuir para os estudos linguísticos, especificamente em comunidades tradicionais minoritárias, favorecendo um diálogo entre língua e cultura. Quiçá, fornecer uma visão do léxico e dos ciganos, além de dados linguísticos, para posteriores pesquisas dentro dos campos temáticos estudados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.015/73, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015compilada.htm. Acesso em: 8 abr. 2019.

CUNHA, J. R. “*Olhe nosso centro! Aqui somos todos ciganos*”: construções identitárias e dinâmicas políticas entre os ciganos de Souza – PB. 2015. Dissertação

(Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FERRARI, F. *O mundo passa: uma etnografia dos calon e suas relações com os brasileiros*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOLDFARB, M. P. L. *Memória e etnicidade entre os ciganos Calon em Sousa* – PB. João Pessoa: Ed.UFPB, 2013.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Elaborado pelo Instituto Houaiss de lexicografia e Banco de dados da língua portuguesa.

PEREIRA, C. C. Ciganos: a oralidade como defesa de uma minoria étnica. *Portal de la Cultura de América Latina y el Caribe*, [s. l.], p. 34-39, 2016. Disponível em: http://www.lacult.unesco.org/docc/oralidad_04_34-39-ciganos-a-oralidade.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

SENNA, R. *A seda esgarçada*. Feira de Santana: UEFS: Osmar, 2005.

SHIMURA, I. *Duvelismo: identidade e pluralidade religiosa cigana*. Londrina: Descoberta, 2014.

SHIMURA, I. *Ser cigano: a identidade étnica de um acampamento Calon itinerante*. Maringá: Amazon, 2017.

A EXPRESSÃO DO DATIVO NO PORTUGUÊS RURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTEVIDINHA, OESTE DA BAHIA

Marcelo da Silva Souza

Isis Juliana Figueiredo de Barros

Josane Moreira de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

A fim de descrever e analisar o comportamento do dativo na variedade brasileira do português, diversas pesquisas vêm sendo realizadas nos últimos anos.¹ Os resultados obtidos nessas pesquisas, de maneira ampla, demonstram que a expressão do dativo no Português Brasileiro (PB) seguiu uma trajetória distinta daquela verificada nos compêndios gramaticais ou mesmo na língua do colonizador lusitano.

Por essa razão, para Torres Morais e Berlinck (2006), alguns aspectos linguísticos observados no comportamento do dativo no PB sinalizam uma evidente mudança configuracional em sua construção sintática, a saber: a) a extinção da sua forma clítica de terceira pessoa – *lhe/lhes* – como principal expressão morfológica de caso e uso desses pronomes como segunda pessoa do discurso; b) o declínio da variante padrão, preposicionada por *a*; c) a expansão da variante preposicionada por *para*; e d) o uso dos pronomes lexicais sem o redobro do clítico e sem leitura contrastiva, tal como ocorre no Português Europeu (PE). (FREIRE, 2005)

¹ Ver: Scher (1996), Gomes (2003), Lucchesi e Mello (2009), Torres Morais e Salles (2010), Armelin (2011), Barros (2013; 2018), Baxter, Mello e Santana (2014), Ramos e Salles (2017), Barros, Figueiredo e Cavalcante (2019), entre outros.

Com base nesses estudos, delimitamos a nossa variável dependente da seguinte forma: a) dativo nulo, (1); b) dativo preposicionado – *a* ou *para*, (2); c) dativo sem preposição – \emptyset -dativo, (3); d) clítico dativo – *me/te/lhe/lhes/nos*, (4).

- (1) Eu tava namorando com o pai dessa menina aí só quando eu [_V *disse* [_{OD} [dativo nulo] [_{OD} *sentença* que ia casar] (MTV, INF 02)
- (2) A nossa sorte que Deus [_V *deu* [_{OD} um brejo] [_{DAT} *pra* nós]] (MTV, INF 05)
- (3) Então é onde eu [_V *digo* [_{DAT} *ocê*] [_{OD} *sentença* que justamente nós tudo é filho de Deus, crente, católico!]] (MTV, INF 11)
- (4) Ela: [[_{DAT} *Me*] _V *dá* [_{OD} seu documento]] aí, mode eu vê... Eu [ININT] na bolsa aqui, a identidade... ela: “Ah vó, mas a senhora não tem essa feição”. (MTV, INF 11)

A despeito de o dativo poder se manifestar em diversas estruturas sintáticas e em diferentes contextos semânticos verbais, para a presente análise, limitamo-nos a estudar o dativo que ocorre em contextos e com aspectos linguísticos específicos, a saber: i) expressa papel semântico de alvo/meta; ii) manifesta-se em contextos de verbos dinâmicos, que denotam uma relação de transferência de posse ou de movimento, nos termos da tipologia verbal de Berlinck (1996); iii) geralmente possui traço de animacidade [+humano]; iv) compõe uma estrutura verbal bitransitiva, com dois complementos verbais, um acusativo – tradicionalmente, objeto direto (OD) – e um dativo – tradicionalmente, objeto indireto (OI); v) pode ser introduzido pela preposição *a* ou *para* e, em comunidades afro-brasileiras, pode ocorrer sem a preposição; vi) pode ocorrer na forma clítica – *me/te/lhe/lhes/nos*; vii) pode ocorrer em estruturas de construção de duplo objeto (COD), (5); ou de construção bitransitiva preposicionada (CBP), (6).

- (5) Dá coisa assim... é quando vai pra Santa Maria, compra coisa, [_V dá [_{DAT} *ele*] [OD o que tiver lá de bom] (MTV, INF 02)
- (6) [...] você quer colher dinheiro sem [_V dá [_{OD} água [_{DAT} *pra* nós]]]? (MTV, INF 05)

O exemplo em (5) demonstra uma estrutura em que o dativo aparece na posição adjacente ao verbo e, em línguas em que se permite a realização da alternância dativa, a atribuição de caso ocorre nessa posição independentemente da preposição. A sua contraparte é a estrutura no exemplo em (6), geralmente preposicionada e posicionada após o complemento acusativo (OD).

A fim de apurarmos o fenômeno no *corpus*, esteamo-nos no princípio de que a situação de contato entre as línguas dos portugueses colonizadores e dos africanos escravizados durante todo o período colonial no Brasil desencadeou uma série de mudanças linguísticas observadas no PB no modo de aquisição da língua-alvo nas primeiras gerações dessas comunidades afro-brasileiras. (MUSSA, 1991; LUCCHESI, 2003; 2009; MATTOS E SILVA, 2004; BAXTER, 2009) Do mesmo modo, a expressão do dativo teria passado por processos de mudança durante o período da aquisição do português pelos ancestrais africanos recém-chegados ao Brasil daqueles falantes que compõem os *corpora* linguísticos das comunidades quilombolas. De acordo com Barros (2018, p. 27, grifos do original),

Tal processo teria ocorrido durante a aquisição da variedade do português, de modo gradual, com início na erosão da preposição *a* (por razões morfossintáticas, passando a existir a variante \emptyset), e posterior relexificação da preposição *para* como estratégia introdutora de dativo no PB-afro, de modo a expandir as suas funções para esse contexto.

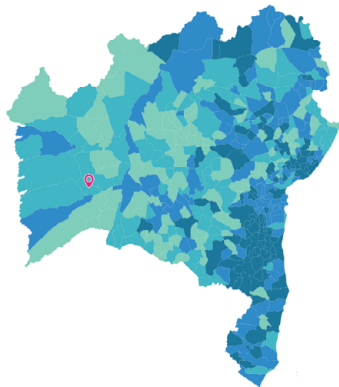
O presente texto apresenta o fenômeno variável da expressão do dativo na comunidade de Montevidinha, situada no município de Santa Maria da Vitória, no Oeste da Bahia. O objetivo da pesquisa foi investigar se na amostra de fala o dativo se comporta como parte dos processos de mudança observados nas comunidades afro-brasileiras.

2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA COMUNIDADE DE MONTEVIDINHA

Pertencente ao município de Santa Maria da Vitória, na região Oeste da Bahia e estando localizada a aproximadamente 936 km da capital baiana, Montevidinha é uma comunidade rural quilombola de pequeno porte, formada majoritariamente por negros descendentes de antigos escravizados. A comunidade de Montevidinha é, quanto às disposições legais de registro, reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em conformidade com as disposições legais da Portaria da FCP nº 98/2007 e do Decreto Presidencial nº 4887/2003.

O município de Santa Maria da Vitória localiza-se na borda esquerda do Rio Corrente, que, por sua vez, é um dos afluentes do Rio São Francisco, como mostra a Figura 1. A cidade de Santa Maria da Vitória é a principal da bacia do Rio Corrente, sendo limítrofe dos municípios de Santana, Baianópolis, Canápolis, São Desidério, Correntina, Jaborandi e São Félix do Coribe. Segundo o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem 40.206 habitantes, possuindo uma extensão territorial de 1984,910 km².

Figura 1 - Localização do Município de Santa Maria da Vitória (BA), a que pertence a comunidade de Montevidinha



Fonte: adaptado de IBGE (2018).

De acordo com Bello, Ortega e Oliveira (2010), em pesquisa intitulada *A comunidade Montevidinha no contexto de reconhecimento como quilombola no Oeste Baiano (1870-2010)*, a comunidade quilombola de Montevidinha apresenta traços sócio-históricos interessantes, tais como: “a ancestralidade, relações de parentesco e de compadrio [e] a constatação de práticas culturais pertencentes à cultura afro-brasileira”. (BELLO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010, p. 9) Ainda conforme as autoras, Montevidinha é “o centro-sede de um conjunto de quatro lugarejos em suas proximidades, os chamados: Cafundó dos Crioulos, Baixa da Onça, Currais e Pau Lavrado, que têm como característica comum a atividade econômica e cultural”. (BELLO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010, p. 9) Tomando informações da referida pesquisa, o projeto *Falares baianos do além São Francisco*, iniciado em 2015, sob a coordenação da Profa. Dra. Cristina Figueiredo, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), levantou dados que dão conta de que Montevidinha se insere no contexto de comunidade de remanescentes de antigos escravizados, ainda no período vigente da escravidão no Brasil e no período Pós-Lei Áurea, de 1888, que marcou o início da sua história. (BELLO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010, p. 32)

O projeto² buscou extrair informações sobre a formação sócio-histórica da comunidade a partir da memória dos moradores, tentando obter aspectos históricos relevantes, incluindo a memória afetiva, de modo que fosse possível mapear as influências e consequências do contato entre línguas e culturas a partir da visão da própria comunidade de Montevidinha, em cujas entrevistas encontramos pistas dadas pelos próprios informantes, moradores da comunidade, entre eles dois dos falantes mais velhos da comunidade. Quando questionados sobre a origem de Montevidinha, eles foram consensuais ao contarem que os primeiros negros a ocuparem o território atual vieram da região de Macaúbas, município baiano colonizado no século XVIII por

2 A coleta de amostra de vernáculo da comunidade de Montevidinha foi realizada por meio de entrevistas informais, com uso de gravador de voz. As entrevistas foram concedidas mediante a apresentação e assinatura do Termo de Livre Esclarecido (TCLE) e autorizada pelo Comitê de Ética, com o código presente no Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 50466015.0.0000.5531. Serão utilizados códigos de identificação para cada informante, como, por exemplo: MTV, INF 11.

portugueses, na região da Chapada Diamantina, meridional na Bahia, como se observa no relato a seguir:

O veio meu pai, viu, foi um homem muito batalhador, muito sofrido, eu acho que eles vei de lá pra cá numa seca que teve em Macaúba, então eles vieram de lá pra cá, chegou [arranchou aqui]. As casas aqui era tudo de beira de chão tampado de tiririca que ocês nem conhece. [...] Tiririca é um... é um mato que tinha no brejo, existia no brejo e ela cortava dos dor lado, tombém tampou a casa ela bem tampadinha pronto é melhor do que a tea. Então nessa vinda do veio meu pai de lá pra cá não tinha ninguém aqui, aqui era uma matona, bruta... (MVD, INF 09, 71 anos)

O informante afirma ainda que “o quilombo foi muito sofrido, o quilombo foi muito machucado, trazendo aquele tempo de ota hora dos negros. Os nego sofreu demais”, o que evidencia a participação histórica dos antigos negros escravizados na formação da comunidade. Sabe-se também da participação indígena nessa formação por meio das narrativas de seus membros, bem insistentes ao dizer que uma das suas ascendentes era uma cabocla, para os quais “caboca” é sinônimo de “esses índios, do povo lá de Macaúbas. [...] Minha bisavó foi pegada de dente de cachorro, porque era Tapuia” (MVD, INF 11, 86 anos), denominação que vai ao encontro do que diz Botelho (2005), ao discorrer sobre os termos utilizados para categorizar a população brasileira no final dos Oitocentos:

A maior parte dos levantamentos censitários da época dividia a população em pelo menos três segmentos: os brancos; a população de ascendência africana nascida no Brasil, mestiça ou não; e os pretos. Onde a população indígena assumia proporções significativas, essa categoria também se incorporava aos censos, descrita como *caboclos*. Em geral, os descendentes de africanos nascidos no Brasil eram classificados como crioulos ou, no caso daqueles nascidos de relações inter-raciais, como mulatos, pardos e/ou mestiços. Em contraposição, os africanos tendiam a aparecer como negros ou pretos. Eventualmente, a diferença entre africanos e crioulos desaparecia sob a denominação de negros ou pretos. (BOTELHO, 2005, p. 136, grifo nosso)

Com relação aos aspectos demográficos, a comunidade de Montevidinha apresentava, em 2010, aproximadamente 1800 moradores, os quais vivem basicamente da agricultura de subsistência, a saber: cultivo de cana-de-açúcar, produção de cachaça e rapadura, cultivo de

arroz, milho, hortaliças, a mandioca (preparo da farinha); agropecuária com gado de corte e leiteiro e o fumo para consumo interno e, no caso da cachaça, rapadura e farinha, são vendidos em feiras livres da cidade a fim de alimentar a renda familiar. (BELLO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010, p. 9)

Em conformidade com Bello, Ortega e Oliveira (2010), com relação à religiosidade e à cultura, nessa comunidade, verificam-se várias manifestações, como:

[...] culto mortuário, medicina fitoterápica africana, devoção a determinados santos religiosos (protetora dos pretos), lendas e mitos. Procura preservar os costumes do povo negro africano, que são conservados em grande parte pela oralidade, mas sua explicação perde-se na linha do tempo quando os moradores mais velhos dos quilombos morreram. (BELLO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010, p. 22-23)

Analisando os aspectos sociais coletados de Montevidinha, é plausível considerar que alguns fatores sociolinguísticos interessantes são: o relativo isolamento social, a baixa escolaridade, a não exposição à internet, apenas viagens rápidas fora da comunidade e a profissão de trabalhadores rurais.

Dada a sócio-história apresentada, verifica-se a origem quilombola e indígena – ainda não se sabe ao certo a origem étnica –, predominante em Macaúbas. A hipótese é de que a presença do branco se deve, sobretudo, às expedições dos bandeirantes nessa região. Trata-se de um quadro etnográfico interessante que representa por composição os elementos raciais presentes salientemente na constituição sócio-histórica do Brasil.

3 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Objetivando descrever e analisar o comportamento do uso variável de dativos no português rural da comunidade quilombola de Montevidinha, esta pesquisa norteou-se pelos pressupostos teóricos e metodológicos da sociolinguística variacionista (LABOV, 2008 [1972]), dado o fato de que essa corrente linguística entende que o caráter heterogêneo da língua pode ser sistematizado e que os eventos de variação linguística não são irregulares nem arbitrários, o que implica que a própria variação linguística é dotada de regras que precisam ser explicadas a partir da consideração de que fatores de ordem linguística e extralinguística fazem pressão sobre os fenômenos e a estrutura da língua.

O *corpus* analisado é constituído pela amostra parcial de fala da comunidade quilombola de Montevidinha, situada à margem esquerda do Rio São Francisco e pertencente ao município de Santa Maria da Vitória, no Oeste do Estado da Bahia. As entrevistas do referido *corpus* compõem uma amostra com seis inquéritos, com duração de 40 a 50 minutos cada. As gravações caracterizam-se por conversas espontâneas de caráter informal, com vistas à extração de falas o mais vernacular possível. Essa amostra pertence ao projeto *Os falares baianos do além São Francisco*, cujo objetivo principal é o de mapear comunidades de fala do Oeste baiano de modo que se possa confeccionar um material para estudos linguísticos na região, além de ter como escopo buscar evidências de contato linguístico a partir de comunidades quilombolas. A amostra da comunidade de Montevidinha foi constituída das falas de três informantes do sexo masculino e três informantes do sexo feminino, sendo dois de cada faixa etária – faixa I: 25 a 35 anos; faixa II: de 45 a 55 anos; e faixa III: mais de 65 anos –, estratificados por nível de escolaridade – um alfabetizado; quatro semialfabetizados; e um analfabeto – e por tempo fora da comunidade – menor que seis meses e maior que seis meses, sendo que apenas um informante saiu por mais de seis meses da comunidade.

Por fim, foi realizado o levantamento das ocorrências de dativos nos inquéritos acima mencionados. A seguir, as ocorrências foram codificadas e

quantificadas, tendo como suporte o programa GoldVarb X. (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) Finalmente, foi realizada a análise quali-quantitativa dos dados, apresentada a seguir.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados da quantificação de dados do complemento dativo de verbos bitransitivos dinâmicos na amostra de fala da comunidade de Montevídeinha. A rodada dos dados se deu em três etapas, a saber: 1) dativos nulos x dativos realizados, a fim de apresentar o panorama geral de realização desse complemento na comunidade; 2) dativos nominais e pronominais com ou sem preposição (DP x PP),³ com o intuito de verificar o fenômeno da alternância dativa na comunidade; 3) clíticos dativos em relação a dativos com ou sem preposição.

4.1 QUADRO GERAL DOS DATIVOS NA AMOSTRA

A quantificação dos dados de dativos na amostra investigada totaliza 439 ocorrências. Desse total, 126 ocorrências são de dativos realizados fonologicamente e o dativo nulo representa a maior parte da amostra – 313 ocorrências –, conforme se vê na distribuição geral do levantamento na Tabela 1.

Tabela 1- Distribuição geral do dativo na amostra

| Variantes | <i>dativo nulo</i> | | <i>para-dativo</i> | | <i>o-dativo</i> | | <i>clítico dativo</i> | |
|-----------|--------------------|------------|--------------------|------------|-----------------|-----------|-----------------------|-----------|
| | | | | | | | | |
| Total | 313/439 | 71% | 71/439 | 16% | 23/439 | 6% | 32/439 | 7% |

Fonte: elaborada pelos autores.

Ao observar a Tabela 1, percebemos que a variante *nula* compõe a maior parte dos dados (71%), conforme (7), seguida do *para-dativo* (16%),

3 *Determiner phrase* [sintagma determinante]; *prepositional phrase* [sintagma preposicionado].

conforme (8), do *clítico dativo* (7%), conforme (9), e do *ø-dativo* – dativo sem preposição – (6%), conforme (10). Esse resultado corrobora a hipótese de Torres Morais e Berlinck (2006) de que o aumento do apagamento fonológico do complemento dativo pode ser consequência da extinção do clítico dativo de terceira pessoa no PB. De acordo com as autoras, a utilização do *dativo nulo* inibe o uso do clítico dativo.

- (7) Eu tava namorando com o pai dessa menina aí só quando eu [_V *disse* [_{OD} [dativo nulo] [_{OD_sençenca} que ia casar] (MTV, INF 02)
- (8) A nossa sorte que Deus [_V *deu* [_{OD} um brejo] [_{DAT} *pra* nós]] (MTV, INF 05)
- (9) Ela: [[_{DAT} *Me*] _V *dá* [_{OD} seu documento]] aí, mode eu vê... Eu [ININT] na bolsa aqui, a identidade... ela: “Ah vó, mas a senhora não tem essa feição”. (MTV, INF 11)
- (10) Então é onde eu [_V *digo* [_{DAT} *ocê*] [_{OD_sençenca} que justamente nós tudo é filho de Deus, crente, católico!] (MTV, INF 11)

Um fator condicionante revelado pela análise do dativo nulo como fator de referência é o tipo semântico verbal, como apresentamos na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - A realização do dativo e o tipo de verbo

| Variantes | <i>dativo nulo</i> | | | <i>dativo realizado</i> | | |
|-------------------------------|--------------------|-----|---------------|-------------------------|-----|---------------|
| | Ocor. | % | Peso relativo | Ocor. | % | Peso relativo |
| Transferência verbal | 259/314 | 83% | 0,633 | 55/314 | 17% | 0,350 |
| Transferência material | 43/88 | 48% | 0,265 | 45/88 | 52% | 0,718 |
| Movimento concreto | 10/34 | 29% | 0,097 | 24/34 | 71% | 0,894 |
| Movimento abstrato | 1/3 | 33% | 0,118 | 2/3 | 67% | 0,866 |
| Total | 313/439 | 70% | - | 126/439 | 30% | - |
| <i>Nível de significância</i> | 0,025 | | | | | |

Fonte: elaborada pelos autores.

De acordo com a distribuição de dativos nulos e realizados na Tabela 2, os verbos de transferência verbal – *dizer, falar, fuxicar, contar* etc. –, conforme exemplo em (11), é o principal fator condicionante da não realização do dativo na amostra, apresentando peso relativo de 0,633 – 83% das ocorrências da variante *dativo nulo*. Inversamente proporcional, os demais tipos de verbo favorecem as formas realizadas de dativo, tais como: transferência material – *dar, entregar, doar* etc. –, peso relativo de 0,718, conforme (12); movimento concreto – *levar, trazer, jogar* etc. –, peso relativo de 0,894, conforme (13); e movimento abstrato – *ensinar, submeter* etc. –, peso relativo de 0,866, conforme (14).

- (11) [...] e ele [_V *disse* [*dativo nulo*] [_{OD} “tá bom, vai brincar uma horinha”], mas contava nos minutos ó... (MTV, INF 03)
- (12) [...] e justamente botava o mi naqueles tempo umas cuinhas de cambaço bem feitinha, botava pra nós, fazia uma garapinha [_V *dava* [_{OD} nulo] [_{DAT} *nós*]]. (MTV, INF 11)
- (13) É... eu tava no Brejo [_V *jogando* [_{OD} uma raçãozinha] [_{DAT} para eles] lá. (MTV, INF 03)
- (14) [...] as escolas que [_V *ensinava* [_{DAT} *nós*] era isso, era mesmo no engenho de pau um de lá e o outro de cá. (MTV, INF 11)

A nossa principal hipótese é a de que o falante, em contexto dêitico, característico de situações de diálogo, entrevistas e outras situações conversacionais semelhantes, privilegia o apagamento fonológico do complemento dativo em detrimento das formas realizadas, uma vez que o sentido se completa nas interações corporais – olhar, apontar com o dedo etc. – da situação dêitica.

4.2 QUANTO À REALIZAÇÃO DE CLÍTICOS DATIVOS E DA PREPOSIÇÃO *A* NA AMOSTRA

Ao eliminarmos as 313 ocorrências de dativo nulo na amostra, prosseguimos com a análise das demais 126 ocorrências de dativos realizados. Uma primeira rodada geral com a inclusão dos clíticos dativos em relação

à faixa etária demonstrou uma mudança em curso (LABOV, 1981) na comunidade, como demonstramos na Tabela 3.

Tabela 3 - A realização do dativo e a faixa etária

| Variantes | <i>clítico dativo</i> | | <i>o-dativo</i> | | <i>para-dativo</i> | |
|-----------------------------|-----------------------|------------|-----------------|------------|--------------------|------------|
| | Ocor. | % | Ocor. | % | Ocor. | % |
| Faixa etária | | | | | | |
| Faixa I (25 a 35 anos) | 9/53 | 17% | 4/53 | 8% | 40/53 | 75% |
| Faixa II (45 a 55 anos) | 9/39 | 23% | 5/39 | 13% | 25/39 | 64% |
| Faixa III (mais de 65 anos) | 14/34 | 41% | 15/34 | 44% | 5/34 | 15% |
| Total | 32/126 | 25% | 24/126 | 19% | 70/126 | 56% |

Fonte: elaborada pelos autores.

Na Tabela 3, a frequência das ocorrências levantadas indica que os falantes da Faixa III dão preferência ao uso dos clíticos dativos (41%) e da variante sem preposição (44%), enquanto os falantes da Faixa I majoritariamente priorizam o uso da variante preposicionada por *para* (75%). Vale ressaltar que os clíticos dativos levantados para a presente análise são de primeira (*me*) e segunda (*te/le*)⁴ pessoas do discurso, portanto não se documentou o uso do clítico de terceira pessoa.

Dentre as formas de dativo realizado, além da ausência de dados de clítico de terceira pessoa, observou-se apenas uma ocorrência da preposição *a*, a qual foi retirada da análise. O único exemplo de dativo preposicionado por *a* é apresentado em (15).

- (15) Eu não conheço ela como mãe não, nem bênção eu [não_v dou [_{DAT} *a* ela]]. (MTV, INF 03)

4 Forma despalatalizada em líquida dental da forma clítica padrão *lhe*, fenômeno recorrente na comunidade.

Ao comparar esse resultado com o que Barros (2018) observa em outras comunidades afro-brasileiras – Helvécia, Sapé, Rio de Contas, Cinzento –, que integram o *corpus* linguístico do Projeto Vertentes, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi, levantado no final do século XX, notamos uma mudança em estágio mais avançado no recorte sincrônico do presente *corpus* – início do século XXI –, uma vez que, conforme o trabalho da autora, há 46 ocorrências de dativos introduzidos por *a*, do total de 314 ocorrências de dativos realizados nessas comunidades, além da ausência de clíticos de terceira pessoa, apontada pela autora.

O maior grau de isolamento dessas comunidades quilombolas e a baixa saliência fônica da preposição *a* poderiam ser um viés de explicação superficial para a queda dessa preposição na comunidade. No entanto é no contexto sócio-histórico da aquisição defectiva do português pelos africanos recém-chegados durante o período colonial que encontramos um caminho para a explicação do desaparecimento do clítico *lhe/lhes* e da baixa frequência da preposição *a* como marcadores morfológicos causais de dativo já observados no PB e no PB-afro.⁵

Barros (2018) propõe que, decorrente dos fatores sócio-históricos, o fenômeno observado de maneira vultosa nessas comunidades onde se fala o português afro-brasileiro evidencia que, no decorrer do processo de mudança linguística, ao menos duas gramáticas foram fixadas desde as primeiras gerações de falantes do português afro-brasileiro: de um lado, uma gramática que prevê o uso comum dos clíticos para a primeira e a segunda pessoas do discurso, sem marcação definida de caso – podendo ser acusativo ou dativo – e o dativo sem preposição para a terceira pessoa, como ocorre nas línguas bantas faladas no período colonial; e de outro lado, a alternância com as variantes preposicionadas, com a inserção do *para* em contextos de verbos bitransitivos dinâmicos em razão de uma relexificação desse item preposicional por influência das línguas de substrato africano – quimbundo, umbundo e

5 Ver: Torres Morais e Berlinck (2006); Torres Morais, Ribeiro e Ferreira (2008); Lucchesi e Mello (2009); Torres Morais e Salles (2010); Barros (2018).

quicongo. Esse processo de mudança, em estágio mais avançado, pode ser observado também na comunidade de Montevidinha, conforme demonstrado na Tabela 3, e será confirmado na seção a seguir.

4.3 DATIVOS (NÃO) PREPOSICIONADOS

No processamento quantitativo dos dados no programa GoldVarb X, quanto à variação entre o dativo preposicionado – *para*-dativo – e sem preposição – *Ø*-dativo –, foram selecionadas como relevantes as seguintes variáveis linguísticas e sociais, nesta ordem de importância: a) faixa etária; b) tipo semântico do verbo; c) estrutura sintática; e d) estada fora da comunidade. Consideramos nos resultados apresentados a seguir apenas os casos em que há realização de pronome lexical ou nome, preposicionados ou não, subtraindo-se dessa rodada as 32 ocorrências de clíticos dativos, resultando em 92 ocorrências de dativos realizados. Primeiramente, apresentamos os dados quantitativos para as variáveis linguísticas e, em seguida, tratamos das variáveis sociais.

4.3.1 Condicionamentos linguísticos

Quanto à variável tipo semântico verbal, buscamos aferir se tal contexto motivaria a realização das formas do dativo na amostra. A hipótese era a de que o contexto de transferência material – *dar, entregar, doar* etc. –, prototípico do fenômeno de alternância dativa, favoreceria a ocorrência de dativos sem a preposição e de que os demais contextos verbais favoreceriam a variante preposicionada. Os resultados são exibidos na Tabela 4.

Tabela 4 - O dativo (não) preposicionado e o tipo semântico verbal

| Variantes | <i>o-dativo</i> | | | <i>para-dativo</i> | | |
|-------------------------------|-----------------|-----|---------------|--------------------|-----|---------------|
| | Ocor. | % | Peso relativo | Ocor. | % | Peso relativo |
| Transferência material | 11/33 | 33% | 0,910 | 22/33 | 67% | 0,090 |
| Transferência verbal | 12/40 | 30% | 0,745 | 28/40 | 70% | 0,255 |
| Movimento | 1/21 | 4% | 0,003 | 20/21 | 96% | 0,997 |
| Total | 24/94 | 25% | - | 70/94 | 75% | - |
| <i>Nível de significância</i> | 0,019 | | | | | |

Fonte: elaborada pelos autores.

O quantitativo dos dados revela que os verbos de *transferência material* e de *transferência verbal* são os principais fatores condicionantes da variante sem preposição, com pesos relativos de 0,910 e 0,745, respectivamente. Por outro lado, os *verbos de movimento* – abstrato e concreto – favorecem o uso da variante preposicionada, com peso relativo de 0,997,⁶ embora se observe também em contextos de transferência. Esse resultado corrobora em parte a hipótese inicial, porque verificamos o favorecimento do dativo sem preposição também em contexto de transferência verbal.

Levando em conta a construção de duplo objeto – COD (V DAT OD) – e a construção bitransitiva preposicionada – CBP (V OD DAT) –, as quais compõem o fenômeno da alternância dativa em diversas línguas no mundo, como ocorre, por exemplo, no inglês e em línguas africanas de base banta, além de ser observada em comunidades afro-brasileiras isoladas (SCHER, 1996; LUCCHESI; MELLO, 2009; BARROS, 2018), os dados foram codificados considerando-se a hipótese de que haveria o apagamento da preposição dativa em posição adjacente ao verbo – com ou sem a realização fonológica do objeto direto – (V DAT [OD]) (ver exemplo 16) e a realização fonológica em posição posposta ao objeto direto (V OD DAT) (ver exemplo 17).

6 Embora outros estudos considerem os verbos *fasciendi* – *fazer para*, *construir para* –, observamos a impossibilidade de realização do dativo sem preposição ou com a preposição *a*, mesmo em contextos em que o dativo apareceria adjacente ao verbo, características que corroboram a ideia de que os dativos nesse contexto verbal não concorrem com o mesmo valor de verdade com as variantes apresentadas neste estudo.

- (16) Dá coisa assim... é quando vai pra santa maria, compra coisa, [_V dá [_{DAT} *ele*] [OD o que tiver lá de bom] (MTV, INF 02)
- (17) [...] você quer colher dinheiro sem [_V dá [_{OD} água [_{DAT} *pra nós*]]? (MTV, INF 05)

Os resultados apresentados na Tabela 5 são bastante reveladores, porque se aproximam da tendência nas comunidades afro-brasileiras, sobretudo em Helvécia (BA), ao favorecimento do apagamento da preposição em posição adjacente ao verbo e ao favorecimento da sua contraparte preposicionada em posição posposta ao objeto direto, confirmando a hipótese inicial do presente estudo, conforme se verifica a seguir.

Tabela 5 - O dativo (não) preposicionado e a estrutura sintática

| Variantes | <i>o-dativo</i> | | | <i>para-dativo</i> | | |
|-------------------------------|-----------------|-----|---------------|--------------------|-----|---------------|
| | Ocor. | % | Peso relativo | Ocor. | % | Peso relativo |
| Estrutura sintática | | | | | | |
| V DAT (OD) | 23/64 | 36% | 0,900 | 41/64 | 64% | 0,100 |
| V OD DAT | 1/30 | 3% | 0,009 | 29/30 | 97% | 0,991 |
| Total | 24/94 | 25% | - | 70/94 | 75% | - |
| <i>Nível de significância</i> | <i>0,019</i> | | | | | |

Fonte: elaborada pelos autores.

Os resultados apresentados na Tabela 5 mostram um alto favorecimento da variante não preposicionada na posição adjacente ao verbo, com 0,900 de peso relativo, enquanto a estrutura em que o dativo ocorre em posição posposta ao OD favorece a realização da preposição *para*, com peso relativo 0,991. Portanto é possível observar o fenômeno da alternância dativa na comunidade de Montevidinha, ainda que na maior parte dos dados o objeto direto ocorra de forma nula anafórica, fenômeno cada vez mais recorrente no PB (GOMES, 2003; FIGUEIREDO, 2004; 2019), tendo em vista que a posição adjacente ao verbo é sintaticamente

acusativa, o que leva à queda da preposição nesses contextos em línguas que permitem a alternância dativa.

4.3.2 Condicionamentos sociais

Nesta seção, são apresentadas as variáveis sociais selecionadas como relevantes para o condicionamento da realização do dativo na comunidade, tais como faixa etária e estada fora da comunidade, como apresentamos nas Tabelas 6 e 7, a seguir. Para a variável faixa etária, a nossa hipótese principal era a de que, em caso de ocorrência da variante *o-dativo*, seria a faixa III o principal fator condicionante do apagamento da preposição. Os resultados na Tabela 6 confirmam a nossa hipótese, como se pode conferir a seguir.

Tabela 6 - O dativo (não) preposicionado e a faixa etária

| Variantes | <i>o-dativo</i> | | | <i>para-dativo</i> | | |
|-------------------------------|-----------------|-----|---------------|--------------------|-----|---------------|
| | Ocor. | % | Peso relativo | Ocor. | % | Peso relativo |
| Faixa etária | | | | | | |
| Faixa I (25 a 35 anos) | 4/44 | 9% | 0,049 | 40/44 | 91% | 0,951 |
| Faixa II (45 a 55 anos) | 5/30 | 17% | 0,785 | 25/30 | 83% | 0,215 |
| Faixa III (mais de 65 anos) | 15/20 | 75% | 0,990 | 5/20 | 25% | 0,010 |
| Total | 24/94 | 25% | - | 70/94 | 75% | - |
| <i>Nível de significância</i> | 0,019 | | | | | |

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados da Tabela 6 revelam que os falantes que estão acima dos 65 anos priorizam o apagamento da preposição, preferencialmente em estrutura de COD – considerando a realidade apresentada na Tabela 4 –, com frequência de 75% das ocorrências condicionadas pela Faixa III e peso relativo de 0,990. Em seguida, a variante *o-dativo* é mais favorecida pela Faixa II, com peso relativo de 0,785 e frequência de 17% das ocorrências, distanciando-se bastante da realidade linguística falada pelos mais idosos. Já os falantes

mais jovens, da Faixa I, quase não realizam a variante sem preposição, com peso relativo de apenas 0,049 e frequência de 9% das ocorrências. O inverso é observado com a variante preposicionada: enquanto a Faixa I favorece o dativo preposicionado por *para* (CBP), com peso relativo de 0,951 e frequência de 91% dos casos, na Faixa III a ocorrência é inibida, com frequência de 25% e peso relativo de apenas 0,010. A diferença observada entre as gerações da amostra, considerando-se também a Tabela 4, desvela um emprego de uma gramática estruturalmente constituída pelo fenômeno da alternância dativa (COD/CBP), mais evidente nas gerações mais antigas e praticamente extinguindo-se na geração mais nova.

Por essa razão, em conformidade com os princípios teórico-metodológicos da sociolinguística laboviana (LABOV, 2008 [1972]), concluímos que o quadro do fenômeno do dativo na comunidade de Montevideinha revela-se em processo de mudança aparente em estágio avançado, como já dissemos, devido ao completo desaparecimento da preposição *a* e do clítico dativo de terceira pessoa, se compararmos com outros estudos de recorte temporal anterior – final do século XX (SCHER, 1996; LUCCHESI; MELLO, 2009) –, os quais apontam ainda certa frequência da preposição *a* e pesos relativos menores em relação ao que encontramos – início do século XXI.

A fim de verificarmos o condicionamento da variável *estada fora da comunidade*, partimos da hipótese de que quanto maior a exposição à norma urbana e outras normas menor seria a ocorrência da variante sem preposição, uma vez que construções dativas como a CBP já se encontram praticamente consolidadas no PB. Os resultados da Tabela 7 confirmam as nossas expectativas, como se observa a seguir.

Tabela 7 - O dativo (não) preposicionado e estada fora da comunidade

| Variantes | <i>o-dativo</i> | | | <i>para-dativo</i> | | |
|-------------------------------|-----------------|-----|---------------|--------------------|-----|---------------|
| | Ocor. | % | Peso relativo | Ocor. | % | Peso relativo |
| Estada fora da comunidade | | | | | | |
| Estada fora em – de 6 meses | 21/70 | 30% | 0,738 | 49/70 | 70% | 0,262 |
| Estada fora em + de 6 meses | 3/24 | 13% | 0,046 | 21/24 | 87% | 0,954 |
| Total | 24/94 | 25% | - | 70/94 | 75% | - |
| <i>Nível de significância</i> | 0,019 | | | | | |

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados na Tabela 7 demonstram que os falantes que estiveram fora da comunidade por mais de seis meses, em contato com outras comunidades, empregam mais o dativo preposicionado por *para*, tendo em vista o peso relativo de 0,954 e frequência de 87% das ocorrências. Ao contrário, os falantes que permaneceram mais isolados na comunidade de Montevidinha favorecem principalmente a variante sem preposição, com peso relativo de 0,738. Esse resultado demonstra que a comunidade de Montevidinha preserva até os dias de hoje vestígios do contato intenso entre línguas ocorrido no período colonial entre colonizadores e africanos na Bahia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, seguindo o aporte teórico-metodológico da sociolinguística, analisou a variação na expressão do dativo na variedade falada de Montevidinha, comunidade quilombola pertencente ao município de Santa Maria da Vitória, Bahia. Nos 439 dados registrados, o envelope encontrado para tal variação foi: a) *dativo nulo*, que predominou no *corpus* analisado, com 71% dos dados (313 ocorrências); b) *dativo preposicionado – a* ou *para –*, que atingiu 16% dos dados (71 ocorrências); c) *dativo sem preposição – o-dativo –*, que ocorreu em 6% dos dados (23 ocorrências); e d) *clítico dativo – me/te/lhe/lhes/nos –*, documentado em 7% dos dados (32 ocorrências).

Para a análise estatística dos resultados, feita com o auxílio do GoldVarb X, foram controladas variáveis linguísticas e sociais cujas hipóteses já foram apresentadas. Foram feitas duas rodadas binárias, considerando dativo nulo *versus* dativo realizado e dativo não-preposicionado – *ø-dativo* – *versus* dativo preposicionado – *para-dativo*. Ressalte-se que ocorreu apenas um dado de dativo com a preposição *a*, que foi excluído da análise. Quanto aos dados de dativo clítico, que totalizaram 32 ocorrências, predominaram em informantes da faixa etária III – acima de 65 anos –, com 41% – 14 registros.

Na rodada dativo nulo *versus* dativo realizado, o programa estatístico selecionou como relevante o tipo semântico do verbo. Favorecem o dativo nulo os verbos de transferência verbal, como *dizer, falar, fuxicar, contar* etc., com peso relativo de 0,633. Já os verbos que indicam transferência material – *dar, entregar, doar* etc. –, movimento concreto – *levar, trazer, jogar* etc. – e movimento abstrato – *ensinar, submeter* etc. – favorecem o dativo realizado, com pesos relativos de 0,718, 0,894 e 0,866, respectivamente.

Na rodada dativo não-preposicionado – *ø-dativo* – *versus* dativo preposicionado – *para-dativo* –, foram selecionadas as variáveis faixa etária, tipo semântico do verbo, estrutura sintática e estada fora da comunidade, nesta ordem. Quanto às variáveis linguísticas significativas – tipo semântico do verbo e estrutura sintática –, os resultados revelaram que: a) favorecem o *dativo sem preposição* os verbos de *transferência material* – peso relativo de 0,910 – e de *transferência verbal* – peso relativo de 0,745 – e favorecem o *dativo preposicionado* os verbos de movimento – concreto ou abstrato, amalgamados na rodada – peso relativo de 0,997; e b) a estrutura sintática V DAT (OD) favorece o *dativo sem preposição* – peso relativo de 0,900 –, ao passo que a estrutura V OD DAT favorece o *dativo preposicionado* – peso relativo de 0,991.

Sobre os condicionamentos sociais, a pesquisa revelou que: a) os falantes mais jovens – de 35 a 35 anos – favorecem o *dativo preposicionado* – peso relativo de 0,951 –, enquanto os falantes das faixas etárias II – de 45 a 55 anos – e III – acima de 65 anos – preferem o *dativo sem preposição* – pesos relativos de 0,785 e 0,990, respectivamente; e b) os informantes que estiveram mais tempo

fora da comunidade favorecem o *dativo preposicionado* – peso relativo de 0,954 –, ao passo que os que se mantêm mais isolados apresentaram peso relativo de 0,738 a favor da variante *dativo sem preposição*.

Embora tenham sido analisados dados de apenas seis informantes da comunidade, os resultados apontam para a importância de estudos sobre a população quilombola na descrição do PB. A sócio-história do país, sobretudo ao considerar as situações de contato linguístico ocorridas no passado, muito tem a nos revelar sobre a constituição histórica da nossa língua.

Com a continuação da pesquisa, as hipóteses aqui propostas poderão ser confirmadas e conclusões mais fundamentadas poderão ser feitas. Por ora, fiquemos com os índices encontrados, que apontam para uma situação de mudança linguística no sentido de aquisição do dativo preposicionado pela comunidade quilombola de Montevidinha.

REFERÊNCIAS

ARMELIN, P. R. G. *Sentenças bitransitivas do português do Brasil revisitadas à luz da teoria de núcleos funcionais aplicativos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BARROS, I. J. F. *As preposições introdutórias de dativo em verbos ditransitivos dinâmicos no português rural da Bahia: evidências do contato entre línguas*. 2018. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BARROS, I. J. F.; FIGUEIREDO, C.; CAVALCANTE, R. A expressão do dativo. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: Edufba, 2019. p. 217-258.

BARROS, I. J. F. *O dativo em construções ditransitivas nas atas oitocentistas da Sociedade Protetora dos Desvalidos: um estudo sob a proposta dos núcleos aplicativos*. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

BAKER, M. C. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: Chicago University Press, 1988.

BAXTER, A. N. A concordância de número. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 269-294.

BAXTER, A. N.; MELLO, C. F.; SANTANA, N. G. A. *A construção de objeto duplo e as influências do substrato no português afro-brasileiro (e africano)*. [S. l.]: Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola, 2014.

BELLO, J. M. F.; ORTEGA, L. S. F.; OLIVEIRA, T. R. C. *A comunidade Montevidinha no contexto de reconhecimento como quilombola no Oeste Baiano (1870-2010)*. 2010. Monografia. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

BERLINCK, R. A. The Portuguese dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCKE, W. (ed.). *The dative*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 119-151.

BOTELHO, T. R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.

FIGUEIREDO, C. O objeto direto anafórico. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: Edufba, 2019. p. 175-216.

FIGUEIREDO, C. *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FREIRE, G. C. *A realização do acusativo e do dativo anafórico de 3ª pessoa na escrita brasileira e lusitana*. 2005. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, C. A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Contra Capa, 2003. p. 81-96.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. *Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, W. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. (ed.). *Variation omnibus*. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, 1981. p. 177-199.

LARSON, R. On the double subject construction. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, n. 19, p. 335-391, 1988.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-73.

LUCCHESI, D.; MELLO, C. F. A alternância dativa. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 427-456.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 272-284.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

RAMOS, J.; SALLES, H. L. Sintagmas acusativos em configurações bitransitivas no português brasileiro dialetal. In: PILATI, E.; SALLES, H. L.; NAVES, R. (org.). *Novos olhares para a gramática do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2017. p. 131-150.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldVarb X* – a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 20 maio 2020.

SCHER, A. P. *As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. 1996. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T.C.F.;

RIBEIRO, I. M. O.; CARNEIRO, Z. O. N. et al. (org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Edufba, 2006. v. 6, p. 73-106.

TORRES MORAIS, M. A.; RIBEIRO, I.; FERREIRA, M. J. *Rastreamento dativos de 3ª pessoa na “Grammatica” de Fernão de Oliveira*. Salvador: Edufba, 2008.

TORRES MORAIS, M. A.; SALLES, H. L. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, Berlim, v. 22, n. 2, p. 181-209, 2010.

OS PROCESSOS DE SÍNCOPE E DE ROTACISMO EM HELVÉCIA/BA: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR

Eleneide Oliveira Silva

Ludquellen Braga Dias

Juliana Ludwig Gayer

1 INTRODUÇÃO

A comunidade de Helvécia, na Bahia, é bastante estudada pelos sociolinguistas por apresentar características peculiares, tanto relacionadas à sua formação histórica quanto ao modo de falar de seus habitantes. Pesquisadores do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia já realizaram diversos trabalhos sobre a comunidade, como Santos (2012), Gomes (2014), Lucchesi e Mello (2009), entre outros; no entanto, o foco da maioria das pesquisas sempre esteve em fenômenos morfossintáticos presentes na comunidade. Neste capítulo, trataremos os resultados de dois trabalhos sobre fenômenos fonológicos realizados com os dados da comunidade, o trabalho de Silva (2020), que analisa a síncope nas proparoxítonas, e o de Dias (2019), que analisa o rotacismo. A intenção é observar se os resultados obtidos nesses trabalhos seguem a mesma tendência de outras pesquisas realizadas na comunidade quanto à indicação de uma transmissão linguística irregular na formação do português falado em Helvécia.

Este texto se estrutura da seguinte forma: na primeira seção, fazemos uma breve apresentação das principais ideias contidas nas três hipóteses para a formação do português popular brasileiro; na segunda seção, apresentamos algumas características de Helvécia e pontuamos resultados de estudos sociolinguísticos realizados sobre essa comunidade; na terceira e última seção,

listamos alguns resultados dos trabalhos de Silva (2020) e Dias (2019) sobre a comunidade de Helvécia e, a partir desses resultados, tecemos reflexões iniciais sobre qual hipótese para a formação do português popular do Brasil parece ser a mais adequada para pensar os fenômenos em questão.

2 HIPÓTESES SOBRE A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

O contato entre línguas é considerado por alguns estudiosos, como Lucchesi e Baxter (2009), como um agente causador de variações e mudanças linguísticas. No português, alguns estudos mostram que o contato entre as línguas africanas, as línguas indígenas e a língua portuguesa resultou no atual Português Brasileiro (PB). Falar sobre a constituição do português do Brasil exige uma retomada a três hipóteses, que visam explicar alguns fenômenos na língua portuguesa, partindo de análises distintas, seja por influência de fatores externos, como o contato entre línguas, ou por concepções imanentistas de língua. A criouliização prévia, defendida por Gregory Guy (1981), a deriva secular, apresentada por Naro e Scherre (1993), e a transmissão linguística irregular, defendida por Lucchesi e Baxter (2009), são as correntes linguísticas que abordam a formação do PB. Nas próximas seções, serão apresentadas as principais características dessas hipóteses para formação do português popular do Brasil.

2.1 CRIOULIZAÇÃO PRÉVIA

Defendida por Gregory Guy (1981), a criouliização prévia é uma hipótese que supõe que o português popular brasileiro possui características de línguas crioulas¹ de base portuguesa, devido ao processo de escravização

1 Línguas que são geradas após situações de contato linguístico, no qual as crianças aprendem e aderem a uma nova gramática, distinta de seus ancestrais. Segundo Couto (1996), as línguas crioulas estão relacionadas a um *pidgin* – língua emergencial criada para a comunicação momentânea entre falantes de línguas distintas –, “que se transformou em língua nativa para uma comunidade de falantes”. (COUTO, 1996, p. 32). Há atualmente outras abordagens com relação ao conceito de língua crioula (MUFWENE, 2002) que não iremos detalhar neste trabalho.

no Brasil Colônia, nos séculos XVII e XVIII, período no qual grandes populações de africanos foram escravizadas. Guy (1981) propõe que houve uma criouliização prévia no Brasil por causa dos diversos povos africanos e suas respectivas línguas, mas, com a chegada de mais portugueses e imigrantes de outros países em prol do desenvolvimento econômico, ou seja, após o aumento da população branca e mestiça, ocorreu um processo de descriouliização na língua, gerando o atual português popular brasileiro.

Os aspectos linguísticos que, conforme o autor, mostram que houve um processo de criouliização e descriouliização são de cunho fonológico e morfossintático, como a concordância no sintagma nominal, a concordância entre sujeito e verbo e o apagamento de consoantes finais (-s e -m). A análise desses fenômenos foi realizada em 1970, com amostra de fala de 20 informantes analfabetos. Guy detectou que a concordância dentro do sintagma nominal no português popular brasileiro tende a ter o primeiro elemento flexionado no plural, como em “os menino” (os meninos). Essa marcação de plural que opta pelo primeiro elemento do sintagma flexionado pode ser comparada a línguas africanas, como bantu, iorubá e ibo, e crioulos portugueses, porque, de acordo com Guy (1981), a expressão de plural sempre é colocada no início do SN.

De acordo com Guy (1981), outras características linguísticas que comprovariam uma criouliização podem não aparecer no PB, pois pode ter ocorrido uma descriouliização devido à miscigenação, ao contato entre povos distintos e ao acesso à língua-alvo, o Português Europeu (PE).

2.2 DERIVA SECULAR E A CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS

Anthony Naro e Marta Scherre (1993) defendem a ideia da deriva linguística do português. Essa corrente linguística foi apresentada por Edward Sapir em 1921, que a define como:

seleção inconsciente, feita pelos que a falam, das variações individuais que se acumulam numa dada direção especial. Pode inferir-se essa direção, grosso modo, por intermédio

do passado histórico da língua [em que] cada traço característico da deriva torna-se parte integrante da fala comum [...] (SAPIR, 1921, p. 24)

Segundo Naro e Scherre (1993), a falta de concordância verbal e nominal no português popular brasileiro não seria causada por uma criouliização, como Guy (1981) defendeu, mas pelo processo de deriva linguística no português. Conforme esses autores, o contato entre as línguas portuguesa, africanas e indígenas só contribuiu para o aceleração de mudanças no sistema linguístico, uma vez que essas mudanças já iriam acontecer na língua em algum momento. Segundo Naro e Scherre (2007, p. 47), “a língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que a impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento. No Brasil, este vetor se encontrou com forças que reforçavam e expandiam a direção original”.

Naro e Scherre (1993) afirmam que o PB é uma continuação do português arcaico, com algumas transformações, e alguns fenômenos linguísticos no PB atual podem ser vistos no português de Portugal. Dessa forma, os autores apresentam que a variação na concordância verbal, por exemplo, aconteceria por causa de um fenômeno fonológico, a desnasalização. Por exemplo, o verbo “comem” viraria “come” por um efeito de deriva românica, observado na fala popular de Portugal, em textos medievais e no latim.

2.3 TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR

A transmissão linguística irregular é definida por estudiosos, como Lucchesi e Baxter (2009, p. 101), como sendo caracterizada por “processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI e XIX, em decorrência da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania”. Segundo os autores, diferentemente da transmissão linguística geracional mais comum, na qual a aquisição da língua materna pelas crianças dispõe de dados linguísticos

primários mais completos provenientes da língua materna de seus pais e adultos com os quais as crianças convivem, na transmissão linguística irregular; a situação é diferente. Em primeiro lugar, a língua do grupo dominante é imposta a falantes adultos de diversas outras línguas. A aquisição da língua-alvo (LA), então, se dá de maneira mais ou menos imperfeita a depender do contexto sócio-histórico. Dessa forma, as novas gerações de falantes têm à disposição dados linguísticos primários que apresentam lacunas e reanálises em seus mecanismos gramaticais, pois não provêm de língua materna.

Lucchesi e Baxter (2009, p. 102) atribuem a redução da estrutura gramatical, resultante do processo de transmissão linguística irregular, a três fatores:

- i. à dificuldade de acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da LA, sobretudo nas situações em que o grupo dominante é numericamente muito inferior aos falantes das outras línguas;
- ii. ao fato de os falantes das outras línguas serem, em sua maioria, adultos, o que faz com que esses falantes não possam contar com os dispositivos inatos que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;
- iii. à ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição da LA, já que esse processo tem seus objetivos circunscritos aos intentos comunicativos.

Lucchesi e Baxter (2009; 2016) chamam a atenção para a abrangência da transmissão linguística irregular, sendo os fatores sócio-históricos decisivos nas línguas resultantes apresentadas em cada localidade em que o contato entre línguas se fez presente. Conforme Lucchesi e Baxter (2009, p. 109), “a transmissão linguística irregular constitui um continuum de níveis diferenciados de socialização/nativização de uma L2 adquirida de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos”. Desse modo, a transmissão linguística irregular apresenta diferentes resultados, podendo ser mais radicais ou menos radicais.

Em relação ao contexto brasileiro, Lucchesi e Baxter (2016) consideram os seguintes fatores:

- i. a proporção entre a população de origem africana e branca, que permitia um nível de acesso maior à língua-alvo do que o observado nas situações típicas de crioulização;
- ii. a ausência da vida social e familiar entre as populações de escravos, provocadas pelas condições sub-humanas de sua exploração, pela alta taxa de mortalidade e pelos sucessivos deslocamentos;
- iii. o uso de línguas francas africanas como instrumento de interação dos escravos segregados e foragidos;
- iv. o incentivo à proficiência em português;
- v. a maior integração dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras;
- vi. a miscigenação racial. (LUCCHESI; BAXTER, 2016, p. 191)

Com base nesses fatores, os autores acreditam que o português popular brasileiro resulta de um processo de transmissão linguística irregular do tipo leve, pois os aspectos sócio-históricos do Brasil impossibilitaram um processo de crioulização do português.

3 A COMUNIDADE DE HELVÉCIA

A comunidade de Helvécia está localizada no município de Nova Viçosa, no extremo sul da Bahia. Devido ao afastamento dessa comunidade em relação à capital do estado e a outras cidades, considera-se que ela possui um certo isolamento. Sua história inicia-se na Colônia de Leopoldina, fundada em 1818 por colonos alemães, franceses e suíços, fazendeiros de café que utilizavam trabalho escravo. Com a abolição da escravatura e a expansão da cultura de café para outras regiões, a província decaiu rapidamente, e grande parte dos colonos deixou a região; porém, os ex-escravos permaneceram nas

terras próximas às antigas plantações. (LUCCHESI et al., 2009) Ferreira (1994, p. 22) também afirma que “os negros, todavia, permaneceram com uma população enquistada e com eles um falar crioulo que deve ter sido geral, já que em 1961 dele subsistiam ainda vestígios”.

Os senhores, na comunidade de Helvécia, eram em sua maioria estrangeiros, não tinham o português como língua materna, fato que torna a comunidade um caso especial para alguns autores. Fato também importante relacionado à Helvécia é o de a população de ex-escravos ter permanecido na colônia, ficando assim em uma relativa situação de isolamento, não se dispersando após a abolição como outras populações de ex-escravos. (LUCCHESI et al., 2009)

Outra questão que merece ainda ser pontuada é a quantidade de brancos em relação à quantidade de escravos que povoaram a colônia.

[...] O Dr. Carl Augusto Toelsner num trabalho intitulado A Colônia Leopoldina no Brasil refere-se àquele núcleo como uma região muito próspera, onde já existem 40 fazendas, 200 brancos (na maioria alemães, suíços, alguns franceses e brasileiros) e 2.000 negros; os últimos, na maior parte, já nascidos na futura Helvécia. (FERREIRA, 1994, p. 22)

Essa proporção da população dominante em relação à população dominada é similar ao que ocorreu no Haiti e na Jamaica durante o período da colonização. Nesses locais, o contato entre línguas possibilitou a formação de crioulos. (LUCCHESI; BAXTER, 2016) Em 19 de abril de 2005, Helvécia recebeu a certificação oficial de comunidade remanescente de quilombo, expedida pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Diante da formação sócio-histórica de Helvécia, a linguagem usada pelo seu povo mostra-se peculiar, pois apresenta alguns fenômenos linguísticos distintos de outras variedades do português. Lucchesi e Baxter (2009) afirmam que há, nessa comunidade, um português afro-brasileiro, construído a partir da transmissão linguística irregular, já que o português foi aprendido de forma imperfeita e instaurado na comunidade.

Nessa perspectiva, pode-se observar que o estudo feito por Santos (2012), em Helvécia, sobre o <S> em coda silábica, pode estar associado à transmissão linguística irregular, já que há maior aplicação de apagamento e de aspiração do <S> na coda silábica, que são as variantes mais estigmatizadas, pelos informantes mais velhos da comunidade, ou seja, os mais jovens tendem a usar as formas gramaticais mais próximas da norma culta da língua-alvo, que neste caso é o uso da fricativa alveolar [s/z]. O resultado da análise geral mostrou a presença de 44,83% da variante alveolar – mesmo > *me[z]mo*; *hospital* > *ho[s]pital* – na posição de coda silábica; a aspiração do segmento nessa posição obteve uma aplicação de 22,37% – *castiga* > *ca[h]tiga* –; já a variante zero – *Deus* > *Deu[Ø]* – apresentou uma aplicação de 18%; e a variante palatal – *desde* > *de[z]de*; *posto* > *po[f]to* – ocorreu em 14,79% dos dados.

O autor chamou a atenção para a alta aplicação de aspiração e de apagamento de <S>, pois juntas totalizaram 40,37%. Tal resultado é surpreendente, pois não tem sido encontrado em outros trabalhos sobre o <S> em coda, ou seja, não há resultados parecidos sobre o português urbano, rural e popular, mostrando que a aplicação dessas variantes é uma particularidade da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia. Santos (2012, p. 248) afirma que o “processo de transmissão linguística irregular conduziria à redução do quadro de informações sobre as restrições fonotáticas da língua-alvo para a configuração da coda silábica”, e isso se relacionaria com os resultados de apagamento e aspiração na coda nos dados analisados pelo autor na comunidade de Helvécia.

Gomes (2014) analisa o uso do *mais* conector em quatro comunidades – Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas – e observa que o *mais* coordena sintagmas, como em “viajei mais Antônio”; no entanto, apenas a conjunção dativa *e* coordena orações, como em “[as crianças foram ao cinema] e [nós ficamos em casa]”. Segundo a autora, esse padrão é o mesmo encontrado em línguas nigero-congolesas. Os resultados obtidos por Gomes (2014) demonstram que o processo em questão aponta uma tendência de mudança em progresso nas comunidades, visto que a variante tida como reflexo do

contato da língua portuguesa com línguas africanas na formação do PB, *mais*, seria a estratégia de subordinação e coordenação entre sintagmas *mais* antiga nas comunidades estudadas e estaria em processo de substituição pelas variantes cultas *e/com*. A autora acredita que, por conta do contato entre a língua portuguesa e as línguas africanas, houve, na formação do PB, uma relexificação² e gramaticalização do *mais*, pois esse conector aparentemente foi a escolha fonética da língua portuguesa (língua-alvo) para relexificar uma entrada lexical copiada das línguas africanas. Segundo Gomes (2014), em diversas línguas introduzidas no Brasil por africanos, especialmente as línguas bantas, ocorre o uso de uma mesma partícula como comitativo e coordenador entre sintagmas.

Lucchesi e Mello (2009) estudam a alternância dativa nas comunidades de Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas. Os autores observam a variação entre a construção de objeto duplo (COD), como em “eu dei os menino o remédio”, e a construção do dativo preposicionado (CDP), como em “eu dei o remédio aos meninos”; no entanto, chamam a atenção para o fato de que a COD é encontrada somente em variedades populares do PB no âmbito da fala. Segundo Lucchesi e Mello (2009), a COD não é vista pelo falante culto e urbano do PB como uma forma possível, para eles essa seria uma construção agramatical. Por outro lado, a COD é produtiva entre as línguas crioulas e, por esse motivo, Lucchesi e Mello (2009, p. 428) afirmam que “o fato de a COD ser geral entre as línguas crioulas aponta fortemente no sentido de sua presença nas variáveis populares do PB estar relacionada historicamente ao massivo contato do português com as línguas indígenas e, muito especialmente, com as línguas africanas”.

Para os autores, tal construção existe nas comunidades analisadas como consequência do processo de transmissão linguística irregular provocado pelo contato linguístico. Lucchesi e Mello (2009) observam que os dados indicam um processo de mudança em curso na comunidade, sendo que a variante

2 “Processo de substituição vocabular que adota, das entradas lexicais da língua-alvo, apenas a representação fonológica”. (GOMES, 2014, p. 73)

COD apresenta um declínio, pois os falantes mais novos estão abandonando esse tipo de construção. Com isso, a forma linguística que seria evidência do contato entre línguas está desaparecendo e dando lugar à variante padrão das áreas urbanas, a CDP, demonstrando um processo de nivelamento linguístico.

Os trabalhos mencionados apresentam, então, uma variedade do português, o português afro-brasileiro, que será retomado na próxima seção a partir de resultados de duas pesquisas sobre os processos fonológicos de síncope nas proparoxítonas (óculos > *oclus*) e de rotacismo (*claro* > *craro*).

4 PROCESSOS DE SÍNCOPE NAS PROPAROXÍTONAS E DE ROTACISMO NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO DE HELVÉCIA

Nesta seção, serão apresentados alguns resultados de análises sociolinguísticas sobre a síncope nas proparoxítonas e sobre o rotacismo, pesquisas realizadas durante o mestrado e detalhadas em Silva (2020) e Dias (2019). Essas análises descreveram o português falado nas comunidades rurais afro-brasileiras de Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé, comunidades que compõem o banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, coordenado pelos professores Gredson dos Santos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Dante Lucchesi da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em relação à síncope, ainda serão apresentados dados do português de São Tomé e Príncipe, descritos em Gomes (2018), a fim de comparar seus resultados com os encontrados para o português afro-brasileiro de Helvécia.

É importante mencionar que as análises apresentadas a seguir terão como foco as variáveis sociais analisadas nas pesquisas, pois, conforme os resultados de Lucchesi e Mello (2009), Santos (2012) e Gomes (2014), essas variáveis parecem ser suficientes, nesse primeiro momento, para pensarmos em argumentos a favor ou contra a hipótese da transmissão linguística irregular em Helvécia.

4.1 A SÍNCOPE NAS PROPAROXÍTONAS

A síncope nas proparoxítonas é um fenômeno fonológico que diz respeito à queda da vogal postônica não final em palavras proparoxítonas, transformando uma palavra proparoxítona em paroxítona, como nos casos de *xicra* (*xícara*), *corgo* (*córrego*), *fisca* (*física*). Essas palavras podem ser observadas comumente na língua falada, em situações espontâneas e não monitoradas, da comunidade rural de Helvécia.

Para deixarmos um pouco mais clara a metodologia empregada no trabalho de Silva (2020), pode-se dizer que as variáveis linguísticas analisadas foram: o contexto fonológico precedente à vogal postônica – labial, como em *abóbora*; alveolar, como em *módulo*; velar, como em *máscara*; e palatal, como em *mágica* –; o contexto fonológico seguinte à vogal postônica – líquida lateral, como em *óculos*; líquida vibrante, como em *chácara*; não líquida, como em *quilômetro* –; traço de articulação da vogal postônica – labial, como em *óculos* e *abóbora*; dorsal, como em *chácara*; coronal, como em *matemática* e *córrego* –; estrutura da sílaba tônica – sílaba leve, como em *chácara*; sílaba pesada, como em *árvore* –; e extensão da palavra – três sílabas, como em *fósforo*; quatro ou mais sílabas, como em *abóbora*. As variáveis sociais analisadas foram comunidade – Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé –, faixa etária – faixa I, 20 a 40 anos; faixa II, 41 a 60 anos; faixa III, mais de 60 anos –, escolaridade – analfabeto e semianalfabeto – e estada fora da comunidade – viveu fora da comunidade por seis meses, no mínimo, e nunca viveu fora da comunidade.

Dentre essas variáveis consideradas, após a rodada no programa estatístico, os grupos selecionados como relevantes para a realização da síncope nas proparoxítonas foram contexto fonológico seguinte à vogal postônica, indicando um favorecimento nos contextos líquida lateral e líquida vibrante; traço de articulação da vogal postônica, indicando como favorecedores os traços coronal e labial; comunidade, com a comunidade de Cinzento aplicando mais a regra; contexto fonológico precedente à vogal postônica, indicando o contexto labial como favorecedor; estrutura da sílaba tônica,

aplicando mais em sílaba pesada; e escolaridade, indicando o fato analfabeto como favorecedor.

Silva (2020) analisou, por meio do programa Goldvarb X, 816 dados, nas quatro comunidades, e observou a porcentagem de 22,8% de aplicação de síncope nas proparoxítonas. Na comunidade de Helvécia, especificamente, foram encontrados 272 dados, e uma aplicação de 19,1% do fenômeno, revelando uma baixa aplicação, o que não era esperado, pois essa comunidade é uma das mais isoladas geograficamente, quando comparada às outras três. Logo, a hipótese inicial do trabalho de que haveria maior realização da síncope nas proparoxítonas em Helvécia, mediante resultados de outras pesquisas, que indicaram que o contexto rural favoreceria a aplicação do processo, não se confirmou.

Na análise das variáveis sociais, em Silva (2020), há indicação de que os informantes analfabetos realizam mais a síncope nas proparoxítonas do que os semianalfabetos, com a porcentagem de 20% – peso relativo de 0.57 – e 18% – peso relativo de 0.46 –, respectivamente, mostrando assim que o contato com a escola pode estar conduzindo os falantes em direção à norma culta da língua.

Com relação à faixa etária, em Helvécia, os mais velhos – mais de 60 anos – foram os informantes que mais realizaram a síncope nas proparoxítonas, com uma porcentagem de 24%; a faixa etária intermediária – de 41 a 60 anos – apresentou uma aplicação de 15% do fenômeno; e os mais jovens – de 20 a 40 anos – apresentaram uma porcentagem de 23% de realização do fenômeno, um resultado bem próximo ao da faixa etária dos mais velhos. Percebe-se, então, que a menor porcentagem de aplicação da síncope ficou na faixa intermediária, a qual prefere utilizar a variante proparoxítona.

A variável social estada fora na comunidade – por seis meses, no mínimo – indicou que os falantes que já viveram fora da comunidade aplicaram menos a síncope nas proparoxítonas, com porcentagem de 17%, já os informantes que sempre viveram em Helvécia apresentaram uma porcentagem de aplicação do fenômeno um pouco maior (21%). Dessa forma, observa-se que o contato

com outra variedade do português, no caso com a variedade urbana, parece provocar uma preferência pelo uso da forma não sincopada, que é a de mais prestígio social.

Na comparação das taxas obtidas para o cruzamento entre faixa etária e estada fora da comunidade, o resultado encontrado sugere que os informantes mais velhos, que nunca saíram da comunidade, aplicam mais o processo, com 37% de aplicação; os da faixa intermediária, que nunca moraram fora da comunidade, aplicam 22%, e os mais jovens, que nunca viveram fora da comunidade, têm 16% de aplicação. Essa porcentagem mais alta entre os mais velhos que não tiveram contato fora da comunidade e as porcentagens menores nas outras faixas parecem estar de acordo com os resultados de Lucchesi e Mello (2009), Santos (2012) e Gomes (2014), pois indicam que os jovens estão aplicando menos a forma estigmatizada, ou seja, estão substituindo a variante não-prestigiada pela culta, enquanto os mais velhos ainda recorrem à variante conservadora.

A influência do contato externo à comunidade com a variante urbana é ainda mais visível quando os informantes são analisados individualmente. Uma informante mulher, com mais de 60 anos, analfabeta, que nunca saiu da comunidade, realiza síncope em 60% dos casos; enquanto um informante homem, com mais de 60 anos, analfabeto, que já morou fora da comunidade, não a aplica a síncope. Nesse sentido, percebemos que, também em relação à síncope, parece haver uma tendência de nivelamento linguístico, assim como Lucchesi e Mello (2009) apontam, pois a forma que poderia sugerir uma evidência do contato entre línguas está sendo substituída pela variante urbana.

Essas constatações em relação aos dados de Helvécia podem ser relacionadas a argumentos relativos a aspectos sociais de outros autores que defendem a hipótese da transmissão linguística irregular na comunidade, como apresentamos anteriormente. Além desses aspectos, no que tange à síncope, um estudo sobre a variedade africana do português de São Tomé e Príncipe (GOMES, 2018) parece trazer outras pistas sobre a origem desse processo e a possibilidade de ele estar relacionado à transmissão linguística irregular.

Gomes (2018) faz uma reflexão acerca dos aspectos fonético-fonológicos de uma variedade africana do português, a falada em São Tomé e Príncipe (PST). A autora propõe investigar um *continuum* afro-brasileiro no comportamento das vogais postônicas não finais, analisando o sistema vocálico do português de São Tomé e do forro – crioulo de base lexical portuguesa. O PST tem como base de referência o PE. Logo, acreditava-se que essa variedade poderia seguir a regra de apagamento de vogais átonas, nesse caso das vogais não finais, como acontece no PE. Porém, conforme Gomes (2018 p. 163),

[...] o contato entre línguas em São Tomé molda a norma do Português lá consolidada. Se, por um lado, é possível observar que as consequências da situação de contato entre línguas afetam de tal forma o PST que chega a aproximá-lo do PB no comportamento de algumas variáveis linguísticas, de outro, também é possível notar que o multilinguismo pode direcioná-lo para um caminho que o distancia tanto de sua ‘norma de referência’ quanto da variedade que, por conta de aspectos históricos relacionados à situação de contato entre línguas, com ele mais se pareceria.

A investigação do PST feita por Gomes (2018) seguiu os procedimentos metodológicos da Teoria da Variação. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968) A autora analisou 12 inquéritos relativos à localidade de São Tomé, retirados do projeto Variedades do Português (VAPOR), pertencente ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Foram encontrados 467 dados, tratados estatisticamente pelo Goldvarb X. O resultado obtido foi de 34,7% de apagamento da vogal postônica no PST. Ela afirma que, por causa da influência do uso do forro, há maior aplicação de apagamentos de segmentos, em prol de uma regularização dos vocábulos com mais de duas sílabas ao padrão dissilábico, não estando as regras de apagamento vinculadas a um espelhamento no PE.

Sobre a hipótese de um *continuum* afro-brasileiro para os processos de apagamento das vogais postônicas, Gomes (2018) alega que talvez não seja

possível fazer essa afirmação devido ao conjunto de dados, ou seja, ainda não se pode garantir que o fenômeno envolvido no contexto de vogal postônica do PST estaria se aproximando do PB ou do PE, mesmo este sendo considerado como sua “norma de referência”.

É importante mencionar que há um padrão linguístico comum entre as duas variedades descritas anteriormente. As duas pesquisas (SILVA, 2020; GOMES, 2018) indicam que, tanto no português afro-brasileiro (Helvécia), quanto no português de São Tomé, a síncope é mais aplicada quando há a presença de um contexto precedente preenchido por um segmento obstruinte – *típico, abóbora* –, com 51,1% e 0.68 de peso relativo em Gomes (2018), e 38,7% e 0.69 de peso relativo em Silva (2020). Essa aproximação é encontrada também quando há uma líquida lateral ou vibrante após a vogal postônica – *oráculo, abóbora* –, com os pesos relativos de 0.75 e 0.58, e a porcentagem de 50% e 25,9%, respectivamente, em Gomes (2018); e com os pesos relativos de 0.990 para a líquida lateral e 0.996 para a líquida vibrante, e as porcentagens de aplicação 61,1% e 88,9%, respectivamente, em Silva (2020). Isso indicaria um padrão semelhante entre as duas variedades e uma possível influência de contato linguístico. Assim como Gomes (2014), poderíamos usar a existência do padrão encontrado em variedades africanas também como um argumento para defender a hipótese da transmissão linguística irregular na variedade de Helvécia.

4.2 ROTACISMO

O rotacismo, troca da consoante lateral /l/ por um rótico, é um fenômeno variável no PB, também tratado como a alternância entre as líquidas, já que os segmentos consonantais envolvidos no processo fazem parte dessa classe de sons. Esse processo fonológico pode ocorrer em dois contextos silábicos: encontro consonantal no início de uma mesma sílaba, como em *placa* ~ *praca*, e no final de sílaba, como, por exemplo, *salgado* ~ *sargado*. O rotacismo é um fenômeno linguístico estigmatizado, especialmente quando ocorre no

contexto de encontro consonantal; está relacionado principalmente a pessoas menos escolarizadas, de classe social baixa e da zona rural, conforme afirma Bagno (2007).

Dias (2019) realizou um estudo sobre o rotacismo que ocorre no encontro consonantal em início de sílaba, tendo como base os princípios metodológicos da sociolinguística variacionista. (LABOV, 2008) Foi observada a aplicação ou não do fenômeno levando em consideração algumas variáveis linguísticas e sociais. As variáveis linguísticas consideradas foram: contexto precedente, se oclusiva (*claro*) ou fricativa (*flor*); presença de outro segmento líquido na palavra – presença, como em *problema*, ou ausência, como em *planta* –; sonoridade do segmento precedente – surdo, como em *planeta*, ou sonoro, como em *globo* –; tonicidade da sílaba, se tônica (*placa*) ou átona (*claridade*); posição da sílaba na palavra – inicial, como em *placa*, ou não inicial, como em *panfleto*. As variáveis sociais observadas seguem a divisão feita pelo banco de dados utilizado: sexo – masculino e feminino –, faixa etária – faixa I, de 20 a 40 anos; faixa II, de 41 a 60 anos; e faixa III, mais de 60 anos –, nível de escolaridade –analfabeto e semianalfabeto – e estada fora da comunidade – se o informante viveu pelo menos seis meses fora da comunidade ou se o informante viveu sempre na comunidade.

Os resultados gerais apresentados no trabalho de Dias (2019) revelam uma taxa de 59,6% de aplicação do rotacismo. As variáveis que demonstraram relevância para a aplicação da regra foram as seguintes: frequência lexical, comunidade, faixa etária, presença de outro segmento líquido na palavra, tonicidade da sílaba, sonoridade do segmento precedente, posição da sílaba na palavra, contexto precedente e estada fora da comunidade. Vale ressaltar que os resultados apresentados foram obtidos através do programa estatístico GoldvarbX e dizem respeito às quatro comunidades afro-brasileiras que fazem parte do banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia: Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas.

Olhando especificamente os resultados referentes à comunidade de Helvécia, o estudo de Dias (2019) apresenta uma taxa de 58,6% de aplicação

do rotacismo, visto que, dos 222 dados analisados na comunidade, 130 foram de realização do tepe [r] no lugar em que se esperaria a produção de uma lateral alveolar [l], como, por exemplo, p[r]anta em vez de p[l]anta.

Apesar de uma alta taxa de realização do rotacismo nos dados analisados, Helvécia não foi a comunidade afro-brasileira que mais aplicou a regra, ficando atrás de Sapé e Rio de Contas, com taxas de aplicação do fenômeno de 79,4% e 73,1%, respectivamente. Tal resultado contraria o que esperávamos inicialmente: uma maior ocorrência do fenômeno na comunidade devido à sua localização geográfica e ao seu histórico social de relativo isolamento. No entanto, uma possível explicação pode ser dada com base no fato de que os moradores saem da comunidade em busca de trabalho, geralmente vão para São Paulo, segundo relatos dos próprios informantes, um grande centro urbano que pode ser fator influenciador no comportamento demonstrado pela comunidade na análise em questão. Esse fato corrobora a seleção do grupo de fator estada fora da comunidade como relevante à regra estudada, já que os falantes da comunidade de Helvécia que estiveram fora da comunidade apresentaram uma taxa de aplicação de 35%, enquanto os falantes que sempre viveram na comunidade demonstraram 75% de aplicação do fenômeno.

Uma outra variável que merece uma discussão mais aprofundada é faixa etária. Os informantes mais velhos da comunidade – com mais de 60 anos – apresentam maiores taxas de aplicação do rotacismo (71%), enquanto os mais novos – de 20 a 40 anos – aplicam em 52% dos casos, demonstrando uma maior aproximação da variante ensinada nas escolas e das comunidades mais urbanas. Esse comportamento observado na comunidade com relação à faixa etária demonstra uma tendência de mudança em progresso (LABOV, 2008), pois os falantes mais novos parecem estar mudando de comportamento em relação à regra variável de rotacismo quando se observam também os resultados dos falantes mais velhos. Assim como em outros estudos sobre a comunidade de Helvécia, como Lucchesi e Mello (2009), Gomes (2014) e Santos (2012), os resultados encontrados em Dias (2019) também parecem

sugerir uma tendência de mudança no sentido de abandono da variante linguística mais estigmatizada, possivelmente ligada ao processo de transmissão linguística irregular, em direção a um processo de nivelamento linguístico.

Diferentemente do que encontramos para a síncope, até o momento não temos conhecimento de estudos sobre o fenômeno do rotacismo em comunidades falantes de línguas africanas ou línguas que surgiram a partir do contato com línguas africanas. No entanto, Aragão (2010) lista o rotacismo como um dos fenômenos fonético-fonológicos atribuídos à influência das línguas africanas. Se essa influência for confirmada em outras análises, teremos mais argumentos para defender a hipótese da transmissão linguística irregular na comunidade e em relação ao processo estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No PB, observa-se que a síncope nas proparoxítonas e o rotacismo são fenômenos que podem ser estigmatizados socialmente, em alguns contextos. Muitas vezes, os falantes que aplicam esses processos fonológicos são vítimas de preconceito linguístico, pois seus usos se diferenciam da forma de prestígio. Bagno (2007, p. 9) diz que “o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa”, ou seja, a formação sócio-histórica do Brasil, associada à imposição de uma língua padrão, podem elucidar as crenças e os mitos existentes com relação à variação linguística, principalmente no que tange às comunidades menos prestigiadas socialmente.

No que diz respeito ao rotacismo, observamos que os resultados em relação à faixa etária estão em consonância com alguns trabalhos que defendem a hipótese da transmissão linguística irregular, pois os mais velhos conservam a forma estigmatizada e os mais novos tendem a usar a forma prestigiada dos centros urbanos, o que pode demonstrar um processo de nivelamento linguístico.

Com relação à síncope nas proparoxítonas, quando observamos as variáveis faixa etária e estada fora da comunidade conjuntamente, esse padrão

também é observado, pois percebemos que os mais jovens parecem substituir a variante estigmatizada pela culta, enquanto os mais velhos ainda recorrem à variante conservadora. Além de um possível nivelamento linguístico encontrado em Helvécia, percebemos que a síncope também está presente no português de São Tomé, comunidade africana, o que reforça a hipótese de que o processo fonológico pode ter uma ligação com línguas africanas ou com crioulos de base lexical portuguesa.

Propusemos, neste trabalho, reflexões iniciais sobre a relação entre os processos de síncope e de rotacismo que ocorrem em Helvécia (BA) e a hipótese da transmissão linguística irregular. Para uma análise mais aprofundada, porém, ainda precisamos encontrar evidências linguísticas por meio de comparação com línguas africanas, principalmente no caso do rotacismo, que nos forneceria indícios acerca do comportamento ou da efetiva influência em relação aos processos analisados no português da comunidade de Helvécia. Dessa forma, as considerações aqui apresentadas nos permitem começar a pensar sobre a relação entre os processos linguísticos, as características sociais dos informantes e a formação sócio-histórica da comunidade com a proposta da transmissão linguística irregular. Nesse sentido, acreditamos que não é possível negar a existência do contato entre línguas ocorrido no Brasil e o fato de que esse contato teria contribuído decisivamente para o resultado linguístico que se apresenta na comunidade estudada.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, M. S. S. Africanismos no português do Brasil. *Revista de Letras*, Recife, v. 1, n. 30, p. 7-16, 2010.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- COUTO, H. H. *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1996.
- DIAS, L. B. *O rotacismo em comunidades rurais afro-brasileiras do Estado da Bahia*. 2019. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Programa de Pós-

Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, C.; MOTA, J.; ANDRADE, N. *et al. Diversidade do português do Brasil*. 2. ed. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994. p. 21-32.

GOMES, D. C. T. *O uso variável do MAIS no português afro-brasileiro: coordenação e subordinação*. 2014. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

GOMES, D. K. Vogais em contexto postônico medial no Português de São Tomé. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 159-176.

GUY, G. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. 1981. Dissertation (PH.D in Language) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 101-124.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. Processos de criouliização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2016. p. 165-220.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. *et al.* O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 75-100.

LUCCHESI, D.; MELLO, C. A alternância dativa. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 427-456.

MUFWENE, S. *Competition and Selection in Language Evolution*. Chicago: Selections, 2002.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 9, p. 437-454, 1993. Número especial.

SANTOS, G. *O português afro-brasileiro de Hebécia-BA: análise da variável <S> em coda silábica*. 2012. Tese (Doutorado em Letras e linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SAPIR, E. *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt: Brace & World, 1921.

SILVA, E. O. *A Síncope nas Proparoxítonas das Comunidades Rurais Afro-brasileiras do Estado da Bahia: uma análise sociolinguística*. 2020. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

SOBRE VARIAÇÃO E MUDANÇA NA CONCORDÂNCIA DE P4 NO PORTUGUÊS DE ALMOXARIFE (SÃO TOMÉ): UMA COMPARAÇÃO COM O PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO

Thamiris Santana Coelho Assis

Alan Norman Baxter

1 INTRODUÇÃO

Expandindo o quadro de estudos sobre o português de São Tomé (PST),¹ neste trabalho, apresentam-se os resultados empíricos de uma pesquisa sociolinguística sobre o fenômeno morfossintático da concordância verbal de primeira pessoa do plural (P4), no português reestruturado falado na comunidade de Almojarife (PA), em que se verifica a variação do morfema de 1ª pessoa do plural, *-mos /-mo*, e a ausência total do morfema, conforme os exemplos em (1), um comportamento semelhante ao português afro-brasileiro,² como em (2).

(1) a. ***Nós eramos*** 5 numa canoa [DULCEM1]

b. ***nós não temo*** ninho aqui [CLOM2]

c. ***Nós fica*** com fome [FRANCM2]

(COELHO, 2015, p. 14, grifos do autor)

1 Vários estudos tratam diferentes aspectos das variedades do português em São Tomé, por exemplo Rougé (1991), Baxter (2001; 2004; 2019); Figueiredo (2009; 2010; 2012; 2014); Rita Gonçalves (2009; 2016); Bouchard (2017); Brandão & Vieira, 2012; Coelho 2015, entre outros.

2 O termo português afro-brasileiro é adotado de acordo com Lucchesi, Baxter & Ribeiro (2009). Este termo refere-se à variedade de português falado pelo setor sociolinguístico da sociedade que, historicamente, passou por um processo massivo de mudança de idioma, adquirindo o português primeiro como segunda língua (L2), e passando por uma fase em que o português L2 forneceu subsídios para aquisição de primeira língua (L1) (Lucchesi & Ribeiro, 2009). Neste processo, a variação originalmente inerente às variedades L2 do português passou para a L1 das gerações subsequentes.

- (2) a. É aonde **nós tamos** por aí até o dia que Deus querê. (RC-24)
b. Aí **nós entramo** pra dentro... (HV-07)
c. **nós saiu** daqui... (CZ-03)
(LUCCHESI, BAXTER, SILVA, 2009, p. 365, grifos nosso)

No que diz respeito à redução e variação da concordância verbal no português popular brasileiro (PPB), o histórico processo de aquisição natural do português como segunda língua (L2) nas situações multilíngues típicas do período colonial do Brasil teria exercido um efeito fundamental. (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009)³ A redução da morfologia flexional é um fenômeno amplamente observado na aquisição de L2 e, sobretudo, na aquisição natural que ocorre em contextos de contato linguístico (CLEMENTS, 2009) No Brasil colonial, nas populações que aprenderam o português como L2, a redução morfológica inerente na L2 foi transmitida geralmente como característica do português como primeira língua (L1), no processo denominado “transmissão linguística irregular”. (BAXTER, 1992; BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI; BAXTER, 2009; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009)

Semelhantemente ao PPB, a aquisição do português falado na comunidade de Almojarife, localizada no distrito de Santana, em São Tomé (África), ocorreu numa situação de contato entre línguas de tipologias diferentes: o crioulo santomense e o português europeu (PE), ocorrido a partir do século XIX, mas principalmente no século XX.⁴ Nesse caso, a aquisição do português resultou numa variedade do português que se distancia bastante

3 O português popular brasileiro (PPB), que pode ser caracterizado como o conjunto de socioletos rurais e urbanos não-padrão, adquiriu diacronicamente diversas características resultantes dos processos seculares de contato entre falantes de línguas ameríndias e africanas com variedades do português, a aquisição do português como L2 pelas populações ameríndias e africanas, e, posteriormente, a adoção do português como L1 dessas mesmas populações. (LUCCHESI, 2001; 2015)

4 Como é evidente, o PE só começa a ter relevância para a sociedade são-tomense grosso modo no século XX, pois a esmagadora maioria da população indígena só falava o crioulo são-tomense ou o crioulo angolano. A presença de cabo-verdianos, uma minoria, data de finais do século XIX. (GONÇALVES, R., 2010; 2016; HAGEMEIJER, 2018) No que diz respeito às procedências dos portugueses nos séculos XIX e XX, sabe-se que houve bastante diversidade. Porém, em algumas das grandes roças, a exemplo de Monte Café e Santa Catarina, funcionando a partir da década de 1860, era comum a presença de pessoal auxiliar do centro norte de Portugal, enquanto que muitos proprietários eram da região de Lisboa.

do português do colonizador português. (FIGUEIREDO, 2010; 2014; SANTANA, 2019)

Considerando esses pressupostos, este trabalho pretende investigar a variação na aplicação da regra de concordância de P4 no português de Almojarife (PA) comparando os resultados com o estudo realizado com o mesmo fenômeno para o português afro-brasileiro (LUCCHESI, BAXTER e SILVA, 2009).⁵ Serão focalizados dois fatores extralingüísticos – faixa etária e escolarização – com a finalidade de verificar se, na variedade do português falada em Almojarife, o seu perfil aponta para um processo de variação estável ou de mudança em curso,⁶ distanciando-se ou aproximando-se do comportamento observado no português afro-brasileiro, em que, segundo Lucchesi, Baxter e Silva (2009, p. 371), registram um processo de ligeira tendência à mudança aquisicional da regra de concordância.

Tendo em vista que a concordância se caracteriza como um dos fenômenos lingüísticos variáveis que podem indicar se houve reestruturação gramatical pela redução de marcas morfológicas, a expectativa é que a variação atual na realização da flexão verbal da 1ª pessoa do plural no PA apresente evidências nesse sentido, tal qual ocorreu no português afro-brasileiro.

Para a finalidade de exposição do tema, este capítulo está dividido nas seguintes seções: 1. O quadro lingüístico de São Tomé e Príncipe e a comunidade de Almojarife, que apresenta as principais línguas faladas no país e uma breve sócio-história da comunidade de fala analisada; 2. Enquadramento teórico-metodológico, na qual são mostrados os procedimentos metodológicos adotados na investigação empírica; 3. Apreciação dos dados, em que são apresentados os resultados acerca do fenômeno analisado em comparação com o português afro-brasileiro. Após a seção 3, seguem-se as considerações finais deste trabalho.

5 A comparação do PAB e o PA assenta-se em quatro fatos: (i) são variedades que passaram por fases de aquisição natural do português como L2; (ii) as variedades L2 forneceram dados lingüísticos primários para a aquisição do português como L1; (iii) tiveram *input* da família lingüística banta; e, (iv) aparentam fenômenos de variação morfossintática semelhantes.

6 Os fatores lingüísticos que influenciaram na aplicação da regra da concordância de P4, em Almojarife, estão tratados em Coelho (2015).

2 O QUADRO LINGUÍSTICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A COMUNIDADE DE ALMOXARIFE

Segundo Hagemeyer (2009), além da língua oficial, o português, são igualmente faladas na ilha de S. Tomé duas línguas crioulas autóctones, aparentadas: o santome – também chamado santomense ou forro –, língua de S. Tomé; e o angolar, língua dos Angolares, assim como variedades linguísticas herdadas do sistema colonial de contratação de serviços: o crioulo de Cabo Verde, o português dos Tongas e resquícios de línguas do grupo Bantu. Hoje em dia, o português é a língua mais falada na ilha, em detrimento das línguas crioulas e das demais línguas.⁷

Os processos sócio-históricos de formação de São Tomé e Príncipe contribuíram para a existência do quadro de multilinguismo existente no país. São Tomé foi ocupada a partir de 1485, com colonos portugueses e escravos das regiões de Benin e Congo, desenvolvendo-se o cultivo do açúcar, com engenhos de grande porte. (HOLM, 1988) Em 1640, a ilha foi ocupada pelos holandeses, e quando os portugueses retornaram em 1644, encontraram o território dividido em duas partes, numa situação de contato linguístico entre os membros da população no interior da ilha: escravos africanos e seus descendentes, a maioria falante do santomense, outros bilíngues em santomense e português L2 ou português L1, e nos litorais: colonizadores, falantes do PE, e seus descendentes bilíngues em santomense e português L1. (HENRIQUES, 1989 apud FIGUEIREDO, 2010, p. 85)

Mesmo após a abolição da escravatura, datada de 25 de fevereiro de 1869, os trabalhadores das roças eram obrigados a trabalhar em condições desumanas. Nas palavras de Ribeiro (1975),⁸ Figueiredo (2010) relata que essa situação levou os libertos a não buscarem empregos nas roças, se fixando em comunidades isoladas ou semi-isoladas, como ocorreu com os forros em Almojarife.

7 Rita Gonçalves (2010) afirma que, somente nos últimos anos, tem havido tentativas de preservação das línguas nacionais, a exemplo da realização de programas de rádio e televisão transmitidos em crioulo para que não sejam perdidos seus valores históricos e linguísticos.

8 Ilmo e exmo. Senr. Marquez de Sá da Bandeira, 26 nov. 1875. Cx. n. 1, São Tomé e Príncipe, doc. s.n. Lisboa: AHM – Secção de Investigação, Leitura e Divulgação (SILD), 1875.

A povoação que se estabeleceu na Baía de Almoxarife seria constituída por libertos santomenses que buscavam se fixar longe das roças para não serem forçados a trabalhar nelas. O sustento da comunidade se deu através da agricultura de pequeno porte e da pesca artesanal. A Baía de Almoxarife situa-se ao leste da ilha de São Tomé, pertencendo ao Distrito de Cantagalo, cuja capital é Santana. Dados do censo de 1960 mostram que o distrito contava com cerca de 13.258 habitantes, a capital com 7.702, e a comunidade de Almoxarife possuía cerca de 150 forros. (TENREIRO, 1961, p. 164 apud FIGUEIREDO, 2010, p. 87) Além do receio dos membros da comunidade em regressar ao trabalho nas roças, questões de cunho político e religioso e o difícil acesso aos meios de comunicação também fizeram com que os habitantes de Almoxarife permanecessem por muito tempo com pouco contato com falantes do PE.

O português reestruturado⁹ falado pelos núcleos urbanos e pelas comunidades rurais mais isoladas, como aquela de Almoxarife, sobretudo nas gerações mais novas, começou a nivelar-se a partir da década de 1970 com a construção e pavimentação de estradas. Nessa fase, o contato de falantes bilíngues de Almoxarife com o PE permitiu a inserção de empréstimos lexicais e estruturais da língua-alvo (LA), colocando as duas gramáticas em competição e originando o português falado atualmente na comunidade. (FIGUEIREDO, 2010)

Pelo fato de São Tomé apresentar um quadro amplamente plurilíngue, como em todas as ex-colônias de Portugal, e por diversos motivos práticos,¹⁰ o português foi-se firmado como a língua oficial, após a independência (1975), a fim de unir os povos, de facilitar a comercialização, além da questão de prestígio nas classes sociais. (GONÇALVES, 2010)

9 Reestruturado pela incorporação de dados de português L2, com divergências do PE, manifestando influências da gramática do santomense, e desenvolvimentos originais.

10 Esses motivos incluem a coesão social, o acesso ao diálogo político internacional, laços de cooperação com Portugal e o acesso a organizações internacionais de apoio, e a facilidade da continuação de um sistema administrativo e educacional já existente. Aliás, não havia uma língua alternativa para unir o povo, pois eram faladas três línguas crioulas – ou quatro, se conta também o crioulo da Ilha do Príncipe –, e remanescentes de línguas bantas.

Na comunidade de Almojarife, a língua crioula tradicionalmente falada é o santomense, mas se supõe que o português teria algum espaço na comunidade desde o século XIX. No século XX, segundo Figueiredo (2010), com a construção de estradas, a ilha de São Tomé possuía uma cobertura escolar eficiente a nível territorial, o que contribuiu para um certo nivelamento do português falado pelos núcleos urbanos e pelas comunidades rurais mais isoladas, principalmente pela escolarização das gerações mais novas da ilha. O contato mais estreito dos falantes bilíngues de Almojarife com o PE permitiu a incrementação de empréstimos de traços lexicais e estruturais da LA.

Na formação do PST, Hagemeyer (2009, p. 6) afirma que o santomense é o crioulo que mais influenciou a gramática dessa variedade do português devido ao fato de ser a língua crioula de maior alcance no país. Para as finalidades do tema do presente artigo, é relevante observar que o santomense não flexiona o verbo para pessoa e número ou tempo e modo, como mostram os exemplos (3) e (4).

- (3) *Ê **saya** kanwa pê matu.* (Santomense)
Ele **puxar** canoa pôr matu. (PA)
'Ele **puxa** a canoa para o matu'. (PE)

- (4) *Nós **saya** kanwa pê matu.* (Santomense)
Nós **puxar** canoa pôr matu. (PA)
'Nós **puxamos** a canoa para o matu'. (PE)
(HAGEMEIJER, 2009, p. 13, grifos nosso)

Para indicar número plural e para expressar tempo-modo, o crioulo utiliza respetivamente partículas gramaticais pré-nominais e pré ou pós-verbais, conforme o exemplo em (5).

- (5) ***Inen** [manu]N mu **konta u ba** (santomense)*
***PL** irmão POSS dizer 2PS PST*
'Os meus irmãos tinham te dito'.
(adaptado de Hagemeyer e Alexandre, 2012, p. 239-240)

Esses fatos levantam a possibilidade de que o sistema verbal do santomense podia ter afetado o desenvolvimento da flexão verbal no PA, por meio de uma transferência funcional durante o processo de aquisição do português como L2. Embora a redução da morfologia flexional seja comum na aquisição das L2, devido a dificuldades do aprendente para identificar e decodificar a morfologia (BICKERTON, 1988; CLEMENTS, 2006), a L1 do aprendente também pode afetar a forma da L2, por meio da transferência de padrões da L1. (LEFEBVRE, 2014)¹¹

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A análise dos dados nesta pesquisa segue os pressupostos da sociolinguística quantitativa, proposta por Labov (1972; 1982; 1994; 2008). O *corpus* do trabalho é composto por 18 entrevistas sociolinguísticas (LABOV, 2008) com nove informantes do sexo masculino e nove informantes do sexo feminino, recolhidas no âmbito do projeto “Semi-creolization: testing the hypothesis against data from Portuguese – derived languages of São Tomé”.¹²

Como o objetivo deste trabalho é verificar o quadro de variação estável ou mudança em curso, destinamos a análise dos dados para as variáveis sociais faixa etária e escolarização. De acordo com Chambers e Trudgill (1980), as variáveis sociais estão interligadas ao comportamento

11 Ressaltamos que este estudo diz respeito a uma comunidade que passou pela aquisição da língua portuguesa em L2, e por uma subsequente transição para a PL1, sempre mantendo um certo bilinguismo em sua língua ancestral, que neste caso é uma língua crioula. Este tipo de situação pode ser observada hoje em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor Leste, onde as línguas ancestrais são de diferentes famílias linguísticas e onde o português foi difundido principalmente no século XX, e ainda está sendo difundido no século XIX. (ADRIANO, 2014; BATORÉO, 2011; CABRAL, 2005; CHAVAGNE, 2005; FONSECA, 2012; GONÇALVES, R. M. G., 2010; LOPES DA SILVA; SAMPA, 2017, entre outros) No entanto, o processo também pode ser visto em comunidades ameríndias no Brasil (CHRISTINO, 2015a; 2015b; SÁ AMADO, 2015; entre outros). Pesquisas sobre a mudança linguística neste tipo de contexto sociolinguístico demonstram amplamente como a mudança é introduzida por falantes de L2, influenciados por seus ancestrais L1, mas também por mudanças de gramaticalização originais. (HICKEY, 2010; LIGHTFOOT, 2006; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009; HEINE; KUTEVA, 2010; WINFORD, 2008, entre outros) O leitor perceberá que qualquer noção da deriva, como proposta no passado para explicar as mudanças na morfologia flexional no português brasileiro (NARO; SCHERRE, 2007), não é relevante para o presente tema.

12 Projeto dirigido pelo Prof. Dr. Alan Norman Baxter com a colaboração do Prof. Dr. Dante Lucchesi, e apoiado pela Australian Research Council.

linguístico da variação e da mudança, visto que entra nesse contexto a noção de estigma e de prestígio, sendo que essa noção de maior ou menor consciência do falante sobre a avaliação social da regra pode ser evidenciada na análise dos resultados da escolarização.

Nessa ótica, os falantes mais escolarizados tenderiam a usar mais as variantes linguísticas de prestígio em detrimento das variantes estigmatizadas. Por outra parte, a análise da faixa etária permite identificar o *status* da variante inovadora na comunidade de fala, sendo que, normalmente, os falantes mais jovens são aqueles que lideram o processo de mudança em curso apresentando maior utilização da variante de prestígio. (LABOV, 1982)

Levando em consideração as diferentes gerações de informantes, distribuídas em três faixas etárias, o *corpus* da comunidade de Almojarife foi assim configurado: faixa etária 1 – informantes de 20 - 40 anos –; faixa etária 2 – informantes de 41 - 60 anos –; e faixa 3 – informantes com mais de 60 anos. Todos os informantes são bilíngues, falantes de português e santomense, com pouca ou nenhuma escolarização.

Para a quantificação dos dados foi usado o programa estatístico GoldVarb X. (GUY; ZILLES, 2007; SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) Os dados coletados para a análise foram codificados levando em conta as matrizes analíticas adotadas em trabalhos anteriores sobre esse tema, incorporadas na chave de codificação elaborada pelo grupo Vertentes do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA).

Para cotejar os resultados do PA com o português afro-brasileiro foi escolhido o trabalho de Lucchesi, Baxter e Silva (2009) sobre as comunidades afro-brasileiras do interior da Bahia – Rio de Contas, Sapé, Cinzento e Helvécia. Esse estudo analisa a variação de concordância de P4 em amostras de fala de comunidades remanescentes de quilombos ou formadas após a abolição por afrodescendentes que foram escravizados. São comunidades que se encontravam em relativo isolamento no momento da recolha dos dados e, dessa forma, podem resguardar vestígios do português adquirido durante o contato com as línguas africanas, principalmente no registro dos

informantes da faixa 3. Portanto, a sócio-história dessas comunidades afro-brasileiras é semelhante à da comunidade de Almoxarife, o que garante a validade da comparação.

Lucchesi, Baxter e Silva (2009) analisaram a concordância de P4 apenas com as formas verbais relacionadas ao sujeito representado pelo pronome *nós*, em uma amostra de 24 entrevistas, composta por informantes homens e mulheres, distribuídos nas seguintes faixas etárias: faixa 1, 20-40 anos; faixa 2, 41-60 anos; faixa 3, mais de 60 anos. A escolarização não foi analisada nesse trabalho, porque todos os informantes eram analfabetos.

Os resultados gerais do trabalho de Lucchesi, Baxter e Silva (2009), conforme a Tabela 1, mostram que a frequência de aplicação da regra de concordância de P4 é baixa e se ajusta à interpretação sócio-histórica de que, em comunidades rurais isoladas, a morfologia verbal de número e pessoa teria sido alterada pela erosão que ocorre nas situações de contato linguístico intenso.

Tabela 1 - Frequência de aplicação da regra de concordância P4 no português afro-brasileiro do interior da Bahia

| Variante | Ocorrências/Total | Frequência |
|-------------------------|-------------------|------------|
| com concordância | 84/480 | 18% |
| sem concordância | 396/480 | 82% |

Fonte: adaptada de Lucchesi, Baxter e Silva (2009, p. 363).

Para fins de traçar paralelos com outros estudos já realizados para o mesmo fenômeno, o referido estudo limitou-se ao estudo do pronome *nós*.¹³ O presente trabalho também se limita à análise da regra de concordância de P4 junto ao pronome *nós*.

¹³ Os autores não quantificaram a forma *a gente*, argumentando que, na fala popular, a ocorrência dessa expressão se caracteriza com mais frequência exatamente pelo reduzido uso de desinências verbais de número e pessoa. (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009)

4 APRECIÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados revelou que a aplicação da regra de concordância de P4 é muito mais frequente no PA do que no português afro-brasileiro. A Tabela 2 apresenta a frequência geral da aplicação da regra:

Tabela 2 -Frequência de aplicação da regra de concordância de P4, na fala da comunidade de Almojarife, em São Tomé

| Variante | Ocorrências/Total | Frequência |
|-------------------------|--------------------------|-------------------|
| com concordância | 399/542 | 73,6% |
| sem concordância | 143/542 | 26,4% |

Fonte: elaborado pelos autores.

De um total de 542 ocorrências de sujeitos P4, 73,6% dos dados correspondem à aplicação da regra de concordância. De certa maneira, estes resultados contrariam a nossa expectativa inicial de que a não-aplicação da regra de concordância fosse prevalente, tendo em vista a relativamente recente aquisição do português pela comunidade de falantes de crioulo. Aliás, acreditava-se que haveria menos concordância na fala da comunidade de Almojarife em virtude de seus informantes possuírem baixo ou nenhum grau de escolaridade e pertencerem a comunidade rural.

Comparando estes resultados com aqueles obtidos por Lucchesi, Baxter e Silva (2009), verificamos que a diferença é oposta sendo que nas comunidades afro-brasileiras, a regra registra uma frequência de apenas 18% de concordância de P4, em contexto sócio-histórico semelhante ao do PA.

Embora o índice de aplicação no PA fosse relativamente alto, previa-se que a regra estivesse sendo adquirida gradativamente, pois a introdução do português nesta comunidade teria passado por fases geracionais, com uma gradual alteração da relação entre o crioulo e o português. Inicialmente, o português foi L2 – com L-crioula dominante –, mas gradualmente teria passado para o papel de L1 dominante. Deveria haver diferentes graus dessa

transição visíveis na estrutura geracional. Essa hipótese foi avaliada a partir da análise dos dados referentes à faixa etária dos informantes.

O padrão de aquisição gradual é confirmado nos resultados da análise das faixas etárias, apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Efeito da variável *faixa etária* sobre a concordância de P4

| <i>Faixa etária do falante</i> | Nº de oco./Total | Freq. | RODADA 1 P.R. |
|----------------------------------|-------------------------|--------------|----------------------|
| Faixa 1 - 20 a 40 anos | 211/247 | 85,4% | .658 |
| Faixa 2 - 41 a 60 anos | 120/180 | 66,7% | .396 |
| Faixa 3 - Mais de 60 anos | 68/115 | 59,1% | .322 |
| TOTAL | 399/542 | 73,6% | |

*Nível de significância: 0.000

Fonte: elaborado pelos autores.

Os pesos relativos atentam para um padrão aquisicional, refletindo uma mudança em curso em direção à aquisição da regra da concordância de P4. Da faixa 3 (pr. 0.322) para a faixa 2 (pr. 0.396), há um decréscimo no desfavorecimento da concordância, enquanto que a faixa 1 (pr. 0.658) favorece fortemente a aplicação da regra.

No caso das comunidades afro-brasileiras, Lucchesi, Baxter e Silva (2009, p. 368) também registraram indícios de mudança: “uma ligeira inclinação no sentido do aumento do uso da regra de concordância verbal”.¹⁴ Porém, nesse caso, a diferença de frequência da faixa mais idosa para a faixa jovem era mínima: 16% > 18% > 19%. Em contrapartida, nos dados da comunidade de Almocharife, chama a atenção a diferença exponencial referente à faixa 1 em comparação com as faixas 2 e 3. Esse comportamento nos leva a considerar o potencial efeito da escolarização.

14 Os autores observam que, na análise por VARBRUL, a faixa etária não foi selecionada como estatisticamente significativa.

Por um lado, como em Almojarife a implementação da escola é relativamente recente, datando de meados da década de 1970 (FIGUEIREDO, 2010, p. 88), prevê-se que os falantes mais jovens teriam mais acesso à escolarização do que os mais velhos. Seria por isso que os informantes da faixa 1 empregariam mais a regra de concordância do que as outras faixas etárias. Por outro lado, os mais velhos, que não tiveram acesso ao ensino regular através da escola, empregariam com menor frequência a forma padrão da concordância de P4. Esperava-se encontrar um padrão ascendente de aquisição da regra que vai da faixa 3 a faixa 1, considerando o acesso à escola pelos falantes mais jovens.

Por outro lado, no português afro-brasileiro, na amostra utilizada por Lucchesi, Baxter e Silva (2009), os informantes declararam nunca ter frequentado a escola. O perfil de uma mudança muito ligeira na direção da aquisição da concordância verbal, em uma comunidade de falantes analfabetos, seria explicado por um outro meio de acesso a modalidades de português de fora da comunidade: a mobilidade, por motivos de trabalho ou comércio dos produtos das suas roças.

Para explorar o efeito da escolarização no PA, comparou-se a variável *faixa etária* com a variável *escolarização*, através do cruzamento de dados, obtendo os resultados expostos na Tabela 4:

Tabela 4 - Cruzamento de *faixa etária* com *escolarização*

| ESCOLARIZAÇÃO FAIXA ETÁRIA | SEMIANAL-FABETO | | ANALFA-BETO | | TOTAL | | TOTAL GERAL |
|--------------------------------------|-----------------|-----------|-------------|-----------|------------|------------|-------------|
| | Pres. | Aus. | Pres. | Aus. | Pres. | Aus. | |
| Faixa 1 – 20 a 40 anos | 211 85% | 36 15% | 0 --- | 0 --- | 211 85% | 36 15% | 247 |
| Faixa 2 – 41 a 60 anos | 114 88% | 15 12% | 6 12% | 45 88% | 120 67% | 60 33% | 180 |
| Faixa 3 – Mais de 60 anos | 31 79% | 8 21% | 37 49% | 39 51% | 68 59% | 47 41% | 115 |
| TOTAL | 356 86% | 59 14% | 43 34% | 84 66% | 399 74% | 143 26% | 542 |

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 4, os informantes semianalfabetos das três faixas etárias perfizeram frequências de aplicação da regra de concordância com percentuais expressivos: faixa 1 – 85%, faixa 2 – 88% e faixa 3 – 79%. Os informantes de Almojarife considerados semianalfabetos frequentaram a escola até a 4ª classe – correspondente ao ensino fundamental 1, no Brasil – ou até o 8º ano – equivalente ao ensino fundamental 2, no Brasil. Para os informantes analfabetos, os percentuais de aplicação da regra, por faixa etária, são: faixa 2 – 12% e faixa 3 – 49%, sendo que não há informantes analfabetos na faixa 1. A explicação da divergência mínima aparente no desempenho dos analfabetos da faixa 3 radica nas características particulares dos informantes dessa faixa: uma das mulheres passou um período em Angola, enquanto que os homens tinham trabalhado por breves períodos nas empresas agrícolas coloniais. Portanto, nessa faixa, embora os analfabetos adquiriram o português por meio do contato, as circunstâncias, os modelos de português disponíveis e a intensidade desse contato foram diversas.

Em seguida, realizou-se uma segunda rodada do GOLDVARB-X, incluindo a variável *escolarização* com os dados das faixas etárias 2 e 3. Os resultados da análise dessa variável estão apresentados na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 - Efeito da variável *escolarização* sobre a concordância de P4

| Grau de escolaridade | Nº oco./ Total | Freq. | RODADA 2 P.R. |
|-----------------------------|---------------------------|--------------|--------------------------|
| Semianalfabeto | 145/168 | 86,3% | .746 |
| Analfabeto | 43/127 | 33,9% | .193 |
| TOTAL | 188/295 | 63% | |

*Nível de significância: 0.000

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme apresenta a Tabela 5, os resultados confirmam a hipótese de que quanto maior o grau de escolaridade, maior também é a tendência de aplicação da regra de concordância verbal P4. Os falantes semianalfabetos

favorecem a aplicação da regra, com PR 0.746 e uma frequência de 86,3%. Já os falantes analfabetos desfavorecem a regra com PR .193 e 33,9% de frequência de aplicação.

Embora tenha se estabelecido o contexto de multilinguismo em que o português se formou nas comunidades afrodescendentes e na comunidade de Almojarife, um ponto convergente que validaria a comparação entre as variedades de português faladas nessas comunidades, os resultados apresentados aqui demonstram que pode haver outros fatores significativos que interferem na trajetória que as línguas trilham após a sua formação e que devem ser considerados. Na comunidade de fala de Almojarife, o efeito da escolarização é fundamental para a compreensão da mudança no padrão de concordância evidenciada nos resultados da análise de acordo com a faixa etária dos informantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da comparação da variável P4 no PA e no estudo do português rural afro-brasileiro (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009), verificamos um comportamento semelhante no que diz respeito à aquisição da regra de concordância. Por um lado, o resultado da variável faixa etária no PA indica que os mais velhos desfavorecem a concordância de P4, revelando que a gramática deles pode ser considerada como sendo mais próxima das fases iniciais de aquisição do português por uma comunidade que tinha o crioulo santomense como L1 ancestral. Relembrando o que se comentou relativamente à distinção mínima no desempenho dos falantes analfabetos da faixa etária 3, e às características desses falantes, observamos que os modelos de português disponíveis aos falantes nessa faixa teriam sido um tanto diferentes conforme o indivíduo. Teria havido modelos de português L2 e modelos de português L1, tanto para o semianalfabeto quanto para o analfabeto. Quem viajou, ou quem trabalhou nas roças coloniais, ou quem teve a sorte de ter algum acesso à escola, teria mais acesso a modelos de português L1. Postulamos que as

pessoas que tiveram menos acesso a modelos de fora da comunidade, teriam uma gramática com características mais próximas à fase inicial da aquisição do português por esta comunidade. Por outro lado, o comportamento dos falantes mais novos, que favorecem fortemente a regra de concordância, confirma a sua aquisição das regras da gramática normativa do PE.

A aquisição intensa da regra padrão do PE, atrelada à escolarização como gatilho, deve-se em certa medida à fixação do português como língua oficial, portanto de prestígio, após a independência de São Tomé e Príncipe em 1975. Obviamente, os informantes da faixa etária 1 teriam sido mais expostos à aquisição da norma padrão do PE do que os falantes mais velhos, justamente pela pressão sócio-política da avaliação de prestígio do português, reforçada pela escola. Estamos perante um processo de nivelamento das diferenças sociolinguísticas das comunidades rurais conforme assimilam características mais normativas.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, P. S. *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas fráscas do português em Angola: divergências em relação à norma europeia*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Évora, 2014.
- ALBUQUERQUE, D. B. O Português de Timor Leste: contribuições para o estudo de uma variedade emergente. *PAPI*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 65-82, 2011.
- BATORÉO, H. Funções do marcador polissémico ‘já’ no Português de Timor-Leste: Importância do conhecimento da(s) línguas(s) materna(s) dos aprendentes do Português L2 no processo da aquisição/aprendizagem da língua não-materna. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 25., 2011, Lisboa. *Anais [...]*. Porto: APL, 2011. p. 211-223.
- BAXTER, A. N. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulização prévia: um exemplo do estado da Bahia. In: ANDRADE, E. (ed.). *Actas do Colóquio Internacional sobre Línguas Crioulas de Base Portuguesa*. Lisboa: Universidade de Lisboa. 1992. p.7-35.

BAXTER, A. N. Concordância verbal. In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: Edufba, 2009. p. 317-337.

BAXTER, A. N. O português dos Tongas de São Tomé. In: OLIVEIRA, M. S. D.; ARAUJO, G. A. (org.). *O português na África atlântica*. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2018. p. 297-321.

BAXTER, A. N.; LOPES, N. O desenvolvimento de regras de concordância variável em variedades de português a partir de modelos-estímulos (*inputs*) diferentes. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J. *et al.* (ed.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012. p.221-237.

BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A Relevância dos Processos de Pidginização e Crioulização na Formação da Língua Portuguesa. In: *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n.19, p. 65-84, 1997.

BAXTER, A. N. “Semicreolization? – The restructured Portuguese of the Tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation.” *Journal of Portuguese Linguistic*, Lisboa, v.1, p. 7-39, 2002.

BAXTER, A. N. “The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese.” In: ESCURE, G.; SCHWEGLER, A. (ed.) *Creoles, Contact and Language change: linguistics and social implications*. Amsterdam: John Benjamins, 2004. p. 97-126.

BAXTER, A. N. Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro - divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 14, p. 72-90, 1995.

BICKERTON, D. Creole languages and the bioprogram. In: NEWMAYER, F. J. (ed.). *Linguistics: the Cambridge survey. Linguistic theory: Extensions and implications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. v. 2, p. 268-284.

BOUCHARD, M. E. *Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé*. 2017. Dissertation (Doctorate in Linguistics) - New York University, New York, 2017.

BRANDÃO, S. F.; VIERA, S. R. A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *PAPIA*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 7-39, 2012.

- CABRAL, L. A. V. *Complementos Verbais Preposicionados do Português em Angola*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.
- CHAVAGNE, J-P. *La langue portugaise de Angola*. 2005. Tesis (Doctorado en Lingüística) - Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2005.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- CHRISTINO, B. Apresentação. *PAPIA*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 41-45, 2015a.
- CHRISTINO, B. Gender agreement in Huni-Kuin Portuguese noun phrases. *PAPIA*, São Paulo, v. 25, n.1, p. 77-102, 2015b.
- CLEMENTS, J. *The Linguistic Legacy of Spanish and Portuguese: colonial Expansion and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- COELHO, T. S. *Variação na concordância verbal no português da comunidade de Almojarife, em São Tomé (África)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- FIGUEIREDO, C. F. G. *A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almojarife, São Tomé: desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Macau, [China], 2010.
- FIGUEIREDO, C. F. G. A configuração do SN do português reestruturado da comunidade de Almojarife, São Tomé. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, [s. l.], v.1, n. 1, p. 28-55, 2009.
- FIGUEIREDO, C. F. G. Português de Almojarife, São Tomé: Sentenças relativas com relativizadores. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 277-309, 2014.
- FIGUEIREDO, C. F. G. Variável extralingüística escolaridade: Influência na marcação plural do sintagma nominal do português reestruturado de Almojarife, São Tomé. *PAPIA*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 41-76, 2012.
- FONSECA, S. P. B. *Aquisição e Aprendizagem da Referência Nominal no Contexto do Português Língua Não Materna na Guiné-Bissau*. 2012. Dissertação (Mestrado em Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem) - Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

GONÇALVES, P. *A génese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2010.

GONÇALVES, R. M. G. *Construções ditransitivas no Português de São Tomé*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

GONÇALVES, R. M. G. *Propriedades de subcategorização verbal no português de S. Tomé*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

GUY, G. R. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: aspects of the Phonology, Syntax, and Language History*. 1981. Dissertation (Ph.D. in Linguistics) - University of Pennsylvania.

GUY, G. R.; ZILLES, A. 2007. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAGEMEIJER, T.; ALEXANDRE, N. Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintáctica. *PAPIA*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 233-251, 2012.

HAGEMEIJER, T. As línguas de São Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2009.

HAGEMEIJER, T. From creoles to Portuguese: a case-study of language shift in São Tomé and Príncipe. In: ÓPEZ, L. Á.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. (ed.). *The continuum of Portuguese language in Africa and Brazil*. Amsterdam: Benjamins, 2018.p. 169-184.

HEINE, B.; KUTEVA, T. Contact and grammaticalization. In: HICKEY, R. (ed.). *The Handbook of Language Contact*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. p. 86-105.

HICKEY, R. Contact and language shift. In: HICKEY, R. (ed.). *The Handbook of Language Contact*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. p. 151-168.

HOLM, J. *Pidgins and Creoles: reference survey*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. v. 2.

LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Cambridge: Blackwell, 1994.
- LEFEBVRE, C. *Relabeling in language genesis*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LIGHTFOOT, D. *How New Languages Emerge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- LÓPEZ, L. Á.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. (ed.). *The continuum of Portuguese language in Africa and Brazil*. Amsterdam: Benjamins, 2018.
- LUCCHESI, D. As duas grandes vertente da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; SILVA, J. A. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 360-371.
- LUCCHESI, D. *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 125-153.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- ROUGÉ, J-L. “Les langues des Tonga”. In: D’ ANDRADE, E. ; KIHM, A. (ed.). *Actas do Colóquio Internacional sobre Línguas Crioulas de Base Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p. 171-175.
- SÁ AMADO, R. O português étnico dos povos Timbira. *PAPIA*, São Paulo, v. 25, n.1, p. 103-119, 2015.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows. *Individual*, Toronto, 2015.

SANTANA, N. G. A. *As construções dativas no português de duas comunidades bilíngues de São Tomé (África)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SILVA, C. L.; SAMPA, P.J. Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 31, p. 231-247, 2017.

WINFORD, D. Processes of creole formation and related contact- induced language change. *Journal of language contact* – THEMA 2, [s. l.], p. 1-21, 2008.

A LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU: POLÍTICA LINGUÍSTICA NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Alfa Dos Santos Silom

Gredson Dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país que se localiza na Costa Ocidental do continente africano. Faz fronteira com o Senegal ao Norte e ao Sul e ao Leste com a Guiné-Conakry. Dentre os territórios invadidos em África por Portugal, a Guiné-Bissau foi o primeiro deles a reconquistar sua independência, a 24 de setembro de 1973. Apesar disso, como destaca Santana (2014), intelectuais guineenses contemporâneos como Abdulai Sila, escritor e ex-integrante de uma Brigada de Alfabetização, que atuou junto com o professor brasileiro Paulo Freire, consideram que as modificações tão esperadas para o período pós-independência não livraram o país de amarras como a opressão e exclusão social e de práticas de gestão colonialistas. No campo linguístico, isso se traduz no fato de que a escolha do português como língua oficial mais do que promover a esperada unificação do país após as guerras pela independência, como era o anseio do grande líder guineense Amílcar Cabral, acabou por reforçar problemas como o fracasso escolar e, conseqüentemente, a desigualdade social.

Destaque-se, de antemão que, na Guiné-Bissau, a língua de unidade nacional é o guineense, falado especialmente pela juventude urbana e que conta com mais de 50% dos falantes. (SANTOS; SVARTMAN, 2018) Mesmo com esse quadro, o guineense não é a língua falada como L1 da maior parte da população, cabendo esse papel ao balanta e ao fula, que,

contam com mais de 390.000 e 260.000 falantes, respectivamente, segundo os dados compilados por Costa (2014). Os dados do Recenseamento Geral da População, feito em 2008 pelo Ministério da Economia, Plano e Integração Nacional, informam ainda que 28,5% da população da Guiné-Bissau é fula e 22,5% é balanta. (GUINÉ-BISSAU, 2009)

A adoção do português como língua oficial pelo Estado da Guiné-Bissau, embora esta não fosse – e não seja até hoje – a língua da maioria da população, configura-se, tecnicamente, como o modelo típico de política linguística de gestão *in vitro*, nos termos de Calvet (2007). Essa gestão se caracteriza por uma ação sobre a língua que se dá à revelia da grande massa de falantes, sendo o Estado o responsável pelo planejamento linguístico. Em concordância com Monteagudo (2012), podemos dizer que a definição de uma só língua como a oficial, apesar da realidade plurilíngue da Guiné-Bissau, é uma aposta equivocada no modelo do monolinguismo – no fundo uma crença numa invenção que consolidou ações colonialistas em vários territórios na África e nas Américas.

Em termos práticos, a consequência foi que o Estado guineense contribuiu para uma desigualdade social, impedindo um número considerável de cidadãos de gozar de privilégios estipulados a partir do domínio da língua portuguesa – ainda que essa escolha tenha sido guiada por uma intenção de assegurar a comunicação da Guiné-Bissau com outras nações no universo da chamada lusofonia, por exemplo.¹ Em razão desse quadro sociolinguístico, procura-se abordar, neste texto, os principais motivos que levaram o Estado guineense a adotar uma política linguística que legitima o português como uma única língua oficial no meio de uma complexa sociedade plurilíngue.²

Para entender tudo isso é preciso olhar o passado histórico do país, mais precisamente para o momento de sua independência. Nesse contexto, é fundamental observar as questões políticas que envolviam a língua portuguesa

1 Para uma visão crítica acerca da noção de “lusofonia”, ver: *Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política* (2012).

2 Um debate sobre as razões pelas quais as sociedades modernas “inventaram” e buscaram promover a todo o custo o monolinguismo está em Monteagudo (2012).

na altura, considerando elementos dos discursos sobre a língua produzidos por líderes políticos guineenses no período da retomada da independência.

É igualmente importante entender o cenário multilíngue da Guiné-Bissau para perceber os impactos que as políticas linguísticas nacionais do país produzem na sociedade. Nesses termos, essa análise permite o entendimento das consequências da escolha da língua portuguesa como única língua oficial do país, tanto do ponto de vista da diversidade cultural guineense, quanto no que diz respeito às políticas de identidade afetadas pelo Estado.

Feita a introdução, a discussão se organiza em três seções principais. Primeiramente, apresentamos um breve histórico sobre o processo de independência da Guiné-Bissau, abordando algumas questões políticas pertinentes ao debate que propomos. Em seguida, tratamos do cenário multicultural e multilíngue peculiar da Guiné-Bissau, destacando aspectos étnicos e as questões linguísticas existentes. Por fim, discutimos algumas consequências provocadas a partir da escolha política da língua portuguesa como única língua oficial da Guiné-Bissau.

2 O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ-BISSAU

Desde os primeiros momentos em que os portugueses começaram a cometer atitudes violentas no território guineense como em toda a África, houve resistência dos nativos, e essa resistência ocorreu das mais variadas formas, a exemplo de quando os grupos étnicos reivindicavam a liberdade de seu território, fugindo do trabalho forçado, não pagando impostos, não aceitando abandonar as suas práticas culturais etc.

No bojo das ações de resistência aos invasores na Guiné-Bissau, em 1956, foi fundado o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), por Amílcar Cabral, em Bissau, com o intuito de destruir o regime colonial português. A princípio, o PAIGC tentava a independência de Guiné e Cabo Verde através de uma negociação pacífica, conforme lembra Namone (2014, p. 54): “Com esse intento, o Bureau Político do partido enviou

ao governo português um memorando, em 1960, propondo o início de conversações sobre a concessão da independência”. O regime colonial, por sua vez, ignorou o pedido, e o partido de Amílcar Cabral não desistiu de seus intentos revolucionários, enviando comunicação à Organização das Nações Unidas (ONU), voltando a pedir uma negociação com o governo de Salazar, que recusou a independência da Guiné-Bissau, conforme explica Namone (2014, p. 55):

Com esse intento, Bureau Político do partido enviou ao governo português um memorando, em 1960, propondo o início de conversações sobre a concessão da independência. Mas o governo de Salazar nem pensou em responder a este apelo e simplesmente ignorou a hipótese. E mesmo com a pressão da Organização das Nações Unidas (ONU) que, no dia 15 de dezembro de 1960, na 15ª sessão da Assembleia Geral, quando aprovou, por 68 votos a favor, 6 contra e 17 abstenções [...]

Em 3 de agosto de 1959, em Bissau, os trabalhadores de Pindjiguiti³ organizaram uma greve exigindo o aumento de seus salários. Nesse grupo, havia marinheiros e estivadores que foram barbaramente violentados pelas tropas do governo colonial português, que assassinou cinquenta desses funcionários, além de deixar mais de uma centena de feridos. (NAMONE, 2014) Esse acontecimento levou o PAIGC a mudar de estratégia, começando a mobilização das populações, principalmente dos camponeses, para uma luta armada, que, no início, foi difícil mobilizar:

a conscientização não era uma tarefa fácil. Era necessário demonstrar os desequilíbrios, sobretudo ao nível social, provocados pelo colonialismo. Era necessário explorar as contradições sociais tais como os trabalhos forçados, a obrigação do pagamento de impostos, o tratamento racista, a utilização sexual das mulheres, etc. e ao mesmo tempo era necessário pôr perguntas diretas que provocassem a reflexão: quem constrói as estradas? A quem beneficia? (LOPES, 1982, p. 24-25 apud NAMONE, 2014, p. 55)

3 Pindjiguiti é o maior porto da capital Bissau.

Os dirigentes do PAIGC apresentavam argumentos muito fortes que chamavam a atenção dos camponeses e, assim, conseguiram um número significativo de pessoas para começar a luta. Por outro lado, o partido iniciou uma formação de militares no exterior com o apoio de alguns países, como Cuba, Alemanha, China, dentre outros. Assim, em 1993, o PAIGC atacou um quartel de portugueses na província sul do país, concretamente na cidade de Tite, dando início à luta armada pela independência. Na medida em que o tempo foi passando, o PAIGC foi ganhando territórios nas regiões que estavam sendo libertadas e assumiu a administração nessas zonas, implementando, assim, uma política de segurança, educação, saúde e alimentação. Conforme conta Cabral (1977 apud NAMONE, 2014, p. 58)

Para continuar a desenvolver vitoriosamente a nossa luta devemos: Criar escolas e desenvolver a instrução em todas as regiões libertadas. Selecionar jovens (rapazes e raparigas) entre 14 e 20 anos, com pelo menos frequência da 4ª classe [série], para serem aproveitados na preparação dos quadros. Combater sem violência as práticas prejudiciais, os aspectos negativos das crenças e tradições do nosso povo. Obrigar os responsáveis do partido e todos os militantes dedicados a melhorarem cada vez mais a sua formação cultural.

Amílcar Cabral pensava a educação como um modo de aumentar o conhecimento do povo e garantir o desenvolvimento do país, assim como salvar as manifestações culturais, ou seja, “reafricanizar” os povos. Foi assim que ganharam a luta armada, portanto, em 24 de setembro de 1973, quando proclamaram unilateralmente a independência em Madina de Boé, o que veio a ser reconhecido um ano depois pelos portugueses.

3 O CENÁRIO LINGÜÍSTICO DE GUINÉ-BISSAU ANTES E DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

A Guiné-Bissau é um país multilíngue com cerca de 20 grupos étnicos presentes no território nacional e cada grupo concentra-se numa determinada

zona como um modo de autoafirmação de sua cultura. Vale sublinhar que, antes da independência, as línguas mais faladas no território eram as línguas dos nativos que viviam nas zonas rurais, muito embora o guineense já fosse falado desde o século XVII (COSTA, 2014), porém com poucos falantes que moravam em centros urbanos. Na altura, o português era considerado a “língua dos civilizados” e o guineense era denominado, pelos invasores, como um “português mal falado”, como um modo de o silenciar. Portanto, para entrar no estatuto de pessoa civilizada, os guineenses deveriam aprender o português. Conforme explica Couto (1990, p. 52),

o silenciamento tem como causa a ideia de que toda a evolução linguística é uma deformação. Um dos efeitos desta atitude é a definição corrente do crioulo⁴ como ‘português mal falado’, impingida pela ideologia colonialista e assimilada pelos próprios colonizados que continuam repetindo que ‘criol i putuguis mal papiadu’. O ensino se dava exclusivamente em português. ‘a definição colonial de civilizado compreendia falar, ler e escrever a língua portuguesa’.

Em razão de ser uma língua veicular, nos termos postos por Petter (2015), difundida em diversas regiões do país, o guineense representava uma ameaça para os invasores europeus, sobretudo por ser uma potência dos povos nativos. Por isso, os colonizadores propagavam um comportamento para destruí-lo, apesar de reconhecerem algumas outras línguas nativas que não representavam esta ameaça.

A partir da criação do PAIGC, que abraçou o guineense como língua para mobilização da população na luta para independência, essa língua cresceu muito em termos de número de falantes e passou a ser considerada a língua de união nacional, muito embora o português fosse a língua da administração do regime português e língua obrigatória nas escolas. Depois da independência, apesar do *status* nacional da língua guineense, o país manteve o português

4 Neste texto, nomeado de guineense.

como língua oficial, mesmo que isto não esteja na constituição da república até hoje. Apenas no ano 2007, essa língua foi enquadrada por um Decreto Lei nº 7, de 12 de novembro de 2007, que obriga a sua utilização em todas as instituições públicas nomeadamente nas escolas.

O português é a única língua oficial na Guiné-Bissau, ainda que seja língua materna de poucos guineenses, o que mostra como é forte a dominação política portuguesa no território; pois, mesmo com a retirada do governo português, permaneceram as suas ordens, principalmente no que tange à esfera linguística. Hoje, quase 50 anos após a independência da Guiné-Bissau, o guineense é falado pela maioria dos guineenses muito embora não receba muita importância por não possuir uma gramática escrita, por não ser uma “língua equipada”, para utilizarmos a expressão de Calvet (2007).

Destaque-se que o processo de gramatização (AUROUX, 1992) das línguas ocidentais, na época em que os agressores europeus invadiram o território africano, era feita com o intento de legitimar as suas línguas como oficiais; assim, empregaram uma política que considera a língua escrita como padrão que deveria ser ensinado. Desse modo, todos deveriam aprender a “língua padrão”. Conforme Gnerre (2009, p. 28), “poderíamos dizer que a gramaticalização de muitas línguas europeias que aconteceu no século XVI, num contexto histórico específico, continua a se reproduzir de outra forma até nas sociedades democráticas”.

Hoje, o guineense assume papel de língua nacional por ser um elo cultural e identitário entre os guineenses. Portanto, desde os tempos anteriores, o guineense veio a desempenhar uma função importante na sociedade guineense, pois, sem esta língua, não haveria compreensão entre os diferentes grupos sociais presentes no país. Conforme aponta Embaló (2008, p. 105):

ao servir de língua de comunicação entre os diversos grupos populacionais no processo independentista, o kriol tornou-se num elemento congregante da diversidade étnica nacional. A utilização de uma língua comum, outra que não a do colonizador e ao mesmo tempo símbolo de resistência cultural, contribuiu, juntamente com o

objetivo da luta pela libertação do jugo colonial, para a criação de uma unidade nacional.

Segundo Calvet (2007), o termo *in vivo*, para se referir à gestão de uma língua ou de uma política de línguas, diz respeito ao modo como a população, a partir de suas vivências e suas necessidades, lida com questões de ordem linguística. O guineense demarca forte presença na cultura da Guiné-Bissau – nesse sentido, pois, podemos afirmar que o povo faz a sua gestão *in vivo* (CALVET, 2007) de sua realidade linguística, já que o guineense se faz presente nas mais diversas situações cotidianas, inclusive em sessões de trabalho do próprio Estado.

Na Guiné-Bissau, as músicas populares, como *gumbé* e *tina*, são expressas em guineense, assim como os cantos de guerrilha que auxiliavam na animação da luta da libertação. Podemos destacar José Carlo Soares e Fore Mbitna como principais compositores desses cantos. Os cinemas e teatros também são apresentados em crioulo. Os contos, as adivinhas, os provérbios, as histórias como *Ntori Palan*, de Manuel Júlio, são relatados em guineense. Ao desempenhar a função de união entre os inúmeros grupos da população e estar presente nas manifestações culturais, o guineense constitui-se como uma importante manifestação da identidade do povo da Guiné-Bissau.

4 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA OFICIAL – A ESCOLHA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A escolha do português como língua oficial, podemos afirmar, não aconteceu porque as pessoas que faziam parte da administração local e da elite intelectual valorizavam mais a língua europeia. Há que se considerar a influência de Amílcar Cabral, que é um homem muito respeitado por ser o principal protagonista da luta pela independência do país, quando, no seu discurso, fez uma declaração dizendo que

o português (língua) é uma das melhores coisas que os tuguês⁵ nos deixaram porque a língua não é prova de mais nada, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. (CABRAL, 1990, p. 59, grifos do autor)

Santana (2014, p. 113) analisa o discurso de Cabral considerando que ele procurava demonstrar, em sua luta, que “balantas, pepeis, fulas, majacos, mandigas, naquele momento eram um só povo a lutar contra um só povo, os tuguês”. Em razão disso, Cabral apoiava-se na crença de que o português – a partir de sua visão instrumental de língua – representaria esse fator de unidade interétnica.

Cabral orgulhava-se do português por ser uma língua de ligação com outros países, também por ser, em sua visão, uma língua dotada de escrita em relação ao guineense, que, naquele momento, era conhecido como uma língua oral. Segundo Scantamburlo (2013, p. 120), para Cabral, “o Crioulo Guineense não estava ainda bem estudado para ser adotado como língua escrita”.

Conforme mencionado anteriormente, a Guiné-Bissau possui muitas línguas nativas africanas que constituem um mosaico étnico-cultural. Na concepção dos partidários do PAIGC, esse mosaico dificultaria a escolha da língua de um grupo étnico para representar toda a nação, pois nenhum grupo aceitaria que outra língua – que não a própria – fosse considerada como língua do Estado, e aí se operou a ilusão do monolinguismo, nos termos de Moenteagudo (2012).

A partir da ótica de Moenteagudo (2012), pode-se considerar que a ideia de do PAIGC de que o multilinguismo atrapalharia a unidade nacional é herdeira da ideologia lusófona, ancorada nos mesmos princípios que guiaram a burguesia francesa ao associar língua (única) à ideia de nação, segundo a qual o monolinguismo é a saída para a busca da unidade nacional. Faraco (2012) mostra-nos também como a busca pelo cultivo da ideia lusofonia atende muito mais a interesses neo-colonialistas do que propriamente às lutas emancipatórias.

5 Os portugueses.

Em contraponto à escolha da língua portuguesa, um fato é que, além das diversas línguas nativas, o guineense era de domínio de todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau. Portanto, seria esta uma boa opção por ser uma unanimidade no território e colocada como a língua oficial. Em termos de política linguística, nas palavras de Calvet (2007), isso demonstraria um alinhamento entre uma gestão *in vitro* – estatal, de gabinete – e uma gestão *in vivo* da situação sociolinguística do país, estando essa política efetivamente ligada às demandas de vida da população e assegurando o reconhecimento do importante papel de uma língua local para promover a unidade nacional. (PETTER, 2015)

Além do hoje evidente erro de cálculo dos fundadores do PAIGC ao escolherem o português como língua oficial, havia um fator decisivo posto naquele momento que impediu os revolucionários de dar esse *status* à língua guineense: as representações negativas associadas ao guineense, implantadas evidentemente pelos invasores portugueses. Essas representações reduziam o guineense a um “português mal falado”. Por outro lado, as autoridades políticas da época defendiam que o guineense não favorecia o contato do país com o exterior. Nesta perspectiva, apesar de o guineense representar, de fato, o grande instrumento de unidade nacional, ele não foi a preferência dos políticos vinculados ao PAIGC.

Amílcar Cabral, um dos maiores influenciadores na escolha do português, no texto *A questão da língua*, reproduzido na primeira edição da Revista Pávia, em 1990, afirmou: “se a língua é um instrumento, para nós tanto faz usar o português, como o Russo, como o Francês, como o Inglês, desde que nos sirva, como tanto faz usar tractores dos Russos, dos Ingleses, dos Americanos, etc”. (CABRAL, 1990, p. 61)

Desse modo, compreendemos que, desde os primeiros momentos, Cabral (1990, p. 60) preferiu o português como a língua oficial, conforme nos aponta abaixo:

a língua é um instrumento que o homem criou... para
comunicar para comunicar com os outros pelo fato de

a língua dos portugueses ter de evoluir mais que a dos guineenses, ele é favorável à continuação de seu uso na Guiné-Bissau. até o dia em que, de facto, tendo estudado profundamente o crioulo, possamos passa a escrever o crioulo. Por ora, para a ciência o crioulo ainda não serve. Por exemplo, como é que se diz aceleração da gravidade na nossa língua? Em crioulo não há recursos, temos que dizer em português. Nas línguas nativas, menos ainda. Como é que se diz raiz quadrada em Balanta?

Um destaque, entretanto, deve ser feito. Nesse texto, já na primeira seção, intitulada *Combater o oportunismo na cultura*, Cabral (1990, p. 59, grifo do autor) argumenta que, pelo menos naquele momento, o guineense não tinha condição de ser a língua oficial:

Devemos combater tudo quanto seja oportunismo, mesmo na cultura. Por exemplo, há camaradas que pensam que, para ensinar na nossa terra é fundamental *ensinar no crioulo já*. Então outros pensam que é melhor ensinar em fula, em mandiga, em balanta. Isso é muito agradável de ouvir. Como é que vamos escrever balanta agora? Quem é que sabe a fonética do balanta? Ainda não se sabe, é preciso mudar primeiro, mesmo o crioulo. Eu escrevo, por exemplo, *n'ca na bai*. Um outro pode escrever, por exemplo, *n'ka na bai*. Dá na mesma. Não se pode ensinar assim. Para se ensinar uma língua escrita, é preciso ter uma maneira, senão é uma confusão do diabo.

Embora o grande revolucionário estivesse lutando pela libertação, as palavras de Cabral revelam um grande equívoco quanto ao valor de uma língua como o guineense. Além disso, estavam sob influência de uma visão que impunha inferioridade a toda e qualquer língua ou manifestação cultural que não fosse portuguesa. Desconsiderando-se ainda questões outras que poderiam ser analisadas no texto de Cabral, é importante, entretanto, ver que o que justifica a sua proposição de uma política linguística que mantém a língua do colonizador como oficial é o fato de que, no contexto da revolução, o guineense e as demais línguas nacionais não possuíam instrumentos da gramatização (AUROUX, 1992), não eram equipadas (CALVET, 2007),

processo que demanda em geral muito tempo, e que deve cumprir várias etapas em direção a uma padronização linguística, como propõe Wolf (2000).

A partir dessas considerações, percebe-se que, após a tomada da independência, a escolha do português como língua oficial era, na visão dos revolucionários, inevitável, uma vez que o principal mandante da luta da independência, durante muito tempo, pregou uma política linguística que conceitua o português como um elemento favorável para simbolizar o Estado guineense.

Portanto, conforme aponta Silva (2010, p. 5), essa escolha política da língua portuguesa esteve assentada no seguinte:

Do ponto de vista político, a escolha da língua de origem europeia como oficial mostrou-se positiva, para as elites, sob os seguintes aspectos: a) Aprestava um valor simbólico, tinha instrumento linguísticos definidos, como a escrita, dicionário a gramática, além de vasta literatura e história documentada, ao contrário de muitas línguas africanas, isto é a língua europeia detinha a praticidade em relação ao mundo atual com as suas tecnologias e avanços científicos.

b) Exerceria o papel de língua de contato internacional das novas nações com os demais países do mundo.

c) Evitaria problemas causados por uma possível escolha de uma língua africana do país, como oficial, impedindo consequentemente a valorização e ascensão de um grupo étnico perante os demais. Dessa forma, optou-se pela língua do colonizador que é vista como neutra.

Apoiando-se nesses excertos, reparamos que os europeus, no caso os portugueses, obtiveram triunfo das suas lutas em Guiné-Bissau, com marcas bem visíveis ainda hoje, o que pode ser observado através de uma política linguística que valoriza as línguas coloniais em detrimento das línguas africanas guineenses.

Conforme declara Hamel (1988, p. 43),

Em primer lugar, la política del lenguaje constituye en su sentido más amplio un proceso histórico de cambio

lingüístico con la intervención política de instituciones, aparatos o instancias de relevancia social (cf. Glück, 1981). Lo anterior no sólo implica una transformación de formas o de usos lingüísticos (desplazamiento, desaparición, resistencia, etcétera, de una lengua minoritaria), sino también y fundamentalmente um cambio em la relación que estabelcen los hablantes con su propia lengua(s) y con outra(s) (cf. Gessinger, 1981).

Portanto, sendo uma política linguística um aparato cuja implementação parte do Estado e representa sempre uma intervenção de cima para baixo, a nomeação de uma língua oficial, a decisão do uso de uma língua em determinada situação, a promoção de uma língua em detrimento de outra(s) e a escolha da língua do ensino são decisões realizadas por meio de um poder político que, na maioria das vezes, resultam da influência das elites que controlam o Estado, não raro à revelia da população.

Depois que o português foi assumido como a língua do Estado, na Guiné-Bissau, o seu uso tornou-se obrigatório em todas as instituições, nas escolas, nos documentos formais, tendo sido utilizado também no Conselho do Estado. No entanto, essa oficialização, além de não refletir a realidade dos guineenses em seu cotidiano, traz até hoje sérios problemas para o desenvolvimento nacional.

Ainda que sua utilização seja exigida, o português não é comumente utilizado no cotidiano, uma vez que existem poucas pessoas que dominam a variedade padrão. O português na Guiné-Bissau é a língua das elites; as pessoas que o falam obtêm uma admiração na sociedade e geralmente são as que possuem maior poder aquisitivo. A maioria dos seus falantes são pessoas escolarizadas ou que viveram no estrangeiro.

Entretanto, o guineense é a língua materna da maioria dos guineenses, conforme Intumbo (2016, p. 2, grifo do autor):

É usado no comércio, nos serviços públicos, no Parlamento. [Ela também é usada] nos discursos políticos, na literatura informal e *light* (banda desenhada, cartoons

satíricos e humorísticos, na poesia e nas composições musicais), nos programas de entretenimento e educativos da televisão e da rádio.

A Guiné-Bissau hoje conta com uma estrutura e com corpo técnico especializado que já permite a gramatização do guineense, a criação de um sistema ortográfico, de dicionários e de gramáticas, situação já bastante diferente quando da proposição de Amílcar Cabral em 1976. Assim, somos da posição de que, partir dessa conjuntura, o guineense, sendo a língua falada pela maioria de população, poderia/deveria ser oficializada e, junto com o português, outorgar uma potencialidade para o desenvolvimento do país, uma vez que também seria o idioma da instrução e da formação dos guineenses – destaque-se que muitos problemas ligados ao analfabetismo se vinculam diretamente ao fato de muitos guineenses que não falam o português são forçados a aprender a escrita dessa língua.

A política linguística desenvolvida no país atualmente não contempla o verdadeiro cenário linguístico do povo, pois favorece um pequeno grupo de pessoas da elite. Segundo Namone e Timbane (2017, p. 40),

a escolha da língua para o ensino deveria exigir um esforço redobrado dos governantes e dos especialistas em educação, na busca de uma planificação coerente e coesa da política linguística, que deve ter, como objetivo geral, promover o desenvolvimento qualitativo da educação do país, a partir da inclusão sociocultural de todas as populações, especialmente, as mais necessitadas.

Nesse sentido, Silom (2019, p. 22) explica que “a escolha do português como língua do ensino pode ser um dos motivos de dificuldade escolar na Guiné-Bissau, uma vez que a língua cotidiana dos alunos não é a mesma língua do ensino”. Também, não sendo a língua da identidade dos guineenses, o português presente no sistema de ensino reflete uma educação ainda colonializada, descontextualizada e descompromissada com os reais problemas, sonhos e objetivos da sociedade do país. Para além disso, destaca-

se o grave problema criado com relação à formação docente na Guiné-Bissau, acentuando os problemas relativos à educação linguística no país. Conforme aponta Embaló (2008, p. 103):

se é verdade que a língua de alfabetização tem um peso determinante no sucesso ou insucesso escolares, não é menos verdade que o insucesso escolar constatado atualmente na Guiné-Bissau, a todos os níveis, não é alheio ao baixo nível de formação dos professores.

Compreende-se que muitos docentes guineenses também não dominam a variedade considerada padrão – ou lusitana – do português. Ademais, é verificado um modelo do ensino distante da realidade guineense, que obriga o aluno a memorizar mecanicamente os conteúdos pré-selecionados, não contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Nesse sentido, uma política linguística nacional que escolha o português como a única língua oficial do país, numa sociedade multilíngue, não só excluiu muitas pessoas, mas também contribuiu para o insucesso escolar dos alunos e, conseqüentemente, prejudica o desenvolvimento da nação como um todo. No atual cenário da Guiné-Bissau, urge, pois, uma política linguística efetivamente anticolonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ideias apresentadas nas seções anteriores, argumentou-se que a decisão do governo da Guiné-Bissau de escolher o português como a única língua oficial, em meio a tantas outras, não só contribuiu para o insucesso escolar de muitos alunos, mas também constituiu um fator de exclusão social no país por não estar ao alcance de muitos guineenses. Destarte, o Estado deveria pensar numa política linguística que contemplasse a realidade da sociedade nacional, o que, neste caso, colocaria o guineense como uma opção mais adequada para idioma de instrução, uma vez que consiste na língua

materna da maioria dos guineenses. Nesse sentido, o guineense poderia ter sido escolhido, junto com português, como língua oficial do país, construindo, assim, um caminho de sucesso para a nação.

O português foi uma língua imposta pelos colonizadores para o território da Guiné-Bissau, contando com um número reduzido de falantes, mesmo após o país ter assumido a sua independência e mantido o português como língua oficial. Nesse quadro, observa-se o uso do português de forma muito limitada, dado que é uma língua que circula no espaço das classes mais altas, num grupo de guineenses com poder aquisitivo alto, tornando-se, portanto, um fator de exclusão social a partir do momento em que assumiu o *status* de língua de controlo do país, dado que não é uma língua popular e representativa.

Diante do exposto, compreendemos que a política linguística assumida pelo estado guineense deveria agir no sentido de promover legal e simbolicamente o reconhecimento do valor de línguas nativas e, com isso, reconhecer todas as representações étnico-culturais de seus cidadãos e cidadãs, como um modo de evitar a grave desigualdade social que afeta o país.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Pontes, 1992.
- CABRAL, A. A questão da língua. *PAPIA*, São Paulo, v. 1, p. 59-61, 1990.
- CALVET, L.-J. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.
- COSTA, P. M. *Descrição fonológica do crioulo guineense*. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- COUTO, H. H. Política e planejamento linguístico em Guiné-Bissau. *PAPIA*, São Paulo, v.1, p. 47-58, 1990. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1915>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. *PAPIA*, São Paulo, n. 18, p. 101-107, 2008. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2027>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FARACO, C. A. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J. *et al.*(org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012. p. 31-50. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-05.pdf> . Acesso em: 21 set. 2020.

GADOTTI, M. *Paulo Freire na África: notas sobre o encontro da pedagogia freireana com a práxis política de Amílcar Cabral*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL FÓRUM PAULO FREIRE, 7., 2010, Cabo Verde. *Anais [...]*. Cabo Verde [s. n.], 2010.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1985].

HAMEL, R. H. La politica del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988. p. 41-74.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DO GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU. *Terceiro recenseamento geral da população e habitação*. Instituto Nacional de Estatística.República da Guiné-Bissau: INE, 2009. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/nada41/index.php/catalog/10>. Acesso em: 21 set. 2020.

INTUMBO, I. Situação sociolingüística da Guiné Bissau. *Didinho*, [s. l.], 2016. Disponível em: http://didinho.org/Arquivo/SIT_LING_GB_Incanha.pdf. Acesso em 25 jun. 2010.

MAURIZIO, G. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

MONTEAGUDO, H. A invenção do monolingüismo e da língua nacional. *Gragoatá*, Niterói, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33031/19018>. Acesso em: 21 set. 2020.

NAMONE, D. *A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

NAMONE, D.; TIMBANE, A. A. Consequência do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental da Guiné-Bissau 41 anos após a independência. *Mandinga*, São Paulo, v. 1, p. 39-57, 2017.

PETTER, M. As línguas no contexto social africano. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 193-220.

SANTANA, S. S. *Narrativas da Guiné-Bissau: a nação na “trilogia” romanesca* de Abdulai Sila. Salvador: EdUNEB, 2014.

SANTOS, V. G.; SVARTMAN, F. R. F. Contribuições para o estudo da prosódia do português de Guiné-Bissau: a entoação do contorno neutro. In: OLIVEIRA, M. S. D.; ARAÚJO, G. A. (org.). *O português na África Atlântica*. São Paulo: Humanitas, 2018. p. 191-236.

SCANTAMBURLO, L. *O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português: o Ensino Bilingue Português-Crioulo Guineense*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

SILOM, A.S. *Considerações sobre a percepção da língua portuguesa e o preconceito linguístico em Guiné-Bissau*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SILVA, D. B. Política linguística na África: do passado colonial ao futuro global. *Revista África e Africanidade*, [s. l.], ano 3, n.10, 2010.

WOLFF, H. E. Language and Society. In: HEINE, B.; NURSE, D. (org.). *African languages: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 299-348.

Parte III
LINGUÍSTICA HISTÓRICA, FILOLOGIA
E HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA

A CATEGORIA SEMÂNTICA DE AGENTE HUMANO EM COMPOSTOS [VN]_N DO PORTUGUÊS: UMA LEITURA ORIENTADA PELA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL

Natival Almeida Simões Neto

Antonia Vieira dos Santos

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo, faz-se uma discussão acerca do padrão de composição nominal verbo-nome – [VN]_N, – no português, em uma perspectiva construcional. Exemplos de compostos com essa estrutura são: *limpa-vidros, saca-rolhas, bate-papo, arranca-rabo, puxa-saco, baba-ovo, salva-vidas, porta-joias, guarda-roupa, guarda-pó, caga-regras, porta-voz, lambe-botas, lava-cu, quebra-molas, quebra-mar, papa-missa, porta-bandeira, vira-lata, vira-casaca, mata-borrão, pela-porco, fura-bolo, mata-piolho*, entre outros. Com esses poucos dados, já se pode supor que se trata de um padrão altamente produtivo e polissêmico na língua.

Os dados a ser analisados neste trabalho são oriundos do *Dicionário Houaiss Eletrônico de Língua Portuguesa* (2009) de Houaiss e Villar. Foram levantados, no referido dicionário, cerca de 700 entradas de compostos [VN]_N, encabeçadas por mais de 180 verbos diferentes.¹ Este trabalho apresenta um recorte desse levantamento, centrando-se em 165 formações que semanticamente se referem a agentes humanos, sejam profissionais, sejam não profissionais.

¹ Para este capítulo, fizemos uma revisão dos compostos [VN]_N recolhidos por Santos (2020). Houve a inclusão de algumas bases e, conseqüentemente, de alguns compostos que passaram despercebidos no primeiro levantamento feito.

Nos estudos linguísticos, a categoria semântica de agente é analisada de diferentes maneiras. Nos estudos sintáticos, por exemplo, essa categoria é comumente abordada no estudo dos papéis temáticos. Para Duarte e Brito (2003, p. 188), o agente é “o papel temático do argumento que designa a entidade controladora, tipicamente humana, de uma dada situação”. Todos os exemplos dados por essas autoras envolvem seres humanos que deliberadamente executam uma ação ou controlam uma situação. Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2007, p. 126) definem a categoria de forma similar, dizendo que é “uma entidade causadora de alguma ação”. Esses autores não fazem a especificação de que o agente se trata tipicamente de um humano. Por último, Oliveira (2016) faz uma análise da categoria de agente, considerando que há uma gradiência na categoria, podendo haver agentes mais prototípicos e outros mais periféricos. Nas palavras da autora:

São essas, portanto, as propriedades semânticas que propomos para a caracterização do Agente: *desencadeador, controle, intenção, causa, afetado e experienciador*. As quatro primeiras são propriedades prototípicas do Agente, sendo as duas primeiras e a quarta propriedades essenciais do Agente, e a quinta e a sexta propriedades são propriedades não-prototípicas do Agente. (OLIVEIRA, 2016, p. 115, grifos nossos)

Nos estudos morfológicos, a categoria agente divide posturas, não só pela questão do traço [+ humano] ser ou não obrigatório, mas também pelas possíveis ramificações dessa categoria. Nos estudos sobre derivação sufixal que se voltam para formativos que atuam na designação de agentes, como *-eir- -dor, -ista e -nte*, é comum se deparar com debates acerca de subcategorias de agente, com destaque para “profissionais”, aqueles que designam pessoas que desempenham determinadas profissões, ofícios ou ocupações, e os “não profissionais”, destacando-se os habituais/frequentativos – não profissionais –, aqueles que se caracterizam pela alta frequência dos seus hábitos, normalmente malvistos.

Sejam tomadas como exemplos as palavras construídas com o sufixo *-eir-*, como *porteiro*, *carteiro*, *leiteiro*, *açougueiro*, *doceira* e *merendeira*, em que todas designam profissionais, e *bagunceiro*, *fofoqueiro*, *baderneiro*, *loroteiro*, *maconheiro* e *alcoviteiro*, que designam os agentes habituais. Estudos como o de Rocha (1998), Almeida e Gonçalves (2005), Soledade (2013) e Simões Neto (2020) assumem diferentes posturas acerca de esses nomes serem gerados por uma mesma regra/esquema ou serem motivados por regras/esquemas diferentes. Apesar das divergências, todos os autores, de alguma forma, assumem a relação semântica entre essas realizações, reforçando, em alguns casos, a possibilidade de flutuação/migração semântica, como no caso de blogueiros que podem ser “pessoas que usam blogs com frequência” ou “pessoas que lidam profissionalmente com a ferramenta blog”.

Soledade (2018) se depara com essa mesma questão em relação às palavras formadas com o sufixo *-dor* e propõe, dentro de uma perspectiva cognitivista, que agentes profissionais e agentes habituais estejam ligados por uma relação metonímica de parte/todo, em que tanto agentes profissionais podem se tornar habituais, quando a frequência ou a má realização da atividade é focalizada pelos falantes, quanto agentes habituais se tornarem profissionais, como acontece no caso citado de *blogueiro*.

Toda essa discussão no âmbito dos estudos morfológicos tende a se voltar para os derivados sufixais, não sendo muito comum vê-la direcionada aos compostos. Essa, portanto, é a lacuna que o artigo visa preencher, ao decidir interpretar apenas os compostos $[VN]_N$ que designam agentes humanos, sejam profissionais, sejam habituais, pelo viés da Morfologia Construcional (MC).

2 MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL E O ESTUDO DA COMPOSIÇÃO

A MC é um modelo de análise morfológica que começou a ser desenvolvido por Booij (2010), linguista holandês, e que tem encontrado proficuidade no Brasil, como mostram os estudos de Gonçalves e Almeida

(2014), Gonçalves (2016), Soledade (2013; 2018), Simões Neto (2017; 2018; 2019; 2020), Tavares da Silva (2019) e Santos e Simões Neto (2020), que aplicaram o modelo a variados fenômenos morfológicos do português.

O modelo da MC se norteia pela noção de construção, de Goldberg (1995). Para essa autora, uma construção é um pareamento de forma e significado que os falantes abstraem a partir de eventos de uso. Assim, um falante do português, exposto a um conjunto de palavras complexas que inclui as formas *taxista*, *dentista*, *diarista*, *frentista* e *maquinista*, é capaz de abstrair um esquema construcional como em (a):

$$\langle [[X_{Si}] -ista]_S \leftrightarrow [PROFISSIONAL RELACIONADO A SEM X_{Si}]_S \rangle$$

O esquema em (a) mostra que as construções com o sufixo *-ista* têm como bases substantivos concretos e, como produtos, substantivos cujos significados são nomes de profissionais que atuam de forma relacionada ao que é expresso pela base. Esse esquema permite que o falante não só interprete formas já consolidadas, como também gere e/ou interprete formas mais recentes, como *megarrista* – base: *mega hair* –, *trancista* – base: *trança* – e *uberista* – base: *Uber*. Cabe ressaltar que, na representação em (a), o (< >) indica a delimitação da construção e o (↔) sinaliza a relação entre o polo formal e o polo semântico. Essa relação estreitada entre os polos tem a ver com os princípios gerais da gramática de construções.

Nas aplicações da MC ao português, é notável que fenômenos ligados à derivação tenham ganhado mais atenção dos linguistas, ficando a composição mais à margem. Entre aqueles que se dedicaram à composição, estão Gonçalves e Pires (2016), que trabalham com os compostos morfológicos *X-ódromo*, discutindo as questões relacionadas à fronteira composição X derivação e ao estatuto morfológico dos formativos.

Assim, Gonçalves e Pires (2016) entendem que os falantes do Português Brasileiro (PB), a partir de formas estabilizadas, com significado de locativos, como *autódromo*, *camelódromo*, *hipódromo*, *sambódromo* e *velódromo*, são capazes de

criar formas inovadoras, como *beijódromo*, *boiódromo*, *gayzódromo* *peixódromo* e *porcódro*. O que se mostra como o maior desafio para os autores é saber se os falantes interpretam o formativo *-ódromo* como um radical ou um sufixo.

O padrão composicional sintagmático [NprepN]_N foi explorado por Simões Neto (2018; 2019) em dois trabalhos diferentes. Em Simões Neto (2018), o autor trabalhou com estruturas encabeçadas por *síndrome* e *complexo*, partindo de construtos usuais nas rubricas da medicina e da psicologia, como *Síndrome de Down*, *Síndrome de Waardenburg*, *Síndrome de Asperger*, *Síndrome de Brugada*, *Síndrome de Peterpan*, *Complexo de Wendy*, *Complexo de Édipo*, *Complexo de Electra* e chegando a construtos inovadores que tendem a refletir comportamentos exagerados/inadequados, como *síndrome de índio* – costume de andar/dormir nu –, *síndrome de mendigo* – costume de dormir em qualquer lugar –, *síndrome de virginiano* – mania de limpeza –, *complexo de Dona Florinda* – comportamento de pessoa pobre que se acha distinta em relação aos semelhantes –, *síndrome de A Bela e A Fera* – tendência de a pessoa estar sempre envolvida em relacionamentos abusivos – e *complexo de Deus* – postura da pessoa que se julga extremamente relevante, com poder sobre todos os outros. Nesse trabalho, Simões Neto (2018) discute questões relacionadas aos modelos cognitivos idealizados metafóricos e metonímicos na rede de significados desses compostos.

Em Simões Neto (2019), o autor continuou trabalhando com os modelos cognitivos idealizados, dessa vez, a partir do padrão [[X]_N de Taubaté]_N, que começa a ser produtivo a partir do evento da falsa grávida da cidade de Taubaté-SP e gera instanciações, como *crente de Taubaté*, *hetero de Taubaté*, *solteiro de Taubaté*, *presidente de Taubaté* e *facada de Taubaté*, sempre com a ideia de algo falso ou fajuto. Essas realizações mostram como protótipos e estereótipos podem ser relevantes para a construção de significados. Simões Neto (2019) procura fazer um paralelismo com outras construções do PB, como [[X]_N de Itu]_N e [[X]_N do Paraguai]_N, mostrando que todas elas são derivadas de uma estrutura sintagmática com significado de origem/proveniência/localização, mas eventos sociais impactantes na experiência das comunidades linguísticas geram mudanças semânticas.

Outro trabalho em que se discute a composição sintagmática é o de Santos e Simões Neto (2020), que investigaram as construções com o formativo *-mor*, do português arcaico ao português contemporâneo. É um padrão composicional sintagmático do tipo $[NA]_N$. No período arcaico, a partir de exemplos, como *alcaide-mor*, *alferez-mor*, *beesteiro-mor*, *camareira-mor*, Santos e Simões Neto (2020) destacam que o significado mais comum atribuído a essas realizações é de hierarquização. No português contemporâneo, por outro lado, o valor se aproxima mais da intensificação, como se pode ver nos exemplos *breguice-mor*, *sapatão-mor*, *falsiane-mor*, *ladrão-mor*, *palhaço-mor*, *puteiro-mor* e *viado-mor*. Dessa maneira, os autores investigam as mudanças morfossemânticas atinentes a esse esquema na história da língua portuguesa.

Os compostos $[VN]_N$ no português, tema de estudo deste trabalho, ainda não foram objeto de investigação na MC. No entanto, cabe mencionar a iniciativa de Yoon (2007), que propôs uma análise construcional dos $[VN]_N$ no espanhol, em uma abordagem feita diretamente do modelo de Goldberg (1995), ou seja, anterior ao modelo de Booij (2010), que orienta este trabalho.

3 A CARACTERIZAÇÃO DOS COMPOSTOS $[VN]_N$

Os compostos do tipo $[VN]_N$ são formados por um verbo e um nome e são exocêntricos, ou seja, o centro de designação não faz parte do composto. Para se entender como se identifica um composto exocêntrico, tomem-se os exemplos *beija-flor* e *folha de louro*. O primeiro composto, *beija-flor*, designa uma espécie de pássaro, e o segundo, *folha de louro*, designa uma folha usada como especiaria de cozinha. No primeiro, a palavra *pássaro*, ou qualquer outro sinônimo, não faz parte do composto, diferentemente do que acontece no segundo, em que *folha de louro* é um espécime de *folha*, palavra que está na lexema construído, o que caracteriza um composto endocêntrico.

A respeito da configuração morfosintática, os compostos $[VN]_N$ são formados por um verbo e um nome e tendem a ser mais frequentes nas línguas que apresentam preferencialmente a ordem sintática sujeito-verbo-objeto

(SVO). Os compostos decorrem da frequência e fixação da combinação de um dado verbo e um complemento específico. Em relação ao gênero morfológico, os compostos [VN]_N são predominantemente masculinos (VAL ÁLVARO, 1999): [o] *saca-rolhas*, [o] *beija-flor*, mas podem apresentar gênero flutuante, sobretudo quando se trata de qualificações aplicadas a seres humanos, como [o/a] *papa-anjo* e [o/a] *puxa-saco*. No que toca ao número, alguns compostos [VN]_N apresentam a particularidade de se realizar somente com a marca de plural, mesmo quando designam um único objeto: [um] *porta-joias*, [um] *porta-aviões*, [um] *quebra-cabeças*, [um] *saca-rolhas*. (RIO-TORTO, 2006, p. 11)

Em relação ao aspecto funcional, os [VN]_N resultam em um nome com valor denominativo – *saca-rolhas* – ou qualificativo – *lambe-botas* – e podem integrar, em alguns casos, uma construção adverbial – *à queima-roupa*. Sobre o aspecto semântico, eles são interpretados, na maioria das vezes, como agentivos ou instrumentais. No que concerne aos agentivos, podem ser nomes de profissões/ofícios pouco valorizados socialmente – *limpa-botas*, *guarda-portão* – ou nomes referentes a características comportamentais geralmente depreciativas – *caga-regra*, *lambe-cu*. Em relação aos instrumentais, acrescenta-se ainda o valor locativo – *porta-joias*. Destaque-se também a possibilidade de designarem plantas e animais, além de atividades e eventos.

O que se percebe, de maneira geral, a respeito dos compostos [VN]_N é que são formas expressivas que abrangem variados domínios experienciais humanos, como atribuição de apelidos, designações de lugares, ocupações/ofícios, peças de vestuário, instrumentos e qualificativos. Vasconcelos (1928) propõe que, no percurso diacrônico dessas construções, tenha havido uma mudança semântica gradual que começa na atribuição de apelidos geralmente associados a comportamentos depreciados, passa a ocupação, chega aos objetos – instrumentos e peças do vestuário – e se encerram em noções mais abstratas, como eventos e atividades.

4 OS COMPOSTOS VN NA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E DAS DEMAIS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Para comentar a gênese do esquema $[VN]_N$ de composição no português e nas demais línguas românicas, é preciso considerar a sua história dentro da língua latina. A morfologia lexical do latim foi pouco explorada pelos latinistas, que deram mais privilégios à descrição da morfossintaxe, por meio dos sistemas de casos, declinações, gêneros, números, tempos, modos e aspectos.

Quando a morfologia lexical é retratada nos compêndios sobre a língua latina, há uma tendência de se abordar a derivação, prefixal e/ou sufixal, colocando a composição em desprestígio. O que aparece, normalmente, como exemplos da composição são as formas originais dos, hoje, chamados compostos neoclássicos, como *frutífero* – lat. *fructifer, ěra, ěrum* – que tem ou traz frutos ; *homicídio* – lat. *homicidium*, – assassinato; e *ovíparo* – lat. *oviparus, a, um* – ovíparo, que põe ovos.

Quanto ao padrão $[VN]_N$, documentam-se, no latim clássico, realizações como *uersipellis*, o que muda de pele; *uersicapillus*, o que muda (a cor) o cabelo; *laudicenus* o que elogia o jantar; parasita; *uertipedium*, planta sagrada; e *fulcipedia*, o que sustenta os pés (MEILLET; VENDRYES, 1953; MOYNA, 2011). Essa aparentemente baixa produtividade na língua latina clássica se deve provavelmente ao fato de esses compostos serem decorrentes de uma estrutura sintática SVO, quando a estrutura preferencial era SOV (sujeito-objeto-verbo).

Diante disso, o surgimento desses compostos nas línguas românicas tem duas possíveis explicações. A primeira seria um desenvolvimento latino, a partir do latim vulgar, cujo padrão sintático mais recorrente era o SVO. A segunda possibilidade é um desenvolvimento independente do latim. Com a ausência de um modelo anterior comum, torna-se complicado explicar o fato de quase todas as línguas românicas terem passado a instanciar compostos $[VN]_N$, em domínios experienciais similares. Em muitos casos, o mesmo

construto se verifica em quase todas essas línguas. Moyna (2011, p. 204) dá o exemplo de *pasatiempo* (espanhol), *passatemps* (catalão antigo), *passetemps* (francês médio), *passatempo* (espanhol antigo), *passatempo* (português arcaico) e *passatemps* (occitano antigo).

As realizações mais antigas do esquema [VN]_N em língua vernácula, segundo Lloyd (1968), remontam à região da Itália – *labamanos*, século IV– e da Espanha – *Speraindeo*, 621. Entretanto, esses dados não são muito fiáveis, conforme deixa transparecer esse autor. Em relação ao espanhol, Moyna (2011) dá como exemplos de primeiras atestações *cubeprán* (1196), categorizado como utensílio, *quebrantahuessos* (1275), espécie zoológica, e *torna bodas* (1270-1284), um evento. Na língua francesa, Darmesteter (1894, p. 148-150) observa dois topônimos *Tenegaudia* –século IX– e *Tornavent* – século X.

A respeito da língua portuguesa, Vasconcelos (1928, p. 278-281, grifos nossos) comenta que:

[m]uitas expressões substantivas da língua comum são constituídas por frases, sérias ou ironicas, do tipo de verbo (no imperativo) & nome (no acusativo), às vezes aliteradas, por exemplo, *bate-folha*, *ganha-pão*, *espirra-canivetes* (metáfora muito viva), *mata-mouros*, *fura-bolos*, *escorropicha* (ou *escorripicha*)-*galhetas* ‘sacristão’

O autor cita outras ocorrências, como *fura-covas*, *salta-pocinhas*, *papa-unhas*, *mata-gatos*, *papa-arroz*, *defeca-sangue* e *matafome*. Não há, da parte de Vasconcelos (1928), em sua clássica obra sobre antroponímia portuguesa, uma investidura para saber em que momento o padrão [VN]_N se tornou produtivo na língua portuguesa. No período arcaico – século XIII-XVI –, Santos (2009) encontrou cinco realizações: *fura buchos*, *guarda-cós*, *guarda-poo*, *guardaroupa(s)* e *passatempo*. Essas construções pertencem a categorias semânticas distintas: ofício² (*guarda-roupa*), locativo³ (*guarda-roupa*), vestuário (*guarda-cós*), instrumento/

2 “Has quaes cartas o conde de Farão a que elle na estraçam mandou que todos obedecessem e comprissem seus mandados até tornarem a Portugal, deu a Antam de Faria camareiro e guarda-roupa do principe que ao tal tempo lá era a visitar elrey” [VFDJ 630]

3 “Ho duque não sahio mais da guarda-roupa em que ho el-rey deyxou, onde estava sem ferros nem outra algũa prisam em seu corpo, porém era de bons fidalgos e cavalleiros bem guardado, e em

mobiliário (*guarda-poo*), espécie zoológica (*fura buchos*), atividade/evento (*passatempo*). Não se verificou, entre os dados de Santos (2009), a utilização como apelido ou sobrenome jocoso, nem como designações pejorativas de profissões ou traços.

Em se tratando de português arcaico, face à escassez dos dados, não foi possível verificar a mudança semântica gradual proposta para os compostos [VN]_N. Para Santos (2009; 2020), isso talvez se deva à informalidade e ao uso irônico ou cômico desses compostos, e essas tendências mais populares e informais são menos prováveis de serem documentadas.

Diante disso, fica novamente a lacuna: em que momento da língua portuguesa os compostos [VN]_N se tornaram produtivos? No *Vocabulario portuguez, e latino*, de Raphael Bluteau, datado do século XVIII, Santos (2020) observa uma quantidade significativa de compostos [VN]_N documentados, com bases verbais variadas e correspondentes a produtos nominais diversificados. São exemplos de bases verbais *alçar* (*alçapé*), *bater* (*batecu*), *buscar* (*buscapé*), *cagar* (*cagalume*), *chupar* (*chupamel*), *cobrir* (*cubricama*), *esfolar* (*esfolacar*), *fincar* (*fincapé*), *furtar* (*furtacores*), *guardar* (*guardalama*), *lançar* (*lançalúz*), *papar* (*papáfigo*), *pegar* (*pegaflor*), *rapar* (*rapalinguas*), *sacar* (*saca-rabo*) e *tornar* (*tornasol*).

Em relação às categorias semânticas, destacam-se as denominações de espécies zoológicas e botânicas – *brita-ossos*, *cortapao*, *espantalobos*, *estanca-cavallos* –, de objetos/instrumentos – *catavento*, *mataborrão*, *passamuros*, *portacollo* – e de humanos, categoria em que se distinguem, principalmente, as subcategorias dos agentes profissionais – *batefolha*, *cresta-colmeas*, *guarda joyas*, *guarda-roupa* – e dos indivíduos caracterizados pelo seu caráter e/ou comportamento – *arrebata punhadas*, *cagarôla*, *cortabolsas*, *espirracanivetes*. Também foram registradas categorias como evento – *botasela*, *lavapés* –, ação – *alçaperna*, *volta cara* –, locativo – *guardaroupa*, *valhacouto* –, abstrato – *esfolagato*, *lavadente* – e designação de vento – *esfolavaca* –. Os compostos [VN]_N também integram locuções, adverbiais ou adjetivas – [a] *arripiacabello*, [de] *enchemam*, [a] *escachapernas* –. Bluteau atribui, para alguns dos compostos [VN]_N, um determinado domínio de especialidade,

tudo muy acatado e servido como a seu estado cumpria sendo em sua liberdade” [VFDJ 1998]

como em *cortamão* – termo de carpintaria –, *formaflanco* – termo da fortificação –, *matacão* – termo de pedreiro – e *talhamár* – termo náutico.

5 METODOLOGIA

Os dados foram extraídos da edição eletrônica do dicionário de Houaiss e Villar (2009). A metodologia consistiu em buscar, na ordem alfabética, os lexemas com a estrutura Verbo + Nome, registrados com hífen (a maioria) e sem hífen. Nos casos duvidosos, como *guarda-espelho* e *porta-balcão*, por exemplo, considerou-se, além da definição da palavra, a descrição do seu comportamento flexional no próprio dicionário: *guarda-espelho* – *guardas-espelhos/guardas-espelho*; *porta-balcão* – *portas-balcões/portas-balcão*. Como se sabe, nos compostos $[VN]_N$, o tema verbal é invariável, incidindo, o plural, no final da palavra, naqueles casos em que a adjunção de um morfe é possível. Também não foram coletadas formas compostas derivadas do tipo *guarda-chuwada*, *guarda-roupheiro*, *puxa-saquismo*, ou compostas como *papa-arroz-preto*, e *vira-bosta-grande*, que possuem a estrutura $[NA]_N$.

A recolha resultou em mais de 180 bases verbais – de *abafar* a *zangar* – e em produtos nominais bastante variados no que concerne a classes semânticas. É no âmbito das designações de humanos, em especial aquelas relacionadas a profissões e a hábitos frequentes, que este trabalho sobre os compostos $[VN]_N$ se concentra. No *corpus*, a categoria de agente humano apresentou 165 realizações.

5.1 QUADRO DE ANÁLISE

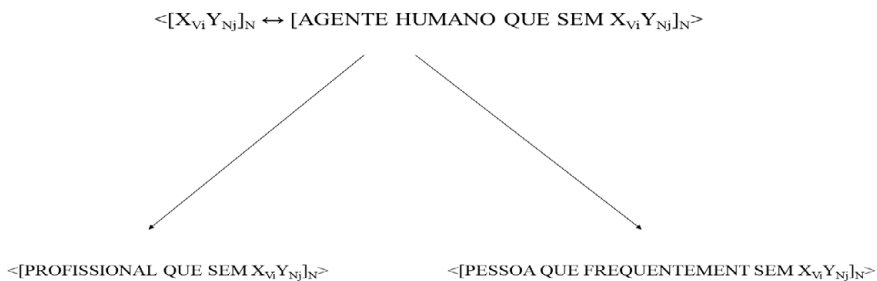
Os compostos $[VN]_N$ apresentam uma rede semântica muito produtiva, dando nome a uma série de categorias, como objetos, lugares, ações, eventos, espécies botânicas e zoológicas. Essas categorias, como já dito, não serão abordadas neste capítulo, que se volta somente à designação de agentes humanos. Sobre essa categoria específica, nos termos da MC, é possível representá-la esquematicamente como em (b):

$\langle [X_{Vi} Y_{Nj}]_N \leftrightarrow [AGENTE HUMANO QUE SEM X_{Vi} Y_{Nj}]_N \rangle$

O esquema em (b) é relativamente básico, pois não dá conta da polissemia atinente à designação de humanos, uma vez que são instanciados, por esse mesmo esquema, agentes profissionais, como *salva-vidas* – profissional treinado para evitar afogamentos de banhistas nas praias –, *limpa-botas* – engraxate –, *papa-defunto* – agente funerário – e *pela-porco* – barbeiro que trabalha em feiras livres –, e agentes caracterizados pela alta frequência dos seus (maus) hábitos, o que é comumente chamado de agentes habituais, como *baba-ovo* – bajulador –, *chupa-sangue* – pessoa que vive à custa do esforço alheio –, *mata-borrão* – pessoa que bebe demais – e *papa-hóstias* – pessoa que frequenta muito as igrejas.

Nos 165 dados analisados, 50 dados foram categorizados como profissionais e 115 como não profissionais, em sua maioria, habituais. Por conta da produtividade dessa polissemia, faz-se necessária uma representação de um esquema como o da Figura 1.

Figura 1 – Esquema construcional de compostos $[vn]_n$
 do português: agentes humanos



Fonte: elaborado pelos autores.

A representação esquemática na Figura 1 mostra que os compostos $[VN]_N$, como os já exemplificados *salva-vidas*, *limpa-botas*, *papa-defunto*, *pela-porco baba-ovo*, *chupa-sangue*, *mata-borrão* e *papa-hóstias* herdam, desse esquema, o padrão formal, que diz respeito às categorias lexicais fixas dos inputs (verbos-nomes) e dos outputs (nomes), e o significado, que aparece na contraparte semântica onde se menciona a categoria agente humano. Ser agente profissional ou habitual é uma informação que é especificada nos subesquemas.

É importante considerar que, entre os $[VN]_N$ do tipo agente, há aqueles que flutuam semanticamente. É o caso de *tapa-buracos*, que, segundo Houaiss e Villar (2009), tanto pode ser uma designação pejorativa para “pedreiro” (profissional) quanto uma “pessoa sem função definida que serve para substituir outro eventualmente” (habitual). Ou seja, a relação entre os agentes profissionais e habituais $[VN]_N$ também pode ser justificada por *links* metafóricos e metonímicos. Essa propriedade relacional, no entanto, não aparece na representação esquemática da Figura 1.

Outro aspecto que não se vê representado em esquemas como o da Figura 1 é a contribuição semântica das bases no significado das construções. Um exemplo dessa questão com construções sufixais pode ser dado com o caso de *sacoleiro* “pessoa que se dedica à venda domiciliar ou em locais de trabalho de mercadorias geralmente populares, como roupas, bijuterias e produtos eletrônicos”. (*s.u. sacoleiro*) (HOUAISS; VILLAR, 2009) Ainda que *sacoleiro* possa ser instanciado por um esquema de agente, não se pode descartar o fato de que a base *sacola* aciona uma metonímia do tipo continente/conteúdo.

Esse caso de *sacoleiro* permite colocar em discussão a existência de dois modelos de herança semântica, sublinhados por Booij (2010). Para o autor, há: (i) a herança padrão, em que o construto herda todas as informações semânticas do esquema que o instancia; (ii) a herança múltipla, quando o construto herda informações tanto do esquema instanciador quanto de outros elementos integrantes da construção, como a base. O caso de *sacoleiro*, portanto, é uma múltipla herança, questão que ainda demanda mais explicações na MC.

No caso das palavras compostas do $[VN]_N$, notam-se as mesmas dificuldades. Os níveis de semantismo, composicionalidade e idiomaticidade dos construtos e a forma como eles variam conforme a herança semântica – metafórica ou metonímica – dos verbos e nomes que servem de base para os compostos são questões que não podem ser representadas de forma tão rija, como a da Figura 1. No Quadro 1, a seguir, apresenta-se uma sistematização desses níveis de semantismo.

Quadro 1 – Níveis de semantismo de compostos $[vn]_n$
do português: agentes humanos

| Níveis de semantismo | Conceitos | Exemplos |
|-----------------------------|---|---|
| Totalmente composicionais | O conteúdo semântico do $[VN]_N$ é a soma dos conteúdos dos <i>inputs</i> . Ou seja, as duas palavras-base são tomadas de maneira literal. | porta-bandeira, salva-vidas, guarda-roupa, enxota-cães, guarda-rede, guarda-joias, limpa-botas, mata-mosquito, pula-ventana, espanta-tesão, borra-tintas, papa-gente, faz-tudo, tira-dentes, rapa-queixos. |
| Parcialmente composicionais | O conteúdo semântico do $[VN]_N$ reflete parcialmente o conteúdo dos <i>inputs</i> . Nesse grupo, apenas uma das palavras-base é tomada literalmente. A outra, seja o verbo, seja o nome, é tomada metafórica ou metonimicamente. | caga-regras, empata-foda, fura-greve, guarda-costas, papa-defunto, papa-missas, porta-voz, papa-mel. |
| Não composicionais | O conteúdo semântico do $[VN]_N$ não reflete o conteúdo dos <i>inputs</i> de forma literal. Tanto o verbo quanto o nome são herdados metafórica ou metonimicamente. Não raramente, esses $[VN]_N$ são tomados como idiomatismos. | baba-ovo, puxa-saco, quebra-galho, pegamasso, lambe-cu, enxuga-gelo, vira-casaca, pica-milhos, mandachuva, acaba-novenas, acalenta-menino, caga-sebo, cata-vento, come-santo, desmancha-sambas, espanta-lobos, fecha-bodegas, fura-paredes, papa-açordas, pela-porco, tapa-missa. |

Fonte: elaborado pelos autores.

As classificações e os dados apresentados no Quadro 1 podem ser interpretadas com base nas questões de herança trazidas por Booij (2010). Os compostos classificados como “totalmente composicionais” podem ser enquadrados como exemplos de herança-padrão, uma vez que permitem a leitura orientada completamente pelo esquema que os instancia. Assim, *porta-bandeira*, *guarda-roupa* e *espanta-tesão* admitem, em alguma medida, as respectivas leituras [PROFISSIONAL QUE [PORTA]_V A [BANDEIRA]_N]_N, [PROFISSIONAL QUE [GUARDA]_V A [ROUPA]_N]_N e [PESSOA QUE FREQUENTEMENTE [ESPANTA]_V O [TESÃO]_N]_N. Como os elementos integrantes dos compostos são tomados literalmente, não é necessário considerar heranças da base, uma vez que o esquema instanciador contempla satisfatoriamente a compreensão do composto.

Nota-se, nessa primeira categoria – totalmente composicional –, uma predominância de compostos [VN]_N que nomeiam agentes profissionais, certamente por conta do caráter pragmático das designações. Ainda que haja [VN]_N habituais mais composicionais, eles são menos frequentes, estando mais propensos a efeitos de metáfora e metonímia, o que demanda uma análise pautada na herança-múltipla.

No caso dos compostos ditos parcialmente composicionais, pode-se dizer que há uma herança metafórica ou metonímica em apenas um dos elementos integrantes. Por exemplo, em *papa-mel* “pessoa com preferência acentuada por alimentos açucarados” (HOUAISS; VILLAR, 2009), o verbo *papar* é tomado de maneira mais literal, com o significado de *comer*, enquanto *mel* reflete uma metonímia do tipo PARTE/TODO – mel/ todos os doces. O mesmo pode se dizer de *empata-foda* “indivíduo que atrapalha o andamento de algum processo ou a realização de qualquer intento alheio” (HOUAISS; VILLAR, 2009), em que o verbo *empatar* é tomado literalmente com o significado de atrapalhar ou incomodar, e o substantivo *foda* é tomado metonimicamente no mesmo esquema PARTE/TODO – atividade sexual/qualquer atividade humana. Em *papa-missas* – pessoa que frequenta demasiadamente as missas – e *caga-regras* – pessoa que tem o hábito de ditar regras –, são os verbos *papar* e *cagar* que são tomados metaforicamente.

O fato de preservarem informações literais de alguma das bases faz com que esses últimos $[VN]_N$ possam ainda ser categorizados como instanciações do esquema da Figura 1. Quando não há qualquer composicionalidade nos construtos, como em *puxa-saco*, *quebra-galho*, *lambe-cu*, *baba-ovo*, *enxuga-gelo*, *desmancha-sambas* e *fecha-bodegas*, fica a dúvida: esses $[VN]_N$ são motivados por um esquema como o da Figura 1? Ainda que pareçam mais arbitrários, os compostos desse último grupo preservam ainda a característica genérica que engloba a questão frequência, devendo, portanto, ser categorizados como instanciações do referido esquema.

6 PALAVRAS FINAIS

O presente artigo abordou a categoria semântica *agente humano* em compostos $[VN]_N$, na perspectiva da MC. Os dados, obtidos do dicionário de Houaiss e Villar –2009 –, evidenciaram uma preponderância de compostos $[VN]_N$ designando agentes não profissionais. Além disso, observou-se que essas designações são, em geral, afetadas pela metáfora e/ou pela metonímia, resultando em formas semanticamente menos transparentes. Nesse aspecto, sobressai-se a dificuldade de identificar as nuances semânticas advindas das relações entre esquemas, subesquemas, bases e produtos. Para que o modelo da MC siga atrativo para quem busca uma interface entre morfologia e semântica, deverá melhorar a sua forma de representação, pois a busca por generalizações deixa, por vezes, escapar aspectos que são fundamentais na explicação de determinados fenômenos linguísticos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. L.; GONÇALVES, C. A. V. Polissemia sufixal: o caso das formas Xeiro - propostas e problemas. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA (APL)*, 10., 2005, Lisboa. *Anais* [...]. Lisboa: Colibri Artes Gráficas. v. 20, p. 1-12. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/72520-3.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2016.

BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: OUP, 2010.

DARMESTETER, A. *Traité de la formation des mots composés de la langue française*. 2. ed. Paris: E. Bouillon, 1894.

DUARTE, I.; BRITO, A. M. Predicação e classes de predicadores verbais. In: MIRA MATEUS, M. H.; BRITO, I. D.; FARIAS, I. H. et al. (ed.). *Gramática da Língua Portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 179-203.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: UCP, 1995.

GONÇALVES, C. A. V. *Morfologia Construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. V.; ALMEIDA, M. L. L. Morfologia Construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*, São Paulo, v. 58, n.1, p. 165-193, 2014.

GONÇALVES, C. A. V.; PIRES, J. A. Morfologia Construcional aplicada à mudança morfológica: da composição à derivação. In: GONÇALVES, C. A. V. *Morfologia Construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 49-69.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LLOYD, P. M. *Verb-complement compounds in Spanish*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag Tübingen, 1968.

MEILLET, A.; VENDRYÈS, J. *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. 2. ed. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1953.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. V. *Novo manual de sintaxe*. 3. ed. Florianópolis: Ed. Insular, 2007.

MOYNA, M. I. *Compound words in Spanish*. Theory and history. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.

OLIVEIRA, M. F. O agente e o paciente na perspectiva de protótipos. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 37, p. 105-123, 2016.

RIO-TORTO, G. M. O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais. In: ATHAYDE, M. F. (coord.). *Estudos sobre léxico e gramática*. Coimbra: CIEG; FLUC, 2006. p. 11-34.

- ROCHA, L. C. A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- SANTOS, A. V. Compostos [VN]_N no Vocabulário português, e latino de Bluteau (séc. XVIII). *Todas as Letras*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-17, 2020.
- SANTOS, A. V. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)*. 2009. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SANTOS, A. V.; SIMÕES NETO, N. A. O esquema construcional [[X]-[mor]]_N na história da língua portuguesa. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 18, p. 125-140, 2020.
- SIMÕES NETO, N. A. Compostos com síndrome e complexo no português brasileiro: uma abordagem construcional. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 3373-3394, 2018.
- SIMÕES NETO, N. A. Morfologia Construcional e alguns desafios para a análise de dados históricos da língua portuguesa. *Domínios de língua@gem*, Uberlândia, v. 11, n. 3, p. 468-501, 2017.
- SIMÕES NETO, N. A. *O esquema X-ari- do latim às línguas românicas: um estudo comparativo, cognitivo e construcional*. 2020. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.
- SIMÕES NETO, N. A. O padrão [[X]_N de Taubaté]_N no português brasileiro: um estudo sobre compostos sintagmáticos em perspectiva construcional. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 265-290, 2019.
- SOLEDADE, J. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [[X – EIR]N] no português arcaico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, p. 83-111, 2013. Número especial.
- SOLEDADE, J. Por uma abordagem cognitiva da morfologia construcional. *In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. (org.). Linguística Cognitiva: redes do conhecimento d'aquém e d'além mar*. Salvador: Edufba, 2018. p. 345-378.
- TAVARES DA SILVA, J. C. A abordagem construcional nos estudos da morfologia do português: o modelo booiijiano em terras brasílicas. *Macabéa*, Crato, v. 8, n. 2, p. 109-135, 2019.
- VAL ÁLVARO, J. La composición. *In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (dir.). Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Editorial Espasa: Calpe, 1999. v. 3, p. 4757-4842.

VASCONCELOS, J. L. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

YOON, J. Constructional meanings of verb–noun compounds in Spanish: Limpiabotas vs. tientaparedes. *Language Sciences*, Amsterdã, v. 31, p. 507–530, 2009.

A TERMINOLOGIA DAS ROUPAS ÍNTIMAS FEMININAS NA FRANÇA ENTRE A BELLE ÉPOQUE E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

Ingrid Oliveira Santos Silva

Célia Marques Telles

1 INTRODUÇÃO

Estudar o léxico do vestuário¹ é adentrar um universo bastante complexo de contextos e classificações. Em um primeiro pensamento, “roupa” é aquilo que se usa para vestir o corpo, seja para protegê-lo de fatores externos – do clima, por exemplo – ou para realçar a beleza – o fator ornamento.

Pensando nos itens que compõem a camada externa do vestuário, é possível afirmar que estes “revelam uma relação com as aparências exteriores, nas quais se manifesta o espírito de representação”. (ROCHE, 2007, p. 161) Porém, ainda segundo ele, uma compreensão mais detalhada de uma sociedade dá-se não pelo que ela mostra, mas sim “por aquilo que ela esconde”. (ROCHE, 2007, p. 161) Têm-se então duas categorias bem definidas dentro do campo do vestuário: as roupas de cima e as roupas de baixo, também conhecidas como roupa íntima. Entende-se aqui como roupas íntimas aquelas que são “usadas em contato direto com a pele”. (ANGUS, 2015, p. 112)

A roupa íntima feminina usada na França na virada entre o século XIX e o século XX possui um acervo bastante de rico. Paris era o grande centro vetor de cultura do mundo ocidental, tendo influenciado, dentre outras coisas, o modo de se vestir. Em um momento marcado por fortes

¹ Entende-se aqui o vestuário como sendo o conjunto de roupas utilizadas por uma pessoa ou por um grupo.

mudanças no âmbito sociocultural, *pantalons* e *culottes* – peças precursoras da calcinha moderna –, *soutiens-gorge* [sutiãs] e *corsets* [espartilho] acabaram por acompanhar as transformações da época, sendo reformulados e adaptados às novas realidades. O aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) são dois fatores que podem e devem ser levados em conta ao estudar-se o vestuário do período.

Sabendo que língua e sociedade caminham juntas, este artigo tem por objetivo apresentar alguns termos relativos às roupas íntimas femininas usadas entre 1903 e 1917 e suas possíveis relações com o contexto da época.

A título de organização, além desta introdução, este artigo também contará com as seguintes seções: seção 2, “Breve histórico da roupa íntima feminina”; a seção 3, “Alinhavando os caminhos entre a Terminologia² e a Moda”; a seção 4, O vocabulário das roupas íntimas entre 1900-1917, apresentará os dados relativos ao campo das roupas íntimas selecionados entre as publicações de moda entre 1903 e 1917; a quinta seção, “Arrematando a costura e tomando a direção das considerações (por ora) finais”, tratará de alguns comentários acerca dos dados e das conclusões observadas até o momento, sendo por fim seguidas das “Referências” aqui utilizadas.

2 BREVE HISTÓRICO DA ROUPA ÍNTIMA FEMININA

Devido à fragilidade das peças do vestuário, têm-se hoje raros registros físicos das peças usadas em períodos muito afastados da história. Contudo, é possível ter acesso aos trajes mais antigos através das gravuras e das esculturas que sobreviveram ao tempo.

Com base em tais produtos artísticos, pode-se afirmar, por exemplo, que as primeiras roupas íntimas femininas têm origem por volta de 3000 a.C, na ilha de Creta –território atualmente pertencente à Grécia – e no Egito. (NÉRET, 1998) Segundo Ewing (1972, p. 15, tradução nossa):

2 Entende-se aqui a terminologia como sendo o conjunto de termos empregados em uma determinada área de conhecimento. Já a Terminologia – com <T> maiúsculo – serve para designar a disciplina que se propõe a estudar os termos.

As estátuas femininas não apresentam traços de qualquer coisa sendo vestida sob o chiton, mas definitivamente existem evidências de que os gregos, inovadores em tantas esferas do progresso humano, deram início ao relativamente importante tema das roupas íntimas femininas e da forma corporal. Uma tira de linho ou de couro era enrolada em volta da cintura e e do abdômen para moldá-lo e controlá-lo.³

Apesar desses registros, muito pouco se sabe sobre o real papel das roupas íntimas na Antiguidade, se existiria desde essa época uma função como se entende hoje ou não.

No período medieval, a roupa íntima não era muito diferente entre ambos os sexos. Homens e mulheres vestiam por baixo da roupa uma espécie de túnica solta, a *chemise* [camisa íntima], que era produzida com um tecido fino, como o linho. Tal escolha era motivada principalmente pelo papel que cabia a cada camada de roupa: a camada mais externa era aquela feita para ser vista e admirada, enquanto que as peças que iam por baixo da roupa deveriam passar despercebidas. (ÖRMEN; THOMASS, 2009) O linho exerceu um papel tão forte na produção de roupas íntimas que acabou dando origem ao termo *lingerie* – mas esse é assunto para um próximo trabalho.

A *chemise* desempenha um papel importante na história da roupa íntima feminina: além do seu registro de uso ter sido bastante longo – até a Primeira Guerra Mundial, segundo algumas revistas de moda da época –, tal peça, na ausência do *soutien-gorge* moderno, ajudava, juntamente com o *corset*, a modelar o corpo.

De modo geral, assim como também ocorreu com as peças externas, até o século XIV, a evolução das roupas íntimas foi bastante lenta. Ainda com base nas artes e nos poucos registros físicos que chegaram aos dias atuais, nota-se a presença de leves alterações ao longo do tempo, mas nada destoava tanto entre um século e outro.

3 Texto original: “Female statues show no traces of anything being worn under the chiton, but there is literally evidence that the greeks, innovators in so many spheres of human progress, set a lead in the relatively small matter of women’s underwear and figure control. A band of linen or kid was wound round the waist and lower torso to shape and control it”.

Contudo, a fase final da Idade Média é marcada pelo surgimento de um novo traje que vem justamente diferenciar a vestimenta feminina da vestimenta masculina. Segundo Boucher (2010, p. 153) esse novo modelo de roupa tinha como característica ser:

Curto para os homens, comprido para as mulheres, a roupa agora é ajustada e geralmente fendida em parte ou completamente, bem como abotoada ou amarrada. Essa evolução não apenas faz desaparecer do uso cotidiano – salvo para algumas categorias sociais – antigas formas herdadas de vários milênios, como representa uma primeira etapa rumo ao nosso traje moderno

Atualmente, considera-se tal criação como o ponto de partida para o desenvolvimento da *moda*, fenômeno histórico e social, originado no Ocidente, que tem como uma de suas principais características o interesse e o desejo pelo novo. (LIPOVETSKY, 2017) A Antiguidade e boa parte do período medieval foram épocas pautadas na preservação de uma tradição, de uma herança de costumes que passava de geração para geração. Dentro desse contexto, não havia muito espaço para mudanças: estas ocorriam lentamente – podendo levar séculos para a sua realização. Quando ocorria uma alteração na forma de se vestir, esta estava geralmente ligada a aspectos climáticos ou religiosos. A partir do século XIV e XV, as transformações realizadas nas roupas passam a ter por objetivo a apreciação dos demais, o novo que é fonte de interesse e de admiração e que pode se transformar em modelo a ser seguido – mesmo que de forma breve. (BOUCHER, 2010; SOUZA, 1987)

Assim como ocorre com as roupas de cima, o surgimento da moda é um dos pontos essenciais para as transformações da roupa íntima. *Chemises*, *corsets* e demais peças seguirão as silhuetas-modelo de cada época, acentuando ou disfarçando diferentes partes do corpo.

Entre os séculos XVI e XVII, com a expansão da renda no Ocidente, a roupa íntima ganhou um novo aliado. A França, já no século XVII, passou a ser um dos principais centros produtores não só de renda, mas também

de linho – e suas variantes como a *batista* –, dando os primeiros passos no desenvolvimento de uma indústria de roupas de luxo. (ÖRMEN; THOMASS, 2009; PEZZOLO, 2017)

No século XVIII a *chemise* “perde seus adornos de mangas, não mais visíveis [...], mas o babado do decote continua a ultrapassar o do vestido”. (BOUCHER, 2010, p. 278) Além disso, outras duas peças marcaram o período: o *corset* e os *jupons* [anáguas]. Ambas as peças já existiam, porém ganharam um novo destaque com a silhueta da época que pautava pela cintura mais fina, achatamento do busto e saias com grande volume. (EWING, 1972) Ainda segundo Boucher (2010), a partir da segunda metade do século XVIII, uma lei obrigava o uso das *culottes* em espaços como o teatro.

No século seguinte, com a ascensão cada vez maior e mais rápida da classe burguesa ao poder – visto que após 1789 a aristocracia perdeu pouco a pouco o seu espaço de ação política e econômica –, a roupa íntima feminina passou a ser moldada conforme a moral burguesa. A *crinoline* [crinolina] e o *corset* podem ser considerados como as principais peças que compunham a roupa íntima desse século, possuindo tamanhos e formas variados. A partir dos anos 1850, duas criações tiveram fundamental importância até o final da *Belle Époque*: o *cache-corset* –literalmente um “esconde-espartilho” – e o *pantalon*. (ÖRMEN; THOMASS, 2009)

Entre o final do século XIX e início do século XX, apesar do alto número de peças, não se pode afirmar que tenha havido uma grande mudança, no que diz respeito ao uso das roupas íntimas femininas. As revistas de moda, como a *Femina*, continuavam a apresentar as *chemises*, os *jupons* e os *corsets* – a grande estrela da época –, mas também as *culottes* e os *pantalons* – ambos empregados com a mesma função, cobrir a região da cintura até as coxas ou joelhos –, a *sous-jupe* – modelo de anágua –, o *bas* [meia], e o recém-criado *soutien-gorge*. Em texto publicado em uma edição da própria *Femina* no ano de 1912, fica bem claro o grande interesse que tais peças despertam no universo feminino ao afirmar que:

Todas as mulheres de bom gosto e todas as mulheres de distinta elegância têm uma queda pelo luxo da roupa íntima. Nada é mais deliciosamente feminino. O prazer único de ver em seu armário, bem organizado e perfumado as pilhas de *chemises*, *cache-corset*, *jupons*, *pantalons* etc., alinhadas, adornadas com fitas, cheias de rendas, valem o esforço para chegar a esse resultado”.⁴ (FEMINA, 1912, p. 144, grifos nosso, tradução nossa)

Diante de tanto pano, o ato de se vestir era realmente um processo: demandava não só tempo, como, por vezes, a ajuda de uma outra pessoa. De forma geral, durante a *Belle Époque* (1890-1914), a ordem no vestir-se era: na parte superior, primeiro vinha a *chemise*, em seguida usava-se o *corset* e ao final o *cache-corset*. A parte inferior do corpo, tinha mais ou menos o mesmo número de peças: primeiramente tinha-se a *culotte* ou o *pantalon*, seguido da *jupon* e o *bas*. Desse modo: “[...] a mulher busca tornar seu corpo inacessível. Uma verdadeira fortaleza de roupas íntimas a protege de tudo, dos olhos dos outros, do mau tempo, de agressões externas, de doenças etc”.⁵ (ÖRMEN; THOMASS, 2009, p. 61-62, tradução nossa)

Existe no imaginário coletivo uma crença de que foi a Primeira Guerra Mundial que fez com que o *corset* entrasse em desuso, dando espaço para o *soutien-gorge*. Em parte, é possível afirmar que tal ideia não está totalmente incorreta: com os homens na guerra, as mulheres passaram a ocupar novas funções, nas quais o demasiado volume de roupas não era prático para a nova realidade. Porém, o declínio do *corset* data ainda na *Belle Époque*, a partir de 1909, quando a cintura em S perdeu espaço para o movimento da reforma, com seus vestidos mais leves e soltos que buscavam justamente uma maior liberdade para o corpo feminino.

4 Texto original: “Toutes les femmes de goût et toutes les élégantes distinguées ont un faible pour le luxe du linge. Rien n’est plus délicieusement féminin. Le seul plaisir de voir, dans son armoire, bien rangée et parfumée, les piles de *chemises*, *cache-corset*, *jupons*, *pantalons*, etc., alignées, parées de rubans, débordantes de dentelle, vaut déjà la dépense”.

5 Texto original “ [...] la femme s’emploie-t-elle à rendre son corps inaccessible. Une véritable forteresse de sous-vêtements la protege de tout, du regard des autres, des intempéries, des agressions extérieures, des maladies etc.”.

Consultando as edições do *Les modes de la femme de France*⁶ publicadas entre 1915-1917, nota-se uma redução significativa tanto no tamanho das peças, em geral mais curtas, quanto na quantidade. Através das revistas, foi possível localizar até o momento dois outros itens que completavam a gaveta de roupas íntimas da época. São elas a *combinaison-pantalon* e a *liseuse* – espécie de casaquinho para dormir.

A *combinaison-pantalon* traz um dado interessante que está totalmente ligado ao contexto da Primeira Guerra. A *combinaison* [combinação] existe desde o final do século XIX e, como o próprio nome já deixa a entender, ela vem a ser a junção de duas peças de roupa íntima diferentes – *jupon* e *soutien-gorge*; *chemise-jupon*; *jupon-cache-corset* etc. (BOUCHER, 2010) Até antes do início da guerra, a parte inferior era, em geral, formada por uma saia. Porém, com o início da guerra, e com as mulheres assumindo funções profissionais anteriormente exclusivas dos homens, à medida que a camada externa foi se transformando para permitir maior mobilidade, a roupa íntima também teve que se readaptar a essa nova realidade. A saia dá então lugar a um modelo de calça mais curta, na altura do joelho ou nas coxas, que além de facilitar no andar, também protegia de possíveis riscos externos.

Mesmo que em um pequeno resumo sobre a história da roupa íntima, nota-se que não é pouco o que se pode extrair de informação ao estudar uma terminologia. No caso do vestuário, como muitos dos termos já se encontram enraizados na fala cotidiana, por vezes, as informações de valor mais técnico podem se perder. Para tratar desse aspecto do léxico tão fundamental hoje, é preciso discutir a Terminologia, tema da próxima seção.

3 ALINHAVANDO OS CAMINHOS ENTRE A TERMINOLOGIA E A MODA

A Terminologia, enquanto disciplina científica, é bastante nova, com origem nos anos 1930. O engenheiro austríaco Eugenio Wüster é considerado

⁶ Assim como a *Femina*, periódico francês especializado em moda.

como o pai de tal área por ter, em sua tese de doutorado, sinalizado a necessidade de normalização dos termos técnicos dentro da engenharia. (FINATTO; KRIEGER, 2004)

Entretanto, pode-se dizer que o fazer terminológico existe há séculos, vinculado às áreas de saber onde o caráter técnico é fundamental para a realização de certas tarefas. É assim em se tratando do comércio, da guerra, da agricultura, da saúde e, porque não, do vestuário. *Calçado e sapato*, por exemplo, são dois termos que frequentemente são empregados como sinônimos, mas que na prática, fazem referência a coisas diferentes. O mesmo ocorre com *corpete* – “parte de um vestido ou casaco situada entre os ombros e a cintura” (CALLAN, 2010, p. 95) –, com o *corpinho*, peça semelhante à *camisola* que “era muito armado com barbatanas e acolchoado para dar uma aparência cheia, arqueada e arredondada ao busto”. (CALLAN, 2010, p. 95)

Em ambos os exemplos, nota-se que as especificidades entre uma peça e outra podem não ser tão claras para uma pessoa leiga, mas fazem toda diferença para um profissional da moda. Ao ter os termos técnicos científicos como principal objeto de estudo, a Terminologia procura “dar conta do funcionamento das unidades lexicais especializadas em situações comunicativas profissionais, acadêmicas e científicas”. (LORENTE, 2004, v. 2, p. 29)

Até o final dos anos 1970, os estudos em Terminologia tinham por base a Teoria Geral da Terminologia (TGT). Em tal contexto, o principal objetivo era a máxima normalização dos termos, ou seja, uma busca pela padronização, uma standardização, de modo a evitar ambiguidades, produzindo uma comunicação mais precisa o possível. Os termos técnicos eram, até então, vistos como itens lexicais isolados da língua geral, estando, portanto, isentos de fenômenos como a sinonímia e a própria mudança inerente à língua.

A partir dos anos 1980, uma série de críticas a tal posicionamento passou a questionar a ideia na qual as terminologias fariam parte de uma língua isolada. Para estudiosos como Alain Rey tal afirmação não era condizente com a realidade, visto que “a comunicação standardizada é apenas uma das possibilidades da comunicação real”. (ALMEIDA, 2011, v. 1, p. 201) Dessa

forma, entende-se que “os termos são itens lexicais que não se distinguem da palavra do ponto de vista de seu funcionamento” (FINATTO; KRIEGER, 2004, p. 78), vivenciando então os mesmos fenômenos que as demais unidades lexicais. Assim:

[...] na maioria das vezes, os critérios que distinguem termo de palavra não residem nos aspectos formais da língua, mas sim nos aspectos semânticos e enunciativos [...].
[...] não existe um conjunto de termos isolados constituindo uma língua marginal à língua geral, o que há são signos linguísticos da língua natural, que se realizam ora como palavras, ora termos. (ALMEIDA, 2011, v.1, p. 205)

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), criada nos anos 1990 por Maria Teresa Cabré, trabalha justamente dentro dessa perspectiva – os termos enquanto elementos não isolados da língua. Para Cabré (2005, tradução nossa):

A unidades terminológicas são poliédricas [...]. Pode-se acessá-las por diversas portas: a linguística, a ciência cognitiva e as ciências de comunicação social. [...] A análise das unidades terminológicas dentro da linguística pressupõe um trabalho através dos textos escritos ou produções linguísticas orais. Em tais textos as unidades terminológicas são mais prototípicas para a representação do conhecimento especializado.⁷

O que irá indicar se uma unidade lexical vem a ser um termo ou uma palavra será o seu contexto de uso. Diante disso, o texto, mais precisamente o texto especializado, será considerado como sendo o seu “habitat natural”. (KRIEGER, 2013) No caso dos termos relativos ao vestuário, campo no qual as roupas íntimas estão inseridas, as revistas de moda são as principais fontes,

7 Texto original: “Las unidades terminológicas son poliédricas [...]. Se puede acceder a ellas por diversas puertas: la lingüística, la ciencia cognitiva y las ciencias de la comunicación social. [...] El análisis de las unidades terminológicas desde la lingüística presupone entrar a través de los textos o producciones lingüísticas orales. En estos textos, las unidades terminológicas son las más prototípicas para la representación del conocimiento especializado”.

e as mais seguras. (BARTHES, 2009; BOUVEROT, 1999) Isso porque, ao se propor a descrever uma peça de roupa, detalhar os seus tecidos, as partes que a compõem e os materiais que devem ser usados para a sua confecção, é necessário que a esse leitor chegue uma informação precisa. O caimento de uma peça produzida com um tecido mais armado como o *tafetá* não será o mesmo que aquele produzido com linho, tecido mais solto. O corte de uma peça *evasé* será diferente de uma *godê* e assim sucessivamente. É preciso que chegue ao seu público leitor, profissional da área do vestuário ou interessados na área, uma informação direta e precisa que possibilite a produção ou a compra de uma determinada roupa sem riscos de erro.

Levando em conta tais aspectos, ao elaborar uma definição terminológica, é importante estar atento ao que se entende como conceito e significado. Segundo Finatto (2001, p. 307):

Na teoria terminológica [...] é amplamente reconhecido que conceitos, como unidades cognitivas devem ser diferenciados de significados de palavras enquanto unidade semântica. Por outro lado, na teoria linguística, observamos que forma e significado são elementos inseparáveis, ou pelo menos interdependentes.

Assim, podemos considerar que a definição terminológica é um lugar de encontro entre o aspecto conceitual e o linguístico, uma vez que o texto da definição tem a função de descrever as características que delimitam um conceito e a função de particulariza-la num determinado sistema conceitual ou de domínio. (FINATTO, 2001, p. 309)

Em se tratando de revistas de moda mais antigas, é importante estar atento a dois detalhes: assim como as roupas seguem uma moda, os termos empregados nas revistas também podem seguir a moda. É comum, por exemplo, ver em revistas unidades lexicais relacionadas a um personagem que, no momento da escrita, era célebre, mas que, com o esquecimento de tal personagem, eventualmente entra em desuso. Tais termos acabam possuindo

um grau de particularidade elevado, o que, por vezes, acaba por inviabilizar uma definição. (BOUVEROT, 1999)

O segundo ponto está ligado às mudanças da língua ao longo do tempo. Um termo do século XVII, mas que se mantém em uso na língua em 2020 pode não corresponder em sentido. É importante atentar para as fontes bibliográficas de consulta para que não ocorram equívocos de comunicação.

Como o vestuário moderno é produzido com base na moda, e esta se renova com grande rapidez, é comum se dizer que a moda é cíclica: roupas entram e saem dos guarda-roupas em espaços de décadas. Uma peça que ontem foi tendência, hoje pode estar fora de moda e amanhã pode voltar a ser tendência novamente.

Diante desse léxico passível de uma constante renovação, a formação e uso da terminologia da moda pode estar relacionada principalmente com: os neologismos – a partir do surgimento de uma peça, ou da necessidade de nomear um item que não possuía um termo próprio – o caso de *soutien-gorge*, como será apresentado mais para frente –; a polissemia – quando a moda muda, mas as palavras se mantêm na língua; a sinonímia – quando as palavras mudam, mas a moda se mantém – o caso do modelo de *flare*, também conhecido como “calça boca de sino” ou “pata de elefante”. (BOUVEROT, 1999)

A existência de tais fenômenos no processo de criação das terminologias só reforça a ideia dessa comunicação e dessa técnica inserida dentro da língua geral, se valendo também de dados não somente científicos, mas também culturais, históricos e sociais. O conhecimento de tais informações, principalmente quando se trabalha com termos existentes em fases pretéritas da história, só enriquecem a produção terminológica.

Levando em conta o que já foi dito acerca dos termos relativos à roupa íntima, e suas relações com a moda e a história, e sabendo que “a terminologia descreve a variedade da moda e como ela interpreta outros aspectos da cultura e suas conquistas” (WOODCOCK, 2015, p. 8), passa-se então a uma análise mais detalhada dos termos usados para indicar as roupas íntimas usadas pelas mulheres francesas entre 1903 e 1917.

4 O VOCABULÁRIO DAS ROUPAS ÍNTIMAS ENTRE 1903-1917

Os termos aqui apresentados foram selecionados após a leitura de colunas de moda presentes nos seguintes periódicos: *Le Figaro-Modes* (1903-1905); *Les Modes* (1906-1910); *Femina* (1911-1914); *Les modes de la femme de France* (1915-1917). Optou-se aqui no trabalho por periódicos diferentes principalmente devido à dificuldade em se encontrar uma sequência regular de publicação dentro do período de tempo escolhido – *Belle Époque* e Primeira Guerra Mundial. Todas as edições estão disponíveis para consulta de forma gratuita na página *on-line* da Biblioteca Nacional da França.⁸

As definições que serão apresentadas aqui podem ser de dois tipos: tendo sido extraídas de forma integral de um material bibliográfico – caso de dicionários e glossários –; de própria autoria. As definições do primeiro tipo serão sempre acompanhadas das respectivas referências.

Ao total, entre 1900 e 1917 foram encontrados 23 termos relativos às roupas íntimas. Devido ao espaço proposto neste capítulo, apresentar-se-ão 13 termos. São eles:

- **BAS:** “Peça de vestuário usada para cobrir as partes inferiores do corpo indo dos pés ao joelho”. (TRÉSOR..., 2020)

“On portera avec ces fantaisies toujours le *bas* assorti de couleur au soulier, qu’il soit rouge, gris, jaune ou blanc”. (LE FIGARO-MODES, 1903, p. 23 grifo nosso)

- **CACHE-CORSET:** “Peça leve que cobre o busto e tem por objetivo proteger o espartilho”. (TRÉSOR..., 2020)

“Le seul plaisir de voir, dans son armoire, bien rangée et parfumée, les piles de chemises, *cache-corset*, jupons, pantalons, etc., alignées, parées de rubans, débordantes de dentelle [...]” (FEMINA, 1912, p. 144, grifo nosso)

8 Ver: <https://gallica.bnf.fr/html/und/presse-et-revues/presse-de-mode?mode=desktop>.

- **CHEMISE:** Roupa de baixo feminina, em geral de linho, que cai solta a partir dos ombros e pode apresentar diversos comprimentos e mangas curtas ou compridas. Serve prioritariamente para proteger as roupas do suor e da gordura corporal e pode ser vista como precursora da camisa. (NEWMANN, 2011, p. 50-51)

“Les *chemises* restent courtes et ajustées par un pli creux, descendant jusqu’à la taille”. (FEMINA, 1912, p. 144, grifo nosso)

- **CHEMISSETTE:** Roupa de baixo feminina e sem mangas para a parte superior do corpo, confeccionada em musselina, [...] renda ou similar e às vezes decorada com bordados e enfeites. Usada nos séculos XIX e XX, muitas vezes para cobrir a parte frontal de abertura de um vestido decotado. (NEWMANN, 2011, p. 51)

“Dans le type robe longue, une belle toilette en tulle d’or [...]; jupe princesse et corsage drapé en travers sur *chemisette* et mancherons d’angleterre”. (LES MODES, 1909, grifo nosso)

- **COMBINAISON:** “Reunião, em uma única peça, de várias peças de lingerie (BOUCHER, 2010, p. 461)”. Tais peças tinham por objetivo “evitar os volumes sob as saias modelando os quadris [...]” (BOUCHER, 2010, p. 391)

“Le plus sûr moyen de se protéger contre le froid est tout d’abord de porter une « *combinaison* ’ en fine laine, des bas de laine ou des « snow-boots”. (FEMINA, 1911, p. 688, grifo nosso)

- **COMBINAISON-PANTALON:** Modelo de *combinaison* formado por uma calça curta e um *cache-corsset* ou *soutien-gorge*.

“Combinaison-pantalon fermée, en linon de fil blanc, ornée de jours”. (LES MODES DE LA FEMME DE FRANCE, 1917b, p. 10)

- **CORSET:** Veste feminina justa que vai dos quadris até o peito e pode cobrir os seios ou parar logo abaixo destes. Serve para sustentar ou modelar o corpo em uma silhueta desejável [...]. De

início o espartilho consistia em duas peças amarradas juntas. Mais tarde, tornou-se uma peça única que se prendia com cordões ou ganchos, em geral nas costas. (NEWMANN, 2011, p. 71)

“La forme très basse du *corset* nous incite à porter le cache-corset soutien-gorge”. (FEMINA, 1912, p. 144, grifo nosso)

- **CULOTTE:** “Como roupa íntima [...] o termo se refere às calcinhas volumosas que iam até o joelho, no começo do século XX, feitas de algodão ou seda com babados na bainha [...]”. (ANGUS, 2015, p. 115)

“Le pantalon accentue sa forme ajustée rappelant plutôt la *culotte* [...]”. (FEMINA, 1912, p. 144 grifo nosso)

- **JUPON:** [...] No século XIX, o termo se referia quase exclusivamente a uma saia de baixo usada para a proteção contra o frio ou para dar volume à saia ou vestido colocado por cima. Com o passar do tempo, vários estilos de anágua foram criados, de modelos lisos a ornamentados, com uma ou várias camadas, justas ou largas. (NEWMANN, 2011, p. 15)

“Nous sommes en train de dire adieu à notre unique et dernier *jupon*”. (LES MODES, 1908b, p. 18)

- **LISEUSE:** Peça criada com o propósito bem específico: manter os braços e a parte superior do corpo aquecidos enquanto a pessoa estiver sentada na cama. Não tem mangas para facilitar a retirada sem que seja preciso sair da cama e é preso apenas por laços na parte da frente. (ANGUS, 2015, p. 116)

“*Liseuse* de crépon blanc garnie de linon ciel”. (LES MODES DE LA FEMME DE FRANCE, 1917b, p. 12)

- **PANTALON:** Calça comprida feita, em geral de linho ou algodão, usadas por baixo da saia. Em geral, iam até os tornozelos. Foram bastante populares enquanto peça de roupa íntima desde o século XIX. A princípio, eram largas e folgadas,

porém no início do século XX já apresentam uma forma mais ajustada ao corpo. (CALLAN, 2010; TRÉSOR..., 2020)

“Le *pantalon* accentue sa forme ajustée rappelant plutôt la culotte [...]”. (FEMINA, 1912, grifo nosso)

- **SOUS-JUPE:** “Modelo de anágua usada por baixo de uma saia ou vestido, aberto ou transparente”. (TRÉSOR..., 2020)

“[...] la *sous-jupe* est rattrapée au genou par une écharpe mauve rappelant le bouquet d’orchidées qui fleurit le décolleté”. (LES MODES, 1908b, p. 31, grifo nosso)

- **SOUTIEN-GORGE:** Roupa íntima feminina usada para cobrir e segurar os seios, além de lhes dar contorno. Em geral compreende duas taças unidas por um painel central e fixadas por tiras nos ombros [...]. Embora as mulheres cretenses já usassem vestes similares em 2.500 a.C, a forma atual do sutiã data do final do século XIX e do início do século XX, quando ele foi introduzido como alternativa do espartilho (NEWMANN, 2011, p. 175)

“La forme très basse du corset nous incite à porter le cache-corset *soutien-gorge*” (FEMINA, 1912, p.144, grifo nosso)

5 ARREMATANDO A COSTURA E TOMANDO A DIREÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES (POR ORA) FINAIS

Ao longo da análise dos 13 termos referentes às roupas íntimas utilizadas no início do século XX, foi possível notar o quanto o olhar mais técnico proposto pela Terminologia é fundamental para a compreensão dos itens lexicais selecionados. Algumas peças como a *chemise* e a *chemisette* talvez sejam mais fáceis de serem compreendidas por sua própria formação lexical. Porém, o caso de itens como *culotte* e *pantalon* podem resultar em um caso mais complicado, visto que a maior parte dos dicionários comuns

os indica como sendo um modelo de calça, sem especificar o que vem a diferenciar uma peça de outra. O mesmo pode ocorrer com *jupon* e *sous-jupe*, em que, conforme foi apresentado, as diferenças são muito mais de contexto de uso do que de forma em si.

Pensando na formação dos termos apresentados, nota-se que a maior parte deles se dá na forma simples. Dentre os quatro que apresentam uma forma composta – *cache-corset*, *combinaison-pantalon*, *soutien-gorge*, *sous-jupe* –, chama-se aqui atenção para o termo *soutien-gorge*. Como apresentado, tal peça teria suas origens ainda na Antiguidade, porém segundo o *Trésor de la Langue Française* (2020) o termo em si aparece sob essa forma apenas no início dos anos 1900.

Até o final do século XIX, as peças usadas para sustentação (*soutien*) dos seios se caracterizavam por baixo – a exemplo do *espartilho*. Uma das alternativas encontradas foi seguir o caminho contrário, optando por uma sustentação que se centrasse na altura dos ombros, na direção da base da garganta [*gorge*]. (ÖRMEN; THOMASS, 2009) Tem-se então, a partir de duas unidades lexicais existentes, o *soutien-gorge*. É interessante notar o quanto a história é importante na compreensão de alguns termos.

Sendo a roupa íntima um campo que desperta a curiosidade no imaginário coletivo, vê-se que o estudo da terminologia, além de fornecer informações quanto ao seu uso e confecção – o tipo de tecido a ser usado, por exemplo –, possibilita também uma compreensão mais detalhada não só dos fatores linguísticos, mas também acerca de dados históricos e culturais. Muitas das peças apresentadas já existiam há séculos. Analisar o seu estado no início do século XX é descobrir os processos que levaram uma determinada peça a um dado estágio de uso e confecção, mas também permite formular hipóteses para o entendimento e os caminhos percorridos das mesmas até atualidade.

Por hora, vê-se então que estudar a terminologia relativa às roupas íntimas do início do século XX é compreender o quanto as transformações nas mais diversas áreas ocorridas no período afetaram e modificaram a sociedade francesa e o quanto as informações de cunho mais técnico podem ampliar o entendimento de um povo em um determinado momento da história.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. B. Terminologia: o que é e como se faz? *In: GOÍIS, M. L. S.; GONÇALVES, A.V. (org.). Ciências da linguagem: o fazer científico?*. Campinas: Mercado das Letras, 2011. v. 1, p.197-223.
- ANGUS, E. Estilos e vestimentas. *In: ANGUS, E.; BAUDIS, M.; WOODCOCK, P. Dicionário de moda*. São Paulo: Publifolha, 2015. p. 40-155.
- BARTHES, R. *O sistema da moda*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOUCHER, F. O vestuário na Europa dos séculos XIV ao início do século XVI. *In: BOUCHER, F. História do vestuário no Ocidente*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. p. 152-180.
- BOUVEROT, D. Le vocabulaire de la mode. *In: ANTOINE, G.; MARTIN, R. (org.). Histoire de la langue française: 1800-1914*. Paris: CNRS, 1999. p. 193-206. Disponível em: <https://books.openedition.org/editions-cnrs/9265>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- CABRÉ, M.T. A Terminologia, uma disciplina em evolução: passado, presente e alguns elementos de futuro. *Debate Terminológico*, Porto Alegre, n.1, 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/riterm/article/view/21286/12263>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- CALLAN, G. O'H. *Enciclopédia da moda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- EWING, E. *Underwear: a history*. Nova Iorque: Theatre Arts Books, 1972.
- FEMINA. Paris: Pierre Lafite et Cie, n. 262, 1911. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k55063960?rk=965670;0>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- FEMINA. Paris: Pierre Lafite et Cie, n. 268, 1912. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61320019.item>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- FINATTO, M. J. B. A definição terminológica do dicionário TERMISUL: expressão lingüística de relações conceituais complexas. *In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (org.). Temas de Terminologia*. Porto Alegre: EdUFRGS; São Paulo: Humanitas, 2001.p. 306-3016.
- FINATTO, M. J. B.; KRIEGER, M. G. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. G. A heterogeneidade do léxico especializado e perfis terminológicos. In: MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L. (org.). *Terminologia: uma ciência interdisciplinar*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2013. p. 23-43.

LE FIGARO-MODES. Paris: [s. n.], n. 3, 1903. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6558726x.item>. Acesso em: 30 nov. 2018

LES MODES. Paris: [s. n.], n. 90, 1908a. Mensal. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57259568?rk=150215;2>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LES MODES. Paris: [s. n.], n. 96, 1908b. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5725977f?rk=193134;0>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LES MODES. Paris: [s. n.], n. 99, 1909. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57259887?rk=171674;4>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LES MODE DE LA FEMME DE FRANCE. Paris: [s. n.], n. 95, 1917a. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5846541j?rk=107296;4>. Acesso em: 24 nov. 2018.

LES MODES DE LA FEMME DE FRANCE. Paris: [s. n.], n. 121, 1917b. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5498356b.item>. Acesso em: 24 nov. 2018.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LORENTE, M. A lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: ISQUERDO, A.N.; KRIEGER, M. G. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: EdUFMS, 2004. v. 2, p. 19-30.

NÉRET, G. *1000 dessous: histoire de la lingerie*. Paris: Taschen, 1998.

NEWMANN, A. *Moda de A a Z*. São Paulo: Publifolha, 2011.

ÖRMEN, C.; THOMASS, C. *Histoire de la lingerie*. Paris: Perrin, 2009.

PEZZOLO, D. B. Linho. In: PEZZOLO, D. B. *Tecidos: histórias, tramas, tipos e usos*. São Paulo: SENAC, 2017. p. 73-84.

ROCHE, D. A invenção da roupa branca. In: ROCHE, D. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: SENAC, 2007. p. 161-190.

SOUZA, G. M. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TRÉSOR de la Langue Française Informatisé (TLFI). *ATILF* - Analyse et traitement informatique de la langue française), [s. l.], 2020. Disponível em: <http://atilf.atilf.fr/>. Acesso em: 2 ago. 2020.

WOODCOCK, P. Terminologia da moda. In: ANGUS, E.; BAUDIS, M.; WOODCOCK, P. *Dicionário de moda*. São Paulo: Publifolha, 2015. p. 8-39.

LA DIVERSIDAD DEL ESPAÑOL Y LA ENSEÑANZA DE E/LE EN BRASIL

Sebastian Stanley

Carlos Felipe Pinto

Alexandra Gomes dos Santos

Aline dos Santos de Andrade

1 INTRODUCCIÓN¹

Desde 1990 la enseñanza del español en Brasil ha experimentado un giro de perspectiva. González (1994) cambió el enfoque del estudio y enseñanza de la lengua española desde una óptica de que aprender español en Brasil era fácil porque se habla portugués hacia una óptica de que las aparentes similitudes lingüísticas pueden significar trampas para el aprendizaje y, por consiguiente, generar un obstáculo para una efectiva competencia comunicativa en español por parte del aprendiz brasileño. Con la creación del Mercado Común del Sur (Mercosur) en 1991 se pasó a discutir qué variedad(es) del español deben considerarse en la enseñanza de la lengua en Brasil, dado que la justificación para la enseñanza del español en el país era el contexto de integración regional.

Muchos trabajos se han desarrollado desde entonces para discutir la enseñanza – o por lo menos la observación y concienciación – de la variedad o diversidad lingüística del español en Brasil (BRASIL, 2006; PONTE, 2010), lo que encaja perfectamente con la perspectiva intercultural para la enseñanza de español (PARAQUETT, 2010), que es la más reciente perspectiva de enseñanza de lenguas extranjeras en Brasil. Sin embargo, muchos de esos trabajos, aunque tengan conciencia de la diversidad de la lengua española desde una

¹ Nos gustaría resaltar que la discusión llevada a cabo en este capítulo es demasiado resumida dada las exigencias de espacio. Tenemos plena conciencia de la complejidad de los temas aquí discutidos, hecho que se refleja en los trabajos de los autores del texto.

perspectiva abstracta, no discuten la materialidad concreta de la diversidad del español, lo que ha llevado a que algunos autores como Bugel (1999), Irala (2004), Zolin-Vesz (2013) y Santos (2016) señalen que, pese a los esfuerzos y políticas específicas de integración regional y enseñanza intercultural, se siga prefiriendo la variedad española en la enseñanza del español en Brasil.

Para que se alcance el real objetivo de la integración regional y se lleve a cabo una enseñanza de español que contemple la diversidad de la lengua es necesario que el profesor tenga conocimiento del funcionamiento variable del español. Sin que se tenga un real conocimiento de los datos lingüísticos de las distintas variedades del español no será posible un proceso de enseñanza-aprendizaje pautado en la diversidad e interculturalidad, dado que la diversidad lingüística es un aspecto cultural.

El objetivo de este trabajo es insertar la agenda de las discusiones teóricas y empíricas sobre la variación del español, en especial el americano, en la agenda de las discusiones sobre la enseñanza de la diversidad de la lengua en Brasil en el contexto de la integración latinoamericana. Para ello, en la sección 1, hacemos una breve presentación de la caracterización de la diversidad del español actual; en la sección 2, discutimos un dato gramatical del español paraguayo; en la sección 3, discutimos un dato gramatical del español mexicano; y en la sección 4, por fin, discutimos la variación del español en el ámbito de la enseñanza y el aprendizaje de la lengua y de la formación de profesores en Brasil.

2 LA CARACTERIZACIÓN DEL ESPAÑOL AMERICANO

Los estudios sobre la enseñanza de la diversidad del español se mantienen en una perspectiva abstracta, sin consideraciones concretas sobre dos aspectos de suma importancia: a) cómo se caracteriza la diversidad lingüística del español; b) cuáles son los fenómenos variables en la actualidad en los diferentes niveles lingüísticos.

El trabajo de Irala (2004) investiga qué variedad prefieren los profesores de español en una región de frontera. Todas las respuestas presentadas por la autora indican España, América o ambas variedades. Tales respuestas reflejan un desconocimiento de la situación variable actual de la lengua española, en la que es imposible dividir el español en dos grandes bloques homogéneos y opuestos entre sí.

En esta sección, haremos una breve presentación del estado actual de la diversidad del español americano a partir del marco teórico de la sociolingüística histórica, que tomó fuerza especialmente a partir de Siegel (1985), en la que se consideran efectivamente los hechos sociales y las interacciones entre los hablantes en el proceso de constitución de las lenguas y del cambio lingüístico.

Aunque haya una extensa literatura sobre los orígenes y caracterización del español americano, incluso reciente, la discusión que se hará a continuación estará pautada principalmente en Fontanella de Weinberg (1993) debido a su precisión y a que no disponemos de espacio suficiente para una discusión exhaustiva.

Fontanella de Weinberg (1993) muestra que el siglo XX vivió extensas y controvertidas discusiones sobre los orígenes y caracterizaciones del español americano, y cómo un importante debate giró en torno a la naturaleza de la oposición entre España y América. En primer lugar, señala que algunos autores hasta los años 1960 sostenían que las diferencias lingüísticas entre los territorios americanos eran mínimas, posición que fue fuertemente rechazada por Rona (1964), quien dijo que la homogeneidad del español americano es un mito creado porque se empezó a hablar del español americano sin conocerlo. Dicha posición también tiene antecedentes en el hecho de que las variedades elegidas para el estudio de la variación fueron las variedades cultas, conforme señala Lope Blanch (2002), por un lado, porque esas variedades están fuertemente presionadas por la norma estándar y, por otro, porque los hablantes cultos comparten un repertorio lingüístico y cultural común debido al factor escolarización.

Si se observan los fenómenos generales de la variación, tan solo unos pocos pueden considerarse exclusivos del español americano: el voseo, el uso de la preposición “hasta” con valor incoativo y el seseo, por lo que Fontanella de Weinberg (1993, p.15) concluye que el español americano es

el conjunto de variedades dialectales del español habladas en América, que comparten una historia común por tratarse de una lengua trasplantada a partir del proceso de conquista y colonización del territorio americano. Esto no implica desconocer el carácter complejo y variado de este proceso y sus repercusiones lingüísticas, dado que debemos diferenciar las regiones de poblamiento temprano (las Antillas, Panamá y México, por ejemplo) de otras de poblamiento más tardío (Río de la Plata en general y Uruguay en particular); las regiones de poblamiento directo a partir de España, de las de expansión americana; los distintos tipos de relación con la metrópoli, etc.

El fragmento deja de manifiesto que el español americano es una entidad heterogénea que no se opone en bloque al español peninsular. Cada variedad debe definirse a partir de procesos sociolingüísticos históricos específicos – lo que implica que las divisiones políticas actuales no necesariamente corresponden a las regiones coloniales que conformaron las distintas variedades americanas. Creemos que la misma definición del español americano se aplica también al español europeo.

Moreno Fernández (2010) propone una división dialectal del español europeo en tres tipos: castellano, andaluz y canario, división que resulta insuficiente e inadecuada a la realidad sociolingüística histórica de España, ya que España tiene, por lo menos, otras tres lenguas oficiales además del castellano, una de ellas de origen no románico, el vascuence, lo que implica que el español de esas regiones presentará, además de las variedades andaluza y canaria, diferencias en relación al castellano, como refiere Fernández Ordóñez (2001).

Otro aspecto importante considerado por Fontanella de Weinberg (1993) es que debido a procesos sociohistóricos hay variedades americanas que se acercan más a variedades españolas que a otras variedades americanas geográficamente cercanas. La autora propone un *continuum* de estandarización del español americano, entendiendo como estándar a la variedad codificada que sirve de modelo a una comunidad relativamente grande y por estandarización el paso de una variedad popular a una variedad estándar.

La mayoría de las variedades urbanas del español han pasado por un proceso de estandarización en diferentes grados, ubicando, así, a la variedad mexicana del altiplano del Distrito Federal en el extremo [+estandarizado] y a la variedad paraguaya en el extremo [-estandarizado]. La justificación para ese *continuum* está en que México tuvo desde muy temprano una corte, una prensa, una universidad, una elite letrada mientras que Paraguay, entrado ya el siglo XVII, contaba apenas con clérigos analfabetos debido a que quedó aislado de las grandes metrópolis hasta por lo menos el siglo XVIII. Así, el español estándar de la Ciudad de México presentaría más semejanzas con el español estándar de Madrid que con el español estándar de Paraguay.

La discusión que presentamos aquí pone de relieve, como evidenciaremos con más énfasis en las próximas secciones, que, sin que se conozcan las características y fenómenos de la diversidad del español, se corre el riesgo de que los profesores y estudiantes de la lengua en Brasil tengan una visión simplificada de la diversidad de la lengua, oponiendo España a América como si fueran dos bloques homogéneos y opuestos, y sigan con creencias divergentes a las prácticas.

2 UNAS PALABRAS SOBRE EL ESPAÑOL DE PARAGUAY

Como señalamos, Fontanella de Weinberg (1993) propone un *continuum* de estandarización en el que Paraguay ocupa la posición [-estandarizado]. Una de las peculiaridades de dicha estandarización se encuentra en el sistema pronominal átono de tercera persona (SPA3P), en el que, según Granda (1982),

Palacios (2000), Fernández Ordóñez (1994; 1999; 2001) y Symeonidis (2013), la forma “le” es empleada no solo como Objeto Indirecto (O.I.) [\pm singular], sino también como Objeto Directo (O.D.) [\pm humano, \pm animado, \pm masculino, \pm singular] y neutro (1), y en el que hay presencia de loísmo (2) y elisión de clíticos obligatorios en la norma estándar europea (3):

(1) Leísmo:

- a. “No *le* veo bien a *mi hijita*” (STANLEY, 2020, p. 165)
- b. “Mímale hoy a tu *cuerpo* [...]” (STANLEY, 2020, p. 164)

(2) Loísmo:

- a. “[...] y no se ponen a hacer una autorreflexión acerca de lo bueno que sería destinar mes a mes *una partecita de sus ingresos* y mantenerlo en una caja de ahorros [...]” (STANLEY, 2020, p. 161)
- b. “[...] después de haber trabajado duro toda tu vida para poder disfrutar ‘del invierno’ a plenitud como *los* llaman los japoneses a esta última etapa de nuestro existir sobre la faz de la tierra”. (STANLEY, 2020, p. 161)

(3) Elisión de clíticos no estándar:

- a. “[...] hasta el punto de que una vez llegó un mensaje equivocado a *mi celular*_i y \emptyset _i agarró, \emptyset _i tiró de mí, \emptyset _i rompió en pedazos mi teléfono” (STANLEY, 2020, p. 143)
- b. “*Al Coronel*_i \emptyset _i acompañan la Estratega y la Actriz” (STANLEY, 2020, p. 159)

En los ejemplos en (1) el O.D., que en la norma estándar tiene la forma acusativa “la” y “lo”, se realiza con la forma dativa “le”; en los ejemplos en (2) el O.D, que en la norma estándar tiene la forma acusativa “la”, se realiza con la forma acusativa “lo” y “los”; en los ejemplos en (3) no sería posible en la norma estándar la elisión del clítico en ninguno de los casos donde aparece el símbolo “ \emptyset _i”.

Meliá (2006) y Verón (2017) consideran un mito el bilingüismo guaraní-español desde la conquista y hasta el presente y afirman que Paraguay fue

prácticamente monolingüe guaraní hasta finales del siglo XIX. Granda (1982), Fontanella de Weinberg (1993) y Fernández Ordóñez (1993) consideran a Paraguay en un contexto de área periférica con relación al contexto hispanohablante americano. Esta situación de aislamiento periférico que caracterizó el contexto socio histórico de Paraguay, sumado al hecho de haber sido prácticamente monolingüe guaraní funcional desde la conquista y hasta prácticamente finales del siglo XIX, refuerzan la hipótesis de la baja estandarización defendida por Fontanella de Weinberg (1993), así como la hipótesis de que haya ocurrido un proceso de koinización-estandarización, defendida también por Fernández Ordóñez (1993) y Tuten (2003), entre diferentes dialectos españoles leístas durante el período de colonización del territorio.

Según Fernández Ordóñez (1994; 1999; 2001) y Tuten (2003), el leísmo en el español peninsular habría sido inducido por el contacto con el vascuence. Ambos autores sostienen que el leísmo se encuentra en muchas variedades del mundo hispanohablante y que en América está presente en las variedades resultantes del contacto con lenguas indígenas, como el guaraní en el caso de Paraguay, donde el leísmo es similar al encontrado también en el español del País Vasco. Sus investigaciones evidencian el comportamiento semejante del español en contacto con lenguas no-indoeuropeas y alejadas entre sí – que comparten una característica común: carecer de la categoría de género –, ya que en todas estas variedades existe leísmo asociado fundamentalmente a objetos [+animado; ±masculino].

También coinciden en que el origen del leísmo radica tanto en factores externos como internos: en procesos de koinización entre diferentes dialectos y por el contacto lingüístico entre el español y el vascuence. Herreros (1976), Fernández Ordóñez (1993), Palacios (2000) y Symeonidis (2013) coinciden en que el leísmo – y eventualmente el loísmo – del español paraguayo se haya producido principalmente por contacto del español con el guaraní por procesos como el calco sintáctico, el reanálisis, y la convergencia lingüística, situación que nos lleva a reconocer la innegable relevancia de la influencia de la lengua de adstrato en las características del SPA3P del español paraguayo.

Sin embargo, de los datos del *corpus* de Stanley (2020) –19,05% de leísmo, 16,12% con “le” y 2,93% con “les”; 3,22% de elisiones de clítico no estándar, 0,58% de uso no estándar de “lo” y 0,29% de uso no estándar de “los” – se desprende que, si bien todos estos fenómenos – leísmo, loísmo y elisión de clíticos no estándar – estén presentes en el español paraguayo, no lo están hoy en la medida en que fuera referida por dichos autores, lo que sugiere un fenómeno reciente de hipercorrección principalmente en los hablantes de los centros urbanos, impulsado por un mayor acceso a la educación y a los medios masivos de comunicación y por las políticas lingüísticas que se vienen aplicando en los últimos decenios a favor del bilingüismo institucional, con un significativo aumento del uso del español en la esfera pública y privada, donde el español cuenta con un mayor prestigio que el guaraní. De la comparación de los datos de Granda (1982), Palacios (2000) y Symeonidis (2013) con los de Stanley (2020) podemos afirmar que exista un considerable desplazamiento de “le” como única forma pronominal de O.D. hacia una alternancia considerablemente mayor con “lo”, “los”, “la” y “las”, sobre todo en los sociolectos urbanos y con mayor grado de escolarización.

Consideramos que el cambio lingüístico referido al SPA3P haya sido inducido por causas externas y no internas a la lengua, es decir, por el contacto secular con una lengua no indoeuropea como el vascuence, y que el español, una vez llegado a América, seguramente preñado de tales características, al entrar nuevamente en contacto con lenguas no indoeuropeas como las amerindias, y con el guaraní en particular, haya encontrado un terreno fértil en el que continuar a desarrollar tales características. Defendemos por tanto la influencia de los factores externos, sociohistóricos y sociolingüísticos, en los procesos de cambio lingüístico ocurridos en el español y en el español paraguayo en particular por encima de los internos, al menos en lo que se refiere al SPA3P. Consideramos también que el español paraguayo está actualmente sufriendo variaciones en función de la norma estándar en los sociolectos medios y altos urbanos y de mayor escolarización por influencia del peso normativo de diferentes polos culturales, de nuevas políticas lingüísticas,

de un mayor acceso a la instrucción y a los medios masivos de comunicación y por fenómenos de marcación lingüística sociocultural que conducen a una hipercorrección en función de la norma estándar.

3 UNAS PALABRAS SOBRE EL ESPAÑOL DE MÉXICO

En esta sección presentamos brevemente algunas características sociohistóricas del español mexicano y un dato de variación gramatical de esta variedad. Como señalamos, Fontanella de Weinberg (1993) propone un *continuum* de estandarización en el que México ocupa la posición [+estandarizado], justificada, según la autora, porque México desde muy temprano tuvo una corte, una prensa, una universidad y una elite letrada.

La lengua española fue trasplantada a México a inicios del siglo XVI y continua viva hasta la actualidad. Antes de que los españoles llegaran al Nuevo Mundo poblaban la región diversos pueblos con sus costumbres, sus culturas, su fe y sus lenguas. Según Lope Blanch (1992) la evolución de la lengua española no fue uniforme en los inmensos territorios que integraban la Nueva España, y esto ocurrió porque el español de los colonizadores no era lingüísticamente homogéneo, porque las poblaciones indígenas no hablaban una misma lengua, ni tenían una cultura idéntica, y porque las condiciones culturales no fueron las mismas en todas las regiones. Como señala Hempel (2010) México es el país hispanohablante más grande del mundo y cuenta con muchas regiones bilingües porque todavía se conservan muchos idiomas indígenas.

Menéndez Pidal (1962, p. 158) señala que “la ciudad de Méjico fue, naturalmente, guía soberana en la formación del lenguaje colonial más distinguido. Prodigio de asimilación cultural, único en la historia de las naciones colonizadas, ostentó muy pronto un nivel de vida espiritual y material comparable al de las mayores ciudades de la metrópoli”, lo que evidencia la importancia que la ciudad de México tuvo en la formación del lenguaje colonial. Antes de la llegada de los españoles al Nuevo Mundo las sociedades

americanas estaban ya altamente desarrolladas debido al imperio azteca. De esta forma, el contacto entre los pueblos originarios mexicanos y los pueblos llegados al Nuevo Mundo contribuyó con los cambios lingüísticos.

Lope Blanch (1992) muestra los cambios morfosintácticos que vienen ocurriendo en México desde el siglo XVI, uno de los cuales está relacionado con el uso de los tiempos pretéritos perfectos, ya que en México el valor de estos tiempos verbales diverge del uso estándar. En general, estos tiempos verbales son definidos como perfectivos, o sea, tanto el pretérito perfecto simple como el compuesto son definidos como tiempos acabados, que no tienen ninguna relación con el presente:

- (4) a. *Ayer fui* al cine con mi novio.
b. *Ha llovido* mucho esta mañana.

En (4a) hay un ejemplo del pretérito simple, que indica una acción finalizada en un tiempo ya pasado y acabado “ayer”. Gili Gaya (1978) llama el pretérito perfecto simple de pretérito perfecto absoluto, o sea, es la forma absoluta del pasado independiente de cualquier otra acción. En (4b) el pretérito perfecto compuesto es usado como una acción pasada y perfecta, sin embargo, viene seguida del marcador temporal “esta mañana”, marcador temporal no acabado, no finalizado. A pesar de esta diferencia, no hay distinción temporal ni aspectual entre las dos formas verbales.

En el caso del uso mexicano, Lope Blanch (1992, p. 187) ha señalado que:

La distribución funcional de los dos pretéritos del indicativo, simple (canté) y (he cantado), no se había fijado aún en el castellano que llegó al Nuevo Mundo. Y su diferenciación siguió en México vías propias: en tanto que en España las diferencias entre ambas formas fueron haciéndose de carácter básicamente temporal, en México obedecieron a razones de índole esencialmente aspectual. Donde el español castellano dice ‘! Ya te has caído, hombre! ¿Te hiciste daño?’ el español mexicano dice ‘! Ya te caíste! ¿Te hiciste daño?’ La razón fundamental radica en el hecho de que en el español castellano ambas

formas son perfectivas, pero la simple hace referencia a un pasado remoto o desligado del ahora en que se habla, mientras que la compuesta se refiere a un pasado próximo o actualizado. En México, en cambio, la forma simple expresa acción perfecta, acabada, cumplida, aunque sea en un pasado inmediato (‘¿Te hiciste daño?’), en tanto que la compuesta hace referencia a una acción imperfecta o reiterada, inacabada, a un pasado que llega al presente y puede prolongarse hacia el futuro.

El análisis de Lope Blanch (1992) indica que la diferencia entre ambos tiempos es aspectual, en que el pretérito perfecto simple expresa un valor aspectual perfectivo, o sea, un evento acabado, terminado y completo que no tiene ninguna relación con el presente, como en la norma estándar. Pero el pretérito perfecto compuesto expresa un valor aspectual imperfectivo que indica continuidad, duratividad de un evento pasado que llega al presente y puede continuar hacia el futuro, valor inexistente en la norma estándar, más semejante al uso del portugués brasileño.

Moreno de Alba (1975) en su estudio sobre las formas verbales y sus valores en el español hablado en México va en la misma dirección que Lope Blanch (1992), ofrece varias definiciones de estos dos pretéritos y resume que para el español peninsular el pretérito perfecto compuesto es un tiempo perfecto que guarda relación con el presente, sin embargo, para el español mexicano, es imperfecto y su valor temporal aún es presente. Sin embargo, Moreno de Alba (1975) llega a la conclusión de que no todos los datos de pretérito perfecto compuesto que ha documentado pueden interpretarse imperfectivos. Obsérvense los siguientes ejemplos a continuación:

- (5) a. Y ellos *han sido* siempre muy amables con nosotros.
b. Me lo *han platicado* muchachos que *han ido* allá.
c. Vamos a tener que reforzar los conocimientos porque *ha habido* pequeñas rectificaciones en la nomenclatura.
d. Suponte que tú tienes el cargo de defender a un hombre que *ha matado*.

(MORENO DE ALBA, 1975, p. 69 énfasis nuestra)

Moreno de Alba (1975) comenta que los cuatro ejemplos no tienen el mismo valor aspectual. El ejemplo (5a) tiene un carácter plenamente imperfectivo, que equivale a “son” o “viene siendo”. El ejemplo (5b) tiene carácter iterativo e imperfectivo, en el sentido de que equivalen a “han practicado y pueden seguir haciéndolo” y “han ido y pueden volver a ir”. El ejemplo (5c) también es iterativo e imperfectivo. Solo en el ejemplo (5d) el evento puede interpretarse como perfectivo, equivalente a “mató”.

Los estudios de Moreno de Alba (1975) y Lope Blanch (1992) convergen en el sentido de mostrar un cambio en el valor aspectual atribuido a una forma verbal del pasado en el español mexicano. El hecho de que el español mexicano esté más cerca del español estándar europeo según el *continuum* propuesto por Fontanella de Weinberg (1993) no implica que haya convergencia total. Todo lo contrario: implica que la variedad mexicana desarrolló a lo largo de la historia su propio estándar como resultado del proceso sociohistórico particular que vivió, hecho que vuelve a enfatizar la realidad concreta de la heterogeneidad del español actual.

4 LA DIVERSIDAD DEL ESPAÑOL Y LA ENSEÑANZA DE E/LE EN BRASIL

En las secciones anteriores explicamos de manera muy breve, que, a partir de los avances en los estudios sobre la diversidad de la lengua española, el errado imaginario generado por el sentido común – aunque no muy pocas veces asumido en diferentes estudios – de que el español de España y el español de América son dos realidades lingüísticas internamente homogéneas y muy diferentes entre sí.

Muchos estudios discutieron la relación entre la heterogeneidad y la diversidad del español y su enseñanza como lengua extranjera (LE) en Brasil. Tales estudios muestran que aunque los profesores de español tienen alguna conciencia de la diversidad de la lengua, en las clases y en los manuales siguen difundiendo el español europeo como la variedad estándar, ignorando que

cada región ha construido su propio estándar. Ilustraremos resumidamente el problema desde tres perspectivas.

Desde la perspectiva del alumno, los siguientes trabajos buscaron, en líneas generales, saber si el estudiante reconoce el español como un idioma plural y diverso y cómo entiende esta diversidad. Murga (2007), al investigar en Brasilia las actitudes de los estudiantes brasileños de lengua española con relación a algunas variedades – de Argentina, Chile, Cuba, Madrid, México y Sevilla –, encontró disparidades en el comportamiento, así como en el resultado de los cuestionarios de su investigación, antes y después de que los estudiantes supieran cuál era la variedad regional específica. Antes de saberlo, los estudiantes consideraron como más claras, pausadas y fáciles de comprender las variedades mexicana, argentina y sevillana. Las variedades madrileña, chilena y cubana fueron consideradas más difíciles, pues, según los participantes, “hablan más rápido y con menos claridad”. Con relación a la actitud de los estudiantes de español como LE, cuando se les reveló el origen regional, se observó un cambio en el comportamiento y una clara predilección por las variedades europeas. Se encontraron consideraciones muy favorables en primer lugar sobre la variedad de la región de Sevilla y, en segundo lugar, sobre la variedad de Madrid. En contraste con la actitud demostrada mientras desconocían el origen, se observa un claro cambio de opinión, hecho que expone la valorización marcada de la variedad europea, que recibió como justificativa para la calificación de “muy agradable” respuestas como “origen del idioma”, “bonito”, “español-español mismo”, “España desarrollada”, “España es Europa”, “realidad de primer mundo”, entre otras.

Bugel y Santos (2010) analizan en el estado de São Paulo las actitudes de estudiantes brasileños sometidos a una grabación de dos hablantes, una argentina y otra española: los resultados son semejantes a los de Murga (2007). La consideración positiva recaía principalmente sobre la argentina cuando no sabían cuál era la variedad de cada hablante. Cuando sabían el origen de cada hablante, la consideración positiva recaía sobre la española. En el análisis de las autoras, ese contraste no es algo casual ni ingenuo, sino que

refleja los resultados de las políticas lingüísticas y la creencia en la existencia de una variedad de la lengua española pura y mejor que las demás. El trabajo de Zolin-Veys (2013) investiga la creencia entre estudiantes de Mato Grosso de que España es el único país que habla español. El autor interroga a diversos estudiantes sobre países que hablan español y todos mencionan España. Algunos refieren, incluso, que conocer España es su sueño.

Desde la perspectiva de los profesores, los siguientes trabajos analizaron las creencias y actitudes de los docentes hacia la diversidad de la lengua. Irala (2004), al investigar qué variedad de español prefieren los profesores en formación y en actividad en una región de la frontera entre Brasil y Uruguay, encontró algunas de las siguientes declaraciones:

Algunas hablas merecen consideraciones especiales: 1) Español de España, porque es una *lengua mejor* de ser trabajada con el alumno. 2) Prefiero el Español de España. Creo más claro y *mucho más bonito*. 3) De España, porque es más *clásico*. 4) Prefiero el español de España, porque es lo más *puro*, pues es la lengua-madre. El Español de América ya tuvo muchas influencias de otros pueblos y costumbres. 5) De España porque es lo único que aprendí hasta ahora. (IRALA, 2004, p. 109-110, grifo del original, traducción nuestra)

Los datos registrados por la autora muestran una grave deficiencia formativa en lingüística histórica en general, y un desconocimiento del funcionamiento e historia de la lengua española en particular; indicando preferencia por la variedad europea en una región de frontera, lo que representa una contradicción en una perspectiva de enseñanza y aprendizaje pautada en la realidad del alumno, dado que la variedad predominante en la vida normal de los profesores en formación y en actividad no es la variedad europea.

El trabajo de Santos (2016), pensado a partir de los resultados de Irala (2004) y Murga (2007), investigó de qué manera los profesores en formación en la ciudad de Salvador comprenden la variación del español, utilizando

preguntas como la opción de la variedad del idioma español y las creencias que abarcan la enseñanza y el aprendizaje del idioma. Se observó un contexto contradictorio, en el que se tiene conciencia de que las dos variedades de español – tendenciosamente divididas en la investigación en europea y americana – son relevantes para el contexto brasileño, pero con el sentido común de que la variedad europea es “más fácil”, “más bonita” y “mejor” de ser entendida:

1) El español de España *tiene donde fundamentarse*, pues existe una *historia por detrás a ser contada y estudiada*. 2) Creo que deberían enseñar todas las variaciones, a pesar de creer que el español de España es *mejor y más fácil*. El español de España es *más comprensible*. 3) El español de España es *más claro* y el que más escucho hablar aquí. No tengo prejuicio, pero en España el español es *más bonito de hablar*. 4) Respetando la variedad, creo que el español de España es *más claro*. 5) Prefiero el español *neutro*, ni de España, ni de América, *pero sin rasgos de las lenguas indígenas*, porque eso complica (SANTOS, 2016, p. 69, grifos de la autora, traducción nuestra)

Es notable, en este contexto, por las respuestas dadas por estos estudiantes, la falta de tratamiento de la variación lingüística en la enseñanza de español, especialmente en los cursos de formación docente. El profesor debe desempeñar un papel fundamental en el proceso de enseñanza-aprendizaje de español como LE, ya que es él quien guía al alumno según sus necesidades reales, hecho que no significa que el profesor necesite conocer todas las variedades de la lengua, sino que debe ser consciente de la diversidad lingüística.

La investigación de Albertí (2018) analiza la situación entre los profesores de la educación básica de Ponta Grossa (Paraná) con relación a las creencias y actitudes hacia la diversidad del español e indica, como Santos (2016), que, concientemente los profesores valoran la variación lingüística, pero, en la práctica, la variedad que más utilizan es la europea, y que cargan diversos estereotipos hacia las variedades del español.

Por fin, desde la perspectiva de los manuales y programas de los cursos de formación, traemos los trabajos de Venâncio da Silva (2015) y Santos (2016). Venâncio da Silva (2015) analiza cómo los textos literarios pueden ser útiles para la enseñanza de la diversidad del español en los manuales aprobados por el Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), y muestra que ninguna de las colecciones analizadas deja explícito si tienen el objetivo de presentar la diversidad lingüística. Muchos de los manuales tienen la perspectiva intercultural, pero, como queda claro en uno de ellos, interculturalidad y diversidad lingüística no se sobreponen: el manual en discusión trae una leyenda paraguaya contada por un hablante español. Obviamente, lo que aparece es la visión de mundo y la variedad europea.

A partir de los resultados, Santos (2016) se pregunta cómo los programas de las asignaturas pueden colaborar en el mantenimiento o deconstrucción del imaginario equivocado sobre la diversidad del español actual. En síntesis, fue posible notar que los programas del curso no contemplan explícitamente la diversidad lingüística ni la histórica del español – no hay un componente curricular que trate el tema específicamente y los demás no aportan ningún comentario sobre el tema –, deficiencia que favorece el mantenimiento de los estereotipos, todavía muy propagados, que afirman que el español es un idioma homogéneo y que la variedad peninsular es “más pura” y “mejor para ser enseñada”.

5 CONSIDERACIONES FINALES

Los trabajos que brevemente presentamos en este capítulo corroboran los resultados del trabajo pionero de Bugel (1999) sobre la enseñanza del español en el estado de São Paulo, en el que se indica que, tanto en los manuales como en las clases, hay preferencia por la variedad europea, lo que se refleja en el inadecuado tratamiento de la variación lingüística en los cursos de formación de profesores de español. Los resultados esbozados aquí van más allá y muestran algo todavía más grave: más de 20 años después, en

diversas regiones del país, los resultados son idénticos a los registrados al inicio de la implementación de las políticas específicas de integración regional, lo que sugiere que hay alguna falla entre la teoría y la práctica.

En el caso de la educación básica brasileña – y creemos que el problema se puede extender a casi todos los ámbitos educativos en que se enseña español como LE –, las Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) enfatizan que “Por cierto, la pregunta ‘¿qué español enseñar?’ debe sustituirse por otra: ¿cómo enseñar el español, esa lengua tan plural, tan heterogénea, sin sacrificar sus diferencias ni reducirlas a meras muestras sin cualquier reflexión relevante?”. (BRASIL, 2006, p. 134, traducción nuestra)

Se llega, en fin, a la siguiente pregunta, que esperemos motivará futuras y fructíferas investigaciones: ¿cómo sería posible que los cursos de formación de profesores alcanzaran el objetivo de enseñar español sin dejar de contemplar la pluralidad, la diversidad y la historia de la lengua desde una perspectiva intercultural y decolonial?

REFERENCIAS

ALBERTI, R. F. R. *A variação linguística no ensino do espanhol como língua estrangeira moderna: um estudo de caso na cidade de ponta grossa*. 2018. Tesis (Maestría en Estudios del Lenguaje) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEM)*. Conhecimentos de Espanhol. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica. 2006. v. 1. Disponible en: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acceso en: 23 nov. 2019.

BUGEL, T. O Espanhol na cidade de São Paulo: Quem ensina qual variante a quem?. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, n. 33, p.169-182, 1999.

BUGEL, T.; SANTOS, H. Attitudes and representations of Spanish and the spread of the language industries in Brazil. *Language Policy*, [s. l.], v. 2, n. 9, p. 143-170, 2010.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, I. Hacia una dialectología histórica: reflexiones sobre la historia del leísmo, el láismo y el loísmo. *Boletín de la Real Academia Española*, Madrid, v. 81, p. 389-464, 2001.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, I. Isoglosas internas del castellano: el sistema referencial del pronombre átono de tercera persona. *Revista de Filología Española*, Madrid, v. 74, n. 1-2, p. 71-125, 1994.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, I. Leísmo, laísmo y loísmo. *En: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (ed.). Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. v.2, p. 1317-1397.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, I. Leísmo, laísmo y loísmo: estado de la cuestión. *En: FERNÁNDEZ SORIANO, O. (ed.). Los pronombres átonos*. Madrid: Taurus, 1993. p. 63-96.

FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. *El español de América*. 2. ed. Madrid: Mapfre, 1993.

GILI GAYA, S. *Curso Superior de Sintaxis Española*. Barcelona: Bibliograf, 1978.

GONZÁLEZ, N. *Cadê o pronome? - O gato comeu*. Os pronomes pessoais na aquisição/ aprendizagem do espanhol por brasileiros adultos. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GRANDA, G. Origen y formación del leísmo en el español del Paraguay. *Revista de Filología Española*, Madrid, v. 62, n. 3, p. 259-283, 1982.

HEMPEL, M. *El español de México*. Munich: Grin Verlag, 2010.

HERREROS, B. Castellano Paraguayo. Notas para una gramática contrastiva castellano-guaraní. *Suplemento Antropológico*, Asuncion, v. 11, n. 1-2, p. 29-123, 1976.

IRALA, V. A opção da variedade de Espanhol por professores em serviço e pré-serviço. *Linguagem & ensino*, [Pelotas], v. 7, n. 2, p. 99-120, 2004.

LOPE BLANCH, J. M. Esbozo histórico del español en México. *En: HERNÁNDEZ ALONSO, C. (ed.). Historia y presente del español de América*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1992. p. 607-626.

LOPE BLANCH, J. M. La norma lingüística hispánica. *Anuario de Letras*, México, n. 40, p. 23-41, 2002.

MELIÁ, B. *Las Políticas Lingüísticas del Paraguay*. Asunción: Consejo Nacional de Educación y Cultura, 2006.

MENÉNDEZ PIDAL, R. Sevilla frente a Madrid. Algunas precisiones sobre el español de América. *Estructuralismo e Historia*, Buenos Aires, v. 3, p. 99-165, 1962.

MORENO DE ALBA, J. G. *Las formas verbales y sus valores en el español hablado en México*. 1975. Tesis (Doctorado en Filología Hispánica) - Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1975.

MORENO FERNÁNDEZ, F. *La lengua española y su geografía*. Madrid: Arco: Libros, 2010.

MURGA, M. H. *As atitudes de estudantes de E/LE com relação às variedades diatópicas do espanhol*. 2007. Dissertação (Mestre em Letras) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

PALACIOS, A. El sistema pronominal del español paraguayo: un caso de contacto de lenguas. En: CALVO, J. (ed.). *Teoría y práctica del contacto de lenguas en América: el español en el candelero*. Madrid-Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, 2000. p. 123-143.

PARAQUETT, M. Multiculturalismo, interculturalismo e ensino/aprendizagem de espanhol para brasileiros. En: MARINS-COSTA, E.; BARROS, C. (ed.). *Coleção Explorando o ensino*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. p. 137-156.

PONTE, A. A variação linguística na sala de aula. En: MARINS-COSTA, E.; BARROS, C. (ed.). *Coleção Explorando o ensino*. Brasília, DF: Ministerio da Educação, 2010. p. 157-174.

RONA, J. P. El problema de la división del español americano en zonas dialectales, *Presente y futuro de la lengua española*, Madrid, v. 1, p. 215-226, 1964.

SANTOS, A. *A variação da língua espanhola num curso de formação de professores de E/LE no Brasil*. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SIEGEL, J. Koines and Koineization. *Languages in Society*, London, v. 14, p. 357-378, 1985.

STANLEY, S. *El sistema pronominal átono de tercera persona en el español de Paraguay*. 2020. Tesis (Doctorado en Lengua y Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SYMEONIDIS, H. Análisis sociolingüístico del leísmo en el español paraguayo. *Revista Internacional d'Humanitats*, Barcelona, v. 16, n. 27, p. 55- 68, 2013.

TUTEN, D. *Koineization in Medieval Spanish*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

VENÂNCIO DA SILVA, B. R. *Diversidade linguística em textos literários de livros didáticos de espanhol*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

VERÓN, M. A. Paraguay, una nación pluricultural con dos lenguas oficiales. *Revista de Llengua i Dret, Journal of Language and Law*, [s. l.], n. 67, p. 106-128, 2017.

ZOLIN-VESZ, F. A Espanha como o único lugar que se fala a língua espanhola - a quem interessa essa crença?. *En: ZOLIN-VESZ, F. (ed.). A (In)visibilidade da América Latina no Ensino de Espanhol*. Campinas: Pontes, 2013. p. 51-62.

BREVE ESTUDO SOBRE AS PALAVRAS COMPOSTAS DE CONFIGURAÇÃO NOME-NOME NA CRÓNICA DE D. JOÃO I (SÉC. XV)

Yásmim Conceição Borges

Antonia Vieira dos Santos

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no campo da morfologia e lexicologia históricas, tendo em vista que busca investigar o fenómeno da composição de palavras, mais especificamente os compostos de configuração Nome-Nome (NN), em uma sincronia pretérita da língua portuguesa. Constituem a base textual deste estudo as duas primeiras partes da Crónica de D. João I, de autoria de Fernão Lopes, obra escrita no século XV, pertencente, portanto, ao período arcaico da língua. A edição que utilizamos é a disponibilizada pelo Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM), datada de 1945 (Parte I) e 1949 (Parte II).

A importância do tema deve-se principalmente a duas questões. A primeira a ser destacada é a escassez de trabalhos em fases pretéritas da língua, em especial sobre padrões compositivos específicos, como o NN. A outra questão é o fato de a literatura sobre a composição de palavras apontar o padrão compositivo NN como um dos mais produtivos no português contemporâneo (GONÇALVES, 2016; RIBEIRO; RIO-TORTO, 2009; 2010; 2012; 2016),¹ o que leva a questionar se esse padrão é produtivo também no português arcaico.

¹ Segundo Kastovsky (1986), o fenómeno da produtividade possui dois eixos: a disponibilidade, que diz respeito à regra, e a rentabilidade, que diz respeito ao uso real de uma regra. Aqui, a noção de produtividade está associada ao eixo da rentabilidade, ou seja, um padrão compositivo é considerado produtivo se formar uma grande quantidade de palavras.

A tese de Santos (2009), sobre os compostos Verbo-Nome, Nome-Nome, Nome-Adjetivo, Adjetivo-Nome e Nome-preposição-Nome no português arcaico – sécs. XIII-XVI –, apresenta poucos registros de palavras com o padrão NN. Também investigações mais recentes sobre a composição de palavras nesse período, como os trabalhos de Santos (2017) e Borges e Santos (2018), exibem poucos compostos correspondentes ao padrão compositivo NN.

O presente estudo objetiva, portanto, contribuir com os estudos sobre a composição, em especial do padrão compositivo NN, no português arcaico. A partir dos dados obtidos, serão analisados aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos envolvidos na estrutura dos compostos.

Este capítulo está organizado em cinco seções, além da introdução e das referências bibliográficas. Na seção 2, desenvolvem-se algumas reflexões sobre o mecanismo de composição de palavras e o padrão compositivo NN. Na seção 3, apresentam-se a metodologia empreendida e os dados coletados. A seção 4 diz respeito à análise e discussão dos dados. Finalmente, a seção 5 expõe algumas considerações referentes ao estudo realizado.

2 A COMPOSIÇÃO DE PALAVRAS

Dentre os mecanismos de formação de palavras existentes, a composição comporta-se como um dos processos mais produtivos da língua portuguesa. Na literatura, são encontradas diversas definições para a composição, que variam de acordo com as perspectivas teóricas adotadas. Apesar de haver diferentes descrições para o mecanismo mencionado, adota-se, neste artigo, um conceito de composição mais amplo, elaborado pelas pesquisadoras portuguesas Sílvia Ribeiro e Graça Rio-Torto (2016). Para elas, a composição é um “[...] processo de formação de palavras [...] que envolve uma relação de concatenação, de cariz coordenativo, subordinativo ou modificativo, entre pelo menos duas unidades lexicais – radicais, temas ou palavras [...]”. (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2016, p. 461)

De acordo com Guevara e Scalise (2009, p. 106, tradução nossa) “[...] a definição de composto é uma tarefa particularmente difícil”.² De certo modo, a dificuldade existente para se definir um composto tem relação com o fato de as palavras compostas apresentarem diferentes configurações formais. Tal multiplicidade de configurações faz com que a composição se aproxime de outros processos, como a prefixação e as colocações, sendo, por vezes, difícil estabelecer fronteiras entre esses fenômenos.

Embora seja difícil definir as fronteiras da composição, as palavras compostas caracterizam-se por uma propriedade definitória central: a opacidade interna – lexical e sintática. Segundo Ribeiro e Rio-Torto (2016, p. 463), “[...] os compostos são unidades impermeáveis a qualquer alteração/inserção no seu interior, sendo marcados pela impossibilidade de alterar a ordem dos elementos compositivos ou de os substituir por outros”. No exemplo a seguir, relativo a um teste de substituição, é possível entender melhor essa propriedade:

- 1a. Como João se acidentou, terá direito ao *auxílio-doença*.³
- 1b. Como João se acidentou, terá direito à **assistência doença*.

Em 1a, há, na sentença, a presença do composto *auxílio-doença*. Já em 1b, nota-se que uma das palavras que forma o composto – *auxílio* – é substituída por um sinônimo – *assistência*. Apesar de os termos *auxílio* e *assistência* serem expressões com sentido semelhante, a alteração feita provoca a perda de fixidez da construção e, com isso, ela deixa de atuar como composto. Sendo assim, a opacidade interna realmente pode ser considerada como uma das principais características das palavras compostas. Entretanto, salienta-se que essa propriedade não é exclusiva dos compostos, mas também pertence a outras unidades multilexicais, como as colocações – *sorriso amarelo*. Logo, isso mostra, na verdade, a complexidade presente na delimitação de fenômenos tão aproximados.

2 Texto original: “[...] the definition of ‘compound’ is a particularly difficult task”.

3 O composto *auxílio-doença* corresponde a um benefício destinado ao segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que comprove, através de perícia médica, estar temporariamente incapaz para o trabalho em consequência de uma doença ou acidente.

2.1 COMPOSTOS NN

Apesar de os produtos composicionais da língua portuguesa corresponderem, muitas vezes, a substantivos, os elementos que constituem os compostos podem pertencer a diversas categorias, como nomes, adjetivos, verbos, preposições, numerais, pronomes e advérbios. Desse modo, as palavras compostas apresentam vários esquemas de combinação, também chamados de padrões compositivos. Não obstante essa variedade de padrões compositivos, Ribeiro e Rio-Torto (2009; 2010; 2012; 2016) destacam, em alguns trabalhos referentes à composição, quatro esquemas de combinação muito bem representados no português contemporâneo: NprepN (*pé de moleque*), NA (*sangue-frio*) VN (*porta-joias*) e NN (*peixe-espada*).

Com relação ao NN, Guevara e Scalise (2009, p. 125, tradução nossa) o consideram como “[...] a instância canônica na composição nas línguas do mundo”.⁴ Essa afirmação resulta de uma pesquisa realizada pelos autores sobre a existência de universais na composição. Nessa pesquisa, eles notaram que o esquema de combinação NN é o mais produtivo em quatro grupos de línguas geneticamente relacionadas: grupo do Leste Asiático, grupo eslavo, grupo germânico e grupo românico.

No que se refere aos antecedentes históricos, Santos (2009) destaca que os compostos NN da língua portuguesa têm as suas raízes no latim, mais especificamente nos justapostos formados por dois substantivos em aposição. Embora não fossem frequentes no latim, a autora afirma que os compostos NN existentes correspondiam “[...] a expressões normais da língua, utilizadas para designar um objeto ou uma idéia [...]”. (SANTOS, 2009, p. 69)

A descrição das principais características dos compostos NN em português é feita, neste trabalho, com base em Ribeiro e Rio-Torto (2016). Apesar de outros autores explorarem essas características de forma detalhada e/ou serem pioneiros no que se refere a propostas mais coerentes de classificação dos compostos, como Bisetto e Scalise (2005; 2009), dá-se destaque a essas

4 Texto original: como “[...] the canonical instance in compounding in the world’s languages”.

autoras por elas se dedicarem especificamente à investigação da composição de palavras na língua portuguesa.

Quanto à natureza morfológica de seus constituintes e à (não) consonância do composto ao padrão sintático da língua portuguesa, as palavras compostas são divididas em três classes: compostos morfológicos, compostos morfossintáticos e compostos sintagmáticos. Os compostos morfológicos são formados por, pelo menos, um radical não autônomo, normalmente de origem grega ou latina (*hidromassagem*). Os compostos morfossintáticos apresentam algum desvio relativamente aos padrões sintáticos do português (*gato-sapato*). Finalmente, os compostos sintagmáticos são aqueles cujas estruturas seguem os padrões sintáticos da língua (*arroz-doce*). Os compostos NN, tema deste estudo, inserem-se nos compostos morfossintáticos.⁵

Quanto às relações sintáticas no interior dos compostos, os compostos NN do português classificam-se em dois grupos, o dos compostos coordenados e o dos compostos modificativos. Nos compostos coordenados, ocorre a relação de adição, havendo, normalmente, contiguidade semântico-referencial entre os elementos compositivos. É o caso, por exemplo, da construção *sofá-cama*, em que dois elementos pertencentes ao mesmo campo semântico formam uma outra palavra.

Por seu turno, os compostos modificativos instituem relação de restrição, uma vez que são formados por um elemento modificado, o qual funciona como núcleo, e por um elemento modificador, cuja função é atribuir propriedades ao núcleo. Em *tatu-bola*, observa-se que o termo situado à direita age como modificador, visto que caracteriza, de alguma forma, o termo situado à esquerda.

Quanto às propriedades semânticas, os compostos NN podem se distribuir por diferentes classes semânticas ou áreas léxico-conceptuais,

5 Para o modelo de análise de Ribeiro e Rio-Torto (2016), o padrão compositivo NN se refere a um composto constituído por, pelo menos, duas palavras pertencentes à categoria dos substantivos. Embora haja, no âmbito dos compostos morfológicos, construções formadas por radicais marcados categorialmente como Nome, ou seja, radicais nominais, as autoras utilizam outra representação para este tipo: o [Rad]_N. Sendo assim, este trabalho considera apenas como compostos NN aqueles que são formados por palavras.

referindo-se a denominações de realidades cotidianas ou, também, a terminologias mais específicas. Além disso, esses compostos podem estabelecer variadas relações semânticas, como de forma/similitude, fim/objetivo etc.

Como observado, os compostos NN são caracterizados, em geral, por sua natureza morfológica, pelas relações sintáticas e semânticas que os constituintes nominais estabelecem entre si e pelas classes semânticas a que pertencem os produtos. Essas características serão analisadas pormenorizadamente nos dados do *corpus*.

3 METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O *corpus* deste trabalho é a *Crónica de D. João I* obra escrita por Fernão Lopes, cronista do Reino de Portugal e guarda-mor da Torre do Tombo. Foram analisados os dois volumes da crônica que se encontram disponíveis no Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM), plataforma digital desenvolvida por pesquisadores do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL), cujo principal objetivo é a divulgação de textos latino-romances do século IX ao século XII e textos portugueses do século XII ao século XVI.

A respeito da autenticidade filológica dos textos, Maia (2012, p. 538) afirma que “[...] as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época”. Desse modo, optou-se pela análise de um material textual que se encontra em um *corpus* eletrônico confiável, pois as edições disponibilizadas pelo CIPM obedecem a um certo rigor filológico.

Além disso, a *Crónica de D. João I* foi eleita como texto de análise desta pesquisa pelo fato de ser uma obra literária. Embora os documentos não-literários sejam de grande valia para as investigações histórico-linguísticas, dado que são datados e localizados e tendem a evidenciar as variações linguística e gráfica existentes no período medieval, os textos

literários “[...] oferecem materiais mais ricos e variados para o estudo do léxico”. (MAIA, 2002, p. 241)

A partir da leitura minuciosa dos volumes 1 e 2 da *Crónica de D. João I*, realizou-se o levantamento de dados. No total, foram identificados apenas 4 compostos de configuração NN. Nessa contabilização, excluem-se as palavras que se encontram repetidas, as variantes gráficas e/ou linguísticas e as formas pluralizadas. Todavia, essas variantes gráficas e/ou linguísticas e as formas flexionadas estão representadas no Quadro I a seguir, pois são importantes testemunhos da variação da época e dos padrões de flexão de número dos compostos NN. Constituem o referido quadro: (i) as palavras compostas elencadas em ordem alfabética; (ii) a localização dos compostos na *Crónica de D. João I*; (iii) o registro dos compostos em excertos da *Crónica de D. João I*.

Quadro 1 – Palavras compostas de configuração NN

| Palavra composta | Capítulo/Volume | Abonação |
|-------------------------|------------------------|---|
| corpo Deos | CLXVI – volume II | «cheguou ha hũa quoarta feira, bespora de Corpo Deos » |
| espada çimta | CXLI – volume I | «com cota e braçaaes e huũa espada çimta » |
| espada cimta | CLXIII – volume II | «E emtam se partio o escudeiro de cavallo com cota e braçaaes e espada cimta » |
| espadas cimas | CLXXXVIII – volume II | «caa eram sesemta de cavallo, como suas espadas cimas » |
| ffrades freires | CXXVIII – volume II | «E avemdo jaa os ffrades freires dessa Hordem emlegido por seu Mestre» |
| mestre sala | LXVIII – volume II | «e fez Eguas Coelho seu mestre sala » |
| mestresalla | XCIV – volume II | «E o mestresalla da voda era Nuno Alvares Pereira» |

Fonte: adaptado de Lopes (1945;1949).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os compostos NN são descritos e analisados quanto à natureza morfológica, às relações sintáticas e às classes e relações semânticas, respectivamente.

4.1 NATUREZA MORFOLÓGICA

Os quatro compostos identificados no *corpus* – *corpo Deos*, *espada cinta*, *ffrades freires* e *mestre sala* – inserem-se no grupo dos compostos morfossintáticos. Geralmente, os compostos morfossintáticos de configuração NN são conhecidos por exibirem alguma anomalia sintática, pois não apresentam um elemento de ligação, como uma conjunção ou uma preposição. Contudo, é preciso salientar que nem sempre se presume a ausência de um elemento conector, como no composto moderno *peixe-espada*. No caso das formações encontradas, crê-se que os seguintes conectores se adequariam aos compostos: *Corpo de Deos*, *espada na cinta*, *ffrades e freires* e *mestre de sala*.

Dentre os compostos encontrados, a formação *Corpo Deos* é considerada relativamente peculiar, pois há um único registro desse composto sem a preposição *de*. As outras ocorrências correspondem à estrutura sintagmática NprepN, como se vê no excerto a seguir:

“[...] E desto ouuve hy feitos certos trautos jurados sobre o *Corpo de Deus*⁶ comsagrado”. (LOPES, 1949)

Não é possível afirmar que o dado *corpo Deos* é um tipo de variação da construção sintagmática ou um mero lapso de escrita. É importante salientar que há, na literatura sobre o tema, a aproximação entre os padrões compositivos NN e NprepN no que diz respeito a algumas línguas, incluindo o português.

6 Santos (2009), ao analisar os compostos do português arcaico, notou que a expressão *Corpo de Deus* pode ter acepções diferentes a depender do contexto em que se insere. Isso também foi observado neste trabalho. Em alguns casos, como no do excerto em questão, a formação parece significar ‘hóstia’. Já em outros, como na formação NN *corpo Deos*, designa uma comemoração católica: “cheguou ha hũa quarta feira, bspora de Corpo Deos”

Em um artigo de 1987, Sandmann relata que o padrão compositivo NprepN parece ter dado lugar ao padrão compositivo NN em novas formações. Contudo, o teórico salienta que embora a preposição não esteja presente na estrutura da superfície dessas novas formações, ela se encontra presente semanticamente, isto é, na estrutura profunda como, por exemplo *seguro-desemprego* – *seguro* [contra] *desemprego*.

Santos (2009) também destaca a relação entre as estruturas NN e NprepN em sua tese. Tendo como base dados do português arcaico, a pesquisadora considera que o possível vínculo entre esses padrões compositivos pode estar relacionado a um processo histórico, em que elementos conectores sofrem apagamento, como conjunções e preposições. Esse processo de apagamento mencionado pela autora torna-se evidente quando se analisam determinados compostos NN do português, como *cobra-cascavel* e *cobra-coral*.

Em algumas obras de séculos anteriores, como o *Vocabulario Portuguez, e Latino* de Bluteau ([1712]), e a *Corografia Brasílica* (1817), é possível encontrar as palavras citadas. No entanto, esses compostos estão registrados, respectivamente, da seguinte forma: *cobra de cascavel* e *cobra de coral*, correspondendo, nesse caso, ao padrão compositivo NprepN. Dessa forma, especula-se que, ao longo da história, a preposição *de* tenha sido omitida desses compostos, tornando-os, então, compostos de configuração NN. Em relação a *Corpo Deos*, trata-se de um caso isolado no *corpus*. A forma atualmente utilizada em Portugal para se referir ao *Corpus Christi* é *Corpo de Deus*, com a preposição foneticamente expressa.

4.2 RELAÇÕES SINTÁTICAS INTRACOMPOSTO

No *corpus*, somente uma formação constitui-se como um composto coordenativo, *ffrades freires*. Nesse caso, observa-se que os termos *ffrades* e *freires* se encontram no mesmo plano sintático, estabelecendo, então, relação de adição. Além disso, os termos apresentam proximidade semântico-referencial, uma característica comumente presente nos compostos

coordenados. As demais formações do *corpus* – *Corpo Deos*, *espada cimta e mestre sala* – constituem-se como compostos modificativos. Em todos os casos, há um elemento à esquerda que opera como núcleo do composto e há um elemento à direita que opera como modificador.

De modo geral, o núcleo de uma palavra composta é o elemento responsável por determinar as seguintes propriedades do produto composicional: (i) a propriedade categorial, referente à categoria gramatical; (ii) a propriedade morfológica, referente aos traços morfológicos; (iii) a propriedade semântica, referente à presença de um hiperônimo.⁷ Em *espada cimta e mestre sala*, os elementos *espada* e *mestre* funcionam, simultaneamente, como núcleo categorial, morfológico e semântico, pois determinam a categoria e os traços de gênero e número dos compostos e, ainda, atuam como hiperônimos, isto é, termos com sentido mais genérico. De alguma forma, *espada cimta* e *mestre sala* dizem respeito a tipos de espada e mestre, respectivamente. Já *Corpo Deos* apresenta apenas núcleo categorial e morfológico, uma vez que o elemento *Corpo* no composto não se trata de um hiperônimo.

Por sua vez, o elemento modificador tem, como principal função, atribuir alguma propriedade ao núcleo. Com relação ao elemento modificador, Ribeiro e Rio-Torto (2016) apontam que a relação de modificação entre os compostos pode ser de dois tipos: modificação restritiva ou modificação qualificativa. Para as autoras, um elemento modificador tem função restritiva quando “[...] delimita a referência do nome a que se associa, permitindo especificar ou restringir um tipo particular do mesmo”. (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2016, p. 494) Por outro lado, um elemento modificador tem função qualificativa quando evidencia alguma característica do elemento modificado.

Embora Ribeiro e Rio-Torto (2016) façam essa diferenciação, aqui se entende que a modificação qualificativa também se configura como uma modificação restritiva, pois todo elemento modificador parece delimitar ou particularizar o elemento modificado. Sendo assim, identifica-se os elementos

7 Esta noção de núcleo tem como base, principalmente, o trabalho de Scalise, Fábregas e Forza (2009).

à direita nos compostos *Corpo Deos*, *espada cimta* e *mestre sala* apenas como modificadores, sem se realizar qualquer tipo de distinção.

Ainda com relação ao elemento modificador, destaca-se que vários compostos NN modificativos do português exibem uma leitura figurada, sendo construídos, muitas vezes, a partir dos recursos de metáfora e metonímia. Dentre os compostos modificativos do *corpus*, há um que apresenta significação figurada: *Corpo Deos*.

A leitura do composto *Corpo Deos* não pode ser feita através da soma dos significados dos termos, pois, no contexto em que ocorre, corresponde a uma festa litúrgica católica que se realiza na quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima Trindade. Celebra-se, no âmbito dessa festa, a Eucaristia, cerimônia em que o pão e o vinho são convertidos, por meio da consagração feita por um padre, no corpo e no sangue de Jesus Cristo. A expressão *Corpo de Deus* envolve, na nossa interpretação, dois processos: a metáfora, quando corresponde ao pão ázimo (hóstia), e a metonímia, quando denomina o próprio evento.

4.3 CLASSES E RELAÇÕES SEMÂNTICAS

Segundo Ribeiro e Rio-Torto (2016), a composição gera nomes de valor [+ concreto], relacionados a seres, objetos, atividades/eventos etc., que se distribuem, assim, por diversas classes semânticas. Não obstante a escassez de compostos NN no *corpus*, distinguem-se três classes semânticas: evento – *corpo Deos* –, denominações humanas – *ffrades freires*, *mestre sala* – e instrumentos/objetos – *espada cimta*.

Assim como as classes semânticas são diversas, as relações semânticas que se estabelecem no interior dos compostos também o são. Todavia, é necessário ressaltar que a realização de análises a respeito das relações semânticas intracomposto é uma tarefa relativamente complexa, pois tem como base a composicionalidade e a idiomaticidade semânticas. Sobre isso, declaram Ribeiro e Rio-Torto (2016, p. 512, grifo dos autores):

A identificação do tipo de relação semântica instituída entre os elementos de um composto é tanto mais fácil e imediata quanto menos opaca for a sua significação global. Efetivamente, nos compostos cujo semantismo global se afasta do expectável da soma do significado dos respetivos constituintes (*arranca-rabo, gato-sapato, manga de alpaca, marca branca, puxa-saco*), é extremamente difícil a identificação das relações semânticas instituídas entre os constituintes.

Tendo em conta isso, admite-se que as observações feitas acerca das relações semânticas são plenamente passíveis de reinterpretação, em virtude da dificuldade que se tem em identificar os tipos de relação. Quanto aos dados do *corpus*, considera-se que as construções instituem as seguintes relações semânticas: locativo – *espada cimta, mestre sala* – e posse – *corpo Deos*. Em *ffradres freires*, um composto coordenativo, evidencia-se a noção de ordem religiosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, evidenciou-se um inventário escasso de compostos NN na *Crónica de D. João I*, obra do século XV: *Corpo Deos, espada cimta, mestre sala e ffradres freires*. Esse resultado alinha-se, portanto, com o obtido por Santos (2009), que, em um *corpus* constituído por textos situados entre o século XIII e o início do século XVI, identificou poucas ocorrências desse tipo de composto.

A análise linguística dos compostos morfossintáticos de configuração NN mostrou, do ponto de vista sintático, a existência de relações de coordenação e modificação. Do ponto de vista semântico, observou-se que os compostos se distribuem por áreas léxico-conceptuais distintas e instituem relações semânticas variadas.

Este trabalho demonstrou a relevância do estudo da composição de palavras em fases mais recuadas da língua portuguesa. No que se refere ao padrão compositivo NN, em especial, outras investigações, incidindo sobre diferentes sincronias pretéritas, são necessárias para o estabelecimento do percurso diacrónico desse esquema compositivo e, conseqüentemente, para o conhecimento da sua produtividade no decorrer dos séculos.

REFERÊNCIAS

BISETTO, A.; SCALISE, S. The classification of compounds. *In: LIEBER, R.ŠTEKAUER, P. (ed.). The Oxford Handbook of Compounding*. Oxford: University Press Oxford, 2009. p. 34–53.

BISETTO, A.; SCALISE, S. The classification of compounds. *Lingue e Linguaggio*, Bologna, v. 4, n. 2, p. 319-332, 2005.

BLUTEAU, R. *Vocabulário português, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendro-logico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, [1712]. Disponível em: <http://purl.pt/13969/4/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BORGES, Y. C.; SANTOS, A. V. O estudo de palavras compostas em documentos portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (séc. XIII). *In: ATAÍDE, C.; AZEVEDO, I.; FREITAG, R. (org.). Linguística e literatura: teoria, análises e aplicações*. Recife: Pipa Comunicação, 2018. p. 249-260. Disponível em: <http://gelne.com.br/arquivos/E-book-Aracaju-Linguistica-e-Literatura-teoria-analise-e-aplicacoes.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CASAL, M. A. *Corografia brasilica ou relação historico-geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Tomo 1. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formações de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.

GUEVARA, E.; SCALISE, S. Searching for Universals in Compounding. *In: SCALISE, S.; MAGNI, E.; BISETTO, A. (ed.). Universals in Language Today*. Dordrecht: Springer, 2009. p. 101-128.

KASTOVSKY, Dieter. The problem of productivity in word formation. *Linguistics*, Cambridge, v. 24, p. 585-600, 1986.

LOPES, F. *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização Ed., 1945. v. 1. Disponível em: <http://cipm.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 5 jul. 2020.

LOPES, F. *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização Ed., 1949. v. 2. Disponível em: <http://cipm.fctsh.unl.pt>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MAIA, C. A. Dos textos escritos à história da língua. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA LÍNGUA E HISTÓRIA DA GRAMÁTICA, 2000, Braga. *Anais [...]*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2002. p. 231-249.

MAIA, C. A. Linguística histórica e filologia. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J. *et al.*(org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012. p. 533-542. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-38.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RIBEIRO, S.; RIO-TORTO, G. Composição. In: RIO-TORTO, G.; RODRIGUES, A.; PEREIRA, I. *Gramática derivacional do Português*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 461-520.

RIBEIRO, S.; RIO-TORTO, G. Denominações compositivas de estrutura VN, NN, NprepN e NA: nexos intralexicais. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE PHILOGIE ET DE LINGUISTIQUE ROMANES, 25., 2010, Berlim. *Anais [...]*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2010. p. 477-487. Tomo 7.

RIO-TORTO, G.; RIBEIRO, S. Compounds in Portuguese. *Lingua e Linguaggio*, v. 8, n. 2, p. 269-288, 2009. Disponível: https://ria.ua.pt/bitstream/10773/9056/1/riotorto&ribeiro_portuguese.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

RIO-TORTO, G.; RIBEIRO, S. Portuguese compounds, *Probus*, Berlim, v. 24, n. 1, p. 119-145, 2012.

SANDMANN, A. Novidades do “front” de formação de palavras. *Revista Letras*, Curitiba, v. 36, p. 54-68, 1987. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19252>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTOS, A. V. Compostos e mecanismos de composição de palavras no Orto do Esposo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 10., 2017, Niterói. *Anais eletrônicos [...]*. Niterói: Letras da UFF, 2017. p. 2313-2324. Disponível em: <https://www.abralin.org/site/wp-content/uploads/2019/06/4-7-PB-1.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SANTOS, A. V. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11221>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SCALISE, S.; FÁBREGAS, A.; FORZA, F. Exocentricity in Compounding. *Genko Kenkyu*, [Tóquio], v. 135, p. 49-84, 2009.

O 13 DE MAIO EM CAROLINA MARIA DE JESUS: LEITURA CRÍTICA E FILOLÓGICA

Verônica de Souza Santos
Arivaldo Sacramento de Souza

1 INTRODUÇÃO

As experiências de escrita de autorias negras no Brasil pós-abolição podem ser contadas sob diferentes pontos de vistas e experiências. Infelizmente, a permanência de elementos da estrutura social que nos dividiu em raça e classe a partir do severo processo de negação de cidadania ao negro (ALBUQUERQUE, 2009) desenhou os limites também no cenário das letras. Entretanto, há intelectuais que, mesmo atingidos por esse mecanismo violento, reinventaram suas condições de produção artística e desbravaram o mercado editorial, não sem colher efeitos reativos dos atores sociais interessados na manutenção de seus respectivos privilégios.

Aqui, faremos uma incursão filológica aos manuscritos de Carolina Maria de Jesus, que produziu arte literária na contramão de um sistema literário e de um mercado editorial estruturado pelas hierarquias raciais resultantes desse pós-abolição. Podemos pensar essa experiência de Carolina Maria de Jesus, a partir de sua intensa visibilidade com a publicação de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), primeiro livro publicado em 1960, mas também antes, através de seus manuscritos, cadernos de reflexão em todas as horas.

Tais textos, como é traço comum que atinge as autorias negras, encontram-se em dispersão nos acervos.¹ Frequentemente, o espólio

1 Sabemos que o Brasil não dispõe de políticas públicas suficientes que assegurem o cuidado aos acervos bibliográficos, artísticos e culturais e quando se trata de autoria negra a situação é ainda mais comprometidora. Apenas, após o centenário de nascimento de Carolina de Jesus (2014),

documental é dissipado entre instituições públicas e privadas, quando não está compondo outros acervos de “maior interesse”. Entretanto, diante das novas políticas de difusão da informação, a Biblioteca Nacional (BN), sobretudo o setor de manuscritos, tem disponibilizado grande parte da documentação em sua biblioteca digital e outras instituições no âmbito mais estadual e municipal têm seguido a mesma lógica. Essa dimensão da acessibilidade tem-nos apresentado a chance de pesquisar, filologicamente, a história dos bastidores editoriais e as práticas de cultura escrita reexistentes de Carolina de Jesus.

É essa a nossa entrada aqui. Ao explorarmos os acervos de Carolina Maria de Jesus, encontramos escritos que não alcançaram as ruas e ficaram relegados ao imaginário do inacabado, ou do excesso atribuído ao texto pelos editores. Assim, ao revisitar toda essa documentação, encontramos uma reflexão política de Carolina de Jesus sobre o 13 de maio, data em que, no Brasil, foi assinada a Lei Áurea, em 1888, a Abolição. Ela, mais de meio século depois, trará à escrita, questões importantes para pensar a situação do negro após o ano de 1888, mas também em todo novo 13 de maio. Assim, pretendemos mostrar como a percepção social deste dia foi elaborada para entender a avaliação dessa intelectual negra, mas também para repensar os sentidos do pós-abolição para a contemporaneidade.

2 13 DE MAIO: UM DIA PARA SER LEMBRADO, MAS NÃO COMEMORADO...

O dia 13 de maio é carregado de significado para a população negra no país. Significados esses que não estariam longe da vida vivida por Carolina Maria de Jesus. Não se trata de uma data de celebração como pensada ao longo de toda a História Tradicional, mas de uma data que precisa ser lembrada para que não seja esquecida.

é que pesquisadores e curiosos pela sua produção tiveram conhecimento de uma produção de mais de 10 mil folhas escritas pela autora que envolve não apenas diários, mas canções, contos, romances, poemas e outros gêneros.

A tradição histórica condicionou a todos a pensar nesta como uma data cívica, o que não é. O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão e aquele que recebeu uma significativa porcentagem do total absoluto de africanos: algo entre 38% e 44% daqueles que chegaram às Américas escravizados. Os africanos sequestrados de seu continente ocuparam todo o território brasileiro, todavia, ao contrário dos Estados Unidos, por exemplo, que teve no Sul um modelo aproximado do nosso, mas no Norte um outro modelo econômico.

A Lei Áurea, por sua vez, foi um documento muito curto, sem detalhes e conservador. Foi a lei mais popular e a última do Império. Não previa aos escravizados nenhuma política de inclusão social. As narrativas sobre as decisões da Princesa Isabel são diversas, mas queremos destacar que esse não foi um ato isolado, a abolição foi resultado de um processo de muita luta social. A causa abolicionista ganhou o interesse de diversos segmentos da classe média e de profissionais liberais. Em mesma circunstância, escravizados, negros e libertos, promoveram uma forte pressão, a partir de insurreições, rebeliões, suicídios e envenenamentos.

O motivo que leva os movimentos negros no Brasil a não comemorar tal data se deve ao tratamento dispensado aos negros no país e ao uso dessa data como mecanismo de isenção das responsabilidades da República pelos que hoje estão subalternizados pelos desdobramentos políticos. Pode-se dizer que os escravos ganharam a liberdade, mas não a cidadania. Nas palavras de Luiza Bairros, ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e grande referência na luta do povo negro no Brasil: “Naquele momento, faltou criar as condições para que a população negra pudesse ter um tipo de inserção mais digna na sociedade”. (BRANDÃO, 2014)

Os negros ex-escravizados não foram inseridos no novo formato político do país (republicano), nem nas novas formas de trabalho. Entregues à própria sorte, não houve um projeto de emancipação para reestruturação do esfacelamento ocasionado pelo período escravagista na vida daquelas pessoas. Diante de uma lei descritivamente pífia, os senhores não tinham nenhuma

obrigação com os libertos. O Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição que anteriormente tão violentamente atingiu a vida dos recém-libertos não assumiu qualquer responsabilidade que os preparasse para essa nova organização de vida. Para completar, o direito à terra, condição tão necessária para que os grupos familiares começassem sua vida, não lhes foi concedido e a disputa por vagas no mercado de trabalho, que já eram tão poucas, foi perdida para trabalhadores brancos e estrangeiros, com o processo de imigração que ganhava expansão no país.

Ainda que componha o calendário histórico brasileiro, o 13 de maio requer elaboração, porque a abolição foi uma medida oficial que não se cumpriu na promessa cotidiana de dignidade a pessoas negras. Na prática, como já dito, o direito à cidadania não foi outorgado. Os movimentos negros consideram a data um dia nacional de combate ao racismo, com o intuito de reavivar a memória da sociedade para o fato de que a abolição não garantiu direitos para a população negra no país, reverberando-se em fenômenos ainda mais complexos atualmente que culminam no genocídio do povo negro e na superpopulação prisional, para exemplificar.

Para além de políticas públicas efetivas e coerentes, ainda há muito a refletir e ser feito para a redução da desigualdade em relação à população branca. O período escravagista, bem como a abolição, ocorreram de forma traumática na vida das pessoas negras deste país. Trauma esse que, contraditório à condição de maioria populacional no país, ainda nos coloca como minoria no ensino superior, na política, em cargos de lideranças, na publicidade, nas artes, na ciência, na literatura.

Selecionando o espaço literário, entendemos a representatividade negra ainda muito apagada nos livros didáticos e das narrativas homologadas nas salas de aula. A produção de autoria negra, para não dizer que não discutida, ainda ocorre de forma muito enviesada e tímida nos estabelecimentos de ensino. Carolina Maria de Jesus carrega desse olhar da branquitude, conseqüentemente, sequelas de todo o processo de negação social. Para além do silêncio em torno da produção da autora mineira no currículo escolar, ainda

que desnecessariamente, Carolina de Jesus tem sua produção questionada enquanto literatura.

Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960), obra que em agosto de 2020 completa 60 anos de sua primeira publicação, sofreu um severo processo de edição que reduziu seu texto significativamente, tendo trechos que evidenciam Carolina como uma agente de forte discurso social e político alterados e até mesmo suprimidos. Por razões como essas expostas acima é que trazemos aqui a data de 13 de maio de 1958 apresentada tanto nos manuscritos como na obra publicada. Apresentamos o texto da impressão da Editora Círculo do Livro:

Figura 1 - Fac-símile do dia 13 de maio de 1958, da página do impresso, disponível na edição impressa pela Editora Círculo do Livro

13 de maio

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

... Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz.

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no sr. Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e lingüiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

... Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

— Viva a mamãe!

A manifestação me agrada. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a dona Ida. Ela não tinha. Lhe mandei um bilhete assim:

— Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina.

... Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a dona Alice. Ela me deu a banha e arroz. Era nove horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome!

Fonte: adaptado de Jesus (1960, p. 25).

Foram sete o número de folhas manuscritas² por Carolina e que contemplam a outra parte do *corpus* selecionado para análise neste texto. Na imagem a seguir, é possível ver a folha que inicia a data de 13 de maio de 1958.

Figura 2 - Fac-símile do Manuscrito referente a data de 13 de maio de 1958

13 de Maio. 1-31

Hoje amanheceu chovendo & um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos, a libertação dos escravos. Mas dizem o que acho errado na libertação. A libertação no Brasil, foi precedida toda longa anos. Mas o seu desfecho foi precipitado. Não deram apóio Moral aos pretos. Queriam uma barreira. O preconceito. Negro não tinha que ir na escola. Negro não tinha inteligência para ir na escola. As brancas a raça predominante não queria mesclar-se com os pretos. Preto era ladrão. Era indolente e desclassificado. As brancas só mesclavam com os pretos, nos queijos ou nos recheios. Restas ocasiões permitidas para a patina, não impedia a seleção. Mas as descendentes do

Fonte: Projeto Carolina Maria de Jesus – Coleção Vera Eunice de Jesus Lima – Manuscritos, Obras Raras, Cartografia, Iconografia – Biblioteca Nacional (RJ).

2 As folhas manuscritas estão contidas em arquivo que compõe o acervo da autora, disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O catálogo do manuscrito ver: http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1421363?guid=1605017615778&returnUrl=%2Fsophia_web%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1605017615778%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D1421363%231421363&i=3.

Conforme citado em Souza (2019), o trabalho de pesquisa consistiu na digitalização para produção do fac-símile da folha do livro e sua conversão para texto editável; em seguida, a revisão do texto para não permitir quaisquer modificações, e então poder fazer usos específicos para análise do material. Foi utilizada a ferramenta “Contar palavras”, do Microsoft Word. Para descrição dos dados, foram utilizadas as informações de números de palavras, caracteres com e sem espaço.

Ao compararmos, como em Souza (2019), o impresso de 1960 e os cadernos manuscritos,³ há uma significativa diferença no que diz respeito à atividade de supressão do manuscrito para o texto, especialmente, em passagens de maior proeminência crítica. Abaixo, apontamos uma tabela apresentando os dados extraídos da descrição dos suportes:

Quadro 1 - Dados de ambos os suportes utilizados na análise

| OBRA IMPRESSA | | | MANUSCRITOS | | |
|---------------|-------------------------|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------------------|
| PALAVRAS | CARACTERES S/ ESPAÇO | CARACTERES C/ ESPAÇO | PALAVRAS | CARACTERES S/ ESPAÇO | CARACTERES C/ ESPAÇO |
| 287 | 1.217 | 1.494 | 843 | 3.847 | 4.554 |

Fonte: adaptado de Souza (2019).

O que é possível observar na tabela acima acontece nas demais datas disponíveis na impressão publicada do livro. No caso do *13 de maio*, a evidência

³ A metodologia de colação foi filologicamente desenvolvida mais amplamente na tese de doutoramento de autoria de Verônica Souza (2019). Na tese de doutoramento, os dados finais são contabilizados a partir do número de caracteres com o objetivo principal de apontar uma aproximação mais compreensível deste cotejo. No entanto, antecipamos que a exatidão dos números não se fará possível pela evidência do desaparecimento de vários cadernos escritos por Carolina. A partir dos estudos de Barcellos (2015), quem conseguiu fazer a organização e descrição do que ainda existe do acervo de Carolina Maria de Jesus, muita coisa desse acervo se encontrava em condições de péssimo armazenamento e cuidado.

alarmante de supressão é expressa pela diferença de 2630 caracteres, tendo o manuscrito 3.847 e o impresso, 1217. O processo de edição revela que 68,36% foi suprimido por razões que precisam ser exploradas no contexto dos bastidores dos processos editoriais, o que será realizado noutra oportunidade.

Não fosse essa colação para leitura filológica das diferenças textuais por que o texto passou para publicação em 1960, não saltaria aos olhos o investimento de supressão realizado por Audálio Dantas.⁴ As pesquisas ainda não respondem se houve ou não consentimento da autora; mas, ainda assim, o teor da reflexão que foi obliterada na edição impressa aponta para a necessidade de enriquecer a leitura de Carolina de Jesus (1960) na potência analítica que ela traz acerca do dia em que o Brasil celebra o fim da escravidão sem a criação de políticas de cidadania.

3 “É UM DIA SIMPÁTICO PARA MIM. É O DIA ABOLIÇÃO...”

Ao tomarmos a quantidade de caracteres presentes nos manuscritos e na edição primeira, temos uma dimensão de que cortes significativos foram realizados no processo de edição. Em diversos espaços, a exemplo do prefácio da obra, o editor de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), Audálio Dantas, vai afirmar que a supressão das passagens se deveu exclusivamente às repetições constantes de Carolina de Jesus.

No entanto, não apenas o corte, como também alterações outras vão ocorrer no processo editorial. Quem primeiro trata dessas interferências no procedimento é a única até então que vai levar o debate para o campo científico apresentando dados que corroboram que as intervenções não são ingênuas, tampouco consequentes é Elzira Divina Perpétua. No ano de 2014, a professora, hoje aposentada, em *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*, aponta os resultados de sua pesquisa.

4 Audálio Dantas era homem branco, de classe média alta, jornalista. Em 1975, quando a ditadura militar vigorava no Brasil, Audálio assumiu a presidência do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, onde denunciou as barbáries do regime e a morte do jornalista Vladimir Herzog. Editou os manuscritos de Carolina Maria de Jesus referentes às obras *Quarto de Despejo* (1960) e *Casa de Alvenaria* (1961).

Para além de questões estruturais linguísticas que são marcadas por fenômenos como a concordância nominal, a colocação pronominal, escrita gráfica, acentuação e outros, Dantas ainda vai suprimir passagens da obra sem sinalizar ao leitor sua interferência (SOUZA, 2019).⁵

Além disso, o acesso apenas ao impresso de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) nega ao leitor o direito a conhecer uma autora em sua complexidade de pensamento e que analisa a data aqui citada de uma maneira bastante estratégica avaliando as condições e os destinos políticos das negras e negros no Brasil.

As reticências, apresentadas no início do segundo parágrafo do impresso (Figura 1) aqui demonstrado, revelam o olhar de Carolina sobre a data e segredado por Dantas, sob o véu que reveste a credibilidade da mão editorial branca a qual coloca o ponto final em muitos trabalhos editoriais deste país.

Se acolhermos a censura editorial de Audálio Dantas apenas como “repetição”, teremos de nos questionar por que este longo trecho foi apagado, observemos:

Vou dizer o que acho errado na libertação A libertação no Brasil, foi premeditada longos anos. Mas o seu desfecho foi precipitado. Não deram apóio Moral aos pretos. Ergueram uma barreira._ O preconceito. Negro não tinha que ir na escola. Negro não tinha inteligencia para ir na escola Os brancos a raça predominante não queria mesclar-se com os pretos. Preto era ladrão. Era indolente e desclassificado. Os brancos so mesclavam com os pretos, nas guerras ou nas revoluções. Nestas ocasiões funestas para a patria, não imperava a seleção. Mas os deçedentes do preto que tombava nos campos de batalha, não era considerado orfãos de guerra. Não recebia auxilio do paiz. É agora no seculo XXI que os brancos estão começando a interessar-se pelos pretos. Valdemar Ferreira é bem quisto pelos brancos Quem sabe se o branco tratando o preto com solidariedade, eles

5 Em Souza (2019), a autora relaciona as alterações vigentes no processo de edição data de 13 de maio, descrevendo fatores linguísticos que sofrem interferência do editor.

perdem esta timidês. esta letargia que demostram ter. Eu observo os fêitos heroicos do Valdemar Ferrêira. penso: ele esforçando para vencer agrada aos brancos. E os brancos ha de voltar suas atencões auxiliando os pretos que demostrar ser bom elemento. Eu não gosto quando um preto rouba um branco. Quando são adimitidos nas suas casas. Eu não sei se o branco é orgulhoso, ou é vaidoso. Escrupulosêle não tem. porque o branco come a comida que o preto faz. Se voçe é preta, e é empregada de um branco. faça a comida para ele, com assêio e capricho. Se na casa que voçesta trabalhando tem alguém doente, você procura interessar-se pelo doente Não sai aquela nôite, para auxiliar os que estão cuidando, do doente. Não vae no baile O teu interesse pelo doente, fortifica a amisade do teu patrão por voçê Euadimirei o nobre gesto do nosso atual presidente do Brasil Dr. Juscelino Kubstcheque. convidando George Armstrong O rêi do Jazz dos Estados Unidos para almoçar com êle porque em geral os governos dão mais atencões aos brancos do que aos pretos. Antigamente, na força publica o preto não tinha direito de estudar para ser graduado. Quantas vêzes ouvi os brancos dizer: negro, não honra divisa!. (MS 565-5, fls. 66.2-68.1)⁶

Como é possível observar no relato da autora, a sua percepção sobre o dia da abolição da escravatura enquanto um dia que deve ser lembrado como de combate às sequelas do racismo e de reparação a uma dívida histórica se antecipa aos anos de 1970, conforme a história teria apresentado.

Carolina Maria de Jesus, em 1958, pensava a desigualdade vivenciada pelos negros. O resultado condicionado em situações de desigualdade, nas quais o preto não acessa direitos básicos como a escola, é apontado por Carolina. E a escolarização é possivelmente o elemento que acirra profundamente essa desigualdade. O acesso à escolarização formal pelos negros acontece

6 Os manuscritos foram codificados a partir dos dados disponibilizados pelo Arquivo da Biblioteca Nacional (RJ). Como disse anteriormente, eles não são acessíveis ao grande público. Há uma burocracia para acesso a esse material. Neste caso, leia: Localização/Identificação do manuscrito de acordo o Acervo da Biblioteca Nacional
MS = manuscrito
fls = folhas

muito tardiamente, isto é, mais de séculos. E, por conta da estrutura social que é informada pela raça no Brasil, o setor educacional voltado para a população negra e que depende de políticas públicas para sua manutenção é declaradamente mal assessorado pela classe política, deixando a comunidade escolar à mercê de um suporte de qualidade minimamente digna.

Como reflexo disso, vamos observar a falta de profissionais qualificados e bem remunerados, infraestrutura sólida, monitorada e em condições de uso, alimentação escolar adequada, dentre outros fatores. Em outros trechos dos manuscritos, Carolina de Jesus, que teve apenas um ano e meio de escolarização formal, vai relatar um pouco do ambiente escolar de seus filhos. Sobre isso, o leitor da obra impressa não vai ter acesso, pois o editor mais uma vez suprime as passagens.

Ainda sobre o trecho suprimido, Carolina menciona também o fato de os negros não receberem a devida atenção do Estado. Nem mesmo quando tombavam nos campos de batalha em defesa da pátria. Assim o é, sabemos, até hoje. Como já tratado neste texto, o Estado não negocia com a população negra nem mesmo em casos que deveria fazer valer, por exemplo, a política de cotas. Diária e constantemente, somos abordados por situações-crime de candidatos brancos que burlam tal política por desrespeitar as regras de submissão. Isto sem falar de casos em que instituições muitas ainda não aderiram a tal política, e o Estado, e nem mesmo a sociedade em geral, pressionam e exigem o cumprimento legislativo. Pensar que isso não ocorre ainda se deve ao fato de vivermos numa sociedade que ainda não alcança o pensamento de que as sociedades se constituíram com base na opressão racial.

Por fim, o trecho acima ainda nos permite observar a atenção de Carolina às ocorrências sociais de seu país. Sem nenhum esforço, ela utiliza o debate racial para nos oferecer a notícia da visita de uma celebridade musical ao país naqueles anos. Importante dizer como a história social sobressalta à escrita de foro íntimo da autora. A partir da informação de que George Armstrong, personalidade do jazz, visitou o país, Carolina, mais uma vez, aproveita para salientar o posicionamento da branquitude que ocupa majoritariamente todos

os espaços, dentre eles o político e, naquela ocasião, diferente da sua prática costumeira, vai voltar sua atenção para uma pessoa de pele preta.

Dantas retoma o relato de Carolina, mas volta a apagar outras passagens da autora, fazendo costuras para tentar amarrar um sentido para o texto. Mais uma vez, um dos seus cortes guarda outra menção de Carolina a algum fato de ordem social. O trecho, em destaque na citação a seguir num tom de cinza, marca a parte ocultada pelo editor:

Nas prisões, os negros eram os bodes expiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumina os brancos para que os pretos sejam feliz. Em 1921 circulou um buato. Que os brancos iam impedir a união dos pretos, para extinguir a raça. Naquele tempo eu era menina mas, ja observava continua chovendo. E eu tenho sofêijão e sal. A chuva esta forte Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. (MS 565-5, fls. 68.1)

Estaria Carolina de Jesus falando do tumulto racial de Tulsa? Tal evento, também conhecido como *Massacre de Tulsa*, *Massacre de Greenwood* ou *Massacre de Black Wall Street* ocorreu em 31 de maio e 1 de junho de 1921. Notícias apontam que uma multidão de moradores brancos atacou negros em suas casas e comércios na cidade de Greenwood, em Tulsa, Oklahoma, nos Estados Unidos. O fato violento foi considerado o pior incidente de violência racial da história norte-americana. Ocorreu tanto por via terrestre quanto por meio de aviões particulares. Dezenas de quarteirões da cidade ficaram destruídas, e a comunidade negra do local, por ser a mais rica dos Estados Unidos, era conhecida como Black Wall Street.

Quase 1.000 pessoas foram internadas em hospitais e mais de 6.000 residentes negros presos e detidos por vários dias. Dados apontavam dezenas de mortos, porém a Cruz Vermelha de Oklahoma se recusou a fornecer estatísticas oficiais. Por último, o exame do evento da Comissão do Estado de 2001 estimava algo em torno de 200 mortes durante o desastre.

Os fatos narrados, ocorridos nas sociedades nacional e internacional, possivelmente apurados pela autora a partir de suas leituras dos noticiários e outras fontes como os livros que acumulavam no seu barraco na favela do Canindé, misturavam-se à sua rotina diária.

As limitações de subsistência e as dificuldades vividas por Carolina de Jesus e seus filhos, mais do que o reforço do sofrimento dos muitos favelados de sua época, como os multiplicados hoje e que acumulam as inúmeras favelas deste território, são destacadas em todos os dias de seus diários referentes aos anos de *Quarto* como uma denúncia do esquecimento do Estado para essa população, ressaltando-se, negra. Era da tarefa de coleta de recicláveis que ela extraía algum dinheiro para sobreviver e para seus filhos. Quando impossibilitada de realizar a atividade, especialmente nos dias de chuva, nos quais, por razões previsíveis, é impossível trabalhar, ela recorre aos vizinhos na esperança de doações para improvisar alguma refeição para sua família. Esses obstáculos e imprevistos leva-a, assim como muitas famílias brasileiras, não apenas a se alimentar mal, como em horas impróprias, e quando assim é possível. Vejamos o trecho na sequência:

Estou escrevendo até passar a chuva. para eu ir la no senhor Manoel vender os ferros. Hontemêtle não foi no deposito penso que êleesta doente com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair peguei a sacola. A Concêição emprestou-me o guarda chuva. Quando cheguei na rua Carlos de Campos. encontrei-me com um senhor Disse-me que o senhor Manoel não esta no deposito. Ressolvo ir vender os metaes no outro deposito. Mas os metaes são tão pouco. Voltei e fui na padaria guine comprar cinco de pão. Estava so a Dona Magdalena. Ela deu-me uns pedaços de mortadela. Quêijo, e pão. duas caixas de doçes, ovo de pascoa. e dôispaes amanhecidos quando eu cheguei os meninos ja estavam em casa abrindo as latas a procura de comida Que decepção para êles. As latas estavam vasiaas Eu tenho tanta dó dos meus filhos.Em cinco minutos eles comeram tudo. Eu olhava e pensava: o favelado não tem preferencia E que aparece. Quando eles ve as caixas de comêreles brada

_ Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me Mas eu ja perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles queriam mais comida

Eu mandei o João pedir um um pouquinho de gurdura a Dona Ida ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim: Dona Ida peço-ti se pode me arranjar um pouco de gurdura, para eu fazer uma sôpa para os meninos Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. _ Agradeço. Carolina Pedi para a Maria do Ramiro ela não tinha pensei: ir la na Dona Guilhermina Geglie. A parteira que reside na rua Carlos de Campo. Ela não nega o que lhe peço. Ateja convidou-me para eu ir trabalhar para ela. Ressolvi não ir porque eu estava com frio. Choveu esfriou-se E o inverno que chêga. E no inverno a gente come mais.

A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetaculo. Eu estava com dôi cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Aliche. Ela deu-me a banha e arroz. Era nove horas da noite quando nos comemos. E assim o dia 13 de maio de 1958 eu lutava com a escravidão atual _ a fome!. (MS 565-5, fls. 68.1-69.2)

A celeuma de Carolina para providenciar a refeição das crianças cotidianamente a aturdiu, recorrendo à escrita como uma alternativa para continuar viva. Descarregar sobre a caneta o peso de dias impossíveis de planejar preenchia a solidão companheira em um barraco de vazio de possibilidades, porém cheio de dificuldades e incertezas. Onde estavam aqueles que poderiam minimizar os colapsos sociais que atravessavam numerosos deste país, pares de Carolina de Jesus e seus filhos? Por meio dessas denúncias, Carolina expunha o desinteresse de uma classe dominante em minimizar as desigualdades.

Finalizando o relato desse dia com um período que soava poético, não por doçura, mas pela dura fundamentação da sua realidade, Carolina ratificou a atemporalidade do período de escravidão para os negros no Brasil, demonstrando, a partir de si mesma, que a condição de cidadania, que não apenas não foi levantada pelo Império com a Lei Áurea, nunca chegará ao povo preto, senão com mais luta e resistência.

Carolina não pode viver para ver esse direito à cidadania chegar, sequer seus posicionamentos respeitados, mas abriu um caminho ancestral para que pretas mulheres, como uma das pesquisadoras deste trabalho e muitas outras nesse projeto de nação chamado Brasil, resgatem e garantam vozes que a supremacia branca tentou, além de silenciar, destruir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A releitura filológica dos textos de autoria negra traz à contemporaneidade a chance de rever manobras editoriais que submeterem a complexidade do texto de autoria negra ao projeto jornalístico-literário planejado por Audálio Dantas para Carolina Maria de Jesus. Em especial, o dia 13 de maio, relido na comparação com o manuscrito, desafia a credibilidade editorial e aponta para uma das atividades caras à filologia que se compromete com o humanismo democrático (SAID, 2007) e que faz emergir narrativas dissidentes daquelas que figuram como versões únicas e que trazem uma face estereotipada e redutora de uma das mais hábeis escritoras negras. Especialmente, ao instruir sobre a falácia dos limites entre o público e o privado, fundamento enraizado no pensamento social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARCELLOS, S. *Vida por Escrito*: guia do Acervo de Carolina Maria de Jesus. Sacramento: Bertolucci Editora, 2015.

BRANDÃO, M. Lei Áurea não é motivo de comemoração, afirmam movimento negro e Seppir. Agência Brasil (Direitos Humanos). *Agência Brasil*, [s. l.], 13 maio 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-05/para-movimento-negro-lei-aurea-nao-e-motivo-de-comemoracao#:~:text=%E2%80%9CNaquele%20momento%2C%20faltou%20criar%20as,Luiza%20Bairros%2C%20%20%20Ag%20Ancia%20Brasil>. Acesso em: 8 ago. 2020.

CORRÊA, A. O massacre que destruiu a ‘Wall Street Negra’ há quase cem anos e voltou à tona na série ‘Watchmen’. *BBC News Brasil*, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50188869>. Acesso em: 15 nov. 2019.

POR QUE os negros não comemoram o 13 de maio, dia da abolição da escravatura? *Portal Geledés*, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-os-negros-nao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura/>. Acesso em: 6 ago. 2020. (ERA GELEDÉS)

GONÇALVES, M. Massacre racial mostrado em watchmen foi apagado da história americana. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/massacre-racial-mostrado-em-watchmen-foi-apagado-da-historia-americana-24071058>. Acesso em: 15 nov. 2019.

JESUS, C.M. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1960.

PERPÉTUA, E. D. *A vida escrita de Carolina de Jesus*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SAID, E.W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, V. 13 de maio de 1958: Entre (res)significar a escravidão e escrever para se libertar. In: CONGRESSO BAIANO DE PESQUISADORXS NEGRXS, 7., 2019, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: Segundo Selo, 2019. v. 1, n. 1, p. 129-143.

RECOLHIMENTOS FEMININOS E ADULTÉRIO: CARACTERÍSTICAS CULTURAIS E ASPECTOS FILOLÓGICOS NA EDIÇÃO DE UMA CARTA DE JOSÉ FERNANDEZ DE PORTUGAL

Luane Ribeiro da Conceição

Rose Mary Souza de Souza

Norma Suely da Silva Pereira

1 INTRODUÇÃO

O estudo de práticas culturais do passado se mostra cada vez mais necessário para a compreensão de sua repercussão nas representações e construções sociais da contemporaneidade. Para um melhor entendimento desse passado, cujas marcas estão registradas em documentos literários e não literários, considerados como produtos culturais, e, como tais, inseridos em específicos contextos de produção e transmissão, a Filologia oferece ao pesquisador as condições de acesso ao patrimônio histórico-cultural das sociedades, por meio da leitura, esclarecimento e edição de textos. Desse modo, contribui para a ampliação, revisão, ou mesmo ressignificação do conhecimento já construído. (PEREIRA, 2019; SPINA, 1977; TELLES; LOSE, 2017) Conforme assinalam Telles e Lose (2017, p. 274), citando Llored (2001)

[...] a filologia não é apenas uma arte da leitura baseada numa hermenêutica repensada e retrabalhada em profundidade, mas também, e é isso que talvez hoje pareça iconoclasto para alguns, um conhecimento crítico da utilização das obras e das condições nas quais leituras e não-leituras são praticadas: são, portanto, contra-leituras que nutrem em profundidade essa arte crítica. Desse modo,

há aí uma considerável transformação do próprio estatuto da filologia, acompanhado de uma interrogação radical a propósito das razões da interdição dos sentidos. A sua ambição última é liberar os textos, antigos e modernos, do seu assujeitamento aos sistemas de pensamento da tradição e sobretudo da modernidade, sendo essa liberação futura a única condição da sua compreensão [...]

Sendo assim, observa-se a importância do ofício do filólogo para a interpretação e análise das marcas culturais presentes em textos diversos, de todas as épocas, para isso definindo objetivos, reconhecendo e analisando questões relativas ao documento e à tradição textual para então selecionar as mais adequadas práticas editoriais, compreendendo a Filologia, na sua feição de Crítica Textual, como afirmam Borges e Souza (2012, p.21), “[...] um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram objeto, de modo indissociável, língua, texto e cultura”.

Aliada à Filologia no estudo do texto e de suas marcas, tem-se a Linguística Histórica, a qual, como assinala Mattos e Silva (2008, p. 8), “é o campo da linguística que trata de interpretar mudanças [...] ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada em determinado espaço geográfico”, ciência que, apesar de diversa da Filologia, utiliza-se também da documentação para realizar seus estudos. Numa perspectiva transdisciplinar, a análise filológica ampara-se ainda na História Cultural, a qual examina as práticas de uma sociedade por meio do estudo das atitudes, crenças e comportamentos dos indivíduos. (CHARTIER, 2002)

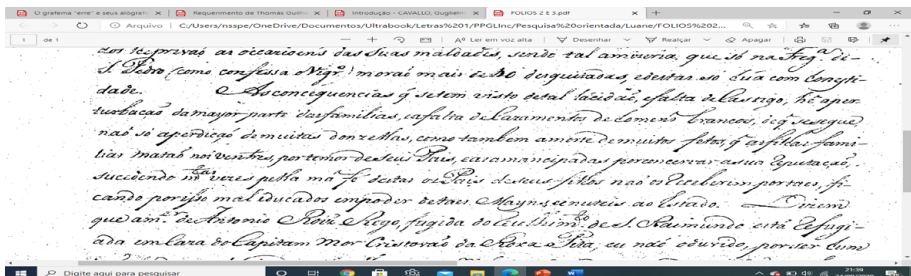
Destarte, utilizando teorias e práticas das três supracitadas áreas no estudo da historicidade textual, este artigo apresenta aspectos de uma edição semidiplomática de três fôlios de uma carta manuscrita, com datação provável do início do século XIX, por meio da qual são analisados elementos da escrita da época, bem como alguns aspectos do recolhimento feminino na Bahia colonial.

2 A MULHER PELA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA ÉPOCA

Na sociedade colonial da América portuguesa, conforme observa Algranti (1993), “a moral, o recato e os bons costumes” integravam as bases principais da família, valores esses que eram fundamentais, preponderantes, para a figura feminina. Entre fins do século XVIII e início do XIX, como de resto em todo o período colonial, a preservação da virtude feminina era condição exigida às mulheres, sendo esperado que fossem comedidas, obedientes e discretas, que se vestissem com modéstia e seriedade; e que observassem as condutas prescritas pela religião: “rezar as horas canônicas, confessar com frequência e ser instruída na doutrina da Igreja”. (ALGRANTI, 2004, p.50), posturas que estavam em harmonia com o pensamento do período.

No contexto do patriarcalismo, o lugar imposto à mulher era de submissão ao homem, sendo, muitas vezes, cerceada a sua convivência social, se não obedecesse a esses ditames, podendo ser espoliadas dos seus direitos mais íntimos, como o direito ao corpo e aos filhos, que quando considerados ilegítimos ou bastardos lhes eram retirados impiedosamente, como revela um trecho da carta editada, em que o emissor não só afirma a existência do aborto dos filhos indesejados pela sociedade, como ainda culpabiliza as mulheres por tal situação:

Figura 1 – Condenação dos filhos indesejados



Fonte: adaptado de Portugal [18--].

Transcrição: *dade. As concequencias que setem visto detal lácidaõ, efalta de Castigo, hé aper-turbação da mayor parte das famílias, ea falta de Cazamentos de homens brancos, deque sesegue não só aperdição de muitas donzellas, como **tambem amorte de muitos fetos**, que asfilhas fami-lias **mataõ nos ventres, por temor deseus Pais**, e as amancipadas porconcervar asua reputaçãõ, sucedendo *muitas* vezes pella má fé destas os Pais de seus filhos não os receberem portaes, fi-cando por isso mal educados empoder de taes Mayns inúteis ao Estado. [...]¹*
Elaboração e grifo das autoras.

Destarte, para os valores da época, a divulgação pública de um ato de transgressão feminina representava ameaça de desonra para o pai ou para o marido, pouco importando os desejos ou a felicidade da mulher em questão. Dessa forma, no período em foco,

era o olhar do outro, sempre penetrante, e o grau de estima que a sociedade atribuía a uma pessoa que determinava se ela era ou não honrada. [...] A opinião pública funcionava como árbitro sobre a honra individual que era preciso defender para manter a reputação. Manter a honra significava, antes de mais nada, manter as aparências. (ALGRANTI, 1993, p. 126)

Visto isso, construía-se, a partir desses princípios culturais, a imagem de mulher “santa” a ser seguida, bem como a de mulher “pecadora”, que deveria ser abominada. Nessa perspectiva, jovens donzelas eram enviadas aos recolhimentos para educação e preparação para o casamento, enquanto outras, com comportamento que se considerasse impróprio perante a sociedade da época, eram também confinadas, nesse caso, como forma de punição. (ALGRANTI, 1993; RIBEIRO, 2000)

1 Foram mantidos os critérios de transcrição.

2.1 O RECOLHIMENTO FEMININO

Ao longo da história, as mulheres sempre estiveram sujeitas às regras de comportamento que eram estabelecidas, na maior parte do tempo, pelos homens. No período em foco, sob a égide da sociedade patriarcal e da Igreja, as mulheres viviam constrangidas ao mais absoluto recato e contrição. No intuito de “resguardar” as mulheres de qualquer “ímpeto” ou “descuido moral” que ocasionasse a desonra familiar; e para mantê-las afastadas da vida mundana, as mulheres, fossem donzelas, casadas ou viúvas, principalmente, as brancas e de famílias abastadas, eram enclausuradas, com justificativas diversas, por opção ou compulsoriamente. (ALGRANTI, 1993; PEREIRA, 2019; SOUZA; PEREIRA, 2018)

O enclausuramento da mulher imposto por punição era costume regular e socialmente aceito no período em foco, podendo durar por muitos anos, ou até pelo resto da vida. Conforme assinalam Conceição e Pereira (2019), a prática era resguardada por lei, podendo ser usada como castigo e forma de reparação para aquelas que fosse acusadas de “manchar a honra” de sua família. Destarte, com o desenvolvimento de estudos referentes ao contexto histórico-social, pode-se observar e compreender de forma mais eficaz o contexto do documento selecionado para o estudo.

A infidelidade sempre existiu em ambos os lados da relação conjugal. A culpa e punição, entretanto só eram imputadas à mulher, sempre vista com desconfiança pela sociedade colonial. Quando havia suposição de adultério, as mulheres, consideradas pecadoras para a Igreja e criminosas para o Estado, estavam sujeitas às leis eclesiásticas e seculares que viam no confinamento uma forma de corrigir seus delitos e, principalmente, de reforçar os padrões socialmente legitimados. Após a comprovação do adultério, como assinala Silva (1995), aos maridos era facultada, pelo Tribunal Eclesiástico, a prerrogativa de matar a esposa sem nenhuma penalidade, em defesa de sua honra. Quando se tratava de filhas de famílias de mais elevada condição social, contudo, a saída era confiná-las nas casas assistenciais como forma de castigo sem nenhum tipo de direito ou regalias, mediante autorização requerida à Coroa portuguesa.

O arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide ao sistematizar, em 1702, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, registra que o crime de adultério é considerado um delito grave, proibido por direito canônico, civil e natural e os que o cometem são merecedores de castigo. Se a transgressão fosse cometida por um clérigo, ele seria levado para uma prisão eclesiástica e, após sentença, seria destituído da Ordem e enviado para a Ilha de São Tomé por um período de cinco anos.

No manuscrito editado, registra-se que a esposa de um caldeireiro, acusada de cometer adultério, fugiu para o “Seará” (PORTUGAL, [18--]), retornando à Capitania da Bahia após cinco anos, no intuito de continuar com a vida desregrada, segundo o autor da carta, o qual acrescenta ainda que o marido traído fora obrigado a abandonar os negócios a fim de evitar a vergonha pública, tendo ele ido morar numa fazenda longe da cidade.

2.2 A DENÚNCIA DO ADULTÉRIO NA CARTA DE JOSÉ FERNANDEZ DE PORTUGAL

A quebra da conduta social de recato e subserviência era extremamente reprovável e deixava marcas não só para a mulher que se “desviava”, como também para a família e pessoas que a rodeavam. Conforme observa Azzi (2001, p. 237), “na organização da nova sociedade, o castigo tornou-se um instrumento imprescindível, com a função de marcar a ‘desigualdade’ e estabelecer a hierarquia [...]”. O poder de castigar, por seu turno, era considerado inerente à função de governar”. Assim, as mulheres que se corrompiam ou deixavam transparecer que poderiam estar transgredindo o recato recomendado estavam sujeitas às punições do marido e do Estado, como forma de restituição e compensação moral da família.

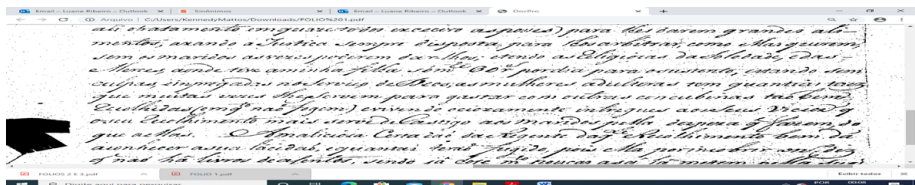
Nesses termos, o adultério feminino se configurava por quaisquer condutas em que a mulher desobedecesse às regras vigentes, como, por exemplo: sair sem companhia, exceto para ir à Igreja; aparecer à janela; comunicar-se com homens estranhos em locais públicos, entre outros. Essas

particularidades eram assim consideradas adultério, pois os valores medievais ainda imperavam na América portuguesa, reforçando uma representação da mulher como ser insidioso e inferior, como assinala Azzi (2001, p. 246):

ao longo da Idade Média, o machismo e o patriarcalismo defendidos por Aristóteles foram reforçados por uma visão negativa do sexo feminino. Além de ser considerada um ser imperfeito quando comparada ao homem, a mulher passou a ser vista também como um ser marcado pela sensualidade, constituindo-se assim num instrumento de perdição para o homem. [...] A mulher passou a ser personificada em Eva, a qual estava constantemente induzindo o homem ao pecado mediante o oferecimento do fruto proibido.

O documento estudado neste artigo, uma carta, exemplifica, como se verá a seguir, a construção da imagem da mulher transgressora como ardilosa, pecadora e libertina que se rebela contra o lugar de inferioridade que lhe é imposto, causando transtornos à paz nos lares, devendo, por isso, ser enclausurada. Ocorre, entretanto, que, segundo a legislação vigente, tal reclusão devia ser feita às expensas do marido, o que causava ainda mais revolta ao emissor da carta, José Fernandes de Portugal, que decide escrever a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos de Portugal, para denunciar o que classifica como “adesgraçada cituacam dos homens Cazados da Cidade da Bahia”. (PORTUGAL, [18--]):

Figura 2 - Construção da imagem da mulher



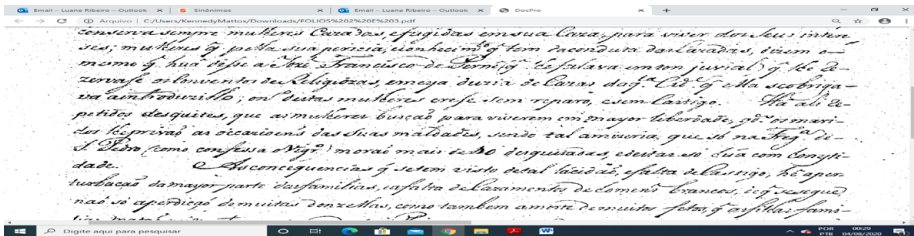
Fonte: adaptado de Portugal ([18--]).

Transcrição

[...] culpas, e inpregadas noserviço deDeos; **as mulheres adúlteras** tem quantias taez / que muitas vezes lhesservem para gastar com outras **concubinas** taõ bem / recolhidas (emquanto naõ fogem) **evivendo ociozamente intregues aosseus vicioz** que / **oseu recolhimento mais serve deCastigo aos maridos pella despeza que fazem**, do / que aellas. A malicioza Certadaõ da Regente daquele Recolhimento bem dá [...]²

Elaboração e grifos das autoras.

Figura 3 - Os recolhimentos femininos



Fonte: adaptado de Portugal ([18--]).

Transcrição

[...] va aintroduzillo; onumero destas mulheres crese sem reparo, **esem castigo. Hã ali re- / petidos desquites, que as mulheres buscaõ para viverem em mayor liberdade**, quando os mari- / dos lheprivaõ as occazioens das suas maldades, **sendo tal amizeria que só na Freguezia de- / São Pedro (como confessa o Vigario) moraõ mais de 10 desquitadas**, edestas só huã com **honesti- / dade. As concequencias que setem visto detal lácidaõ, e falta deCastigo, hẽ aper- / turbaçãõ da mayor parte das famílias**, eafalta deCazamentos dehomens brancos, de que sesegue [...]

3

Elaboração e grifos das autoras.

2 Foram mantidos os critérios de transcrição.

3 Foram mantidos os critérios de transcrição.

A partir dos fragmentos transcritos acima, pode-se perceber, repetidamente, o uso da palavra “castigo”, primeiro usada com relação aos maridos, “castigados” por terem de pagar a pensão (f^o 1r, L.23), depois com relação às mulheres, das quais o emissor se queixa por não estarem sendo suficientemente castigadas (f^o 1v, L. 6 e 10), o que mostra a sua intenção em sugerir o aumento da punição e desobrigar os maridos da manutenção das recolhidas. Além disso, estão presentes na carta adjetivos e expressões de cunho pejorativo, que constroem um perfil de vileza para as mulheres, como “adúlteras”, “ociozas” e “viciozas” (f^o 1r, L.20 e 22), “concubinas” (f^o 1r, L.21), “libertinas”⁴ e que se comportam com “lácidaõ” (f^o 1v, L.10), ou seja, com frouxidão, inobservância dos costumes, enquanto que os maridos são colocados num perfil de honestidade, vítimas das maldades de suas mulheres (f^o 1r, L. 2-3).

3 O DOCUMENTO

O documento escolhido para a análise pertence ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o qual foi catalogado pela equipe do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, e disponibilizado em meio digital pela Biblioteca Nacional (BN). Trata-se de uma carta em fac-símile, assinada, escrita em suporte papel, cuja imagem mostra um regular estado de conservação, e cuja datação é estimada em inícios do século XIX, período em que o destinatário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, ocupou cargos públicos nos Domínios Ultramarinos de Portugal.

Conforme esclarece Bellotto (2002, p.51), a carta é uma correspondência que pode ser utilizada pelo “alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos”, definição que induz a pensar sobre qual seria a intenção e posição social do autor, José Fernandez de Portugal, que provavelmente teria interesse em obter alguma vantagem com a denúncia. É possível ainda observar no documento

4 Libertina: Que é licenciosa na vida. Que excede o que é lícito, dissoluta. (SILVA, 1789, p. 221-223)

marcas do formulário que comprovam a sua classificação como pertencente ao gênero carta, conforme apontam Santos e demais autores (2018, p. 194), tais como a seção de contato inicial e o núcleo da carta.

O documento possui seis fôlios, escritos no recto e verso, dos quais foram editados e analisados apenas os fôlios 1r e v e o 2r, nos quais o autor relata os supostos comportamentos, considerados impróprios, praticados pelas mulheres casadas da cidade da Bahia, inclusive sobre a sua própria esposa, para quem pleiteia também o recolhimento. A partir do terço final do f° 2r, o emissor da carta passa a relatar outros problemas que observa na cidade, acerca da administração e do comércio de alimentos, sobre os quais deseja alertar ao conde de Linhares, seu interlocutor, para que este possa tomar as devidas providências.

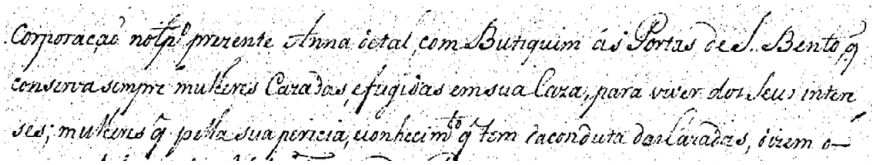
4 ASPECTOS DA EDIÇÃO

Tendo em vista as características extrínsecas e intrínsecas do documento selecionado, a edição realizada previamente foi pautada em critérios conservadores para a transcrição e edição do documento, com base nas Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (2001): conservou-se a grafia original, respeitando a pontuação, a acentuação, o uso de maiúsculas e minúsculas, mantendo-se, inclusive o sinal de nasalidade na última letra do ditongo nasal “aõ” e as divisões silábicas em final de linha, sinalizadas por hifens simples, conforme aparecem no fac-símile. As abreviaturas foram desdobradas, marcando-se a parte adicionada com a aplicação do recurso itálico. Palavras riscadas foram representadas com o tachado, seguido da expressão riscado, entre colchetes e palavras ou letras conjecturadas foram inseridas entre colchetes.

4.1 ASPECTOS PALEOGRÁFICOS, DIPLOMÁTICOS E CODICOLÓGICOS

Embora a letra regular seja, em geral, de fácil leitura, com letras cursivas levemente inclinadas à direita e relativamente uniformes, alguns obstáculos foram observados durante a transcrição do documento, tais como a ocorrência de consoantes dobradas, a frequente ausência de fronteira entre palavras, alguns usos grafemáticos e de alógrafos, próprios do período, bem como as abreviaturas e algumas manchas no suporte, como se pode observar nas figuras e quadros abaixo:

Figura 4 - Traçado das letras e ausência de fronteiras de palavras



Fonte: adaptado de Portugal ([18--]).


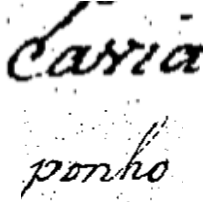
Transcrição:

[...] corporaçãõ notempo presente Anna detal com Butiquim ás Portas de São Bento, que / **conservase sempre** mulheres cazadas, e fugidas **emsua Caza** para viver dos seus intere / ses; mulheres que pella sua pericia, e conhecimento que tem da conduta das Cazadas, dizem o- [...].⁵

Elaboração e grifo das autoras.

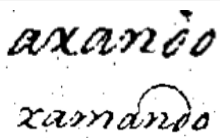
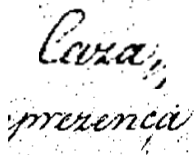
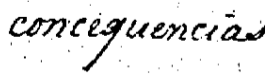
5 Foram mantidos os critérios de transcrição.

Quadro 1 – Alógrafos do <d> e do <h>

| LETRA | IMAGEM | LINHA | LETRA | IMAGEM | LINHA |
|-------|---|-----------------------------|-------|---|----------------------------|
| d |  | fº 1r, L. 19 fº 1r, L. 3 | h |  | fº 2r, L. 7 fº 1r, L. 1 |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 2 – Alguns usos grafemáticos do período

| LEXIAS | IMAGEM | LINHA | OBSERVAÇÕES |
|-------------------|---|------------------------------|--|
| axando xamando |  | fº 1r, L. 17 fº 1v, L. 19 | Utilização de <x> em lugar de <ch>. |
| Caza prezença |  | fº 1v, L. 2 fº 1r, L. 2 | O uso do grafema <z> em lugar do <s>. |
| concequencias |  | fº 1v, L. 10 | Utilização do grafema <c> em lugar do <s>. |

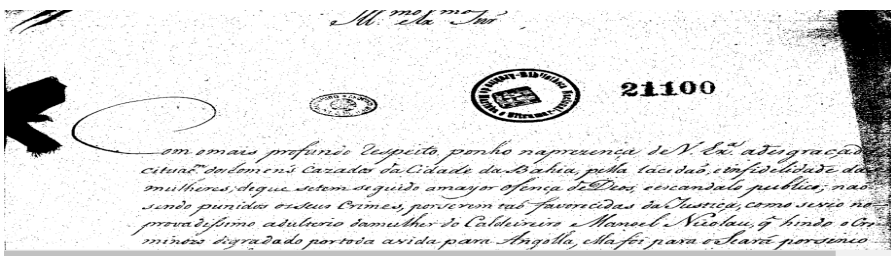
Fonte: elaborado pelas autoras.

Os aspectos diplomáticos são compostos pelos elementos extrínsecos, que constituem as características da aparência externa do documento, como aqueles relativos ao suporte, e à existência de selos, carimbos, sinais especiais e

anotações, e pelos elementos intrínsecos, com especial atenção à sua estrutura, ou seja, as partes de que se compõe, atentando para os aspectos do formulário, que definem a função a que serve e que podem legitimar, ou não, o ato administrativo ou jurídico, atestando a autenticidade, a integridade e a época em que os documentos foram feitos. (BELLOTO, 2002; DURANTI, 2015)

No fôlio 1r do documento editado é possível observar os elementos extrínsecos, compostos por carimbos, provavelmente de inserção posterior, localizados na parte superior entre o centro e a margem direita, inseridos entre a menção ao destinatário e o início do texto. A primeira informação é composta de dois carimbos, relativos à Biblioteca Nacional de Lisboa e ao Arquivo Histórico Ultramarino, seguidos da numeração 21100, possível número do arquivo na pasta. Com relação aos elementos intrínsecos, nota-se o protocolo inicial com as expressões de tratamento, Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr – abreviaturas de Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor, respectivamente –, centralizado na borda superior do manuscrito, conforme mostrado na imagem abaixo, fazendo referência ao destinatário, uma autoridade da Coroa portuguesa, como se disse, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, a quem o emissor se dirige “Com o mais profundo respeito” (f^o 1r, L2)

Figura 5 – Protocolo inicial, carimbos e numeração



Fonte: adaptado de Portugal ([18--]).

Tratando-se dos aspectos codicológicos, algumas características presentes nos documentos são importantes para a análise codicológica, como a qualidade do suporte, o estado de conservação do documento e o

instrumento utilizado na escrita. O documento editado apresenta poucos sinais de deterioração, não comprometendo o acesso ao seu conteúdo. Observa-se que o manuscrito possui marcações de perfuração e costura do caderno com tecido ou couro, na margem esquerda do f^o 1r, como se pode observar na Figura 5, acima.-

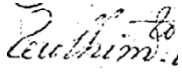

4.2 ABREVIATURAS: RELAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

O uso constante de abreviaturas, tão comum na escrita de tempos pretéritos, visava tornar a escrita mais ágil, diminuindo o tempo da execução da escrita. Contudo, a diversidade de formas que uma palavra abreviada pode apresentar, ocasiona dificuldades de interpretação durante a leitura e transcrição das fontes primárias, exigindo do pesquisador conhecimentos específicos; (GONZÁLEZ ANTÍAS; DURAND, 1992) No *corpus* editado foram decifradas 119 abreviaturas, das quais 63 são por letra sobreposta que consiste em colocar em expoente a (s) última (s) letra (s) da palavra abreviada; 42 por suspensão, em que ocorre a supressão das letras finais do vocábulo; e, 14 por sigla, considerada o mais antigo processo de abreviação. (FLEXOR, 2008; SPINA, 1977)

Sobre as abreviaturas por sigla, vale ressaltar que não há um consenso entre filólogos e paleógrafos acerca da sua definição. Muitos autores consideram como um tipo de abreviatura por suspensão quando a abreviatura é representada por letra minúscula, seguida de ponto e por sigla quando ocorre a abreviação com letra maiúscula seguida de ponto. Outros ainda definem como sigla abreviação feita com letra seguida de ponto, sendo esta maiúscula ou minúscula. Ocorre que, nem sempre, na documentação manuscrita antiga, existe uma regularidade no uso de maiúsculas ou minúsculas. No presente estudo, são consideradas siglas apenas as abreviaturas formadas por letra seguida de ponto cujo conteúdo seja estável e relativamente unívoco em determinado contexto, como ocorre nos pronomes de tratamento, como em


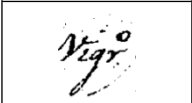
Vossa Excelência ou em lexias⁶ compostas, como em São Pedro⁷, independente da grafia da abreviatura com maiúscula ou minúscula.

Quadro 3 -Algumas das abreviaturas por letras sobrepostas

| IMAGEM | IDENTIFICAÇÃO | LOCALIZAÇÃO | DESENVOLVIMENTO |
|---|------------------------|--|-----------------|
|  | Ant ^o | f ^o 1v, L. 16 f ^o 2r, L. 8 | Antonio |
|  | cituac ^m | f ^o 1r, L. 3 | cituacam |
|  | di ^a | f ^o 1v, L. 23 | ditta |
|  | Dez ^{or} | f ^o 1v, L. 25 | Dezembargador |
|  | Ex ^{mo} | f ^o 1r, L. 1 f ^o 2r, L. 1, 3, 17 | Excelentissimo |
|  | m ^{er} | f ^o 1v, L. 16, 25, 26 f ^o 2r, L. 10 | mulher |
|  | off ^o | f ^o 1r, L. 28 | officio |
|  | Recolhim ^{to} | f ^o 1v, L. 16 | Recolhimento |
|  | r ^s | f ^o 1r, L. 19 | reis |
|  | as | f ^o 1r, L. 8 | Silva |



6 Lexia: ou unidade lexical, é a unidade mínima do léxico. Pode ser simples – aula, chá, mar –, ou complexa – guarda-chuva, pé de cana (VILELA, 1994).

7 As expressões citadas são resultantes do desenvolvimento das abreviaturas, respectivamente, V. Ex.^a, e S. Pedro.

| | | | |
|---|-------|-------------|---------|
|  | Snr | f. 1r, L. 1 | Senhor |
|  | Vigrº | f. 1v, L. 9 | Vigario |


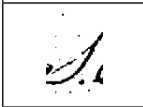
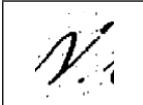
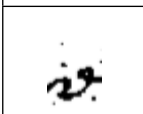
Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 4 - Abreviaturas por Suspensão

| IMAGEM | IDENTIFICAÇÃO | LOCALIZAÇÃO | DESENVOLVIMENTO |
|---|---------------|--|-----------------|
|  | q. | f. 1r, L. 6, 11(2x), 15, 22, 23, 24. f. 1v, L. 1, 3 (2x), 4 (3x), 5, 10, 11, 12, 18, 20, 22, 23, 24, 25. f. 2r, L. 1, 2 (2x), 3 (2x), 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17 (2x), 18 (3x) | que |
|  | S. | f. 2r, L. 6, 18 | Sua |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 5 - Abreviatura por Sigla

| IMAGEM | IDENTIFICAÇÃO | LOCALIZAÇÃO | DESENVOLVIMENTO |
|---|---------------|--|-----------------|
|  | D. | f. 1v, L. 20 | Donna |
|  | S. | f. 1r, L. 13 f. 1v, L. 1, 9, 16. | Saõ |
|  | V. | f. 1r, L. 2 f. 2r, L. 3, 14, 15, 17, 18 | Vossa |
|  | v. | f. 2r, L. 3 | vosso |

Fonte: elaborado pelas autoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos aspectos estudados, observados durante a edição de três fólios de uma carta manuscrita de datação provável de início do século XIX, na qual foram apreciadas particularidades do contexto de recolhimento feminino associado à punição devido ao adultério, pode-se reafirmar a importância dos estudos de práticas culturais do passado para a compreensão da origem de diversas das formas de violência que permanecem assombrando o cotidiano das mulheres no presente.

A edição do *corpus* selecionado possibilitou testemunhar que o léxico empregado para definir o comportamento feminino, a exemplo das formas “ociozas”, “viciozas” e “lácidaõ”, ainda hoje, está base das falas que tentam desqualificar as mulheres, rotulando-as como vadias, depravadas e obscenas, em situações em que são perpetrados casos de assédio, por exemplo.

Os recolhimentos femininos, como se pode observar ao longo deste estudo, eram então verdadeiras prisões, concretizando a disciplina que impunha a submissão das mulheres diante do patriarcado e da Igreja. Constrangidas, muitas vezes, a condições sub-humanas, aprisionadas às famílias, aos maridos e às regras da Igreja, as mulheres eram silenciadas e tratadas como incapazes. Segundo a percepção do autor da carta, é pela inobservância das regras estabelecidas, que chama de “lácidaõ” dos costumes, que as mulheres perturbam a paz das famílias, dificultam os casamentos e por se unirem a homens de etnia ou condição social diferentes da sua, são então responsabilizadas pelos abortos que realizavam por medo da punição a que estariam sujeitas, em função da gravidez não aceita pelos parâmetros sociais. Sobre o direito de ir e vir, vale ressaltar que a clausura, na maioria das vezes, forçada, poderia durar pela vida inteira.

A compreensão de elementos que integram a análise filológica de manuscritos, tais como os aspectos diplomáticos, paleográficos e codicológicos, presentes no documento editado, bem como a opção por uma tipologia editorial de natureza conservadora contribuíram para ampliar as

possibilidades de acesso às fontes manuscritas, permitindo o desenvolvimento de outros estudos, sejam os de natureza linguística, sejam outros quaisquer que utilizem fontes do mesmo período; ratificando a necessidade da aplicação de metodologia específica para toda investigação que utilize manuscritos como *corpus* de análise, o que reafirma a importância dos estudos filológicos para a exposição e a difusão do conhecimento acerca da cultura escrita, por meio da recuperação e circulação de documentos em geral.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L.M. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: HUCITEC: Fapesb, 2004.

ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: Mulheres da colônia (estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste: 1750-1822)*. 1993. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

AZZI, R. *Razão e fé: o discurso da dominação colonial*. São Paulo: Paulinas, 2001.

BELLOTO, H. L. *Como fazer uma análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

BORGES, R.; SOUZA, A. S. Filologia e edição de texto. *In: BORGES, R. Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

PORTUGAL, J. F. [*Narra extraordinária devassidão das mulheres casadas da Cidade da Bahia e lhe cita os mais escandalosos casos de adultério*]. Destinatário: Rodrigo de Souza Coutinho. [Salvador], [18--]. DOC. 21100. Cx. 108. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_ba_ca&pagfis=52601. Acesso em: 25 nov. 2018.

CHARTIER, R. *A História cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

CONCEIÇÃO, L. R.; PEREIRA, N. S. S. A construção da imagem da mulher na Bahia colonial. In: ENECULT, 15., 2019, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: [UFBA], 2019. v. 1, p. 27. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111708.pdf>. Acesso em: 4 set. 2019.

CONSTITUICOENS Primeyras do Arcebispado da Bahia. Organizadas por Dom Sebastião Monteiro da Vide, 1702. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, P. 196-215, 2015.

FLEXOR, M. H. O. *Abreviaturas*: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GONZÁLEZ ANTÍAS, A.; DURAND, G. *Paleografía Práctica* - Su aplicación en el estudio de los documentos históricos venezolanos. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1992.

MATTOS E SILVA, R. V. (org.). Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2001. p. 553-555. (Coleção Primeiros Estudos, v. 2). Tomo 2.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da Linguística histórica*: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.

PEREIRA, N. S. Recolhimentos femininos na Bahia colonial: interfaces entre Filologia e História cultural. In: TEIXEIRA, M. C. R.; QUEIROZ, R. C. R. (org.). *Língua, cultura e sociedade*: abordagens filológica, lexicais e discursivas. Salvador: EdUNEB, 2019. p. 17-33.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SANTOS, E. S.; BARBOSA, G. M. O.; BRITO, R. C. *et al.* Gênero textual carta e ensino: considerações sobre a tradição epistolar. *A cor das Letras*, Feira de Santana, v.19, n.3, p. 190-200, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/2043/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SILVA, M. B. N. Mulheres brancas no fim do período colonial. Biblioteca Digital da Unicamp. *Cadernos Pagu*, Campinas, p.75-96, 1995. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=50919>. Acesso em: 29 jul 2020.

SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

SOUZA, R.M. S.; PEREIRA, N. S.S. Práticas culturais na Bahia colonial: o recolhimento de mulheres adúlteras. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 697-708, 2018.

SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix: EdUSP, 1977.

TELLES, C.M.; LOSE, A. D. Qual edição e o que editar. *A cor das Letras*, Feira de Santana, v. 18, n.3, p. 271-293, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1863/pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VILELA, M. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra. Almedina, 1994.

NÃO ME CHAME PELA COR: ESCOLARIZAÇÃO ELEMENTAR E DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA NAS PROVÍNCIAS DE SERGIPE DEL REY E DA BAHIA NO SÉCULO XIX

Patrícia Vilela da Silva

Álvaro César Pereira de Souza

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar resultados de duas pesquisas sobre o processo de escolarização no século XIX. A primeira trata da escolarização na província de Sergipe del Rey; a segunda, na província da Bahia – na Freguesia da Vila de Jacobina. Nessas pesquisas, se evidencia o papel da escolarização relacionada às questões demográfico-étnicas, tendo como diretrizes teóricas os estudos sobre a constituição da História Social Linguística do Português Brasileiro e da História Social da Cultura Escrita.

Para recuperar a sócio-história linguística do PB, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) propõe, como hipótese de trabalho, quatro campos de pesquisa, dos quais o campo (a) é o que se alinha aos objetivos dos trabalhos referidos. Nesse campo (a), a autora entrevê duas vertentes, a primeira, referente

à recuperação da articulação entre fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e fatos das prevalências e desaparecimento das línguas [...]; [a segunda é a] reconstrução da história da escolarização no Brasil, que Houaiss formula como a penetração da língua escrita [...]. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58)

Mattos e Silva (2004, p. 59) considera que o fator demográfico histórico, “embora não explique em si problemas linguísticos, é um indicador de peso para interpretar os processos linguageiros ocorridos no Brasil”.

Assim, as pesquisas desenvolvidas em Sergipe Del Rey e na Bahia, na Vila de Jacobina, vão apresentar dados demográfico-étnicos e da escolarização, na primeira metade do século XIX, mais propriamente, na década de 40. Quem frequentava as escolas públicas? Quantos frequentavam? Que mais outros dados levantados revelam sobre a escolarização e essas localidades?

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira parte trata da escolarização na província sergipana, sua configuração demográfica, e acesso às aulas por indivíduos de cor. A segunda parte trata da escolarização na província da Bahia e de alguns dados referentes à sua configuração escolar, no que concerne à presença de pessoas de cor. Esses são estudos sobre a penetração da língua escrita por meio do processo de escolarização e visam contribuir para a reconstituição desse processo e para a reconstituição da história do PB

2 A DESCENTRALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ATO ADICIONAL DE 1834 E O CONTEXTO SERGIPANO: BREVES NOTAS

A institucionalização do ensino de primeiras letras deu-se por meio da Lei Geral de 15 de outubro de 1827, que determinava, dentre outras coisas, o atendimento às vilas e lugares mais populosos do Império do Brasil, além de oficializar a profissão docente no país, selecionando mestres e mestras por meio de concursos públicos, bem aos moldes do Alvará Pombalino de 1759. Nessa mesma lei, estabeleceu-se o ensino da gramática nacional, ou seja, o ensino da língua portuguesa como um dos componentes dos saberes rudimentares, essenciais à formação básica das crianças.

Durante sete anos estiveram o ensino primário e secundário sob a guarda do governo central, até que, em 1834, decidiu o mesmo governo que passaria às mãos das províncias a responsabilidade de sistematizar e gerir o

ensino elementar, mantendo-se o ensino secundário e os preparatórios para os exames de admissão ao ensino superior sob o controle governamental. Sendo assim, coube às Assembleias Legislativas Provinciais tomarem para si a incumbência de alfabetizar e instruir os seus pequeninos, trabalho árduo para muitas das províncias do país, uma vez que nem todas gozavam de boa saúde econômica. Este foi o caso, por exemplo, da Província de Sergipe del Rey, a qual estivera ligada politicamente à da Bahia até 8 de julho de 1820, quando então se tornou independente.

Tendo sido por praticamente toda a sua existência uma região agrária, a Província de Sergipe del Rey, mesmo após a sua desvinculação política, continuou extremamente dependente do cultivo de algodão, da cana de açúcar e da produção de carne bovina. A maior parte de sua população, cerca de 70% (NUNES, 1984), era mestiça, pobre e analfabeta, em sua maior parte. Vivia a população em um modelo social “quase feudal”, como se pode inferir das palavras de Maria Thetis Nunes (2000, p. 25) ao dizer que:

[...] a precariedade dos núcleos urbanos marcou a vida colonial sergipana. Em decorrência das atividades agrícolas e da pecuária a que se dedicavam, os moradores viviam nas casas grandes dos engenhos e fazendas, nas modestas habitações dos sítios, ou nas choupanas, casebres e senzalas erguidas nas proximidades das residências dos senhores.

Luiz Mott (1986) confirma o que diz Thetis Nunes (2000) sobre a caótica situação social sergipana ao comentar, a partir dos dados que levantou em suas pesquisas, a configuração demográfica de Sergipe del Rey pós-colonial, no ano em que se promulgaria o Ato Adicional (1834). Segundo o autor,

Os brancos, que constituíam a elite do poder, representam apenas 18,8% do total da população. Considerando que para todo o Império do Brasil, em 1830, os brancos representam 25 por cento do total da população, concluímos que em Sergipe a minoria branca era ainda em número mais reduzido.

Os “não-brancos” constituíam, por conseguinte, a grande maioria da população: 81,2 por cento. Havia, em média, 4 pessoas “de cor” para cada branco. Os problemas de ordem social e as neuroses coletivas no relacionamento da minoria branca dominante com a maioria de cor dominada são realidades fáceis de se imaginar [...].

Dentro do grupo dos não-brancos, o dos pardos era o mais numeroso: 44 por cento dos sergipanos descendiam em maior ou menor grau do caldeamento de brancos e pretos. Tendência que reflete a antiguidade da importação de africanos para esta área nordestina e igualmente o alto índice de miscigenação.

Os pretos constituíam 36,3 por cento dos moradores da Província de Sergipe. Difícil saber se a porcentagem destes que eram nativos d'África e qual a dos nascidos no Brasil: não conseguimos encontrar nenhum registro que fornecesse tal informação para toda população negra. Quando muito, através de fontes indiretas, como testamentos e inventários, podemos fazer uma estimativa aproximada de que já nos inícios do século XIX os crioulos constituíam mais da metade, talvez mesmo 2/3 dos negros de Sergipe.

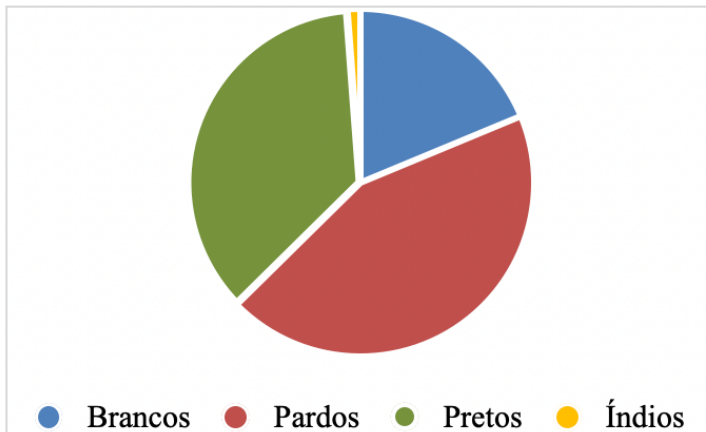
O grupo étnico menos numeroso e já nesta época com nítidos sintomas de destribalização era o dos índios: estes constituíam apenas 0,90 por cento dos moradores da Província (1.516 indivíduos). Se atentarmos para o fato de que no final do século XVI existiam aproximadamente 20.000 índios nas terras de Sergipe-del-Rei, concluímos que o processo de depopulação de tais aborígenes já ia adiantado, resultando atualmente na inexistência de grupo indígena neste estado. (MOTT, 1986, p. 49-50)

Percebe-se, com nitidez, a partir das afirmações de Nunes (2000) e Mott (1986) o estado em que se encontrava Sergipe, desde os primórdios, posto que o que se evidencia na década de 30 do oitocentos é já o resultado de um longo processo de sucumbência social da província. Do ponto de vista étnico-demográfico, esses dados gerais serão confirmados, em proporção, na década seguinte, com referência à população livre, como será visto. No concernente

à escolarização, o *status quo* não era nem um pouco alvissareiro. Muitos eram os relatos nos relatórios dos diretores e inspetores da instrução pública acerca da má qualidade dos professores, das péssimas condições de trabalho, especialmente no tocante aos espaços (escolas) inadequados ao quantitativo de alunos, a quem se pretendia ensinar por meio do método de Lancaster. Baixos salários e falta de insumos eram outros pontos correntemente mencionados nos mesmos relatórios provinciais.

Nesse contexto tão desfavorável, em que carecia de tudo a Província de Sergipe del Rey, sobrevivia uma massa humana que, embora majoritária do ponto de vista demográfico, estava alijada de direitos básicos, entre eles a educação. No ano do Ato Adicional, assim se configurava a sociedade sergipana, segundo a cor, conforme nos apresenta Mott (1986):

Gráfico 1 – Divisão da População de Sergipe segundo a cor (1834)



Fonte: adaptado de Mott (1986).

Contava Sergipe del Rey, no ano de 1834, 160.452 almas, sendo a maioria esmagadora composta por pardos e pretos que, somados, chegava a 80,3%, ou seja, 128.925 indivíduos de cor para apenas 30.011 brancos e outros ínfimos 1.516 indígenas. Da população de pardos e pretos, Mott (1986) traz a seguinte distribuição, conforme se apresenta no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Situação jurídico-social dos pardos e pretos de Sergipe (1834)

| | Pardos | | Pretos | |
|-----------------------------|---------------|------|---------------|------|
| | Número | % | Número | % |
| Ingênuos¹ | 43.718 | 61,9 | 15.288 | 26,2 |
| Libertos | 11.748 | 16,6 | 10.359 | 17,8 |
| Cativos | 15.251 | 21,5 | 32.561 | 56 |
| Total | 70.717 | 100 | 58.208 | 100 |

Fonte: adaptado de Mott (1986).

Do Quadro 1 acima, podemos atestar um grande número de indivíduos de cor que já se encontrava livre, 81.113 pessoas, entre pretos e pardos, incluindo os ingênuos, ou seja, quase 62% da população não branca já não era mais escravizada.

Assim, era de se imaginar que, em uma sociedade eminentemente mestiça, seus indivíduos tivessem acesso às escolas públicas em maior número do que sua contraparte branca. Esse seria um raciocínio lógico, uma questão meramente matemática. Não é isso, porém, que os mapas da instrução pública de 1849/1850 nos informam, lamentavelmente. Vejamos, primeiramente, a configuração étnico-demográfica da população livre de Sergipe, conforme mapa de 1850, referente ao ano de 1849, no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – População Livre de Sergipe no ano de 1849

| Homens | | | | Total de Homens | Mulheres | | | | Total de Mulheres | Total Geral |
|---------------|--------|--------|--------|------------------------|-----------------|--------|--------|--------|--------------------------|--------------------|
| Branco | Pardos | Pretos | Índios | | Branco | Pardas | Pretas | Índias | | |
| 19.786 | 33.299 | 8.233 | 726 | 62.044 | 23.756 | 42.014 | 9.170 | 759 | 75.699 | 137.743 |
| 14,36% | 24,17% | 5,97% | 0,52% | 45,04% | 17,23% | 30,5% | 6,66% | 0,55% | 54,96% | 100% |

Fonte: adaptado de Sergipe:
Falla do Presidente Amancio João Pereira de Andrade (1850).

1 Filhos de escravos que nasciam livres.

Observe-se que o somatório de brancos e brancas é praticamente o equivalente à quantidade apenas de pardas (31,59% x 30,5%), o que ilustra bem a inferioridade numérica de brancos em relação aos indivíduos de cor em Sergipe del Rey, nesse período. Mesmo assim, como se vê no Quadro 3 a seguir, o acesso à escolarização é maior entre os brancos:

Quadro 3 - Distribuição da comunidade estudantil sergipana por cor (1849) %

| Meninos | | % | Meninas | | % |
|---------------------------|-------|----------|----------------|-----|------------|
| Brancos | 822 | 39,57 | Brancas | 227 | 10,93 |
| Pardos | 771 | 37,12 | Pardas | 129 | 6,21 |
| Pretos | 116 | 5,58 | Pretas | 12 | 0,51 |
| Total | 1.709 | 82,27 | Total | 368 | 17,73 |
| Total Geral: 2.077 | | | | | 100 |

Fonte: adaptado de Falla que dirigio a Assembleia Legislativa [...] (1850).

O Quadro 3 permite-nos ver com facilidade o baixo acesso dos indivíduos de cor à escola pública no ano de 1849 e, conseqüentemente, à cultura escrita, mormente os pretos e pretas. Embora o percentual de brancos e brancas fosse bem menor em relação ao dos de cor, no que se refere à população total livre de Sergipe, aqueles tiveram acesso à escolarização em maior número do que estes. Esse resultado pode ser verificado, comparando-se o total de não-brancos com o total de brancos.

Segundo o mapa, apenso ao relatório do diretor geral da instrução pública, que tratava da situação da instrução em Sergipe, no ano de 1849, e discutido na Assembleia Legislativa Provincial no início de 1850, havia 39 cadeiras de primeiras letras, sendo 26 destinadas a meninos e 13 a meninas. A proporção, em percentual, de cadeiras para os meninos era de 66,66%; para as meninas, 33,34%. Se, hipoteticamente, considerássemos uma distribuição igualitária entre brancos, pardos e pretos, teríamos, para meninos, um

percentual de 22,22% para cada etnia e, para meninas, um pouco mais de 11,11% para cada uma destas etnias.

O que se nos apresenta no Quadro 3 acima é um percentual bem maior para meninos brancos e pardos – 39,57% x 37,12%, respectivamente – e muito menor para meninos pretos (5,58%). Já para as meninas, o percentual para brancas está praticamente dentro da proporção (hipotética) de 11,11%, chegando a 10,93%. O mesmo não se confirma, porém, entre as pardas (6,21%) e pretas, com ínfimos 0,51%. O que os dados deixam entrever é o caráter excludente da instrução pública para os não-brancos, mesmo tendo sido o percentual de pardos que tiveram acesso à escola próximo àquele observado no dos brancos.

3 AS CORES DOS ALUNOS E ALUNAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA FREGUESIA DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DA JACOBINA

Cynthia Greive Veiga (2008, p. 502) afirma que “a escola pública elementar do século XIX foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças”. Com os ideais de instruir e civilizar o povo, a escola representava a instituição autorizada a executar essa tarefa, atendendo aos “não-civilizados”. Essa constatação contraria o entendimento de que os negros estariam privados de frequentar as aulas públicas,² pois, na verdade, a exclusão se aplicava a pessoas escravizadas, visto que não gozavam da cidadania brasileira, mas não alcançava pessoas livres, ainda que pretas, pardas, crioulas ou cabras.

Alguns trabalhos que investigam a presença dos negros nas aulas públicas de primeiras letras, no período imperial do Brasil, têm corroborado para confirmar essa premissa. Especificamente a respeito da província da Bahia, Ione Celeste J. de Sousa (2013) analisou a presença de sujeitos negros nas aulas públicas, elementares ou de primeiras letras, registrada nos mapas

2 SuryaAaronovich Pombo de Barros (2017) esclarece que nas províncias do Rio de Janeiro e de São Pedro do Rio Grande do Sul, de fato, foram promulgadas leis que proibiam pretos africanos, ainda que livres e libertos, de frequentarem a escola, o que contribuiu para a perpetuação do entendimento equivocado de que, no século XIX, os negros eram privados do acesso à escola pública em todo o Império.

elaborados por professores e inspetores escolares, de diferentes localidades,³ entre 1840 e 1850, com o intuito de esclarecer que a escolarização foi vivenciada também pelos negros, em busca das habilidades de ler e escrever. De igual modo, José Carlos de Araújo Silva (2016), ao analisar uma aula de primeiras letras, na cidade de Salvador, nos anos de 1844 e 1845, constata a presença da maioria dos alunos classificados como pardos e crioulo, em um dos casos, a totalidade.

Nesse sentido, tem-se o propósito de analisar o perfil dos sujeitos que tiveram acesso a práticas de leitura e escrita, no contexto da escolarização, na Vila de Santo Antônio de Jacobina (BA),⁴ no século XIX, a partir de um *corpus* constituído por três mapas de frequência escolar, produzidos por professores de primeiras letras, na década de 1840. Questiona-se: qual a cor/etnia dos discípulos e discípulas que frequentavam as aulas públicas da vila de Santo Antônio da Jacobina, no século XIX?

Os mapas de frequência eram documentos produzidos pelos professores e encaminhados ao presidente da província, ao final de cada ano. Mais do que o cumprimento de uma tarefa, esses registros tinham outras funções, como a de justificar a existência da escola, conforme número de discípulos que frequentavam as aulas e a de comprovar o exercício docente. Acrescente-se, ainda, que esses documentos elaborados pelos professores se tornaram bastante eficientes na caracterização, classificação e hierarquização da população escolar, conforme acentua Diana G. Vidal (2008).

Os três mapas referidos acima, produzidos pelos professores da Freguesia da Vila de Jacobina, nos anos de 1846, 1847 e 1849, foram localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), seção colonial e provincial. Esses mapas dizem respeito às aulas de primeiras letras da classe de meninos, do Professor Estanislão José Gomes, e da classe de meninas, da Professora Maria da Glória Figueiredo.

3 A pesquisadora selecionou mapas representativos de algumas regiões da Província da Bahia, entretanto, não identificamos dados referentes às escolas existentes na Comarca de Jacobina.

4 A Freguesia de Santo Antônio da Jacobina foi criada em 1752 e se caracterizava pela descoberta de minérios preciosos.

Quanto à estrutura dos mapas de frequência analisados, constatamos que se trata de manuscritos produzidos em folhas avulsas, contendo, em geral, um documento identificado com o nome da classe/freguesia, nome do professor e ano em que foi produzido, seguido de um quadro composto por vários campos a serem preenchidos. As informações apresentadas sobre os alunos dizem respeito às seguintes categorias analíticas:⁵ 1) contabilidade: número de estudantes inscritos; 2) identificação: nome, idade, cor e vacina dos alunos; nome e profissão/ocupação dos pais e o tipo de filiação; 3) gestão: data de matrícula e número de faltas; 4) avaliação pedagógica, social e comportamental:⁶ leitura, escrita, cálculo, gramática, costura – na classe de meninas – e observações.

Posto isso, antes de se proceder à análise dos mapas, é preciso problematizar a variedade de cores, pois a classificação, neste caso, parece ser bastante subjetiva. Como serão vistos, os registros realizados pelos professores dizem respeito aos brancos e não-brancos; aos não-brancos, relaciona-se uma profusão de cores, como: pardos, pretos, cabras e crioulos; e os semibrancos, uma qualidade inusual.

A esse respeito, ao realizar uma análise lexical das qualificações crioulo, mulato e pardo, Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida et al.(2017) mostram que, considerando-se a variação de tonalidades, criaram-se os termos “cabra”– para indicar a pele mais escura – e “parda”– para indicar a tonalidade mais clara. Alexia “pardo” sofreu um deslocamento de sentido no século XVIII, passando a compreender o campo condições, que o afastava do passado escravo e dizia respeito aos sujeitos nascidos de escravos libertos, portanto, livres. Sobre esse termo, os autores apresentam três significações:

[...] a primeira para designar uma pigmentação de pele mais clara, entre branco e preto; a segunda para indicar uma nova geração de descendentes de escravos nascidos livres no Brasil

5 A classificação de cinco categorias analíticas foi proposta por Vidal (2008) e dizem respeito a: contabilidade, identificação, gestão e avaliação pedagógica e avaliação social e comportamental.

6 Nesse caso, entendemos que “avaliação pedagógica” e “avaliação social e comportamental” compreenderiam uma só categoria analítica, visto que, por vezes, os professores utilizam o campo de observações para realizar todas essas avaliações.

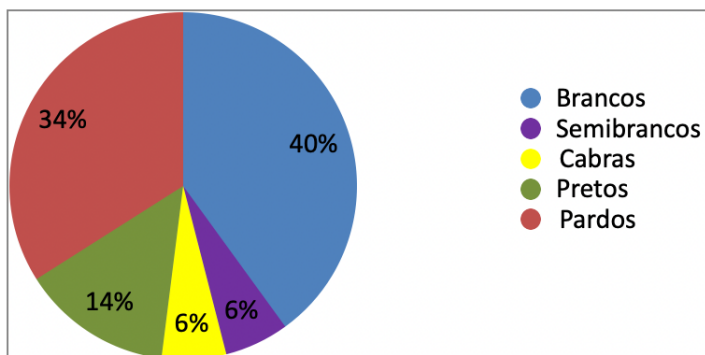
e a terceira como um diferenciador social, caracterizando os filhos de brancos com negros de boa índole e comportamento digno. (ALMEIDA et al., 2017, p. 168)

Sobre o termo “semibrancos”, para designar a cor/etnia das pessoas, foi possível constatar que, apesar de não ser habitualmente explorado pela historiografia, alguns trabalhos relacionados ao século XIX revelam que havia a designação para se referir àqueles que possuíam alguma ascendência africana, sendo, portanto, considerados não-brancos. Numa escala social, os semibrancos ocupavam uma posição mais próxima dos brancos do que dos pardos.

Almeida e demais autores (2017) revelam que, mais do que uma variação de cor, esses termos designavam a identidade social dos sujeitos. Ancorados nos estudos de Paiva, os autores ressaltam que esta classificação, quanto às qualidades do sujeito, tinha um caráter subjetivo, visto que dependia do olhar individual daquele que o fazia, baseando-se, por vezes, em conveniências sociais. Ademais, tais qualidades baseavam-se em traços fenóticos, origem familiar e condições sociais, com o propósito de classificar, diferenciar e hierarquizar os indivíduos.

Assim, postos esses princípios, serão apresentados a seguir os gráficos elaborados de acordo com os dados coletados, nos mapas de frequência das classes de primeiras letras, da Freguesia da Vila de Jacobina, nos anos de 1846, 1847 e 1849.

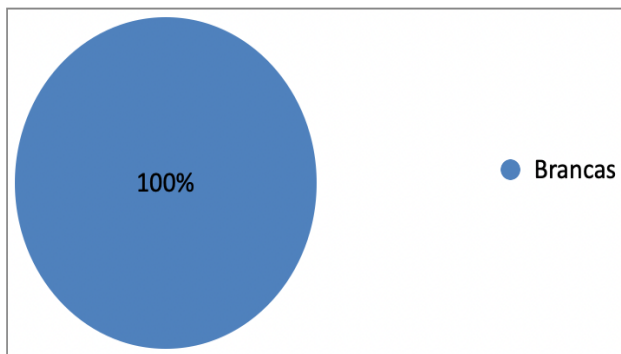
Gráfico 2 - Classificação por cor – Classe de meninos da Freguesia da Villa de Santo Antônio de Jacobina (1846)



Fonte: adaptado de Associação dos Procuradores do Estado da Bahia ([18--a).

A classe de meninos da Freguesia da Vila de Jacobina, em 1846, era formada por 50 alunos, e, como pode ser constatado no Gráfico 2, o número de brancos era superior às outras “qualidades”, correspondendo a um percentual de 40%, o que equivale a 20 indivíduos. Em seguida, com 34%, encontram-se aqueles classificados como de cor parda, o que corresponde ao número de 17 alunos. Nota-se que a diferença entre brancos e pardos é de apenas três, ou seja, 7% do número total de estudantes, o que é relativamente pequeno. Ademais, se somados os não-brancos, ou seja, os indivíduos classificados como pretos (sete), cabras (três), semibrancos (três) e pardos (17), esse número alcança 27, o que representa 60% dos estudantes. Com isso, podemos dizer que a maioria de indivíduos que frequentava aquela aula era constituída por não-brancos.

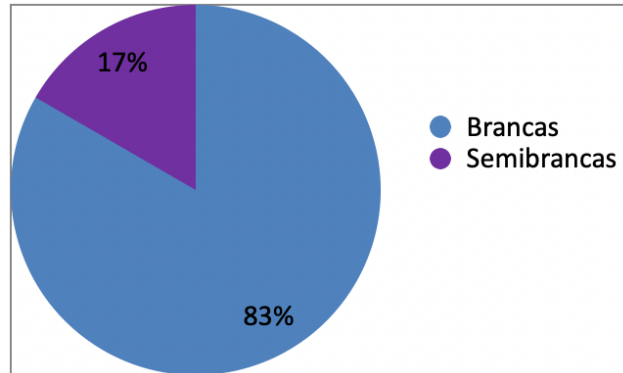
Gráfico 3 - Classificação por Cor - Classe de Meninas
- Freguesia da Vila de Santo Antônio da Jacobina -1847



Fonte: adaptado de Associação dos Procuradores do Estado da Bahia ([18--b]).

Em 1847, ano em que foi criada a primeira escola de meninas da Freguesia da Vila de Jacobina, o grupo era constituído por 25 alunas. Como se vê, no Gráfico 3, essa aula não apresentava a mesma “variedade de cores”, isto é, de etnias revelada na escola de meninos. Isso porque todas as estudantes são classificadas como de cor branca.

Gráfico 4 - Classificação por Cor - Classe de Meninas
- Freguesia da Vila de Santo Antônio de Jacobina - 1849



Fonte: adaptado de Associação dos Procuradores do Estado da Bahia ([18--b]).

Na escola de meninas, em 1849, eleva-se para 36 o número de estudantes inscritas nas aulas de primeiras letras. Dessas, 30 são classificadas como de cor branca, o que representa 83% do número de alunas, e seis de cor semibranca, com o percentual equivalente a, apenas, 17%.

Os dados apontados nos gráficos são reveladores de que havia uma diferenciação no perfil étnico-racial dos estudantes inscritos nas aulas públicas de primeiras letras na Freguesia da Vila de Jacobina, ao menos, na década de 1840, marcada pela característica de gênero. Nesse sentido, com o propósito de elucidar melhor os dados apresentados nos gráficos, por meio do cotejo entre outros campos que compõem a categoria identificação, como tipo de filiação e ocupação/profissão dos pais, tornou-se possível depreender um número maior de variáveis identitárias desses sujeitos. Assim, constatou-se que:

- Todas as alunas são apresentadas como filhas legítimas, incluindo, também, aquelas definidas como de cor/etnia semibranca;
- No caso dos meninos, todos os de qualidade brancasão filhos legítimos, no entanto, a maior parte, caracterizados com a cor/etnia parda, cabra ou pretasão ilegítimos e/ou órfãos de pai;

- Quanto à ocupação/profissão dos pais, as meninas são filhas de negociantes, proprietários ou funcionários públicos;
- Em relação aos meninos, dos 30 não-brancos, oito são filhos de negociantes e, os demais, filhos de costureiras, lavradores e sapateiros.

A classe de meninos se constitui como reveladora de uma “profusão de cores”, predominando o número de indivíduos não-brancos, distribuídos por uma classificação que diferenciava semibrancos, pardos, pretos e cabras. Muitos desses estudantes pertenciam a grupos familiares⁷ monoparentais, foram caracterizados como filhos ilegítimos e com baixa renda. De fato, nesse caso, a escola pública atendia a um grupo social desfavorecido.

Essa constatação ratifica o argumento de Veiga (2008, p. 505-506) de que, no século XIX, “o discurso civilizador destinava-se àqueles que, na percepção das elites careciam de civilização” e ainda que “a escolarização do povo apresentou-se como uma condição de homogeneização cultural; a institucionalização das aulas/cadeiras de instrução pública elementar não teve como alvo os filhos da elite branca”.

Com base em uma pesquisa a respeito da escola pública na província de Minas Gerais, no século XIX, Veiga mostra que as famílias abastadas preferiam manter os seus filhos em instituições particulares, tendo em vista a qualidade de ensino ofertado pelo Estado. Desse modo, apesar de não termos dados que atestem essa possibilidade, considerando as características de uma sociedade exclusivista, é possível conjecturar que, aos meninos da Vila de Jacobina, havia também outras possibilidades de acesso à cultura do escrito, como a contratação de mestres para ministrar aulas particulares.

As aulas públicas de primeiras letras ofertadas às meninas na Vila de Jacobina eram exclusivas às brancas ou, ainda que semibrancas, abastadas e filhas legítimas. Desse modo, o acesso à escolarização não alcançava as meninas

⁷ Adriana Maria Paulo da Silva (2007), ao investigar sobre o perfil dos alunos públicos de primeiras letras em Pernambuco, no século XIX, mostra que havia uma seletividade que considerava a formação familiar dos estudantes, privilegiando aqueles com uma estrutura familiar tradicional.

desfavorecidas economicamente, pelo menos no período estudado. É possível que essa escola fora criada para atender às famílias ricas, pois, conforme nos lembra Guacira Lopes Louro (2001, p. 445), “[...] as meninas das camadas populares estavam, desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas”.

O acesso à cultura do escrito, por meio da escolarização, na Freguesia da Vila de Santo Antônio da Jacobina, na década de 1840, se caracteriza de forma distinta, ora atendendo a interesses exclusivos de uma elite branca, e, portanto, de caráter excludente, ora possibilitando a negros e pobres a aprendizagem das habilidades de ler, escrever e fazer contas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao demonstrar a presença de uma parcela de indivíduos não-brancos na escola pública, não se pretende negar as desigualdades de acesso ao escrito e aos processos de escolarização que marcaram – e marcam – essa população, denominada de cor, mas apontar para a possibilidade de novos questionamentos que esses dados revelam, dentre eles, as condições e a permanência desses estudantes no universo escolar.

Ademais, os dados étnico-raciais que caracterizaram a população escolar no século XIX, na província de Sergipe del Rey e na Vila de Santo Antônio de Jacobina, no sertão baiano, abordados neste trabalho, contribuem para a compreensão da história social linguística do Brasil, na medida em que revela a diversidade de sujeitos que, pela via da escolarização, tiveram acesso à cultura escrita.

Do que se pôde colher dos mapas enviados por professores e professoras de primeiras letras a seus diretores da instrução pública, e depois remetidos às respectivas Assembleias Legislativas Provinciais, ficou-nos evidente, nessa diversidade de sujeitos, a disparidade entre brancos e não-brancos que efetivamente frequentavam as escolas, sendo muito baixa a participação

dos chamados indivíduos de cor, especialmente no tocante a alunas negras, quando comparadas a brancas e pardas.

Por fim, independentemente da multiplicidade de classificações étnicas atribuídas a esses indivíduos de cor, particularmente na Província da Bahia, já que tal não se repetiu em Sergipe, o fato é que as condições socioeconômicas desses indivíduos, com algumas exceções, os impediu de ter igual acesso à instrução pública e, conseqüentemente, à cultura do escrito. A condição socialmente subalterna de pretos, pardos, semibrancos, cabras etc., bem como a pouca oferta de cadeiras para a instrução pública elementar, foram, sem dúvida, complicadores para que a maior parte desses sujeitos pudesse ter tido acesso à cultura escrita.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.A.R.; AMORIM, A.M.;VAZ, V. A.S.S.et al. Mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista. In: PAULA, M.H.; SANTOS, M.P.; PERES, S.M. Perspectivas em estudos da linguagem. São Paulo: Blucher, 2017.p.159-170.

ALVARÁ régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime. Memória Unicamp, São Paulo, 1759. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx13.html>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DA BAHIA. Maço 3997– Mapa De Aluno (1844-1846). [Bahia: s. n.], [18--a]. Arquivo Público do Estado da Bahia – Apeb. Seção Colonial E Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3997.

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DA BAHIA. Maço 4000– Mapa De Aluno (1845-1863). [Bahia: s. n.], [18--b]. Arquivo Público do Estado da Bahia – Apeb. Seção Colonial E Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 4000 – Ensino Elementar.

BARROS, S. A.Pombo de. Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX). 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, p. 71-73, 15 out. 1978. (Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827- Parte primeira).

FALLA que dirigio a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura de sua Sessão Ordinaria no 1º de março de 1850 o Exm. Snr. Presidente Amancio João Pereira de Andrade. Sergipe: Typographia Provincial, 1850.

LOURO, G.L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.). História das mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOS E SILVA, R.V. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: MATTOS E SILVA, R.V. Ensaio para sócio-história do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2004. p. 43-67.

MOTT, L.R. B. Sergipe del Rey: população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986.

NUNES, M. T. História da educação em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

NUNES, M. T. Sergipe Provincial I: 1820-1840. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000

SILVA, A. M.P. Processos de construção da escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Recife: Ed. UFPE, 2007.

SILVA, J. C. A. Brancos, pardos, cabras e crioulos, ou apenas pardos e crioulos? Uma aula pública de primeiras letras na cidade do Salvador em meados do século XIX. Revista África(s), [São Paulo], v.3, n. 5, p. 169-181, 2016.

SOUSA, I.C.J. Pobres e negros nas aulas públicas – província da Bahia – 1842/1850. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 7., 2013, Cuiabá. Anais[...]. Cuiabá, 2013. v. 1, p.1-13 Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/POBRES%20E%20NEGROS%20NAS%20AULAS%20PUBLICAS%20-%20PROVINCIA%20DA%20BAHIA-1842-1850.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

VEIGA, C.G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], v. 13, n. 39, p. 502-516, 2008.

VIDAL, D.G. Mapas de frequência e escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 42-67, 2008.

O FATOR ESCOLARIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E OS AGENTES ESCOLARIZADORES NA BAHIA DO SÉCULO XIX

Adilson Silva de Jesus

Carolina Antonia Silva Trindade

Erick Nunes Santos

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

1 INTRODUÇÃO

A complexidade da formação sócio-histórica linguística do Brasil tem desafiado especialistas da língua a reconstruírem-na. A passagem do país da condição de multilíngue, de forma generalizada, até o final do século XVII, para a homogeneização linguística, predominando a língua portuguesa, através do longo processo que se inicia a partir do século XVIII, precisa ser melhor compreendida. Nesse contexto, a penetração da língua escrita é um fator relevante a ser recuperado, e é nele que se conjuga o trabalho do historiador da língua com o do historiador da cultura escrita.

Para a reconstrução da história da escolarização da língua portuguesa, na Bahia, como objeto de pesquisa, o caminho teórico escolhido foi o alinhamento dos pressupostos da História Social Linguística (MATTOS E SILVA, 2004; LOBO, 2003; LUCCHESI, 2017) com a História da Cultura Escrita. (CASTILLO GÓMEZ, 2003; PETRUCCI, 1999) A escolarização, aliada às sucessivas distribuições demográficas e ao processo de urbanização foram fatores que contribuíram para o estabelecimento e predomínio do português, e para a conseqüente polarização entre normas vernáculas e normas cultas. (MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2017)

As pesquisas que serão aqui apresentadas no âmbito da escolarização têm, como período recortado, o século XIX, na Bahia. Como objetivo, visamos a investigar o processo de escolarização das séries iniciais, apresentando diferentes experiências de práticas de ensino e de aprendizagem. Verificamos a posição social dos sujeitos, nos três públicos observados das pesquisas que vão se seguir: quem seria o agente formador? Quais seriam as práticas de alfabetização? Como seria o acesso ao escrito, proporcionando, em consequência, letramentos diversos? As diferenças reforçam, na história da Bahia e do Brasil, a ideia de que o acesso ao escrito ocorreu de forma desigual (MATTOS E SILVA, 2004), atingindo um público limitado e restrito; as diferenças também evidenciam o alto número de pessoas não alfabetizadas na sociedade brasileira, realidade que perdurou até finais do século XX. (FERRARO, 2002)

Apresentamos, a seguir, as três pesquisas sobre a escolarização na Província da Bahia, em contextos diversos, a saber: i) aula domiciliar em Bom Jesus dos Meiras, atual Brumado, com o caso da família Pinheiro Pinto; ii) aula para meninas no colégio associado ao Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes em Santo Amaro da Purificação; e iii) aulas para meninos, através do Método de Ensino Mútuo em Cachoeira. A avaliação qualitativa de fontes documentais e bibliográficas permitiu analisar verticalmente os contextos de ensino da língua portuguesa e os seus agentes, e relacioná-los à realidade da instrução pública na Província da Bahia no oitocentos.

2 PENETRAÇÃO DA ESCRITA NO INTERIOR DA BAHIA OITOCENTISTA: O CASO DA FAMÍLIA PINHEIRO PINTO

Abordamos, nesta seção, a penetração da escrita na Bahia oitocentista, a partir da análise de um manuscrito, produzido por três pessoas da mesma família, entre 1796 e 1834, na Fazenda do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado. Trata-se do *Livro de Razão*,¹ documento de

1 O Livro da Razão Trata-se de um manuscrito produzido entre 1796 e 1838. Estará disponível em breve em: <http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html>.

caráter contábil, escrito por Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio Pinheiro Pinto e Miguel Joaquim de Castro Mirante, respectivamente pai, filho e genro. O nosso ponto de partida, para entender a forma como a leitura e a escrita penetraram no Campo Seco e o que tal prática pode nos revelar sobre a alfabetização na região interiorana da Bahia no oitocentos, são as informações fornecidas por Pinheiro Pinto sobre a educação de seu filho – Inocêncio. A primeira anotação sobre o tema foi feita em 1802, conforme a transcrição a seguir.

En traraõ naes cola de Tomas Jozé daCosta
Ino cen cio e Alexandre em 23 de Janeiro de1802²

Inocêncio e seu primo, Alexandre, entraram na escola do Mestre Tomas José da Costa. Nesse período, tinha o filho de Pinheiro Pinto com sete anos de idade, e o registro feito era justamente para depois efetuar o pagamento ao mestre. Anotação envolvendo a questão educacional só volta a aparecer, no livro, oito anos depois, em 1810, quando Inocêncio já tinha 15 anos, e passou a frequentar o estudo do Mestre Ignácio Ferreira da Silva.

Entrou meu
filho Inocencio
no es tudo do
Mestre Ignacio Ferreira
da Silva em 18
deMayo de1810³

A leitura de Santos Filho (2012), sobre a questão da alfabetização no Campo Seco, ressalta que, quando Inocêncio começou a estudar, no ano de 1802, já havia professores régios, na região da fazenda, porém não foi com esses professores que ele aprendeu as primeiras letras. Entretanto, Santos Filho (2012) não apresenta outros dados sobre o assunto abordado, o que nos levou a

2 Livro de Razão, p. 189 (transcrição feita pelos autores).

3 Livro de Razão, p. 1 (transcrição feita pelos autores).

investigar o perfil dos dois mestres citados por Antônio Pinheiro e os possíveis processos de escolarização coexistentes na região.

Os assentamentos de Pinheiro Pinto indicam uma prática muito comum entre a elite no século XIX, mas também revelam a ineficiência da Coroa em atender as localidades mais distantes do interior com aulas régias. Sobre esse aspecto, Silva (2006), ao descortinar a constituição do magistério régio baiano, explica que, após a realização do primeiro exame para a ocupação das cadeiras régias criadas a partir do Alvará de 1759, foi comum a solicitação individual ou coletiva de abertura de escolas nas localidades onde só existiam os professores particulares, pois a concentração de tais aulas era nas vilas do Recôncavo.

Ao verificar uma lista elaborada por Vilhena, contendo informações sobre professores, cadeiras e salários, na Bahia, em finais do século XVIII, identificamos o professor de gramática latina, Francisco Moniz Barreto de Aragão, residente na Vila do Rio de Contas, que foi preso em dezembro de 1798 por sua ativa participação na conjuração baiana, segundo Silva (2006).

No entanto, em 1801, um ano antes de o filho de Antônio Pinheiro iniciar seus estudos, Rio de Contas não contava com um professor de primeiras letras, pois José Caetano Simplicio Gomes, morador da referida vila, que exercia a função de pedreiro, enviou à Câmara o pedido para se empregar no cargo de professor dos meninos da vila, avisando às autoridades a existência da vaga, explicando, em sua solicitação, não existir “naquele mesmo lugar hum homem, que se queira sujeitar a ensinar ao numero de meninos, que ali há, a ler, escrever e contar e ainda a Sta. Doutrina [...]”. (SILVA, 2006, p. 133)

O fato é que coexistiram, na Bahia, da mesma forma que no resto do Brasil, conforme Vasconcelos (2004) e Faria Filho (2011), a rede de escolarização estatal e as aulas particulares, que aconteciam de diferentes maneiras. Sabendo que Inocêncio Pinheiro teve sua inserção no mundo das letras por meio de aulas particulares, é importante reconstituir a vida dos professores, como e onde essas aulas eram ministradas e o que se aprendia.

Rastrear pistas que nos conduzissem à elaboração do perfil dos mestres de Inocêncio não foi tarefa simples. Sobre o primeiro professor – Tomás José da Costa –, sabemos, por Santos Filho (2012), que era um professor particular e que devia morar em Caetité. A pesquisa, nos arquivos, não nos revelou outras informações sobre esse indivíduo. O que sabemos, portanto, é que Inocêncio e Alexandre frequentaram sua escola, e o assentamento de Pinheiro Pinto, no *Livro de Razão*, era, certamente, para posterior acerto de contas.

Em relação ao segundo professor – Ignácio Ferreira da Silva – mencionado no *Livro de Razão*, Frutuoso (2015) informa que residia em Rio de Contas, tinha uma atuação política intensa na vila, além de ministrar aula de gramática latina. Pelo seu testamento, descobrimos que era padre e faleceu em 1836, com aproximadamente 66 anos.

A respeito de onde e como as aulas particulares aconteciam, as informações do *Livro de Razão* não são específicas. Nas duas ocorrências, Antônio Pinheiro escreve “En traraõ naes cola de Tomas Jozé daCosta [e] Entrou meu filho no estodo do Mestre Ignácio Ferreira da Silva”.⁴ Observe que Pinheiro Pinto emprega o verbo “entrar” na escola e no estudo, não dá mais detalhes se os meninos iam à casa dos mestres ou se os mestres iam até a fazenda.

Se interpretarmos, literalmente, as palavras de Pinheiro, poderíamos afirmar que o modelo adotado no Campo Seco era o do Mestre-escola, no qual o aluno ia à casa ou ao local onde o professor ministrava as aulas. Entretanto, diante do poder econômico desse fazendeiro, conjecturamos que o professor particular tenha sido contratado para dar aula, na fazenda do Campo Seco, reproduzindo uma prática muito comum da elite, no período em análise, que continuou com Exupério Pinheiro, filho de Inocêncio, anos mais tarde. Relata Santos Filho (2012) que o neto de Antônio Pinheiro, para garantir a educação de seus nove filhos, contratou um professor e um sacerdote, que iam à fazenda, pela manhã, ministrar as aulas aos meninos e meninas, indistintamente, em um quarto do sobrado que foi transformado em sala de aula.

4 Livro de Razão, p. 189 (transcrição feita pelos autores).

Não há, entre as anotações de Pinheiro Pinto, referências ao ensino de primeiras letras à sua filha, Zeferina. Santos Filho (2012, p. 38) comenta que, “como antigamente a mulher não recebia instrução, nem mesmo a mais elementar, permanecendo sem saber ler e escrever, dedicada somente aos deveres e às obrigações domésticas”, somente ao menino foi concedido o direito de estudar. A pesquisa sobre as mulheres da família ainda revelou que, anos antes, Ana Francisca da Silva, avó de Inocêncio e Zeferina, não teve acesso à escolarização, como fica evidente no trecho de seu testamento “e pelo achar na forma que ditei *pedi ao mesmo Reverendo Vigário por mim assinasse por eu não saber escrever*. Bom Jesus do Campo Seco, 17 de Agosto de 1834. *Assina a rogo de Ana Francisca da Silva, o vigário Sabino Gomes de Azevedo*”. (SANTOS FILHO, 2012, p. 15, grifos nossos)

O estudo acerca da penetração da escrita, por meio da análise da família Pinheiro Pinto, embora seja um caso particular, permitiu-nos ampliar a lupa e ratificar um microcosmo do funcionamento da educação no interior da província. Os indícios confirmam que não houve uma educação verdadeiramente inclusiva e que, diferente dos grandes proprietários rurais, a maior parte da população não tinha condições de investir no acesso ao conhecimento das primeiras letras, ficando, dessa forma, à mercê do restrito investimento no ensino elementar, o que cerceou a possibilidade de uma vida melhor para esse grupo populacional, garantindo a permanência de ciclos de dependência e usurpação de direitos que têm reflexos até os dias atuais.

3 O COLÉGIO DE MENINAS DO RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DOS HUMILDES EM SANTO AMARO – RECÔNCAVO BAIANO

No Brasil, no âmbito da escolarização, até o século XIX, prevaleceu a instrução de mulheres no ambiente doméstico, possivelmente através de mestres particulares, homens ou mulheres. (VASCONCELOS, 2007) Há notícias de que alguns conventos ofertaram instrução básica, como ensino da

leitura e, por vezes, da escrita, direcionada às práticas religiosas, mas de modo assistemático. Embora a legislação só preveja a sua inclusão nas escolas de primeiras letras a partir da lei de 15 de outubro de 1827, no final do século XVIII para início do século XIX, a educação de meninas passa a ser concebida e ofertada em recolhimentos de mulheres, que assumiram essa nova função social diante das novas demandas decorrentes do processo civilizatório.⁵

A construção de um recolhimento de mulheres fora da capital da província é justificada pela importância e pelo poder que a elite do Recôncavo baiano representava no período colonial. Para compreender essa instalação, foram cotejadas fontes bibliográficas e documentais relativas à instituição, à região de Santo Amaro da Purificação, à Província da Bahia e aos outros recolhimentos fundados no Brasil. A análise qualitativa dos dados permitiu identificar que, embora o recolhimento tenha preservado características conventuais, houve também a configuração de um espaço escolar, diferente das aulas particulares comuns dirigidas a esse público.

O estabelecimento de instituições para escolarização de mulheres está associado, inicialmente, a problemas do mercado matrimonial, com a recorrente prática de envio de mulheres da elite para conventos europeus e, por vezes, brasileiros. Essa realidade, que visava à manutenção das riquezas e/ou preservação da honra das famílias abastadas, prejudicou a política demográfica (ALGRANTI, 1992), no setecentos, chegando ao ponto de D. João V estabelecer uma nova política, conforme alvará de 10 de março de 1732, de indeferir solicitações injustificadas de envio de mulheres para a clausura.

A proibição dessa prática, que as apartavam do convívio social, estimulou o estabelecimento de recolhimentos com novas funções sociais. Esses espaços se diferenciavam dos conventos, na medida em que não deveria haver imposição de hábito, e as mulheres poderiam ficar neles por apenas um período da sua vida. Diante do contexto político e da proposta civilizatória da época, para a fundação de novos recolhimentos, tornou-se obrigatório

5 Para compreender as influências dos ideais da revolução francesa, do iluminismo e do capitalismo para a formação dos sistemas nacionais de ensino, com ênfase na Bahia, ver: Silva (1999).

assumir a função caritativa e educativa. Destacamos, no entanto, que essa iniciativa revela objetivos menos explícitos de controle, disciplina e formação de trabalhador. (HILSDORE, 2014)

Essa situação se observa na longa trajetória para a fundação do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, no Recôncavo baiano. Foi o Padre Ignácio Teixeira dos Santos e Araújo quem construiu a igreja em 1793, e idealizou a construção de um convento. Em 1801, iniciou a tramitação dos documentos para obter autorização régia para sua criação. Entre as tentativas, inicialmente, houve a negativa do pedido. (LOSE; MAZZONI, 2016) Em seguida, mesmo após a mudança do projeto para a criação de um recolhimento, a desconfiança continuou, registrada no requerimento do padre, que, ao ser analisado pelo ministro e secretário de Estado da Marinha e Ultramar, em seis de novembro de 1807, informa “este instituto demanda/ grande cuidado, e parece con/ vento. Ouvir o Arcebispo/ Metropolitano”.⁶

Além dos imbróglis diante da proposta, foram exigidos bens para a sua manutenção, sem gerar despesas para a Coroa, e que assumisse finalidade pública, nesse caso, caritativa, com um orfanato e educandário. O seu público, conforme está na documentação para a criação do estabelecimento, seria composto principalmente por meninas órfãs pobres. Os resultados da pesquisa indicam, no entanto, que o seu público foi, principalmente, formado por meninas cujos pais puderam pagar pela educação. Após longo trâmite, o Recolhimento dos Humildes obteve a autorização oficial em 8 de dezembro de 1818, embora já estivesse funcionando.

Nos *Estatutos⁷ do Collegio de Educação de Meninas, denominado de Nossa Senhora dos Humildes fundado pela beneficencia de seus Devotos o Padre Ignacio dos Santos, e Araujo, eoutros em honra do Desagravo do Santissimo Sacramento na Villa de Santo Amaro da Purificação na Capitania da Cidade da Bahia no anno de 1813*, aprovado pela Mesa da Consciência em 11 de agosto de 1818, a concepção de educação

6 Requerimento do Padre Ignacio dos Santos e Araujo, residente na Villa de Santo Amaro da Purificação, no qual pede licença para fundar naquela villa um Recolhimento de mulheres arrependidas. Bahia, 12 de nov. 1807. AHU_CU_005-01, Cx. 151, D. 30.177- 30.179.

7 Faz-se referência “aos estatutos” por ser composto da Introdução e mais duas partes, mas será chamado, ao longo da discussão, de “estatuto” por se tratar de um documento apenas.

feminina incorpora os ideais de civilização, asseio e instrução. O objetivo final era tornar as mulheres úteis no processo civilizatório, no qual alcançariam a nova condição social de educadoras dos seus filhos.

Garantir a formação de meninas requeria do Recolhimento alguém que exercesse o cargo de mestra das primeiras letras, tendo as recolhidas assumido essa função. No capítulo 1º da parte segunda do Estatuto havia as seguintes exigências para que a mulher se tornasse recolhida e ocupasse cargos relativos ao educandário: ser branca; de “boa vida e costumes”; que soubesse ler, escrever, contar, coser e bordar; que não tivesse doenças crônicas ou contagiosas; que aceitasse ser nomeada para qualquer função; com idade entre 25 e 40 anos; que não tivesse tido bexiga (varíola) e fosse vacinada. Acrescentavam-se a essas exigências docilidade e paciência.

As recolhidas que assumiram as funções no educandário eram, portanto, brancas e ricas – filhas de militares, donos de engenhos, familiares do clero – e eram de regiões próximas a Santo Amaro da Purificação, como Oliveira dos Campinhos, Cachoeira, Coração de Maria. Das 15 registradas, de 1817 a 1866, apenas uma era da capital da província e em dois casos não consta o local de proveniência. A idade variava entre 16 e 50 anos.

O estatuto orientava que as recolhidas soubessem, com o tempo, executar as diferentes atividades. Na documentação, observamos que os cargos de regente, vice-regente, primeira mestra – também chamada de diretora de meninas – e escritã, eram exercidos pelas mesmas pessoas por longo período, mas, por vezes precisavam ser substituídas. As educandas, após completar a formação, também poderiam pleitear a vaga de recolhida, caso houvesse vacância – o limite era de 20 recolhidas.

Previamente, o fato de o Recolhimento dos Humildes ter função assistencial, com a leitura do Estatuto e das falas de presidentes da Província, conjecturávamos que as educandas seriam meninas órfãs pobres. A avaliação dos dados para os anos entre 1817 e 1866 apresenta outra configuração: de 160 educandas que ingressaram, apenas 39 eram órfãs de mãe e/ou de pai e a maioria se constituiu daquelas cujos pais puderam pagar pela educação.

No educandário, para o mesmo período, ingressaram como educandas meninas com idade entre dois e 19 anos. A faixa etária mais representativa foi de seis a 13 anos, correspondendo a 82,4%. Esse dado condiz com a idade de ingresso na instrução pública para as primeiras letras, para o sexo masculino, conforme apresenta José Carlos Silva (1999), para a década de 1840, na Província da Bahia. O autor registra que as crianças ingressaram a partir dos seis anos, aumentando a quantidade na faixa de oito a 13 anos, e decrescendo a partir dos 14 anos, o mesmo que ocorreu no Recolhimento dos Humildes. Configura-se, dessa forma, um novo formato de ensino, fornecido e/ou monitorado pelo Estado, para formar uma infância escolarizada conforme o projeto civilizacional da época.

O tempo de permanência dessas meninas no colégio associado ao Recolhimento se diferenciava da formação ofertada nas escolas de primeiras letras. Ele funcionou em regime de internato e, analisando o Caderno de Assento, em que se registra a entrada e a saída das educandas, verificamos que as meninas permaneceram longo período na instituição: 50,88% ficaram entre 5 e 10 anos e 31,58% ficaram acima de dez anos. Apenas 7,9% das meninas tiveram a sua formação em até 5 anos. A saída delas, em geral, estava associada à fase de casamento, motivo maior da sua educação. Elas também geravam produtos para a manutenção da instituição, como confecção de quitutes e bordados para peças da arte sacra. Dessa forma, a permanência por longo tempo também pode estar associada ao trabalho, que se tornou um ofício.

O espaço para aula era chamado de casa de ler, escrever e contar e levava em consideração as demandas de educandas e mestras. O Estatuto descreve os mobiliários a serem usados e a sua configuração, a mesa da mestra ao centro para se sentar à frente das meninas; as educandas utilizavam bancos e mesas específicos para a prática da escrita e guardavam seus materiais em armários – diferia, por exemplo, da estrutura das aulas de coser. Essa estrutura do espaço escolar passou por reformas e ampliação para receber mais meninas na gestão do Frei Bento de Maria Santíssima, entre os anos de 1845 e 1848. (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 28) Como suporte da escrita, utilizavam tinteiros,

penas, réguas, lápis, livros e papéis, e, para a leitura, o Resumo do catecismo de Montpellier; que foi a cartilha adotada; esta compreendia o catecismo, compêndio de ortografia portuguesa, resumo de aritmética e tratado de geografia universal, conforme se descreve no catálogo de livros vendidos pela Laemmert. (LIVROS..., [18--], p. 80-81)

No Recolhimento dos Humildes e no colégio, foi possível às mulheres aprender as primeiras letras e ter acesso ao escrito de forma sistemática. O processo de escolarização pelo qual as educandas passaram direcionou-se para o letramento religioso e para atividades do âmbito doméstico. As recolhidas vivenciaram, em sua rotina, práticas de uso do escrito para preservação da memória e para sua comunicação com o mundo externo. Para ambos os grupos, essa realidade significou emancipação e profissionalização em diferentes ofícios, como bordadeiras, costureiras e mestras de primeiras letras. Enquanto mestras, as características de docilidade, paciência e afetividade, aliadas a fatores socioeconômicos e políticos, culminou, no final do oitocentos, na feminização do magistério, antes atividade masculina (DICK, 2017).

4 PADRE MANOEL JOAQUIM DE AZEVEDO E A APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ENSINO MÚTUO EM CACHOEIRA - RECÔNCAVO BAIANO

Nesta seção, trataremos do Método de Ensino Mútuo, aplicado na Bahia na primeira metade do século XIX. Inicialmente, será apresentado o método, e como esse se constitui; em seguida, será focalizado o Padre Manoel Joaquim de Azevedo, que aplicou esse método, na cidade de Cachoeira (BA), e cujos mapas de avaliação dos alunos serão colocados em destaque.

No início do século XIX, o *Monitorial System* ou *Méthode Mutuelle*, nome adotado na França (STEPHANOU; BASTOS, 2005), intitulado no Brasil como Método Lencasteriano, Lencastrino ou simplesmente Método de Ensino Mútuo, foi adotado nas escolas de primeiras letras, uma vez que havia como referencial a sua aplicação na Europa, e era bastante elogiado. O sistema

consistia em concentrar uma grande quantidade de alunos, em uma mesma sala, podendo conter cerca de 300 alunos, sob a direção de um só mestre, e aqueles discípulos que se destacavam eram promovidos a monitores. Neste método, os monitores assumiam a função de ensinar e ao professor cabia a função de reger o andamento das ações realizadas em sala.

Deve-se levar em consideração que, nesse período, o professor terminava por ser a própria escola, em muitos casos. A escola era o lugar geralmente onde o professor habitava, ou estava ocupando para ministrar sua aula. Nesse sentido, se o professor se mudasse para outra cidade, provavelmente, a escola naquele espaço se extinguiria. Mesmo não sendo dispendioso, o Método de Ensino Mútuo não poderia ser aplicado por qualquer um, muito menos de qualquer maneira, uma vez que os docentes e discípulos deveriam seguir normas, que caracterizavam e garantiam o seu êxito. Essas normas podem ser encontradas no “Manual das Escolas Elementares de Ensino Mútuo” (1856), escrito pelo francês M. Sarazin e que teve tradução para o português por João Alves Portella, baiano, advogado, que vivenciou o método na França, foi professor e diretor da Escola Normal da Bahia.

Ao analisar o manual, podemos afirmar que o Método de Ensino Mútuo é minucioso e contém especificidades. Há relatos de que muitos professores não se sentiam preparados para aplicá-lo de forma integral, pois o método exigia deles certo grau de instrução, para compreender os seus procedimentos. Por isso é comum encontrar, em documentações, que, nas escolas onde o método tinha êxito, os professores eram ou clérigos ou militares. Esse é o caso de Manoel Joaquim D’Azevedo, padre, que lecionou pelo Método de Ensino Mútuo puro em Cachoeira, Recôncavo baiano, por mais de vinte anos, entendendo-se que ele deveria seguir o mais aproximado possível o que estava proposto no manual. (SILVA, 1999)

O Padre Manoel Joaquim d’Azevedo fazia parte da primeira ordem dos carmelitas calçados e ministrava suas aulas na cidade de Cachoeira, no adro do Convento do Carmo, ao que parece desde o ano de 1829. Em um dos documentos do maço 3996, do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB),

há menção à data de 14 de março de 1829, quando ele solicita proventos para as suas aulas do Ensino Mútuo. Há também, anos mais tarde, outro documento no qual o padre revela que o prédio e a mobília foram custeados por ele, atitude incomum à época, pois nem todos os professores tinham poder aquisitivo para assumir esses custos.

Além de lecionar, os professores precisavam elaborar relatórios anuais ao presidente da província, a fim de que ele e seus comissionados pudessem saber como estava o andamento das aulas e analisar a situação da instrução pública na Bahia. Dentre os documentos do maço 3996, identificamos o mapa de alunos, relatório elaborado pelo Padre Manoel Joaquim d’Azevedo, no ano de 1838, no qual constam informações, apresentadas a seguir.

No mapa de alunos, o mestre foi extremamente minucioso, apresentando quatorze categorias de informações sobre os discípulos. Primeiro, ele enumera a quantidade de alunos no mapa, fato incomum em outros mapas escritos por outros professores; como de praxe à época, é apresentado o nome completo dos alunos; logo abaixo, é apresentada a cor da pele; o que possibilita fazer um levantamento dos sujeitos que recebiam instrução naquela localidade, no século XIX. A partir do mapa do ano de 1838, podemos apresentar um panorama em relação aos alunos que frequentaram a escola naquele ano. De acordo com o mapa, dos 81 alunos registrados, a maioria era de brancos, 47%, e pardos, 46%. Fato de extrema relevância é que, na primeira metade do século XIX, anos antes da abolição da escravatura, em uma sociedade onde negros eram considerados objetos e não tinham direitos, no mapa está registrado que 4% daqueles que frequentavam a escola eram crioulos⁸ e 2% dos alunos eram cabras.⁹ Em 1% dos casos a cor da pele não foi registrada.

Outras informações dispostas no documento são sobre a idade do aluno e a legitimidade. A faixa etária dos meninos era entre oito e 14 anos.

8 O termo era utilizado no século XIX para designar negros escravizados, nascidos no Brasil, mas que ainda preservavam laços culturais com a África.

9 A definição da lexia “cabra” para designar uma classificação étnica não é muito precisa. De acordo com Almeida, Amorim e Paula (2017), há registros documentais em que a palavra pode significar a miscigenação ora de índios e africanos; ora mulatos e negros e ora negros e brancos. Todavia, o ponto em comum é de que se trata de uma miscigenação que envolve indivíduos negros.

Quanto à legitimidade, registra-se, no mapa, a letra “L”, de filho legítimo; a letra “N”, caso fosse filho natural, ou seja, de pais que não eram casados; e o título de “Engeitado”(sic), se a criança tivesse sido abandonada e/ou deixada aos cuidados de outrem. A figura da mulher era comumente apagada nesses registros, assim como se observa em mapas apresentados por outros professores que, no campo das “filiações”, só consideravam o nome de homens e, quando não identificado, deixavam em branco ou usavam o termo “de pai incógnito”. O Padre Manoel d’Azevedo apresenta o nome do progenitor e, caso o filho não fosse assumido pelo pai, ou estivesse sob tutela de alguém do sexo feminino, o nome da mulher.

A profissão dos pais ou guardiões também é uma informação importante, que dá pistas de qual camada socioeconômica essas crianças faziam parte. Nesse contexto, nas aulas do Padre Manoel, a escola do Ensino Mútuo não atendia a famílias abastadas. As profissões dos pais dos alunos correspondem àquelas exercidas pelas camadas populares: pescador, alfaiate, carpinteiro, ferreiro, entre outras; poucos eram os filhos de empregado público, cirurgião, procurador de causas, por exemplo. Podemos afirmar, dessa forma, que a educação, na cidade de Cachoeira, não era restrita apenas aos mais ricos. Consideramos também que, no exercício da sua atividade, o Padre Azevedo foi bastante elogiado pela durabilidade de sua aula – atuou em Cachoeira por mais de 20 anos – e pelo fato de ser um dos poucos a aplicar o Método de Ensino Mútuo puro, sem provocar hibridismos de abordagens metodológicas (SILVA, 1999), o que demonstra a continuidade do processo de ensino-aprendizagem e da formação dos seus alunos.

Outra informação presente no mapa era onde os alunos moravam e o seu tempo de permanência na escola do Padre Manoel. Através do campo “Entradas”, e do campo “Estado de entradas”, é possível verificar quando o aluno entrou e em que condições. O período de permanência variava conforme os conhecimentos prévios dos alunos ao ingressarem nas aulas, registrados no campo “Dito de sahida d’alguns e estado atual d’doutros com as observações necessarias”. Nesse campo, é possível perceber a evolução que o discípulo teve

nas aulas, desde o período de sua entrada, até o momento de elaboração do mapa, estando registrado em alguns: “Sahio prompto...”.

O funcionamento do método e da metodologia, no mapa, é compreendido a partir das práticas dos alunos, conforme os suportes da escrita. Quando o padre registra que o aluno chegou à escola escrevendo em banco de areia, compreendemos como o nível mais básico de instrução; há também casos de alunos que chegaram à escola na primeira classe, ou até mesmo na 6ª classe, considerando, nesse caso, que esses alunos receberam algum tipo de instrução prévia, com outro professor, em alguma outra escola, em outra localidade, ou no âmbito doméstico. O número de faltas, do ingresso do aluno até o ano de elaboração do mapa, geralmente corresponde ao seu desempenho, assim, o Padre Manoel registra que os alunos faltosos não atingiram as expectativas de aprendizagem propostas pelo método.

Apesar das dificuldades enfrentadas para a implantação do Método de Ensino Mútuo, que demandava amplo espaço para ensinar a grandes contingentes de alunos, muitos mobiliários e materiais, além do domínio do método pelo mestre, o Padre Manoel Joaquim d’Azevedo conseguiu aplicá-lo e manter a escola por mais de vinte anos. A previsão era de que as escolas deveriam adotar o método para que muitas pessoas na sociedade tivessem oportunidade de acesso às primeiras letras e à cultura escrita, incluindo aqueles que faziam parte das camadas mais populares da sociedade, sendo essa uma das grandes contribuições do método e do Padre Manoel d’Azevedo para a difusão da língua escrita na Bahia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos aqui apresentados são exemplos de agências de letramento que tiveram lugar no século XIX, na Bahia, o que possivelmente provocou impactos importantes na comunidade local. Estudá-las é relevante porque evidenciam que houve diferentes espaços de escolarização, com funcionamento diverso um do outro, com agentes e um público diversificado

envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O fato de essas agências estarem voltadas a grupos específicos e restritos – ainda que consideremos que as aulas de Ensino Mútuo contemplaram um público maior e também crianças de camadas mais pobres –, no entanto, revelam também que a difusão da escrita ocorreu de forma assistemática e não equitativa.

Nesse sentido, outras parcelas da sociedade não acessaram os diferentes espaços de escolarização, conforme podemos constatar no primeiro censo brasileiro registrado no final do século XIX, no ano de 1872, no qual 82,3% da população acima de cinco anos era analfabeta. (FERRARO, 2002) Essa inequidade de acesso ao escrito é histórica (CASTILLO GÓMEZ, 2003; MATTOS E SILVA, 2004; PETRUCCI, 1999) no caso da Província da Bahia, no século XIX, relaciona-se às políticas públicas educacionais pouco sistemáticas, limitantes e ineficientes e corresponde à estratificação social da sociedade brasileira do oitocentos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DA BAHIA. *Maço 4000*– Mapas de alunos (1830-1844). [Bahia: s. n.], [18--]. Arquivo Público do Estado da Bahia – Apeb. Seção Colonial E Provincial. Presidência da Província. Instrução Pública. Maço 3996 – Ensino Elementar.

ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: mulheres da colônia: estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822*. 1992. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ALMEIDA, M. A. R.; AMORIN, A. M.; PAULA, M. H. Um cabra de cor ou um cabra da mãe: dinâmicas de sentido para “cabra” entre os séculos XVI e XIX. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 143-161, 2017.

CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 93-124, 2003.

DICK, S. M. Processo histórico de feminização do magistério baiano. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008,

Aracaju. *Anais eletrônicos* [...]. Aracaju: UFS: UNIT, 2008. Disponível em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/246.pdf. Acesso em: 22 maio 2017.

ESTATUTOS do Collegio de Meninas, denominado de Nossa Senhora dos Humildes fundado pela beneficencia de seus Devotos o Padre Ignacio dos Santos, e Araujo, eoutros em honra do Desagravo do Santissimo Sacramento na Villa de Santo Amaro da Purificação na Capitania da Cidade da Bahia no anno de 1813. [*S. l.: s. n.*], 1813.

FARIA FILHO, L. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. *In: GALVÃO, A. M. O.; BATISTA, A. A. G. (org.). Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 151-174.

FERRARO, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, 2002.

FRUTUOSO, M. A. “*Morram marotos!*”: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823). 2015. Dissertação (Mestrado em História)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

HILSDORF, M. L. S. Tão longe, tão perto: as meninas do Seminário. *In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2014. v.2, p. 52-67.

LIVROS em portuguez publicados e á venda em casa de E. & H. Laemmert. Rio de Janeiro: Ty. Universal de Laemmert, [18--]. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=84898. Acesso em: 20 maio 2018.

LOBO, T. A questão da periodização da história lingüística do Brasil. *In: CASTRO, I.; DUARTE, I. Razões e emoções: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2003. p. 395-410.

LOSE; A. D.; MAZZONI, V. S. *Manuscritos do antigo Recolhimento dos Humildes: documentos de uma história*. Salvador: Memória & Arte, 2016.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 347-382, 2017. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/34369/23622>. Acesso em: 3 out. 2017.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

PETRUCCI, A. Para la historia del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. In: PETRUCCI, A. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 25-39.

SANTOS, E. N. *Ensino Mútuo na província da Bahia no século XIX (1821-1859): o que revelam os documentos oficiais?*. 2019. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS FILHO, L. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX*. Feira de Santana: Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

SARAZIN, M. *Manual das escolas elementares d'Ensino Mútuo*. Bahia: Typ. de A. O. da França Guerra e Comp., 1856. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135020>. Acesso em: 24 abr. 2019.

SILVA, J. C. A. *As aulas régias da Capitania da Bahia (1759-1827): pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, J. C. A. *O recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras (1827-1852): um estudo do cotidiano escolar*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 2.

TRINDADE, C. A. S. *Escolarizar para civilizar: o Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes em Santo Amaro da Purificação – Bahia, século XIX*. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

VASCONCELOS, M. C. C. *A casa e os seus mestres: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos*. 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VASCONCELOS, M. C. C. A educação doméstica no Brasil de oitocentos. *Revista Educação em questão*, Natal, v. 28, n. 14, p. 24-41, 2007.

OS ORGANIZADORES

Cristina Figueiredo é doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) e Professora Associada da UFBA e credenciada nas linhas de Teoria da Gramática (TS) e Dialectologia e Sociolinguística (DS) no PPGLinC, do qual é coordenadora. É pesquisadora do projeto Vertentes do português do estado da Bahia e do grupo Interfaces Linguísticas.

E-mail: macrisfig@uol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2829404519123105>

Juliana Ludwig Gayer é doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGLETRAS-UFRGS). Atualmente, é Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuando nas áreas de linguística, fonologia, variação e ensino e credenciada nas linhas de Teoria da Gramática (TS) e Dialectologia e Sociolinguística (DS) no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA). É editora da *Revista Estudos Linguísticos e Literários*. Lidera o grupo de pesquisa Interfaces Linguísticas – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/UFBA).

E-mail: julianaludwig@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4359632184480241>

Lílian Teixeira de Sousa é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é Professora Adjunta de linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e credenciada na linha de Teoria da Gramática (TS) e Dialectologia e Sociolinguística (DS) no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA). Lidera o Grupo de Pesquisa DIVERSAS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/UFBA).

E-mail: lilian.sousa@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2387178456233881>

Carlos Felipe da Conceição Pinto é doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e credenciado nas linhas Teoria da Gramática (TG) e Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE) no Programa de Pós-Graduação em Língua

e Cultura (PPGLinC-UFBA). Lidera o Grupo de Estudos Linguísticos Hispânicos (GELHisp) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/UFBA).

E-mail: cfcpinto@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9885162357932864>

SOBRE OS AUTORES

Adilson Silva de Jesus é doutorando na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE). É Professor do ensino fundamental na rede privada de ensino em Feira de Santana.

E-mail: adilsonsj@ufba.br

Currículo Lattes: [Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9012795436468330](http://lattes.cnpq.br/9012795436468330)

Alexandra Gomes dos Santos é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE).

E-mail: prof.legomes@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7519308000689990>

Aline dos Santos de Andrade é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) na linha de Teoria da Gramática (TG), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

E-mail: aline.virtude@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4004526866676882>

Alan Norman Baxter é Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuando na Universidade de São José (USJ), Macau, China. No Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA), está credenciado na linha Dialetoлогия e Sociolinguística (DS).

E-mail: alannbaxter@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8080265671974919>

Alfa dos Santos Silom é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA), na linha de

Dialetologia e Sociolinguística (DS).

E-mail: alfadossantos1990@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1680242608884553>

Álvaro César Pereira de Souza é recém doutor – novembro de 2019 – pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA). Desenvolveu pesquisa na Linha de História da Cultura Escrita (LHFHCE). É Professor de língua portuguesa e inglesa na Universidade Tiradentes (Unit) – *Campus* Farolândia, Aracaju (SE); e Professor do ensino básico de língua inglesa da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEDUC-SE).

E-mail: acpsouza@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3264069209667473>

Ana Paula Scher é Professora Livre-docente do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo (USP). Atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística da USP e coordena o Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída (GREMD). É bolsista de produtividade em pesquisa, nível 2, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e lidera, nessa mesma agência, o Grupo de Pesquisas Morfologia Distribuída: novos olhares.

E-mail: anascher@usp.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8237699579271171>

Ana Rita Carvalho de Souza é mestranda na linha de Dialetologia e Sociolinguística (DS), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: anaritacarvalhodesouza@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8359886172433377>

Antonia Vieira dos Santos é Professora Adjunta do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA) e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE).

E-mail: toniavieira@gmail.com

Currículo Lattes: [Lattes: http://lattes.cnpq.br/7038213108220641](http://lattes.cnpq.br/7038213108220641)

A. Ariadne Domingues Almeida é Professora Associada I da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuando em sua graduação em Letras e no seu Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA). É doutora em Letras pela mesma universidade. Realizou estágio pós-doutoral

em Linguística na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através do Programa Nacional de Pós-Doutorado com parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD-CAPES). Coordena o Grupo de Estudos em Semântica Cognitiva (GESCOG), vinculado ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Dedicar-se aos seguintes temas de pesquisa: sistemas adaptativos complexos; história do sistema conceptual e da linguagem; conceptualização-categorização; interdisciplinaridade.

E-mail: ada.domingues@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3595025364584601>

Arivaldo Sacramento de Souza possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2005), mestrado (2008) e doutorado (2014) em Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLinC-UFBA), onde atua como Professor Adjunto. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em filologia, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica textual, filologia românica e estudos que põem em intersecção questões de gênero, raça, sexualidade e classe.

E-mail: arisacramento@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8524432860580322>

Carolina Antonia Silva Trindade é doutoranda na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE). Atuou como Professora de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA).

E-mail: carolinatnd@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4269322080233871>

Célia Marques Telles é Professora Titular do setor de Filologia Românica do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA).

E-mail: cmtelles@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4961505951749379>

Daniela Almeida Alves é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) na linha de Teoria da Gramática (TG), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: danisagatariana@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3512945188167323>

Edivalda Alves Araújo é doutora em Letras e Linguística e Professora de língua portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA) e desenvolve pesquisa na área de sintaxe histórica e diacrônica, atuando junto ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). É credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) nas linhas de Teoria da Gramática (TG) e Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE).

E-mail: edivalda.araujo@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7786521174460732>

Eleneide Oliveira Silva é doutoranda na linha de Dialetoлогия e Sociolinguística (DS), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: eleneideoliveira@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489601656270520>

Eliana Correia Brandão Gonçalves é Professora Adjunta da área de filologia do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA). Doutora em Linguística histórica pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL-UFBA). Atua no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE). Coordena o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL).

E-mail: elianabrand7@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2864195573613178>

Emília Helena Portella Monteiro de Souza é doutora em Letras e Linguística, Professora Associada IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE). Estágio Pós-doutoral Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL – UNEB).

E-mail: emiliahelena.pm@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9013965768793335>

Erick Nunes Santos é doutorando na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE). Professor de língua portuguesa e língua inglesa do ensino fundamental e do ensino médio.

E-mail: ericknuessantos@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0843619958086188>

Geysa Andrade da Silva é doutoranda na linha de Dialetologia e Sociolinguística (DS) e Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: geysasilva@uneb.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6615116327267533>

Isis Juliana Figueiredo de Barros é Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e pesquisadora no Projeto Os falares do Além São Francisco. Interessa-se por sintaxe, variação e mudança linguísticas.

E-mail: julianaisis@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9156274835708603>

Gredson dos Santos é Professor Adjunto IV de língua portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenador do Projeto Vertentes do Português do Estado da Bahia. É credenciado na linha Dialetologia e Sociolinguística (DS) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA).

E-mail: gredsons@bol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1581711759277069>

Ingrid Oliveira Santos Silva é doutoranda em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) na linha Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE).

E-mail: ingrid.oliveirass@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5603942504718844>

Jacyra Andrade Mota é Professora Aposentada, credenciada na linha Dialetologia e Sociolinguística (DS) como permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA), através do Programa Especial de participação de Professores Aposentados (PROPAP). É coordenadora do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (AliB) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq I-B).

E-mail: jacymota@gmail.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2882439742195871>

João Paulo Lazzarini Cyrino é Professor do Instituto de Letras do Programa em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (ILUFBA). Desenvolve e orienta pesquisas na linha de Teoria da Gramática (TG) do programa, com enfoque em morfossintaxe computacional e tipologia linguística. É membro dos grupos de pesquisa Phina – A sintaxe-phi nas línguas naturais e Diversas.

E-mail: jpcyrino@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0607604801534336>

Josane Moreira de Oliveira é Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana e credenciada no Programa em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) na linha de Dialectologia e Sociolinguística (DS).

E-mail: josanemoreira@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3819920117221086>

Larissa Nascimento Sousa é mestranda na linha Teoria da Gramática (TG) do Programa em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA).

E-mail: lari.ufba@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4082349937242797>

Larissa Santos é mestranda na linha de Teoria da Gramática (TG) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: larydlt@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0792533478988562>

Luane Ribeiro da Conceição é mestranda na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE).

E-mail: luahribeiro@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8236775372571876>

Ludquellen Braga Dias é doutoranda na linha de Dialectologia e Sociolinguística (DS), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa

do Estado da Bahia (FAPESB).

E-mail: ludquellen_dias@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7292572791469710>

Maiane Soares Leite Santos é mestranda na linha Teoria da Gramática (TG) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: mayshaleite@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3051154834663735>

Marcela Moura Torres Paim é Professora Associada II de língua portuguesa do departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) na linha de Dialetoлогия e Sociolinguística (DS).

E-mail: marcelamtpaim@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7491110175871163>.

Marcelo da Silva Souza é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA), na linha de Dialetoлогия e Sociolinguística (DS).

E-mail: marcelo.souza@ufob.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5118365039874019>

Natival Almeida Simões Neto é recém doutor – maio de 2020 – na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE), do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA). Recebeu bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Atualmente é Professor substituto na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLEV -UFRJ).

E-mail: nativalneto@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2978224861970814>

Norma Suely da Silva Pereira é Professora Associada do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA). Atua na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA).

E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6685590594527900>

Patrícia Vilela da Silva é doutoranda na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE). É Professora do departamento de ciências humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: patvilela@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4276905229441179>

Raisa Reis dos Santos é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) na linha de Teoria da Gramática (TG), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Atuou como Professora Substituta na Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2017).

E-mail: raisa-reis@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4356878025186726>

Ramon Arend Paranhos é doutorando na linha de Teoria da Gramática (TG) no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) e Professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

E-mail: ramonarend@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4731497380255440>

Renato Medeiros da Fonseca Junior é doutorando na linha de Teoria da Gramática (TG) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA).

E-mail: medeirosfon@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3417210090987281>

Rose Mary Souza de Souza é bacharel em Língua Estrangeira Moderna, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Realiza pesquisa de iniciação científica como voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto Filologia Textual: Estudo de práticas culturais na

Capitania da Bahia.

E-mail: rosemsouza@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1521903115867733>

Sandra Cerqueira Pereira Prudencio é doutoranda na linha Dialetoлогия e Sociolinguística (DS), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É Professora do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge).

E-mail: sandraprudencio@uol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1836808078322772>

Sebastian Stanley é recém doutor – junho de 2020 – no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA), na linha de Linguística Histórica (LH), pela UFBA. Atualmente é Professor de espanhol do ensino fundamental II da Land School.

E-mail: ibantobscuri@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9594513974025568>

Silvana Soares Costa Ribeiro é Professora Associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA), na linha de Dialetoлогия e Sociolinguística (DS). Coordena o Projeto Atlas Linguístico no Brasil (ALiB).

E-mail: silvanar@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9842550682161250>

Sonia Maria Lazzarini Cyrino é livre-docente pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado pela University of Cambridge (Reino Unido) e pela State University of New York at Stony Brook (SUNY at Stony Brook). É Professora colaboradora permanente (aposentada) junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unicamp e Professora Visitante junto ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA), credenciada na linha de Teoria da Gramática (TG). É bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Nível 1B).

E-mail: sonia.cyrino@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9112304621970481>

Thamiris Santana Coelho Assis é doutoranda na linha de Dialetologia e Sociolinguística (DS), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: thamirisdaniel@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3141366608063937>

Verônica de Souza Santos é doutoranda na linha Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA). Atualmente é Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA – *Campus* Porto Seguro).

E-mail: veronicasousan@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9494020279128777>

Yasmim Conceição Borges é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) na linha Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE).

E-mail: yasmimcborges2004@outlook.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6419592442803128>.

COMISSÃO CIENTÍFICA – VOLUME I

Adila Beatriz Naud de Moura (UNISINOS)

Alcides Fernandes de Lima (UFPA)

Alexander Yao Cobbinah (USP)

Alexandre Antonio Timbane (UNILAB)

Amanda dos Reis Silva (UFRB)

André Antonelli (UEM)

Angela Maria Tenorio Zucchi (USP)

Aquiles Tescari Neto (Unicamp)

Aroldo Andrade (UFMG)

Carlos Alexandre Gonçalves (UFRJ)

Claudia Andrea Rost Snichelotto (UFFS)

Clézio Roberto Gonçalves (UFOP)

Cristina Prim (UTFP)

Denilson Lima Santos (UNILAB-BA)

Dennys Silva-Reis (UFAC)

Eduardo Ferreira dos Santos (UNILAB)

Elena Ortiz Preuss (UFG)

Elisângela Gonçalves (UESB)

Elizabeth Aparecida Marques (UFMS)

Eloisa Pilatti (UNB)

Emilio Pagotto (UNICAMP)

Gabriel Nascimento (UFSB)

Indaiá Bassani (UNIFESP)

Isadora Lima Machado (UFBA)

Janayna Carvalho (UFMG)

José Alberto Miranda Poza (UFPE)

Lanuza Lima Santos (IFBA)

Lídia Lima da Silva (UNILAB-BA)

Mailson dos Santos Lopes (UFBA)

Manuele Bandeira de Andrade Lima (UNILAB)
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG)
Maria Luisa Freitas (UFPE)
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (UEFS)
Norma Lucia Fernandes de Almeida (UEFS)
Patricio Nunes Barreiros (UEFS)
Paula Armelin (UFJF)
Paulo Medeiros Júnior (UnB)
Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)
Phablo Fachin (USP)
Rafael Minussi (UNIFESP)
Rejane Escoto Bueno (UNILA)
Renata Ferreira Costa Bonifácio (UFS)
Samara Ruas (UFBA)
Shirley de Sousa Pereira (UFPE)
Shirley Freitas (UNILAB)
Silvia Cavalcante (UFRJ)
Tânia Ferreira Rezende (UFG)
Tatiana Keller (UFSM)
Valesca Irala (UNIPAMPA)
Valeska Gracioso Carlos (UEPG)
Valter de Carvalho Dias (IFBA)
Valter Pereira Romano (UFSC)
Vanessa Martins do Monte (USP)
Vivian Antonino da Silva (UESB)

COLOFÃO

| | |
|--------------------|--|
| Formato | 17 x 24 cm |
| Tipografia | Baskerville |
| Papel | Alcalino 75 g/m ² Cartão Triplex 300 g/m ² (Capa) |
| Impressão do miolo | Edufba |
| Capa e acabamento | Gráfica 3 |
| Tiragem | 150 exemplares |

A UFBA está sempre em movimento, e essa virtude se expressa em atividades, pesquisas, textos, nos quais se traduzem força e requinte. Esta coletânea, *Língua em movimento*, é um exemplo precioso dessa qualidade e desse espírito, configurando-se em gesto de resistência ao obscurantismo e ao autoritarismo. Afinal de contas, mesmo no contexto tão adverso de uma pandemia, a UFBA não para. O PPGLinC lançou edital para publicação discente, tendo então recebido quase 70 capítulos, dos quais 42 foram cuidadosamente selecionados, de sorte que, com eles, temos uma excelente e importante amostra das pesquisas desenvolvidas no Programa. O resultado desse movimento está, pois, contido nestes dois volumes, que nos convidam decerto à reflexão. A linguagem, enfim, é nosso elemento. Além de objeto de estudos e pesquisas, é a matéria mesma de nossa presença, quer no exercício democrático de argumentação e diálogo, quer na tradução do que é próprio da vida universitária em ciência, cultura e arte.

João Carlos Salles
Reitor da UFBA

